

**Marcus Vinicius Bandeira de Menezes**

**ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DA REVOLUÇÃO  
BRASILEIRA. PRESTES VERSUS O COMITÊ CENTRAL  
DO PCB.**

**Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Departamento de Ciência Política  
do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual  
de Campinas sob orientação do(a)  
Prof.(a) Dr.(a) Shiguenoli Miyamoto.**

**Este exemplar corresponde à  
redação final da dissertação  
defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em**

**\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.**

**BANCA**

**Prof(a) Dr(a) Shiguenoli Miyamoto**

**Prof(a) Dr(a) Valeriano Mendes Ferreira Costa**

**Prof(a) Dr(a) Marly de Almeida Gomes Vianna**

*Shiguenoli Miyamoto*

*marly de A. G. Vianna*

**Março/2002**

UNIDADE 30  
Nº CHAMADA T/UNICAMP  
M524e  
V \_\_\_\_\_ EX \_\_\_\_\_  
TOMBO BC/ 49499  
PROC 16.837102  
C \_\_\_\_\_ DX \_\_\_\_\_  
PREÇO R\$ 11,00  
DATA 08/06/02  
Nº CPD \_\_\_\_\_

CM00168744-1

BIB ID 243442

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

M524e

Menezes, Marcus Vinícius Bandeira de  
Estratégias e táticas da revolução brasileira : Prestes versus o  
Comitê Central do PCB / Marcus Vinícius Bandeira de Menezes.  
- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Shiguenoli Miyamoto  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Prestes, Luis Carlos, 1898-1990. 2. Partido Comunista  
Brasileiro. 3. Partidos políticos. 4. Comunismo. I. Miyamoto,  
Shiguenoli. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

## RESUMO

O cerne do texto são as leituras que o PCB fazia dos momentos conjunturais e estruturais, a níveis nacional e internacional, para daí tirar suas estratégias e táticas revolucionárias. Por diversas vezes essas leituras resultaram em concepções tático-estratégicas que provocaram confrontos fratricidas na direção pecebista, sendo o último e o mais grave aquele que levou Prestes a digladiar com o Comitê Central (1940-1980).

## ABSTRACT

The kernel of this text are the readings PCB used to do about the structural and conjunctural moments in both national and international levels so that their own strategies and revolutionary tactics could be drawn. Many times, these readings resulted in tactical and strategic conceptions that caused brotherhood confrontations in the PCB party leadership, being the last and the most serious that led Prestes to fight against the Central Committee (1940-1980).

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL  
SEÇÃO CIRCULANTE

7465 22000

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo ao CNPq por ter-me concedido uma bolsa de pesquisa através da UNICAMP, universidade à qual dedico uma gratidão especial pelos ensinamentos ali recebidos.

Este trabalho está consubstanciado por grande número de fontes primárias, obtidas em acervos de diversas instituições e em entrevistas com diversas pessoas que tiveram um envolvimento direto com o objeto de estudo aqui focalizado.

A essas instituições e aos seus funcionários, que tão prestimosamente me atenderam, registro o meu agradecimento ao declinar seus nomes:

AMORJ-Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Helber da Silva Mattos), APERJ-Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Johenir Jannotti Viégas, Joyce Silva Campos, Licia Carvalho Medeiros, Maria Isabel Rodrigues Pequeno, Pedro Miguel Sadio, Roberta Santos de Barros e Rosemar Oliveira de Jesus), Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP (Ângela Araújo), Arquivo Nacional (Ana Celeste, Carla Lopes, Jacques Pinheiro, Maria Helena Miranda, Rogério Masala, Sátiro Nunes e Valéria Morse), CEDEM-UNESP- Centro de Documentação e Memória da Universidade do Estado de São Paulo (Jacy Machado Barletta, Luis Alberto Zimbarg e Sandra Moraes) e PCB-Partido Comunista Brasileiro (Ivo Grabois).

Tão importante quanto as fontes primárias escritas, obtidas nas instituições supracitadas, são as fontes primárias orais que recolhi ao entrevistar:

- Afonso Celso Monteiro – Afonsinho (Deputado estadual, indicado pelo PCB, durante o período pré-1964, e quadro do PCB durante o regime autoritário do pós-1964).
- Antônio Carlos Peixoto (Redator da Voz Operária durante parte da década de 1970 e membro de assessoria do Comitê Central do PCB no mesmo período). Militante do Partido Comunista Francês na década de 1970.
- Armando Sampaio (Dirigente do Comitê do PCB do Rio de Janeiro durante a década de 1970).

- Armênio Guedes (Um dos fundadores e construtores do PCB “refundado” na Conferência da Mantiqueira (1943). Dirigente nacional do PCB, desde 1943, como membro do Comitê Central e, depois, como membro da Comissão Executiva. Responsável pela Voz Operária durante parte da década de 1970).
- Bolívar Meirelles (Membro do grupo do Prestes do Rio de Janeiro durante a década de 1980 e indicado por Prestes para candidato a deputado federal em 1986).
- Hélio Anísio (Membro do setor militar do PCB antes do golpe de 64).
- Geraldo Rodrigues dos Santos-Geraldão (Dirigente nacional do PCB, como membro do Comitê Central e, depois, membro da Comissão Executiva, da década de 1950 à de 1980).
- Givaldo Siqueira (Dirigente nacional do PCB, como membro do Comitê Central e, depois, membro da Comissão Executiva, desde a década de 1960 à de 1980).
- Henrique Miranda (Dirigente de organizações nacionalistas, como as de defesa do petróleo e de defesa da Amazônia, desde a década de 1950, como quadro do PCB. Dirigente de organizações de base de professores e de jornalistas, no mesmo período, também como quadro do PCB).
- Hércules Corrêa (Dirigente nacional do PCB, como membro do Comitê Central e, depois, membro da Comissão Executiva, desde a década de 1960 à de 1980. Dirigente sindical pelo PCB).
- Ivan Pinheiro (Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, durante partes das décadas de 1970 e 1980. Dirigente nacional do PCB durante a década de 1980).
- José Maria Crispim, em memória (Deputado constituinte, pelo PCB, de 1946 a 1948. Dirigente nacional do PCB durante partes das décadas de 1940 e 1950, a quem entrevistei em 1983 para um trabalho sobre a Coluna Prestes e o movimento insurrecional de 1935).
- Leandro Konder (Redator da Voz Operária durante parte da década de 1970 e membro de assessoria do Comitê Central do PCB no mesmo período).

- Luiz Branco do Valle (Membro do grupo do Prestes do Rio de Janeiro durante a década de 1980).
- Luiz Carlos Prestes, em memória (Secretário-geral do PCB de 1943 a 1980, a quem entrevistei em 1988 para um trabalho sobre a Coluna Prestes e o movimento insurrecional de 1935).
- Milton Temer (Redator-chefe da Voz Operária durante parte da década de 1970 e membro de assessoria do Comitê Central do PCB no mesmo período).
- Roberto Percinotto (Dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, e posteriormente, seu presidente, sempre como membro do PCB, da década de 1960 à de 1980).
- Val de Carvalho (Quadro do PCB do Rio de Janeiro durante o período do regime militar).

Agradeço à professora-doutora Rachel Meneguello, por ter participado da banca de meu exame de qualificação.

Aos professores-doutores Valeriano Mendes Ferreira e Marly de Almeida Gomes Vianna, sou grato por comporem a banca de julgamento da defesa de minha dissertação. Ao primeiro, cabe ainda o meu agradecimento por ter participado da banca de meu exame de qualificação.

Finalizando, cabe um agradecimento especial ao meu orientador, professor-doutor Shiguenoli Miyamoto, sobretudo pelo seu espírito democrático no campo das idéias.

## ÍNDICE

Introdução .....	01
I - A construção do internacionalismo proletário e suas contradições básicas:	
de Marx/Engels à Revolução Russa .....	09
II - As vicissitudes tático-estratégicas do PCB oriundo da Conferência da Mantiqueira.....	29
- “Refundação ” do PCB: união nacional, CNOP e Conferência da Mantiqueira.....	29
- A natureza da tática pecebista de união nacional.....	43
- A efêmera legalidade e a cassação .....	50
- O Manifesto de Agosto .....	58
- O IV Congresso .....	71
- O XX Congresso do PCUS e o seu impacto no PCB.....	79
- A Declaração de Março .....	95
- O V Congresso ou o ajuste de contas entre situacionistas e opositoristas.....	102
- As Teses do CC .....	105
- A Tribuna de Debate.....	110
- Os desdobramentos do V Congresso. O surgimento do PC do B .....	126
- O PCB no movimento progressista da República de 46.....	132
- Estrutura orgânica do PCB .....	140
- O irracionalismo pecebista.....	153
- O campo do poder esquerdista no imediato pré-64. A luta pela conquista da hegemonia (consentida ou pela força) .....	156
- O golpe de 64 coloca em cheque a estratégia da Declaração de Março/ V Congresso .....	160
III - O imediato pós-64 .....	183
-A natureza do regime .....	188
IV - As diásporas tático-estratégicas .....	201
- O impacto do Golpe de 64 no PCB .....	201
- Recrudesce a crise orgânica .....	216

- ALN .....	218
- PCBR .....	225
- MR-8 .....	227
- O CC vence mais uma batalha .....	228
V - VI Congresso .....	237
VI - O PCB durante a ditadura .....	245
- 1968: ascensão e queda da luta contra a ditadura .....	254
- AI-5: a ditadura se oxigena e se isola .....	258
- O período Médici: guerrilha, tortura e “milagre” .....	261
- A abertura: redemocratização pelo alto sob pressões da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional .....	276
- A repressão se volta contra o PCB .....	282
- O movimento oposicionista toma a abertura como bandeira.....	294
VII - O confronto decisivo entre Prestes e a grande maioria do CC .....	309
- Prestes rompe com a estratégia “reformista”, mas continua a defendê-la em nome do centralismo-democrático .....	311
- V.O. versus CC .....	331
- Agudiza-se a luta interna: Prestes se isola e é isolado pelo CC .....	338
- A questão da democracia na luta cupulista .....	350
- O desfecho da luta cupulista .....	361
Conclusão .....	389

## INTRODUÇÃO

Neste momento em que são mais comuns estudos ligados à “Nova História”, à “globalização”, ao “fim da história”, ao “choque de civilizações”, a descentralizações da categoria trabalho e da lei do valor, por que trazer à baila um tema que presuntivamente recebeu a sua pá de cal com a queda do muro de Berlim e com as extinções da URSS e da Guerra Fria?

Antes mesmo de uma pergunta como esta ser-nos formulada e pelo “anacronismo” de nosso tema, vemo-nos instados a tentar justificar o porquê de nossa opção em enveredar na “contramão da história” e, em um trabalho que muito tem de arqueológico, buscar desenterrar e reconstituir “fósseis” que nos levem a relatar e analisar a crise que envolveu a cúpula pecebista durante o período ditatorial militar no Brasil.

A despeito de o título de nosso trabalho – já iniciando a nossa justificativa – sugerir que enfocaremos um estudo de caso especificamente circunscrito à cúpula pecebista, por isso “desinteressante”, “irrelevante”, face à agenda atual das Ciências Sociais, ocorre justamente o inverso. Ou seja, o nosso estudo, por razões concretas, objetivas, não pode estar somente limitado ao âmbito do PCB, sob pena de não buscar atingir a essência das contradições, ficando tão - somente a nível das aparências. Já dizia Gramsci que um partido – e para ele tal organização tem um sentido mais lato do que o partido político propriamente dito – está objetivamente imbricado em relações sociais mais amplas, para além de seus limites orgânicos. E isto vale muito mais em se tratando de um partido que se autodenominava marxista-leninista, caso do PCB por nós estudado. Um partido dessa natureza se esforça por estar vinculado a uma visão dialética e ontológica da realidade que o cerca, o que faz com que suas crises venham – no mais das vezes – a estar eivadas de influências exógenas a si, como de fato ocorreu no que se refere ao nosso estudo em tela.

Veremos, no decorrer do texto, que as divergências que levaram ao confronto envolvendo Prestes e o Comitê Central – descontando-se as incompatibilidades subjetivas de seus dirigentes – estavam fortemente condicionadas por fatores externos: golpe de 64,

ditadura militar, agravamento da crise do comunismo internacional, abertura política, entre outros. O que suscitou no seio da crise cupulista – acirrando-a mais ainda – questionamentos do tipo: que estratégia defender para a “revolução brasileira”? (via socialista ou via nacionalista-democrático-burguesa?), que democracia defender dentro dessa estratégia? (“democracia socialista” ou “democracia como valor universal”), que táticas defender para apoiar essa estratégia? (Constituinte com ou sem “entulho autoritário”?, frente de esquerdas ou frente ampla?).

Outra relevância que vemos em nosso tema é o fato de que estaremos retratando o crepúsculo de um partido que deixou uma marca indelével na sociedade/cultura brasileira, desde a sua fundação até o período em que se deu o golpe de 64. Com isso, estamos referindo-nos à influência que teve o PCB nos campos da literatura ficcional, da interpretação sociológica brasileira, das artes plásticas, das artes cênicas, do cinema, nos movimentos de trabalhadores e de estudantes, nos meios militares, etc. Nomes de grande prestígio do período republicano fizeram parte (direta ou indiretamente) ou foram simpatizantes do PCB. Seguem alguns que, aleatoriamente, ocorre-nos citar: Caio Prado Júnior, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado, Monteiro Lobato, Portinari, Di Cavalcanti, Oscar Niemeyer, Dias Gomes, Nelson Werneck Sodr e e Florestan Fernandes.

Finalizando nossa justificativa, consideramos que o nosso estudo possa ser atraente, interessante, pelo fato de tratar-se de um tema at e então inédito em seus desdobramentos e de difícil reconstru o, o que nos obrigou a um exaustivo trabalho investigativo de busca de fontes primárias escritas e orais, muitas das quais perdidas na clandestinidade da época ditatorial ou sepultadas com alguns protagonistas, como Prestes, Marighella, Mário Alves, Giocondo Dias, David Capistrano, Gregório Bezerra, Agliberto Azevedo, etc. De modo que este trabalho, malgrado o nosso esforço de reconstitu o, está incompleto, com lacunas, pelas razões objetivas que acabamos de descrever: perda de parte de fontes primárias a que poderíamos ter tido acesso.

Posta esta justificativa, faz-se mister, no nosso entender, que expliquemos o tipo de partido de que estamos tratando.

O que nos dispomos a estudar não é um partido que teve como meta orgânica – isto é, sua estratégia – ser parte do todo social. Esta é uma das motivações a que o nosso referencial teórico não seja aquele que trata especificamente de partidos políticos e sistema partidário, o qual tem como teóricos clássicos, entre outros: Duverger, Michels, Sartori, Schwartzberg, La Palombara, Panebianco e Anthony Downs, embora utilizemos os dois primeiros quando tratamos da estrutura orgânica do PCB. Propomo-nos a estudar um partido político que se organizou enquanto tal com o escopo de construir e gerir um novo todo social diametralmente oposto ao qual ele se encontrava inserido. Movido basicamente por uma estratégia revolucionária, dirigido a construir uma presuntiva sociedade socialista. Um partido que teve por intenção estar na ordem apenas taticamente, buscando ocupar os espaços legais para, com isso, alcançar a sua estratégia socialista, fosse por etapas – o que foi predominante em sua história – ou diretamente. Portanto, não se trata de um partido que pretendia atuar, em última instância, por táticas, como os demais partidos que se assumem como sendo, estrategicamente, da ordem. Não obstante, como demonstraremos ao curso deste estudo, o taticismo predominou na história pecebista.

Historicamente, o PCB, a despeito de constantemente reafirmar-se enquanto partido leninista, na prática sempre esteve mais próximo do revisionismo bernsteiniano – apesar de refutá-lo –, enfatizando mais o taticismo de acomodação ao sistema burguês – principalmente através do investimento em eleições para os poderes Legislativo e Executivo – do que a estratégia socialista, embora sempre a tivesse, em tese, como última instância.

A luta cupulista de que iremos tratar, deu-se justamente por que Prestes tentou romper com essa tradição pecebista de acomodação a uma estratégia nacionalista-democrático-burguesa, como se a realidade infra-estrutural brasileira fosse semi-feudal e semi-colonial, de acordo com o que rezava a velha cartilha dogmática do Komintern. É justamente essa luta estritamente a nível de direção o nosso objeto de estudo, o qual pretendemos balizar sob a hipótese de que a divergência nodal entre Prestes e a grande maioria do CC – abstraindo questões de caráter pessoal e a acirrada disputa pelo poder pecebista – foi de fundo estratégico. Defendemos que a luta interna, no que restou do

núcleo dirigente egresso da Conferência da Mantiqueira (1943), moveu-se basicamente em torno da questão: continuar seguindo a estratégia “reformista” do VI Congresso ou substituí-la por uma estratégia socialista? Este será o eixo de nosso objeto de estudo.

Para demonstrar a nossa hipótese, pretendemos confrontar os fundamentos com que Prestes defendeu a estratégia socialista, precedida pela estratégia popular-democrática, com os fundamentos com que o grosso do CC defendeu a estratégia “reformista”; ambos os contendores tomando por base as suas respectivas concepções sobre a “revolução brasileira”, sobre o marxismo-leninismo e alguns até baseados mais especificamente em Gramsci e/ou no “eurocomunismo”.

Antes de focalizarmos esta pugna que se iniciou após o golpe de 64, faz-se mister que tratemos de antecedentes que estiveram a ela diretamente ligados e a condicionaram, os quais constituem o seu processo de contradições, a sua – parafraseando Marx – acumulação primitiva. Em vista disso, começaremos o nosso estudo através de uma apresentação de como se formou esse PCB cuja direção entraria em uma luta fratricida basicamente por questões estratégicas. De modo que, antes do capítulo a tratar especificamente do confronto envolvendo Prestes e o CC, teremos capítulos que tratam de questões que somaram fatores a essa luta. Assim, intentaremos fazer uma leitura dialética (marxiana) do nosso objeto de estudo, vendo-o como a síntese de um processo de contradições cumulativas que ensejou um salto de qualidade, representado pela crise envolvendo Prestes e seus pares dirigentes. Sendo o nosso fio condutor as vicissitudes tático-estratégicas do PCB, vemo-nos obrigados – por opção metodológica – a dialetizá-las com fatores exógenos que influenciaram direta ou indiretamente a *praxis* pecebista. Estamos referindo-nos aos fatores representados pelas vicissitudes econômico-político-ideológicas do Brasil e pelas político-ideológicas e tático-estratégicas do movimento comunista internacional; tudo isto concernente ao período cronológico de nosso estudo: 1945 - 1980. Obviamente, não vamos tratar, sistematicamente, como objetos de estudo, nem de um nem de outro destes fatores supracitados. Eles somente serão avocados quando assim exigidos pelas discussões tático-estratégicas que permearam a vida desse PCB de que estamos tratando.

Isto posto, vamos fazer uma rápida apresentação de cada capítulo e, assim, estaremos, também, dando uma visão global de como desenvolveremos o nosso estudo. Na qualidade de partido comunista, o PCB foi formado tendo como matriz o Partido Comunista da União Soviética, vindo a sofrer, ao longo de seu percurso – sobretudo em suas crises –, influências marcantes do movimento comunista internacional. Tal contingência nos impele a que abramos um capítulo, o primeiro, para, de forma sucinta, passarmos uma idéia da construção e contradições básicas do marxismo – leninismo.

Como o PCB que estaremos estudando é o remanescente daquele que foi “refundado” na Conferência da Mantiqueira, no 2º capítulo analisaremos como se desenvolveram as linhas tático-estratégicas pecebistas entre o período desta Conferência e o golpe de 64.

A seguir, 3º capítulo, buscaremos fundamentar alguns traços marcantes do regime pós-64, os quais iriam influenciar a contenda na qual se enredariam Prestes e seus pares dirigentes.

No 4º capítulo, demonstraremos que o golpe de 64 colocou em cheque a linha tático-estratégica – Declaração de Março (1958) – V Congresso (1960) – que vinha orientando o PCB, provocando o maior cisma na vida deste partido até então, envolvendo os dirigentes e militantes que optariam pela via armada e aqueles que permaneceriam fiéis à linha tático-estratégica vigente.

O próximo capítulo focalizará o VI Congresso, que confirmaria a linha política que vinha vigorando antes do golpe de 64.

Aparentemente o PCB vivia uma unidade em torno da Resolução Política do VI Congresso, mas nos bastidores do Comitê Central passou a desenvolver-se uma “luta secreta” na qual se contrapunham Prestes (com pouquíssimos adeptos) e a grande maioria do CC. De 1967 a 1979, a direção pecebista como um todo forjou uma unidade partidária em torno da linha tático-estratégica do VI Congresso, subterfugiando as antagônicas contradições que havia em seu interior. Prestes passaria a reivindicar a mesma estratégia dos “esquerdistas” que foram vencidos na luta interna pecebista do momento imediato ao golpe de 64. De maneira que, como já chamamos a atenção, as divergências que o fizeram

colidir com o grosso da direção foram eminentemente de ordem estratégica. Após o VI Congresso, ele foi sufocando suas convicções o mais que pôde, até que, em maio de 1979, em reunião plenária do CC, romperia unilateralmente com seus companheiros de direção.

Prestes alegava que o Brasil já chegara a um capitalismo maduro, monopolista; por isso, a “revolução brasileira” deveria apontar diretamente o caminho do socialismo, em lugar da estratégia “reformista” vigente. Por outro lado, a grande maioria do CC continuava considerando que a conjuntura brasileira não era propícia a radicalismos por parte dos opositores ao regime, principalmente os comunistas. Continuava defendendo que era necessário a consolidação de uma etapa de democracia burguesa no Brasil, para nela se trabalhar pelo socialismo de maneira cautelosa, pela via pacífica. Ou seja, eles defendiam justamente a mesma posição pregada pela Declaração de Março, V e VI Congressos: ao invés de lutas de classes, conciliação de classes para a conquista da etapa nacionalista-democrática-burguesa. Tal estratégia, diga-se de passagem, somente poderia ser colocada em prática quando da redemocratização, dado o seu caráter “reformista”. Assim, o PCB tinha em suspenso a sua linha estratégica e se conduzia pela retórica do taticismo, cujo objetivo principal era a formação de uma frente antiditatorial – na qual o Partido era pusilânime, embora a Voz Operária indicasse o contrário – ,que, através, principalmente, do movimento de massas (greves, passeatas, etc.) e das eleições burguesas, levasse a ditadura ao esgotamento. Acontece que não era possível prever se a redemocratização seria mais avançada ou não que a democracia burguesa que houvera na República de 46. Como traçar uma estratégia fora da realidade concreta? Este era o grande drama do PCB: a sua estratégia dependia que a democracia burguesa a ser alcançada com o fim da ditadura tivesse um avançado movimento de massas, no qual a classe operária pudesse alcançar uma “hegemonia consentida”.

O Prestes que outrora fora excessivamente endeusado pelo Partido vinha perdendo poder e se isolando no Comitê Central. Primeiro perdera poder frente aos defecionistas foquistas, que o PCB denominava “aventureiros pequeno-burgueses”, os quais, por sua vez, acusavam a direção pecebista de traidora do marxismo-leninismo, etc. Depois, foi-se enfraquecendo dentro do CC que sobrara das defecções após o golpe de 64. A luta cupulista

prosseguiu ao longo dos governos ditatoriais, sempre preservando o caráter “secreto” que antes mencionamos: restrita somente ao CC. Nos documentos oficiais, veiculados sobretudo na Voz Operária (periódico oficial do PCB e, em última instância, de sua direção), o CC evocava a unidade orgânica em torno dos princípios do VI Congresso; enquanto que em documentos de bastidores, apareciam as graves contradições antagônicas que marcavam o dissídio entre o pequeníssimo grupo prestista e a grande maioria do CC.

Quando os dirigentes voltaram ao Brasil para, enfim, medir as suas forças no VII Congresso – que ambos os grupos contendores (o de Prestes e o grosso do CC) reivindicavam sua convocação, em prazo o mais hábil possível – , não havia mais aquele partido que fora pego de surpresa com o golpe de 64. O PCB estava reduzido a um pequeno número de militantes, quase tão diminuto quanto quando no período após os levantes de 1935. A luta interna do CC, que se mantivera “secreta”, emergiu no momento imediato à volta dos dirigentes pecebistas ao Brasil, beneficiados pela anistia. A grande imprensa já havia descoberto que a direção estava em crise e começava a especular a respeito. As bases e quadros intermediários – tanto os que vieram do exílio quanto os que ficaram no Brasil – foram pegos inopinadamente com a luta cupulista, pois até então acreditavam que havia uma unidade entre os dirigentes. Prestes defendia, aproveitando os vetustos espaços que lhe concedia a grande imprensa, a mesma linha estratégica que fora obrigado a sufocar durante essa pugna que vimos de relatar. Seus opositores, aos quais a grande imprensa também oferecia espaços de dimensão equivalente e que já haviam ganho uma maioria silenciosa perante o conjunto do Partido, continuavam a defender a linha estratégica do VI Congresso. Como desfecho da crise , Prestes tornaria pública a sua “Carta aos Comunistas”, pregando o rompimento das bases com a direção e a formação de um PCB orientado pela estratégia que ele propugnava. Em represália, seus opositores o destituíram do cargo de secretário-geral, substituindo-o por Giocondo Dias, e convocaram o VII Congresso, no qual fizeram prevalecer a sua posição para todo o Partido. Prestes afastou-se de vez do PCB e passou a militar sem partido.

Tudo isto que acabamos de expor, trataremos nos 6º e 7º capítulos; neste último, analisaremos a luta cupulista propriamente dita e, naquele, a trajetória do PCB durante a

ditadura militar.

## I - A CONSTRUÇÃO DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO E SUAS CONTRADIÇÕES BÁSICAS: DE MARX/ENGELS À REVOLUÇÃO RUSSA

O PCB foi um partido que desde as suas origens chamou para si a responsabilidade de autoproclamar-se marxista-leninista; de ser, portanto, uma organização contra o *establishment* e, concomitantemente, uma pretensa vanguarda construtora de uma nova sociedade: o socialismo. Ao fazermos tal assertiva, cremos ser fundamental que, minimamente e de forma objetiva, definamos o que se entende por um partido marxista-leninista, melhor dizendo, por uma organização proletário-revolucionária marxista-leninista. A importância de tratarmos desta questão, resume-se ao fato de que ela permeou – direta e indiretamente - a crise da direção pecebista, isto é, o nosso objeto de estudo.

O cerne de uma organização marxista-leninista é ter a revolução proletária como meta, como estratégia. Marx sistematizou uma nova concepção de revolução, pela qual a velha ordem tem que ser destruída e em seu lugar construída (teórica e pragmaticamente) a nova ordem. De maneira que, o seu modo de entender a via revolucionária está prenhe de ruptura pela violência. Com isso, ele rompeu com as concepções hegelianas (de revolução apenas a nível das idéias), do “comunismo” das sociedades secretas (sobretudo a Sociedade dos Iguais, de Babeuf e Buonarroti, que tinha como fito a conquista do poder estatal, mas sem ter o lastro de uma teoria tático-estratégica que orientasse sobre a necessidade de se destruir a velha sociedade e construir a sociedade proletária em seu lugar) e do “socialismo utópico” (que pregava transformações para o proletariado, mas dentro do próprio regime capitalista). O modelo de revolução que serviu de base para Marx construir a sua teoria revolucionária foi a Revolução Francesa – especialmente o momento democrático-radical dos jacobinos -, a qual ele estudou sistematicamente durante o primeiro lustro da década de 40 do século XIX, reunindo diversas anotações sobre este tema em seus célebres “*Cadernos de Kreuznach*”, que foram de fundamental importância para subsidiar os textos – *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, *A questão judaica* e *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, estes dois últimos publicados nos *Anais franco-prussianos* – em que ele começava a romper com o hegelianismo de

esquerda e a fundar o “socialismo científico”. Engels, embora também tenha estudado sistematicamente a Revolução Francesa, à mesma época em que Marx o fez, teve uma vivência mais marcante no capitalismo britânico, o que o possibilitou a escrever *A situação da classe operária na Inglaterra* (1). Em 1844, Marx e Engels estavam radicados e militando em Paris, onde tomaram contato direto com associações de trabalhadores, inclusive algumas de caráter secreto, como a Liga dos Justos, que pouco depois passaria a denominar-se – por influência de Marx e Engels – Liga dos Comunistas – célebre por ter lançado o *Manifesto comunista*.

Na capital francesa, eles passaram a advogar tese contrária a que o proletariado se organizasse em associações secretas, defendendo que ele se organizasse em movimentos de massas, os quais tiveram o seu embrião no cartismo. Outra tese – que diz respeito à teoria revolucionária marxiana – de ambos refere-se a que o movimento proletário deveria ter caráter internacional, para contrapor-se ao internacionalismo da burguesia, para o qual eles já chamavam a atenção em *A ideologia alemã*. Devido a isto, eles foram os mentores da I Internacional dos Trabalhadores, que tinha não somente um caráter de solidariedade mas também de apoio (orientação teórico-tática) às lutas dos trabalhadores em seus países de origem. Podemos considerar que a Internacional foi o macromodelo de organização proletário-revolucionária formulado por Marx e Engels.

A princípio, eles indicavam que os proletários apoiassem os partidos mais progressistas (muitos dos quais burgueses e/ou pequeno-burgueses) em seus países, como forma de se contraporem aos partidos conservadores e até mesmo reacionários (que defendiam interesses do extinto *Ancien Régime*). Em *O manifesto comunista*, eles enumeram vários partidos não-proletários que o proletariado europeu deveria apoiar em seus países, em sua tática de luta pela construção da estratégia socialista. Posteriormente, eles iriam chegar à posição de defender que o proletariado deveria organizar-se em um partido próprio, um partido de classe.

“(…)Para que o proletariado se veja bastante forte e possa vencer no momento decisivo, é indispensável – Marx e eu começamos a defender esta posição desde 1847 – que forme o seu próprio partido de classe independente de todos os outros partidos e oposto a

eles.”(2).

Com a experiência frustrada da Comuna de Paris, Marx percebeu que o êxito da revolução proletária estava ligado à destruição do aparelho estatal burguês e à sua substituição pela ditadura do proletariado, equivalente ao Estado socialista de transição à sociedade comunista.(3).

Em suma, o legado de Marx e Engels, em termos de teoria revolucionária, foi o materialismo histórico (iniciado em *A Gazeta Renana* e sistematizado em *A ideologia alemã*), o internacionalismo proletário, a necessidade de o proletariado se organizar em um partido seu e a revolução entendida como ditadura do proletariado.

Esse legado viria a ser colocado em cheque em duas discussões, dissensões, básicas no seio da II Internacional. A primeira discussão esteve centrada na questão: reforma ou revolução? Enquanto a segunda, teve por tema o caráter da organização revolucionária do proletariado.

Segundo a “lei geral” da teoria revolucionária de Marx e Engels, o socialismo surgiria da maturação do capitalismo, através de um salto dialético de qualidade. Considerando isto um “determinismo evolucionista”, Bernstein, em uma série de artigos publicados na revista *Neue Zeit*, os quais tomariam uma forma definitiva em seu livro *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*, apresentava uma nova leitura da teoria revolucionária marxiana, pela qual excluía justamente os seus pressupostos: a conquista revolucionária (destruição do sistema burguês) do poder, através da luta de classes, e a ditadura do proletariado. Tomando o contexto do mundo capitalista – sobretudo a Alemanha do começo do século XX, que ocupava a posição de segunda potência industrial do mundo – de então como base, Bernstein defendia a tese de que não estava havendo uma proletarização social – pelo contrário, a pequena burguesia é que tendia a ser a classe mais numerosa –, mitigando, assim, a inexorabilidade de os proletários virem a ser os coveiros da burguesia, como está em *O Manifesto Comunista*, e que era mais viável chegar-se à estratégia socialista pela via pacífica, isto é, pela estratégia reformista, através, sobretudo, do alcance de uma maioria no Parlamento, o que vinha de encontro à práxis da social-democracia alemã, que estava aumentando seu percentual de votos de

eleição para eleição. O reformismo ou revisionismo (do marxismo) – como ficou rotulado – de Bernstein (secundado por Conrad Smith, entre outros), foi duramente combatido pela esquerda do SPD, da qual se destacaram Rosa Luxemburg e Kautsky (que pouco tempo depois também passaria a ser um “revisionista”, um “renegado”), através de suas respectivas obras: *Reforma ou revolução?* e *Bernstein e o programa social-democrata*. Embora derrotado a princípio – nos Congressos de Hannover (1889), Lübeck (1901) e de Dresde (1903) (4) – o revisionismo viria a ser vitorioso entre os social-democratas alemães, o que faria Rosa, Karl Liebknecht (filho de Wilhelm) e Pannekoek, entre outros líderes que defendiam a estratégia socialista, abandonar o SPD. Os revisionistas chegaram a ter “*um programa próprio e o seu órgão teórico: Sozialistische Monatshefte (Cadernos Mensais Socialistas), nos últimos anos do século XIX.*” (5).

A outra discussão, também de grande impacto no marxismo internacional, deu-se no seio do POSDR, mais especificamente no II Congresso deste partido, realizado entre 16 (30) de julho e 10 (23) de agosto de 1903, em Bruxelas e Londres.

Nesse Congresso, Lênin voltou a defender, com sua contumaz veemência, o modelo de partido proletário-revolucionário que já havia sistematizado em *Que fazer?* e em *Carta a um camarada*, ambos os textos escritos em 1902. Um partido organizado de fora e acima do movimento de massas – porém, diretamente condicionado pelas lutas de classes de seu tempo – com a missão de guiá-lo para a revolução proletária (6). Para ele, deveria haver um rígido centralismo (“centralismo-democrático”, isto é, a submissão da minoria à maioria) no interior desse partido, que deveria ser formado apenas por quadros profissionais revolucionários, necessariamente ligados a algum dos organismos partidários. Esse partido teria que submeter o movimento de massas – principalmente os sindicatos – às suas diretrizes tático-estratégicas. Em suma, o partido leniano se propunha a ser a vanguarda teórico-prática da construção da revolução proletária na Rússia. Daí Lênin enfatizar a necessidade de não se “*confundir o Partido, vanguarda da classe operária, com toda a classe*”(7). Os frontais opositores de Lênin – dos quais se destacavam Martov, Martinov e Akimov – defendiam um modelo mais flexível de partido revolucionário, que aceitasse também meros simpatizantes, sem nenhum vínculo orgânico partidário. Um

modelo mais flexível de organização revolucionária, com espaço generoso ao espontaneísmo das massas (greivismo, “economismo”), o qual, segundo Lênin, leva no máximo ao trade-unionismo (8).

Essa famosa discussão resultou na não menos famosa divisão do POSDR em bolcheviques e mencheviques (9). Até Trotsky, que então era uma espécie de afilhado político de Lênin, voltou-se contra este, acusando-o de *“tentar construir uma organização fechada de conspiradores, não um partido da classe trabalhadora”*(10); passando para o campo dos mencheviques, dos quais se afastaria pouco depois. No ano seguinte, em *Nossas tarefas políticas*, ele voltava a condenar Lênin, dessa vez de forma mais sistemática. Para Trotsky, e também para Rosa Luxemburg – que acabaria por esgrimir com Lênin, a respeito de organização proletário-revolucionária, é o movimento das massas que tem a prerrogativa de conduzir o partido revolucionário, de conduzir a revolução. Para ambos, *“a vanguarda surge do movimento espontâneo das massas. Por isso, eles eram contrários a um partido que não saísse das massas, como o leninista”* (11). Aparentemente, os dois têm uma visão de conjunto maior do que a de Lênin, pela qual o partido é apenas uma parte do movimento social dos trabalhadores. Entretanto, se observarmos do ponto de vista dialético-ontológico, a visão de conjunto de Lênin é mais completa, pois ele já está centrado na síntese, isto é, na futura provável consecução da sociedade socialista. Para Trotsky, são os *soviets* que devem conduzir o processo revolucionário. E neles devem estar representados todos os partidos socialistas, o que corresponderia à sua visão de ditadura do proletariado. Como Rosa, ele tinha uma confiança na greve política como *“método esencial y más general de la insurrección proletaria.”* (12). Continuando, Trotsky chegaria a uma conclusão parecida à de Rosa: *La insurrección de las massas, señores jueces, no se prepara, se lleva a cabo. Es el resultado de circunstancias sociales, y no la realización de un plan.”* (13). Tal assertiva é totalmente contrária à teoria leniana de organização proletário-revolucionária, a qual esboçamos anteriormente. Rosa, ainda mais que o Trotsky dessa época – por volta da Revolução burguesa de 1905, pois posteriormente ele se transformaria em um bolchevique (14) -, é uma ferrenha adversária do partido leniano. É uma *“partidária resoluta de uma democracia de base, que se desenvolvesse através da greve de massas e que tivesse nos*

*conselhos dos operários e dos soldados o fundamento essencial de sua forma político-organizativa.”(15).*

A Revolução Russa de 1905 foi de fundamental importância para consolidar esta maneira de Rosa ver a construção revolucionária, da mesma maneira que o fora para Trotsky. Em *Greve de massas, partidos e sindicatos*, ela, tendo como referência os acontecimentos de 1905 na Rússia – nos quais esteve de corpo presente, embora sem papel de liderança –, defendia uma onda de greve de massas como um meio de se chegar à revolução socialista. Por isso, o seu combate tão rascivo ao centralismo proposto por Lênin: “(...) *As mudanças mais importantes e fecundas de tática, nos últimos anos, não se deveram aos descobrimentos de algum dirigente e muito menos de órgãos centrais, foram sempre o produto espontâneo do movimento, nessa fase de atividade.*” (16). Lênin lhe responderia que o centralismo pregado por ele era democrático, isto é, a maioria deve prevalecer sobre a minoria, no campo do partido revolucionário (17).

Da mesma forma radical que ele defendia o centralismo orgânico também o fazia em relação à democracia orgânica: “*O Partido Operário Social-Democrata Russo é um partido organizado na forma democrática. Isto significa que todos os assuntos do partido devem ser discutidos – diretamente ou por meio de representantes – por todos os membros do partido num plano de igualdade de direitos, sem exceção; além disso, todos os funcionários, todos os organismos de direção e todas as instituições do partido são elegíveis, responsáveis perante os filiados pela sua gestão e substituíveis.*” (18).

Na verdade, o centralismo de Lênin não se refere tão-somente ao interior do partido revolucionário como um todo. Observe-se que em *Que fazer?* ele insiste na necessidade de um único movimento revolucionário para toda a Rússia, com uma imprensa unificada – ao invés dos vários periódicos que havia, cada um atuando independentemente –, com uma única coordenação. Ou seja, ele enfatiza uma racionalidade revolucionária, sob o controle do núcleo dirigente do “partido guia do proletariado”. Lênin é extremamente realista e elitista. Para ele, a revolução somente pode ser dirigida, guiada, pelo núcleo dirigente, que deve deter o monopólio do saber (teoria) revolucionário, isto é, o marxismo. Para ele, as massas e suas associações, como já dissemos, chegariam por conta própria no máximo ao

trade-unionismo. Portanto, a revolução, na concepção leniana, tem uma rígida hierarquia: núcleo dirigente do partido revolucionário (que tem a capacidade de teorizar o saber marxiano), quadros intermediários deste partido (que detêm uma base do marxismo e do pensamento teórico do núcleo dirigente, com os quais devem conscientizar elementos das massas), operários e camponeses “avançados” (que têm condições de serem conscientizados pelos quadros intermediários e se organizarem de acordo com essa conscientização) e as massas amorfas e “atrasadas” (que devem ser “manipuladas” – através das agitações e propagandas – para a construção revolucionária: incitadas a fazer graves, a lutar contra os patrões e o Estado sob várias formas). Segundo esta concepção “elitista”, a revolução não é nem construída nem protagonizada – nem quando do assalto ao poder – pelas massas (19). Gramsci seguiria Lênin *pari passo* neste sentido “realista” e “elitista”. Ele que – mais do que Lênin – esteve em contato direto com os “simples” de sua Itália meridional, reconhecia uma imperiosidade em que a construção revolucionária – não somente a socialista, mas também a burguesa (a qual ele estudou com afinco – buscando demonstrar os seus conceitos de “bloco histórico”, hegemonia de classe e “sociedade civil”, entre outros -, principalmente as revoluções francesa e italiana) – deveria ser obra de “intelectuais orgânicos”, que tinham – no caso dos intelectuais marxistas – a missão de elevar os “simples” do “senso comum” à “filosofia da praxis”. Com relação aos intelectuais, ele, a exemplo de Lênin, dividia-os em os com mais domínio (capacidade para teorizar) e os com menos (capacidade apenas para transmitir o básico).

É de bom alvitre sublinhar que Lênin teorizou o seu modelo de organização proletário-revolucionária quando o POSDR estava ilegal e sob rigorosa clandestinidade. Isto condicionou a que ele defendesse uma rígida hierarquia orgânica, um rigoroso sigilo sobre as tarefas dos quadros dos partidos, as reuniões, os organismos partidários, a necessidade de uns quadros não conhecerem outros, etc. Posteriormente, quando aconteceu o “Domingo Sangrento” e irrompeu a revolução burguesa na Rússia, o próprio Lênin iria escrever outros textos pregando que a facção bolchevista do POSDR continuasse mantendo uma parte clandestina, segundo o modelo original, e se abrisse para uma parte legal, o que consistia em atuar em todos os espaços sociais – clubes, associações, sindicatos,

movimento de massas, etc. – permitidos pela nova conjuntura (20). Tal combinação de trabalho ilegal com trabalho legal já estava no contexto tático da estratégia de se aprofundar a revolução burguesa em direção à revolução socialista. Essa transição, defendia ele, deveria ser tarefa do proletariado – e não da burguesia emergente, como imporia a futura estratégia reformista do Komintern, a qual vigoraria também para o PCB - , sob a égide do partido revolucionário e, em última instância, de seu núcleo dirigente (21). Entretanto, no que concerne ao elitismo que antes mencionamos, ele é válido, segundo a concepção leniana, tanto em condições de rígida clandestinidade quanto em condições de democracia burguesa.

De certa forma, o tempo daria razão a Lênin: o movimento “espontâneo” de massas na Alemanha seria dominado pelo chauvinismo burguês, com o espocar da guerra mundial, quando se cristalizaria em definitivo o revisionismo – que Lênin denominou, nesse momento, “social-chauvinismo” (22) – no seio da social-democracia alemã, que votou pelos créditos de guerra, em posição contrária à Rosa, Franz Mehring e Karl Liebknecht, os quais, em 1917, fundariam o Partido Social-Democrata Independente (USPD), onde se destacaria a corrente spartaquista de Rosa, que seria o embrião do Partido Comunista da Alemanha (KPD). Além disso, a “revolução” alemã de 1919, impulsionada principalmente por greves de massas, viria a ser flagorosamente jugulada e Rosa e Liebknecht assassinados por ordem do governo social-democrata.

Enquanto isso, na Rússia , foi vitoriosa a revolução surgida também de um movimento de massas que levou à formação de uma frente popular sob a forma de governo provisório. Entretanto, para a vitória foi fundamental a vitória das “Teses de Abril” que Lênin apresentou ao Partido Bolchevista, em uma assembléia que ele próprio convocou em regime de emergência. Através dessas teses, nas quais apresentava o programa que seria quase que inteiramente utilizado quando da implantação do governo revolucionário, ele defendia que os bolcheviques saíssem do governo provisório e passassem a lutar na direção de provocar a revolução socialista, utilizando o seu modelo (leniano) de organização proletário-revolucionária. O resultado é que a revolução foi vitoriosa, sob a liderança do Partido Bolchevista e, em última instância, de Lênin. No entanto, é preciso levar-se em

conta que o movimento vitorioso na Rússia e o derrotado na Alemanha estiveram fortemente condicionados pelas realidades concretas de ambos os países, do que trataremos mais adiante, quando adentrarmos Gramsci a este debate.

O partido leniano se propõe a ser o embrião da ditadura do proletariado. Portanto não é um partido burguês, tipo os priorizados pelos estudos de Duverger, Sartori, Panebianco, entre outros. A rigor, o termo partido não é bem adequado para se referir ao partido de tipo leniano. Lênin, quando elaborou a sua “teoria de partido”, estava tratando diretamente de uma organização revolucionária para a tomada do poder. O termo partido na acepção que hoje entendemos foi introduzido pela ascensão política da burguesia, indicando representação – governo representativo – da sociedade civil no corpo do Estado. Isso, em termos estratégicos – embora não em termos táticos –, está totalmente fora da concepção marxista-leninista. Marx, em *A guerra civil em França*, condena com veemência o governo representativo, considerando que esta engenharia política é um artefato que elege, através do sufrágio universal, os inimigos do povo. Neste mesmo texto, ele defende que os revolucionários, ao serem vitoriosos, devem organizar-se em um Estado sob a forma de ditadura do proletariado, o que representa uma posição contrária ao *putchismo* levado a efeito pela Comuna de Paris, sob a influência predominante do *blanquismo*. Portanto, para ele, a revolução não está somente na infraestrutura – como enfatiza o “evolucionismo” de Bernstein –, mas é principalmente uma conquista à base da violência, da ruptura com a velha ordem. Em *O Estado e a revolução*, Lênin, combatendo os reformistas alemães e russos, reitera essas posições de Marx.

O paradigma marxista-leninista não vê a essência do surgimento dos partidos políticos como sendo uma decorrência do surgimento do Parlamento – já a partir do Absolutismo – no qual começariam a estar representadas as diversas partes políticas da sociedade civil, como historiam Weber (23) e Duverger (24). Muito menos veria o partido como sendo um “jogador” (Teoria dos Jogos) no “mercado de votos”, do modo como viria a defender mais recentemente Anthony Downs (25). Pela concepção marxista-leninista, os partidos são uma expressão (representantes) da luta de classes que advém da sociedade civil, do mundo das necessidades, e se espalha para o Estado. Isso está bem trabalhado por Marx

em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, no qual as lutas no Parlamento (Estado) são um “reflexo” da luta de classes na sociedade civil. A visão de partido proletário em Lênin – que, como já dissemos, sistematizou uma teoria do partido especificamente proletário, o que Marx e Engels não chegaram a fazer – corresponde a que ele deixe de ser uma parte representativa da sociedade civil e se torne uma totalidade, quando da sedimentação da sociedade socialista. Ou seja, o partido leniano, a organização proletário-revolucionária leniana, arvora-se em representar, melhor dizendo, guiar, dirigir, o futuro todo social – o socialismo – que este próprio partido se dispõe (como “missão histórica” do proletariado, o que Marx já apontava em seu primeiro texto dos *Anais franco-prussianos*) a construir ainda durante o regime capitalista – ou, como no caso russo, no regime “semi-feudal” -, através da exclusão da burguesia e de seus aliados, pela destruição do Estado burguês. Como já estava em Marx, os revolucionários deverão impor uma sociedade e um Estado do proletariado e de seus aliados, o que corresponde à transição à “segunda fase da sociedade comunista”, equivalente à “ditadura do proletariado.” (26). De modo que, a organização (partido) revolucionária leniana tem como estratégia dirigir o proletariado para a sua revolução de classe, tirando-o de sua condição objetiva de estar sendo parte (submissa) da totalidade burguesa. Ser esta parte é apenas uma condição tática circunstancial, a qual o próprio Lênin defendeu em vários momentos entre o “Domingo Sangrento” e as “Teses de Abril” e a defenderia para partidos comunistas europeus que ainda não haviam realizado a sua revolução (27). O partido leniano se guia pela estratégia de destruir o sistema burguês, através do assalto ao Estado – em detrimento de priorizar um trabalho de construção ideológico-hegemônica na sociedade civil – e, em seu lugar, construir o sistema socialista. E nessa complexidade é o partido leniano que chama para si a missão de destruir um regime e construir outro. Esse tipo de partido se propõe a ser uma espécie de Estado paralelo ainda dentro do sistema burguês, ainda antes da concretização da revolução proletária, daí a intransigência de Lênin em defender uma rígida disciplina orgânica, baseada em quadros revolucionários profissionais (nos sentidos teórico e prático do marxismo).

Portanto, a concepção de partido leniano é absolutista, em função de que não há

espaço para relativismos. É uma concepção fundada em uma relação de alteridade, pela qual o “outro” deve ser excluído pela violência. Já o revisionismo é uma concepção relativista, por isso fundada no taticismo; enquanto que o modelo leniano de organização revolucionária é inflexivelmente preso à estratégia socialista, mesmo que etapista, como Lênin receitou para a revolução na Rússia: primeiro aprofundar a revolução burguesa de 1905, para, então, deflagrar o socialismo; entretanto, ambas as fases sob a liderança do proletariado e seu partido de classe (Partido Bolchevista). No revisionismo, as táticas sobrepõem a estratégia socialista, fazendo com que o partido “proletário-revolucionário” (que se torna cada vez menos proletário e menos revolucionário) vá integrando-se gradualmente ao regime burguês – tornando-se um partido da ordem –, principalmente através de buscas de conquistas no governo representativo, por meio do sufrágio universal. Lênin trouxe o marxismo de Marx e Engels à sua essência: a estratégia tem que ser prevalente e as táticas têm que estar submetidas a ela, têm de ser instrumentos que a impulsionem da maneira mais racional, segura e ágil.

Acontece que Lênin viveu os seus dias de líder revolucionário sob uma sociedade civil frágil, pouco estruturada, com uma acirrada luta de classes, um baixo desenvolvimento infra-estrutural (às vésperas da Revolução de 17 a Rússia ainda tinha resquícios de semi-feudalismo, embora já houvesse passado por duas recentíssimas revoluções burguesas, que se deram a níveis praticamente político. Vale dizer que a abolição da servidão na Rússia acontecera havia pouco tempo: 1861) e um Estado fortemente repressivo (mesmo após as revoluções burguesas que acabaram com o absolutismo czarista), embora frágil militarmente, principalmente no bojo da I Guerra Mundial. Ou seja, o contexto era propício a que os bolcheviques fizessem predominar a estratégia socialista, desde a revolução burguesa de 1905, conforme tese defendida por Lênin, e que se preparassem para o assalto ao Estado no momento oportuno, o que aconteceria em atenção a Lênin, através de suas “Teses de Abril”. Já na Alemanha da mesma época, os social-democratas viviam em um contexto de sociedade civil fortemente estruturada, com uma luta de classes bem mais amena do que a que se desenvolvia na Rússia, um alto nível de desenvolvimento infra-estrutural (a Alemanha era a segunda potência econômica do mundo, atrás apenas dos

Estados Unidos) e um Estado mais forte, mais complexo e menos repressivo do que o russo (a Alemanha passava por sua primeira experiência de real democracia burguesa, expressa pela República de Weimar). De modo que, crescia na Alemanha uma classe média – principalmente no setor de serviços –, o SPD ganhava votos para além da classe operária, crescendo sua bancada no Parlamento e chefiando o governo através de coligações com partidos de centro e de centro-direita. A urbanização avançava a passos largos, impulsionada pelo profundo desenvolvimento econômico, deflagrado pelo bismarckismo, através da “via prussiana”. A população alemã cresceu de 41 milhões de habitantes (1871, data da unificação, da construção do Estado nacional) para 49 milhões (1890) e chegou a 67 milhões em 1914. Em 1841, um terço da população vivia nas cidades. Já em 1910, esta proporção elevou-se para dois terços (28). Estes fatores objetivos tiveram peso fundamental na vitória do reformismo sobre o projeto revolucionário, no seio da social-democracia alemã, que investiu muito mais em acumular posições no governo representativo do que preparar a revolução socialista, como se dispuseram a fazer os bolcheviques sob a liderança teórico-pragmática de Lênin.

O governo representativo é, sem dúvida, uma grande arma da burguesia para manter o sistema burguês, dentro de uma ordem estável. É sabido que o credo liberal, desde Locke, prega uma igualdade política de direitos para todos os cidadãos. As revoluções estadunidense e francesa consolidaram esse direito político. No entanto, a ascensão das massas a partir da Revolução Industrial passou a assustar a burguesia, mormente com os movimentos insurrecionais de 1848. A resposta das burguesias nacionais foi reprimir violentamente os trabalhadores insurretos, os quais, efetivamente, haviam-nas colocado no poder, ao participarem de suas revoluções de armas nas mãos. Certamente, sem as massas armadas a burguesia não teria vencido suas revoluções.

Mas não somente a repressão foi usada para conter a ascensão das massas. Menos do que esta, os teóricos burgueses passaram a desenvolver mecanismos visando colocar as massas em seu devido lugar. Vejamos alguns desses mecanismos.

Smith, através da tese do “self-interest” e do homem ser naturalmente propenso a trocas (econômicas), diluía o elemento político no elemento econômico, o que era – e

é – uma forma eficaz de alienar as massas, afastá-las da política. Era importante que cada um introjetasse que praticando o “self-interest” estaria pavimentando o caminho de sua ascensão social.

Bentham criou um modelo disciplinar bastante econômico e bastante eficiente em vigiar e punir as massas: o chamado panóptico de Bentham, com o qual Foucault se entusiasma sobremaneira em seu estudo sobre o poder disciplinar, aquele que alcança os interstícios sociais, através de uma rede de micropoderes.

Tocqueville, preocupado com o que considerava ser um alto grau de democracia (“tirania da maioria”) – a democracia dos Estados Unidos estudada por ele no século XIX – fundamentou um antídoto a ela: as associações privadas (de todo o tipo), as quais já eram um esteio do modo de ser democrático estadunidense.

Ou seja, era preciso conter politicamente os novos trabalhadores constituídos (sob extrema violência) pelo modo de produção capitalista: cidadãos livres juridicamente para venderem a única mercadoria que, por opção racional utilitarista, a burguesia não lhes expropriara: a sua força-de-trabalho; pelo contrário, a criara. E desta, o que mais queria a burguesia era a mais-valia, a força motriz das acumulação, concentração e centralização do capital.

A grande arma encontrada pelos teóricos burgueses para conter a ascensão das massas, para mantê-las submissas ao sistema político burguês, foi o governo representativo. Caso fosse seguido o exemplo da democracia direta – a democracia ateniense para os cidadãos e a pregada por Rousseau – as massas teriam mais vantagens de alcançar a hegemonia política, por serem a grande maioria e por terem adquirido o status de cidadãos, por força das revoluções burguesas. Então, a melhor engenharia política para o fortalecimento da burguesia foi o governo representativo.

Stuart Mill – também fortemente preocupado em conter a “tirania da maioria”, ele que sofrera influência de Tocqueville – em seu livro sobre o tema (*Considerações sobre o governo representativo*) elaborou uma série de preceitos elitistas e utilitaristas com o escopo de afastar as massas do controle sobre o governo. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo mostraria que ele exagerara no temor de que as massas, por serem a parte mais

numerosa da população, alcançariam o governo através do sufrágio universal (um dos pressupostos do liberalismo). Przeworski, em um estudo (*Capitalismo e social-democracia*) sobre partidos socialistas de orientação marxiana, percebeu que o simples fato de existir o governo representativo fez com que esses partidos amainassem o radicalismo de seus discursos, abandonassem a luta revolucionária de classes e passassem a buscar votos para além da classe operária, o que os fez caminhar cada vez mais para a direita, passando de marxistas a revisionistas, depois a keynesianos.

De fato, um fator fundamental de o movimento social dos trabalhadores alemães ter seguido o caminho da reforma, ao invés de o caminho da revolução, foi devido à opção do SPD – que era, em realidade, uma espécie de partido guia do proletariado, de maneira não-leninista – em alcançar o socialismo através da via pacífica, sobretudo através de eleições, buscando, com isso, ganhar maioria no governo representativo.

Posteriormente, Gramsci iria entrar nessa discussão sobre a estratégia da revolução socialista, como um participante ausente – pois estava preso nos cárceres de Mussolini – , o que foi registrado em diversos “aforismos” de seus *Quaderni*. Na prisão, ele pôde fazer uma “revisão” no paradigma leniano de estratégia revolucionária – do qual ele próprio houvera sido um fiel seguidor nos tempos de dirigente do PSI e, depois, PCI –, que, como vimos, é eminentemente político, centrado na busca de acumulação de forças (político-militares) para o momento propício ao assalto à máquina estatal.

Gramsci considera que a Revolução de Outubro teve o caráter de “guerra de movimentos” devido a que a Rússia de então, como o Oriente em geral, tinha uma “sociedade civil” – “*direção intelectual e moral de um sistema social*” (29) – mais fraca do que a “sociedade política” (basicamente o espaço estatal), o que facilitou a conquista do poder.

Gramsci considera que no Ocidente, basicamente a Europa ocidental de seu tempo, isto é, a matriz do capitalismo desenvolvido, a “sociedade civil” é mais forte (mais estruturada, fragmentada, baseada em uma “solidariedade orgânica”, digamos assim, para usarmos uma categoria durkheimiana) do que a “sociedade política”. Em virtude disso, mesmo mantendo-se constante a estratégia socialista como fim último em direção à

“sociedade regulada” (a qual equivale à segunda fase da sociedade comunista de Marx), as táticas têm que se adequar mais à “guerra de posições” do que à “guerra de movimentos”. Ou seja, o proletariado – liderado pelo “núcleo dirigente” de tipo leniano: de fora e acima do movimento de massas, formado por revolucionários profissionais, etc. – deve esforçar-se por ganhar hegemonia (consentida) na “sociedade civil”, perante seus aliados, e somente depois disso partir para o assalto ao poder estatal, à “sociedade política”, à conquista da revolução socialista. Quer dizer, é uma estratégia etapista, mas sem ser revisionista, pois sua primeira etapa já visa construir o “bloco histórico” socialista – consolidação da hegemonia ideológica da classe proletária e de seus aliados na “sociedade civil” -, o qual deve ter uma ligação umbilical com a segunda etapa, que é a conquista do poder estatal. De modo que, a proposta de Gramsci – para o Ocidente – não é baseada no taticismo (acomodação ao sistema burguês), como o é, na realidade, para o revisionismo, mas na conjugação de duas estratégias socialistas: a primeira visando ganhar a hegemonia basicamente ideológica na “sociedade civil” e a segunda buscando ganhar a hegemonia total (ideológica, política e econômica) na “sociedade política”, fundando-se, assim, a revolução socialista de uma maneira mais viável, mais pragmática. No PCB, e em alguns partidos comunistas europeus (principalmente o italiano, do qual Gramsci fora fundador e dirigente), passou a haver, a partir da década de 1970, uma leitura gramsciana – tendo Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho como seus maiores defensores – que se baseava notadamente na primeira fase da estratégia global socialista de Gramsci, isto é, a conquista da hegemonia na “sociedade civil”. Analisaremos tal questão quando chegar o momento propício.

Todas estas considerações tático-estratégicas que vimos de descrever, viriam a permear, a consubstanciar, a pugna pecebista de que iremos tratar neste trabalho, daí, reiterando, a importância de tê-las apresentadas.

A rigor, o PCB jamais chegou a ser um partido autenticamente leninista, conforme o modelo que descrevemos mais atrás. Paradoxalmente, ele jamais deixou de assumir, de avocar, esse modelo. Somente no bojo da luta cupulista – já no final da década de 1970 – foi que passou a haver uma negação, por parte de alguns opositores de Prestes, em

continuar a ter o PCB como um partido leninista e em ter a ditadura do proletariado como o alvo dos comunistas. Lênin, referindo-se aos reformistas russos de seu tempo e também a Bernstein e a Kautsky, afirmou que para ser marxista não bastava reconhecer a história enquanto produto das lutas de classes, mas ter a ditadura do proletariado como pressuposto (30). De modo que, pela leitura leniana, esses opositores prestistas estariam negando não somente Lênin, mas também Marx.

## Notas

1. Sobre o início da vida teórica de Marx e Engels, ver, entre outros: Auguste Cornu, *Karl Marx e a Revolução Francesa(1841-1845)*; O.M. Bakuradze, *A formação das idéias filosóficas de Karl Marx*; Irene Bach e Efim Kandel, *A participação de Marx e de Engels no movimento operário internacional, factor decisivo na formação de sua concepção do mundo (1842-1846)* – todos estes artigos estão em Vasco de Magalhães Vilhena (Org.), *Raízes teóricas da formação doutrinal de Marx e Engels (1842-1846)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981; Nikolai S. Lápine, *A primeira crítica frontal da filosofia de Hegel por Marx*; Zindrich Zeleny, *As etapas da crítica de Marx a Hegel*; Gottfried Stiehler, *A filosofia de Hegel, uma das origens teóricas da concepção do mundo de Marx e Engels* – todos em Vasco de Magalhães Vilhena (Org.), *Marx e Hegel (Marx e o “caso” Hegel)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985; Lênin, *As três fontes do marxismo*; Friedrich Engels, *Karl Marx*; Friedrich Engels, *Para a história da Liga dos Comunistas*; Osvaldo Coggiola, *150 años del Manifiesto Comunista*, Capital federal, Argentina, Ediciones Rumbos, En defensa del marxismo, febrero-abril de 1998; Bert Andreas, *La liga de los comunistas, México*, Cultura Popular, 1997; Michael Löwy, *La teoría de la revolución en el joven Marx*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
2. Carta de Engels a Gerson Trier, datada de 18/12/1899, Apud Marx, Engels e Lênine, *Acerca do partido*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, p.21. Há várias outras passagens nas quais Marx e Engels defendem que o proletariado deve organizar-se em partidos seus. Ver, por exemplo: *Engels, a questão militar na Prússia e o partido operário*

- alemão; Marx e Engels, *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas(1850)*; Marx e Engels, *Resoluções da Conferência de Delegados da Associação Internacional dos Trabalhadores*; Engels, *A futura revolução italiana e o partido socialista*.
3. Ver: Marx, *A guerra civil na França*; Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*; Carta de Marx a Ludwig Kugelmann (Londres, 12/4/1871).
  4. James Joll, *La II Internacional*, Movimiento obrero, 1889-1914, Barcelona, Icaria, 1976, p.91. Ainda sobre o SPD na II Internacional, ver: Jacques Droz, *História geral do socialismo*, Lisboa, volume 4, Livros Horizonte, 1972.
  5. M. A. Dynnik, *Contra o revisionismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p.32.
  6. Na verdade, Lênin não foi o primeiro a defender que o partido proletário deveria ser construído de fora e acima das lutas de classes. *“Este concepto de ninguna manera fue inventado por Lenin. Corresponde a una tradición que, comenzada por Engels, pasando por Kautsky, llega hasta las doctrinas clásicas de la socialdemocracia internacional entre los años de 1880 y 1905. El programa de Hainfield de la socialdemocracia austriaca, entre 1888 y 1889, explicitamente afirma: “La conciencia socialista es llevada a la lucha de clases proletaria desde afuera, no es algo que orgánicamente se desarrolle a partir de la lucha de clases”*. En 1901, Kautsky publicó su artículo “Akademiker und Proletarier” en Neue Zeit ( año 19, vol. 2, abril 17 de 1901), en el cual se expresa el mismo pensamiento (p.89) de manera que inspiró directamente el *Que hacer?* de Lenin. (Ernest Mandel. *La teoría leninista de la organización*, México D.F., Ediciones Era, 1971, p.70).
  7. Lênin. *Um passo em frente, dois passos atrás*, Lisboa, Nosso Tempo, 1972, p.103.
  8. Lênin, *Que fazer?*
  9. Sobre o cisma no POSDR que dividiu este partido em bolcheviques (que eram os leninistas ou iskritas) e mencheviques, ver: *Lênin, Um passo em frente, dois passos atrás. A crise de nosso partido* (que trata especificamente do II Congresso do POSDR) e *Lênin, As duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (onde Lênin, em oposição aos mencheviques, defende que o proletariado deve ser o dirigente da revolução burguesa advinda do “Domingo Sangrento” e encaminhá-la para o socialismo.

Neste livro, ele está fazendo uma comparação entre o III Congresso do POSDR (convocado e discutido apenas pelos bolcheviques) e a Conferência dos mencheviques (ou neiskritas), que enfatizava o “economismo”.

10. Isaac Deutscher. *Trotsky, o profeta armado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.93.
11. Orlando Miranda. Introdução, in: O. Miranda (org.). *Trotsky. Política.*, São Paulo, Ática, 1981, p.20.
12. Trotsky. 1905, *Resultados y perspectivas*, tomo 2, Rueda Ibérica, 1971, p. 42.
13. Ibidem, p.45.
14. Após assumir-se como bolchevique e vir a ser o segundo – depois de Lênin – líder mais destacado da Revolução de Outubro, Trotsky acabaria por corroborar, em teoria e na prática – ainda que com algumas divergências – o modelo de organização proletário-revolucionária leniana. Até o fim de sua vida, em seu último texto, por exemplo, que não chegaria a ser concluído, ele defendeu que “*La historia no es un proceso automático. Si lo fuera, por qué los programas, por qué los dirigentes, por qué los partidos, las luchas teóricas?*” (*Classe, partido y dirección*. Liga Obrera Marxista, México, 1964, p.26).
15. Oscar Negt, “Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo”; in: Eric Hobsbawm (Org.), *História do Marxismo. O marxismo na época da Segunda Internacional*, Segunda parte, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1984, p. 15.
16. Rosa Luxemburg. “Questões de organização da social-democracia russa”; in: *Partido de massas ou partido de vanguarda*, São Paulo, Nova Stella, 1985, p. 21.
17. Lênin. “Um passo adiante, dois atrás”; in: *Partido de massas ou partido de vanguarda*, op. cit. P.44.
18. V. I. Lenine. “A social-democracia e as eleições à Duma, V.I. Lenine, *Obras completas*, 2ª edição, Buenos Aires, Ed. Cártago, 1969-1973, t. XI, p.478. Apud Marx, Engels e Lenine, *Acerca do partido*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, p.52.
19. Sobre este “elitismo” de Lênin, ver, por exemplo: *Que fazer?*
20. Ver, por exemplo: “Sobre a Reorganização do Partido” (publicado em *Novaia Zhizn*,

- números 9, 13 e 14 de 10, 15 e 16 de novembro de 1905, onde Lênin defende a ocupação dos espaços legais, mas mantendo-se o aparelho clandestino do POSDR. “A organização do partido e a literatura partidária”, publicado em *Novaia Zhizn*, número 12, de 13 de novembro de 1905, onde ele defende a necessidade de o POSDR investir em uma imprensa legal, mas continuando com sua imprensa clandestina.
21. Ver, por exemplo: *As duas táticas da social-democracia na revolução democrática*.
  22. Lênin. *A falência da II Internacional*, São Paulo, Kairós, 1979.
  23. Max Weber. “La política como vocación”, In: *Max Weber: el político e el científico*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.
  24. Maurice Duverger. *Los partidos políticos*, México, Fondo de Cultura Mexicana, 1957.
  25. Anthony Downs. *An economic theory of democracy*, New York, Harper and Brothers, 1957.
  26. Marx. *Crítica ao programa de Gotha*; Lênin, *O Estado e a revolução*.
  27. Ver, por exemplo: Lênin. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.
  28. Angela Mendes de Almeida. *A República de Weimar e a ascensão do nazismo*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.9.
  29. Hugues Portelli, *Gramsci e o bloco histórico*, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987, p.19.
  30. Lênin. *O Estado e a revolução*.

## II - AS VICISSITUDES TÁTICO-ESTRATÉGICAS DO PCB ORIUNDO DA CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA

O objetivo deste capítulo é demonstrar que o golpe de 64 provocou um grande cisma no PCB — o maior de sua história — basicamente por que colocou em cheque a estratégia pela qual este partido vinha conduzindo-se, com uma relativa unidade orgânica em tomo da mesma. Para comprovar esta nossa premissa, entendemos ser necessário que tomemos o fio da meada da linha estratégica desse PCB de que estamos tratando, o que obriga a que tenhamos a Conferência da Mantiqueira como nosso ponto de partida.

### “REFUNDAÇÃO” DO PCB: UNIÃO NACIONAL, CNOP E CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA

A derrota do movimento insurrecional de 1935 levou o PCB a sofrer uma feroz perseguição por parte dos órgãos de segurança. Já em 1935, com o jugulamento das rebeliões em Recife, Natal e no Rio de Janeiro, foram presos vários líderes pecebistas, como Silo Meirelles, Gregório Bezerra, Giocondo Dias, Agildo Barata e Agliberto Azevedo. No ano seguinte, mais um rol de lideranças, entre as quais, Prestes, Ewert e Ghioldi, caiu nas garras da polícia. As prisões se enchiam daqueles que fizeram parte da frente ampla que fora a ANL: pecebistas, trotsquistas, socialistas e até liberais. Com o golpe de Estado de novembro de 1937, o governo Vargas se institucionalizou como uma ditadura, tornando ainda mais rígida a clandestinidade a que fora submetido o PCB após a derrota de 1935. A repressão aumentou sobremaneira, atingindo quaisquer pessoas que fossem consideradas inimigas do regime.

Nesse período pós-1935, o PCB encontrava-se desarticulado e reduzido a poucos quadros. A falta de uma unidade interna era tamanha que nas eleições para presidente da República, previstas constitucionalmente para acontecerem em 1938 — e abortadas com o golpe do Estado Novo —, o Partido dividiu-se em apoiar Armando Sales, José Américo e não apoiar nenhum candidato. A imprensa pecebista anunciava o governo Vargas, os integralistas e os trotsquistas como seus principais inimigos. Em 1938, os integralistas, ao

desfecharem um ataque contra o governo Vargas, foram postos fora de combate, e novamente as prisões se encheram de inimigos do regime; dessa vez os seguidores de Plínio Salgado. A deflagração da 2ª Guerra Mundial pela Alemanha fez os pecebistas elegerem um inimigo acima de todos: o nazi-fascismo, contra o qual passaram a pregar uma frente ampla, uma união nacional.

A rigor era uma continuidade da frente única contra o fascismo levada a efeito pela ANL e que fora colocada em prática em vários países desde a tomada do poder na Alemanha pelos nazistas. O VII Congresso do Komintern, em 1935, através do célebre relatório de Dmitrov, tornou a tese da frente única contra o fascismo uma obrigação tática para todos os partidos comunistas do mundo.

O PCB excluía da união nacional apenas os fascistas internos, os quais eram identificados como sendo os integralistas e os quinta-colunistas de diversas matizes. Ao jugular o integralismo, o governo Vargas, que na imprensa pecebista aparecia sob o rótulo de fascista, começou a ser visto como tomado por uma contradição: um lado fascista e outro liberal, enquanto Vargas pendia para um e para outro. Em sua tática de aprofundar a união nacional, o PCB passou a apoiar os liberais do governo, capitaneados por Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores e americanófilo de proa, contra os “fascistas”: Góes Monteiro, Dutra, Francisco Campos, Newton Cavalcanti, Filinto Muller, almirante Guilhem, entre outros, que tinham uma simpatia pelo nazi-fascismo. É de bom alvitre ressaltar que até declarar guerra ao Eixo, em fevereiro de 1942, o governo Vargas jogava com os liberais, sobretudo os Estados Unidos, e com o fascismo.

Osvaldo Aranha envidava esforços no sentido de levar o governo brasileiro a um alinhamento pró-estadunidense. Em 8 de outubro de 1938, em um discurso seu, ele pregou uma “*comunhão fraterna e nacional*” contra o iminente perigo fascista, justamente num momento em que a Alemanha avançava em suas ambições belicistas. O Bureau Político (Comissão Executiva) do PCB emitiu um documento para apoiar a atitude de Aranha e defendia como primeiro passo dessa “*comunhão fraterna e nacional*” que o governo decretasse anistia aos presos e aos perseguidos políticos e afastasse os “*elementos fascistas*” de sua administração. O documento não atacava a pessoa de Vargas, como fora comum

antes da repressão aos integralistas, mas apenas o grupo “fascista” em seu governo. (1)

Avançando em sua tática de isolar o fascismo interno, o Bureau Político do PCB escreveu uma “*Carta aberta do Partido Comunista do Brasil ao ministro Osvaldo Aranha*”, em março de 1939, na qual defendia “*uma aliança militar defensiva com a grande democracia norte-americana*”, além do “*estreitamento da política de amizade e boa vizinhança com os Estados Unidos*”, justificando que o Brasil e aquele país tinham “*interesses comuns na luta contra o inimigo nosso e deles – e de todo o mundo – o imperialismo nazi-fascista*”. O documento também defendia a democratização no Brasil, através da “*união de todos os brasileiros que amem verdadeiramente a sua pátria, em torno de um programa de pacificação da família brasileira, pela concessão da anistia, de liberdades democráticas, de defesa nacional, de paz interna, de construção e emancipação nacional e de luta contra o inimigo comum da civilização e da cultura da humanidade: o imperialismo nazi-fascista*”. Havia ainda uma lembrança de que o PCB se solidarizara com o governo Vargas quando este desfechara um golpe contra os integralistas em 1938. (2)

É evidente que nem Osvaldo Aranha e muito menos o governo Vargas tinha qualquer contato com o PCB, que vivia nos subterrâneos da liberdade, para parafrasearmos Jorge Amado. Esses documentos somente tinham efeito para o público interno do PCB e eram distribuídos clandestinamente, sob a forma de folhetos e panfletos para a população em geral, a qual também os ignorava. Os comunistas, a essa época, eram vistos oficialmente – pela sistemática propaganda que o governo e a mídia empreenderam desde as insurreições de 1935 – como inimigos não somente do Brasil, mas também da humanidade, dignos de serem presos à revelia de *habeas corpus*, torturados e sentenciados em tribunais de exceção, quando não assassinados. Os documentos que estamos citando faziam parte do acervo da polícia política da época, que os aprendia em suas diligências contra os inimigos do regime em geral, sem importar se fossem pecebistas, trotsquistas ou meros suspeitos de subversão. O que queremos mostrar é que o PCB, através de sua direção, saiu de uma posição de caracterizar o governo Vargas como um inimigo indigno de aliança, para uma aproximação com o mesmo, pelo seu lado liberal, o que estava condicionado por sua nova tática de união nacional contra o fascismo. Além do apoio ao

setor liberal, os documentos da direção pecebista passaram a apoiar medidas específicas do governo Vargas, que consideravam de cunho nacionalista e úteis ao bem-estar dos trabalhadores. Medidas como o “reforçamento da defesa nacional pela solução da siderurgia e do petróleo nacional” (3); *“o acordo realizado recentemente com os Estados Unidos por intermédio de Osvaldo aranha, o apoio dado por Vargas à mensagem de paz do presidente Roosevelt, o código de Águas e Minas, o novo imposto progressivo sobre a renda, as reiteradas promessas de Vargas sobre a instalação da siderurgia, as promessas feitas ao proletariado no discurso de primeiro de maio”*. (4)

Não havia ainda um apoio explícito à pessoa de Vargas, e nem a união nacional pregada pelo PCB incluía o presidente da República, haja vista que o Brasil vivia sob uma ditadura, com milhares de presos políticos e seu governo mantinha uma certa cumplicidade com o nazi-fascismo. Mas, pouco a pouco, o PCB iria chegar à tática de união nacional sob a liderança de Vargas.

A tática da mais ampla união nacional contra o fascismo era quase que consensual no Partido. Em 1938, na prisão, através de carta ao tenente integralista Severo Fournier, preso em uma cela próxima à sua, Prestes, utilizando o codinome Vila, afirmava que *“a união de todos os brasileiros é o que reclamam, no dia de hoje, os supremos interesses do Brasil (...) que todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas opiniões políticas, suas crenças religiosas, suas tendências ideológicas, unam-se para a luta imediata por este programa de união nacional”*, o qual consistia de três pontos básicos: *“democracia, nacionalismo e bem-estar do povo”*. Nessa união, ele englobava *“até o próprio Getúlio, se amanhã compreender a necessidade nacional de um tal programa”*. E Prestes lembrava ao tenente Fournier que defendia essa proposta acima do rancor pessoal que nutria por Vargas, devido a ele ter deportado a sua esposa, Olga Benário, para a Alemanha nazista. (5)

Em outubro de 1939, o comando pecebista dava um passo significativo em sua aproximação com Vargas, ao proclamar uma mensagem dirigida *“ao presidente Getúlio Vargas e aos democratas do governo”*, defendendo uma união nacional da qual estavam vetados apenas os “fascistas” de dentro e de fora do governo. (6) Se antes os seus documentos incluíam somente o setor liberal do governo Vargas na união nacional; dessa

vez, o próprio presidente aparecia implicitamente como um dos partícipes.

Entretanto, como já foi dito, a tese de uma união nacional a mais ampla possível era quase consensual no Partido; não era consensual. O Comitê Regional (CR) do estado de São Paulo, por exemplo, opunha-se a ela de forma radical. Para aquele CR, “*o atual governo é ainda fundamentalmente uma ditadura policial-militar*”. Esta declaração, em documento de fevereiro de 1939, não dicotomizava, ao contrário dos documentos do Bureau Político (núcleo dirigente) do PCB que acabamos de ver, o governo Vargas em uma ala “fascista” e outra “democrata”. O CR de São Paulo também atacava os Estados Unidos e a direção banguzista. A sua união nacional excluía todo o governo Vargas e tinha como tarefa precípua a democratização do país. (7)

No mês seguinte, o CR de São Paulo editou o seu *Boletim* apresentando-se como *Dissidência pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária*. O alvo de suas críticas era um documento do Bureau Político que, em certo trecho, dizia que “*não estamos a favor de Getúlio e de Ademar. Apoiamos os atos de ambos, atuais ou futuros, contra o fascismo e a favor do povo do Brasil*”. O *Boletim* combatia este ponto de vista, salientando que “*o governo bonapartista de Getúlio, oriundo de um golpe de estado, levado a efeito com o apoio dos elementos mais reacionários do país e em flagrante contradição com a opinião pública que se mobilizava então para a luta eleitoral, não podia inspirar confiança a nenhum grupamento político democrático e muito menos a um partido que se pretendia arrogar o direito de orientar as massas trabalhadoras*”. Em seguida, as baterias se voltavam diretamente contra o núcleo dirigente pecebista e a III Internacional Comunista (Komintern): “*o PCB, na mão da facção banguzista, contando com o apoio dos burocratas da I.C., encarregou-se de endossar a demagogia de Getúlio no seio da massa trabalhadora*”. Firmando o seu afastamento da “*facção banguzista*” e da Internacional, a direção do CR de São Paulo apresentava uma carta do Secretariado Nacional do Partido Operário Leninista, uma tendência trotsquista, endereçada a si, exortando uma união entre ambos com vistas à formação “*do novo Partido da Revolução*”. (8)

A facção banguzista a que se refere o documento equivalia ao novo círculo dirigente do PCB que se formara após a prisão do secretário-geral Miranda, em 1936. Essa nova

direção tinha o secretariado nacional formado por: Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), como secretário-geral, Honório de Freitas Guimarães (Martins), Deicola dos Santos (Tampinha), Francisco Leiva (Cabeção), José Cavalcanti (Gaguinho) e Eduardo Ribeiro Xavier (Abóbora). (9) Em 1940, estes dirigentes seriam presos pela polícia e acabariam parando no presídio da Ilha Grande, onde encontrariam outras lideranças pecebistas e também trotsquistas. Por sua vez, os dirigentes do CR de São Paulo, que vislumbravam uma aliança com os trotsquistas e combatiam a Terceira Internacional, seriam expulsos do Partido. Essa luta interna e o fato de o PCB ter-se tornado acéfalo propiciou a necessidade dele ser reconstruído, “refundado”, o que se daria sob novas lideranças, que acabariam por criar a CNOP–Comissão Nacional de Organização Provisória.

Essa reconstrução partidária foi realizada em penosas condições de clandestinidade e envolveu, predominantemente, grupos pecebistas da Bahia, do Pará e do Distrito Federal. Armênio Guedes conta que, no começo de 1941, ele e Diógenes Arruda saíram de Salvador com destino a São Paulo, tencionando reorganizar o Partido. A princípio, instalaram-se em Campinas, onde Arruda se inscreveu em um curso de engenharia agrônoma. Daí, “*começamos a buscar contatos em São Paulo*”, para onde se mudaram, entre agosto e setembro, e passaram a manter contatos com o grupo baiano: João Falcão, Mário Alves, Jacob Gorender e Giocondo Dias. Pouco depois, Milton Caíres de Brito e Moisés Vinhas rumaram de Salvador para São Paulo, com o intuito de ajudar Guedes e Arruda. Uma das providências mais significativas desses baianos na capital paulista foi a organização de “*um esboço de Partido*”; já que dos dirigentes anteriores, uns foram presos e outros expulsos sob a acusação de serem trotsquistas. Paralelamente, no Rio de Janeiro, estava sendo construída a CNOP, sob a liderança de Amarílio Vasconcelos, “*depois vieram Pedro Pomar, Grabois e Amazonas*”, oriundos de Belém. Logo a CNOP passou a deter a hegemonia no “novo” PCB, englobando todas as lideranças que acabamos de citar e obtendo o reconhecimento de Prestes. (10)

João Amazonas também dá o seu depoimento sobre essa reconstrução.

“*(...) Nós então começamos, a partir de 1940/1941, a reorganizar um mínimo de Partido. Criou-se então a chamada Comissão Nacional de Organização Provisória*

*(CNOP) para articular essa reorganização. Comissão essa cujos elementos de mais destaque eram o Amarílio Vasconcelos, Maurício Grabois, Ivan Ramos Ribeiro, Dinarco Reis, o capitão Júlio Sérgio Machado de Oliveira, dentre outros. Depois, chegamos, eu e o Pomar. Em seguida veio Diógenes Arruda, e outros. E foi assim que se iniciou a reorganização nacional do Partido. Essa comissão convocou então a Conferência da Mantiqueira, com condições mínimas de segurança. E essa Conferência, realizada em 1943, tem uma grande importância histórica, sem dúvida alguma. Porque ela reorganizou o Partido, declarou a reorganização do Partido e, dentre outras providências, elegeu o Comitê Central, isto é, uma nova direção nacional do partido”. (11)*

A bem da verdade, Conferência da Mantiqueira tornou-se uma denominação fictícia, simbólica, para a II Conferência Nacional do PCB, devido a ela ter sido realizada, nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 1943, na área geográfica da Serra da Mantiqueira, em uma fazenda no município de Engenheiro Passos, então estado do Rio de Janeiro, próximo à divisa de Minas Gerais.

Antes de seguirem para a Serra, “*quarenta e seis delegados de organismos comunistas espalhados por todo o Brasil reuniram-se no Rio, a fim de tomar parte na Conferência organizada por uma direção provisória, nascida do entendimento havido entre os organismos existentes. Arruda Câmara, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Jorge Herlein, Lindolfo Hill, Francisco Gomes, Milton Caires de Brito, Armênio Guedes, Amarílio Vasconcelos, Germano Santos, Vitorino Antunes, Francisco Chaves, Draga, Militão, Celso Cabral, Mário Alves, Ritacínio Pereira, Joviliano, eis alguns dos nomes dos participantes daquele acontecimento tão decisivo para a consolidação da estruturação do Partido e para o próprio desenvolvimento da guerra em que estávamos empenhados...*” (12)

O fundamental é que nessa Conferência se deu a “refundação” do PCB, que havia sofrido uma brutal razia após a violenta repressão aos comunistas – e outros denominados como tal –, motivada pelo movimento insurrecional de 1935 e pelo estabelecimento do Estado Novo, tornando-se um partido acéfalo e de um número insignificante de membros. No bojo da Segunda Grande Guerra, permitindo que houvesse um relaxamento da repressão

aos comunistas, o PCB foi renascendo das cinzas, sob o espírito organizativo desses jovens líderes, cujos nomes acabamos de citar e cuja grande maioria não havia participado dos acontecimentos de 1935, muito menos havia tido ligação orgânica com a direção do Partido àquela época. Voltamos a ressaltar que a maior parte dos líderes pecebistas de 1935, como Prestes, Barata, Ewert, Ghioldi, Gregório Bezerra e Agliberto Vieira, além de vários quadros intermediários e militantes de base, encontravam-se cumprindo pena de reclusão, da qual a maioria somente se livraria com a anistia de 1945. Ademais, a quase totalidade dos ex-dirigentes pecebistas — Miranda, Bangu, Martins, Deicola dos Santos, etc. — havia caído em desgraça perante o pouco que restava do PCB, incluindo os membros que estavam presos e os que estavam emergindo da clandestinidade, que se amainava com o afrouxamento do Estado Novo. De modo que, abriu-se um enorme espaço para que esses jovens, de que antes falávamos, “refundassem” o PCB através da CNOP e da Conferência da Mantiqueira. Seriam eles, somados a Prestes e a outros poucos (Agildo Barata, Mariguella, José Maria Crispim...), os comandantes do Partido no período compreendido entre a Conferência e o golpe de 64; inclusive, alguns chegariam até a década de 1980 como dirigentes.

Ao fim da Conferência, foi eleito o novo Comitê Central (então Comitê Nacional), composto de 21 membros efetivos e nove suplentes. Prestes foi eleito secretário-geral *in absentia*, por encontrar-se preso. Dois outros prisioneiros do Estado Novo, Mariguella e Antônio Soares de Oliveira, foram eleitos para o Comitê Central. A Conferência representou uma ruptura com o “velho” PCB, dirigido pelos “aventureiros” (era assim que os integrantes da CNOP qualificavam-nos) que dirigiram o Partido entre 1934 e 1940: Miranda, Martins, Bangu, Deicola dos Santos, etc. Também era uma ruptura com um PCB ainda mais “velho”, o liderado pelos *founders*: Astrogildo Pereira, Otávio Brandão, Cristiano Cordeiro, Leôncio Basbaum, etc. Na verdade, a Conferência representou um golpe branco sobre um PCB que estava acéfalo e à deriva. Dizemos isto com base no fato de que o grupo da CNOP — que àquela altura era o mais organizado dentro do Partido — preparou a Conferência — a qual se deu sob rigorosa clandestinidade — de modo a eleger um Comitê Central e a aprovar resoluções que estivessem afinadas com as suas convicções.

Assim, o Comitê Central foi preenchido por próprios delegados da Conferência. A nova linha política pecebista também era a desse grupo, a qual consistia em enfatizar a tática de frente única (união nacional) contra o nazi-fascismo externo e seus simpatizantes a nível interno, os quais já estavam desmobilizados após a sistemática repressão governista sobre os integralistas.

*“(...) A Conferência não só elegeu a direção do Partido, como também traçou uma linha política. E essa linha então definida tinha como centro o problema da União Nacional: a Conferência lançou a palavra de ordem de União Nacional para a Guerra Um pouco depois da Conferência, surgiu também a idéia de União Nacional para a Guerra e para a Paz. Alguns elementos (eu, por exemplo) fomos contra esse acréscimo “para a paz”, mas foi essa a linha que acabou prevalecendo. E logo após o término da Conferência, começamos a ter uma atuação política e de massa mais ativas.”(13)*

Com o desenrolar-se do conflito belicista na Europa, o governo passou a sofrer pressões das massas e de entidades da sociedade civil no sentido de que declarasse guerra ao Eixo e promovesse a abertura política. Em fevereiro de 1942, Vargas cumpriu a primeira das reivindicações, a qual fez aumentar ainda mais a pressão sobre a segunda. O PCB adotou a tática de infiltrar-se em várias dessas entidades, como a LDN (Liga de Defesa Nacional), a Sociedade de Amigos da América e a UNE, o que deu um considerável impulso a sua nova fase. Segundo Amarílio Vasconcelos, *“os comunistas ganharam enorme prestígio nesse organismo principalmente no Distrito Federal, São Paulo e Ceará e conseguiram, em curto prazo, ligá-lo estreitamente às massas”*. Ele está referindo-se à LDN, instituição que fora originalmente fundada por Olavo Bilac, dentro de seu projeto de civismo na Primeira Republica. O mesmo Amarílio destaca que *“a posição dos nossos camaradas no meio estudantil, por outro lado, muito contribuiu para arregimentar o povo”* e que *“nossa tarefa central no trabalho de massas foi em função da FEB”*. O PCB lutou *“pelo voluntariado e dezenas de comunistas apresentaram-se à frente da massa para ingressar a Força Expedicionária”*. (14)

O Partido tomou um grande impulso nessa tática de infiltração, e à medida em que a União Soviética se destacava na luta contra o nazi-fascismo, mais ele ganhava aderentes e

simpatizantes. O grande prestígio popular de Prestes foi outro galvanizador do tímido crescimento que estavam tendo as hostes pecebistas nos estertores do Estado Novo. No movimento de massas, o PCB tinha a união nacional sob o comando de Vargas como a sua tática principal, o que refletia o pensamento generalizado da nação, principalmente depois de o Brasil ter declarado guerra ao Eixo. Era uma tática, no entanto, que provocava discordâncias dentro do próprio Partido e que fora desfraldada pelo grupo da Conferência da Mantiqueira, contando com a anuência de Prestes e outras lideranças pecebistas na prisão.

Na verdade, a Conferência da Mantiqueira foi praticamente um ato isolado da CNOP, para o qual não foram convidados pecebistas que tinham posições discordantes, como, entre outros, os do chamado grupo de São Paulo – encabeçado por Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima (15) –, Fernando de Lacerda, Silo Meirelles e Leôncio Basbaum.

Caio Prado, o líder teórico de seu grupo, defendia a tática de união nacional contra o nazi-fascismo e também contra o governo Vargas, por considerá-lo uma espécie de fascismo à brasileira. Portanto, sua posição era a favor de uma frente única popular contra o Estado Novo e em prol da luta contra os países do Eixo. (16) Já nessa época, ele fazia uma leitura infra-estrutural segundo a qual o Brasil já atingira a sua revolução burguesa, o que contrariava diametralmente a receita dogmática do Komintern.

Em *História Econômica do Brasil*, lançado em 1945, Caio Prado já defendia que os descobrimentos e a colonização da América estavam inseridos no capitalismo comercial. Ou seja, ele fazia uma leitura dialética e ontológica segundo a qual o colonialismo estava contido no todo que era o capitalismo mercantil. E ao longo de seu livro ele vai seguindo essa leitura, demonstrando que o capitalismo comercial mundial vai-se transformando em capitalismo industrial, fazendo com que também o Brasil avançasse em termos de forças produtivas, até alcançar, na virada do século XIX para o XX, o estágio de capitalismo incipiente, o que ainda não era reconhecido nem pelo Komintern nem pelo PCB, que o denominavam como preso a um modo de produção “semi-feudal e semi-colonial.”

Caio Prado, já em 1945, lançou a tese de que o capitalismo brasileiro se desenvolveu em dependência ao capitalismo central, alimentando o desenvolvimento

deste último, em um processo de exploração de riquezas e de mão-de-obra barata, que ele, a exemplo de Lênin, qualificava como imperialismo. (17)

Posteriormente, em 1966, Florestan Fernandes iria também desenvolver um profundo estudo da formação econômico-social brasileira, através do qual demonstraria que o Brasil já estava inserido no capitalismo (mercantil) desde o período colonial e que a nossa Independência completava o nosso ciclo de revolução nacionalista-burguesa.

Segundo ele, o capitalismo (mercantil) foi introduzido no Brasil com a colonização, embora a camisa-de-força do Sistema Colonial tenha neutralizado a prática capitalista no interior da então América Portuguesa. Não obstante, paulatinamente, os interesses comerciais dos senhores rurais nativos foram-se descolando do isolamento de seus respectivos poderes locais e se integralizando de maneira mais sólida e autônoma — mas sempre dependente — ao mundo capitalista de então. Decorria, assim, a revolução burguesa no Brasil, vindo a Independência a ser o grande salto de qualidade nesse processo revolucionário. Florestan considera que a Independência, mesmo não causando uma ruptura radical (pois a classe senhorial permaneceu como dominante e dirigente), possibilitou a que ocorressem transformações significativas — dos pontos de vista econômico, social, político e ideológico — que representavam um forte incremento nessa revolução burguesa, alimentada de fora para dentro, com base na economia de continuidade colonialista, esteio para a consecução de um capitalismo dependente à brasileira. (18)

Abrimos espaço para esta digressão devido ao fato dela estar diretamente em conexão com as vicissitudes tático-estratégicas do PCB que estaremos tratando neste capítulo, e que, por extensão, permearão todo o nosso trabalho, sendo, como já o dissemos na Introdução, o ponto da discórdia entre o diminuto grupo prestista e a grande maioria do CC, na década de 1970.

Voltando ao nosso fio da meada, uma outra posição que diferia da do grupo da CNOP era a defendida, quase que isoladamente, por Fernando de Lacerda, que, na década de 30, houvera sido proeminente dirigente pecebista e que na época da formação desse PCB oriundo da Conferência da Mantiqueira estava recém-chegado da União Soviética, onde

esteve exilado por alguns anos. A exemplo de o grupo da CNOP, ele defendia que os pecebistas deveriam atuar através de uma tática de união nacional contra o nazi-fascismo, sob a liderança do governo Vargas. Entretanto, divergindo deste grupo, ele se posicionava contra a reorganização do PCB nesse momento, considerando que os pecebistas deveriam participar da união nacional de forma diluída.

Na verdade, a proposta de Lacerda não era autenticamente sua, mas uma derivação de um fenômeno no movimento comunista internacional que, àquele momento, estava sendo denominado “browderismo”, em alusão ao comunista estadunidense Earl Browder, que advogava a tese de que, em virtude da grande aliança entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética, no esforço de guerra contra os países do Eixo, não havia mais significado de os partidos comunistas continuarem existindo. Os browderistas, em virtude disso, de pronto receberam, de parte dos “comunistas autênticos”, o epíteto de liquidacionistas.

Leôncio Basbaum, outro desprezado pelos quinopistas, também ex-dirigente do PCB, nas décadas de 1920 e 1930, chegou a escrever uma carta a “Vitor” (Diógenes Arruda) – entre as várias que escrevera a membros do Comitê central, dando sugestões e protestando contra arbitrariedades diversas - , na qual demonstrava o seu descontentamento diante do ostracismo a que lhe relegaram os novos chefes do Partido. Em certo trecho, ele lamentava não ter sido convidado para a Conferência da Mantiqueira: *“Da Conferência de 43, soube por acaso que se estava preparando, porque V. veio me pedir ajuda financeira. Do contrário nem teria sabido. Realiza-se essa Conferência, que deveria ter grande importância futura e não me é dado participar da mesma. Você poderá perguntar: com que direito queria comparecer? Mas essa pergunta não tem nenhum sentido”*. (19)

Tanto os “liquidacionistas” quanto o grupo de Caio Prado Júnior foram periferizados nesse “novo” PCB. A história oficial do Partido iria considerar o grupo da CNOP/Conferência da Mantiqueira como o único legítimo e o “liquidacionismo” como o inimigo principal pecebista àquele momento. A II Conferência Nacional ou Conferência da Mantiqueira seria sempre exaltada por ter colocado *“nos seus justos termos a questão do liquidacionismo, vibrando-lhe um golpe de morte, como tendência estranha infiltrada no*

*seio do proletariado*”, e por ter adotado a “*união nacional em torno da política de guerra do governo*”, adotando uma “*corajosa política de legalidade*”, através de “*atividades legais no trabalho de massas*”. (20)

Até dentro da prisão havia divisão no Partido. No presídio da Ilha Grande, onde estava a maioria dos líderes pecebistas, dois grupos divergiam: os que apoiavam a CNOP e a sua tática de união nacional sob o comando de Vargas e os que não reconheciam esta Comissão e defendiam que o Partido não se reorganizasse enquanto durasse a guerra, isto é, propugnavam o “liquidacionismo.” O primeiro grupo era liderado por Agildo Barata e o segundo por Carlos Costa Leite, ex-companheiro de Prestes desde os tempos da Coluna. Fazia parte deste segundo grupo, entre outros, o núcleo dirigente que caíra preso em 1940: Bangu, Martins, Francisco Natividade de Lira, Caetano Machado, Eduardo Ribeiro e Xavier Deicola dos Santos. Segundo um relatório da DPS sobre o PCB, Costa Leite sugeriu a Barata que fosse apresentada uma certeza ao “*Governo de que nenhuma atividade comunista se processaria no país, enquanto estivesse a Nação em vigência do estado de guerra*”. (21)

Uma Declaração assinada por Agildo Barata, Mariguella e Carlos Tourinho, datada de 05/07/1943, dentro do presídio da Ilha Grande, defendia que a “*UNIÃO NACIONAL deve ser em torno do governo e nenhuma outra direção que não a do próprio governo pode prevalecer e, por isso, não reconhecemos, não apoiamos e estamos contra quaisquer organismos ou organizações ilegais, por ventura existentes ou pretendendo articular*”. A seguir, vinha uma admoestação direta ao anterior núcleo dirigente banguzista: “*Constatando, pois, entre nós a existência de um grupo de velhos ‘dirigentes’ que se constituíram por conta própria em direção, perseverando em aplicar todos os condenáveis métodos do passado e alimentando ainda a veleidade de impor-se como órgão agrupador e orientador de forças no seio da União nacional, nós, não só nos negamos seguir tais ‘dirigentes’, senão que os apontamos como perturbadores da Unidade Nacional e com eles rompemos abertamente tanto no se refere à orientação política e métodos, como no que concerne aos nossos assuntos de vida interna, rompimento que ora levamos ao conhecimento da Administração do Presídio (...) Reiteramos neste momento, nossa*

*admiração para com LUIS CARLOS PRESTES, alicerçada no seu singular exemplo de firmeza, símbolo da causa antifascista do Brasil”.*

Acompanhando o documento, vinha um abaixo-assinado constando de 56 assinaturas de membros do grupo de Barata e Marighella, entre os quais destacamos os mais conhecidos: Almir de Oliveira Neves, Noé Gertel, Agliberto Azevedo, Gregório Bezerra e David Capistrano. (22)

Ao sair da prisão, em abril de 1945, Prestes passou a monopolizar — sob o peso avassalador do culto à sua personalidade — a fala do PCB. Em seguidas declarações durante o ano de 1945, ele enfatizou a tática de união nacional/ordem e tranqüilidade sob a Liderança do governo Vargas. Nesse sentido são famosos a primeira entrevista coletiva que ele concedeu à imprensa e os grandiosos comícios no estádio do Vasco da Gama, no estádio do Pacaembú e no Parque 13 de Maio (Recife). (23)

Com a queda de Vargas, em outubro de 1945, o PCB continuou a apoiar a tática de união nacional, dessa vez sob o governo provisório de Linhares. A Tribuna Popular, periódico pecebista, estampava esse apoio na primeira página, através de um chamado ao “povo”, aos “*democratas sinceros*” e aos “*antifascistas honestos*”.

*“Ao povo, portanto, o que interessa neste instante é a consolidação do novo governo. Que os democratas sinceros e os anti-fascistas honestos agora nos postos de responsabilidades confiem, pois, no povo, porque só assim poderão cumprir a palavra empenhada e livrar-se da pressão que sobre eles exercerão os remanescentes do fascismo.*

*0 Partido Comunista do Brasil indica aos trabalhadores, ao povo em geral e a todos os democratas e anti-fascistas honestos, do governo ou fora dele, o caminho da União Nacional, como único capaz de assegurar a marcha para a Democracia com a completa e definitiva liquidação dos restos fascistas em nossa terra. É INDISPENSÁVEL AGORA 0 APOIO DERIGIDO A0 NOVO GOVERNO PARA QUE SE LIVRE DOS FASCISTAS E REACIONÁRIOS QUE AINDA O COMPROMETEM”.* (24)

Posteriormente, este mesmo apoio, baseado na união contra o fascismo interno, seria renovado quando da posse de Dutra à presidência da República. De modo que, o PCB se esforçava em ser um partido confiável ao sistema.

## A NATUREZA DA TÁTICA PECEBISTA DE UNIÃO NACIONAL.

Há uma polêmica sobre o caráter da tática de união nacional do PCB.

Francisco Weffort defende a posição de que tal tática não implicava um apoio à pessoa de Vargas, sim ao seu governo, pois este estava garantindo o que mais desejavam os pecebistas: a democratização da ordem burguesa. Confirmando esta sua maneira de pensar, ele salienta que o apoio continuaria após a deposição do mandatário do Estado Novo e atingiria o governo Dutra. (25)

O ponto polêmico de sua análise é quando ele afirma que o PCB colocou-se numa posição de dependência em relação ao governo, através desse seu apoio.

Consideramos que ele vê uma dependência do PCB ao governo porque seu estudo prende-se tão somente à posição tática do Partido, a qual se refletia nas declarações e atitudes de seus dirigentes. É certo que se apegando à tática de mostrar-se confiável ao sistema burguês, os dirigentes pecebistas cediam o máximo possível, como bem observa o próprio Weffort.

*“Partido de ordem, porém combatido pelo governo, a posição do PC na Constituinte era realmente das mais penosas. Já submetidos em várias partes do país a uma severa repressão, os comunistas buscavam desesperadamente oferecer provas de boa vontade ao governo”*(26).

O autor, ao referir-se ao apoio do PCB ao governo, procede como se tratasse de um partido burguês, abstraindo de considerar que tal apoio era parte da linha estratégica pecebista, a qual correspondia ao todo, isto é, a linha geral de atração a que se condicionava o Partido taticamente.

De modo que, não se pode analisar um partido comunista propriamente dito – a despeito de seus desvios esquerdistas ou direitistas – como se analisa um partido burguês. Trataremos disso adiante, após colocarmos posições de alguns outros autores dentro do contexto da polêmica aludida.

Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins chegam a uma

conclusão mais coerente em relação ao apoio pecebista. Consideram que o PCB manteve a sua independência em relação ao governo. Eles percebem – também sem se aterem ao todo pecebista, isto é, à sua estratégia – que as posições oficiais do Partido eram uma maneira de acomodação inicial para disso, na medida de suas possibilidades, obter ganhos utilitaristas.

Assim, acreditam que os pecebistas estavam aceitando o status quo do sistema sindical (corporativismo) não como um fato consumado, como se tivessem tornado um partido de ordem (como coloca Weffort), mas com o fito de infiltrar-se no mesmo e, aos poucos, ir conquistando influência frente aos trabalhadores.

Spindel, criticando Herminia e Estevam, afirma que o PCB “*não possuía, a curto prazo, pretensões de descobrir os anseios da classe trabalhadora para expressá-los com fidelidade*”.(27) Esta asserção baseia-se em uma concordância sua com estes autores que está criticando. Ou seja, o PCB estava desvinculado da classe trabalhadora, ao sair da ilegalidade para a legalidade, a níveis organizacional, político e ideológico; é o que assinalam Hermínia e Estevam.

Prosseguindo, Spindel contesta tanto esta dupla quanto Weffort por não terem analisado o PCB no sistema político em que ele atuava. Confirmando sua metodologia, entendida por si como a mais adequada para o estudo em tela, ele considera que “*a atuação de um partido deve ser entendida, por um lado, a partir da ligação que estabelece com a classe que quer representar e, por outro, levando em consideração as determinações do sistema político que o engloba*”.(28).

Spindel, a exemplo do que já havia sido observado por Maria do Carmo Campello de Souza, verificou que na transição do Estado Novo para a democratização houve uma continuidade no arcabouço do sistema político, principalmente através do corporativismo. Coloquemos isto em outras palavras, em termos marxistas: houve largos traços de continuidade nas superestruturas política e jurídica. A relação trabalho-capital, por exemplo, mantinha-se inalterada, continuava subordinada ao Estado. Isso fez, segundo Spindel, o PCB aliar-se ao governo para ter uma “penetração consentida” – esta expressão é nossa – no aparato político legal, principalmente no sistema sindical corporativista, o qual estava reservado para a predominância de um dos partidos varguistas: o PTB, criado para

este fim.

De modo que, ainda dentro do raciocínio de Spindel, o PCB, por ser mais fraco, por não poder modificar o sistema político vigente, buscou adaptar-se ao mesmo, ao invés de lhe ser contrário, apoiando o governo, o que lhe permitiria competir dentro da legalidade, aceitando colocar-se em uma posição subordinada na “aliança” com Vargas.

Continuando, ele considera que esta “aliança”, tendo o PCB em posição subordinada ao governo, não se deu somente em obediência à influência stalinista expressa na máxima “ordem e tranquilidade”, mas que a política de coexistência pacífica pregada por Stálin vinha de encontro ao pragmatismo que o PCB estava desenvolvendo desde a Conferência da Mantiqueira, que consistia em crescer dentro da ordem. Quer dizer, houve uma coincidência entre a pregação (imposição) stalinista e as necessidades do Partido em inserir-se no sistema político de então.

*“A nossa hipótese é, portanto, de que a lógica da atuação do Partido Comunista na conjuntura dos anos 1945/46 é a lógica de sua inserção no sistema político, única maneira não perigosa de reforçar suas ligações com a base. Em outras palavras, a ação do PCB teria que ser a de entrar em delicada competição com os órgãos estatais e com o aparato político getulista (que já se organizava como Partido Trabalhista – PTB). Esta luta seria motivada pela disputa de poder no espaço político de atuação da classe operária, espaço este que havia sido pré-determinado durante o Estado Novo.” (29).*

Então, a hipótese de Spindel é que para sobreviver dentro do sistema político legado pelo Estado Novo, o PCB passou a adotar uma posição dependente ante o governo Vargas, ao invés de optar por ser independente e tentar criar a organização de uma relação paralela – sobretudo na estrutura sindical – com as massas. A sua divergência nodal em relação a Weffort é que este baseia sua análise na ideologia stalinista de “ordem e tranquilidade”, considerando que a mesma condicionou a dependência do Partido a Vargas, e ele baseia a sua análise na necessidade que os dirigentes pecebistas tinham de realizar a sua política com as massas. Ou seja, ambos defendem a “hipótese da dependência” limitando-se ao âmbito superestrutural: um tendo a ideologia como “determinante”, o outro a política. Ambos abstraem a trajetória do PCB e a totalidade de seu “espaço vital” de então. Caso não

o tivessem feito, talvez chegassem a perceber que as ações táticas do Partido estavam condicionadas por sua estratégia.

Para Ricardo Maranhão (30), outro a fazer uma leitura do tema apenas pelo viés da perspectiva institucional, a opção do PCB foi predominantemente política, objetivando maximizar ganhos na redemocratização.

Giovannetti considera que os dirigentes pecebistas optaram pela união nacional com Vargas porque foi vitoriosa no debate interno do PCB a corrente que defendia *“que a sociedade brasileira não alcançara ainda a etapa capitalista e se encontrava, na verdade, às vésperas de uma revolução democrático-burguesa que deveria intensificar o desenvolvimento capitalista e romper a estagnação feudal. Para tanto, defendia-se uma aliança com a burguesia nacional e a constituição de uma frente única contra a oligarquia e o imperialismo”* (31).

Entretanto, mesmo salientando essas diferenças estratégicas – embora não as denomine estratégicas –, Giovannetti considera que *“a opção do PCB foi de ordem tática”* (32). Ou seja, acaba fazendo uma leitura apenas pela perspectiva institucional, como haviam feito outros autores aqui citados. Nesse sentido a sua leitura reforça a desses autores, principalmente ao afirmar que *“fazer política é escolher: entre a clandestinidade e a legalidade, o PCB escolheu a segunda apostando na democracia; entre as forças que se posicionavam no tabuleiro político, o PCB acabou por fazer a escolha mais compatível com a necessidade de reorganizar-se a partir de um posicionamento nas estruturas do Estado, particularmente nas estruturas sindicais”*.(33)

Defendemos que o que moveu a tática do PCB não foi uma mera escolha racional. É certo que no apoio ao governo Vargas e, depois, aos governos Linhares e Dutra, havia grande dose de utilitarismo: apoiar para obter legalidade e sobrevivência consentida dentro do sistema político, o qual continha, como destacam Maria do Carmo Campello de Souza (34) e Arnaldo Spindel (35), fortes resquícios do autoritarismo estadonovista. Defendemos que a tática pecebista estava condicionada por algo mais totalizante, que era a sua estratégia.

Não há dúvida de que um estudo sob a perspectiva institucional – como são os que

acabamos de ver – é de grande importância para se detectar a natureza do sistema político. Entretanto, o sistema político não é de todo autônomo. Sua autonomia é relativa e não deixa de estar condicionada ao que se processa na sociedade civil, a qual é em última instância, a base do que acontece no sistema político. Um exemplo disso é justamente este período que estamos estudando: a passagem do Estado Novo para a “democratização”. O sistema político representado pelo Estado Novo somente pôde existir enquanto a sociedade civil comportou a sua imposição. A guerra mundial provocou na sociedade civil brasileira um processo de inimizade social contra o fascismo. Isto se tornou um imperativo para a não mais aceitação social do Estado Novo, que era um exemplo de fascismo à brasileira. Se a sociedade repudiara o Estado Novo, como poderia o PCB apoiar este “fascismo”? Entretanto, o apoio do PCB não foi ao governo da ditadura estadonovista, mas a um governo que estava mudando de natureza. Um governo que se comprometera – claro que influenciado por forte pressão popular – a lutar contra o fascismo. Ou seja, o PCB tinha uma linha de continuidade estratégica: continuava seguindo a tática de frente única contra o fascismo, a qual sofrera um desvio insurrecional em 1935 e estava contida na estratégia, traçada pelo Komintern, de primeiro se fazer a revolução democrático-nacional (burguesa), para depois partir-se para a revolução socialista.

Logo a tática contra o fascismo iria perder sua validade, após a vitória dos aliados na guerra. Ao invés de união nacional com o governo Vargas para vencer o fascismo, a tática passaria ser união nacional com Vargas para garantir a convocação da Constituinte e denunciar ameaças de golpes da direita liberal. Por suposto que a vitória mundial de liberais e comunistas contra os países do Eixo foi fundamental para a mudança de tática. Entretanto, a nova tática estava condicionada pela estratégia etapista traçada pelo Komintern, que, a essa altura, já estava dissolvido, embora a influência soviética continuasse praticamente inalterada. Tanto era assim que a tática de união nacional com o apoio a Vargas, que continuaria vigindo em relação aos governos Linhares e Dutra, foi reforçada pela determinação de Stálin a todos os partidos comunistas sob a órbita do PCUS, expressa pela máxima “ordem e tranqüilidade”, que, traduzida, significava que os partidos comunistas deveriam adequar-se ao sistema burguês, o que o PCB já vinha fazendo, pois

sua estratégia determinava-lhe a necessidade de apoiar a burguesia a realizar a sua revolução.

Assim, houve uma coincidência entre a tática que o PCB já vinha desenvolvendo e a que Stálin impusera aos PCs de influência soviética. Mas, em última instância, o que estava determinando a nova orientação tática do PCB, era a sua estratégia. Em outras palavras, a natureza da orientação tática do PCB estava em sua estratégia. Tratava-se de uma natureza infra-estrutural.

Quer dizer, não fora o sistema político que determinara a tática pecebista de colaboração de classes, embora isso seja evidenciado pelos estudos que apenas se detém na análise do sistema político, como os que vimos há pouco. No sistema político se apresentam os fenômenos, as aparências, para chegar-se às essências é necessário estabelecer uma dialética entre o que acontece no sistema superestrutural e no sistema infra-estrutural. Através dessa dialética é que podemos compreender que a natureza da colaboração de classes era de base infra-estrutural. Somente depois de ser derrotado em sua tática, - com a sua cassação -, é que o PCB iria alterar sua linha tático-estratégica, através do Manifesto de Agosto, sendo essa transição marcada por uma dialética de equívocos: da tática de colaboração de classes passaria à tática de luta armada, a qual nem chegaria a ser posta em prática, pois logo os dirigentes voltariam a adotar uma nova tática conciliatória, em virtude de ter surgido no cenário nacional um governo democrático, “nacionalista” e grande fomentador da industrialização (principalmente indústrias de bens de capital). Um governo cujo “Plano de Metas” coincidia com a estratégia pecebista de se chegar à revolução democrático-burguesa. Era tudo o que os dirigentes pecebistas queriam, então, é que voltaram a “endireitar-se” taticamente, acomodando-se nessa posição até serem novamente despertados pelo golpe de 64, quando o Partido seria atingido por uma grave crise orgânica.

O fato de ter-se tornado um partido de massas (como nunca o fora até então), legal e com uma tática de colaboração de classes, inserindo-se no sistema representativo como se fosse um partido burguês, fazia com que o PCB se visse vítima de contradições que estorvavam o seu desenvolvimento enquanto partido que se reivindicava marxista-leninista,

como nos mostra Giovanneti.

*“Ademais, o partido enroscou-se e não conseguiu desvencilhar-se de dilemas e contradições cuja superação eram fundamentais para a definição dos seus rumos políticos e para a sua própria institucionalização. Como atuar na legalidade sem deixar de ser clandestino ou como adaptar as estruturas de clandestinidade para a vida legal. Como estabelecer liames de dependência com relação ao Estado e de colaboração para com as demais classes sem deixar de ser um partido de classe e revolucionário. Como conciliar os ideais do Partido a uma política pragmática e personalista. Como melhorar a sua imagem interna sem deixar-se descaracterizar pela aproximação com o poder e pelo eleitoralismo. Como conciliar a subserviência dos seus líderes à política comunista mundial ditada pela União Soviética e a realidade concreta do Partido no Brasil. Por fim, como conciliar a persistente e esclerosada teoria da revolução brasileira (criticada de modo tão pertinente por Caio Prado Jr.) a uma realidade que se mostrava mais rica e complexa do qualquer teoria.” (36).*

A nosso ver, a tática de união nacional com o apoio ao governo, não constituiu por si mesma um “erro” do Partido se considerarmos a totalidade da época: o clima de convivência pacífica, a nível mundial, entre liberais e comunistas, o qual se refletia a nível interno, embora com laivos de anticomunismo raivoso. Com tal tática, o PCB buscava ganhar posições, crescer a níveis de sociedade civil (principalmente na estrutura sindical) e Estado (sobretudo no Parlamento). “Erro” foi essa tática deixar de estar atrelada a uma “guerra de posições” e ter transformado-se em ilusão, ter tornado-se um fim em si mesma, do que trataremos mais adiante. Mas, consideramos que o “erro” maior do PCB ocorreu a nível de sua estrutura interna. Estamos falando do aprofundamento do burocratismo stalinista a partir da formação desse novo PCB advindo da Conferência da Mantiqueira. Tal burocratismo fazia a cúpula apartar-se progressivamente das bases pecebistas e das massas que o Partido dizia guiar. Dentro do burocratismo de modelo stalinista estava o culto à personalidade dos “camaradas dirigentes”, mormente à pessoa de Prestes, que, a exemplo de Stálin, tinha o hábito de jactar palavras de ordens impostas como verdades axiomáticas.

Segundo Basbaum – que acompanhou de perto este momento da vida partidária,

pois Prestes chegou a morar em sua casa, onde várias vezes se reuniam os dirigentes pecebistas -, o prestígio de Prestes, por ser tão forte e tão cultuado, *“iria acabar com as discussões e debates dentro do Partido, o que constituía a base democrática dentro da qual este se formara e era a base de um “partido leninista”: a troca de opiniões, o centralismo democrático, o voto da maioria.”* (37).

## **A EFÊMERA LEGALIDADE E A CASSAÇÃO**

O burocratismo e o culto à personalidade dos “camaradas dirigentes” faziam esclerosar os canais democráticos no Partido, os quais são de fundamental importância para a sua vitalidade. Do centralismo-democrático traçado por Lênin, havia muito do primeiro e pouco do segundo. A mesma falta de democracia interna que fora prejudicial em 1935, levando a sigla partidária a reboque das quarteladas de estilo tenentista, seria prejudicial nesse período de maior ascensão de sua história, pois quando da cassação de seu registro não havia como mobilizar as massas, em grande parte devido ao grau de distância que a cúpula pecebista delas se mantinha. O Partido estava cristalizando o que Michels denomina oligarquização orgânica (38).

Não era meramente uma continuidade da influência tenentista no Partido que o fazia autoritário endogenamente, mas sobretudo o burocratismo stalinista. Ao assumir o cargo de secretário-geral, Prestes sufocou seu passado tenentista com o seu novo papel de burocrata-dirigente. Também os demais “camaradas dirigentes” foram vítimas do mesmo burocratismo. Se o PCB fosse guiado mais pelo tenentismo do que pelo burocratismo stalinista, provavelmente seria menos autoritário internamente.

Para cumprir a tática de união nacional, era preciso que o Partido se afastasse por completo das duas características básicas de um movimento comunista que se pretenda autêntico, isto é, ter como balisadores a luta de classes e a ditadura do proletariado. Os documentos pecebistas simplesmente omitiam estes dois pressupostos do marxismo. A despeito disso, o sistema burguês iria cassar o PCB justamente com base nestes pressupostos.

O objetivo era crescer dentro da legalidade, daí a ênfase na máxima “ordem e tranqüilidade” e na recomendação de que a classe trabalhadora apertasse o cinto. No acúmulo de suas experiências, sobretudo 1935, o “novo” PCB entendia que precisava de um mínimo de ordem democrática para poder atuar. O momento mundial, de insólita convivência pacífica entre liberalismo e comunismo, reforçava este entendimento. Os dirigentes pecebistas consideravam que na legalidade era mais produtivo de atuar do que na clandestinidade, o que o próprio Lênin havia reconhecido na Rússia pré-revolucionária.

Haviam aprendido que era mais utilitarista ir conquistando espaço paulatinamente, dentro da ordem burguesa, do que tentar insurreições ou radicalizar de outra maneira. Perceberam que uma coisa é a classe proletária como classe em si, que existe pelo simples fato de existir o modo de produção capitalista. Outra coisa é a classe proletária ou, pelo menos, parte dela, juntamente com seus aliados camponeses e pequenos-burgueses, alcançar o estágio de classe para si, com uma consciência de classe adquirida, portanto preparada para um enfrentamento com a burguesia e com o Estado burguês. Tal estágio não existia nessa época, a despeito do grande prestígio que detinha o PCB e, especialmente, Prestes. Muito menos existiu em 1935, nem em qualquer outra fase da história do Brasil. De modo que o “novo” PCB, com quadros dirigentes bem mais capacitados do que os de 1935, e de outras fases da vida do Partido, estava seguro em não querer seguir por atalhos que considerava contraproducentes para o caminho da ascensão das massas e optou por investir naquilo que via como mais viável no momento: obedecer às regras do sistema burguês e elidir, pelo menos provisoriamente, as expressões luta de classes e ditadura do proletariado. Nessa adequação às leis burguesas, ele, iniludivelmente, conquistou um êxito substantivo – o qual iria incomodar seus inimigos de classe e motivar sua cassação –, sobretudo no campo eleitoral e em termos de multiplicação do número de seus filiados e simpatizantes. O sucesso é ainda mais considerável se levarmos em conta que o Partido concorreu com máquinas eleitorais, com partidos que gastavam rios de dinheiro em suas campanhas e tiveram grande apoio dos meios de comunicação. Era a fase de maior arroubo em sua história.

A direção pecebista estava voltada para a construção de um grande partido de

massas. Na reunião do Pleno do Comitê Central, em 6 de dezembro de 1945, na ABI, Prestes, discursando para centenas de militantes, estabeleceu a meta de o Partido ter um milhão de membros: *“Se soubermos realmente organizar as grandes massas, podemos transformar aquele milhão de eleitores em membros do nosso Partido. Esses que votam nos nossos candidatos são na verdade comunistas, mas não entram para as nossas fileiras por causa de certos receios, porque ainda receiam a nossa disciplina. Cabe a nós abrir de par em par as nossas portas, para que nos transformemos num grande partido de massas”*. (39)

Uma das primeiras providências em busca de um contato mais estreito com as massas fora a criação de uma instituição que aglutinasse os sindicatos de trabalhadores a nível nacional, uma espécie de braço sindical pecebista. Assim, sob a inspiração e os auspícios do PCB, surgiu o MUT-Movimento Unificador dos Trabalhadores, fundado em 16 de maio de 1945, antes mesmo de o Partido obter a sua legalidade. Embora controlado pela comissão sindical do Comitê Central do PCB, presidida por João Amazonas (40), o MUT era uma organização suprapartidária, aberta a trabalhadores de quaisquer tendências político-ideológicas. Entretanto, a sua existência foi mais curta do que a legalidade do PCB. Em abril de 1946, ele foi cassado sob o veredito de não se adequar às normas da legislação trabalhista. Em sua curta duração, o MUT cumpriu a tarefa de difundir nos meios sindicais a orientação pecebista de união nacional, aperto de cintos e evitação de greves. Em seu lugar, foi fundado, em setembro de 1946, durante a realização do Congresso Sindical, a CTB – Confederação dos Trabalhadores do Brasil, também sob o controle do PCB e de caráter suprapartidário. (41)

Em 1º de outubro de 1946, a nova entidade lançava um manifesto fazendo proselitismo pró-legalidade: *“A CTB será um órgão profundamente democrático e servirá para acabar de uma vez por todas, com os falsos líderes sindicais, que tantos malefícios têm causado aos trabalhadores, servindo tão só para desprestigiar o Ministério do Trabalho, colocando-o em situação antipática, fazendo com que a massa trabalhadora olhe aquele organismo com natural desconfiança. A CTB não é um órgão de combate no Ministério do Trabalho, porém, lutará para que ele cumpra as finalidades para que foi*

*criado*". (42)

O PCB existia mais para o sistema burguês – tinha cumprido as exigências legais para obter o seu registro, estava empenhado em participar do sistema representativo e era o melhor freio que havia para conter os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores sob a sua influência, através do lema “apertar o cinto”, o que implicava, pelo menos provisoriamente, a suspensão de greves, passeatas, etc. – do que para o movimento comunista propriamente dito. O seu esforço em adequar-se ao *establishment* e o clima internacional de coexistência ideológica propiciaram a sua legalização, a qual se deu em fins de 1945: em 27 de outubro foi obtido o registro provisório e, logo depois, em 10 de novembro, o definitivo. (43)

Apesar dos esforços pecebistas em mostrar-se confiável ao sistema e satisfeito em dele participar para cumprir a sua “missão histórica” de colaborar na “revolução burguesa”, já apareciam, em pleno clima de confraternização pela vitória dos Aliados, demonstrações de anticomunismo hidrófobo. (44).

A ascensão de Dutra ao governo representou, por si só, um retrocesso no processo de abertura democrático que se vinha delineando. Além disso, revigorou o conservadorismo que existia em alguns setores sociais.

Não obstante ter havido uma carga muito grande de continuísmo institucional do Estado Novo, Vargas e Dutra eram de natureza diferente: o primeiro tinha um forte apelo popular (populismo) – embora autoritário – e o segundo uma forte marca fascistóide, haja vista sua inclinação pelo fascismo, quando Ministro da Guerra.

A natureza autoritária de Dutra foi fundamental para a violenta repressão de seu governo aos movimentos populares e para a cassação do PCB e dos seus parlamentares.

O PCB estava atento aos ventos trazidos pelo governo Dutra, entretanto preferiu continuar caudatário da democracia burguesa e ver o retorno de práticas autoritárias como uma exceção advinda dos resquícios do Estado Novo. Foi esta a análise concebida por Prestes na III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946.

Segundo ele, “*a democracia vem sofrendo golpes sobre golpes*” e que “*isso se deve a que o nível político do nosso povo é ainda muito fraco*”, o que permitia a sobrevivência

do poderio dos *“demagogos do Estado Novo”*, pois *“as grandes massas ainda deram os seus votos aos oligarcas do interior”* e *“foram esses votos, concidadãos, que permitiram, ainda neste ano de 1946, golpes tão duros contra as grandes conquistas democráticas do povo”*.

Não obstante, ele afirmava que *“isso não deve levar ao pessimismo”* e que *“a correlação de forças é favorável à democracia”*. Para combater os ventos de autoritarismo, ele indicava que *“a grande arma para a defesa da democracia está nas amplas massas organizadas”*, asseverando que *“já temos ligação com as massas, já nos procuram elas para conhecer nossas palavras de ordem e manifestam confiança em nosso Partido”*.

Acontece que a ligação do PCB com as massas era bastante tênue, existia mais a nível teórico do que prático, isto é, a nível dos documentos do Partido. O período em que os dirigentes pecebistas tiveram maior contato com elas fora durante as eleições. O próprio Prestes viajou por vários estados para participar de comícios, nos quais era entusiasticamente saudado por grande número de populares. Passada a euforia eleitoral, o PCB pouco se diferenciava dos demais partidos no que se refere a fazer um autêntico trabalho de massas. Seus dirigentes se entronaram na posição de *“guias do proletariado”*, ditando, do alto, normas às bases.

Prestes, nessa Conferência voltava a pregar – o que expressava a vontade dos demais dirigentes e das bases em geral – o estabelecimento de um corte na história do Partido. O pequeno PCB de outrora deveria transformar-se em um vigoroso partido de massas que agregasse muito mais que somente os operários e o campesinato, mas todos os que concordassem com a tática pecebista de união nacional.(45)

Em seu discurso no estádio do Vasco da Gama no Rio de Janeiro, ele afirmara que o partido não era *“só do proletariado como de todo o nosso povo”*. (46) Era a substituição de uma categoria leninista por uma categoria burguesa. Era a troca do concreto pelo abstrato.

Na prática, o partido de massas em que se estava transformando o PCB não obedecia a critérios leninistas quanto à formação de quadros. O Partido tornava-se de massas devido, principalmente, ao grande prestígio de Prestes e à participação decisiva dos soviéticos na vitória sobre o nazi-fascismo. Estes dois fatores possibilitaram a que mais

trabalhadores fossem engrossando as hostes pecebistas. Entretanto, essa incorporação se dava de forma um tanto quanto aleatória, pois o que mais importava era transformar o antes pequeno PCB em um partido de massas.

Novamente recorremos a um ex-dirigente pecebista que acompanhou de perto a formação desse “novo” PCB: Moisés Vinhas.

*“O recrutamento de novos militantes era feito de forma simples. Em São Paulo, reuniam-se centenas de trabalhadores em clubes esportivos ou sedes de outras entidades, geralmente em dias de folga de trabalho, e se fazia uma exposição da política dos comunistas, seguida de debates. Encerrado o debate, pedia-se aos que queriam ingressar no PCB que permanecessem no recinto, e aos demais que se retirassem. Por vezes, permaneciam centenas de trabalhadores, que eram então divididos em grupos, segundo as empresas em que trabalhavam. Preenchiam-se então as fichas de filiação, sendo imediatamente organizada a célula e eleita uma direção (secretariado), composta, em geral, por sindicalistas ou elementos com liderança na empresa. Era naturalmente difícil aos membros dessas células entenderem a estrutura e o funcionamento da célula, a função específica de cada secretário. Recorriamos então a comparações com a família, considerando o primeiro-secretário uma espécie de chefe de família, o segundo a dona-de-casa, etc ... .*

*Esse modo de estruturar centenas de bases e recrutar milhares de trabalhadores para as fileiras do PCB não era exclusivo de São Paulo. Em Pernambuco, onde atuei como delegado do Comitê Central, tivemos a oportunidade de fazer o mesmo nas camadas populares do Recife e entre os camponeses. Gregório Bezerra fazia os discursos de agitação e nós filiávamos os assistentes dos comícios do PCB. Trabalhamos também da mesma forma em Curitiba, Londrina e outras cidades do país”. (47).*

Sem dúvida, este era um bom método de organizar o Partido no sentido de fazê-lo crescer quantitativamente, embora não qualitativamente. A sua cassação comprovaria isto. Mostraria que os seus cerca de 200 mil filiados eram como se fossem filiados de um clube de lazer e não de um partido comunista, haja vista a total falta de reação.

A verdade é que a cúpula pecebista estava realmente acreditando na incipiente

democracia burguesa como um meio ambiente acolhedor para o desenvolvimento do “novo” PCB.

Já no primeiro comício do Partido, em 23 de maio de 1945, no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, Prestes chamava a atenção para a mudança que ocorrera no seio da burguesia. Segundo ele, antes da II Guerra Mundial havia a *“democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista”*. Mas depois da Guerra, houve uma metamorfose substancial: *“Hoje, o problema é outro, a democracia burguesa volta-se para a esquerda, a classe operária tem a possibilidade de aliar-se com a pequena burguesia do campo e da cidade e com a parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária e aquela parte igualmente reacionária do capital estrangeiro colonizador”*.(48)

Ou seja, a Guerra alterara o caráter, a natureza, da democracia burguesa. A cassação do PCB e de seus parlamentares iria demonstrar que tal assertiva não era uma verdade absoluta. Assim como o fariam a repressão aos movimentos populares, as várias tentativas de golpe de Estado durante a República de 46 e, finalmente, o golpe de 64. O PCB estava realmente empenhado em ajudar a “burguesia nacional”, “burguesia progressista”, a fazer a sua “revolução”. Por isso, iria ser pego de surpresa com a cassação que lhe seria desferida pelo sistema burguês como um todo, e não somente pela “minoria reacionária”, pelos “fascistas” e pelos “chefes oligárquicos e feudais” que povoavam os seus documentos.

A cassação se deu através da Lei Federal nº 23.066, de 7 de maio de 1947 e, pouco depois, a 7 de janeiro de 1948, através da lei nº 211, eram também cassados os parlamentares pecebistas, exceto Pedro Pomar e Diógenes Arruda, que foram eleitos pelo PSP-Partido Social Progressista, chefiado por Ademar de Barros, que lhes fornecera legenda em troca do apoio do PCB à sua candidatura ao governo do estado de São Paulo.

Os dirigentes ainda tentaram desenvolver uma campanha contra a cassação, a qual tinha os seguintes slogans, entre outros: *“Contra a fome, em defesa dos mandatos”*, *“Pelo abono de natal, contra a cassação”*, *“Pelo repouso semanal remunerado, contra a cassação”*, *“Pelo petróleo, contra a cassação”*, *“Queremos carne, abaixo a cassação”*,

“*Queremos casa para morar, contra a cassação*”. A campanha previa “*manifestações de ruas, nas fabricas, escolas, por toda a parte*”. (49) A intenção era demonstrar solidariedade a questões específicas dos trabalhadores, buscando em troca, ganhá-los para reações contra a cassação. A dádiva pecebista não promoveu uma reciprocidade: nem os próprios militantes se mobilizaram.

A perda da legalidade, no momento em que o PCB se esforçava por manter a sua tática de ampla união nacional, foi fortemente condicionada pelo advento da Guerra Fria, embora o que tenha pesado perante a Justiça fora o fato de o Partido ter um estatuto ilegal – além do legal –, no qual pregava a luta de classes e a ditadura do proletariado, e uma declaração de Prestes segundo a qual no caso de uma guerra entre o Brasil e a URSS ele concitaria o povo brasileiro a unir-se ao povo russo em defesa do internacionalismo proletário. Não houvesse a Guerra Fria e o mundo continuasse em clima de coexistência pacífica, seria quase certo que não haveria cassação. Daí que na consciência pecebista ficou a idéia de que a ilegalidade se dera por influência decisiva do governo estadunidense, “*por determinação de Washington*”, como afirmara Jorge Amado, um dos deputados cassados, em entrevista ao jornal francês *La Defense*. (50)

Enquanto os advogados pecebistas lutavam na Justiça para evitar a cassação, os dirigentes articulavam a criação de um novo partido para atuar em lugar do PCB, caso ele fosse realmente posto fora da lei. Com este propósito foi fundado, em julho de 1946, o Partido Popular Progressista, com dirigentes de fachada, entre os quais: Abel Chermont, Mario Fabião, Luiz de Castro Afilhado, Américo Wanick, Hélio Lins Waldacer, Pedro Borges, Álvaro Dória e Evandro Lins e Silva, integrantes do Diretório Federal provisório. O PPP chegou a desenvolver uma campanha visando conseguir as 50.000 mil assinaturas exigidas na lei eleitoral, para com elas dar entrada no pedido de registro perante o Tribunal Superior Eleitoral. Os esforços culminaram em vão e o PCB e seus membros mergulharam em mais um período de clandestinidade. (51)

## O MANIFESTO DE AGOSTO

Apesar do hercúleo esforço em mostrar-se confiável ao sistema e ser um partido da ordem, o PCB teve cassado o seu registro – o que o tornava novamente ilegal e clandestino –, justamente quando se apresentava como o quarto partido – em número de votos e em bancada na Câmara dos Deputados – a nível nacional e estava em pleno processo de ascensão.

Com a sua cassação, o PCB tomou uma posição diametralmente oposta à que estava seguindo em termos táticos. O Manifesto de Janeiro (1948) foi o primeiro documento oficial do Partido a romper com a tática de união nacional. Este libelo, como era de praxe nessa época de extremo culto à personalidade, vinha assinado por Prestes, que o apresentava (impunha) em nome de todo o PCB.

Prestes começava traçando um quadro da debilidade no movimento popular: “(...) *falta organização de massas, desapareceram pouco a pouco os Comitês Democráticos e Populares fundados em 1945, não há organização sindical, falta qualquer organização ponderável de grandes massas de trabalhadores rurais, nem as mulheres, nem os jovens possuem organizações específicas para a defesa de seus interesses, em resumo, é alarmante a fraqueza orgânica das forças populares e democráticas do país*”. Fazendo *mea culpa*, em nome do Partido, admitia que os dirigentes pecebistas não haviam assimilado as mudanças que acometeram o país com o golpe que depôs Vargas e com a posse de Dutra e mantiveram “*no fundamental a mesma linha política anterior que nos levou ao sucesso eleitoral de 2 de dezembro, na mesma preocupação de ordem e tranqüilidade, de mão estendida ao governo, etc.*”. Ele chegava a reconhecer que, “*diante da ameaças cada vez mais fortes da reação, fomos silenciando cada vez mais a respeito de nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente ilegal e de pequenas manobras*”. Continuando a autocrítica, ele afirmava que o PCB não fora conseqüente em uma firme oposição ao governo Dutra, nem no desmascaramento da composição de “*classe reacionária*” na Assembléia Constituinte e se iludiu com a “*possibilidade de paz através do acordo dos três grandes*”, “*se bem que*

*tivéssemos assimilado em tempo a agressividade do imperialismo ianque e não deixado jamais de lutar contra a sua intervenção em nossos negócios internos.” Segundo ele, o lema “ordem e tranqüilidade” e “as grandes ilusões reformistas” fizeram com que o PCB se visse “privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente da greve, e a só utilizar os métodos de luta quase idílicos de conferências, sabatinas, comícios, memoriais, festas, etc., quando o governo usava com insistência cada vez maior as armas do arbítrio e da violência policial.”.(52).*

O Manifesto de Janeiro oficializou o rompimento pecebista com a tática de união nacional, mas não sistematizou a nova linha tático-estratégica do Partido, o que viria a ser elaborado somente dois anos depois, através do Manifesto de Agosto (1950).

Maurício Grabois, membro da Comissão Executiva à época, conta – descontemos o seu fervor de militante – como se deu a passagem do Manifesto de Janeiro ao Manifesto de Agosto.

*“O Manifesto de Agosto foi a culminação de todo um processo crítico e auto-crítico que o Partido corajosamente enfrentou no sentido de liquidar com o oportunismo em sua atividade política.*

*Já em janeiro de 1948, o Partido rompia com a sua antiga orientação reformista e enveredava pelo caminho revolucionário. Mas apesar de todo o conteúdo revolucionário do Manifesto de Janeiro, a atividade do Partido se ressentia dos restos do oportunismo. Somente com o lançamento do Manifesto de Agosto é que o Partido traçou uma orientação estratégica e tática verdadeiramente revolucionárias, retornando num nível mais elevado, e em outras circunstâncias – nas novas condições da divisão do mundo em dois campos, em que a correlação de forças é favorável à democracia e ao socialismo – à bandeira revolucionária de 1935”. (53)*

Na verdade ambos os documentos estavam fortemente condicionados pelo fim da inusitada harmonia entre liberalismo e comunismo a nível internacional – a qual foi rapidamente substituída pela Guerra Fria – e pela cassação do PCB e de seus parlamentares. O sistema simplesmente repeliu a tática de união nacional, daí a virada intempestiva da cúpula – tão-somente desta – pecebista. Os dois manifestos foram “*fruto do petit comitê*”,

conforme revela Armênio Guedes. Ainda segundo este ex-dirigente pecebista, o “*Manifesto de Agosto era bem o pensamento de Prestes. Foi ele que o redigiu com o Grupo dos 4: Arruda, Amazonas, Marighella e Grabois. Depois o Manifesto foi imposto ao Partido sem discussão*”. (54)

No momento de sua divulgação imediata, o Manifesto de Agosto não tinha este título, era tido como um documento de Prestes. Posteriormente, sobretudo após as denúncias do culto, ele passou a ser conhecido como Manifesto de Agosto, devido a ter sido “promulgado” a 1º de agosto de 1950. Ele foi lançado com grande estardalhaço, como uma espécie de guia para a libertação nacional, sendo Prestes o seu único autor, uma espécie de messias dessa libertação. Nos jornais do partido, dizeres salvacionistas emanados por Prestes e uma grande foto sua, de quase meia página, apresentavam este documento – que não recebia o título de Manifesto de Agosto – como a solução para a salvação nacional. A clandestinidade fizera o Partido atingir o cume do culto à personalidade e do misticismo. Na revista Problemas, por exemplo, que sempre foi mais discreta do que os jornais pecebistas, por tratar-se de um órgão “teórico”, o documento vinha intitulado em letras garrafais: “*Prestes Aponta aos Brasileiros o Caminho da Libertação*”. Na primeira parte do Manifesto, o Brasil aparecia de forma catastrófica, como se tratasse de um apocalipse bíblico: além da “*miséria crescente e da fome crônica*”, das “*intenções sinistras do bando de assassinos, negociastas e traidores que hoje governa o país*”, havia ainda “*a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação*”. O documento referia-se à Guerra da Coreia e dizia que “*o governo de traição nacional de Dutra quer levar o país à guerra e fazer de nossa juventude carne de canhão para as aventuras bestiais de Truman*”. A Guerra da Coreia seria intensamente explorada pela direção pecebista como forma de galvanizar os militantes e simpatizantes para a linha tático-estratégica do Manifesto de Agosto. A intenção era criar um clima de que a guerra estava por envolver diretamente o Brasil: “*Os provocadores da guerra exigem o nosso sangue para suas aventuras guerreiras. Querem dois milhões de brasileiros para serem incorporados às suas forças armadas e milhares de operários para que participem no trabalho escravo de suas usinas de guerra distribuídas pelo mundo inteiro*”. Havia

também denúncias a ações imperialistas: *“As posições-chave da economia são dominadas pelos monopólios anglo-americanos, o comércio de nossos principais produtos de exportação está sob o controle de firmas norte-americanas, a indústria nacional, quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob a constante ameaça do total aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos consórcios e monopólios americanos. O petróleo continua sob a ameaça avassaladora da Standard Oil, que faz às escancaras a mais despuradora campanha de suborno e corrupção. O ferro, o manganês, as areias monazíticas, os minérios radioativos já se encontram em poder dos monopólios ianques que saqueiam a nação”*. Os brasileiros marchavam para o *“aniquilamento físico pela fome, pela tuberculose que mata em proporções nunca vistas e ameaça a vida de nossos filhos, pelas endemias que devastam as populações sub-alimentadas do país inteiro. As crianças nascem para morrer antes de completar o primeiro ano de vida, em proporção que atinge, em muitas regiões do país, a 50 por cento e mesmo mais. Nas grandes cidades, a maioria da população é obrigada a viver amontoada, quase ao relento, na promiscuidade imunda das favelas e cortiços, porque as casas são cada vez mais um privilégio dos ricos, como privilégio dos ricos já é igualmente a instrução, mesmo a primária mais elementar”*. Neste quadro tão dantesco – o qual não era uma inverdade em essência –, *“nem eleições nem golpes de Estado ‘salvadores’ poderão modificar a situação”*. A solução era *“o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução”*, o qual passava a ser a nova estratégia do Partido, em lugar da anterior, que se resumia em ajudar a burguesia a realizar a sua revolução (já realizada). A nova estratégia tinha por missão *“libertar o país do jugo imperialista e pôr abaixo a ditadura de latifundiários e grandes capitalistas, substituir o governo da traição, da guerra e do terror contra o povo pelo governo efetivamente democrático e popular”*. Não era ainda uma estratégia socialista propriamente dita, mas o esteio para ela: *“Só um governo da democracia popular, um governo do bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado, será capaz de garantir ao país um regime de liberdade para o povo e de impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional, de assegurar a marcha rápida no caminho do progresso, da melhoria efetiva das condições de vida das grandes massas*

*trabalhadoras, dar saúde e instrução para o povo, igualdade econômica e jurídica para a mulher, deslocar, enfim, o país do campo da reação e da guerra para o campo da paz, da democracia e do socialismo*". Esta estratégia deveria ser alcançada através de sua tática principal, isto é, a formação da FDLN–Frente Democrática de Libertação Nacional, a ser organizada “*nos locais de trabalho e de residência*”. Como tática imediata, era indicado “*saber aproveitar a atual campanha eleitoral para organizar o povo, esclarecê-lo, alertá-lo, diante dos perigos que o ameaçam e levá-lo à luta*”. (55)

Roberto Morena nos dá uma imagem do que foi a participação do PCB nas eleições de 1950: “*Iamos às fabricas, às concentrações operárias, aos morros, não para solicitar votos, mas para esclarecer somente o nosso programa. E que programa? O Manifesto de Agosto*”. (56)

Os militantes eram concitados, pelos jornais e panfletos pecebistas, a terem as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950 como um fator de aplicação do Manifesto de Agosto. Em artigo na Imprensa Popular de 29 de agosto de 1950, intitulado *Não podemos cruzar os braços*, Aydano do Couto Ferraz insistia na ação revolucionária eleitoral: “*Nossas tarefas, em face das eleições, não são as tarefas comuns dos partidos eleitoreiros. Eleições para os comunistas, para os democratas e patriotas de verdade, querem dizer luta. Eleições de combate e defesa da paz. Então temos de chamar os operários para desencadear greves e manifestações outras em defesa de seus interesses, temos que chamar os trabalhadores do campo para a luta imediata pela posse da terra, temos que chamar os intelectuais para as jornadas em defesa da cultura e da liberdade, ameaçadas pela guerra e pela ofensiva ideológica do imperialismo, temos que mostrar aos negros e mestiços que devem lutar, hoje e não amanhã, contra a monstruosa discriminação racial americana que já se pratica em nosso solo. Então, temos que mostrar aos jovens, agora mais rapidamente do que nunca, que não devem e não podem dar sua vida e seu sangue para a guerra infame que Truman trava na Coréia*”. (57)

Uma tática diametralmente oposta àquela adotada nas eleições gerais anteriores, quando o lema tático era união nacional e apertar o cinto, isto é, evitar quaisquer entreveros que envolvessem o trabalho contra o capital. Dessa vez, a intenção tática era aproveitar as

eleições para se coser, ou cozinhar, a estratégia revolucionária.

Até o Manifesto de Agosto, o PCB estava sendo guiado pelo amadurecimento das condições objetivas da revolução brasileira, isto é, pelo amadurecimento do desenvolvimento econômico, do qual resultaria um regime autenticamente capitalista, criando, com isto, as condições subjetivas: a consciência revolucionária de classe, advinda do aumento das massas proletárias e de sua contradição imanente em relação ao capital. Com o Manifesto de Agosto deu-se um corte (epistemológico, para parafrasearmos Althusser) nessa estratégia etapista de se esperar a consecução das condições objetivas da revolução burguesa e se optou por se preparar a revolução popular (ante-sala da revolução socialista), baseada nas condições subjetivas, as quais ainda não estavam desenvolvidas. A tarefa tática fundamental de se construir a FDLN teria que servir para desenvolver as condições revolucionárias subjetivas das massas operárias, camponesas e pequeno-burguesas.

A burguesia estava descartada dessa frente popular que era a FDLN. Ela passara a ser vista como inimiga, componente do “*bloco reacionário*”: “*A burguesia brasileira nunca foi capaz de lutar contra os restos feudais do país, é aliada dos latifundiários e com medo crescente das grandes massas trabalhadoras, capitula diante do imperialismo com quem forma um bloco contra os operários e camponeses, contra a maioria esmagadora da nação. Para que a revolução possa ser vitoriosa é indispensável desfazer esse bloco reacionário, concentrar o fogo contra a burguesia serviçal do imperialismo, desmascarar sua traição, e libertar as massas trabalhadoras de sua influência. Só a classe operária será capaz de dirigir essa luta porque só ela é conseqüente e revolucionária até o fim*”. (58)

A intenção dos dirigentes do PCB era criar meios, através de inserções no movimento dos trabalhadores das cidades e do campo, de se forjar focos insurrecionais que levassem as massas à luta armada para a derrubada do regime. Segundo Armênio Guedes, “*qualquer greve era vista como um meio de cavar as bases para o assalto ao poder*”. (59) A este propósito, o Departamento Federal de Segurança Pública, órgão do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apreendeu, em 1951, um documento apresentado como sendo “*instruções do Kominform para a revolução comunista no Brasil*”, que trazia, entre outras

coisas, a seguinte recomendação: *“Não se deverá cometer o erro de 1935. Em lugar de tentar que as quarteladas arrastem as massas, pelo contrário, o procedimento deve ser: a ação das massas arrastará o pronunciamento militar, produzindo tais crises que somente as armas possam solucionar”*. (60)

Se havia veracidade quanto à autenticidade do documento, sua recomendação estava em consonância com as intenções do Manifesto de Agosto.

O certo é que tal Manifesto jamais chegou a ir além de sua retórica açodada. Primeiro por que o PCB, isolado, clandestino, e não sendo efetivamente um partido leniano ( de quadros revolucionários de fato, a começar pela direção), tendo uma direção entorpecida pelo culto à personalidade, tendo diminuído o seu efetivo de militantes de cerca de 200 mil para cerca de 30 mil, não teve capacidade sequer para levar a efeito o pressuposto do Manifesto, isto é, a construção da Frente Democrática de Libertação Nacional. Sua direção (burocrata-stalinista) estava apartada das bases e estas das massas. Como em 1935, os pecebistas pretendiam ganhar a hegemonia tática (Gramsci: hegemonia consentida perante os aliados para a formação do “bloco histórico”) sem estarem incrustados a contento nas contradições da sociedade civil e do Estado. Segundo, por que o próprio proletariado se recusou a obedecer a dois ditames táticos básicos da direção pecebista, os quais se coadunavam com a linha política do Manifesto de Agosto: voto em branco nas eleições majoritárias de 1950 e o abandono dos sindicatos oficiais e a inserção nos sindicatos paralelos que o PCB estava empenhado em fundar e comandar, o que também jamais chegou a concretizar-se a contento. Além do mais, as massas em geral não viam o “partido guia do proletariado” como o seu guia. Deixavam-se levar muito mais pelo populismo varguista do que pelo “seu” próprio partido de classe.

Vargas voltara com forte apoio das massas que o PCB queria – e não conseguia – ganhar. Obteve cerca de 48% dos votos nas eleições de 1950. O PCB passou a tratar o seu governo no mesmo diapasão que utilizara em relação ao governo Dutra: “governo de traição nacional”, “lacaio do imperialismo”, etc. A eclosão da Guerra da Coréia e o estabelecimento do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos fizeram aumentar os ataques pecebistas a Vargas. Este também era implacavelmente atacado pela oposição

liberal conservadora – alocada principalmente na UDN -, a mesma, mais amadurecida e fortalecida, que o derrubara em 1945. A direção pecebista, persistindo em uma má assimilação e uma má aplicação do marxismo clássico, abstraiu de considerar que havia graves contradições no seio das classes dirigentes. Continuando aferrada ao Manifesto de Agosto, que vilipendiava uma aliança tática com a “burguesia nacional”, que “traíra” o Partido quando da cassação de seu registro, a direção pecebista não investia no sentido de explorar (tirar partido) as contradições que grassavam na sociedade civil e no Estado, envolvendo “entreguistas” e “nacionalistas”. Não percebia que Vargas pendia para este último lado e era acerbamente atacado pelo outro.

O PCB não se opunha a Vargas por uma questão subjetiva, isto é, por algum agravo específico e recente que lhe cometera este governante em seu novo mandato. Tampouco a oposição se dava como uma vingança aos idos do Estado Novo. Não! Era uma oposição que advinha diretamente da linha tático-estratégica do Manifesto de Agosto, que impunha, sectariamente, o alheamento a um estudo objetivo das contradições existentes no seio das classes dirigentes. Segundo este documento, a tática pecebista excluía quaisquer possibilidades de aliança – mesmo tácita – com a “burguesia nacional”, a qual estivera incluída na tática de união nacional que vigira no período de democratização no pós-Estado Novo. A aliança com a burguesia nacional fora um elemento fundamental dessa tática anterior. Fora uma condição *sine qua non* a levar o PCB à consecução de sua estratégia democrático-burguesa. Com a cassação do Partido e a conseqüente elaboração do Manifesto de Agosto, a direção, como dizíamos, alienou-se em relação às contradições no campo das classes dirigentes, perdendo uma boa oportunidade de delas tirar proveito. Se ela foi correta na avaliação de que a democracia burguesa não era suficientemente democrática para permitir que os comunistas desfrutassem da legalidade que as organizações autenticamente pertencentes ao sistema burguês desfrutavam – daí surgindo a cassação do PCB-, não soube traçar uma linha tática que, ao invés de limitar-se a atuar estritamente no campo das classes dominadas, também investisse em penetrar na polarização entre “nacionalistas” e “entreguistas” que permeava o campo das classes dominantes. A direção pecebista optou por ficar de fora dessa polarização. Em uma visão gramsciana, diríamos

que a conquista de uma hegemonia de fora para dentro resulta algo bastante difícil. Já no início do governo Vargas, em seu segundo mês, o Pleno do Comitê Nacional do PCB avisava que via a gestão Vargas pela mesma ótica que vira a de Dutra e que o Partido combateria “*energicamente o governo Vargas como o governo inimigo do povo, como fiel representante dos interesses das latifundiários e da grande burguesia, como governo serviçal do imperialismo americano.*”(62).

Em verborragia incendiária, esses ataques do PCB eram equivalentes aos que a direita pró-imperialismo utilizava para tentar desestabilizar o governo Vargas. A diferença marcante era de conteúdo. Para o PCB, o governo Vargas era uma espécie de porta-voz e incentivador dos interesses imperialistas – sobretudo os estadunidenses – no Brasil, e estava em aliança com a direita pró-imperialismo. Para esta, que até então não conseguira chegar ao governo pela via do sufrágio universal – e apelava para uma retórica e uma *práxis* golpistas –, Vargas era justamente o contrário do que imaginava a direção pecebista: um grande obstáculo a uma maior penetração imperialista no Brasil.

Em pouco tempo, essa direção passou a perceber que o sectarismo do Manifesto de Agosto isolava o Partido mais ainda do que o fato dele ter sido lançado à ilegalidade. A estratégia de se chegar à revolução proletário-campesina pela tática da Frente Democrática de Libertação Nacional estava-se mostrando cada vez mais inviável. A realidade comprovava um fato que se revelara contumaz em toda a história pecebista: o Partido não se tornou capaz de formar e liderar um contingente expressivo de revolucionários com o fito de comandá-los em uma luta armada ou não contra o regime. Sua direção continuava por demais burocratizada e apartada tanto dos militantes de base e mais ainda do proletariado e do campesinato que pretendiam conquistar para a revolução proletário-campesina sem etapas. O modelo prestista-stalinista já tinha *per si* o vezo de não descer ao nível dos militantes e das massas para com estes estabelecer uma relação dialética de trocas, tendo em vista a formação de uma organização sólida de combatentes revolucionários. A cassação do Partido aumentou esse distanciamento entre cúpula e bases, tornando a direção – sobretudo Prestes – uma espécie de conjunto de deuses que as pessoas acreditam existir mas não vêem, não têm um contato físico. Prestes, por exemplo, passou

dez anos na mais rigorosa clandestinidade, de 1947 até 1957. Posteriormente, ele iria dizer que essa clandestinidade fora-lhe imposta por membros da direção pecebista.(63)

Não obstante todo esse sectarismo, em relação à política sindical o Partido já começava a entrar em um processo auto-crítico, o qual tomou corpo através da célebre “Resolução Sindical de 1952”, denominada *Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil sobre Organização e Unidade da Classe Operária*, de julho de 1952.

O documento afirmava que a classe operária avançava em suas lutas e que o sectarismo do Partido em pretender criar um movimento sindical paralelo fora prejudicial a esse avanço. Por isso, a resolução do Comitê Nacional determinava que os pecebistas voltassem a atuar no sindicalismo de Estado, no sindicalismo oficial, ocupando, nesse sentido, todos os espaços possíveis (64).

*“(...) A “Resolução Sindical” de 1952 sanciona e generaliza o que a prática estava indicando fazer: determinava que os comunistas voltem aos sindicatos existentes, recolham as reivindicações próprias dos trabalhadores, forjem aliança com as forças ali existentes, especialmente os petebistas, e retomem a luta pela sindicalização e pela unidade nacional. É somente a partir dessa correção de rumos que se tornam inteligíveis os sucessos que os comunistas irão obter, numa conjuntura de crise econômica, na direção de grandes greves no período, particularmente a “dos 300.000”, em 1953, em São Paulo.”(65).*

A verdade é que o Manifesto de Agosto fora imposto por um círculo restrito de “iluminados” dirigentes, como de costume, e jamais conseguiu ser viabilizado em seus aspectos tático-estratégicos. Em pouco tempo, o real concreto foi desqualificando este documento. Primeiro, a indiferença dos trabalhadores à tese do sindicalismo paralelo obrigou a cúpula a redigir a “Resolução Sindical de 1952”; depois, o suicídio de Vargas e a violenta reação das massas a seguir fizeram essa mesma cúpula compreender que havia uma correlação de forças a nível macropolítico, representada pelo antagonismo ferrenho envolvendo “entreguistas” e “nacionalistas”.

Não é que a direção prestista-stalinista não tivesse em conta a existência desse antagonismo, tanto é que o PCB participou ativamente, na medida de suas possibilidades, das lutas nacionalistas, e especificamente sindicais, como a campanha do petróleo e

diversas greves de expressão. O problema é que ela não tinha uma compreensão dialética e ontológica desse antagonismo, pois identificava o governo Vargas como expoente máximo da aliança entre o imperialismo estadunidense e os “entreguistas”. Também, os documentos cupulistas centravam seus ataques nessa aliança, desprezando o fato de que havia um setor nacionalista em alta efervescência, no qual o PCB poderia tentar obter uma hegemonia consentida (Gramsci).

Somente com a espontânea reação popular aos inimigos de Vargas – no imediato do suicídio deste – foi que a direção compreendeu a necessidade tática premente de se investir no apoio aos “nacionalistas” e no isolamento dos “entreguistas”. Surgiram, então, propostas que não estavam na linha política original do Manifesto de Agosto, como a defesa da Constituição (pois os golpistas intentavam adendá-la de proposições casuísticas em seu favor), defesa da democracia burguesa (pois os golpistas se constituíram em uma ameaça à mesma), apelo a uma aliança com a “burguesia nacional” e concentração de esforços táticos nas eleições majoritárias.

Quer dizer, a realidade ia pegando a direção pecebista inopinadamente, como se a mesma vivesse uma vida à parte do mundo das necessidades. A propósito da má análise da realidade, o que marcou a vida desse PCB prestista-stalinista, Moisés Vinhas afirma ironicamente: *“quem está de posse da ‘teoria marxista-leninista da revolução’ não precisa investigar concretamente a realidade específica de seu país – basta aplicá-la criadoramente à realidade nacional”* (66).

Paulatinamente, o PCB voltava-se a inserir-se nas lutas reconhecidas pelo status quo burguês. O discurso e a prática foram-se afastando cada vez mais do ideário do Manifesto de Agosto e se aproximando do ideário da união nacional que vigira no período de democratização. Como em 1945, as eleições passaram a ser o grande alvo do Partido. Se no Manifesto de Agosto estava explícito que os pecebistas somente apoiariam os “candidatos do povo”, os “candidatos de Prestes”, isto é, os comprometidos com aquele documento, a partir do suicídio de Vargas, a direção pecebista passaria a seguir o caminho inverso: apoiar quaisquer candidatos que se opusessem aos candidatos “entreguistas”, embora, em tese, por algum tempo, a formação da Frente Democrática de Libertação

Nacional ainda continuasse a ser o fator tático fundamental. Mais uma vez, o Partido encontrava-se enredado por uma contradição de princípios entre a teoria e a *práxis*, como aquela envolvendo a linha *ad hoc* da Resolução Sindical de 1952 e a linha geral do Manifesto de Agosto.

Não seria mister que os candidatos apoiados assumissem algum compromisso com o PCB. Até haveria casos de candidatos que seriam apoiados pelo PCB e, reiteradamente, desprezariam tal apoio, como Brizola, em 1958, quando candidato a governador pelo Rio Grande do Sul, e Lott, em 1960, candidato a presidente da República. Para a direção pecebista, o mais importante era cumprir-se a tática de isolar os “entreguistas”, através do apoio explícito aos seus adversários.

A aplicação dessa tática iniciou-se ainda no bojo dos acontecimentos em torno do suicídio de Vargas. Já no primeiro documento do Comitê Central após este episódio, em 1º de setembro de 1954, havia um apelo a uma aliança macropolítica – portanto, não mais somente a nível das lutas sindicais – com os petebistas: *“Dirigimo-nos particularmente aos trabalhistas, nossos irmãos. O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutemos em defesa das leis sociais já conquistadas”*.

Mais adiante ficava clara a nova tática de se isolar o “entreguismo” através das eleições, ao invés de pela via insurrecional do Manifesto de Agosto.

*“Nós, comunistas, lutamos pela derrubada do atual governo e por um governo democrático de libertação nacional, mas estamos prontos a entrar em entendimento com todas as forças políticas, líderes políticos e correntes patrióticas que queiram unir-se em torno de uma plataforma democrática a fim de derrotar eleitoralmente as forças da reação e do entreguismo”*. (67).

É importante sublinhar que tanto uma quanto outra proclamação não figurariam na fase mais sectária do Manifesto de Agosto, do lançamento deste documento até a Resolução Sindical de 1952. Naquela época, a ênfase era na aliança do proletariado com o campesinato, e não havia chamamentos à “burguesia nacional”, a petebistas, aos trabalhadores getulistas, nem aos “nacionalistas”.

A partir deste documento do CC que acabamos de citar, a direção pecebista iria

insistir cada vez mais em uma frente ampla contra a aliança do imperialismo estadunidense com o setor “entreguista”.

Logo a seguir, Prestes escreveria um documento especificamente para defender uma aliança macropolítica de pecebistas e petebistas.

*“(...) Mais do que nunca é indispensável que trabalhistas e comunistas, que constituem as duas maiores e mais poderosas correntes do movimento operário em nosso país, unam suas forças, estreitem fraternalmente as mãos na luta comum contra o inimigo comum. Esta a razão do histórico apelo do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em seu manifesto de 1º de setembro – como trabalhadores e patriotas, somos irmãos e é como irmãos que precisamos lutar ombro a ombro contra a ditadura americana de Café Filho, em defesa da Constituição, de nossos direitos e conquistas sociais, contra a carestia da vida, pela paz, a democracia e a independência nacional”.* (68)

O objetivo maior era que essa aliança se desse não apenas nas lutas cotidianas, diríamos micropolíticas, mas principalmente a nível da conquista de um governo comum, através das eleições burguesas, o que era algo totalmente impensável sob a vigência plena do Manifesto de Agosto, que recomendava o apoio do PCB somente aos candidatos fiéis à linha política deste documento, como já informamos.

A direção pecebista passava a ter as eleições – sobretudo as majoritárias – como o meio tático fundamental de derrotar a aliança do imperialismo estadunidense com os “entreguistas”.

*“(...) Como patriotas tudo faremos para esclarecer e organizar o povo, a fim de que possa derrotar nas urnas os agentes dos monopólios norte-americanos e todos os generais e politiqueros que querem a fascistização do Brasil. Unidos, os patriotas e democratas de todas as classes e camadas sociais poderão colocar na presidência da República um homem que, apoiado no povo, seja capaz de realizar uma política de paz, de defesa da soberania nacional e da indústria nacional, de liberdade e de menos miséria para os trabalhadores, e de progresso para o Brasil”.* (69)

As eleições passaram a ser vistas como o instrumento fundamental para o desenvolvimento do Partido, ao invés da formação da Frente Democrática de Libertação

Nacional, do exército popular, o que estava consignado no Manifesto de Agosto, como podemos depreender do informe do então condestável Arruda Câmara.

*“(...) A campanha eleitoral é, nas circunstâncias atuais, o elo principal a que devemos nos agarrar para impulsionar as atividades do Partido em todos os terrenos. Através da campanha eleitoral podemos reforçar o trabalho do Partido em todos os setores e estreitar suas ligações com as amplas massas”.*

Nesse documento, Arruda já fazia uma defesa da “*luta pela legalidade do Partido*”, o que o Manifesto de Agosto simplesmente desprezara e ignorara.(70).

A cúpula do PCB ia afastando-se do “esquerdismo infantil” anterior e se aproximando de uma nova linha tático-estratégica, que seria traduzida pela Declaração de Março. Contudo, antes de chegar a esta houve a passagem pelo IV Congresso.

#### **O IV CONGRESSO**

O IV Congresso foi realizado entre 7 e 11 de novembro de 1954, 25 anos após o III Congresso. Foram aprovados por unanimidade os informes de Prestes, Arruda e Amazonas. O programa e os estatutos também foram aprovados por unanimidade. Foi eleito o novo CC. Prestes foi reeleito o secretário-geral. Foram recebidas mensagens de partidos comunistas de 38 países. Astrogildo Pereira fez o discurso inaugural. (71).

O IV Congresso foi fartamente anunciado, nos jornais pecebistas e até em jornais da grande imprensa, de fevereiro, março e abril de 1947, para acontecer em 23 de maio daquele ano. Já havia toda uma preparação neste sentido. As matérias nos jornais do Partido passavam uma imagem de que seria um congresso o mais democrático possível, aberto para a participação ativa de militantes de todo o Brasil. Algumas matérias se jactavam em afirmar que o PCB era o partido mais democrático do Brasil, o único no qual camponeses e operários tinham cargos de chefia, inclusive como membros do Comitê Central. No entanto, o Congresso acabou não se realizando em 1947, neste ano o PCB passou a mergulhar em uma luta judicial contra a ameaça de cassação de seu registro. O sectarismo do Manifesto de Agosto e a clandestinidade a partir de 1948 tornariam ainda

mais inviável a convocação do Congresso.

Em dezembro de 1953, uma comissão de dirigentes, elaborou o Projeto de Programa do IV Congresso, o qual continuava tendo o governo Vargas como “um governo de traição nacional e de preparação para a guerra” e que, por isto, precisava ser derrubado e substituído por um “governo efetivamente do povo (...) um governo democrático de libertação nacional” Era a continuidade estratégica do Manifesto de Agosto. Entretanto, em termos táticos, houve uma abertura, pela qual a “burguesia nacional” passava a ser admitida na frente única e no futuro governo a ser conquistado insurrecionalmente.(72) O 24 de agosto de 1954 faria o programa do IV Congresso sofrer uma pequena alteração em relação ao seu projeto: o que fora dito sobre Vargas passava a servir para Café Filho, cujo governo deveria ser derrubado para o surgimento do governo democrático de libertação nacional.

Segundo Armênio Guedes, *“o programa do IV Congresso foi esboçado no Brasil e discutido em Moscou. Arruda foi duas ou três vezes a Moscou para o PCUS aprovar o programa”*.(73)

Na Mensagem ao PCUS, que era um dos documentos a abrir o Congresso, havia, para além de uma reverência, uma espécie de prestação de contas ao “partido-matriz”. Os dirigentes do PCB se regozijavam em pronunciar que era *“com emoção que os comunistas brasileiros agradecem os ensinamentos do Partido Comunista da União Soviética e de seu Comitê Central”* e que *“como nos ensina a história do Partido Comunista da União Soviética, não nos esqueçamos jamais que a primeira condição de sucesso está no reforçamento e no desenvolvimento do Partido”*. Finalizando, assumiam *“o compromisso de honra de não poupar esforços para a bolchevização de nosso Partido, para forjá-lo à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stálin”*. (74) A expressão “à imagem e semelhança” dava uma conotação religiosa ao culto ao PCUS.

O programa do IV Congresso – que mantinha quase que inalterado o projeto de programa de dezembro de 1953 – estava centrado em denunciar a ação nefasta do imperialismo estadunidense no Brasil. Imperialismo este tendo como aliado o *“atual governo de latifundiários e grandes capitalistas”*: *“Os imperialistas norte-americanos*

*penetram, assim, por todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilham o nosso povo, violam a independência e a soberania da nação, que tratam de reduzir à condição de colônia dos Estados Unidos”.*

Ao concluir que *“o governo de latifundiários e grandes capitalistas é, portanto, um governo de preparação de guerra e de traição nacional, um governo inimigo do povo”*, o Programa indicava *“um governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão do qual participem, além da classe operária, os camponeses, a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional.”*

O Programa enfatizava que apesar de o PCB lutar pelo socialismo, tal sistema era inviável *“nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil”*. Sendo perfeitamente viável *“a tarefa de substituir o atual governo, antipopular e antinacional, por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas”*. (75)

O IV Congresso, a exemplo do Manifesto de Agosto, também foi baixado pelo núcleo dirigente, basicamente Prestes, Arruda, Amazonas, Grabois, Marighella e Pedro Pomar.

Segundo Leôncio Basbaum, ao invés de os delegados serem eleitos pelos bases regionais, foram impostos pelos dirigentes do Comitê Nacional e *“convencidos pelos camaradas dirigentes, particularmente o Arruda, a não criticar o documento (.....) e foram avisados de que se devia limitar a saudar e elogiar Prestes, o PCB, o PCUS e Stálin, que havia falecido um ano antes, e ainda Malenkov que era agora o genial guia dos povos”, em substituição ao genial guia falecido”*. (76)

Não por acaso, o IV Congresso foi cercado de tanta unanimidade.

Prestes, ainda sob rigorosa clandestinidade, não participou do Congresso, mas enviou o seu *“Informe de Balanço ao Comitê Central do PCB ao IV Congresso.”*

Este informe endossava o Programa do PCB, ao considerar o imperialismo estadunidense como o principal inimigo da nação brasileira e, por isso, o fogo deveria ser concentrado contra ele.

*“Concentrando o fogo contra os imperialistas norte-americanos, o Programa leva*

*em conta a grande lição de estratégia e tática leninista que manda golpear os inimigos um a um e saber convergir o fogo em cada momento contra o inimigo principal e mais poderoso. Como ensina Stalin, não convém jamais sobrecarregar a revolução com todas as tarefas de uma só vez”.*

Quanto à burguesia nacional, Prestes a dividia em dois grupos.

*“Um deles é formado pelos grandes capitalistas estreitamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos. Constituem eles minoria insignificante pelo seu número, porém poderosa. O segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo Programa com acerto de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional. Esta parte da burguesia brasileira necessita evidentemente da ampliação do mercado interno, da proteção contra a concorrência dos produtos importados, tem seus interesses afetados pela opressão imperialista, disputa com os monopólios imperialistas por uma maior parcela na exportação das riquezas naturais do Brasil e da força de trabalho barata existente no País. Se bem que não seja capaz de romper por completo suas ligações econômicas com o imperialismo e os latifundiários, sente-se oprimida por ambos, opõe-se a ambos e, deste ponto de vista, pode participar do movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal”.*

Ele condenava as “posições revisionistas do marxismo-leninismo, como as teses do ‘desenvolvimento pacífico’ e da colaboração de classe, ou a tese por uma impossível ‘união nacional’, bem como a entravar o desenvolvimento da luta de classes nas cidades e no campo”. Um trecho interessante do Informe era a revelação de que foi sob a inspiração de um documento do PCUS que o PCB mudou a sua linha tático-estratégica que iria resultar no Manifesto de Agosto: “Foi à luz dos ensinamentos contidos no informe do camarada Zhdarov, pronunciado em setembro de 1947, na reunião do Bureau de Informação dos Partidos Comunistas e Operários, e já sob os duros golpes da reação, que começamos a compreender o que havia de errôneo em nossa linha política e a fazer esforços para corrigi-las. Ainda desta vez, porém, ao corrigirmos nossos erros de direita, fomos unilaterais e caímos em posições sectárias e esquerdistas, expressas em nossos documentos da época,

desde o Manifesto de Janeiro de 1948, até o Manifesto de Agosto de 1950”

Isto sugere que a troca da política de união nacional para a política sectária deveu-se, mais uma vez, à influência do PCUS.

Sobre o caráter do governo pregado pelo programa do PCB, Prestes justificava que devido às *“atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, não é possível realizar agora no Brasil transformações de caráter socialista”*. Afirmava que o novo regime pregado pelo PCB não seria uma ditadura do proletariado, mas também não seria uma ditadura da burguesia e que o mesmo seria mais avançado do que a revolução democrático-burguesa: *“será uma ditadura das forças revolucionárias antifeudais e antiimperialistas, será efetivamente o poder do povo, da maioria esmagadora da nação – operários, camponeses, pequena burguesia e burguesia nacional – sob a direção da classe operária e do seu Partido Comunista.”*(77)

O Informe de Arruda endossava a necessidade de se derrubar o governo (Café Filho) - Pois *“a substituição do governo através de eleições ou de golpes nenhuma modificação trará ao país”* - e *“substituí-lo pelo governo democrático de libertação nacional”*. Quanto à união com a burguesia nacional, ele alertava que deveria ser uma união *“sem deixar de lutar contra ela”*, isto é, contra a burguesia.. (78)

Há estudiosos que defendem que o suicídio de Vargas e suas conseqüências – rebeldia popular, instalação de um governo golpista e de direita e as graves denúncias da carta-testamento – foram fatores a determinar mudanças radicais na linha política do PCB.

Outros defendem que não houve mudanças substantivas. Considerando que a linha política vigente à época do suicídio de Vargas era, pelo menos em tese, o Manifesto de Agosto – pois o projeto de programa para o IV Congresso ainda não tinha sido aprovado - . esses autores estão defendendo que este documento foi ou não revogado em virtude dos acontecimentos provocados pelo fatídico 24 de agosto de 1954. Há ainda, quem advogue que o PCB sempre manteve, ao longo de sua trajetória, uma linha estratégica inalterada.

Segundo Leôncio Martins Rodrigues, *“com o suicídio de Vargas, o Projeto (de Programa) foi posto de lado discretamente. O PCB mudou radicalmente sua atitude para com o PTB e outras “correntes progressistas”. A nova linha foi ratificada no IV Congresso*

*do Partido(...)*” (79).

Raimundo Santos faz uma correção nesta assertiva de Rodrigues.

*“Não é verdade que isso tenha ocorrido assim tão simplificaradamente. Pelo contrário, apenas se apagara, literalmente, as referências diretas ao governo de Vargas que continha o Projeto de Programa, mas o mesmo pensamento perdurará no IV Congresso, a ponto de figurar no documento finalmente aprovado.”*(80).

De fato, Santos está prenhe de razão ao afirmar que o programa do IV Congresso foi fundamentalmente o projeto de programa formulado em dezembro de 1953, substituindo as referências ao governo Vargas por referências ao governo Café Filho. Entretanto, Rodrigues está correto quando afirma que o suicídio provocou mudanças radicais na práxis pecebista, o que já salientamos anteriormente, ao nos referirmos à nova ênfase nas eleições majoritárias, na aliança eleitoral com o PTB, etc. A questão é complexa – como bem afirma Raimundo Santos em um trecho mais adiante de sua crítica a Rodrigues –, pois uma coisa é o programa e outra coisa são as ações dele decorrentes. Pretendemos discutir isso mais à frente, após expormos os pontos de vista de outros autores que selecionamos para este “debate.”.

Eliezer Pacheco afirma que, *“apesar dos acontecimentos que culminaram com o suicídio de Vargas, o PCB manteve inalterada sua linha política, confirmada pelo IV Congresso realizado entre 7 e 11 de novembro do mesmo ano.”*(81).

Esta afirmação encontra-se contextualizada na analogia que Pacheco faz entre o projeto de programa de dezembro de 1953 e o programa do IV Congresso. Portanto, é uma análise a nível teórico, programático. Neste nível, a sua posição é correta.

A grande maioria dos autores que analisaram o PCB entre o Manifesto de Agosto e o IV Congresso, ou entre o projeto de programa (dezembro de 1953) e o IV Congresso, são unânimes em consignar que a linha política (programática) pecebista não sofreu alteração substancial com o suicídio de Vargas.

Segatto, em um texto introdutório sobre a trajetória do PCB, referindo-se ao IV Congresso, afirma que *“o programa que este Congresso, realizado segundo critérios pouco democráticos, aprovou para o PCB não introduziu grandes modificações na linha política;*

*ao contrário, desenvolveu-a, promovendo apenas algumas retificações formais(...).” (82)*

O mesmo Segatto, em outro texto, mais profundo – sua tese de doutoramento -, que trata especificamente do período entre 1954 e 1964, considera que a crise advinda do suicídio de Vargas provocou mutações na práxis do PCB, mas que o programa do IV Congresso manteve, *“no essencial, a política do Manifesto de Agosto”, a qual “continuará predominando e dando orientação para o PCB.”(83)*

Esta posição de Segatto é a mesma de Mauro Salim e Milton Freitas.(84) e também de Raimundo Santos.

*“(...) após a morte de Vargas, arrastado pelas manifestações antigolpistas, é que o PCB começa então a experimentar mutações importantíssimas, mas sem alterar a estrutura do pensamento anterior: a) pressionado pelos acontecimentos os comunistas são forçados a reconhecer diferenciações nas forças políticas presentes na conjuntura; b) começaram a ver à sua frente a possibilidade de participarem da formação de uma Coalizão Democrática, bem diversa da FDLN; c) passaram a valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares.”(85).*

Já no texto seu que citamos mais atrás, Santos alertava para o fato de que havia no PCB *“a defasagem entre uma prática ocasional, sugerida pela vida, e o fundo teórico-ideológico dominante na formulação da linha e no interno organizativo do partido.”(86).*

Moisés Vinhas é outro analista, como Leôncio M. Rodrigues, que, neste tema de que estamos tratando, não estabelece uma relação dialética entre práxis e teoria pecebistas. Também ele, acertadamente, considera que a linha pragmática do IV Congresso não foi afetada pelos acontecimentos advindos do suicídio de Vargas.

*“(...) A julgar pelos procedimentos e resultados do IV Congresso do Partido, que teve lugar menos de três meses após o suicídio de Getúlio, nos dias 7 a 11 de novembro de 1954, em São Paulo, o impacto da crise política não logrou imediatamente abrir qualquer brecha na alienação reinante. De fato, o Congresso se realiza como se nada tivesse acontecido, como se a situação política não tivesse sofrido alterações substanciais. Das assembleias de base às reuniões finais, o Encontro foi encaminhado na mais rigorosa e*

*inútil clandestinidade. E nenhuma mudança foi introduzida no Programa do Partido, que continua pregando a derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas à base de uma leitura que considera o Brasil 'um país semicolonial e semifeudal', cujas relações de produção 'opõem-se violentamente ao desenvolvimento das forças produtivas' e as 'classes moribundas impedem o livre curso da lei de correspondência obrigatória (sic) entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas', como se diz no informe de Luís Carlos Prestes (que não participou do Congresso por estar na clandestinidade absoluta).”(87).*

Anita Prestes, discordando de Leandro Konder, que afirma que a Declaração de Março equivalia a uma *“autocrítica profunda”* (90), e de Marco Aurélio Nogueira, para quem este documento *representou “o início de uma nova fase na vida do Partido”* (54), considera que na trajetória do PCB houve uma inalterabilidade de “estratégia de direita”, isto é, a revolução socialista deveria ser precedida pela revolução democrático-burguesa. Devido a isso, a Declaração de Março não poderia ser o novo na vida do Partido.

Ainda segundo ela - e é a parte que interessa diretamente ao nosso “debate” -, o IV Congresso aprovou, *“no fundamental, as mesmas teses do “Manifesto de Agosto”*. Quanto a este documento, assim ela o definia em sua linha geral: *“a estratégia continuava a mesma: a revolução de libertação nacional para ‘impulsionar o desenvolvimento independente da economia nacional’, ou seja, para assegurar o desenvolvimento livre e independente do capitalismo. O suposto ‘esquerdismo’ se resumia à tática e ao palavreado, este sim extremamente radical. Tática essa que, entretanto, não conseguia ser posta em prática pelo próprio fato de não ser decorrência de uma política alicerçada na análise concreta do país. A tática passava por guinadas bruscas ao sabor dos acontecimentos, que, na maior parte das vezes, constituíam surpresa para os comunistas, incapazes de prevê-los. Não se tratava, portanto, como diz L. Konder em seu livro, de um acentuado “esquerdismo” na linha política do PCB a partir de 1948; só uma análise superficial pode levar a tal conclusão. A estratégia de direita permanecia com todas as suas conseqüências desastrosas(...)”* (90).

Fizemos questão de colocar todos estes posicionamentos, alguns até em citações

deliberadamente longas, para podermos também nos posicionarmos. Concordamos que não houve uma diferenciação substantiva entre o projeto de programa e o programa, e que, enquanto ambos os documentos se equivaliam, a práxis do PCB sofria alteração em função do suicídio de Vargas. Também concordamos com a tese levantada exclusivamente por Anita Prestes segundo a qual o PCB sempre se conduziu por uma estratégia etapista, a qual ela denomina direitista, mesmo sob o Manifesto de Agosto e, podemos dizer, até no movimento insurrecional de 1935.

Assim, endossamos alguns autores, como Raimundo Santos e José Antônio Segatto, que afirmam que o suicídio de Vargas fez o PCB alterar radicalmente a sua *práxis*, enfatizando o investimento em eleições majoritárias, defesa da Constituição, das liberdades democráticas, etc., o que já havíamos assinalado e mostrado anteriormente à exposição dos debatedores. Também endossamos Moisés Vinhas quando ele afiança que as conseqüências do 24 de agosto não fizeram o PCB adaptar o programa do IV Congresso às graves mudanças conjunturais.

## **O XX CONGRESSO DO PCUS E O SEU IMPACTO NO PCB**

No mês de fevereiro de 1956, entre os dias 14 e 24, realizou-se o XX Congresso do Partido da União Soviética, o primeiro desde a morte de Stálin, em 1953.

O PCB, convidado para o Congresso, fez-se representar através de uma delegação chefiada por Diógenes Arruda Câmara. Prestes, em nome do CC, enviou uma mensagem ao Congresso em que dizia: “o *Partido Comunista da União Soviética é o modelo e a fonte de inspiração dos Partidos Comunistas e operários de todo mundo. Não em vão foi ele chamado de primeira brigada de choque do movimento revolucionário internacional do proletariado. Esse papel de vanguarda o desempenha o PCUS hoje mais do que nunca, possuidor de uma inesgotável experiência que se torna crescentemente patrimônio comum dos milhões de seres que lutam pela sua libertação nacional e social, pelas radiosas idéias do comunismo. E seguindo os exemplos do Partido Comunista da União Soviética, estudando sua riquíssima experiência, que os partidos irmãos aprendem a fortalecer a*

*unidade de suas fileiras e põem em prática os sábios princípios comunistas de organização partidária, aplicam com espírito criador a doutrina do marxismo-leninismo, lutam intransigentemente contra os deturpadores e inimigos do marxismo no movimento operário. Nas gigantescas realizações do povo soviético e nas resoluções do PCUS buscam os partidos comunistas uma grande fonte de inspiração para a sua luta vitoriosa”. (91)*

O XX Congresso marcaria o processo de desestalinização iniciado com a subida de Nikita Khrustchov ao poder. Através do informe do Comitê Central do PCUS ao XX Congresso, Khrustchov fez uma comparação entre o avanço dos países socialistas em todo mundo e a crise dos países capitalistas e imperialistas.

*“(...) O sistema socialista avança triunfalmente, sem crises nem comoções, e traz grandes benefícios aos povos dos países do socialismo, tornando evidentemente as suas decisivas vantagens sobre o sistema capitalista (...)”* Depois falou das conquistas da União Soviética em diversos campos e propôs medidas de melhoramento das mesmas. Porém o ponto mais importante do informe, foi o que se referiu à desestalinização da URSS, ou seja, o combate ao culto à personalidade, do qual Stálin fora o maior beneficiário e em nome do qual usou e abusou de suas prerrogativas de mandatário absolutista.

*“(...) Lutando por um máximo desenvolvimento da atividade criadora dos comunistas e de todos os trabalhadores, o Comitê Central tomou medida para que se esclareça amplamente a concepção marxista-leninista do papel do indivíduo na história. O CC manifestou-se resolutamente contra o culto à personalidade alheia ao espírito do marxismo-leninismo e que faz de um de outro dirigente um herói milagroso: subestimando ao mesmo tempo o papel do Partido e das massas populares e diminuindo sua atividade criadora. A difusão do culto à personalidade reduzia a importância da direção coletiva do Partido e levava às vezes a graves deficiências em nosso trabalho.*

*Na ‘Internacional’, hino de nosso Partido, se diz ‘Nem em deuses nem em tributos ,está o supremo salvador, nós mesmos realizemos o esforço redentor’ (clamorosos aplausos). Estas inspiradas palavras refletem acertadamente, de um modo marxista, o papel revolucionário e criador das massas, o papel da coletividade. O povo, dirigido por um partido da nova doutrina marxista, é uma grande e invencível força, o criador da nova*

*vida, a criador da história (prolongados aplausos)”*. (92)

O informe de Khrustchov ao XX Congresso, em nome do CC, foi aprovado por unanimidade, o que não era novidade no movimento comunista internacional. “*A Resolução do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética sobre o Informe do Comitê Central do PCUS*” reiterou a questão do culto à personalidade contida no Informe: “*O Congresso considera que o Comitê Central atuou com inteiro acerto ao combater o culto à personalidade – cuja difusão menosprezava o papel do Partido e das massas populares, reduzia a importância da direção coletiva do Partido e constantemente originava sérias deficiências no trabalho – e determina ao Comitê Central que não debilite a luta contra as reminiscências do culto à personalidade e que toda a sua atuação parta da tese de que os autênticos artífices da nova vida são as massas populares, dirigidas pelo Partido Comunista*”. (93)

Durante as reuniões do XX Congresso do PCUS, Khrustchov apresentou um documento que causaria, de imediato, um feito devastador no movimento comunista internacional, tornando-se conhecido no Ocidente como o relatório secreto de Khrustchov. A imprensa burguesa do mundo capitalista o explorou o quanto pôde, procurando mostrá-lo como evidência de uma grave crise na comunidade socialista; o que não deixava de ser verídico.

No Brasil, o caso ocupou as primeiras páginas de vários jornais, com fortes matizes de sensacionalismo. Em sua edição de 17 de fevereiro de 1956, *O Estado de São Paulo* estampava em letras garrafais: *MITO DE STÁLIN DEMOLIDO NO XX CONGRESSO*. O mesmo jornal também divulgaria a sua versão do relatório de Khrustchov, dizendo tratar-se do “*texto integral do relatório apresentado ao XX Congresso do PC Russo por Nikita Khruchev*”, o qual correspondia à “*versão distribuída à imprensa norte-americana pelo Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos*”. O relatório começava denunciando os malefícios trazidos pelo culto à personalidade de Stálin, sublinhando que Marx, Engels e Lênin sempre foram contra tal prática. Era citado o trecho de uma carta de Marx a Wilhelm Bloss, na qual o criador do materialismo histórico enfatizava: “*Minha hostilidade ao culto do individuo fez com que nunca publicasse, durante a existência da*

*Internacional, as numerosas mensagens provenientes de diversos países que reconheciam os meus méritos... e que me aborreciam. Nem as respondi, salvo algumas vezes para repreender seus autores. Quando aderimos, Engels e eu, à sociedade secreta dos comunistas, foi sob a condição de que seria banido de seus estatutos tudo que dissesse respeito à adoração supersticiosa da autoridade. Posteriormente, Lassalle fez exatamente o contrário”.*

Engels também era utilizado como argumento de autoridade contra o culto: *“Marx e eu fomos sempre hostis a manifestações públicas com respeito a indivíduos, salvo nos casos em que tivessem um fim importante. E opusemo-nos energicamente às manifestações que pessoalmente nos diziam respeito”.*

Lênin era apresentado como o dirigente que colocara em prática a direção coletiva baseado no centralismo-democrático: *“Lenine jamais impôs pela força as próprias idéias aos seus colaboradores. Tentava convencê-los. Pacientemente, explicava as suas opiniões aos outros”.* A seguir eram apresentados trechos de carta de Lênin, escritos em seus últimos meses de vida, quando ele já estava fortemente combalido pela doença fruto do atentado que sofrera. Essas cartas receberam o título de “Testamento de Lênin” e havia nelas denúncias gravíssimas ao discricionarismo de Stálin. Lênin recomendava explicitamente à cúpula do PCUS que não aceitasse Stálin como seu sucessor, após sua morte. Numa dessas cartas, endereçada aos delegados do XIII Congresso do PCUS, Lênin fazia a seguinte recomendação: *“Stálin é excessivamente brutal, e esse defeito que pode ser tolerado entre nós e nos contactos com os comunistas, torna-se um defeito intolerável em quem ocupa as funções de secretário-geral. Por isso, proponho que os camaradas estudem a possibilidade de afastar Stálin desse posto, e de o substituir por outro homem que, antes de tudo, se diferencie de Stálin por uma só qualidade, a saber: maior paciência, maior lealdade, maior polidez, uma atitude mais correta para com os camaradas, um temperamento menos caprichoso, etc.”* Stálin continuaria como secretário-geral e, após a morte de Lênin, assumiria o poder de forma absolutista. No entanto, as denúncias mais graves do relatório referiam-se aos *“crimes de Stálin”*, os quais, entre outros, incluíam: prisão e fuzilamento de 98 dos 139 membros do Comitê Central eleito em 1934; a criação do conceito de inimigo

do povo para justificar o assassinio dos opositores de Stálin; a substituição do “*método leninista que consistia em convencer e educar*” pela “*violência administrativa, repressões maciças e terror*”; falsificação de projetos para forjar culpabilidade de opositores; a institucionalização da tortura e do terror de Estado, a não preparação da União Soviética para a guerra contra a Alemanha. Além desses crimes gerais, o relatório detalhava crimes particulares, como os assassinatos de Zinoviev, Trotsky, Kirov, Eikhe e Bukharin. Era também ressaltada uma fotografia de Stálin ao lado de Lênin, com este aparecendo em segundo plano, pequeno, e aquele em primeiro plano, grande. Segundo o relatório, essa fotografia jamais existiu, fora montada por Stálin e tornada oficial, visando mostrá-lo como amigo de Lênin, seu sucessor e superador. (94)

Para comunistas de todo o mundo, inclusive da URSS, que tinham Stálin como um herói, o “guia genial dos povos”, uma personalidade equiparada a Marx, Engels e Lênin em termos de ética socialista, foi um desencantamento descobrir que ele estava envolvido em tamanho mandonismo, violência e corrupção.

A direção pecebista apressou-se em negar a veracidade do documento, atribuindo sua divulgação à provocação da direita, do imperialismo. Na verdade, o PCB ainda desconhecia oficialmente o que se passara no XX Congresso, pois a sua delegação, ao invés de voltar logo ao Brasil, ainda fora à China e só retornaria meses depois.

Porém logo a cúpula do Partido teve confirmada a veracidade da demolição do mito Stálin no XX Congresso; mas não abriu o debate em torno do assunto, apesar da super importância do mesmo.

Atropelando a indecisão dos dirigentes, a *Voz Operária*, um dos periódicos oficiais do partido, publicou na íntegra, em sua edição de 14 de abril de 1956, um editorial do Pravda sob o título *Por que o culto à personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo?*

O editorial considerava que “*o fato de que Stálin fizesse caso omissos das normas de vida do Partido e do princípio da direção coletiva no Partido e resolvesse com frequência as questões de maneira unipessoal, dava lugar à deformação dos princípios do Partido e de sua democracia interna, violação da legalidade revolucionária e a medidas repressivas*

*infundadas*?. (95)

Em praticamente todos os partidos comunistas do mundo abriu-se uma discussão interna sobre o *Relatório Khrushchov*, principalmente no seu ponto principal: a condenação do culto à personalidade e a denúncia aos crimes de Stálin. A cúpula pecebista procurava retardar a discussão sob a alegação de que aguardava a volta de Arruda. Este, o real mandatário do Partido, dado à rigorosa clandestinidade em que Prestes se encontrava, provavelmente retardasse a sua volta temendo o debate interno, já que ele era um dos maiores beneficiados pelo culto à personalidade. O núcleo dirigente segurou o quanto pôde a abertura da discussão interna.

Inutilmente, porque a essa altura já se alastravam as críticas oriundas das bases do Partido. Muitas das quais descambaram para o revisionismo, inclusive, contestando o marxismo-leninismo e o papel revolucionário e antiimperialista da União Soviética.

A rigor, a grande maioria, senão a totalidade dos países comunistas e operários do mundo, copiava o modelo do socialismo stalinista, onde a culto à personalidade era um de seus pontos culminantes. O PCB não era uma exceção, como já foi dito anteriormente. Prestes e os dirigentes de proa eram objetos desse culto exagerado, daí o receio de uma discussão crítica e autocrítica.

À medida em que prosseguia o debate desordenado, à revelia do Comitê Central, vinham à tona questionamentos a respeito do temas até então tidos como tabus: o centralismo democrático, o stalinismo, o culto à personalidade, o socialismo soviético, a subordinação do PCB ao PCUS, a política interna do PCB, a política repressiva da URSS com relação à Hungria e à Polônia, etc.

Visando manter a ordem na casa, Prestes escreveu um artigo intitulado *O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela independência nacional*, veiculado na *Voz Operária* de 5 de maio de 1956.

Nesse artigo, ele fazia uma análise do XX Congresso e tentava mitigar a celeuma em torno do culto à personalidade, considerando que a intenção da direção do PCUS fora a de trazer o Partido para o princípio leninista da direção coletiva, baseado na democracia

interna. Prestes assinalava que a crítica ao culto à personalidade não “*trata evidentemente de diminuir os méritos históricos de Stálin*” e reconhecia o acerto da nova orientação do PCUS: “*Iniciamos em nossas fileiras, especialmente a partir de nosso IV Congresso, a luta pela aplicação do princípio da direção coletiva e contra o culto à personalidade, mas devemos reconhecer que isto ainda não foi feito na medida em que se torna necessário. As indicações do XX Congresso do PCUS ajuda-nos a compreender a importância do reforçamento incessante da direção coletiva, mostra-nos como se deve dirigir o Partido e nosso movimento e dão-nos melhor compreensão do papel da personalidade na história e na vida dos povos*”.

Finalizando, Prestes, em nome do PCB, apoiava as decisões do XX Congresso do PCUS e ressaltava ser “*dever de todo o militante comunista ler e levá-las ao conhecimento das massas*”. (96)

O artigo conciliatório não foi suficiente para deter a crescente onda de críticas dentro do PCB, embora as bases ainda esperassem a autorização do CC para início do debate propriamente dito.

A tendência era que Prestes e seus pares do núcleo dirigente não abrissem o debate interno a todo o Partido. Eles estavam ganhando tempo, esperando a crise amainar-se e, depois, provavelmente, fariam correções no sentido de cortar os excessos no culto à personalidade e no mandonismo, adaptando-os aos novos tempos pós-Stálin. A afirmativa de Prestes de que já fora iniciado no PCB “*a luta pela aplicação do princípio da direção coletiva e contra o culto à personalidade*” não se coadunava com a realidade. O IV Congresso, por exemplo, fora marcado por um centralismo excessivo – ausência de participação efetiva das bases – e pelo culto a Prestes, que aparecera citado laudatoriamente em vários documentos oficiais daquele evento. Se dependesse da inércia do núcleo dirigente, incluindo Prestes, não haveria discussão ampla no Partido. Mas a *Voz Operária*, agindo autonomamente, insistia em que o debate fosse aberto.

Em seu exemplar de 14 de julho de 1956, a *Voz Operária* publicou um documento do Comitê Central do PCUS, sob o título *Como foi superado na URSS o culto à personalidade de Stálin*, no qual era dito que “*as decisões das históricas sessões do XX*

*Congresso obtiveram aprovação total e o apoio entusiástico de todo o nosso Partido, de todo o povo soviético, dos partidos comunistas e operários irmãos, dos trabalhadores da grande comunidade de países socialistas, de milhões de homens nos países capitalistas e coloniais*". Esse documento citava o trecho de uma carta de Lênin ao Congresso do PCUS, em 1922, na qual o então chefe do Estado soviético asseverava: "*O Camarada Stálin tornou-se secretário-geral e concentrou em suas mãos uma soma de poder imenso que duvido possa sempre utilizá-la com a paciência necessária*". (97)

A essa altura o PCB estava cindido. Havia dois grupos principais em contraposição: os chamados fechadistas ou conservadores, que queriam evitar um debate amplo, que tomasse todo o Partido, e os abridistas ou renovadores, que defendiam proposta inversa. Dentre estes últimos, ao contrário dos primeiros, havia um coro que defendia que a abertura dos debates se espraiasse para além das fronteiras pecebistas e que houvesse uma revisão de princípios básicos do comunismo, como centralismo-democrático, marxismo-leninismo e seguidismo ao PCUS. Outra diferença básica era que os primeiros insistiam em preservar Stálin, enquanto que os segundo fechavam com o relatório de Khrustchov na condenação da era stalinista.

Os fechadistas eram liderados por Diógenes Arruda, Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois, membros do núcleo dirigente. Os abridistas tinham Barata como seu líder maior, seguido por "Batin", André Victor, Osvaldo Peralva, Aydano do Couto Ferraz, Antônio Rezende, Carlos Duarte, João Batista de Lima e Silva, Victor Konder e Armando Lopes da Cunha, entre outros. Prestes se posicionava contra os abridistas e se aproximava do núcleo dirigente, do qual ele era o chefe máximo. Ao final da pugna, vencidos os abridistas, ele se voltaria também contra os fechadistas, tendo novamente o controle sobre o Partido.

Em seu livro, *O Retrato*, Osvaldo Peralva fala de um terceiro grupo, o qual ele denomina Pântano – em alusão à Revolução Francesa – ou Grupo Baiano. Segundo ele, tratava-se de um grupo oportunista que tinha por objetivo apoiar os conservadores para derrubar os renovadores e depois derrubar estes para assumir seus lugares na direção do Partido.

Na Voz Operária de 6 de outubro de 1956, vinha estampado um artigo em letras garrafais, de quase página inteira, *NÃO SE PODE ADIAR UMA DISCUSSÃO QUE JÁ SE INICIOU EM TODAS AS CABEÇAS*, onde seu autor, João Batista de Lima e Silva, começava cobrando a realização do debate interno: “*Nosso compadre Maurício Ferreira indaga em carta à VOZ OPERÁRIA, por que, sete meses após o XX Congresso do PCUS, ainda não se abriu entre nós franco e público debate das questões suscitadas pelas análises, decisões e revelações da histórica assembléia dos comunistas soviéticos.*

*A mesma indagação está sendo feita em toda parte e cada dia com maior insistência. Creio, por isto, chegado o momento de prestarmos a máxima atenção a este assunto, que não diz respeito apenas aos comunistas, mas a todas as forças da classe operária e de tendência socialista e democrática. Julgo dever de cada um de nós contribuir, como lhe seja possível, para que as forças de vanguarda não fiquem paralisadas e perplexas diante de problemas e dúvidas sem resposta”.* (98)

Com a volta de Arruda ao Brasil, em meados de 1956, a direção do PCB não tinha mais porque segurar a discussão, já que essa tão esperada volta era um dos maiores pretextos para que o debate interno ainda não fosse iniciado.

Em sua edição de 20 de outubro de 1956, a *Voz Operária* trazia um documento que oficializava a abertura do debate interno: *o Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil.*

O documento começava considerando que “*a demora de quase oito meses na abertura da discussão desses problemas é injustificável*”, e fazia uma *mea culpa* na qual eram incluídas o atraso do retorno ao Brasil da delegação chefiada por Arruda e a falta de iniciativa do CC em abrir os debates. O CC, que desmesuradamente houvera cultuado o “*guia genial dos povos*”, mostrava-se chocado “*com a gravidade dos erros cometidos por Stálin e pelo Comitê Central do PCUS*” e se congratulava com os novos dirigentes da URSS “*a respeito da luta contra o culto à personalidade e suas nefastas conseqüências*”. Concluindo, abria-se o debate em torno do tema do projeto de Resolução, garantindo-se a

publicação dos “trabalhos dos membros do Partido, inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar”: “O Comitê Central examinará com atenção e solicitude todos os problemas, sugestões e críticas que forem levantados através deste amplo debate, a fim de recolher e utilizar a sabedoria coletiva do Partido. Após ouvir todo o Partido, o Comitê Central adotará a necessária Resolução sobre os problemas em debate”. (99)

A rigor, a pressão das bases e, sobretudo, o fato de a condenação ao culto à personalidade e aos crimes de Stálin terem partido do órgão máximo do comunismo internacional – o PCUS – foram as causas fundamentais que impulsionaram o CC à abertura oficial do debate. Era mais uma demonstração de seguidismo ao PCUS.

A partir de então foram publicados artigos e cartas de membros do Partido de várias partes do Brasil. No Distrito Federal, os periódicos oficiais do PCB, a *Voz Operária* e a *Imprensa Popular*, eram que veiculavam esses artigos e cartas. Nos outros estados, os jornais regionais do Partido, quando havia, encarregavam-se de divulgar as manifestações em profusão. Nunca o Partido fora forçado a abrir-se tanto. Uma abertura que chegou a colocar em risco a sua estrutura orgânica. As discussões caminharam para além do proposto pelo oficialismo da direção ; chegaram, em alguns casos, a voltar-se contra ela. Foram colocados em cheque temas que até então eram seguidos dogmaticamente por todo o Partido, como se tratasse de tabus. Temas estes que diziam respeito à linha tático-estratégica do partido, ao seu programa, ao alinhamento praticamente incondicional com o PCUS e ao mandonismo dos dirigentes.

A título de ilustrar o que acabamos de consignar, selecionamos alguns trechos de muitos dos artigos que chegaram à imprensa comunista. Roberto Morena centrava as suas críticas no novo programa, aquele que fora recentemente – cerca de três anos – aprovado no IV Congresso: “*Que pessoas ou forças conseguiram levá-lo a prática? E se assim já acontecia há algum tempo, agora de nenhum modo ele está sendo cumprido pois se choca de frente, ao menos em muitas de suas teses principais, com a nossa realidade*”. Outro alvo de sua crítica era a tática que colocara o governo Vargas no campo imperialista: “*Caracterizando mecanicamente o governo Vargas como um governo de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos imperialistas norte-americanos, nós, os comunistas,*

*fomos os auxiliares mais eficientes dos golpistas de 24 de agosto*". (100)

Victor Konder atacava o seguidismo ao PCUS: *"Graças a esse vezo de seguir o 'modelo russo', transformado em dogma, tudo dependia do acerto dos dirigentes soviéticos (ou melhor, de Stálin), de que tivesse capacidade para abordar e elaborar não importa que problema de não importa que país, o que, como os fatos comprovaram, era façanha inteiramente impossível de ser realizada. Chegou-se ao ponto em que, apenas a Stálin era reconhecido o direito de elaborar problemas novos. O marxismo, como ciência, passou a ser freiado em seu desenvolvimento, estagnando-se mesmo sob muitos aspectos, já que todo o trabalho teórico se resumia, na prática, em parte das teses dos clássicos, especialmente dos escritos de Stálin, para confirmá-las – sabe lá Deus como! – com fatos coligados da vida real e arrumados convenientemente"*. (101)

O núcleo dirigente, outro mito dentro do PCB, foi duramente combatido por alguns, como neste trecho de Osvaldo Peralva: *"O Núcleo Dirigente era como um cofre em que se guardasse todo o tesouro da sabedoria marxista. É que seus componentes, empenhados em forjar-se à imagem e semelhança de Stalin (a quem o culto à personalidade atribuía dons de onisciência), queriam abarcar o mundo com os braços, de modo que qualquer ato de certa importância tivesse sempre a marca de suas impressões. Dai advinham grandes prejuízos, porque ninguém mais se atrevia a tomar qualquer iniciativa sem antes apelar para a graça de uma indicação, uma palavra que fosse do núcleo dirigente, recebida como um axioma, um dogma. Isso contribuía para a autosuficiência do núcleo, que se sentia no dever de saber tudo, e para inutilizar a faculdade de pensar dos militantes, que não tinham o direito de saber nada"*. (102)

Uma *"Declaração do Comitê Regional do Ceará"* atacava o autoritarismo de Arruda, considerando que este dirigente concentrava em suas mãos o *"papel dirigente do Comitê Central"*. O ataque atingia também o *"camarada Prestes"*, o qual era visto como tendo *"co-participação na direção centralizadora do camarada Diógenes Arruda"*. (103)

Diante de exemplos como estes, que abundavam a imprensa pecebista, Prestes redigiu um documento com o fito de trazer o debate para o controle do Comitê Central. Ele entendia ser *"inadmissível que, a pretexto de livre discussão, jornais feitos com o dinheiro*

*do povo e que sempre – à custa dos maiores sacrifícios – defenderam os interesses do povo, da classe operária e seu Partido de vanguarda, sejam agora utilizados para veicular ataques à União Soviética, para tentar apresentar como equiparáveis os erros cometidos na luta difícil e duríssima pela construção do socialismo com os crimes da burguesia em defesa de seus interesses e privilégios”. Ele defendia a necessidade de se “ampliar a democracia na vida do Partido, melhorar a direção coletiva, combater sistematicamente toda e qualquer violação aos princípios leninistas sobre o Partido, utilizar em maior grau a crítica e autocritica e estimular, mais e mais, a crítica vinda de baixo”. No entanto, isto não deveria ser levado a efeito à revelia do Comitê Central, que não poderia “renunciar à sua condição de centro único sem solapar com isto os próprios alicerces do Partido”. A este órgão dirigente, cabia a prerrogativa de “criar as condições para que todo o Partido não se receie discutir, mas ao mesmo tempo, assumir a direção dos debates, quer dizer, não permitir que se desenvolva a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título de liberdade de discussão, sejam dadas armas ao inimigo”. Isto posto, os debates, sobre o controle do CC, deveriam basear-se no respeito aos seguintes princípios: internacionalismo proletário, que implicava não poder haver “quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo”; marxismo-leninismo; a defesa do Partido e de seus princípios dentro de uma “justa relação entre a democracia e o centralismo, entre a liberdade e a disciplina”, sob a égide dos estatutos, os quais eram “a lei interna do Partido”. Finalizando, Prestes alertava para a necessidade de se combater as “ideologias estranhas ao proletariado” e ressaltava que “a unidade em torno do Comitê Central é sagrada para todos os comunistas”. (104)*

Com este documento, Prestes, que continuara na mais rigorosa clandestinidade durante toda a crise, colocou-se acima dos “conservadores” e dos “abridistas”, numa posição de centro. O seu prestígio faria com que, sob o seu comando, mais uma vez viesse alinhar-se o grosso do Partido, isolando, assim, os “abridistas” liderados por Barata, que não tardariam a ser derrotados. Estes últimos apelidaram a carta de Prestes de carta-rolha (em virtude dela restringir as discussões) e continuaram com as críticas de antes, as quais

atingiram até a intervenção de Prestes.

Ernesto Luiz Maia considerava a carta de Prestes “*a alguns respeito tímida, sobre outros imprecisa*”: “*O secretário-geral não se manifestou sobre pontos capitais: programáticos, táticos e organizativos. Que é feito da tese de nosso programa? Quais a que, ao ver de Prestes e de outros dirigentes, devem continuar e quais a que entendem ultrapassadas? Que é da tática? Ainda acha Prestes que o golpe principal deve ser dirigido contra as forças intermediárias, ou aceita que deve ser desfechado contra o inimigo principal – o imperialismo norte-americano? Essas, entre outras, são questões vitais para a atuação do nosso Partido, inclusive para a aplicação dos três fatores da plataforma tática adotada pelo documento provisório do Comitê Central que só pode ser revogado pelo mesmo órgão ou pelo Congresso*”. (105)

Agildo Barata foi além das críticas de seus companheiros de oposição: pregava uma nova leitura sobre o sistema socialista mundial e sobre o PCB, propondo mudanças radicais nesse partido. Segundo ele, “*o movimento operário e comunista mundial sofre uma das suas mais gigantescas crises*”: “*Hoje temos não mais um pequeno-grande heróico Partido Bolchevique a conquistar o poder na velha Rússia czarista. Hoje há um imenso sistema de nações no mundo socialista. A maior parte do ingente e grandioso trabalho dos Partidos operários e comunistas do sistema socialista é de caráter experimental. Nunca houve no mundo um tal sistema*”. Mais adiante, ele criticava a “*arrogância e a auto-suficiência de um pequeno grupo dirigente*” do PCB e propunha medidas visando uma democratização: “*A primeira delas é a imediata realização de eleições em todos os organismos intermediários do Partido (do ponto de vista estatutário – ver artigos 34, 36 e 38 – todos os comitês regionais, zonais e distritais estão fora da legalidade estatutária). São ajuntamentos de camaradas e não organismos de um Partido que tem no centralismo democrático um de seus princípios diretores (...)* Outra medida orgânica democratizante que penso deva ser tomada urgentemente é a de fazer modificações no Presidium e no Secretariado, afastando desses organismos os camaradas mais categorizados nos métodos arbitrários e mandonistas”. (106)

João Amazonas respondeu a Barata, afirmando que ele partia das “*premissas falsas*

*de que o movimento comunista mundial; está em crise, de que existe no Comitê Central do nosso Partido uma suposta 'crise de confiança', de que 'estão fora da legalidade' todos os organismos dirigentes intermediários do Partido*", objetivando "levantar no Partido um movimento contra a permanência de determinados camaradas nos organismos dirigentes do Partido, quer transformar a luta de opiniões em luta contra pessoas". Segundo Amazonas, Barata estava atentando contra a "unidade do Partido", estava dominado por "idéias estranhas à ideologia do proletariado". (107)

Barata escreveu um outro artigo no qual voltava a tratar de "idéias estranhas à ideologia do proletariado". Ele propunha, entre outras coisas: autonomia para os Partidos comunistas ("o princípio da igualdade entre os partidos comunistas e da independência de cada um deles na aplicação do marxismo à realidade concreta de cada país e à condição básica nas suas relações entre outros partidos"); "a viabilidade de um caminho pacífico para a revolução brasileira"; uma política de frente única ("assim, em sua fase atual, o movimento revolucionário brasileiro pode e deve ser impulsionado por uma ampla frente única, nacional e democrática, que inclua desde o proletariado e o campesinato até elementos da grande burguesia e latifundiários"); regime pluripartidário ("o desenvolvimento do mundo contemporâneo, em particular o grande exemplo da moderna China, evidência que a tese do partido único, mesmo durante o regime de transição, não pode ser válido para todos países"); e voltava a pregar a democratização do Partido. (108)

Menos de um ano depois, a direção pecebista, através da *Declaração de Março*, adotaria pontos-chave que, em grande parte, afinavam-se com estas propostas de Barata.

Temendo que o prosseguimento das discussões pudesse acarretar uma divisão ainda maior no seio do Partido, o CC baixou uma resolução visando encerrar o debate. A resolução advertia que "salvaguardar e fortalecer a unidade do Partido é zelar pela própria existência de nosso Partido, constitui, portanto, dever sagrado de todos os comunistas". Esse "dever sagrado" não estava sendo cumprido por alguns pecebistas que "vêm tomando atitudes que levam a enfraquecer o prestígio e a autoridade do Partido e que visam a semear a desorientação em suas fileiras e provocar a falta de confiança nos organismos dirigentes". Esses pecebistas, sem serem citados nominalmente, eram acusados

de estarem transgredindo outros deveres sagrados: “*É sabido como alguns camaradas responsáveis pelos principais órgãos da imprensa a serviço do povo, violando a disciplina do Partido, abriram uma discussão sobre o XX Congresso do PCUS antes do pronunciamento do CC e permitiram que fossem proferidos ataques à União Soviética e ao PCUS, ao internacionalismo proletário, ao nosso Partido e à sua direção. Posteriormente o Comitê Central tomou uma resolução estabelecendo normas reguladoras do debate, mas aqueles camaradas tudo fizeram para contornar essa resolução e continuar a utilizar indevidamente as colunas daqueles jornais em favor de seus pontos de vistas pessoais, passando posteriormente à prática de atos de franca indisciplina*”. Como remédio para esses males o CC receitava o trabalho de se “*reforçar a unidade do Partido*”, fazendo com que “*as organizações do Partido apliquem com firmeza o princípio do centralismo democrático e o da direção coletiva, desenvolvam a democracia interna, impulsionem a crítica e a autocritica e o combate ao envaidecimento e à autoconfiança*”. (109)

Prestes endossava o documento do CC, através de seu informe apresentado ao Pleno do Comitê Central, no qual ele, em nome do Presidium, afirmava que “*para reforçar a unidade do Partido as organizações devem aplicar com firmeza o princípio da direção coletiva, desenvolver a democracia interna e impulsionar a crítica e a autocritica em seu seio*”. Após defender esta posição que era do agrado de todo o Partido, ele desferia um golpe velado nos opositores, visando identificá-los como inimigos pequenos-burgueses: “*Neste momento é particularmente importante desenvolver em nossas fileiras a luta contra a ideologia individualista da pequena burguesia, e contra seus métodos políticos, armas de que se utiliza o inimigo de classe para tentar minar nossas fileiras*”. (110)

Tanto o documento do CC quanto o de Prestes, que, a rigor, representavam uma só unidade – o poder central do Partido – traziam um apelo emocional, irracional, sacralizado, a todos os pecebistas. O apelo traduzia-se por uma condenação aos “abridistas”, pelo fato deles terem violado pontos sagrados do partido: a unidade em torno do CC e os apoios incondicionais a URSS, ao PCUS e à direção pecebista. Os documentos não levavam em conta os argumentos dos opositores nem ao menos declinavam seus nomes, o que era uma maneira de enfraquecê-los, desqualificá-los enquanto debatedores. A intenção velada era

mostrar os violadores como hereges, entregá-los, por isto, à condenação dos membros do Partido. Nisto Prestes e o CC tiveram pleno êxito. Souberam explorar o senso comum pecebista através do meio mais eficaz: o chamamento ao irracional, ao sagrado; ao invés de à razão. A luta pelo poder colocara no CC a imperiosidade de se derrotar os opositoristas. O fortalecimento deles perante o Partido representava uma grave ameaça à direção ; era premente que se cortasse o mal pela raiz.

A luta entre os agildistas e os prestistas continuou até a expulsão de Barata e seu grupo das fileiras do PCB. Antes disto, porém, Agildo Barata havia pedido o seu desligamento do Partido. Assim Prestes justificava a expulsão deste dirigente e líder: *“Após seis meses de debates públicos, o Sr. Agildo Barata convenceu-se de que não poderia impor suas opiniões ao Partido, viu-se completamente só no Comitê Central e como não queria submeter-se democraticamente à decisão da maioria, por mais que encha a boca com democratização do Partido, preferiu tomar pelo caminho da deserção e emprestar seu nome para servir de bandeira a um grupo divisionista. Renega, assim, seu passado de revolucionário e por mais que se diga nacionalista e disposto a prosseguir na luta pela independência e pelo progresso do Brasil, coloca-se de fato com os seus ataques ao Partido Comunista ao lado dos inimigos de nosso povo. Quem assim procede não pode ter por objetivo a realização da unidade patriótica e democrática do povo, por mais que diga ser este o seu objetivo. Todos os verdadeiros patriotas sabem que na luta contra a dominação imperialista, pela independência econômica do Brasil e pelo bem estar do povo é indispensável a participação da classe operária e do seu Partido político”.* (111)

Barata foi expulso sob o epíteto de “inimigo do povo”, justamente algo que o relatório secreto de Khrustchov condenava como sendo uma criação criminosa de Stálin para eliminar os opositores. Era uma demonstração de que, apesar de fecharem com o novo poder do PCUS, a direção pecebista continuava refém dos vezos stalinistas.

Vinte e cinco anos mais tarde, em entrevista aos jornalistas Denis de Moraes e Francisco Viana, Prestes afirmaria que *“quando Arruda chegou, conseguiu ganhar o Agildo Barata para as posições de direita. Tudo indica que ele prometeu que Agildo, uma figura de proa, me substituiria. Ele esperava que eu resistisse às teses do XX Congresso e*

*perdesse o cargo de secretário-geral*”. (112)

Por sua vez, Barata, em carta a Pinheirinho, datada de 13 de outubro de 1958, dizia que o seu grupo estava pensando em criar um partido – o que acabaria não acontecendo; apenas seria criado o *Movimento Nacional Brasileiro Marxista* –, já tinha lançado um jornal (*O Nacional*) e estava para lançar uma revista (*Cadernos Socialistas*). No entanto, o mais interessante é quando ele contava que uns emissários de Prestes o haviam procurado: “*Agora um pouco de ‘fuchico’*. *Recebi uns emissários de Prestes (inclusive dois bons e velhos amigos daí do Rio Grande) que queriam promover um entendimento. Neguei-me a tê-lo pelos motivos que Vs. conhecem e pela inoperância do mesmo*”. (113)

Além da expulsão de Barata e seu grupo, foi feita uma reformulação na direção pecebista, pela qual sofreram considerável perda de poder os dirigentes tidos como mais comprometidos com o stalinismo. Por outro lado, ascenderam dirigentes mais afeitos à linha pregada por Khrustchov. No primeiro caso estavam Arruda, João Amazonas, Grabois e Pomar. No segundo, Giocondo Dias, Marighella, Mário Alves e Gorender. O V Congresso, como veremos mais adiante, traria uma nova disputa pelo poder e um novo cisma.

## **A DECLARAÇÃO DE MARÇO**

O IV Congresso representou uma mudança, ainda que tímida, em relação à linha tático-estratégica anterior vigente. Entretanto, a mudança radical viria com a Declaração de Março (1958), vista por Salomão Malina como uma maneira de o PCB começar a pensar com “*cabeça própria*” a questão da revolução brasileira ( ).

Dois fatores exógenos fundamentais viriam, concomitantemente, influir na futura linha tático-estratégica (Declaração de Março) do PCB: o governo JK e o relatório secreto de Khrustchov. Somente com o desenvolvimentismo do Plano de Metas foi que a direção pecebista “descobriu” que o Brasil havia chegado à sua revolução burguesa. A consequência do relatório de Khrustchov foi despertar no PCB a consciência de que era necessário pensar a revolução brasileira com base em um estudo das contradições da

sociedade civil e do Estado brasileiros, ao invés de continuar a se guiar, mecanicamente, pelas fórmulas dogmáticas advindas da matriz soviética.

A Declaração de Março levou em conta essas duas influências exógenas – mais do que isso, foi fruto delas -, voltando a defender a tática de frente única que isolasse a “aliança” imperialismo-latifúndio” e traçando uma estratégia que aprofundasse a revolução democrático-nacionalista por que passava o Brasil nesse período desenvolvimentista do governo JK. A ênfase tático-estratégica era o apoio ao nacionalismo. O PCB aprofundou o investimento nas eleições para o Executivo e o Legislativo – no que se vinha empenhando desde as eleições de 1955, quando jogou forte peso no apoio a Kubitschek -, buscando apoiar candidatos tidos como nacionalistas, em todo o Brasil. Se na regência do Manifesto de Agosto, o Partido apoiava apenas os candidatos comprometidos com este documento; pela linha política da Declaração de Março, o apoio centrava-se nos candidatos e coligações eleitorais que tinham mais possibilidades de vencer os candidatos “entreguistas”. O PCB passou a ver na vitória de candidatos “nacionalistas” (Juscelino, Brizola, Lott, Goulart, etc.) e no crescimento do movimento popular (Ligas Camponesas, greves, PUA, etc.) um forte indicio de que a sua linha tático-estratégica estava esboçada.

Importa-nos realçar que a Declaração de Março, que teria sua linha tático-estratégica corroborada nos V e VI Congressos, seria o pomo da discórdia pecebista no V Congresso, nas contendas fratricidas do imediato pós-64 e continuaria a sê-lo em relação ao enfrentamento que envolveria Prestes e o grosso do Comitê Central.

O Partido não poderia sair incólume dos ferrenhos debates motivados pelo relatório de Khrustchov, sob pena de comprometer a sua “sagrada” unidade. A expulsão dos “abridistas”, “liquidacionistas”, “fracionistas”, “inimigos do povo e do proletariado” não fora o bastante para preservar a unidade partidária sob o comando inexorável do CC. Havia ainda uma premente pendência divisionista a ser resolvida: aquela que colocava os stalinistas de um lado, os que resistiam a uma mudança radical, e, de outro lado, aqueles que propugnavam uma nova linha política adequada aos tempos de desestalinização e de governo J.K. Como promover uma ruptura com o passado se a Comissão Executiva estava hegemônica pelo primeiro grupo? Este era o grande obstáculo que os adeptos do segundo

grupo teriam que remover. A vantagem iria colocar-se cada vez mais em favor dos que advogavam uma reformulação tático-estratégica, e também metodológica, iluminada pela nova orientação do PCUS e pelos democratismo e desenvolvimentismo implementados pelo governo Kubitschek.

Segundo Gorender, ele e Mário Alves foram os primeiros a encetar esforços no sentido de traçar uma nova linha que refletisse o pensamento do segundo grupo, do qual ambos apareciam como lideranças. *“Mário e eu estávamos convencidos de que já era inadmissível prosseguir com o Programa do Quarto Congresso. Ao invés de remendos e adaptações episódicos, fazia-se urgente a elaboração de uma linha política nova nos aspectos essenciais”*. (114) Em um partido tão oligarquizado nada poderia passar sem a anuência do “petit comitê”, isto é, o diminuto núcleo dirigente ou Comissão Executiva. *“A questão estava em que era impensável tal mudança com Arruda, Amazonas e Grabois na Comissão Executiva. Especialmente delicado parecia o problema do secretário-geral, tão stalinista quanto seus companheiros de alta direção. Ou mais, se fosse imaginável”*. (115) Ainda segundo Gorender, corroborado por João Falcão (116) e Marco Antônio Coelho (117), a solução para o impasse se deu através da substituição de Arruda por Giocondo Dias como “homem de confiança” de Prestes. Arruda fora durante muitos anos o maior símbolo do stalinismo no PCB, a ponto de ter-se criado a denominação “arrudismo” para expressar o seu mandonismo de feição stalinista. Ele, como segundo nome na rígida hierarquização partidária, era realmente quem aparecia como o chefe maior, o “dono” da máquina burocrática, principalmente no período em que o Partido foi levado à clandestinidade. Já Prestes, aparecia nos documentos e na imprensa pecebista, sempre reforçado pelo culto exacerbado, expresso em letras garrafais e fotos suas que tomavam quase que páginas inteiras; entretanto, somente alguns poucos dirigentes tinham contato com ele. A substituição de Arruda não foi tarefa das mais árduas, em virtude de seu desgaste perante o Partido, o qual desejava ver-se livre de sua truculência. Restava retirá-lo também da Comissão Executiva, juntamente com os outros dois stalinistas deste “petit comitê”: Grabois e Amazonas.

Como segundo homem na hierarquia pecebista, Giocondo Dias convenceu Prestes,

consoante Gorender, a retirar os stalinistas da Comissão Executiva: *“Dias recorreu a nós, ao Mário e a mim, para redigir o documento justificador das alterações na direção”*. (118)

Em agosto de 1957, pela primeira vez desde 1947, Prestes participava pessoalmente de uma reunião do CC, na qual foram aprovadas as mudanças na Comissão Executiva: saíam Arruda, Amazonas Grabois e Sergio Holmos, substituídos por Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Ramiro Luchesi; mantendo-se Mariguella e, evidentemente, Prestes. O novo Secretariado Nacional ficou composto por Prestes, Mariguella e Giocondo, que passava a ser o secretário de organização, cargo de extrema relevância estratégica na máquina partidária. (119). Outra medida fundamental dessa reunião, foi a deliberação de se formar uma comissão chefiada por Dias, objetivando promover a renovação que iria redundar na Declaração de Março.

*“Na última reunião Plenária, em agosto de 1957, o Comitê Central decidira preparar um documento analisando os reflexos do XX Congresso do PCUS e da recente luta interna do Partido. Giocondo Dias foi encarregado de coordenar esse trabalho. Para isso, convocou um grupo do qual participaram Mário Alves, Jacob Gorender, Armênio Guedes, Dinarco Reis, Orestes Timbaúba e Alberto Passos Guimarães. E, no apartamento deste último, à Rua Carvalho de Mendonça, em Copacabana, passaram a reunir-se secretamente, de dezembro de 1957 a fevereiro do ano seguinte. Nem mesmo o CC tinha conhecimento dessas reuniões”*. (120)

Enquanto João Falcão enfatiza a importância maior de Giocondo Dias – talvez condicionado pelo fato de o seu livro ser uma biografia deste ex-dirigente – como articulador da renovação pecebista; Gorender a atribuiu como sendo uma obra predominantemente sua, de Mário Alves e do próprio Giocondo. Marco Antônio Coelho, que também foi um ator importante nessa mutação, destaca Mário Alves e Armênio Guedes como os dois maiores artífices da nova linha político-ideológica e tático-estratégica a ser seguida pelo PCB. O mais interessante – algo que a história oficial pecebista sempre omitiu – é que ele considera como contribuições fundamentais para a confecção dessa nova linha, proposições de teóricos progressistas, portanto exógenos ao Partido, que, àquele momento, estavam em disputa ferrenha – não nos esqueçamos de que era o auge dos “nacionalistas”

versus “entreguistas” – com teóricos conservadores, liderados por “*Eugênio Gudim, Otávio Gouveia de Bulhões, Luca Lopes, Roberto campos e os grandes banqueiros de São Paulo e do Rio*”. Os formuladores da futura Declaração de Março estudaram textos desses teóricos progressistas – o que seria inimaginável durante o período stalinista –, como “*Armênio Barbosa de Oliveira, Celso Furtado, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Hélio Jaguaribe, Álvaro Vieira Pinto, Inácio Rangel, Diogo Gaspar e Sebastião Advíncula; além de documentos produzidos para o governo Vargas e JK*”. Havia até uma comissão informal de membros e simpatizantes do Partido – “*principalmente Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Aristóteles Moura, Moacir Paixão, Américo Cury e Campos Melo*” – com a missão de filtrar teses dos teóricos progressistas e enviá-las à Comissão oficial, coordenada por Giocondo dias. (121)

Afinal, em março de 1958, estava pronto o novo documento, aprovado quase que unanimemente pelo seletivo coletivo dirigente, com voto contrário de Amazonas e Grabois, além da abstenção de Sérgio Holmos e Calil Chade (122). Restava torná-lo norma para todo o Partido.

O texto da Declaração de Março, intitulado *Declaração sobre a Política do Partido Comunista do Brasil*, começava chamando a atenção para uma alteração infraestrutural que se vinha processando na realidade brasileira havia algumas décadas. Alteração esta expressa pelo desenvolvimento capitalista nacional, algo que até então o Partido não houvera reconhecido oficialmente, refêrem que estava à visão embotada, antidualética e antiontológica de caracterizar o Brasil como semi-feudal e semi-colonial. Era esta a leitura infraestrutural até a Declaração de Março.

Entretanto, o documento reconhecia que este capitalismo nacional ainda não estava plenamente preenchido, em virtude de encontrar-se permeado por uma dualidade infraestrutural: um Brasil moderno e um Brasil arcaico, o primeiro liderado pela “burguesia nacional” (progressista) e o segundo pela classe latifundiária e “entreguista”, portanto aliada do imperialismo. Esta era a contradição básica que atingia a sociedade brasileira, a qual a Declaração dividia em duas outras contradições que se conjuminavam: “*A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A*

*segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais”.*

A saída para este sistema de contradições era aprofundar a revolução burguesa no Brasil, isto é, o desenvolvimento capitalista nacional, através do apoio à “burguesia nacional” e “progressista”, o que fazia o Partido repetir a fórmula estratégica que marcara a sua trajetória até então: *“A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”.* Este era o caminho de *“transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final da classe operária brasileira”.*

O documento ainda defendia que o caminho à estratégia final, a segunda etapa estratégica, equivalente à primeira fase da sociedade comunista ou socialismo, dever-se-ia conduzir pela “via pacífica”, porquanto as condições objetivas na sociedade brasileira de então eram-lhe propícias.

*“O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país”.*

Por corolário desse caminho pacífico, a ênfase tática era o apoio eleitoral aos candidatos “nacionalistas” e um trabalho de base mais acentuado nos movimentos de massas, mormente junto à classe operária. Outro fator a servir de arrimo à opção pela via pacífica, era a crença de que, na correlação internacional de forças, o socialismo estava vencendo o capitalismo (123).

Marco Antônio Coelho, nos debates do V Congresso, explicaria o impacto causado pela tese da via pacífica no conjunto partidário: *“Quando em março de 1958 a Declaração, elaborada pela direção do partido, apresentou a possibilidade do caminho pacífico no Brasil, houve uma natural confusão em nossas fileiras. Muitos militantes, educados pela nossa larga tradição que só admitia as ‘formas mais altas e elevadas de lutas’, quedaram aturdidos. Alguns entenderam a formulação do caminho pacífico como uma manobra tática, como uma propaganda, para a conquista de determinados setores do povo. Com o passar dos tempos, posições de direita foram igualmente aparecendo, tomando-se o*

*caminho pacífico como uma solução reformista*". (124)

Em verdade, o CC fazia um mau uso da dialética marxiana ao não reconhecer que o sistema capitalista já passara da fase do capitalismo concorrencial para a do capitalismo monopolista. Sendo assim, não procedia o diagnóstico de que havia um antagonismo entre o capitalismo nacional e o capitalismo imperialista, tampouco era válido estabelecer-se um antagonismo entre o capitalismo "semi-feudal" dos latifundiários e o capitalismo industrial.

Mais equivocada ainda era a afirmação de que prevalecia na sociedade brasileira a aliança entre o imperialismo (estadunidense) e o setor latifundiário, como se a política econômica brasileira ainda estivesse sob o domínio do setor agro-exportador. Na verdade, a aliança predominante, e que se aprofundara com o desenvolvimentismo do "Plano de Metas", era entre o imperialismo e a "burguesia nacional", o que de per se tornava inconsistente, do ponto de vista leniniano, a linha tático-estratégica da Declaração de Março. Na medida em que se firmara o capitalismo monopolista a nível mundial – cuja inexorabilidade de acontecer Marx já indicava em *O Capital*-, falar em "capitalismo nacional", "burguesia nacional", não passava de mera força de retórica. Lênin demonstrara, em *Imperialismo, fase superior do capitalismo* – opondo-se radicalmente ao "ultraimperialismo de Kautsky" – que os "capitalismos nacionais" iam tornando-se subsidiários, apêndices, do capitalismo monopolista, da cadeia imperialista. Somente depois do golpe de 64, na década de 70, portanto com grande defasagem, é que a direção pecebista iria admitir que o Brasil fora atingido pelo capitalismo monopolista.

Antes mesmo de ser lançada a Declaração de Março, o PCB já vinha praticando a sua linha tático-estratégica, a qual ganhara corpo a partir das repercussões políticas do suicídio de Vargas e fora reforçada, como já o dissemos, pela cartase provocada pelo relatório secreto de Khrushchov e pelo desenvolvimentismo do governo JK. Acontece que este documento – Declaração de Março – fora fruto de uma Resolução Política do Comitê Central, não tendo o crivo de uma discussão congressual, instância máxima para alterar ou fundar linhas tático-estratégicas. De modo que, fez-se mister a convocação do V Congresso, cujas teses foram lançadas em abril de 1960.

## O V CONGRESSO OU O AJUSTE DE CONTAS ENTRE SITUACIONISTAS E OPOSICIONISTAS

Se o IV Congresso foi marcado pela ausência de debates e pela tradição de mandonismo que permeava o PCB “refundado” na Conferência da Mantiqueira, com o V Congresso deu-se o contrário: viu-se no Partido um *revival* das calorosas discussões motivadas pelo relatório secreto de Khrustchov.

O *locus* oficial das discussões do V congresso foi a Tribuna de Debate, que ocupava uma parte suplementar do jornal Novos Rumos (novo porta-voz do Partido, cujo título indicava a mudança de rumo tomada pela direção) para a qual os membros do PCB, desde dirigentes até militantes dos escalões inferiores, poderiam enviar os seus artigos a respeito das teses do Comitê Central. Fora constituída uma comissão responsável pela Tribuna de Debate, que estipulara que cada participante poderia ter publicado um artigo com no máximo dez laudas. Caso o artigo excedesse este limite, o restante seria publicado posteriormente, no próximo exemplar de Novos Rumos. Outra norma dizia que “*os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de Novos Rumos*”. (125)

O objetivo da Tribuna de Debate era que os militantes argumentassem contra ou a favor das teses, visando emendá-las, aperfeiçoá-las, refutá-las, propor novas teses, etc. Ao final das discussões, que deveriam durar de abril a agosto de 1960, haveria a votação, por parte dos delegados, da qual resultaria uma redação final das teses, de onde sairia a Resolução Política do Comitê Central, indicando a nova linha política do Partido, a qual teria que ser cumprida por todos os seus membros, até que outro Congresso pudesse alterá-la ou corroborá-la.

Uma outra diferença marcante entre o IV e o V Congresso estava no caráter ostensivo deste contra a clandestinidade em que fora realizada aquele. Os tempos eram outros. Apesar de não ter readquirido sua legalidade, o PCB atuava, desde 1958, tão à claras quanto qualquer outra organização política. O V Congresso teve sede na ABI, na cidade do Rio de Janeiro, tendo sido aberto não só para quaisquer militantes como também para o público em geral.

O PCB estava dando vazão à onda de democratismo que o sacudira por ocasião dos debates acerca do XX Congresso do PCUS. O V Congresso vinha na esteira daqueles debates. Mais do que isto, era-lhes uma continuidade, uma procrastinação da disputa interna que se iniciara com a denúncia ao culto à personalidade, ao mandonismo e aos crimes de Stálin, por parte do relatório secreto de Khrustchov. As discussões desse relatório no PCB cindiram este partido em três segmentos, como vimos anteriormente. O primeiro, liderado por Barata, fora vencido no momento imediato daqueles debates. Os outros dois segmentos, o majoritário, liderado por Prestes, e o minoritário, liderado por Amazonas, Pomar e Grabois, não conseguiram encetar uma conciliação. A Declaração de Março, elaborada e imposta ao Partido pelo grupo prestista, aprofundou ainda mais as divergências com o grupo minoritário. O V Congresso seria a arena da disputa entre as duas tendências, a majoritária identificada aqui como situacionista ou “direitista” e a minoritária como oposicionista ou “esquerdista”.

Dezenas de artigos passaram pela Tribuna de Debate, desde aqueles emitidos por dirigentes até os emitidos por simples militantes de bases, por parte dos quais eram freqüentes as críticas ao mandonismo anterior e posicionamentos a favor ou contra um dos grupos contendores. Como o que mais nos interessa neste trabalho é a luta a nível de direção, optamos por selecionar artigos dos dirigentes, centrando a nossa atenção nas questões básicas que os levou a divergir. Na verdade, as diferenças entre os dois grupos eram mais adjetivas do que substantivas. Havia uma convergência quanto à estratégia a ser seguida pelo Partido, a qual consistia na revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. Também era ponto pacífico que a “burguesia nacional” participasse da frente única contra o imperialismo e que não houvesse uma volta ao passado mandonista e sectário. As discordâncias principais estavam no fato de que os oposicionistas consideravam que as teses colocavam a “burguesia nacional” como a líder da revolução a ser alcançada, em detrimento da aliança proletariado-campesinato; colocavam o “latifúndio antiimperialista” como membro da frente única; apostavam em demasia na via pacífica para o socialismo e “embelezavam” a ação do capitalismo no Brasil.

Situacionistas e oposicionistas se esforçaram em mostrar a todo o Partido os seus “acertos” e os “erros” dos adversários. Isto tinha uma lógica; a lógica do campo do poder, como diria Boordier: uns e outros debatedores buscavam conquistar o máximo de capital simbólico para assim fazer vigir suas posições e conquistar o apoio das bases, conquistar postos de poder. Estava aberta a luta pela conquista da hegemonia dentro do Partido. A conquista da hegemonia consensual de tipo gramsciana. Os debates poderiam se ajustar a uma conciliação, já que as contradições não eram de fundo, isto é, não havia discordância quanto à linha estratégica. Entretanto, a luta pelo poder, pelo controle do Partido, impôs-se sobre questões envolvendo táticas e revisões de conceitos como “burguesia nacional” e capitalismo brasileiro. Os “esquerdistas”, que, na verdade, não eram tão esquerdistas assim, pois defendiam a mesma estratégia etapista proposta nas teses do CC e não descartavam a via pacífica para socialismo, embora não a carregasse de tanta tinta quanto os “direitistas”, seriam derrotados perante todo o Partido. Derrota esta que seria a antesala de sua posterior exclusão das hostes pecebistas.

Os líderes “esquerdistas”, Mauricio Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Calil Chade, Valter Pomar e Carlos Danielli compareceram orquestrados à Tribuna de Debate. Seu objetivo era desacreditar o “endireitamento” tomado pelo Partido a partir da Declaração de Março e confirmado pelas Teses do CC. Havia toda uma retórica, até certo ponto sofismática, em cunhar no imaginário dos pecebistas que sua direção deixou de ser revolucionária para se tornar algo abominável no campo comunista: reformista e revisionista. Por seu lado, os “direitistas”, tendo Mario Alves, Jacob Gorender e Carlos Mariguella como principais argumentadores, procuravam tachar os “esquerdistas” de esquerdistas entre aspas e, pior ainda, algo também abominável àquele momento: defensores da volta do passado mandonista e sectário de antes da Declaração de Março.

Em adendo às Teses, vinha um documento de Prestes em favor da legalidade do PCB. É de bom alvitre ressaltar que desde os episódios populares antidireitistas que se sucederam ao suicídio de Vargas, o PCB começou a colocar na pauta de suas tarefas táticas mais prementes a sua inserção legal no sistema partidário.

Durante o governo JK, que contribuiu substantivamente para a consecução de um ambiente de democracia liberal, como até então o Brasil não conhecia, o PCB encetou esforços no sentido de desenvolver uma campanha ostensiva de assinaturas pleiteando a sua legalização.

O documento de Prestes buscava justificar esse pleito como uma justa adequação aos novos tempos, nos quais *“o signo do macartismo é vergonhosa lembrança do passado. O chefe do governo soviético é recebido festivamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O presidente Eisenhower é festivamente aguardado na União Soviética, onde lhe serão tributadas grandes homenagens. Todas as condições objetivas de nosso mundo contemporâneo se transformaram com o progresso da União Soviética, da China popular e dos demais países socialistas. Ante a terrível ameaça de uma guerra nuclear, os próprios dirigentes ocidentais começam a aceitar a idéia de coexistência pacífica e de entendimento internacional”*.

A situação nacional também era vista como auspiciosa à legalização: *“Modificou-se também a situação do Brasil. Embora sem um Partido legal, os comunistas brasileiros atuam politicamente como cidadãos em pleno uso e gozo de todas as garantias constitucionais. Como comunistas são ouvidos por forças e correntes as mais representativas na vida política brasileira.”*(126)

## AS TESES DO CC

As Teses expressavam a posição amplamente dominante dos situacionistas, que monopolizaram a Comissão de Redação das Teses. Eram elas um endosso à Declaração de Março, em uma redação mais aprofundada e detalhada. Ambos os documentos, assim como o pragmatismo do PCB, desde os debates em torno das denúncias levantadas no XX Congresso do PCUS, estavam dentro do espírito da coexistência pacífica pregada por Khrustchov, numa evidência de que o Partido continuava, em pontos fundamentais, atrelado ao que vinha do Kremlin, a despeito da extinção do Komintern, em 1943.

A tese 59 deixava expresso que o XX Congresso do PCUS, devido à desestalinização provocada, determinou o que defendemos como um “corte epistemológico” na vida recente do PCB: *“o XX Congresso do PCUS foi o grande acontecimento que levou o nosso Partido a reexaminar suas concepções políticas e teóricas (...) Começou a formar-se no Partido um clima favorável ao exercício amplo e livre da crítica, sobretudo da crítica vinda de baixo, que anteriormente era sufocada (...) Iniciou-se a crítica do Programa do IV Congresso e a elaboração dos elementos de uma nova linha política.”*

Lançadas oficialmente no suplemento especial do jornal Novos Rumos de 15 a 21 de abril de 1960, as Teses continham um valor simbólico: neste mesmo mês, em 1917, Lênin apresentara aos bolcheviques as suas *Teses de Abril*, defendendo para aquele momento a estratégia socialista. As “teses de abril” do CC propugnavam justamente o contrário: uma estratégia etapista de apoio à burguesia e ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Como era de praxe nos documentos pecebistas, as Teses do CC situavam a revolução brasileira condicionada (melhor dizermos determinada, algo mais adequado ao marxismo vulgar praticado pelo PCB) por uma leitura estrutural e conjuntural das situações internacional e nacional. Vista desse prisma, a revolução estava prenhe de potencialidade, pois justamente naquele estágio estrutural de pós-2ª Guerra e conjuntural de coexistência pacífica o mundo estava vivendo *“a época de transição do capitalismo para o socialismo.”* (tese 1) O Brasil estava dentro do mundo, logo – fechando o silogismo – também estava transitando para o socialismo. A premissa maior era “sustentada” pelas teses 2 a 8, segundo as quais o sistema socialista abarcava *“mais de um terço da população do globo e demonstra sua superioridade sobre o capitalismo”*, este e o imperialismo estavam em decadência enquanto o socialismo ascendia na conquista hegemônica mundial.

Corroborando a Declaração de Março, as Teses afirmavam que o Brasil era um *“país capitalista de formação recente”*, daí não apresentar *“ainda a nitidez das sociedades capitalistas maduras”*, do que decorria, principalmente, ter uma burguesia ligada ao imperialismo e outra, que constituía *“a imensa maioria da burguesia nacional”*, cuja

aspiração era “*criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante.*” Ou seja, essa “*burguesia nacional*” estava em processo de realização de sua revolução democrática e nacional, no que se contrapunha aos interesses do imperialismo. Entretanto, alertava o documento, a burguesia tinha a preocupação de “*manter as luta nacional dentro de marcos bem limitados*” para evitar que o seu nacionalismo tomasse uma feição de revolução popular e antiimperialista. Outro alerta dizia respeito à natureza contraditória da burguesia, o que fazia com que ela fosse capaz, “*em certas circunstâncias, de enfrentar o imperialismo, e em outras; de conciliar com ele*”. Essas “*vacilações inerentes à burguesia só podem ser neutralizadas pela pressão que sobre ela exerçam as forças revolucionárias conseqüentes*”. Em suma, a tese 17, cujos aspectos acabamos de resumir, tinha o que era o ponto-chave das 72 Teses como um todo, a burguesia nacional como a protagonista da revolução nacional-democrática, antiimperialista e antifeudal, isto é, da estratégia pecebista para aquela etapa histórica da revolução socialista etapista no Brasil. A tarefa das “*forças revolucionárias conseqüentes*”, que supostamente tinham o PCB – por autoproclamação pretensamente ontológica deste – como guia (afinal ele era o “partido guia do proletariado”, como partido leniano que se considerava), era pressionar a burguesia no caminho de sua (da burguesia) própria revolução. Vencida essa etapa, então seria o momento de se traçar a estratégia da revolução socialista propriamente dita. A leitura era tão objetiva, tão infraestrutural, tão dada (fadada) historicamente, que o PCB estava colocando a burguesia como líder de uma revolução burguesa no Brasil, a qual já era uma concretude. A burguesia já tinha realizado a sua revolução, embora com dependência em relação ao Estado e ao imperialismo. A revolução burguesa no Brasil estava em processo de cristalizar o capitalismo monopolista, também com dependência ao Estado (sobretudo o futuro Estado pós-64) e ao imperialismo.

O Estado brasileiro também estava dominado por contradições, pelo fato de representar “*os interesses dos latifundiários, dos setores capitalistas ligados ao imperialismo (comerciantes e industriais associados e capitais monopolistas estrangeiros), particularmente o norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional*”. Não obstante tais contradições, o

Estado estava passando por um “*processo de democratização*”, que se vinha processando desde o pós movimento de 1930. Esse processo de democratização se refletia no Parlamento, no Executivo, no Judiciário e até nas Forças Armadas. (tese 18)

A sociedade brasileira, no que concernia ao seu desenvolvimento econômico, social e político, encerrava duas contradições fundamentais: “*A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, com as relações de produção pré-capitalistas nele baseadas, o que se expressa em termos de classe, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas*”. A tese ainda reconhecia outras contradições, “*como aquelas que se verificam entre o proletariado e a burguesia, entre esta e os latifundiários, entre grupos regionais das classes dominantes, entre grupos vinculados a diferentes potências imperialistas*”. A contradição entre o proletariado e a burguesia, apesar de seu “*caráter antagônico*”, “*não exige solução radical na etapa atual, uma vez que, nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista*”. (tese 21)

Das duas contradições fundamentais decorriam a estratégia da revolução brasileira: “*A revolução no Brasil, na sua atual etapa, é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática*”. (tese 22)

Essa estratégia deveria levar à formação de um governo nacionalista, democrático, antiimperialista e antifeudal, ao qual se chegaria através de uma frente única bastante eclética que incluía “*o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a intelectualidade, a burguesia e, em certas circunstâncias, setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos consórcios norte-americanos*”. (tese 26) Quase que incluíram o próprio imperialismo estadunidense; aí não haveria mais o outro lado, seria a confraternização geral.

Malgrado reconhecesse que a burguesia tinha um caráter contraditório e ser “*uma força revolucionária inseqüente*”, era ela que as teses distinguiam como fator hegemônico na frente única: “*a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela. Ao contrário, visa a impulsionar a*

*própria burguesia no sentido de uma posição mais conseqüente contra o imperialismo norte-americano, forçando-a a buscar para as suas dificuldades outra saída que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores ou a conciliação com os imperialistas e aumentando, desse modo, a coesão da frente única". (tese 27)*

Se supervalorizavam a burguesia também o faziam em relação à via pacífica ao socialismo, isto devido a duas condicionantes: a leitura de que o mundo estava tornando-se socialista e que o Brasil estava em processo de “*democratização crescente da vida política*”. (tese 34)

Definida a estratégia e a frente única, restava a eleição dos meios táticos concretos para se atingir os fins colimados, isto é, a conquista estratégica. Tal conquista dever-se-ia “*ser alcançada através dos seguintes meios mais prováveis: a) Pela pressão pacífica das massas trabalhadoras e populares e das correntes antiimperialistas e democráticas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas. b) Através da vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. c) Pela ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das forças armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativa de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se propunham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos*”. (tese 32)

Ficava evidente que a cúpula pecebista estava alerta em relação a tentativas golpistas, pois estas vinham acontecendo desde a deposição de Vargas em 1945, passando pelo suicídio deste em 1954 e pelos ensejos direitistas de impedir as investiduras presidenciais do mesmo Vargas (1950) e de Kubitschek (1955).

As teses traziam uma condenação ao passado mandonista e sectário do Manifesto de Agosto e ao culto à personalidade, ao passo em que esbanjavam considerações laudatórias ao presente advindo com a catarse representada pelos debates em torno do relatório secreto de Khrustchov. Presente este que tinha a Declaração de Março e as teses como paradigma a ser seguido por todo o Partido. Além de condenar esse passado, as teses condenavam

aqueles aos quais elas imputavam a pecha de seus defensores, isto é, os afeitos “à *velha linha dogmática*”, a qual entrava para o rol das “*concepções e métodos estranhos ao marxismo-leninismo*”.(tese 61) de modo que, os opositoristas já entrariam no debate com uma carga simbólica negativa (Bourdier). As teses já lhes recomendavam um repúdio por parte de todo o Partido. Eles deveriam ser vistos como o outro, o anti-Partido, o inimigo. (127)

## A TRIBUNA DE DEBATE

Para uma melhor análise das discussões vamos expô-las na ordem cronológica em que os artigos apareceram na Tribuna de Debate.

Os opositoristas já entraram nos debates centrando suas críticas na nova postura do partido, iniciada com a Declaração de Março. Calil Chade afirmava que “*o ponto de partida das Teses é a condenação pura e simples do passado do Partido*”. Nesse seu primeiro artigo, o seu alvo principal não eram as teses propriamente ditas, mas o que estava em sua raiz, isto é, a Declaração de Março. A propósito, este era o denominador comum dos opositoristas: desacreditar perante o Partido aquele documento, marco de uma nova época, pois, em assim fazendo, estariam atingindo o ponto nodal dos situacionistas. Uma das maneiras que eles utilizaram para combater a Declaração de Março foi a de considerá-la fruto de um conchavo entre o grupo prestista e o grupo de Agildo Barata, quando da luta interna provocada pelas denúncias de Khrustchov.

“*A Declaração de Março é um produto esdrúxulo da situação caótica em que se encontravam nossas fileiras, ainda nos primeiros meses de 1956 e resultou de um acordo entre alguns elementos mais responsáveis da direção central e alguns elementos que compunham o grupo revisionista e antipartidário de Agildo Barata. Não é por acaso que algumas teses básicas da Declaração são as mesmas apresentadas na plataforma de Agildo Barata e no artigo assinado por Caio Gabriel ambos publicados na Voz Operária, durante os debates de 1956*”.

Naquele momento, estar relacionado a Agildo Barata era o mesmo que um religioso

ser identificado com o demônio. Barata era o mais novo símbolo da personificação do mal perante os pecebistas. As suas críticas ao mandonismo, ao culto à personalidade e ao sovetismo ultrapassaram os estreitos limites do Partido, tornando-o um antipartidário.

Outra denúncia de Chade repousava em que a Declaração de Março *“promovera transformações profundas no Programa aprovado pelo IV Congresso, alterações que segundo as normas partidárias só poderiam ser feitas por outro Congresso”*. (128)

No início de seu artigo, Grabois considerava que aqueles debates eram de *“importância vital para o movimento revolucionário no Brasil”*. Após posicionar-se contra a Declaração de Março e a sua continuidade sob a forma das Teses, ele fazia uma autocrítica quanto à sua responsabilidade nos *“erros do passado”*, isto é, o mandonismo, o culto à personalidade e o sectarismo.

Ele considerava que a Declaração de Março teve acertos ao mostrar que o Brasil já tinha o seu processo de desenvolvimento capitalista, ao pregar a necessidade de o Partido atuar legalmente e estabelecer alianças, e ao romper com o pensamento de que a revolução no Brasil somente poderia ser pela via da violência. Entretanto, no essencial, aquele documento representava *“uma linha oportunista de direita”*, que não atendia aos interesses do proletariado e que exagerava *“a importância do desenvolvimento do capitalismo, toda a sua orientação decorre desse desenvolvimento, está inteiramente a ele subordinada”*. Se não servia aos interesses do proletariado, a Declaração era acusada de servir aos interesses da burguesia: *“A Declaração embeleza o capitalismo. Procura mostrar que a indústria brasileira atingiu elevado nível de crescimento e atribui este crescimento ao capital nacional. Mas, na realidade, o imperialismo também participa desse processo de industrialização, domina ramos fundamentais da indústria do país. O exagero na apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário, leva a Declaração a idealizar a burguesia, que é tratada como se fosse força conseqüente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais. Toda orientação estratégica e a linha tática expostas na Declaração têm em vista quase que exclusivamente os interesses da burguesia, conduzem ao fortalecimento de suas posições políticas, em prejuízo das demais forças revolucionárias”*.

Outras acusações referiam-se à participação de setores do latifundiário na por demais eclética frente única propugnada pela Declaração. Grabois considerava que a inclusão de latifundiários afastaria setores do campesinato da frente. Ainda em relação a alianças, ele considerava que o taticismo pecebista tinha a burguesia como o aliado privilegiado, em detrimento dos camponeses, da pequena burguesia urbana e da classe operaria. Ele centrava nos movimentos sociais e no PCB a responsabilidade maior pelos avanços democráticos na década de 1950; ao contrário da Declaração e das Teses, que viam esses avanços como uma decorrência principal do desenvolvimento capitalista do pós-2ª Guerra no Brasil, sob a liderança da burguesia. Para Grabois, era necessário corrigir-se essa leitura “direitista” da revolução brasileira, “*sem incidir nos velhos erros esquerdistas e sectários*”. (129)

Continuando o seu artigo, no próximo número de Novos Rumos, Grabois teceu uma sucinta descrição do desenvolvimento brasileiro no pós-2ª Guerra, considerando que ele não mitigou a nossa condição estrutural de país subdesenvolvido e dependente mas, por outro lado, ampliou a inserção imperialista, sobretudo por parte dos Estados Unidos. No que concernia à estratégia, ele concordava que ela deveria ser antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática; entretanto deveria – e aí estava a sua discordância com as Teses – levar à conquista de um Estado não-burguês, devido ao fato – com o qual as Teses concordavam – de que a burguesia brasileira tinha um duplo caráter (“revolucionário e conciliador”). Este Estado não-burguês equivalia a um novo regime ou um novo poder: “*um poder da frente única das forças democráticas e antiimperialistas, dirigido pela classe operaria, bem diverso, portanto, de um Estado burguês*”, ou seja, ao contrário das Teses, o novo regime deveria ser dirigido pelo proletariado, o que ainda não era uma revolução socialista, não era uma ditadura do proletariado. Assemelhava-se à primeira fase da Revolução Russa, quando os bolcheviques dirigiram o Estado, compartilhando-o com os diversos grupos esquerdistas e de contra-esquerda, os quais, pouco depois seriam excluídos e a revolução tomaria o caráter de partido único, sendo, em tese, uma ditadura do proletariado.

A seguir, ele definia as tarefas imediatas desse novo regime.

*“Este regime assegurará, no terreno econômico, a completa emancipação do Brasil do jugo imperialista, em particular do norte-americano; a transformação radical da atual estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional. Os interesses da burguesia nacional não serão afetados, pois a revolução, nesta etapa, não visa à liquidação do capitalismo. Não serão atingidos igualmente os interesses dos camponeses ricos. Desde que não hostilizem a revolução, serão mantidas, sob controle, as empresas estrangeiras não pertencentes aos trustes norte-americanos”.*

O caminho revolucionário até poderia ser pacífico, desde que cumprisse os seguintes pressupostos: *“vigorar no país a plena democracia, se nas forças armadas predominarem os patriotas e os democratas e se a frente única se consolidar sob a direção da classe operaria”.* Em outras palavras, a via pacífica era uma chance remota. Quanto às táticas, ele se aproximava das Teses, ao defender a ênfase no apoio aos candidatos nacionalistas, a ocupação das formas legais de lutas para ampliar a democracia que vinha sendo desenvolvida e o fomento da frente única, da qual deveriam participar *“a classe operaria, os camponeses a pequena burguesia urbana, a intelectualidade urbana, e a burguesia nacional”.* Em relação às Teses, ele elidia quaisquer setores dos latifundiários. Se as Teses consideravam que o Estado brasileiro era um espaço no qual se esgrimiam forças democráticas nacionalistas contra forças reacionárias e entreguistas, ele tinha aquele artefato como estando representando, *“no fundamental, os interesses do latifundiário e da grande burguesia”.* (130)

A introdução de Pedro Pomar no debate foi um tanto quanto agressiva, se compararmos com a de Grabois. No título de seu artigo, ele já deixava clara a sua predisposição: *“Análise marxista ou apologia do capitalismo?”.* Em um texto de poucas linhas, ele optou pela segunda parte de sua questão, isto é, considerava que as Teses faziam uma apologia ao capitalismo, ao invés de fazer uma análise marxista da realidade brasileira. Nessa apologia, ele via abstraída dentro do conceito nação as contradições entre as classes dominadas e as classes dominantes (latifundiária e grande parte da burguesia) aliadas ao imperialismo. De modo que, ele era contrário a um postulado fundamental das Teses,

segundo o qual a contradição principal da revolução brasileira era a que envolvia a relação entre nação e imperialismo. As Teses, no seu entender, tinham um caráter nacional-reformista, o qual levaria o Partido a se diluir no “*coro geral dos louvores ao desenvolvimento*”. (131)

O primeiro membro do grupo situacionista a responder a Grabois e a Pomar foi Jacob Gorender. Sua resposta se deu em tom de confrontação, o qual estava explícito no título de seu artigo: “*Critica ou falsificação?*” Segundo Gorender, Grabois e Pomar falsificaram, deturparam, pontos fundamentais de Declaração de Março e das Teses, com o escopo de desacreditar estes documentos perante o Partido. Se os artigos de Grabois e de Pomar não citavam nomes de dirigentes, não os inculpavam, mas predominantemente criticavam os documentos que acabamos de citar, o artigo de Gorender atacava diretamente os dois opositoristas, considerando que eles nada mais faziam do que radicalizar “*uma propaganda do socialismo desvinculada da ação política*”.(132)

Carlos Danielli defendia o ponto de vista de que as Teses abandonaram a estratégia revolucionária em favor do taticismo reformista. Segundo ele, no passado recente – antes da Declaração de março – o Partido errava por adotar uma estratégia revolucionária a curto prazo e, naquele momento, a revolução estava condicionada pela possibilidade de se alcançar um ou mais de um governo nacionalista e democrático.

“(…) *saimos da concepção errônea da revolução a curto prazo e adotamos uma posição de adiamento contínuo da luta pelo poder, pois as Teses se referem à conquista das transformações estruturais que podem vir a ser realizadas por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente única nacionalista e democrática e sejam sua expressão*”. (133)

Calil Chade foi outro opositorista a escrever um texto curto, que tinha o propósito claro de contrapor-se à posição situacionista. O seu artigo, que ocupava apenas metade de uma folha de jornal, tratava apenas da Declaração de Março, acusando-a de formular “*uma tática desvinculada dos objetivos estratégicos*”, defender “*uma linha espontaneista*”, admitir “*uma série indeterminada de governos nacionalistas e democráticos, todos eles nos quadros do atual regime burguês*”. Ele considerava que a “*Declaração não aprecia*

*desenvolvimento capitalista do ponto de vista de classe do proletariado*". Isto fazia com que "a análise objetivista burguesa do capitalismo nacional feita na Declaração tem muitos traços de semelhança com a que é feita pelos teóricos da burguesia nacional-reformista brasileira e que atuam no Instituto Superior de Estudos brasileiros-ISEB". (134)

O primeiro artigo de Mário Alves combatia exclusivamente o artigo de Grabois. Alves buscava apresentar a Declaração de Março como o novo, o rompimento com o passado dogmático e sectário, com o qual, em vários trechos, identificava Grabois. Em um desses trechos, ele afirmava que o objetivo de Grabois era "*substituir a linha política atual por uma orientação fundamentalmente semelhante à linha sectária do passado*". (135) *Esta declaração tinha um conteúdo ideológico, pois, em seu artigo, Grabois fora taxativo em destacar que não pregava uma volta ao passado que tanto ojeriza causava ao grosso do Partido.*

Os artigos, sobretudo os dos militantes de bases, continuavam enchendo as páginas de Novos Rumos. Entretanto, os debates propriamente ditos concentravam-se nos artigos dos dirigentes oposicionistas e situacionistas.

Grabois, que em seu primeiro artigo fizera um esforço de ser objetivo e não atacar nenhum dirigente, escreveu o segundo artigo para responder diretamente ao ataque que lhe fora desferido por Gorender. Ele começou condenando a forma como este dirigente o havia tratado, ao chamá-lo de falsificador e deturpador, além de comprometido com o passado sectário. Ele retribuiu a ofensa, chamando Gorender de irônico e defensor da linha oportunista de direita. A seguir, voltava a endossar o que dissera no primeiro artigo: a Declaração de Março colocava o proletariado à reboque da burguesia nacional. Finalizando, condenava o fato de Gorender ter saído da discussão política e enveredado para acusações pessoais. (136)

O próximo artigo de Gorender vinha ainda mais ofensivo a Grabois, a Pomar, a Carlos Danielli e a oposição como um todo, a qual era cognominada oposição "esquerdista". Em um trecho do artigo, ele definia o seu pensamento em relação a essa oposição: "*Quem examinar os artigos publicados pela oposição 'esquerdista' perceberá,*

*sem dificuldade, que constitui sua linha geral a de impressionar e assustar o Partido com o perigo de suposta apologia do capitalismo e de suposta subordinação da política do proletariado aos interesses da burguesia. O que preocupa a oposição não é a correção construtiva de erros, que certamente existem, nas relações com a burguesia, no trabalho de frente única. O seu objetivo é demagógico, motivo porque não recua sequer diante da deturpação e falsificação de documentos”.* Grabois era acusado de descrever o papel progressista do imperialismo norte-americano no recente desenvolvimento da economia brasileira, repetindo, “*sem o menor espírito crítico, o que propalam, com tanta insistência, autorizados porta-vozes do imperialismo norte-americano, como os Srs. Eugênio Gudin e Roberto Campos”.* Outro ponto a destacar é quando Gorender afirmava que a Declaração de Março não se inspirara no célebre artigo-plataformava de Agildo Barata, publicado em 1957.

“A Declaração não se inspirou – a que só um caluniador poderia afirmar – no artigo-plataformava de Agildo Barata, publicado durante o debate de 1957. Naquele artigo, a contradição antiimperialista foi separada mecanicamente da contradição antifeudal, o que servia de base para a elaboração do abstruso esquema revisionista de duas fases distintas na atual etapa da revolução. Esse esquema oportunista, aceitável para o nacionalismo burguês, foi inteiramente rejeitado pela Declaração, que considerou a etapa atual da revolução como processo único, definido, como um todo, pela necessidade de solução das duas contradições fundamentais”.(137)

*A essa altura, os debates já estavam eivados por elementos passionais. Vários artigos de militantes, a grande parte de defensores da situação, partiam para ataques pessoais, eximindo-se de analisar o que era para ser analisado, isto é, as Teses. Um exemplo ilustrativo é o artigo de Fragmon Borges, que usou todo o seu espaço para atacar os oposicionistas, os quais eram identificados com o passado de mandonismo e sectarismo.*

“*Maurício Grabois, Carlos Danielli, Pedro Pomar, Calil Chade e Orlando Pioto nunca foram esquerdistas, nem mesmo entre aspas como pensa o camarada Gorender. Eles sempre foram, isto sim, oportunistas empedernidos, carreiristas de quatro costados. Para conservarem suas posições de mando e levarem uma vida de turistas, foram reformistas,*

*ultra-revolucionários e sectários. Qualquer nome e qualquer orientação lhes serviam, contanto que fossem eles os manda-chuvas. Exemplo: os camaradas Mauricio Grabois e Orlando Pioto aprovaram a Declaração de Março de 1958 na esperança de que, assim agindo, poderiam conservar as posições alcançadas ou reconquistar as perdidas. É possível que também os outros dois tenham aprovado a Declaração... Como as coisas não correm como eles esperavam e a terra começa a fugir-lhes sob os pés, voltam-se agora furiosos contra aquele documento e preconizam uma orientação esquerdista e sectária, a volta ao Programa de 1954, como tábua de salvação”.*

Prosseguindo, o autor ia até o fim de seu artigo atacando os líderes oposicionistas, sobretudo Grabois e Pomar, acusando-os de uma responsabilidade maior pelo mandonismo passado, pelo culto à personalidade, pela exagerada clandestinidade a que “*durante dez anos, sob os mais diversos pretextos, conseguiram segregar o camarada Prestes do convívio dos comunistas e das massas*”. (138)

Diógenes Arruda, o ex-todo poderoso do Partido, adentrou aos debates em tom conciliatório, considerando a Declaração e as Teses como documentos “*valiosos*” e com “*fatores altamente favoráveis*”, mas que deveriam ser aperfeiçoados pelos dirigentes e militantes através daquela Tribuna. Ele conclamava todo o Partido a participar dos debates com “*camaradagem comunista*”, fazendo “*uso da liberdade de opinião e do direito de crítica e autocrítica*”. (139)

Grabois e Pomar voltaram a escrever, cada qual um artigo, para corroborar suas críticas anteriores. O primeiro aproveitou para chamar Gorender e Mario Alves de falsários políticos e de estarem “*usando expressões duras e agressivas, incompatíveis nas relações entre os comunistas*”. (140)

O debate continuou centrado em Grabois, Pomar e Amazonas, pelos oposicionistas, e Mário Alves e Gorender, pelos situacionistas. Menos do que debater questões teóricas e metodológicas (tático-estratégicas) eles se engalfinharam em uma luta pelo poder, na qual as acusações pessoais sobressaiam-se. Isto estava explícito a partir dos títulos dos artigos. Seleccionamos alguns exemplos. Pedro Pomar, em “*Ainda sobre a apologia do capitalismo*”, acusava Gorender de ser “*um dos mais autênticos e virulentos porta-vozes da*

*linha direitista em vigor*". (141) Mario Alves escreveu um artigo ("Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática") para combater exclusivamente um artigo de Grabois ("*Duas concepções, duas orientações políticas*"). Sua argumentação era de que Grabois renunciava a luta pela hegemonia do proletariado e, conseqüentemente do PCB, na construção da revolução brasileira, ao renegar as conquistas graduais de nacionalismo e democracia burguesa. Devido a isto, Alves o classificava de não ser revolucionário, mas um oportunista de esquerda, um enganador das massas. (142)

A temperatura efervescente, envolvendo não somente dirigentes, mas também militantes de bases, fez com que a comissão encarregada dos debates emitisse uma nota alertando que o objetivo daquelas discussões era "*o exame crítico das Teses, do Projeto de Estatutos e da atuação dos comunistas*" e que "*seria sumamente prejudicial aos interesses partidários deslocar o centro da discussão para o terreno dos agravos pessoais ou das retaliações sem princípios*". (143) Em seguida, era dito que não seriam publicados artigos que contivessem ofensas pessoais.

Não obstante a admoestação, o debate prosseguiu com os opositoristas combatendo o "revisionismo" dos "reformistas" e estes atacando o "revolucionarismo de palavra" dos "esquerdistas", que insistiam em afirmar que as Teses colocavam o Partido e o proletariado a reboque da burguesia, sem, no entanto, defenderem a estratégia socialista para aquele momento. A reivindicação básica dos opositoristas continuava sendo que o PCB assumisse o comando da revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, a qual deveria resultar na formação de um governo de frente única também comandado pelo Partido, tendo a supremacia da aliança proletariado-campesinato. Os situacionistas não abriam mão das táticas gradualistas, as quais ficavam condicionadas pelo maior grau de nacionalismo e democracia da burguesia nacional, pela sua maior ou menor oposição ao imperialismo e ao latifúndio. A ênfase progressista que as teses davam à burguesia nacional era o pomo da discórdia.

Continuando o debate, Amazonas afirmava que "*a burguesia não é uma força conseqüente e tende à conciliação com o imperialismo*", além de estar "*vinculada direta ou indiretamente com o latifúndio*", daí a "*necessidade da criação do poder das forças*

*antiimperialistas e antifeudais, dirigido pela classe operaria, como o único capaz de libertar o Brasil do domínio imperialista e das sobrevivências feudais*". Ele dizia que com esta defesa não estava pregando *"uma volta ao passado"*, o qual ele condenava, reconhecendo ter tido *"grande responsabilidade"* nos erros daquela época, assim como *"toda a direção do Partido"*. (144)

Em seu próximo artigo, Amazonas voltaria a insistir no mesmo tema: *"A política adotada pelo Partido, com a Declaração de Março e agora com as Teses, lamentavelmente, corresponde mais às posições da burguesia do que às do proletariado consciente"*. (145)

Pomar defendia o mesmo ponto de vista: *"O centro de nossas divergências reside precisamente aí. Discordamos das teses na fundamentação objetivista e apologética do desenvolvimento capitalista, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, a menosprezar o papel das classes mais revolucionárias da sociedade brasileira e a abdicar, em princípio (já não me refiro à prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução"*. (146)

Giocondo dias escreveu um artigo para defender a Declaração de Março, considerando-a revolucionária e que a frente única pregada neste documento e nas Teses não era estática, como diziam ser os oposicionistas, mas *"um movimento que assume as formas mais variadas de atuação e organização em comum, que se transforma, que inclui na sua composição forças temporárias e forças permanentes, que como movimento comporta objetivos imediatos e mediatos"*. Era nesse movimento que o proletariado, como força permanente, deveria sobrepujar a burguesia, força temporária. Outro mérito que ele destacava na Declaração era o fato dela ter tirado o Partido da visão unilateral segundo a qual o domínio sobre o Estado e a sociedade brasileira era homoganeamente reacionário, não havendo outra alternativa contra isto senão a insurreição armada. (147)

Os oposicionistas criticavam basicamente o aspecto tático das Teses, pelo qual a revolução estava implicitamente em mãos da burguesia nacional. Entretanto, eles não rompiam com a estratégia etapista proposta nas Teses e também não detalhavam as tarefas táticas concretas que deveriam ser desenvolvidas para se chegar a tal estratégia. Eles

propunham, como medida tática fundamental, a substituição da burguesia pelo proletariado no comando revolucionário antiimperialista, antifeudal, nacional e democrático. Mas como fazer isto? É o que eles não respondiam, sobretudo porque a correlação de forças naquele momento não oferecia condições objetivas para que o PCB e o proletariado assumissem uma posição de comando revolucionário, mesmo do tipo não-socialista. Daí que a pregação oposicionista era de cunho negativista: posicionava-se contra a linha tática, mas não apresentava uma outra que pudesse ser concretamente viabilizada como alternativa. O fato de serem contra uma linha que tirara o Partido de um passado traumático, condenado consensualmente pelos pecebistas, fazia com que os oposicionistas fossem acimados pelos situacionistas de defenderem uma volta ao mandonismo, ao sectarismo e ao culto à personalidade. Esta foi a maior debilidade dos oposicionistas: serem identificados com o passado por serem contra o presente. Foi principalmente aí que eles perderam o debate, além do fato de não terem conseguido desenhar uma alternativa concreta para a linha tática pregada pelas Teses. Os situacionistas também eram fracos em defender sua posição, que, a rigor, tinha um cunho reformista e revisionista, como acusavam os oposicionistas. Era uma posição mais próxima de Bernstein do que de Lênin. Vimos, no primeiro capítulo, que Lênin defendeu que o POSDR e o proletariado lutassem para assumir o comando da revolução capitalista e da revolução socialista, transformando ambas em uma só revolução, a segunda dentro da primeira. Ou seja, pela linha tático-estratégica leniana, no processo revolucionário burguês da Rússia, não havia reboquismo do proletariado em relação à burguesia (é preciso também levar em conta que a burguesia russa era significativamente do que a brasileira desse período que estamos abordando). A vantagem dos situacionistas é que detinham o poder sobre a máquina partidária, na qual os líderes oposicionistas estavam marginalizados, e detinham a hegemonia (Gramsci) sobre o imaginário pecebista, com base em que o passado mandonista era algo nefando. Grande parte dos artigos se centraram no passado: os situacionistas acusando os oposicionistas de quererem uma volta ao passado e estes negando este desejo e também negando o presente. Grabois escreveu um longo artigo, que foi publicado em três partes cujo título (*“Não retornar aos erros do passado, nem perseverar nos desvios do presente”*) refletia o pensamento oposicionista. Todos os líderes

da oposição diziam que não queriam nem o passado nem o presente. Eles eram contra, como nos dá conta Grabois, a “*nefasta teoria da revolução a curto prazo*”, caudatária do Manifesto de Agosto, e também contra a “*revolução a longo prazo*” advinda com a Declaração de Março. (148) Para João Amazonas, tanto a linha do “*Manifesto de Agosto como a de hoje são oportunistas*”. (149) Não havia nenhum opositor a defender uma volta ao passado, a despeito das denúncias sofisticadas da situação.

Provavelmente, os dirigentes encontrariam um meio de introduzir medidas conciliatórias às Teses, de modo a se chegar a um pretenso caminho revolucionário a médio prazo, não desagradando totalmente nem a gregos nem a troianos. No entanto, o momento não era de conciliação. Para além das discussões das Teses e, sobretudo, da linha tático-estratégica do Partido, aquele fórum estava revestido de um caráter de acerto de contas, de disputa pelo poder. Uma ou outra tendência teria que ser alijada. Acabaria perdendo aquela que estava em condições amplamente desfavoráveis no controle da burocracia orgânica e tinha contra si o imaginário do Partido, o qual nutria uma ojeriza contra o passado recente. Perderiam os opositores. Do meio para o fim das discussões, a Tribuna de Debate, coincidentemente ou não, foi majoritariamente ocupada pelos situacionistas, que argumentavam em favor da Declaração de Março e das Teses, ao passo que identificavam os opositores com o passado traumático. A essa altura, os debates estavam esgotados, pois não surgia nada de novo ao que já fora discutido.

Outro tema que contrapunha sobremaneira os dois grupos dizia respeito à via revolucionária: ela deveria ser pacífica ou violenta? Marx, Engels e Lênin, portanto o marxismo clássico, defenderam a via violenta como forma de se alcançar o socialismo. Isto sempre predominou no PCB e no movimento comunista internacional, até que Khrushchov, ao assumir o poder, lançou a tese da coexistência pacífica com o campo capitalista dentro da Guerra Fria. Esta tese se embasava no fato de que o socialismo estava avançando a nível mundial e para a continuidade desse avanço era mais utilitário uma coexistência pacífica com seu inimigo do que um confronto. Ou seja, o mundo estava, infraestruturalmente, marchando para o socialismo. Era mais prudente acompanhar essa marcha; trabalhar a favor dela do que contra. A Declaração de Março foi o primeiro documento pecebista a

expressar essa tese; as teses do V Congresso a corroboravam. Os oposicionistas consideravam que a ênfase no caminho pacífico era um fator preponderável de tibieza do sentimento e da luta revolucionária, trazendo acomodação ao Partido e ao proletariado. Eles não defendiam a via violenta naquele momento, mas propugnavam que o Partido se preparasse para ela, acumulando forças no movimento de massas para a época propícia de tomada do poder. Os situacionistas apostavam na formação de um governo nacionalista-democrático como o primeiro passo do caminho pacífico para o socialismo. Dentro desse governo, o PCB e o proletariado deveriam assumir a hegemonia em direção ao socialismo. Daí terem nas eleições para o governo representativo e na pressão do movimento de massas o binômio a dar sustentação à via pacífica. Vários artigos oposicionistas se esforçaram em descredenciar a predominância da via pacífica, o que correspondia a atacar um ponto nevrálgico das Teses. Em contraposição, vieram artigos dos situacionistas em defesa da via pacífica. Apolônio de Carvalho enviou um texto à Tribuna no qual ele dizia que a via pacífica *“não surgiu por acaso, nem caiu do céu: vem da ação das leis de nosso desenvolvimento social, em particular das leis de desenvolvimento capitalista e da luta de classes. E justamente porque é ainda uma possibilidade, embora real, não exclui ainda a possibilidade oposta – a do caminho violento, do recurso à guerra civil e à insurreição armada”*. (150) Marco Antonio Coelho também endossava este ponto de vista, considerando que a possibilidade real da via pacífica *“foi condicionada pelas mudanças radicais na situação internacional, ocasionadas pelos incomensuráveis êxitos do sistema socialista e do movimento de libertação nacional dos povos coloniais e semicoloniais”*. (151)

Embora não pertencesse organicamente ao grupo oposicionista, Caio Prado Júnior participou dos debates como um radical opositor às Teses. Ele escreveu um longo artigo, *“As teses e a revolução brasileira”*, que, de tão extenso, teve que ser apresentado na Tribuna de Debate em partes. Na primeira parte, ele reconhecia que as Teses eram um avanço em relação ao Programa do IV Congresso, mas ainda se mostravam, *“como conceituação teórica da revolução brasileira, muito aquém do que se deveria esperar e daquilo que o momento exige”*. Acrescentava que as Teses eram imprecisas na análise dos

fatos econômicos, sociais e políticos, além de incoerentes, ambíguas e até falsas. Nessa primeira parte, Caio Prado tratava exclusivamente da questão agrária brasileira, considerando que as Teses se equivocavam ao caracterizar a economia agrária brasileira da época como uma expressão do trinômio monopólio-latifúndio-parceria. Segundo ele, “*as relações de parceria são na economia agrária do Brasil, de muito menor extensão e expressão que as do salariato*”. (152)

O fato dele considerar a estrutura agrária brasileira predominada por relações assalariadas colocava em cheque um dos esteios das Teses, justamente o que embasava a estratégia pecebista da época. Ou seja, se as relações de trabalho no campo eram predominantemente assalariadas, isto é, capitalistas, não havia porque a estratégia da revolução brasileira ser antifeudal, como pregava o Partido desde a sua fundação e continuaria a pregar após o VI Congresso. Entretanto, Caio Prado Júnior, principalmente pelo fato de ser um intelectual, um teórico ao invés de um doutrinado pelo marxismo-leninismo-stalinismo, como o grosso dos dirigentes pecebistas, inclusive Prestes, sempre foi marginalizado. Em 1935, Prestes escreveu uma célebre carta a Miguel Costa convidando-o a liderar o movimento insurrecional em São Paulo, dizendo que Caio Prado – que à época era um dos chefes da ANL naquele estado – não estava preparado para esta missão, devido a não ser um homem de ação, mas um intelectual. Miguel Costa respondeu ao seu ex-companheiro de comando da Coluna Prestes, ou coluna Miguel Costa-Prestes, alertando para o absurdo de uma tentativa insurrecional naquele momento, acabando por declinar do convite. Quando da “refundação” do PCB pela CNOP, Caio Prado, como mostramos, teve sua contribuição teórica descartada. Nos debates do V Congresso, ele atuou isoladamente, sendo ignorado tanto pelos situacionistas quanto pelos opositores. Embora seu artigo tivesse um embasamento teórico superior aos dos demais pecebistas, incluindo dirigentes, e atacasse pontos nodais das teses, através de demonstrações históricas e econômicas, ele passava despercebido nos artigos dos “esquerdistas” e dos “direitistas”, como se não participasse dos debates.

Continuando, ele criticava as Teses por contraporem o capitalismo brasileiro ao imperialismo, como se fossem duas forças antagônicas. Ele considerava isto uma falsa

colocação, por se tratar de dois conceitos com uma só natureza, a natureza capitalista. Ele via nisto uma intenção de se “*resguardar e favorecer o capitalismo*”, o que levava “*à conclusão definitiva que os elaboradores das Teses abandonaram o socialismo, se não formalmente, ao menos de fato*”. A seguir, passava a demonstrar que o capitalismo no Brasil, ao contrário do que defendiam as Teses, não era progressista nem modernizador, mas se desenvolveu, sobretudo, impulsionado por “*empreendimentos imperialistas e seus capitais e a inflação*”. Com isto, defendia que o imperialismo não podia ser contraposto ao capitalismo brasileiro e que ambos, somados à inflação, traziam “*uma deterioração do padrão de vida do trabalhador*”. Ele reclamava que as Teses minimizavam a luta do proletariado por melhores condições de vida, tal a sua preocupação central em defender o capitalismo brasileiro, no que consistia, segundo ele, a realização da revolução brasileira. Apesar desta sua argumentação, ele endossava a estratégia etapista das Teses: “*Concordo inteiramente com as Teses em que não é possível, nas condições atuais do Brasil, a socialização dos meios de produção, e que portanto não se propõe desde já a transformação socialista da economia brasileira, e posso portanto dizer que estou de acordo com as Teses. Salvo num ponto, infelizmente ponto essencial, que vem a ser a maneira sumária e superficial como as Teses caracterizam o capitalismo brasileiro, sem se darem ao trabalho de o analisar, e limitando-se a afirmação dogmática, já citada acima, de que o desenvolvimento capitalista possui o caráter progressista*”. (153)

Entretanto, isto não o levava a concordar que “*a burguesia nacional, ao contrário do que afirma dogmaticamente a Tese 17*”, fosse “*uma força revolucionária*”. Ele asseverava que a burguesia brasileira “*não somente aceita, mas é francamente favorável ao capital imperialista e ao estabelecimento no Brasil de empreendimentos integrantes dos monopólios internacionais*”. (154)

Indo mais além, ele considerava que a burguesia, longe de opor-se ao imperialismo, como colocavam as teses, era uma sua beneficiária de grande porte: “*A burguesia brasileira e o sistema capitalista em que ela se apóia obtiveram, assim, enormes vantagens da crescente participação do imperialismo na economia brasileira*”. (155) Esta sua posição colidia diametralmente com a do grupo situacionista, cujo pensamento poderíamos

sintetizar neste trecho de Horácio Macedo: *“À classe operaria interessa que a revolução nacional feita pela burguesia, seja tal que o imperialismo saia o mais fortemente debilitado”*. (156)

Até então Prestes não havia participado da Tribuna de Debate. Como nas ferrenhas discussões que envolveram as denúncias de Khrustchov ao culto à personalidade e aos crimes de Stalin, Prestes somente interveio ao final dos debates. O seu artigo, como uma nova “carta-rolha”, defendia intransigentemente a linha política do situacionismo e combatia os “esquerdistas”, identificando-os com o passado mandonista, sectário e anacrônico. Sua retórica pregava a substituição das *“idéias errôneas que tínhamos por uma nova compreensão das leis gerais do marxismo-leninismo e da realidade concreta em que devemos aplicar as referidas leis gerais”*. Essa “nova compreensão” era justamente a linha política atual, traduzida pela Declaração de Março e pelas Teses. O objetivo maior de seu artigo era lançar a pecha de culpados sobre os opositoristas, como já vinham fazendo os situacionistas, mormente Mário Alves, Gorender e Mariguella. Prestes citava Grabois, Pomar, Arruda e Amazonas como dirigentes que não fizeram autocritica de seus erros do passado e continuavam persistindo nesses erros, fazendo uma *“falsa avaliação da situação internacional”* e, por extensão, não conseguiam compreender que *“a burguesia dos países economicamente atrasados e dependentes é cada vez mais obrigada a apoiar-se, internamente, na própria classe operária e em seu partido de vanguarda e, externamente, nos países do campo socialista”*. Buscando reforçar o seu argumento, Prestes citava o exemplo de Cuba como uma revolução *“iniciada sob a direção da burguesia”*, o que era algo falso. Além de defender a burguesia como dirigente das revoluções nacionais-democráticas, ele defendia *“a possibilidade real de um caminho pacífico para a revolução brasileira”*, também como uma decorrência da situação internacional pró-socialismo, embora não descartasse o *“caminho não pacífico sempre que a correlação de forças for favorável e garanta uma possível vitória das forças revolucionárias”*. Ao defender a Declaração de Março e as Teses e condenar os opositoristas, Prestes estava usando todo o seu prestígio, todo o seu capital simbólico (Bourdier), que ainda era desmesuradamente o maior do Partido, para desqualificar aqueles que *“ainda não conseguiram se desprender*

*das idéias sectárias e 'esquerdistas' dominantes durante anos em nosso Partido e, muito especialmente, em seus círculos dirigentes". (157)*

Propositadamente Prestes deixara para escrever no encerramento dos debates, buscando evitar polemizar com os opositoristas. Neste sentido, ele diferenciava-se de Marx, Engels, Lênin e outros dirigentes do comunismo internacional, como Trotsky, Rosa, Zinoviev e Bukharin, que se esgrimiram em vários debates. Prestes aproximava-se mais do burocratismo stalinista. Pomar escreveu um artigo para expressar que o Partido *"aguardava a palavra de nosso camarada Prestes neste debate"* e lamentava que o seu *"artigo só aparecera no fim do prazo fixado para o encerramento do debate, o que me parece uma falta séria porque, entre outras razões, não permite uma troca de idéias e o aprofundamento de certos problemas que o camarada Prestes teria condições de realizar"*. Ele considerava que o culto à personalidade de Prestes ainda vigia no Partido, exercendo *"um papel sumamente negativo"* e discordava do que via como o ponto principal do artigo de Prestes: o apoio à burguesia e à luta pelo desenvolvimento capitalista no Brasil. (158)

## **OS DESDOBRAMENTOS DO V CONGRESSO. O SURGIMENTO DO PC DO B**

A assimétrica correlação de forças determinou a derrota dos opositoristas nos debates do V Congresso. A linha tático-estratégica das teses foi aprovada pela maioria esmagadora dos delegados. Em setembro de 1960, o Partido realizou a sua Convenção Nacional na qual foi aprovada a Resolução Política do Comitê Central, que consubstanciava a vontade majoritária do V Congresso. Embora vencidos, as queixas dos opositoristas provocaram efeito na Resolução Política, que amainou o tom laudatório das teses em relação à burguesia e à democratização no Brasil, e colocou em relevo a prioridade de o PCB e o proletariado avocarem o comando da revolução, em aliança privilegiada com o campesinato. Não obstante, a estratégia continuava imutável: a construção da revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Ou seja, o ponto nodal da Declaração de Março e das Teses não havia sofrido nenhuma alteração.

A Resolução era um documento que buscava a conciliação, mantendo os mesmos pontos fundamentais das Teses, ao tempo que os relativizava com subsídios advindo das críticas dos opositoristas. Assim, o proletariado tornava-se um ator mais ativo em relação às Teses, mas a burguesia continuava a deter a liderança na frente única, a qual mantinha-se inalterada em sua constituição. O proletariado deveria preparar-se, durante a aplicação da estratégia etapista, para assumir a hegemonia na frente única, para conduzi-la “*à realização conseqüente dos objetivos antiimperialistas e democráticos, criando, assim, as premissas para transição do socialismo*”. Nesse período, ele deveria também fortalecer a sua aliança com as massas camponesas o que era a “*condição básica*” para que o proletariado pudesse “*imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme*”. A via pacífica, que nas Teses era superdimensionada, continuava a aparecer predominante para a passagem ao socialismo, mas a Resolução enfatizava que a sua consecução exigia “*a luta de massa, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo*”. (159) Em suma, nada mudara do ponto de vista substantivo, apenas o que fora apresentado nas Teses com uma aparência fechada, passara a ser nuançado na Resolução, utilizando-se para tanto as críticas opositoristas. Havia uma tentativa de se adornar com uma retórica revolucionária o conteúdo reformista.

As alterações do V Congresso pareciam fluir para o estuário da conciliação, com a minoria vencida submetendo-se à maioria vencedora, conforme rezavam os cânones do centralismo-democrático. No entanto, um fato colocaria novamente o PCB em pé de guerra: as alterações promovidas pelo grupo dirigente majoritário no programa e nos estatutos, visando enviar ambos ao TSE com fins de pleitear a tão almejada legalização.

O suplemento do jornal Novos Rumos, de 11 a 17 de agosto de 1961, trazia um manifesto de Prestes “*Ao povo brasileiro! Aos trabalhadores!*”, no qual era dito que “*o irresistível avanço do socialismo e suas repercussões entre nós, bem como os êxitos da classe operária e de todo o nosso povo em sua perseverante luta democrática e emancipadora, fizeram com que se criassem condições novas e promissoras para o Brasil*”. Esta nova situação fez com que “*a justiça brasileira, em consonância com as tradições liberais de nosso povo, já firmou jurisprudência sobre o direito dos comunistas à livre atividade política, absolvendo-os nos processos contra eles instaurados*”. Estas premissas

colocavam em mãos do “*povo brasileiro*”, “*dos trabalhadores*”, a missão de “*fazer o indispensável para a organização legal dos comunistas em partido político*”. O documento afirmava que “*tendo recebido numerosas sugestões de comunistas e não comunistas, os Estatutos e o Programa do Partido comunista Brasileiro serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei vigente*”, e terminava concitando o povo e os trabalhadores a desenvolverem a tarefa de conseguir as 50.000 assinaturas necessárias à legalização do PCB.

Em anexo, ao manifesto de Prestes, seguiam o programa e os estatutos, ambos um tanto quanto anódinos para uma organização comunista: foram suprimidas quaisquer referências ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário e à luta de classes. Além disto, era apresentado um outro nome para a sigla PCB: Partido Comunista Brasileiro.

Se nos estatutos originais era consignado que o “*o Partido Comunista do Brasil orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário, tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo e do comunismo*”; nos estatutos enviados ao TSE isto sofria uma substancial modificação semântica: “*Vanguarda política essencialmente democrática, o Partido Comunista Brasileiro defende em seu programa a pluralidade dos partidos e o respeito aos direitos fundamentais do homem, tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo*” (houve a elisão do termo comunismo). (160)

As novas proposições eram mais frágeis no que dizia respeito ao socialismo do que aquelas acerbamente criticadas por Marx no lassaliano Programa de Gotha. A intenção da mudança da denominação partidária era passar a mensagem ao sistema que o PCB não era mais uma sucursal do movimento comunista internacional. Daí terem substituído o “do Brasil” por “brasileiro”. As alterações não conseguiriam atingir os fins colimados: o TSE mais uma vez negaria registro ao PCB.

No mesmo mês de agosto, os opositoristas stalinistas elaboraram um documento protestando contra as modificações tornadas públicas através de Novos Rumos. Eles se apresentavam como um grupo de “*cerca de cem conhecidos militantes e dirigentes*

*comunistas*”, razão pela qual esse documento passaria a ser conhecido como “Carta dos 100”. Tratava-se de um libelo dirigido “ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil”, o que era uma forma de não reconhecimento da nova denominação partidária.

Os “cerca de cem” afirmavam que as modificações no programa e nos estatutos, à revelia do Partido, constituíam “*uma violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do V Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido*”. Os dirigentes eram acusados de terem infringido o artigo 32 dos estatutos, pelo qual “*as decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso*”. Os signatários não concordavam “*com a alteração do nome do nosso glorioso partido*” e nem com as alterações no programa e nos estatutos, que suprimiram as referências ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, considerando que “*os princípios do marxismo-leninismo constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro*”. Com isto, o Comitê Central estava pretendendo “*liquidar com o tradicional partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características revolucionárias*”, o que representava “*uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência já várias vezes surgidas no movimento comunista brasileiro*”. (161)

O feitiço virava contra o feiticeiro: os “fracionistas” acusavam os “paladinos da unidade” de serem fracionistas e, o que era pior, de serem liquidacionistas.

A Comissão Executiva do CC se reuniu e expediu um documento sobre as “*atividades antipartidárias de um grupo de membros e dirigentes do Partido*”. O documento estava impregnado pela contumaz prática da cúpula pecebista de se criar à imagem dos divergentes como fracionistas, ponto de partida para a sua posterior expulsão.

“*É necessário assinalar que desde as modificações havidas no Presidium em agosto de 1957, a direção preocupou-se em que nenhuma discriminação atingisse os camaradas que divergiam da linha política do partido*”, os quais “*dentro e fora dos organismos a que pertenciam, passaram a manifestar abertamente suas discordâncias, inclusive em relação às tarefas determinadas pela direção, tudo fazendo para dificultar a sua aplicação e*

*chegando a deturpar as posições da direção, para justificar os ataques de ‘oportunistas’ e ‘revisionistas’ a ela feitos”. À guisa de conclusão, uma justificativa sob a forma de mea culpa: “Reconhecemos que, ao aprovar as medidas visando à legalidade do Partido não elaboramos uma discussão suficientemente profunda para explicar ao conjunto do Partido, razões que nos haviam levado àquelas conclusões e mesmo para chamar a sua atenção para a extraordinária importância de que se reveste tal tarefa”. (162)*

Tomando “conhecimento do relatório da Comissão Executiva (o qual destacamos acima) a respeito das atividades fracionistas, desenvolvidas no seio do Partido”, a “Resolução do 3º ponto da ordem do dia da 4ª reunião ordinária do CC”, em outubro de 1961, resolveu “afastar do CC os camaradas Pomar, Arroyo e Danielli, por participarem de atividades fracionistas e antipartidárias, tendo os mesmos reafirmado, perante este CC, suas disposições de prosseguir nessas mesmas atividades”. (163)

Em dezembro de 1961, Amazonas, Grabois, Pomar, Calil Chade, Angelo Arroyo, Carlos Danielli, José Duarte e Walter Martins (Pepe), em nome do grupo dissidente, assinaram um documento para “os militantes em geral, para as bases e quadros intermediários”, no qual reiteravam as denúncias da “Carta dos 100” e acusavam a direção de, “sem nenhum sentido unitário”, ter enveredado “pelo caminho das medidas administrativas”, dissolvendo comitês nos quais os opositores eram maioria, destituindo-os de cargos de direção. Acusavam-na também de, através do jornal Novos Rumos, publicar “sucessivos comunicados onde se difunde mentiras e se afirma, em linguagem injuriosa, que conhecidos revolucionários – alguns com mais de trinta ou vinte anos de vida partidária – não mais pertencem ao movimento comunista, como se os autores anônimos daqueles comunicados fossem donos deste movimento”. Diziam-se a favor da legalização do Partido sem que este fosse descaracterizado em seus princípios marxistas-leninistas, e a favor da unidade partidária, considerando “o rótulo de fracionista” como sendo um “pretexto para tentar alijar do movimento comunista todos que divergem”. Por fim, afirmava que a defesa da unidade partidária exigia a “anulação imediata das modificações introduzidas nos Estatutos e no nome do Partido assim como a retirada do Programa, ou a realização do VI Congresso”. (164)

O desfecho da luta pelo poder, que se vinha desenvolvendo desde os debates em torno do relatório secreto de Khrustchov foi à expulsão dos “fracionistas”, através de um documento do CC, datado de 3 de janeiro de 1962, intitulado “*Em defesa da unidade do movimento comunista*”. Antes do veredito, havia toda uma retórica a justificá-lo, pela qual o “*grupo fracionista*” era acusado, entre outras coisas, de “*fazer causa comum com os piores inimigos da classe operária e do povo*” e “*antepor obstáculos à legalização do Partido Comunista Brasileiro, combatendo-a em nome de uma falsa defesa de princípios*”. Após a exposição do sumário de culpa, era comunicado que “*a expulsão dos elementos fracionistas deve-se, portanto, e exclusivamente, às suas atividades antipartidárias e divisionistas, à violação da disciplina e à luta contra a unidade do movimento comunista*”.

(165)

Até então, foi a maior cisão ocorrida no PCB, juntando um número significativo de lideranças e militantes, o que facilitou a formação de um novo partido, em 18 de fevereiro de 1962, o PC do B, que tomou a antiga denominação do PCB: Partido Comunista do Brasil. O novo partido se autoproclamava como sendo o mesmo PCB fundado a 25 de março de 1922. Ou seja, havia dois partidos diferentes reivindicando a mesma origem e a mesma trajetória, tendo, portanto, ambos a mesma idade, e assim continuam até hoje. Em seus estatutos, era dito que ele fora “*fundado a 25 de março de 1922, e reorganizado a 18 de fevereiro de 1962, em virtude do rompimento com os revisionistas*”.

Em seu manifesto-programa, o PC do B dizia ser orientado pelo “*marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo*”, tendo como estratégia a luta por um “*governo popular revolucionário*”. Ou seja, era uma assunção do programa do IV Congresso, acrescentando a recém-revolução cubana como um exemplo a ser seguido. O PC do B, como costumava afirmar o PCB, dizia que o socialismo estava vencendo o capitalismo em escala mundial, e citava a URSS como estando numa fase ainda mais avançada, isto é, marchando para o comunismo. (166) Até esse momento, ele procurava obter o reconhecimento do PCUS, o que acabou não conseguindo. Daí a sua adesão à órbita do Partido Comunista da China, que desde o relatório de Khrustchov travava um combate político-ideológico com os dirigentes soviéticos. Os chineses, como a cisão que formaria o

PC do B, desde o início posicionaram-se contra a desestalinização.

Àquela época, o PC da China enviou uma carta ao PCUS, que era um libelo em favor de Stálin. Em certo trecho era dito: *“Os dirigentes do PCUS acusaram o Partido Comunista da China de defender Stálin. Sim, nós o defendemos, sim. Quando Khrushchov torce a História e nega completamente a Stálin, naturalmente que temos o dever iniludível de sair a campo e defendê-lo, de acordo com os interesses do movimento comunista internacional”*. (167)

O próprio PC do B, em 27 de julho de 1963, escreveu uma carta a Khrushchov, rompendo com o PCUS, por este ter optado em ficar com o PCB e responsabilizado o PC da China de fomentar a cisão no comunismo brasileiro. Nesse documento, o CC do PC do B afirmava que Prestes combatera os *“revisionistas liderados por Barata”*, mas, depois, por influência da nova linha política soviética, adotara o revisionismo no Partido. Finalizando, o PC do B acusava o PCUS de também ser revisionista e se alinhava, oficialmente, ao maomismo-stalinismo do PC da China. (168)

## **O PCB NO MOVIMENTO PROGRESSISTA DA REPÚBLICA DE 46**

Entrar para um partido comunista, um partido anti-sistema, era estar assumindo um compromisso com o perigo e levando seus familiares para o mesmo destino. Era estar correndo riscos que não se correria caso a inscrição se desse em um partido da lei, da ordem. Riscos de viver sob regime de clandestinidade, ser preso, torturado, desaparecido, suicidado, assassinado... Então por que tanta gente entrou para o PCB e para outras organizações comunistas ou vistas como subversivas? Diríamos que a justificativa majoritária está em que existem homens e mulheres, ao longo da história, que optam por doar suas vidas à causa de se construir uma sociedade mais justa, enquanto há aqueles que entram na carreira política para locupletar-se, corromper e ser corrompido. Alguns até podem ter ingressado no PCB buscando uma identidade social; outros pela sede de aventura, de poder; no entanto, é provável que o grosso deva ter sido guiado pelo espírito humanitário ao qual acabamos de expender. Nos muitos arquivos da repressão que

pesquisamos, da década de 1940 à de 1980, não encontramos contra esses homens e mulheres acusações que os qualificassem como corruptos, ladrões... Eles eram perseguidos por promoverem campanhas pela paz e contra a guerra, de defesa do petróleo e contra o imperialismo, por denunciarem injustiças sociais e mazelas na política, por pretenderem criar um novo regime, daí o seu caráter ontologicamente subversivo.

A prática nem sempre sai de acordo com a teoria. Marx, Engels, Lênin, Rosa, Trotsky, Gramsci, Lukacs, Guevara, entre outros teóricos e militantes da causa socialista não propugnaram a construção de uma sociedade e de um Estado de moldes stalinistas. O PCB, ao longo de sua trajetória, lutou por uma democracia popular, pelo socialismo. Poderia ser possível, como aconteceu na União Soviética, que essa luta, se vitoriosa, se transformasse em um regime autoritário ou até totalitário, conforme a conceituação de Hannah Arendt para o nazismo e para o stalinismo. Mas como o PCB nem outras organizações socialistas venceram, quaisquer ilações não passam de conjecturas. O que não se pode eximir sobre a história do PCB é o fato concreto de que ele foi uma força destacada no movimento progressista brasileiro, não somente no campo da política, mas em outros, caso das artes e da *intelligentzia*. Nessa história, ele aparece mais como vítima, mártir e até herói do que como inimigo da democracia. A rigor, a democracia brasileira foi que se mostrou inimiga da democracia liberal, ao colocar o PCB na ilegalidade. Tê-lo fora da lei era uma demonstração de que a democracia brasileira era frágil, o que seria comprovado pelo golpe de 64. O Partido foi cassado justamente quando esmerava-se em fortalecer a democracia burguesa, embora não descurasse de ser um partido anti-sistema, que buscava subrepticamente acumular forças, cumprir a etapa revolucionária burguesa, para, depois, construir a revolução socialista.

O PCB era um partido autoritário internamente, mas, mais do que qualquer outro, abria espaço para analfabetos, operários, camponeses e demais brasileiros de ínfimos níveis de instrução e renda adquirirem conscientização, identidade social, elevação da auto-estima, proteção (médica, advocatícia, etc.). Era enriquecedor para essas pessoas aprenderem, embora de forma mais doutrinária do que teórica, que a pobreza, a miséria, os baixos salários, o analfabetismo e as doenças endêmicas existiam por questões materiais a

cargo dos homens, não por determinação do destino, da natureza ou de Deus. Essas pessoas passavam a conhecer a história do ponto de vista material; era como se um véu se descortinasse à sua frente desvelando a realidade. Esse saber gerava-lhes uma sensação de poder transformar a si e ao mundo, isto é, o pressuposto revolucionário. Elas passavam a ter identidade social, a se sentirem importantes e úteis como seres humanos, pois sabiam que a causa de sua inferioridade não estava em si, mas em algo objetivo que podia ser vencido: a desigualdade social. A vida imaginária dava uma esperança quase que religiosa a essas pessoas, tornavam-nas mais fortalecidas. Muitos fizeram carreira no Partido, galgando degraus como se estivessem em uma empresa privada ou pública, desenvolvendo-se, profissionalizando-se, em tarefas de administração, organização, liderança, comunicação... Alguns chegaram a cargos intermediários, a direções municipais, estaduais ou até mesmo ao Comitê Central. Havia os que, em nome do PCB, ocupavam posições de destaque em sindicatos, organizações de base em empresas e associações estudantis. A propósito destas, quantos jovens o Partido não deve ter desviado do mau caminho pelo simples fato deles terem ingressado na Juventude Comunista, onde, necessariamente, não aprendiam a roubar, a corromper, a freqüentar ambientes promiscuos. Aliás, pela ética comunista era falta grave, a qualquer membro, freqüentar tais ambientes. O PCB, portanto, era uma escola; uma escola de vida, de civismo, de retidão, que muito contribuiu para o movimento progressista da República de 46, conforme pretendemos demonstrar a seguir.

Em 29 de março de 1946, o PCB, através do MUT, fundou a Universidade do Povo, que, pelo Art. 1º de seus estatutos, apresentava-se como uma *“sociedade civil, sem finalidade lucrativa, tendo como objetivo elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo através do ensino, da preparação técnica e do alargamento da cultura de todas as camadas populares e especialmente da classe trabalhadora”*. (169)

A sua solenidade de fundação se deu na ABI, com a presença de Prestes, diversos dirigentes do Partido, além de intelectuais de grande expressão. (170) Em maio de 1946, portanto um mês após fundada, a Universidade do Povo oferecia uma programação que incluía cursos de várias áreas de interesse, como: Evolução Econômica do Brasil (ministrado por Amerino Wanich), Problemas Fundamentais da Filosofia (Letelba

Rodrigues de Brito), Teatro Moderno (Álvaro Moreira e Santa Rosa), Desenho Técnico e Arquitetura (Oscar Niemeyer), Noções Elementares de Sociologia (Luiz de Aguiar Costa Pinto), Pintura de Mural e de Cavalete (Cândido Portinari), Direito Trabalhista (Oscar Saraiva) e piano (Arnaldo Estrada). (171)

É evidente que não se tratava de uma “universidade” de cunho ideológico neutro, mas pelos cursos oferecidos e pelo quilate dos professores, os alunos tinham muito a ganhar. No entanto, ela não tardaria a ser cassada, sob a alegação de ser uma entidade comunista.

Após a cassação do PCB, houve uma alteração em termos táticos: do investimento na formação de células passou a haver uma prioridade na criação de comitês diversos – pela paz, contra a bomba atômica, etc. – e a infiltração em entidades progressistas. Com isto, buscava-se livrar-se da decisão do TSE, que havia cassado quaisquer organizações referentes ao Partido. Esses comitês e entidades não poderiam ser legalmente cassados, pois estavam vinculados a sindicatos de trabalhadores, organizações de jovens, de mulheres, em prol da paz, culturais... Nas grandes empresas, públicas e particulares, as células foram substituídas por comissões, as quais geralmente estavam ligadas a alguma atividade legal (finanças, cultura, técnica, etc.) da própria empresa, o que era mais uma maneira de se adequar aos novos tempos. No lugar do antigo Socorro vermelho, foi criado o Movimento de Ajuda aos Presos Políticos, dirigido pelo ex-senador Abel Chermont. Também para burlar a lei o PCB trocou a denominação de seus jornais: a Tribuna Popular passou a se chamar Imprensa Popular e o jornal Hoje mudou para Notícias de Hoje. (172)

A partir de sua cassação, o Partido esteve envolvido com significativa influência, através da velha tática comunista de infiltração, em diversos movimentos suprapartidários de caráter progressista, entre os quais: Campanha Pró-Paz, Apelo de Estocolmo, Conferência Nacional de Juristas, Congresso Nacional dos Servidores Públicos, Congresso Nacional dos Jornalistas, Assembléia Nacional de Mulheres, Congresso Brasileiro da Juventude, Conferência Geral dos Trabalhadores, Conferência Nacional dos Trabalhadores, Congresso Continental de Cultura, Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, Conferência dos Trabalhadores Agrícolas, Congresso contra a Carestia de Vida,

Conferência do Acordo Militar Brasil-EEUU, Conferência em torno dos Problemas Relacionados com a Paz, Centro de Defesa e Estudo do Petróleo, Congresso dos Povos pela Paz, Congresso de Intelectuais, Festival de Bucarest, Festival da Juventude das Américas, Festival da Mocidade Sul Americana, Apelo de Viena ao Brasil, Comissão Nacional contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, Liga de Emancipação Nacional, Movimento Nacional Popular trabalhista, Sociedade de Amigos da Paz, Associação Feminina de Solidariedade, Convenção Feminina do Distrito Federal, Movimento Brasileiro sobre o Congresso dos Povos pela Paz, Movimento Carioca pela Paz e contra as Armas Atômicas, Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas e UNE. (173) Também estariam diretamente ligados à campanha de nacionalização do petróleo, ao PUA - Pacto de Unidade e Ação, ao CPC - Centro Popular de Cultura, ao CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores, à Frente Parlamentar Nacionalista, entre vários outros movimentos e entidades.

A ameaça de uma nova guerra mundial, devido à emulação belicista provocada pela Guerra Fria e exponenciada pela Guerra da Coreia, fez o PCB, a exemplo dos demais PCs da órbita do PCUS, envidar esforços em campanhas pela paz e pelo fim da guerra que acabaria por dividir os coreanos em duas pátrias. O Apelo de Estocolmo, lançado nesta capital em 1948 e, no Rio de Janeiro, em 19 de março de 1950, pelo Comitê do Congresso Mundial dos Partidários pela Paz, que tinha ramificações em várias partes do mundo, foi um dos principais aglutinadores, no Brasil, das campanhas pela paz mundial. O principal objetivo do Apelo de Estocolmo era reunir milhões de assinaturas em todo o mundo contra uma nova utilização da bomba atômica, pelo fim da Guerra da Coreia, pelo não envio de tropas brasileiras à Guerra da Coreia, pela paz mundial e pelo fim do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos.

Segundo o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, um destes dois países poderia entrar em uma guerra da qual o outro participasse. Era uma espécie de aliança compulsória e a priori que os Estados Unidos estabeleciam com seus parceiros em sua disputa com o bloco liderado pela União soviética. Em tempo de Guerra Fria, significava reforçar o poderio dos Estados Unidos e dar proteção militar aos países mais fracos que firmassem

acordos como este. Significava também maior ingerência da grande nação do Norte na vida política, econômica, ideológica e militar desses países. Era um reforço imperialista. Um dos principais protestos da imprensa pecebista na década de 1950 tinha justamente esse Acordo como alvo, por ele facilitar a ação do imperialismo estadunidense no Brasil e por beneficiar o inimigo-mor da URSS. Mas não era somente o PCB que se posicionava contra tal instrumento, praticamente todo o setor nacionalista fazia-lhe coro. O Acordo era um dos pontos da discórdia na luta entre os “nacionalistas” e “entreguistas”, a qual alcançara o seu auge a partir do segundo governo Vargas.

A Comissão Nacional contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos foi, provavelmente, a mais destacada instituição a opor-se ao Acordo. A ela se agregaram progressistas de várias partes do país, militares e civis. Os pecebistas estiveram nela infiltrados. Sua diretoria tinha uma presença majoritária de oficiais superiores do Exército, envolvidos no movimento nacionalista: General Edgard Buxbaum (presidente), generais Eduardo Souza Mendes e Henrique Cunha (vice-presidentes), coronel Luiz da França Albuquerque, coronel Salvador Correia de Sá Benevides, deputados Breno da Silveira (UDN), Plínio Coelho (PTB) e Tarcílio Vieira de Melo (PSD), tenente-coronel Aristides Leal e F. Aquarone, (174)

As campanhas pela paz e contra o Acordo representaram um dos principais pontos táticos do PCB no primeiro lustro da década de 1950. Com elas o Partido foi driblando a clandestinidade que lhe fora imposto pela cassação de seu registro e retomando o seu contato com as massas, a intelectualidade e os militares. Fênix mais uma vez ressurgia das cinzas.

Outro fator a medrar o renascimento pecebista foi a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo brasileiro, grande ícone do movimento nacionalista àquela época, que redundaria na fundação da Petrobrás. Foi uma campanha, conhecida popularmente sob o lema *O petróleo é nosso*, que também incorporou altas patentes das Forças Armadas, como o general Julio Caetano Horta Barbosa, os generais e irmãos Leônidas Cardoso e Felicíssimo Cardoso, pai e tio do futuro presidente Fernando Henrique Cardoso. A essa época, o Clube Militar estava mais ou menos dividido entre

“nacionalistas” e “entreguistas”. Estilac Leal, general, ex-companheiro de Prestes na Coluna, ex-Ministro da Guerra de Vargas e um dos líderes da corrente nacionalista, chegou a ser presidente do Clube, tendo o nacionalismo como sua principal bandeira. A questão do nacionalismo arrogou a si a participação das classes políticas, sindical, militar, intelectual, estudantil... Foi provavelmente o maior galvanizador dos debates político-ideológicos da República de 46. O golpe de 64 foi, em grande medida, um desenlace das contendas envolvendo “nacionalistas” e “entreguistas”. O PCB não ficava alheio a tal questão, a qual ocupou o centro de sua atenção após sua cassação, como nos afiança Marco Antônio Tavares Coelho: *“a temática nacionalista ganhou uma posição central na política dos comunistas, embora tenha estado presente desde 1922, quando foi organizado o PCB. Uma vez que a luta antiimperialista foi uma característica fundamental da ação revolucionária da Terceira Internacional. Ao longo dos tempos ela contrasta com a posição secundária e às vezes esmaecida da temática da luta pela democracia”*. (175)

O PCB esteve também com forte presença, na década de 1950, em diversas lutas específicas como movimentos contra a carestia e por melhores salários, a campanha contra o atestado de ideologia e o apoio a candidatos nacionalistas nas eleições para o Executivo e o Legislativo.

No começo da década de 1950, surgiu um movimento nacional, capitaneado por periódicos da grande imprensa, sindicato dos trabalhadores, políticos de vários partidos, juristas e também o PCB, em prol da extinção do atestado de ideologia. Tal instrumento autoritário foi criado em 5 de julho de 1939, através do decreto-lei número 1402, promulgado pelo presidente Vargas, e visava vetar, no serviço público e nos sindicatos, pessoas que professassem ideologias incompatíveis com as normas vigentes. O próprio Vargas, em seu segundo governo, extinguiu o atestado de ideologia, sob forte pressão do movimento nacionalista a que aludimos. Entretanto, na prática, ele teria uma sobrevida para além deste governo. (176)

Frustrada a tentativa de fundar o Partido Popular Progressista e passada a fase sectária do Manifesto de Agosto, os dirigentes pecebistas tentaram, em 1954, criar um novo partido, a Aliança Democrática Brasileira, tendo à frente, como líderes de fachada, Abel

Chermont e Aristides Saldanha. O registro foi negado e o PCB criou a Liga de Emancipação Nacional, que tinha como dirigentes, entre outros, Roberto Morena, Aristides Saldanha, Henrique Miranda, general Edgard Buxbaum, general Leônidas Cardoso, general Felicíssimo Cardoso, general Arthur Carnaúba, coronel Salvador Correia de Sá e Benevides, marechal Graciano de Castilho e Aarão Steimbruck. (177) Em pouco tempo, a LEN passou a ser um centro de referência no movimento nacionalista, infiltrada de comunistas, que nela tinham uma predominância.

As eleições gerais de 1955, foram outro ensejo auspicioso para o PCB emergir mais um pouco da sua clandestinidade, a qual, àquela altura, já não era tão asfixiante quanto fora durante o governo Dutra. Junto com o PTB e formalizando uma aliança com este Partido, com o qual estivera hostilizado até a morte de Vargas, o PCB criou o MNPT–Movimento Nacional Popular Trabalhista, voltado para apoiar a chapa nacionalista expressa pelas candidaturas de Juscelino Kubitschek, pelo PSD, e João Goulart, pelo PTB. Em pouco tempo, foram fundados um sem número de comitês populares JJ (Juscelino-Jango), grande parte dos quais instalados pela estrutura clandestina do PCB. A imprensa pecebista passou a ter essas eleições como tema constante em suas páginas. Os militantes do Partido distribuíam panfletos do MNPT em portas de fábricas, locais de grande movimento, realizavam comícios, etc. Documentos da polícia citavam esses locais de comícios e panfletagem, sem que houvesse repressão. Os próprios jornais do PCB citavam-nos como forma de divulgação para maior aglutinação. Parecia que o Partido estava sob legalidade.

O MNPT apoiava Jango – parceiro dos esquerdistas, inclusive o PCB, em sua breve passagem como titular da pasta do trabalho – com mais simpatia do que J.K. Vale lembrar que àquela época a eleição para vice-presidente era desvinculada da eleição para presidente da República. Tratava-se de duas eleições concomitantes e autônomas. Havia o risco de se eleger para vice-presidente um candidato antagônico ao candidato à presidência, e vice-versa; como aconteceria, em 1960, com as eleições de Jânio e Jango. Daí que o MNPT enfatizava que *“a presença do Sr. João Goulart na referida chapa (o documento aludia à chapa J-J) reúne de fato as preferências dos trabalhadores do Brasil”* e que era imperativo eleger-se *“o sr. João Goulart e o seu companheiro de chapa, pois, do contrário, a sua*

*atuação como vice-presidente da República seria tolhida e sua eleição nada representaria no cumprimento das reivindicações do MNPT*". (178) Ou seja, era necessário a evitação de que Jango fosse vice de outro candidato que não Juscelino.

Em setembro de 1955, o MNPT ficou impedido, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de fazer campanha eleitoral, por ter interpretado esta instância judicial que o movimento estava fazendo às vezes de partido político, o que infringia o Código Eleitoral da época, em seu artigo 151. Devido a isto, a Comissão Executiva do MNPT emitiu uma nota exortando seus militantes e comitês por todo o Brasil a se desmobilizarem, *"renunciando a toda participação, como entidade, na presente campanha eleitoral"*. A nota dizia ainda que acatava *"a decisão do TSE, não obstante considerar que tal decisão restringe, na prática o direito de livre propaganda eleitoral"*. Imediatamente, a polícia passou a fechar as sedes do MNPT, como fizera anteriormente em relação às do PCB. (179) Como alternativa, o PCB criou os Clubes JJ, com o mesmo propósito do extinto MNPT.

O apoio à chapa J-J não era apenas político-ideológico. Segundo relatório do general Ferdinando de Carvalho, os dirigentes pecebistas haviam firmado um acordo eleitoral com dirigentes do PSD e do PTB, pelo qual, entre outros pontos, o PCB seria legalizado e o Brasil estabeleceria relações diplomáticas e comerciais com a URSS, caso JK fosse eleito presidente da República. (180)

A legalização não sairia; mas, a partir do governo JK, o PCB passaria a atuar quase tão ostensivamente quanto qualquer outra organização política. A sua influência no movimento progressista aumentaria gradualmente; no entanto, diferentemente do período de sua efêmera legalidade, ele sofreria pungente concorrência por parte de outros atores político-ideológicos do espectro esquerdista, como veremos mais adiante.

## **ESTRUTURA ORGÂNICA DO PCB**

Duverger está prenhe de razão quando afirma que o militante comunista é alguém tomado pelo partido. *"(...) Toda a sua vida profissional está assim enquadrada no partido, dominada pelo partido, consagrada ao serviço do partido. De igual forma, seus lazeres:*

*grande parte deles é absorvida pelas reuniões do partido, do sindicato, ou dos organismos anexos: Partidários da Paz, Associação França-URSS, etc; a que resta é organizada pelas atenções do partido: associações esportivas comunistas, centro de férias da juventude comunista; sessões de cinema comunistas; clubes literários ou artísticos comunistas; exposições e conferências comunistas partilham entre si os 'divertimentos' do partidário, além de festas quermesses e piqueniques comunistas. O partido penetra também na sua vida familiar: normalmente sua esposa está inscrita na União das Mulheres Francesas e em diversos comitês de donas de casa; seus filhos estão englobados na União Republicana da Juventude Francesa e suas filiais. Não há mais distinção entre a vida pública e a vida privada: só existe uma vida partidária.” (181)*

Stálin ia mais longe ainda ao asseverar que somente poderia ser membro do partido comunista aquele que “*considerar seu dever fundir seus desejos com os desejos do Partido e atuar em conjunto com o Partido*”. (182)

Mais ou menos assim acontecia com o PCB, descontando-se o fato de que Duverger está tendo como base o Partido Comunista Francês, que tinha mais recursos financeiros que o seu congênere brasileiro, estava inserido em um país desenvolvido, de grande tradição cultural e gozando de legalidade.

O PCB era como se fosse uma grande família. Para a analogia ficar mais condizente com a realidade, podemos dizer que era como se fosse uma grande família patriarcal. Na qual Prestes era o grande patriarca. Uma família que se mantinha da contribuição de seus membros (contribuições mensais, venda de rifas, jornais, revistas, festas com rendas para o Partido, etc.) e os protegia quando presos, quando necessitados, quando doentes, etc. Ajuda esta extensiva aos familiares desses membros. Pertencer ao PCB, como pertencer a uma família, era um compromisso para toda a vida. Entrar para um partido comunista era (e continua sendo) como um casamento, isto é, uma opção “até que a morte nos separe”. Formava-se, assim, uma entidade partidária, a qual era, no mais das vezes, maior do que qualquer outra na vida do militante. Maior do que a identidade familiar, por exemplo. Pertencer ao partido comunista era estar tomado pela sensação de missão revolucionária, isto é, de ser alguém que estava contribuindo – pelo simples fato de pertencer ao partido –

para a revolução socialista, a qual viria, mais cedo ou mais tarde, inexoravelmente. Essa certeza era que amalgamava, dava solidez, a essa reunião chamada partido comunista. Todos viviam para um objetivo comum: a realização da revolução socialista, o que significa dizer a construção de um novo mundo.

Como toda a instituição, o PCB tinha as suas regras, as quais eram de uma sólida rigidez. Essas regras equivaliam aos estatutos, que regiam o Partido e, especialmente, a vida de cada membro. Representavam, como asseverara Prestes em uma de suas intervenções contra os “abridistas”, durante as discussões em torno do XX Congresso do PCUS, “*a lei interna do Partido*”. (183)

Os estatutos pecebistas, como toda a estrutura orgânica do PCB, seguiam o paradigma do PCUS. Diziam que o PCB era “*a vanguarda política da classe operária*”, orientado pelo “*marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário*”, o que na prática implicava seguir os princípios do PCUS. Em 1961, como vimos, esta orientação foi suprimida para efeito de o Partido pleitear sua legalização. Membro do Partido era “*todo aquele que aceita o programa e os estatutos do Partido e que contribui para a atividade deste com os meios materiais e por sua participação em uma das organizações partidárias*”. O membro do Partido tinha direitos e deveres, dentre estes podemos destacar: zelar pela unidade do Partido; “*manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa das reivindicações destas*”; elevar o seu nível teórico e ideológico; contribuir materialmente e estar ligado a uma organização partidária. Entre os direitos, o mais importante era “*eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes e em geral para qualquer cargo eletivo do Partido*”. Também merecem ser destacados os direitos de criticar, encaminhar opiniões e sugestões a quaisquer instâncias partidárias. Qualquer membro poderia deixar o Partido por livre e espontânea vontade, através de um pedido de demissão oral ou escrito, embora, como colocamos anteriormente, a intenção generalizada era que adesão fosse vista como um “até que a morte nos separe”. Era entendido que o membro abandonara o Partido quando deixasse de contribuir pecuniariamente por seis meses e deixasse de participar de atividades de sua organização pelo mesmo período, isto se insistisse em “*manter essa atitude depois de esgotados os esforços para que a*

*reconsiderar*”. O centralismo-democrático era visto como “*o princípio diretor da estrutura e do funcionamento do Partido*”. A ele estavam submetidos todos os membros, tidos como “*iguais em direitos e deveres e decidem sobre todas as questões do Partido*”. O preenchimento de quaisquer cargos se dava por meio de votação direta dos membros ou de seus delegados. Pelo mesmo processo os mandatos poderiam ser revogados. O Comitê Central era o colegiado dirigente do Partido entre um e outro Congresso. Em mãos do Comitê Central ficavam concentrados, quase que de forma autônoma diante das organizações intermediárias e de bases, os poderes decisórios do Partido, pois a ele cabia, entre outras, as seguintes prerrogativas: convocar a realização do Congresso, instância máxima orgânica; estabelecer “*o número de delegados ao Congresso e as normas preparatórias deste*”; “*dirigir toda a atividade partidária em cumprimento às resoluções do Congresso*”; nomear e substituir os responsáveis pela imprensa pecebista; administrar as finanças do Partido; eleger a Comissão Executiva (o núcleo dirigente), o secretariado geral e o secretário-geral, isto é, o membro mais elevado na hierarquia. Além do Comitê Central, do Secretariado Geral e da Comissão Executiva, que eram os órgãos dirigentes do Partido, havia as organizações intermediárias e as organizações de base. As primeiras eram as organizações distritais, municipais e estaduais ou territoriais. As segundas eram vistas como “*o alicerce de toda a organização do Partido (...) são constituídos, cada uma, dos membros do Partido que trabalham numa mesma empresa ou residem numa mesma área determinada de moradia*”. (184)

Acabamos de ver trechos da “lei interna do PCB” aprovada pelo V Congresso, em 1960. Anteriormente e posteriormente os estatutos apresentaram algumas modificações em relação a estes do V Congresso; entretanto, a essência sempre continuou a mesma, a qual era derivada da teoria leniana de “partido guia do proletariado”.

A Comissão Executiva já fora chamada de Presidium, Bureau Político ou simplesmente Núcleo Dirigente. Houve tempo que ao invés de Comitê Central se dizia Comitê Nacional. As organizações de base já foram células. Antes da Conferência da Mantiqueira, havia a tradição de células de ruas e de setores profissionais. Após ela, a ênfase foi nas células de empresa. O Partido possuía diversas comissões, todas

subordinadas ao CC: finanças, imprensa, mulheres, camponeses, estrangeiros, organização, agitação e propaganda, juvenil, técnica, sindical, estudantes, intelectuais e anti-militar. As reuniões principais do Partido obedeciam certas normas. Ao Ampliado só podiam comparecer membros da Comissão Executiva, do CC e dirigentes dos comitês estaduais. À Conferência Nacional: membros da Comissão Executiva, do CC e dirigentes dos comitês estaduais e municipais. Já o Congresso era a reunião mais ampla do Partido, à qual era aberta a delegados de todo o PCB, em todo o país. (185)

Se os estatutos regiam a disciplina interna, a estrutura orgânica, o programa, elaborado por uma comissão designada pelo Comitê Central e a ele subordinada, regia o que fazer pecebista, isto é, a sua linha tático-estratégica, baseada em leitura das realidades internacional e nacional. Os programas do PCB seguiam um padrão de análise que podemos denominar ortodoxia do movimento comunista internacional: primeiro se analisava a totalidade do mundo de uma forma estrutural e, depois, conjuntural, a seguir, lia-se as realidades estrutural e conjuntural da América Latina, para somente então chegar-se especificamente ao Brasil, que também era submetido ao mesmo tipo de análise. A conjuntura era vista como um efeito da estrutura, daí a necessidade de se ler a ambas. Havia uma cadeia de estruturas e conjunturas interligadas de uma maneira pretensamente dialética. Essa leitura padronizada, ortodoxa, seguidora das análises do PCUS, foi responsável, em grande parte, por enquadrar o Brasil, durante quase todo o século XX, na tipologia dos países semi-coloniais e semi-feudais, o que determinava uma estratégia etapista para a revolução brasileira e táticas de reboque à “burguesia nacional”. Foi responsável também por defender para o Brasil e para todos os países semi-coloniais e semi-feudais a predominância da revolução pela via pacífica, devido ao fato de a situação internacional estar “marchando para o socialismo”. Enfim o programa era o guia para o pragmatismo dos partidos comunistas entre um congresso e outro, assim estava previsto na teoria leniana de “partido guia do proletariado”: *“(…) sem um programa, não pode o partido existir como organismo político mais ou menos integral, capaz de manter, em todas as ocasiões, firmemente sua linha em cada mudança nos acontecimentos. Sem uma linha tática, baseada numa estimativa da situação política em curso e fornecendo respostas*

*precisas às 'questões difíceis' do momento, é possível haver um pequeno grupo de teóricos, mas não uma unidade política operante".* (186)

Os militantes de base exerciam freqüentemente a função de executores de tarefas ditadas de cima, que deveriam ser inquestionáveis. Era comum documentos de órgãos dirigentes exortando os militantes a desempenharem determinadas atividades. Alguns desses documentos se apresentavam sob a forma de circulares, como a *Circular Política nº 1*, do Secretariado nacional, datada de 18 de agosto de 1945, dirigida a “*todos os Comitês Estaduais e Territoriais do Partido Comunista do Brasil*”, determinando que estes comitês conchassem seus militantes a fazer pregações em suas células sobre a importância do discurso de Prestes no Pacaembu, no dia 15 do mês anterior. O documento elencava vários pontos do discurso que deveriam ser divulgados e de que maneira. Não havia espaço para os militantes colocarem sua consciência crítica. Isto era uma prática comum no PCB. Encontramos vários documentos como o supracitado, com as diretrizes já traçadas, as quais os militantes deveriam cumprir. (187)

O PCB como as organizações anti-sistema em geral, sempre foi cauteloso no que se atinha à segurança de seus membros, os quais deviam tomar certos cuidados, seguir certas normas, principalmente em tempos de clandestinidade, como as que se seguem, baixadas no pós-cassação do Partido. Por essas normas, cada militante só deveria conhecer sobre o Partido o “*indispensável para executar o seu trabalho*”, “*não marcar pontos no centro da cidade*”, “*não esperar mais de dez minutos no ponto*”, “*não marcar ponto de mais de três companheiros*”, “*demorar no ponto apenas o tempo necessário*”, “*abordar o camarada com naturalidade*”, “*marcar pontos em lugares onde haja pretexto para ficar parado*”, “*fazer reuniões mais rápidas possíveis*”, “*não fazer reuniões em cafés*”, “*as residências dos militantes devem ser, o mais possível, desconhecidas dos demais camaradas*”, “*não armazenar material em casa*”, “*não anotar pontos de encontro*”, “*não anotar endereços*”, “*guardar tudo que possível de memória*”, “*não deixar recados escritos*”, “*o princípio básico perante a polícia é não prejudicar a organização*”. (188)

Um ponto-chave do investimento pecebista referia-se à formação político-ideológica de seus membros. Era algo tão significativo que constava, nos estatutos, como uns dos deveres dos membros obter e desenvolver tal formação.

Havia cursos específicos para neófitos, quadros intermediários e até para dirigentes. No entanto, menos que fornecer uma educação com base em teóricos marxistas, os cursos visavam doutrinar os seus alunos, domesticá-los em ensinamentos dogmatizados, difundidos sobre a orientação do PCUS. Alguns teóricos marxistas eram simplesmente descartados de serem objeto de estudo; entre os quais, o “traidor-mor” Trotski, Rosa Luxemburg, os “renegados” Kautsky e Plekhanov. Não-marxistas praticamente não eram dados a serem conhecidos pelo público pecebista. Apesar de Marx, Engels, Lênin, Stálin e alguns “teóricos” soviéticos serem citados com frequência na literatura do PCB, os cursos, em geral, não consistiam em estudos de suas obras, mas eram baseados em apostilas que reproduziam aquilo que os dirigentes desejavam que os militantes conhecessem. Ou seja, essas apostilhas propagandeavam os documentos do PCB, do PCUS, do Komintern, além de outros que eram do interesse da direção pecebista, à qual estavam subordinados não somente os cursos, mas toda a formação político-ideológica. Era ensinado que o Brasil era um país semi-feudal e semi-colonial, que o mundo marchava para o socialismo, que Stálin era o “guia genial dos povos”, que os latifundiários formavam uma aliança com o “imperialismo ianque”. Em um “Curso para Dirigentes, volume I”, havia uma apostila com os seguintes tópicos, entre outros: “o regime dos latifundiários e grandes capitalistas”, “a dominação imperialista norte-americana”, “a revolução antiimperialista e antifeudal”, “o programa do PCB”, “a revolução democrática popular é inevitável e necessária”, “ganhar as massas para a frente democrática de libertação nacional”, “cada comunista é um dirigente de massas”. (189)

Os cursos seguiam os cânones do stalinismo. Quando o trotsquismo era o grande inimigo, não podia faltar doutrinação contra esta corrente nos PCs do Komintern. O programa de um curso da década de 1930, no pós-1935, trazia os seguintes itens: “I. O método dialético, II. Capitalismo e socialismo, III. Estrutura econômico-social do Brasil, IV. Caráter da revolução brasileira, V. A frente única, VI. O partido comunista, VII. Questões

de organização e VIII. *Questão sindical*”. Na capa havia a seguinte advertência de alguma instância superior: “*Note bem: É preciso modificar a exposição de certos temas deste programa. É necessário incluir um tema sobre o trotsquismo (Resolução da IC)*”. (190) Ou seja, a 3ª Internacional tinha baixado uma resolução para todos os seus partidos filiados, no sentido de que fosse criada uma imagem depreciativa do trotsquismo. Outro exemplo é o “*Curso de Férias para a Juventude comunista*”, ministrado por Fragmon Carlos Borges, também sob a forma de apostilas. Os jovens pecebistas deveriam aprender que “*o imperialismo prepara a guerra em escala mundial*”, que os dois objetivos do imperialismo eram “*escravizar os povos pela força e esmagar as forças do socialismo*”. Constava uma entrevista com Stálin, da qual eram destacados pontos que deveriam ser assimilados. O Manifesto de Agosto era um documento apresentado aos alunos sob a forma de perguntas e respostas. (191) O “*Caderno do Propagandista nº I*”, era uma apostila destinada a ensinar a estudar o Manifesto de Agosto. A apostila colocava perguntas e ela mesma as respondia. Ou seja, a pergunta era apenas um meio de dirigir a atenção do estudante para o que deveria ser assimilado. Perguntas como: “*O Manifesto afirma que o imperialismo ianque quer a guerra através da qual visa conquistar a dominação mundial. Quais os fatos que comprovam o Manifesto?*” “*O Manifesto afirma que o imperialismo americano quer arrastar o Brasil à guerra, quer transformá-lo completamente em colônia fornecedora de matérias primas, bases estratégicas e carne de canhão. Quais os fatos que comprovam esse criminoso objetivo do imperialismo americano em nosso país?*” “*Como lutar para atingir os objetivos revolucionários apontados por Prestes?*” As respostas deveriam ser buscadas no próprio Manifesto, de forma que as apostilhas eram como se fossem catecismos. (192)

Cursos como estes eram o principal veículo de doutrinação dos membros desse PCB “refundado” com a CNOP e a Conferência da Mantiqueira. Entretanto, a formação político-ideológica se dava também por vários outros meios, como a criação de uma editora (Vitória) para a publicação de livros de Marx, Engels, Lênin e Stálin, além de outros, a criação de vários jornais, que iam trocando de nome para fugir à repressão policial: Tribuna Popular, Imprensa Popular, A Classe Operária, Voz Operária, Hoje, Notícias de hoje, Novos Rumos, etc. ademais os comitês regionais e municipais tinham os seus próprios

periódicos, alguns sob a forma de boletins, outros sob a forma de jornais. O Partido investia também na confecção de folhetos, brochuras, apostilas, panfletos... A revista Problemas se apresentava como o órgão teórico do Partido e era diretamente ligada ao CC. A grande maioria de seus artigos era de autoria de “teóricos” soviéticos e de dirigentes pecebistas. Uma outra revista que merece destaque é Estudos Sociais, dirigida por Astrogildo Pereira e secretariada por Armênio Guedes, tendo por objetivo, no dizer deste último, desenvolver textos teóricos com base no marxismo e também ser aberta a intelectuais progressistas fora do PCB; embora o CC defendesse que ela fosse sua porta-voz. Acabou que em mãos de Astrogildo e Guedes, a revista gozou de relativa independência. (193) O mesmo Armênio Guedes afirma que em termos de formação político-ideológica, a direção pecebista investia mais em agitação e propaganda do que em teoria. (194) Não obstante, havia relativa facilidade de os militantes terem acesso aos clássicos do marxismo, devido ao fato de a Editora Vitória publicá-los e também porque os mesmos eram citados freqüentemente em documentos. Havia apostilas, como uma destinada ao estudo da Resolução Política do VI Congresso, que, ao final de cada capítulo, indicava livros de Marx, Engels e Lênin como leitura complementar e mais aprofundada. (195) Em debates internos do Partido, como o motivado pelo XX Congresso do PCUS e as discussões sobre as teses dos V e VI Congressos, percebe-se que vários militantes, sobretudo os dirigentes, tinham um conhecimento dos clássicos marxistas, embora a interpretação dos mesmos fosse, em geral, dogmática. Segundo Armênio Guedes, um dos livros mais divulgados no PCB era a *História do Partido Comunista da União Soviética* (196), dotado de um caráter apologético aos bolcheviques. Em uma das primeiras reuniões desse “novo” PCB oriundo da Conferência da Mantiqueira, Maurício Grabois, então Secretário Nacional de Divulgação, apresentava o seu *Informe de Divulgação ao Comitê Central*, no qual dizia que “*um dos grandes problemas que o Partido tem a enfrentar é o do melhoramento do nível político, teórico e ideológico de seus quadros*”, lembrando que a III Conferência Nacional (1946) resolveu “*indicar a todos os seus membros o estudo da História do Partido Comunista da URSS (...) Esta grande obra deve ser estudada e discutida por todos os militantes do Partido, pois dessa maneira se desenvolverão bastante no sentido de sua capacitação*”

*ideológica*". Até então, antes da Declaração de Março, a idéia geral era que o PCB tinha que repetir os passos revolucionários do PCUS, daí a importância de se estudar a história desse partido. Grabois anunciava a programação de publicações de livros marxistas pelo partido e defendia a criação de uma revista teórica, que viria a ser Problemas, além de ver a necessidade de se investir em divulgação através do rádio, cinema e vitrola, sobretudo buscando alcançar o público analfabeto que representava *"cerca de setenta por cento da população brasileira"*. Ele também defendia a necessidade de o PCB atrair intelectuais para as suas fileiras. (197) Esta era uma das maiores dificuldades do Partido. Nos debates do V Congresso, Rui Facó escreveu um artigo no qual considerava a importância de o PCB abrir um espaço maior para os intelectuais e questionava um certo trecho: *"Por que muitos intelectuais honestos se afastaram do Partido?"* Ele próprio respondia: *"Devido principalmente à política errada do Partido para com os intelectuais. A presença de intelectuais no Partido foi sempre encarada com sectarismo. Achava-se que o intelectual que vinha para o Partido devia abdicar antes de tudo à sua condição de intelectual. Era como se esta fosse um opróbrio, uma vergonha, uma falta da qual deveria livrar-se"*. (198) Segundo Armênio Guedes, *"havia preconceitos contra intelectuais, tanto de parte do grosso do CC, quanto de parte do Partido em geral"*. Ele cita Caio Prado e Astrogildo como vítimas desse preconceito. (199) Em seu livro, *A democracia e os comunistas no Brasil*, Leandro Korder mostra que intelectuais como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Brecht, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Astrogildo Pereira, Origenes Lessa, Ralph Fox, Franz Mehring, Louis Aragon, Máximo Gorki, JBS Haldane e Carlos Rafael Rodrigues tiveram textos seus publicados na *Tribuna Popular*, em *"uma seção semanal de três páginas dedicadas à cultura"*. Era uma fase em que *"muitos intelectuais de prestígio se aproximavam"* e havia respeito até para com os que divergiam *"honestamente"* dos comunistas: Gilberto Freyre, Luiz Jardim, Sérgio Milliet, José Lins do Rego, Otávio Tarquínio de Souza, Lúcia Miguel Pereira, Prudente de Moraes Neto e Sérgio Buarque de Hollanda, entre outros. A fase do Manifesto de Agosto mudaria essa aproximação e *"os intelectuais que não eram militantes ou simpatizantes do PC perdiam automaticamente*

*qualquer importância como interlocutores. Eram, ao contrário, tipos suspeitos, desqualificados”.* (200)

O certo é que os intelectuais, no PCB, não ocupavam cargos importantes na direção; diferentemente dos partidos social-democratas Alemão e Russo na época de Rosa e Lênin e o futuro Partido Comunista Italiano de Gramsci e Togliati, quando vários intelectuais, como estes citados, eram também dirigentes. Evitar intelectuais no CC – o único admitido fora Astrogildo Pereira, ainda assim como suplente – era uma maneira de a direção burocratizadora conservar o monopólio do poder. A oligarquização orgânica pecebista era um espantinho à aproximação de intelectuais. Michels afirma, não sem razão em grande parte, que as massas gostam de chefes; são-lhes gratas e reconhecidas; têm a necessidade de serem dirigidas e guiadas. Podemos acrescentar: com os intelectuais ocorre justamente o inverso. Um Partido político – sobretudo os comunistas – sem intelectuais perde em prestígio e em qualidade. Lênin percebeu isto e estruturou o POSDR através de uma hierarquização segundo a qual tinha mais poder quem tinha mais saber. Gramsci seguiu o modelo leniano e colocou mais peso ainda sobre os intelectuais, tendo-os como espécies de reis-filósofos platônicos. Com a era stalinista, passou a haver a caça a quem pensasse, quem questionasse, fosse criativo. O PCB, como os demais PCs, adotou essa resolução.

Michels mostra que o poder tem uma tendência atávica a centralizar-se e a perpetuar-se, tendo os chefes o gosto natural pelo mando e os chefiados o gosto pela obediência. Deste ponto de vista, a burocracia é o grande alicerce do poder: ter em mãos a máquina burocrática é ter em mãos o poder. Marx já compreendera isto em seu estudo concreto sobre o governo de Luís Bonaparte. Weber defende a mesma tese em sua sociologia do poder. Hobbes, muito antes, pregava a necessidade de uma burocracia descomunal, leviatã. De forma que a oligarquização orgânica de que trata Michels, e como ele próprio reconhece, é muito mais objetiva do que subjetiva. Está depositária da “lei de ferro da oligarquia”. Independe da vontade dos chefes e dos chefiados. Discordando de uma absolutização dessa “lei”, poderíamos dizer que uma democratização subjetiva bem mais forte é capaz de conter a objetivação da oligarquização orgânica. Mas, continuando... Do ponto de vista do senso comum quanto mais adeptos tiver um partido político, ou uma

organização qualquer, mais ele tenderá para uma democratização interna. Michels afiança que não, com base em estudos empíricos de partidos políticos, sobretudo os socialistas, e organizações diversas, além do próprio sistema representativo liberal. Para ele o crescimento de uma organização, em número de adeptos e de finanças, torna mais complexa a sua máquina burocrática, provocando um maior afastamento dos chefes em relação aos chefiados, havendo necessidade compulsória de mais saberes técnicos e científicos, os quais excluem as bases dos poderes decisórios. Esses saberes ficam subordinados aos chefes, sob o seu controle e a seu favor. Ele vê a imprensa como “*um forte fator de conquista, de conservação e de consolidação do poder dos chefes sobre as massas*”. (201)

Os argumentos de Michels, que acabamos de expor, encaixam-se, em certos aspectos, no PCB, se considerarmos que a direção concentrava os poderes decisórios fundamentais, como o controle da máquina burocrática, a prerrogativa de convocar o Congresso e de elaborar as suas normas e as suas teses, de dirigir a imprensa partidária e a formação político-ideológica. Além disto, dirigia as comissões partidárias: finanças, organização, sindical, técnica, agitação e propaganda, etc. Todo esse mecanismo controlado pelos chefes fazia com que o PCB, como os demais PCs fosse, contrariando a dicotomia duvergiana, um partido de massas controlado por um partido de quadros. O PCB tinha características gerais de um partido de massas: seus membros, desde os dirigentes até os militantes de base, eram predominantemente de origem popular; suas ações, salvo alguns conchavos com governantes e dirigentes partidários, aconteciam no movimento de massas e em favor deste. Entretanto, era como se dentro e acima desse partido de massas se incrustasse um partido de quadros. Não por acaso, havia uma espécie de perpetuação no poder, como se os cargos diretivos fossem vitalícios. Prestes, por exemplo, ficou como secretário-geral por 37 anos consecutivos. Sem contar que desde 1935 ele era o maior líder não só do PCB mas do grosso do movimento esquerdista no Brasil. Então foram 45 anos como chefe do PCB. Isto, a despeito de o partido ter um cunho revolucionário, conduz, na prática, a um conservantismo. Se tomarmos os dirigentes pecebistas que formaram a CNOP, em princípios da década de 1940, veremos que todos eles – salvo os que foram

expulsos por professar “ideologias estranhas ao proletariado”, por serem “fracionistas”, “inimigos do povo e do proletariado”, por terem atentado contra a “unidade do Partido”, por terem optado pela luta armada no pós-1964 – continuaram sendo dirigentes até o momento de sua ruptura com Prestes em 1980. Ou seja, mais ou menos 40 anos monopolizando a fala, a máquina, a ideologia e a política pecebista. Isto também conduz ao conservantismo; reforça a oligarquização orgânica; impede o surgimento de novos quadros dirigentes, tolhe o crescimento qualitativo-quantitativo do partido. Será que da CNOP até o desfecho da luta cupulista, em 1980, não surgiram novos líderes, militantes com qualidades para dirigir. É evidente que sim. Alguns até chegaram ao Comitê Central, mas não sem rezarem pela cartilha dos dirigentes, ou por cooptação dentro da luta cupulista pelo poder. É quase certo que não houve nenhum quadro que tenha chegado a dirigente sustentando uma oposição de fundo com o Comitê Central.

A impossibilidade de convivência de oposições era algo imanente à história do PCB, como relata Pedro Motta Lima, um dos criadores da imprensa pecebista durante a República de 46.

*“Nossa tradição de luta interna infelizmente não é das melhores. Talvez isso não ajude a convergência de esforços honestos em busca da unidade de pensamento de maneira a isolar mais rapidamente as influências estranhas e as posições de classe não proletárias. Ao longo de toda uma história de trinta e oito anos, o que ressalta, ao contrário, é a esquivança à autocrítica, a ausência de estímulo à crítica, sobretudo à de baixo para cima e, sistematicamente, a coerção que afogava opiniões, de modo às vezes tão brutal e tão doloroso para muitos de nós”. (202)*

Ser membro de um partido comunista não é necessariamente ser marxiano. Os membros do PCB, em geral, desde sua direção até as bases, são um relevante exemplo disto. Ser marxiano é ter Marx como matriz de pensamento e ir além dele, dialogando com a realidade e com outras formas de pensamento, do passado e do presente. Neste sentido Marx foi marxiano, mas muitos marxistas não o foram e não o são. Os pecebistas eram membros de um partido dogmatizado, fechado em alguns chavões de Marx, Lênin, Stálin, PCUS e Prestes; principalmente estes. Viveram encerrados em uma redoma. Marx

construiu sua teoria dialogando muito mais com autores dos quais discordava do que com os quais concordava. O PCB fazia justamente o contrário: cerceava tudo fora do receituário; não estabelecia diálogo com seus contrários; não era, portanto, dialético, o que lhe tirava o fundamento marxiano.

## **O IRRACIONALISMO PECEBISTA**

Dizíamos mais atrás que o PCB se assemelhava a uma grande família. A família-partido muitas vezes sobrepunha-se à própria família de cada membro. Por deliberação do centralismo-democrático, um membro do Partido poderia ser designado para ir prestar atividades (clandestinas ou não) em outra cidade ou estado, ficando longe do lar. Isto poderia ser decorrente de uma promoção ou de um castigo e atingia tanto a membros da direção, como a militantes de baixo escalão. O próprio Prestes teve a sua vida familiar conturbada por conta de ser membro do PCB.

Agora, queremos propor uma outra analogia: o PCB como religião. Com isto, defendemos a tese de que o Partido tinha também o seu lado irracional, paralelamente ao racional que mostramos há pouco. O culto à personalidade não teria vingado caso não encontrasse um fértil terreno simbólico nas mentes pecebistas. E este simbolismo estava prenhe de religiosidade, embora o seu contexto fosse um partido extremamente materialista. Religiosidade por que? Principalmente porque aqueles homens e mulheres, os pecebistas, estavam imbuídos da construção de um outro mundo, no qual haveria justiça social, a não exploração do homem pelo homem, enfim, guardando as devidas proporções, uma espécie de paraíso. Esse mundo simbólico, que era o PCB, abria amplas possibilidades de se criar uma dicotomia entre o hoje e o amanhã, o temporal e o utópico, o profano e o sagrado.

Para Durkheim, o espaço sagrado é uma idealização do profano, a este sobreposto hierarquicamente e criado por um pequeno grupo com fins de monopolizar a dominação a seu favor. (203) No PCB da época do culto havia uma sacralização em torno de seus dirigentes, sobretudo Prestes. Mais do que um símbolo, o Prestes dessa época era um ser

sacralizado. O seu passado heróico de comandante da Coluna e as intencões de 1935 e os seus papéis de esposo-mártir e de prisioneiro-mártir facilitaram essa sacralização, a qual foi sobejamente explorada pela direção pecebista. Os discursos de Prestes e dos dirigentes continham elementos sagrados, o que fortalecia a sua aceitação pelos militantes. A imprensa pecebista investia maciçamente em que os documentos do Partido, sobretudo aqueles que traziam mensagens e tarefas que não poderiam deixar de ser absorvidas, como o Manifesto de Agosto, eram emanados de Prestes. Uma religião qualquer diria que eram emanados de Deus. Prestes vivia mais no espaço do sagrado do que do profano. A clandestinidade reforçava esta condição: o que não se vê nem se toca, tende a tornar-se mais crível e reverenciável do que o que se vê e se toca. A sacralização dos discursos de Prestes e dos dirigentes ficava por conta, sobretudo, do apego, do não questionamento, a elementos tidos como tabus: o culto a Stálin, a URSS/PCUS e a Prestes, o centralismo-democrático (que se traduzia por obediência cega ao corpo dirigente majoritário), a unidade partidária (submetida ao CC) e o internacionalismo proletário (que na verdade implicava um seguidismo incondicional ao PCUS).

Quando Prestes interveio nas discussões a respeito do relatório de Khrustchov, fê-lo justamente para exortar o Partido a não profanar esses tabus. Da mesma forma o faria, por exemplo, na expulsão gradual de Barata e no V Congresso. No PCB – como nos demais PCs stalinistas – não importava quem estava com a razão, deixava de tê-la quem “conspurcasse” o sagrado.

Se verificarmos os debates em torno do XX Congresso do PCUS, constataremos que os abridistas foram derrotados basicamente no plano do sagrado. Eles estavam corretos em denunciar os mesmo desvios que Khrustchov denunciara. Entretanto, fizeram-no ocupando o plano racional, o plano do profano, enquanto que o contra-ataque da direção apelou para o plano do sagrado, do qual estava eivado a imensa maioria dos membros do PCB. Eles poderiam ter tido eficácia caso utilizassem uma retórica na qual mostrassem, irracionalmente, que a direção estava violando pontos sagrados do imaginário pecebista.

De modo que, o PCB era movido por certa dose de irracionalismo, semelhante ao tipo ideal weberiano pelo qual os indivíduos desenvolvem suas ações sociais guiados por

valores. (204) Esse irracionalismo que tinha por arrimo os elementos sagrados, os tabus, que vimos há pouco, explica, em grande parte, o fato de o Partido somente ter descoberto que o Brasil era capitalista em março de 1958, através da Declaração de Março. O que vinha do PCUS e o Komintern era sagrado, e para ambos o Brasil era semi-feudal e semi-colonial. Como se opor a isto em plena era stalinista? Somente depois da desestalinização os dirigentes pecebistas tiveram a permissão de ver a realidade brasileira com seus próprios olhos. Então, constataram que ela era capitalista.

Havia um empenho de todos os pecebistas, não somente os dirigentes, em alimentar a simbologia partidária, baseada em seus princípios sagrados. Isto valorizava, engrandecia, a todos; pois o crente se sente mais forte quanto mais o seu deus, a sua religião, o é. Havia, como diria Bourdier, uma alimentação e realimentação do capital simbólico pecebista.

Ir contra os princípios sagrados do Partido, era atentar contra o plano do sagrado, o que tornava seu autor um “pecador”, passível de ser condenado à “fogueira”, após uma “inquisição” em que lhe eram assacadas acusações de fracionista, inimigo do proletariado, inimigo do povo, professor de ideologias estranhas ao proletariado...

As contumazes vitórias dos dirigentes sobre os “hereges” tornavam-se mais fáceis por que todo o conjunto partidário estava sob possessão de uma mesma comunhão em torno dos princípios sagrados. Isto nos leva a questionar: até que ponto os membros do PCB eram eminentemente racionais? Até que ponto alguém se torna militante ou simpatizante de uma organização anti-sistema por uma escolha racional? Não raramente, indivíduos tomam opções de vida movidos mais por valores irracionais do que racionais. As opções religiosas, por exemplo, estão, em geral, carregadas de valores irracionais. Podemos agregar a este argumento o fato de que a ideologia oficial pecebista “vendia” a imagem de que existia uma espécie de paraíso na Terra. Este paraíso era a URSS, onde haviam sido resolvidos, quando não, estavam por serem resolvidos, os problemas fundamentais que obstavam a consecução de uma justiça social sob o regime capitalista. Além disto, pertencer ao “partido de Prestes”, ao “partido guia do proletariado”, ao partido que prometia trazer esse paraíso para o Brasil, ascendia moralmente o militante, mesmo que ele continuasse a ter uma vida material sofrível, como costumava acontecer.

O irracionalismo pecebista não impedia o Partido de usar a sua razão instrumental para implementar ações sociais racionais referentes a fins. (205) Estas estavam no seu mundo profano, fazendo com que o Partido se infiltrasse no movimento nacionalista, assumindo vários pontos-chave; nos sindicatos, idem; encetasse conchavos políticos com o sistema (Ademar de Barros, JK, Jango...), etc.

#### **O CAMPO DO PODER ESQUERDISTA NO IMEDIATO PRÉ-64. A LUTA PELA CONQUISTA DA HEGEMONIA (CONSENTIDA OU PELA FORÇA).**

Apesar de, no imediato pré-64, haver um certo equilíbrio entre as forças esquerdistas e direitistas, estas levavam vantagem no uso da razão instrumental. Entre aqueles havia uma emulação que obstava a formação de uma unidade com vistas à construção revolucionária. Dizemos revolucionária porque àquele momento grande parte das esquerdas estava imbuída deste propósito. Acontece que o que era revolução para um setor esquerdista podia não ser para outros. Havia os tipos de revoluções que o PCB e o PC do B defendiam, os quais vimos definidos em seus documentos. Entretanto, que tipo de revolução queria Brizola, o mais aguerrido e personalista dos esquerdistas? A revolução dos Grupos dos Onze? As reformas de base e algo mais conseqüente? Era (e continua a ser) difícil de saber. E a revolução de Arraes, de Julião, dos sindicalistas, dos marinheiros, dos sargentos? A revolução do POLOP, do POR, da AP e da UNE? E o que pretendia Jango, que os documentos do PCB, acusavam, não sem razão, de conciliar com a direita e com a esquerda? Até moderados, como Celso Furtado, tinham o seu modelo de revolução. Ele escreveu um livro (*A pré-revolução brasileira*) para defender a realização das reformas estruturais (ou de base) como um tipo de revolução a impedir a realização da revolução socialista. Na verdade, ele e os “revolucionários” que citamos eram anti-revolucionários, eram reformistas, exceção feita aos que se diziam marxistas-leninistas (PCB, PC do B, POLOP, POR, ...). Paralelamente, a direita estava também articulanda a sua “revolução”, a única que daria certo. Como conciliar tantas visões dispares a respeito da revolução brasileira? Como costurar uma unidade e elaborar um programa mínimo? Como conciliar

tantas ambições de mando? Brizola e Arraes, por exemplo, ambicionavam ser presidente da Republica. Eram candidatíssimos, embora o primeiro tivesse um impedimento constitucional devido a ser “parente” (cunhado) do então presidente. Numa eventual vitória das esquerdas como seria formado um governo de coalizão, um governo conciliatório? Quem seria o chefe de governo, o presidente da Republica? Brizola, Arraes, Prestes? Brizola poderia reunir mais possibilidades caso as esquerdas alcançassem o poder pela via não-eleitoral, já que pelo processo eletivo formal ele estava descartado pelo impedimento legal ao qual aludimos. Ele era o maior líder da esquerda petebista e da FPN, além de contar com a simpatia dos militares esquerdistas, principalmente os sargentos. Era o ponta de lança das esquerdas, o que mais fustigava a direita, inclusive generais, provocando a ira de setores das classes armadas contra o seu destempero verbal. No dia 7 de maio de 1963, por exemplo, oficiais superiores do Exército se reuniram no Ministério da Guerra para discutir que atitude tomar contra Brizola.

*“A situação de revolta entre os militares em virtude do incidente provocado pelo deputado Leonel Brizola é crescente. Ontem, no Ministério da Guerra, houve reunião informal de oficiais, entre os quais o próprio Chefe do Estado Maior do Exército, que passaram em revista o acontecido (...) Só no I Exército, mais de 500 oficiais telegrafaram ao General Antonio Muricy, entre os quais os Generais Segadas Viana, Orlando Geisel, Arthur Costa e Silva e outros. A impressão dominante é a de que, se o sr. Brizola repetir ofensas contra chefes militares, será inevitável a reação física. Uns querem, apenas, que se lhe raspe a cabeça, enquanto outros mais exaltados falam em matá-lo. No Clube Militar o ambiente é idêntico”.* (206)

Além da retórica irascível, Brizola ganhara destaque por ter praticado atos esquerdistas concretos quando governador gaúcho, sobretudo ao encampar multinacionais estadunidenses, efetuar um modelo de reforma agrária e ter liderado a cadeia da legalidade. Com isto, ele ganhou respeito até de partidos comunistas, como o PCB, o PC do B e o POLOP. A imprensa pecebista sistematicamente o apoiava, não obstante o tivesse como um rival. O PCB apoiara a candidatura Brizola ao governo gaúcho, como apoiou Arraes para o governo pernambucano e outros tantos candidatos nacionalistas. Prestes, em entrevista à

TV Paulista, em fins de janeiro de 1964, portanto às vésperas do golpe, respondeu afirmativamente quando perguntado se Brizola era um revolucionário autêntico e se seria capaz de desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro desempenhara em Cuba. (207)

Pela via eleitoral, Arraes, provavelmente, seria o candidato a ter maior apoio das esquerdas. O seu governo, em Pernambuco, era uma espécie de remanso para esquerdistas de várias matizes. Pela via insurrecional, ele teria chances remotas de chefiar um governo esquerdista, principalmente pelo fato de ter Brizola e Prestes como rivais.

Prestes seria outro a ter poucas possibilidades de chefiar um provável governo das esquerdas. O PCB, com seus quarenta anos de idade (1922-1962), chegava ao pré-64 com mais experiência do que qualquer outro partido ou organização. Estava presente, infiltrado, em postos estratégicos das principais organizações: CGT, PPN, Forças Armadas e burocracia do governo Goulart. A intimidade era tanta que Ivan Ramos Ribeiro afirmou que Jango garantira ao PCB que iria colocar o general Osmino no Ministério da Guerra (embora acabasse por colocar o general Krueel). (208) No entanto, àquela época, como reza a tradição brasileira, os partidos influíam menos do que as lideranças carismáticas. A experiência e as infiltrações pecebistas não impediram que o PCB ficasse à retaguarda da “esquerda positiva” e das “esquerdas negativas”. O Partido não conseguiu avocar o papel de vanguarda, de “guia do proletariado”, muito menos conseguiu colocar em prática a linha política do V Congresso, baseada na construção da revolução antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática, incitada por uma frente única a mais ampla possível. Em alguns momentos, ficou, a exemplo do Congresso Nacional, para usarmos uma expressão de Wanderlei Guilherme dos Santos, em uma expectativa paralisante, como nas revoltas de sargentos e marinheiros, nos arroubos de Brizola e Julião... Prestes, que em 1935 e 1945 monopolizara o controle do campo esquerdista, via-se em disputa com lideranças emergentes, que nem socialistas eram. Não havia unidade na esquerda principalmente por que ele já não detinha mais a hegemonia (Gramsci). 1961 foi um exemplo de que o fato de se ter um líder como referencial, como pólo aglutinador, era uma grande ameaça à direita. Em 1961, o movimento esquerdista, e para além deste, cerrou fileiras em torno de Brizola. Não houve como se desfechar o golpe que já estava articulado. Logo depois, essa unidade

se tornou arrefecida, mesmo por que ela nunca existiu estruturalmente, mas somente naquele momento conjuntural. A bem da verdade, o movimento esquerdista não soube construir uma unidade de contrários. Os seus passos eram estreitamente vigiados pelos órgãos de segurança. A DPS – Divisão de Polícia Política e Social, por exemplo, informava, através de boletim reservado, que o PCB estava ministrando aos seus *“militantes mais credenciados, aulas sobre guerrilha, a fim de formar professores na especialidade, para que os mesmos instrua cursos às bases, em todo o país. Essas aulas estão sendo dadas no Sítio São Bento, em Caxias, Estado do Rio. Segundo informações, as aulas que já estão sendo ensinadas no momento, tem como professores alguns cubanos, que aqui se encontram como ‘turistas’”*. (209)

Pouco mais de um ano depois, um documento da DPS, com carimbo de secreto, indicava que o PCB estava desenvolvendo *“cursos preparatórios de lutas de guerrilhas em vários pontos do país. Os professores são aliciados entre militares com cursos completos de Guerrilhas e Combates de Ruas, tirados em Cuba. Muitos desses elementos são sargentos do Exército, Aeronáutica, Força Pública de São Paulo, Polícia Militar da Guanabara e Brigada do Rio Grande do Sul. É elemento de ligação entre os candidatos a esse curso e as autoridades cubanas, o Dr. Marco Antônio Tavares Coelho”*. (210)

A mesma DPS colheu informes, não se sabe como, de uma reunião ocorrida no escritório eleitoral de Hércules Corrêa, então deputado estadual pela Guanabara, à qual compareceram vários líderes de organizações de base do PCB, além dos dirigentes Marco Antônio Coelho e João Massena, o primeiro candidato a deputado federal e o segundo a deputado estadual. O órgão policial destacava a fala de Marco Antônio Coelho, que anunciava, em tom de bravata, a tomada do governo da Guanabara, a execução de Lacerda no “paredon” e a preparação de greves como meio de se partir para a revolução, alertando: *“Tudo isto pode acontecer agora, mais tarde, amanhã, mas acontecerá, pois os nossos dispositivos estão bem planejados”*. E acrescentava que Brizola, o general Osvino, o governador Mauro Borges (Goiás), Arraes, o almirante Aragão e o general Jair Dantas *“só estão esperando o nosso pronunciamento”*. (211)

Mesmo com radicalismos como estes, verdadeiros ou não, o PCB não conseguia

hegemonizar o campo das esquerdas. E Jango, que após muito tergiversar e pendular para a direita e para a esquerda, inclinar-se-ia mais para esta, ao final de seu governo, com o fito de ver implementadas as reformas de base, que o Congresso relutava em aprovar? Será que ele, conciliador por excelência, latifundiário, agüentaria a pressão das esquerdas? Provavelmente não. JK poderia ser um nome consensual para a formação de um governo esquerdista provisório? Também era quase certo que não, embora pela via eleitoral fosse favorito em tornar-se de novo presidente da República. Para as esquerdas, ele já estava superado enquanto democrata burguês. Estava aquém das reformas de base, o ponto mínimo e premente do consenso esquerdista. Enfim, é difícil, senão impossível, especular a respeito de um provável governo das esquerdas, caso estas alcançassem a vitória sobre a direita, pela via pacífica ou não. A verdade é que as esquerdas no Brasil não tinham uma unidade de comando que teve, por exemplo, o Movimento 26 de Julho, em Cuba. Lá havia um líder único, político, ideológico e militar: Fidel Castro.

Enquanto isso, a direita só fazia convergir e cooptar quadros, como o general Amauri Kruehl do “esquema militar” de Jango. Ela tinha uma unidade para preparar a “revolução”, para dar o golpe e para governar. Na correlação de forças daquela época, poderiam ter vencido as esquerdas ou à direita. Venceu o campo que se preparou melhor, que teve uma maior unidade e um maior poder de destruição.

## **O GOLPE DE 64 COLOCA EM CHEQUE A ESTRATÉGIA DA DECLARAÇÃO DE MARÇO/ V CONGRESSO**

Advertíamos, no começo deste capítulo, que pretendíamos demonstrar que o golpe de 64 viria a colocar em cheque a linha tático-estratégica pela qual o PCB vinha conduzindo-se através da Declaração de Março e do V Congresso. É o que veremos mais à frente.

Os pecebistas viam o avanço das lutas populares entre o período do governo JK e o governo Jango como um forte argumento em favor de sua tese de “via pacífica” ao socialismo. A conjuntura internacional, na qual o mundo socialista fazia frente ao mundo

capitalismo, no bojo da Guerra Fria, fazia com que o PCB, a exemplo dos demais partidos comunistas mundiais, acreditassem que o mundo estava marchando para o socialismo, como se tratasse de uma evolução histórica. Os documentos do partido, por várias vezes, registraram essa impressão. Na Resolução Política do Comitê Central, de setembro de 1960, por exemplo, era reiterado que a revolução socialista brasileira estava vindo na esteira da revolução socialista a nível mundial.

*“A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente de socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças antiimperialistas e democráticas no Brasil”.* (212)

Este argumento que serviu para embasar a tese da coexistência pacífica imposta por Khrushchov, tornou-se o principal arrimo para a tese da via pacífica defendida a partir da Declaração de Março. Ou seja, para o PCUS o socialismo estava tomando o mundo, daí ser mais útil (utilitarismo) investir na coexistência pacífica do que na dispendiosa e ameaçadora Guerra Fria. Também havia lógica em um raciocínio inverso: para o PCUS era mais útil (utilitarismo) a coexistência pacífica – menos despesas com a corrida armamentista, por exemplo –, então eles impuseram a tese de que o socialismo estava, evolucionariamente – chegando. O certo é que os outros PCs, como de hábito, captaram a mensagem. Assim, a via pacífica do PCB era uma sucursal da coexistência pacífica do PCUS. Para alimentar a tese da via pacífica e o “endireitamento” do PCB, tornava-se imperativo que seus dirigentes e militantes repetissem incessantemente que o socialismo estava por vir, como se ele fosse um messias religioso. As mentiras ou os mitos repetidos sistematicamente acabam criando uma imagem de verdade. Prestes, por exemplo, repetia essa “verdade” em quase todas as suas falas, que foram muitas no período em que os pecebistas puderam praticar a política ostensiva, isto é, entre 1958 e o golpe de 64. Uma de suas pregações principais nessa época, era justamente anunciar as boas novas, as quais consistiam na chegada do socialismo. Somente em um mês, março de 1961, conseguimos

localizá-lo em três palestras sobre o tema.

No dia 22, no Cine Colorado, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, Prestes em determinado momento, explicava a história como uma sucessão de transições: *“Vemos que o fascismo e o nazismo caíram e, brevemente, o imperialismo americano também cairá. As transições se sucedem através dos tempos. Primeiro, o colonialismo venceu o feudalismo, depois o capitalismo venceu o colonialismo. Que vai suceder agora? É simples – o socialismo já está vencendo o capitalismo imperialista”*. (213)

Em 27, no Teatro Municipal de Niterói, ele assegurava que *“estamos no início da nova sociedade socialista e no fim do imperialismo”*. (214) No dia seguinte, na ABI, ele reafirmava: *“(…) Meus amigos, está , inevitavelmente morrendo o capitalismo. Enquanto isto acontece, cresce gigantescamente o socialismo. (...) O Brasil marcha a passos largos para essa sociedade. Cuba é o início da nossa revolução”*. (215)

É evidente que essa propaganda ufanista propiciou um relaxamento revolucionário no Partido; equivalia a um comando de ensarilhar armas. Como na tese bersteiniana, era muito mais cômodo esperar a chegada do socialismo pelo evolucionismo pacífico do que lutar para conquistá-lo, conforme orientação do marxismo clássico. A revolução cubana, assim como as guerras nacionalistas de libertação do colonialismo na Ásia e na África, era constantemente usada como exemplo da vitória do socialismo a nível mundial. Acabaria chegando um golpe de direita; este sim, racionalmente preparado. De modo que, a direção pecebista foi, em grande parte, responsável por uma não reação ao golpe de 64; assim como o fora em 1935.

Essa leitura evolucionista, a níveis nacional e internacional, fazia o PCB conduzir-se pelo taticismo passivo de apoiar os “nacionalistas” em sua luta contra os “entreguistas”, vendo a conquista de um governo democrático-nacionalista como a transição para o socialismo. Nesse contexto, as eleições ao Executivo e ao Legislativo apareciam como o momento privilegiado em que os pecebistas mais investiam. Elas eram vistas como o meio tático principal de se alcançar a primeira etapa da revolução socialista: a nacionalista-democrática.

Já nas eleições de 1955, gozando de uma semi-legalidade, os pecebistas apoiaram

Juscelino Kubitschek como se ele fora o próprio candidato do PCB, tal a determinação e o entusiasmo com que o fizeram.

Nem bem ainda estavam definidos os candidatos à sucessão presidencial de 1960, o PCB, à semelhança dos partidos políticos burgueses, já especulava em torno do apoio a um candidato à presidência da República. Em junho de 1959, Prestes já adiantava que os pecebistas deveriam apoiar a candidatura do marechal Lott – a qual ainda não fora lançada –, que àquele momento era o titular da pasta do Ministério da Guerra (216).

Confirmada a candidatura de Lott – entendida pela esquerda em geral como a representante do setor “nacionalista” contra a candidatura “entreguista” de Jânio Quadros –, o PCB logo a ela se engajou com esmero afínco, mesmo sem jamais ter esse apoio aceito por parte do marechal Lott. Este, por diversas vezes não somente desprezou como também repudiou o apoio dos comunistas. Nessas ocasiões, o PCB, mesmo condenando a repulsa do marechal, insistia em apoiá-lo à revelia (217).

O engajamento à candidatura Lott passou a ser visto como o elemento tático fundamental para a consolidação da estratégia nacionalista-democrática vigente. Isto esteve posto em seguidos documentos pecebistas dessa época. Um exemplo relevante é um documento específico sobre as eleições presidenciais de 1960, quando Prestes, em nome do Partido, afirma em determinado trecho: *“Camaradas! Fato político central do ano em curso, na campanha presidencial devemos concentrar decididamente os nossos esforços. Toda a nossa atividade deve ter em conta a necessidade de fortalecer a frente única nacionalista e democrática e tornar vitoriosa a sua causa na sucessão presidencial, a fim de que permaneça aberto o caminho para a constituição de um governo nacionalista e democrático.”*(218).

Com a derrota de Lott, o PCB perdeu a oportunidade de alcançar o “governo nacionalista e democrático” e seu taticismo passou a centrar-se na oposição ao governo Jânio. Nesse momento, a ênfase tática passou do apoio aos candidatos nacionalistas – já que não havia eleições em curso – para o incremento do movimento sindical oposicionista, principalmente através do PUA – Pacto de Unidade e Ação.

Foi no bojo dessas lutas eleitorais e oposicionistas, aliado a outras forças

esquerdistas, que o PCB foi recuperando a sua força de partido de massas, sem no entanto jamais chegar ao que fora no período entre 1945 e 1947. A renúncia de Jânio, em agosto de 1961, reforçou esse poderio do PCB – como da esquerda em geral – e contribuiu para polarizar o embate esquerda-direita, “nacionalistas”- “entreguistas”, na sociedade civil e no Estado.

A ascensão de Goulart à presidência, ainda mais se levando em conta o clima antagônico que a envolveu, foi um fator fundamental a alimentar a polarização que acabamos de sublinhar. O PCB imaginava ter nessa conjuntura a condição – que nunca tivera antes – de maximizar a exploração da frente única – do campesinato à “burguesia nacional” – para transformar o governo Goulart em algo próximo do tão acalentado governo nacionalista-democrático. Acontece que Jango buscava isolar-se dos extremismos de esquerda (brizolismo, comunistas, Ligas Camponesas, etc.) e de direita (sobretudo o lacerdismo), ao tempo em que se esforçava em conciliar com a direita moderada e com a “esquerda positiva”, a qual tinha Santiago Dantas como seu mais fiel representante.

Tanto quanto o Jango desse início de governo, os pecebistas tinham também o cuidado de evitar extremismos no campo das esquerdas. Tinham a indefectível preocupação de policiar seus aliados esquerdistas no sentido de fazerem-nos abstrair propostas que destoassem da tática de formação da frente única ampla e da estratégia nacionalista-democrática. Um exemplo disso está no famoso debate da época, envolvendo Giocondo Dias e Francisco Julião, o qual foi deflagrado em virtude deste último ter declarado à revista *O Semanário*, de 31 de maio de 1962, que no Brasil o momento era propício para se “sair para a revolução socialista”. Giocondo Dias escreveu um artigo (“Teses errôneas e nocivas”) para rebater a proposta de Julião e defender a estratégia-nacionalista-democrática.(219). O líder das Ligas Camponesas replicou através de um artigo (“Giocondo Dias, os comunistas e a revolução brasileira”) no qual atacava a “burguesia nacional” e mostrava que vários países atrasados deram o salto direto para o socialismo (220). O debate foi encerrado com outro artigo de Giocondo (“Etapas da revolução e frente única”), que rebatia o salto direto ao socialismo para o caso da revolução brasileira e reiterava a tese tático-estratégica do PCB (221).

O fato de Jango ter um passado e um perfil esquerdistas fez com que o PCB - e também as outras forças esquerdistas – pressionassem diretamente o seu governo de uma forma que não fizeram com os governos de Kubitschek e de Jânio Quadros. De maneira que, começou a aparecer nos documentos pecebistas a tática de se lutar por exigir do governo “soluções positivas e imediatas”, ou seja, reforma agrária, aumentos salariais, limitações de remessas de lucros das multinacionais, política externa independente, reforma da lei eleitoral (permitindo o voto de analfabetos e praças), etc. (222).

Portanto, o PCB estava sentindo-se parte do governo Jango, buscando guiná-lo para o campo popular, assim como o estava tentando as demais esquerdas.

O surgimento das *Reformas de Base* na pauta política nacional veio acirrar ainda mais a luta entre conservadores e progressistas, ou “entreguistas” e “nacionalistas”, que vinha desenvolvendo-se desde a década de 50. Em essência, era uma luta de classes opondo o capital ao trabalho. A sociedade civil e o Estado estavam polarizados entre os a favor e os contra as reformas de base, que, a despeito de tanta grita em torno de si, eram ainda bastante tímidas, mormente no aspecto fundiário.

Para o PCB, a consecução das Reformas de Base era vista como um fator quase que decisivo para o cumprimento de sua estratégia em conquistar um governo antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático.

Giocondo Dias, por exemplo, que com o processo de lutas internas ascendera à posição de imediato de Prestes, em um artigo intitulado *O Sentido Revolucionário da Luta pelas Reformas*, alertava para o fato de que as Reformas de Base não eliminavam “a exploração do homem pelo homem” e tampouco eram “reivindicações socialistas”, mas que “a sua realização traria como resultados imediatos a limitação do Poder dos monopólios imperialistas e da parte da burguesia a eles ligada: a supressão do monopólio da terra pelos latifundiários e um golpe decisivo em sua perniciosa influência na vida política do país; o aumento da influência do peso político da classe operária e demais classes trabalhadoras; o reforçamento da unidade dos setores progressistas”.

Em suma, as Reformas eram a ante-sala da revolução brasileira: “*Em nossas condições atuais, a revolução brasileira passa pelo caminho da luta de massas pelas*

*reformas de estruturas, pelo caminho da conquista e a realização dessas reformas". (223)*

Em sua famosa entrevista à TV Paulista, a cerca de dois meses do golpe de 64, Prestes ressaltava a importância das reformas de base: *"Nós comunistas pensamos que, no momento atual, dada a situação mundial e a situação brasileira, é possível, mesmo dentro do regime atual, ainda nesse regime capitalista, com essa estrutura que ai está, formar-se um governo nacionalista e democrático que inicie as reformas. Porque uma vez iniciadas as reformas, dela decorrerão modificações na correlação de forças políticas"*. (224)

A essa altura, a direita militar e civil, em aliança com o imperialismo, já estava fortemente articulada no sentido de desferir um golpe de Estado contra a frágil democracia burguesa. René Dreifuss (225) mostra que essa articulação direitista vinha desde a era Vargas, fortalecendo-se nas vicissitudes de sua trajetória até alcançar a capacidade de impor-se pela violência. Entendemos que a base, o fator causal, dessa longa crise - a qual vemos como fruto de um mal de origem: a cultura de autoritarismo que se formou entre nós desde a colonização, perpassando os períodos imperial e republicano - foi infraestrutural. O esgotamento da ISI foi enfraquecendo a acumulação por parte da aliança envolvendo os grandes capitais nacionais e multinacionais, ao tempo em que enfraquecia o poder aquisitivo dos salários. Essa crise infraestrutural refletiu-se a níveis político e ideológico. O resultado foi um acirramento das contradições entre o capital e o trabalho, insubordinando-se este contra camisa-de-força do corporativismo, que o fizera, e fazia (e continua fazendo), arcar com os custos maiores da acelerada modernização por que passara o país. Os trabalhadores saíram às ruas para reivindicar melhores salários e refutar um novo estágio de superexploração do trabalho. Explodiam greves, passeatas. Surgiram centrais sindicais combativas, como o PUA e o CGT. O brizolismo e o lacerdismo eram exemplos de puro radicalismo. As Ligas Camponesas eram uma constatação de que o desenvolvimentismo de JK fora dirigido a beneficiar os grandes capitais nacionais e multinacionais, acrescentando um sólido salto de qualidade a esta aliança. O latifúndio continuava a ser um grande câncer no tecido social brasileiro, continuando a levar milhões de miseráveis a inchar ainda mais as grandes cidades, agravando seus problemas estruturais, como déficit de moradias, de hospitais, de escolas, de saneamento básico e,

principalmente, de empregos. As lutas específicas dos trabalhadores se somavam às lutas nacionalistas, o que aumentava o arco social de alianças contra a aliança já sólida entre os grandes capitais nacionais e multinacionais. As *Reformas de Base* caíram como uma luva nas reivindicações do conjunto das massas de trabalhadores e dos nacionalistas. Por outro lado, iriam aumentar ainda mais a polarização político-ideológica que vinha desenvolvendo-se desde o fim do Estado Novo. A luta política ia cada vez mais passando do “economismo” para o “ideologismo”, sendo este consideravelmente nebuloso no campo da esquerda, ao passo que não o era entre a articulação direitista que se encaminhava para golpear a frágil democracia. Chegou-se a um ponto em que essa luta – que basicamente era uma luta de classes, colocando o proletariado contra a burguesia, e vice-versa – adquiriu um contorno de alteridade: a esquerda teria que derrotar a direita ou esta àquela, e essa vitória não bastava ser no campo eleitoral – pois, pelo menos teoricamente, a esquerda havia ganho nessa arena, com a ascensão de Goulart ao governo –, teria que ser conquistada no campo bélico, como o recente exemplo da Revolução Cubana. O Brasil passava por um radicalismo ideológico e a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra veio a agudizar esse caldo de cultura. Os periódicos do PCB, do PC do B, do POLOP, CGT, etc. sistematicamente enalteciam o exemplo cubano. O aguerrido Brizola fora cognominado “Fidel Castro dos Pampas”. Lacerda ia aos Estados Unidos caluniar o governo Jango. Os militares pró-golpe iam cooptando seus pares legalistas e até alguns do “esquema militar” de Jango, como o general Amauri Krueel. O almirante Aragão e outros raros generais se colocavam frontalmente contra os golpistas direitistas. A embaixada dos Estados Unidos no Brasil, através de seu embaixador Lincoln Gordon, articulava em favor da aliança direitista golpista. O governo Kennedy, ao conceder empréstimos vultosos ao governador Lacerda e a negar empréstimos prometidos ao governo Jango, contribuiu deliberadamente para a vitória da direita. Os sargentos se rebelavam publicamente, os marinheiros idem, estes sob a liderança de um provocador – “cabo” Anselmo – a serviço da CIA. Este órgão de inteligência já atuava nos bastidores da crise brasileira, o ponto alto dessa atuação seria a “Operação Brother Sam”. O desfecho teria de ser radical, como já chamamos a atenção: a direita acabou por vencer as esquerdas confusas em suas rivalidades e ideologias;

substancialmente, o capital (a aliança envolvendo os grandes capitais nacionais e os grandes capitais imperialistas) venceu o trabalho. No entanto, a vitória do primeiro sobre o segundo se deu não pelo simples fato de o capital ser mais forte que o trabalho e pelo simples fato de que, em última instância, o Estado burguês (com toda aquela máquina militar-burocrática que Marx descreve em *O 18 Brumário... e A Guerra Civil em França*) interfere em favor da burguesia. Os representantes do trabalho, as esquerdas, perderam sobretudo no campo militar, tinham menor poder bélico. Derrota esta na qual os fatores político e ideológico tiveram um peso fundamental. Foi fator decisivo o fato de a alta oficialidade das Forças Armadas ter tido uma sólida formação ideológica pró-Estados Unidos, pró-capitalismo-imperialismo, anti-esquerdista e ter uma tradição de relativa autonomia política frente ao Estado e à sociedade civil; tradição de intervir militarmente na “res publica”. A ideologia anti-esquerdista levou a cúpula militar a intervir na política institucional burguesa em favor dos políticos e capitalistas de direita, ou seja, em favor do capital. A ideologia de segurança nacional dos países latino-americanos em geral tem demonstrado, ao longo da história, ser muito mais voltada para combater os inimigos internos (os que se colocam a favor do trabalho e contra o capital) do que eventuais inimigos externos. Tem demonstrado ser uma fundamental força auxiliar na dominação dos grandes capitais nacionais e imperialistas, uma guarda pretoriana a serviço desta aliança. Essa alta oficialidade direitista e entreguista representou um peso decisório avassalador nos conflitos entre capital e trabalho, os quais vimos de ver, pelo elementar fato dela ter sido o único fator político-ideológico a deter um poder fora do alcance dos civis: o poder militar, o poder bélico, o poder do monopólio do uso (i)legal da violência. Isso determinou a vitória da direita, foi o fator fundamental. A vitória direitista no interior da cúpula das Forças Armadas possibilitou que tal vitória fosse transplantada para o Estado e para a sociedade civil. Entretanto, a alta oficialidade golpista, ao contrário de outras épocas (proclamação da República, “Revolução de 30” e golpe do Estado Novo), não interveio com seu poder desestabilizador (para usarmos um termo de José Murilo de Carvalho) para entregar o poder aos civis, mas fê-lo para ela própria colocar-se à testa do poder, em uma espécie de Estado bonapartista.

No dia 31 de março de 1964, aconteceu o golpe de Estado articulado pela direita militar e civil, contando com o apoio fundamental dos Estados Unidos, da Igreja, da grande imprensa e de amplo setor da pequena burguesia. O golpe de 64, colocava em cheque a linha tático-estratégica da Declaração de Março – V Congresso.

## Notas

1. Bureau Político do PCB. “Mensagem ao povo e ao governo do Brasil”, 20/10/38. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 17 A.
2. Bureau Político do PCB. “Carta aberta do Partido Comunista do Brasil ao ministro Osvaldo Aranha”, março de 1939. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 Cont.
3. Bureau Político do PCB. “União nacional contra o golpe e a invasão fascista”, 15/03/39. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 C.
4. Bureau Político do PCB. “Contra o integralismo e o fascismo”, 20/05/39. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 C.
5. Luiz Carlos Prestes. *Cinco cartas da prisão*, Rio de Janeiro, Edições Horizonte Ltda, s/d.
6. Bureau Político do PCB. “Mensagem ao país e ao governo”, 20/10/39. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 Cont.
7. Comitê Regional de São Paulo. *Boletim*, fevereiro, 1939. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 C.
8. Comitê Regional de São Paulo. *Boletim*, fevereiro, 1939. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 16 C.
9. Alzira Alves de Abreu, Ismael Beloh, Fernando Lattman-Weltman e Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão (Coordenadores). *Dicionário Histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, volume IV, Rio de Janeiro, FGV Editora/FGV CPDOC, p. 4267.
10. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
11. Entrevista de João Amazonas a Sérgio Soares Braga e Luciano Cavino Martorano. “O Partido Comunista do Brasil: história e perspectivas”, *Revista de Sociologia e Política*, números 6 e 7, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 86.

12. “A importância da III Conferência nacional do PCB”. *Tribuna Popular*, 27/06/46. Cf. Berenice Cavalcante. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/Ed UFF, 1986, p. 121.
13. Entrevista de João Amazonas a Sergio Soares Braga e Luciano Cavino Martorano, op.cit., p. 87.
14. Amarílio de Vasconcelos. “Os comunistas no movimento de massas”. APERJ. DPS 1849.
15. Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 274-275.
16. Ibidem.
17. Caio Prado Júnior. *História econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1977.
18. Florestan Fernandes. *A Revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
19. Hersch W. Basbaum. *Cartas ao Comitê Central. História sincera de um sonhador*, São Paulo, Discurso, 1999, p. 104.
20. “A II Conferência Nacional”. *Classe Operária*, 06/07/46.
21. “Relatório da DPS sobre o PCB”, s/d. APERJ. DPS 6, 1º volume, fl. 330.
22. APERJ. DPS 1843, fl. 15.
23. Os discursos de Prestes estão na íntegra em, por exemplo, Luiz Carlos Prestes. *Problemas atuais da democracia*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, s/d. A entrevista está em Folha da Manhã, 27/04/45 e foi reproduzida em Edgard Carone, *Terceira República*, São Paulo, DIFEL, pp. 517 – 522.
24. *Tribuna Popular*, 04/11/45.
25. Francisco Weffort. “Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura do pós-guerra”, São Paulo, *Estudos CEBRAP*, número 4, 1973.
26. Ibidem, p. 96.
27. Arnaldo Spindel, *O Partido Comunista na gênese do populismo*, São Paulo, Símbolo, 1980, p.22.
28. Ibidem, p. 23.

29. Ibidem, pp.23–24.
30. Ricardo Maranhão. *Sindicatos e democratização*, São Paulo, Brasiliense, 1979.
31. Evaristo Giovanneti Netto. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*, São Paulo, Editora Novos Rumos, 1986, p. 41.
32. Ibidem, p. 43.
33. Ibidem.
34. Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
35. Arnaldo Spindel, op. cit.
36. Evaristo Giovanetti Netto, op. cit., pp. 52-53.
37. Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo, Alfa–Omega, 1978, p. 192.
38. Robert Michels. *Sociologia dos partidos políticos*, Ed. UnB., 1982.
39. Tribuna Popular, 07/12/45. APERJ. DPS 959, fl. 15.
40. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
41. APERJ, DPS 6, 1º volume, fl. 246.
42. Roberto Morena. “Inútil negativa”, *Novos Rumos*, 08 a 14/07/60.
43. Relatório do detetive Mário Mac Cord, 30/11/51. APERJ. DPS 554, fl.2.
44. Evaristo Giovanetti Netto, op.cit., Cap.3. *O Estado de São Paulo*, 06/2/46 e 14/2/46.
45. Luiz Carlos Prestes. “União nacional para a democracia e o progresso” (Discurso no estádio do Vasco Da Gama), “Organizar o povo para a democracia” e “Os comunistas e a luta pela democracia”, In: *Problemas atuais da democracia*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, s/d, pp. 95-163.
46. Luiz Carlos Prestes. “*União nacional para a democracia e o progresso*”, op.cit., p.83.
47. Moisés Vinhas. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922 – 1974)*, São Paulo, HUCITEC, 1982, p.90.
48. Luiz Carlos Prestes. “União nacional para a democracia e o progresso”, op.cit., p.82.
49. APERJ, DPS 962, fls. 25-27.
50. APERJ, DPS 781.

51. Relatório do delegado Cecil Borer, 27/07/46. APERJ. DPS 552. 1º volume.
52. Manifesto de Janeiro, In: Edgard Carone. *O PCB, 1943 a 1964*, vol. 2, São Paulo, DIFEL, 1982, pp. 72-88. Ver também Problemas, abril de 1948, nº 8, pp. 18-42.
53. Maurício Grabois. “Um ano de lutas sob a bandeira do Manifesto de Agosto”, *Voz Operária*, 28/07/51.
54. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
55. Luiz Carlos Prestes (Pelo Comitê Nacional do partido Comunista Brasileiro), Rio, 01/08/50, *Problemas*, Ano 4, nº 29, agosto-setembro de 1950, p. 03-17.
56. Roberto Morena. “O sentido dos debates”, *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
57. Aydano do Couto Ferraz. “Não podemos cruzar os braços”. *Imprensa Popular*, 29/10/50.
58. *A Classe Operária*, 01/08/51.
59. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
60. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 31.
61. Diógenes de Arruda. “Nosso Partido, nossa tática, nossas tarefas atuais”. Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Central do PCB, fevereiro de 1951. *A Classe Operária*, 15/03/51.
62. Resolução do Pleno do Comitê Central do PCB, fevereiro de 1951, CEDEM-UNESP, ASMOB 03.37,5.
63. Dênis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.
64. “Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil sobre organização e unidade da classe operária” (Resolução Sindical de 1952), julho de 1952.
65. Moisés Vinhas, op.cit., p. 130.
66. Ibidem, p. 139.
67. Comitê Central do PCB. “Barremos o caminho à ditadura ianque”, *Problemas*, nº62, outubro de 1954, pp.3-4.
68. Luiz Carlos Prestes. “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum”. *Problemas*, nº 62, op. cit., p. 9.

69. “Entrevista de Luiz Carlos Prestes sobre a sucessão presidencial”, *Problemas*, nº 65, março de 1955, p. 1.
70. Diógenes de Arruda Câmara. “A situação atual e as tarefas dos comunistas”, *Problemas*, n.º 65, op. cit., pp. 12-13.
71. Moisés Vinhas, op.cit., p.158.
72. APERJ. DPS 6, 1º volume.
73. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
74. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossier 36.
75. Edgar Carone, op.cit., p. 126 e *Problemas*, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, pp. 55-65.
76. Leôncio Basbaum. op.cit., p. 222.
77. *Problemas*, nº 64, op. cit.
78. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossier 36, Documento 01.
79. Leôncio Martins Rodrigues. “O PCB e seus dirigentes”; In.: Boris Fausto (Org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, volume 3, São Paulo, DIFEL, 1981, p. 417.
80. Raimundo Santos. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, pp.71-72.
81. Eliezer Pacheco. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, São Paulo, Alfa-Omega, 1984, p. 203.
82. José Antônio Segatto. *Breve História do PCB*, São Paulo, Ciências Humanas, 1981, p.73.
83. José Antônio Segatto. *Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p.37.
84. Mauro Salim e Milton Freitas. “Do Manifesto de Agosto à Declaração de Março”, *Voz da Unidade*, nº 29, 17 a 23/10/80, p.5.
85. Raimundo Santos. “Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50”; In: *História do marxismo no Brasil*, volume I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 138.
86. Raimundo Santos. *A primeira renovação pecebista reflexos do XX Congresso do PCUS*

- no PCB*, op. cit., p.78.
87. Moisés Vinhas. op. cit., pp.133-134.
  88. Leandro Konder. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.
  89. Marco Aurélio Nogueira. “Apresentação”; In: *PCB: vinte anos de política. 1958-1979. Documentos*, São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
  90. Anita Prestes. A que herança os comunistas devem renunciar, CEDEM-UNESP, Coleção Catulo Branco, pp.18-19.
  91. “Mensagem de Prestes ao XX Congresso do PCUS”. *Voz Operária*, 18/02/56.
  92. “Informe de Khrustchov ao XX Congresso do PCUS”. *Voz Operária*, 17/03/56.
  93. “Resolução do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética sobre o Informe do Comitê Central”. *Voz Operária*, 17/03/56.
  94. “Mito de Stálin demolido no XX Congresso”. *O Estado de São Paulo*, 17/02/56.
  95. “Por que o culto à personalidade é alheio ao espírito do marxismo-leninismo?”. *Voz Operária*, 14/04/56.
  96. Luiz Carlos Prestes. “O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, a importância de seus trabalhos e decisões para a luta de nosso povo pela paz, pelas liberdades e pela independência nacional”. *Voz Operária*, 05/05/56.
  97. Comitê Central do PCUS. “Como foi superada na URSS o culto à personalidade de Stálin”. *Voz Operária*, 14/07/56.
  98. João Batista de Lima e Silva. “Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”. *Voz Operária*, 06/10/56.
  99. “Projeto de Resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, culto à personalidade e suas conseqüências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil”. *Voz Operária*, 20/10/56.
  100. Roberto Morena. “Algumas opiniões sobre o programa e a tática”, *Voz Operária*, 03/11/56.
  101. Victor M. Konder. “As relações com o PCUS, questão prática central”. *Voz Operária*,

- 24/11/56.
102. Osvaldo Peralva. “Inatualidade do núcleo dirigente”. *Voz Operária*, 24/11/56.
103. “Declaração do Comitê Regional do Ceará sobre o culto à personalidade e seus reflexos na atividade do Partido”. *Voz Operária*, 24/11/56.
104. *Voz Operária*, 24/11/56.
105. Ernesto Luiz Maia. “A carta de Prestes e o debate”. *Voz Operária*, 08/12/56.
106. Agildo Barata. “Pela democratização do Partido”. *Voz Operária*, 02/02/57.
107. João Amazonas. “Salvaguardar a unidade do Partido, primeiro dever do comunista”. *Voz Operária*, 02/02/57.
108. Agildo Barata. “Pela renovação e fortalecimento do Partido”. *Voz Operária*, 06/04/57.
109. Resolução do Comitê Central. “Sobre a unidade do Partido”. *Voz Operária*, 20/04/57.
110. Luiz Carlos Prestes. “Informe apresentado ao Pleno do Comitê Central”. *Voz Operária*, 24/07/57.
111. “Entrevista de Prestes sobre a situação política e a unidade do Partido comunista”. *Voz Operária*, 27/07/57.
112. Dênis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982.
113. Carta de Agildo Barata a “Pinheirinho”, 15/10/58. APERJ. DPS 55.
114. Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, São Paulo, Ática, 1999, p. 29.
115. *Ibidem*, p. 30.
116. João Falcão. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Agir, 1993.
117. Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
118. Jacob Gorender, *op. cit.*, p.32.
119. João Falcão, *op. cit.* Moisés Vinhas, *op. cit.*
120. João Falcão, *op. cit.*, p. 201. Jacob Gorender e Marco Antônio Coelho, *op. cit.*, confirmam essa versão.
121. Marco Antônio Coelho, *op. cit.*, pp. 170-172.

122. João Falcão, op. cit., p. 207.
123. Comitê Central do PCB. “Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil”, *Voz Operária*, 02/03/58.
124. Marco Antônio Coelho. “A possibilidade do caminho pacífico da revolução brasileira”. *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
125. “Normas para a publicação de artigos na Tribuna de Debate”. *Novos Rumos*, 22 a 28/04/60.
126. Luiz Carlos Prestes. “Pela legalidade do PCB”. *Novos Rumos*, 15 a 21/04/60.
127. “As teses do Comitê Central para o V Congresso”, *Novos Rumos*, 15 a 21/04/60.
128. Calil Chade. “Um debate oportuno e necessário”. *Novos Rumos*, 22 a 28/04/60.
129. Mauricio Grabois. “Duas concepções, duas orientações políticas”. *Novos Rumos*, 22 a 28/04/60.
130. Mauricio Grabois. “Duas concepções, duas orientações políticas”, 2ª parte. *Novos Rumos*, 29/04/60 a 05/05/60.
131. Pedro Pomar. “Análise marxista ou apologia do capitalismo?”. *Novos Rumos*, 06 a 12/05/60.
132. Jacob Gorender. “Crítica ou falsificação?”. *Novos Rumos*, 13 a 19/05/60.
133. Carlos Danielli. “O caminho da revolução brasileira”. *Novos Rumos*, 13 a 19/05/60.
134. Calil Chade. “A linha oportunista da Declaração”. *Novos Rumos*, 13 a 19/05/60.
135. Mário Alves. “As bases falsas de uma linha falsa”. *Novos Rumos*, 15 a 21/05/60.
136. Mauricio Grabois. “Quem falsifica? Quem deturpa?”. *Novos Rumos*, 27/05 a 02/06/60.
137. Jacob Gorender. “A oposição ‘esquerdista’ e a contradição principal”. *Novos Rumos*, 27/05 a 02/06/60.
138. Fragmon Carlos Borges. “Mauricio Grabois e Cia. Um grupo anti-partidário”. *Novos Rumos*, 03 a 09/06/60.
139. Diógenes Arruda Câmara. “Compreensão autocrítica de nossa política”. 1ª parte. *Novos Rumos*, 03 a 09/06/60.
140. Mauricio Grabois. “Uma defesa falsa de uma linha oportunista”. *Novos Rumos*, 03 a

- 09/06/60. Pedro Pomar. “A ‘democratização crescente’ e a burguesia”. *Novos Rumos*, 09/06/60.
141. Pedro Pomar. “Ainda sobre a apologia do capitalismo”. *Novos Rumos*, 10 a 16/06/60.
142. Mário Alves. “Revolucionarismo em palavras, oportunismo na prática”. *Novos Rumos*, 10 a 16/06/60.
143. “Nota da Comissão de Debate”. *Novos Rumos*, 10 a 16/06/60.
144. João Amazonas. “Uma linha confusa e de direita”. *Novos Rumos*, 10 a 16/06/60.
145. João Amazonas. “A linha atual e as reformas”. *Novos Rumos*, 17 a 23/06/60.
146. Pedro Pomar. “Ainda sobre a apologia do capitalismo”. *Novos Rumos*, 17 a 23/06/60.
147. Giocondo Dias. “A Declaração de Março”. *Novos Rumos*, 17 a 23/06/60.
148. Mauricio Grabois. “Não retornar aos erros do passado, nem perseverar nos desvios do presente”. *Novos Rumos*, 24 a 30/06/60.
149. João Amazonas. “Aspectos inseparáveis da luta revolucionária”. *Novos Rumos*, 15 a 21/07/60.
150. Apolônio de Carvalho. “Sobre o papel do partido e os caminhos da revolução”. *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
151. Marco Antônio Tavares Coelho. “A possibilidade do caminho pacífico da revolução brasileira”. *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
152. Caio Prado Júnior. “As Teses e a revolução brasileira”, primeira parte, *Novos Rumos*, 10 a 16/06/60.
153. Caio Prado Júnior. “As Teses e a revolução brasileira”, quinta parte, *Novos Rumos*, 08 a 14/07/60.
154. Caio Prado Júnior. “As Teses e a revolução brasileira”, sexta parte, *Novos Rumos*, 15 a 21/07/60.
155. Caio Prado Júnior. “As Teses e a revolução brasileira”, sétima parte, *Novos Rumos*, 22 a 28/07/60.
156. Horácio Macedo. “Alguns aspectos do papel da burguesia na revolução brasileira”. *Novos Rumos*, 08 a 14/07/60.
157. Luiz Carlos Prestes. “Por uma justa linha política”. *Novos Rumos*, 29/07 a 04/08/60.

158. Pedro Pomar. “Observações ao artigo do camarada Prestes”. *Novos Rumos*, 12 a 18/08/60.
159. “Resolução Política do Comitê Central”. *Novos Rumos*, 16 a 22/09/60.
160. “Manifesto, programa e estatutos”. *Novos Rumos*, 11 a 17/08/61.
161. “Carta dos 100”. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho. Dossier 13. Documento 28.
162. Comissão Executiva do CC. “Atividades anti-partidárias de um grupo de membros e dirigentes do partido”. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 201, 20/11/61.
163. “Resolução do 3º ponto da ordem do dia da 4ª reunião ordinária do CC”, outubro de 1961. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 203, 22/11/61.
164. João Amazonas e outros. “Para os militantes em geral, para as bases e quadros intermediários”. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 30, 12/06/62.
165. Comitê Central do PCB. “Em defesa da unidade do movimento comunista”, 03/01/62. *Novos Rumos*, 05 a 11/01/62.
166. “Manifesto-programa de fundação do PC do B”, 18/02/62; In: *A linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Caramuru, 1971.
167. Comitê Central do Partido Comunista da China. “Sobre a questão de Stálin. Comentário à Carta Aberta do Comitê Central do PCUS”. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 59.
168. Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Resposta a Khrustchov; In: *A linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil*, op. cit., pp. 26-40.
169. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 10.
170. Tribuna Popular, 30/03/46.
171. Tribuna Popular, 16/04/46.
172. APERJ. DPS 6, 1º volume, fls. 256-265.
173. APERJ. DPS 6, 4º volume. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 39. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 42C.
174. APERJ. DPS 30130. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 194, 21/10/52.

175. Marco Antônio Tavares Coelho, op. cit., p. 127.
176. APERJ. DPS 1048. Vanguarda, 09/02/51. Diário de Notícias, 10/02/51.
177. APERJ. DPS 30131.
178. APERJ. DPS 146, fls. 125-127.
179. *Imprensa Popular*, 21/09/55. Diário Carioca, 21/09/55.
180. Ferdinando de Carvalho. *IPM n° 709*, 1º volume, Rio de Janeiro, Bibliex, 1966, p.225.
181. Maurice Duverger. *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p.153.
182. Diógenes Arruda. “Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido”, Problemas, março-abril, 1952, Rio de Janeiro, p.57.
183. *Voz Operária*, 24/11/56.
184. “Projetos de Estatutos do PCB”. *Novos Rumos*, 15 a 21/04/60.
185. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 59. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 71. APERJ. DPS 1849.
186. Lênin. “De la campagne électorale”. *Le Social-Democrate*, n° 24, 18/10/1911. Apud Jean Charlot. *Os partidos políticos*, Brasília, Ed UnB, 1982, pp. 40-41.
187. Secretariado Nacional do PCB. Circular política n° 1, 18/08/45. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 02.
188. APERJ. DPS 6, 2º volume, fls. 1026-1028.
189. APERJ. DPS 1316.
190. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 11D.
191. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 60.
192. APERJ. Caderno do Propagandista n° 1, São Paulo, agosto de 1951. APERJ. DPS 150, 1º volume.
193. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
194. Ibidem.
195. ABC do PCB. Instrução básica sobre a organização e a política dos comunistas, s/d.
196. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
197. Mauricio Grabois. “Informe de divulgação ao Comitê Central”, s/d. APERJ. DPS 1774, fls. 51-115.

198. Rui Facó. “Os intelectuais e o Partido”. *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
199. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
200. Leandro Konder. *A democracia e os comunistas no Brasil*, op.cit., pp. 59-86.
201. Robert Michels. *Sociologia dos partidos políticos*, Brasília, Ed UnB, 1982.
202. Pedro Motta Lima. *Novos Rumos*, 01 a 07/07/60.
203. Emile Durkheim. *As formas elementares da vida religiosa*.
204. Max Weber. “Conceitos sociológicos fundamentais”.
205. Ibidem.
206. APERJ. Polícias Políticas. Boletim Reservado nº 65, 08/05/63.
207. Entrevista de Prestes à TV Paulista. *Novos Rumos*, 24 a 30/01/64.
208. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 13, 28/01/63.
209. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 41, 07/03/61.
210. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 52.
211. APERJ. Polícias Políticas Boletim Reservado nº 150, 11/09/62.
212. *Novos Rumos*, 16 a 22/09/60.
213. Luiz Carlos Prestes. “A situação nacional e internacional”. APERJ. Polícias Políticas. Boletim Reservado nº 53, 22/03/61.
214. APERJ. Polícias Políticas. Boletim Reservado nº 56, 29/03/63.
215. APERJ. Polícias Políticas. Boletim Reservado nº 56, 29/03/63.
216. *Novos Rumos*, 29/05 a 04/06/59.
217. A respeito do repúdio de Lott ao apoio dos pecebistas, da crítica do PCB a esse repúdio e da reiteração a esse apoio, podemos ver, por exemplo: Mário Alves, “Marechal Lott, os comunistas e o reatamento”, *Novos Rumos*, 17 a 23/07/59; Luiz Carlos Prestes, “Os comunistas e a sucessão presidencial”, *Novos Rumos*, 04 a 10/09/59; Mário Alves, “Lott pôs lenha na fogueira de Jânio”, *Novos Rumos*, 14/04/60; Mário Alves, “Lott e os comunistas”, *Novos Rumos*, 15 a 21/04/60; “Lott fala sobre Prestes e o apoio dos comunistas”, *Novos Rumos*, 03 a 09/06/60.
218. Luiz Carlos Prestes. “Vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais”, *Novos Rumos*, 18 a 24/03/60.

219. *Novos Rumos*, 29/06 a 05/07/62 e Terra Livre nº 113, agosto 1962, Suplemento. 220.  
*Novos Rumos*, 10 a 16/08/62.
221. *Novos Rumos*, 17 a 23/08/62.
222. Ver, por exemplo: “A política eleitoral dos comunistas”, *Novos Rumos* 02 a 08/08/63;  
“Os comunistas brasileiros definem uma posição ante a grave situação do país”, *Novos Rumos*, 31/08 a 06/09/62. “Resolução Política dos Comunistas”, dezembro de 1962,  
*Novos Rumos*, 14 a 20/12/62.
223. *Novos Rumos*, 10 a 16/01/64.
224. Entrevista de Prestes à TV Paulista. *Novos Rumos*, 24 a 30/01/64. Suplemento Especial.
225. René Armand Dreifuss. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1981.

### III - O IMEDIATO PÓS-64

O golpe de 64 foi a resultante de uma correlação política de forças envolvendo “nacionalistas” e “entreguistas”, a qual vinha desenvolvendo-se desde o período de democratização (1945), passando pela primeira e segunda quedas de Vargas, as tentativas golpistas direitistas de se impedir as posses de Vargas (1950) e de Kubitschek (1955), os episódios movidos pela renúncia de Jânio e, finalmente, a polarização esquerda-direita em torno das Reformas de Base. Em essência, essa correlação de forças era a expressão da luta de classes envolvendo a aliança dos grandes capitais nacionais e multinacionais contra o trabalho, os primeiros buscando uma nova fase de superexploração do trabalho, para substituir aquela que se estava esvaindo com o esgotamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações, e o segundo lutava por melhores condições para a sua reprodução, após ter arcado com os custos maiores na instalação do modelo substitutivo de importações. Em outras palavras, toda essa anomia era de fundo infraestrutural, na qual os elementos político e ideológico apareciam como coadjuvantes. Foi uma crise que veio da sociedade civil e se instalou no Estado, provocando, após isso, uma relação dialética entre ambas as crises, o que fez agudizar-se ainda mais a crise como um todo.

O golpe demonstrou a total incapacidade de reação por parte da esquerda. Na verdade, tratava-se de várias esquerdas que se aglutinavam muito mais em torno de lideranças carismáticas, como Brizola, Prestes, Arraes e Julião, do que em torno de uma organicidade solidificada por elementos consensuais. Brizola foi o único a esboçar uma reação, indo para o Rio Grande do Sul com o fito de reeditar a “cadeia da legalidade”, no que não seria exitoso devido a que o setor direitista das Forças Armadas estava bem mais articulado do que em 1961 e porque também não contou com o apoio de Jango, que se recusou a reagir.

Os primeiros dias após o golpe foram marcados por cassações, prisões, expurgos e violências físicas. Nas Forças Armadas, dezenas de militares foram expulsos, presos ou passados para a reserva. O mesmo se deu em relação ao funcionalismo civil. Inquéritos foram abertos em profusão com o objetivo de incriminar os “comunistas”, isto é, quaisquer

opositores ao regime. A propósito, a direita justificava o golpe como a vitória da democracia contra o comunismo. Esta tese de legítima defesa foi amplamente alardeada pela imprensa burguesa.

No dia 9 do abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional nº 1, estabelecendo medidas de exceção, como cassar mandatos públicos eletivos, cassar direitos políticos por até dez anos, decretar estado de sítio à revelia do Congresso e decretar emendas à Constituição. O Ato, redigido por Francisco Campos, também redator da Carta autoritária que institucionalizara o Estado Novo, ainda estabelecia a sua vigência até 31 de outubro de 1966 e a realização de eleições presidenciais para 3 de outubro de 1965, confirmando a data original.

No dia seguinte, saiu a lista dos 100 primeiros políticos cassados pelo AI-1, que perderam seus mandatos eletivos (os que possuíam) e tiveram os seus direitos políticos cassados por dez anos. Prestes encabeçava a lista dos principais inimigos do regime. Brizola o maior desafeto dos golpistas, era outro destaque. Além destes, podemos elencar João Goulart, Darcy Ribeiro, Jânio Quadros, Francisco Julião, Bocayuva Cunha, Waldir Pires, Neiva Moreira, Raul Riff, Samuel Wainer e Osvaldo Pacheco.

A 11 de abril, como estava previsto, houve a realização das eleições indiretas para a escolha do novo presidente da República. O general Castelo Branco, candidato único, obteve 123 votos do PSD, 105 da UDN e 53 do PTB, contra 72 abstenções (a maior parte do PTB) e 37 ausências. Vale lembrar que o Congresso Nacional, que atuou como colégio eleitoral, já estava depurado da oposição não consentida. Durante a curta “campanha eleitoral”, apareceram também como candidatos o marechal Eurico Gaspar Dutra e o general Amauri Kruel, tendo ambos aberto mão de suas candidaturas em favor de Castelo Branco, nome consensual entre os membros da linha dura e os moderados no comando das Forças Armadas.

Com a posse de Castelo Branco, a 15 de abril de 1964, iniciou-se no Brasil um governo anti-povo, militarista e pró-imperialista, abrindo-se as portas para o capital estrangeiro, sobretudo ao sócio majoritário estadunidense. Voltava-se à política de subserviência aos Estados Unidos, ao alinhamento natural que o governo anterior rejeitara.

Os gerentes dos cofres públicos brasileiros voltaram a ser os americanófilos Roberto Campos (Ministro do Planejamento) e Otávio Gouvêia de Bulhões (Ministro da Fazenda). Os Estados Unidos, que sabotaram de “n” maneiras o governo Goulart no que se referia à concessão de empréstimos, abriu suas portas para o novo regime por ele apoiado. Já nos primeiros meses do governo Castelo Branco, uma avalanche de dinheiros vindos dos Estados Unidos, ou sob sua influência, inundou os cofres públicos brasileiros: nos dias 16 de abril de 1964, 14 de julho de 1964 e 14 de abril de 1965, os Estados Unidos enviaram para o Brasil, respectivamente, 4 milhões, 883 milhões e 300 milhões de dólares, sob o título de empréstimos. Em 13 de maio de 1965, o FMI emprestou mais 125 milhões de dólares. Era o início da bola de neve do endividamento externo. Em troca, o Brasil revogou a Lei de Remessa de Lucros sancionada por Jango, abrindo ainda mais o caminho para o capital especulativo multinacional; enviou tropas brasileiras à República Dominicana, que estava em guerra civil; rompeu relações diplomáticas com Cuba e assinou um tratado de compra da AMFORP por 135 milhões de dólares.

No plano social, as medidas do governo Castelo Branco não seriam menos retrógradas: o direito de greve foi praticamente extinto; com a criação do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi extinta a estabilidade no emprego; foram extintas a UNE e as UEE (União Estadual dos Estudantes); intervenções e fechamentos de várias universidades, o mesmo acontecendo com sindicatos; criação do SNI–Serviço Nacional de Informações, com poderes especiais para intervir na sociedade civil; criação da Lei de Imprensa, que restringia a liberdade de expressão; promulgação, pela maioria conservadora do Congresso, de uma nova Constituição que legalizava o regime discricionário, determinando que as eleições presidenciais seriam por via indireta e dando ao presidente da República poderes de promover emendas constitucionais; e a criação da Lei de Segurança Nacional, que outorgava ao Estado poderes arbitrários de punir os considerados como seus inimigos.

Assim, em nome da família, da fé cristã, da moralização da *res publica*, do aprofundamento do desenvolvimento e do combate ao comunismo, veiculado como inimigo da humanidade, estava-se consolidando o regime do arbítrio e pró-imperialista,

notadamente no que se referia ao imperialismo estadunidense.

Enquanto isso, prosseguia a vida política oficial do país. Em outubro de 1965, o governo ditatorial teve o seu primeiro teste nas urnas, quando foram realizadas as eleições (diretas) para a escolha de governadores de 11 estados. O resultado não lhe foi favorável, ainda mais tendo em conta que os principais líderes e entidades oposicionistas, como Jango, Brizola, Prestes, Arraes, Julião, FMP, UNE, PCB, PC do B, etc., estavam fora de circulação, ficando em atividade somente a oposição consentida, isto é, o time reserva. Além disso, o governo contava com uma forte estrutura partidária e financeira, contando, também, com o apoio maciço da imprensa.

A oposição, pode-se dizer, teve a vitória moral no pleito, vencendo em cinco estados: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Mato Grosso.

Parecia que a realidade estava dando razão à tese do grupo prestista, segundo a qual era necessário isolar e derrotar a ditadura por meio de uma frente oposicionista, principalmente através das eleições.

A resposta das urnas, significando uma queda do apoio popular a ditadura, fez com que esta se utilizasse mais uma vez do arbítrio e decretasse, através do Ato Institucional nº 2, a extinção de todos os partidos políticos.

Maria D'Alva Kinzo mostra que tanto a “linha dura” militar quanto os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda envidaram grandes esforços no sentido de convencer Castelo Branco a impedir a realização das eleições estaduais. Ela cita trechos de carta de Lacerda e M. Pinto ao presidente Castelo, tentando demovê-lo de sua intenção de garantir o pleito, conforme estava previsto no calendário eleitoral anterior ao golpe. A despeito disso, as eleições aconteceram, com a maioria dos congressistas votando a favor da decisão de Castelo. (1)

O resultado das urnas veio comprovar que a “revolução” ainda não estava consolidada, pois o governo fora derrotado em dois estados-chave da federação Guanabara e Minas Gerais, justamente aqueles em que eram governadores os mais importantes líderes civis do movimento golpista, isto é, Lacerda e Magalhães Pinto.

É ainda Maria Kinzo que nos da conta da gravidade da crise ocorrida na cúpula

militar, motivada pelo resultado eleitoral.

*“Na noite de 5 de outubro, na Vila Militar no Rio de Janeiro, um movimento para retirar Castelo da presidência começou a ser organizado sob o comando do General Albuquerque Lima, juntamente com coronéis da linha dura. Somente a intervenção do Ministro da Guerra, General Costa e Silva impediu o êxito da rebelião militar. Dialogando com os rebeldes, ele conseguiu um acordo, garantido “revigorar a Revolução”. Em 9 de outubro, Carlos Lacerda retirou sua candidatura à Presidência, rompendo definitivamente com Castelo Branco”. (2)*

Essa imposição da linha dura – em cuja esteira viria a imposição do nome de Costa e Silva à sucessão de Castelo Branco – era o primeiro golpe dentro do golpe, o segundo seria o AI-5. As eleições estaduais de 1965 mostraram que a continuidade do pluralismo partidário era uma grande ameaça à “revolução”. Tratava-se (trata-se) de um sistema partidário de difícil controle, mesmo após os “revolucionários” o terem submetido a uma forte depuração. Era preciso encontrar uma fórmula para a criação de um novo sistema partidário, sob rígido controle da cúpula militar, que pudesse servir a seus interesses antipovo e favorável aos grandes capitais nacionais e multinacionais. Também era necessário uma fórmula para submeter os políticos civis – e por extensão toda a sociedade – a um controle bem mais autoritário da cúpula militar. Essas duas fórmulas se reuniram numa única, que foi o AI-2, decretado por Castelo Branco, à revelia do Congresso, em 27 de outubro de 1965. Este instrumento discricionário extinguiu os partidos vigentes e, o Ato Complementar nº4, decretado em 20 de novembro, impunha o bipartidarismo, do qual surgiram a ARENA e o MDB.

A substituição do pluripartidarismo pelo bipartidarismo tornou o novo sistema partidário bem menos representativo das preferências dos eleitores que o anterior. Na verdade, tratava-se de duas frentes: uma situacionista e outra oposicionista (oposição consentida, bem entendido), que somente tinham razão de ser devido a estarem em um contexto de autoritarismo, no qual não cabiam nuances, ou se estava contra ou a favor. E era esta definição que queria o regime desde o seu início, para evitar incertezas e surpresas, como as das eleições de 1965. Pelo sistema bipartidário, o regime teria menos incertezas

não somente por parte dos políticos, mas também por parte do eleitorado, que se votasse a favor do governo estaria aprovando-o; caso contrário, seria uma desaprovação. Ou seja, era interesse da ditadura ter um sistema político partidário plebiscitário, para prontamente identificar os do seu lado e os do outro lado.

Também tal sistema – ao invés de uma sumária extinção dos partidos políticos, como no Estado novo – era uma maneira de dar ao Brasil uma pequena pitada de democracia, a qual era uma justificativa aos países desenvolvidos – sobretudo os Estados Unidos – e à opinião pública interna. É mais ou menos como vê Florestan Fernandes.

*“O regime artificial de dois partidos tutelados – a ARENA e o MDB – foi adotado por motivos conhecidos. De um lado, a necessidade de manter e fortalecer a articulação política das forças sociais heterogêneas que compunham o bloco histórico que preparou e liderou o golpe de Estado de 1964 e, em seguida, dirigiu a implantação da república institucional. De outro, forjar uma ‘visibilidade democrática’ desta república no exterior, especialmente nos Estados Unidos, nas nações capitalistas avançadas da Europa e no Japão, que precisavam dessa visibilidade em seus circuitos políticos internos”.* (3)

Como complemento do AI-2, veio o AI-3, que acabava com as eleições diretas para os governos dos estados, passando os próximos governadores a serem espécies de interventores, escolhidos pelo governo federal e homologados pelas Assembléias Legislativas.

Com todas essas medidas tomadas desde abril de 1964, o novo regime, que justificara o golpe como um socorro à democracia, não tinha mais como esconder a sua verdadeira face entreguista e repressora, e isso iria ter um grande peso na luta interna do PCB, como veremos logo adiante.

## A NATUREZA DO REGIME

Através dos AI-2 e AI-3, extinguido respectivamente, as eleições diretas para governadores e o pluripartidarismo, a ditadura estabelecia um corte com o passado recente, em termos de sistemas eleitoral e partidário. A institucionalização do bipartidarismo, que

criava, a rigor, duas frentes partidárias, uma governista e outra oposicionista (consentida), objetivava a colocação de uma pá de cal em quaisquer resquícios da República de 46. A imposição da sublegenda fazia com que pudessem conviver correntes rivais – principalmente a níveis regionais – no interior de ambas as frentes. Representava esse instrumento (sublegenda) uma grande criação de engenharia política em favor da legitimação do regime.

*Pari passo*, ia sendo construída uma nova ordem, o que nos leva a defender a hipótese de que o grupo hegemônico entre os mentores do golpe de 64, isto é, a cúpula militar, tinha a intenção de prolongar-se no poder, tutelando-o ou, o que era mais plausível, governando de fato. Trata-se de um caso equivalente ao analisado por Marx em *O 18 Brumário*: o grupo que desferiu o golpe de Estado (lá e cá tendo os militares como força fundamental) era o que tinha condições reais de deter a governabilidade. Inauguramos, portanto, em 1964, o nosso tipo de Estado bonapartista. Se utilizarmos Gramsci, podemos dizer que este grupo era o detentor da hegemonia – o único a poder tê-la –, bem mais pela força do que pelo consenso. Então, por que abrir mão do poder quando se tem a hegemonia? A política é a arte do conflito, como podemos perceber em Maquiavel e Weber, e é mais ainda a arte da busca da hegemonia, pela força e pelo consenso, como percebeu Gramsci.

Maria Kinzo cita um trecho do discurso de Castelo Branco, ao tomar posse na presidência da república, para defender que a intenção da “*revolução*” era tão-somente instalar uma “*democracia*” sem “*contra-revolucionários*” e entregar o governo, após a devida depuração da vida política nacional, aos civis. O fato de o novo presidente da República ter sido eleito pelo Congresso é visto por ela como outro indicio a ratificar tal intenção.

Nesse discurso, Castelo Branco, após sua homologação pelos congressistas, destacou que o seu mandato tinha efêmera duração, o suficiente para “*restaurar a legalidade*”, “*revigorar a democracia*”, “*restabelecer a paz e promover o progresso e a paz social*”. E que ele estava imbuído em manter o calendário das próximas eleições presidenciais, em regime de sufrágio universal.

*“Espero também... possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual”.* (4)

Entretanto, a ditadura – entendida não apenas como o grupo dos “sobornistas” nem apenas os “linha dura”, mas como um todo que incluía o conjunto da cúpula militar, de seus aliados civis internos e, principalmente, o imperialismo, que atuava como *alter-ego* dessa aliança – tinha já de antemão um arsenal de instrumentos discricionários a serem postos a serviço de sua institucionalização como regime político-ideológico-econômico, de sua sedimentação, de sua instalação a longo prazo, o tempo necessário para consolidar a entrega do Brasil aos grupos nacionais e imperialistas no que ela teria um resultado alvissareiro.

Neste sentido ficamos com a posição de Maria Helena Moreira Alves, que demonstra ao longo de seu clássico livro sobre o regime de 64, o que acabamos que afiançar: os golpistas, desde o início, vieram para institucionalizar um regime à sua imagem e semelhança, duradouro, tendo por base a doutrina de segurança nacional, constituída na Escola Superior de Guerra durante a República de 46. Mais uma vez avocando Gramsci, diríamos que eles eram o bloco histórico da “revolução de 64”. Segundo Maria Helena, todas as medidas discricionárias, como os Atos Institucionais, não eram mera improvisação diante de “surpresas” conjunturais, mas sim inspiradas por esta doutrina, que serviu de arrimo para o surgimento do *“Estado de Segurança Nacional”*, o qual, já no primeiro ano de ditadura, teve como seus principais fatores: *“a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), as reformas do primeiro Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as diretrizes de controle salarial. A constituição do novo Estado implica a institucionalização da rede de informação necessária ao controle do ‘inimigo interno’ e o assentamento das bases do modelo econômico”.* (5)

Também Alfred Stepan é defensor da tese de que o ESG foi de suma importância para que os militares passassem do papel de guardiões do “poder moderador” para o de dirigentes políticos. Segundo ele, um dos fatores fundamentais para os militares avocarem a

missão de dirigir a República foi o fato de existir a Escola Superior de Guerra, que tinha como objetivo primordial formar oficiais e civis em questões de administração pública, problemas brasileiros, desenvolvimento e segurança nacional, esta última centrada na luta contra o pretenso inimigo interno comunista. Ele mostra que uma significativa maioria dos generais golpistas era oriunda da ESG.

*“A ideologia da ESG foi um fator relevante na revolução de 1964, como confirma o fato de que dos 102 generais da ativa na época da revolução, aqueles que a haviam cursado a ESG estavam muito bem representados entre os conspiradores ativos contra Goulart. Dos generais que se haviam diplomado na ESG, 60% eram conspiradores ativos, enquanto que apenas 15% dos que não haviam frequentado a ESG se achavam entre os conspiradores ativos”.* (6)

A ESG era uma espécie de sucursal político-ideológica dos Estados Unidos na área de segurança nacional. Entretanto, a origem da criação de uma academia militar para normatizar uma doutrina de segurança nacional vem da França. Foi neste país que primeiramente se elaborou a constituição de uma Escola Superior de Guerra, coesa em princípios político-ideológicos. Tal elaboração foi levada a efeito pelo almirante Castex, em 1936. Dez anos depois, os Estados Unidos fundariam o National War College, sob a inspiração da versão francesa. Em outubro de 1948, o governo Dutra fundou um curso de altos estudos estratégico-militares, que visava à formação político-ideológica de oficiais das três Forças Armadas, em termos de segurança nacional. Pouco tempo depois, este curso redundaria na criação da Escola Superior de Guerra, o que aconteceu em agosto de 1949. A ESG nasceu sob os auspícios do National War College e já em seus primeiros passos teve a orientação e acompanhamento de uma missão estadunidense, o que se prolongaria ao longo de seu percurso, a ponto de isso ter tido – como estamos salientando – influência capital no golpe de 64 e na construção da ditadura do pós-64. No entanto, uma diferença de destaque entre a Escola brasileira e a estadunidense é que a primeira admite – evidentemente que afinados com sua ideologia – civis entre seus quadros, enquanto a segunda não.

Ficamos mais ainda com a posição de Florestan Fernandes, que, observando a instalação da ditadura de uma perspectiva marxiana, portanto dialética e ontológica,

considera que o golpe de 64 “constitui, de fato, uma contra-revolução. Seu caráter contra-revolucionário se evidencia, de modo específico, tanto em termos do seu significado interno, quanto à luz da situação mundial”. No plano interno, o golpe não representava, como fora sistematicamente aventado pelos golpistas, com maciço apoio da grande imprensa, “uma autodefesa da democracia contra o comunismo internacional”. Segundo Florestan, isso era “puro mascaramento ideológico e não passava de uma manifestação da propaganda política mais grotesca”. Para ele “o que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, que prometia não uma ‘democracia populista’ ou uma ‘democracia de massas’ (como muitos apregoam), mas que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês no qual vários setores das classes trabalhadoras (e mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político próprio”. Quanto ao plano externo, ele vê o golpe de 64 como fazendo “parte de um ciclo mais amplo, que levou a guerra fria e a doutrina do desenvolvimento com segurança do centro para a periferia do mundo capitalista. O cerco capitalista acabou atingindo não só a autêntica ameaça de ‘subversão comunista da ordem’, ele alcançou e paralisou, em nome da ‘defesa’ e da ‘interdependência do Ocidente’, vários tipos de revoluções nacionais, submetendo a modernização, em geral, e as transições democráticas, em particular, a um controle político e policial-militar estrito, pelo qual as classes trabalhadoras e as massas populares foram banidas da cena histórica”. (7)

Ha vários estudos sobre o período do regime autoritário instalado no Brasil a partir de 1964, uns analisando-o dos pontos de vista econômico, social e político, outros atendo-se tão-somente a este último elemento. Alguns deles, colocam sob um mesmo rótulo as ditaduras militares da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, incluindo até o continuado autoritarismo mexicano, único caso em que a cúpula militar não foi golpista e não esteve à testa do governo. Todos esses casos de autoritarismo, ganharam, por esses estudos, a denominação de autoritarismo-burocrático (BA).

Guilhermo O’Donnell foi pioneiro em sistematizar o conceito de autoritarismo-burocrático para o caso específico da América Latina. Antes, Juan Linz desenvolvera o

mesmo conceito, enquadrando nele todos os regimes do pós-II Guerra Mundial que não eram democracias burguesas e que não eram regimes totalitários (nos quais ele enquadrava, basicamente, a URSS e os demais países socialistas).

Segundo O'Donnell, o BA surgiu para cumprir o papel que a frágil democracia já não podia cumprir: aprofundar o desenvolvimento baseado no modelo substitutivo de importações. A nosso ver, é uma visão funcionalista de autoritarismo ou, de outra maneira, uma visão instrumental, o que implica um certo determinismo econômico, pelo qual o autoritarismo-burocrático tinha um encontro marcado na história dos países onde vigorou. Encontro este para acontecer no momento exato de esgotamento da ISI. Acontece, como chama a atenção David Collier (8), que outros países da América Latina, que também chegaram ao esgotamento da sua ISI, não tiveram um encontro marcado com o autoritarismo-burocrático. Os casos clássicos são a Venezuela e a Colômbia.

Ademais, nos países que O'Donnell coloca sob o rótulo do BA, somente o Brasil aprofundaria o seu modelo substitutivo de importações mesmo assim tardiamente em relação ao golpe – dez anos depois, no governo Geisel – e levando o Estado a uma prostração em sua capacidade de administrar o planejamento econômico e, sobretudo, em financiá-lo. Capacidade esta que estava em nossa tradição. Na Argentina e no México não houve aprofundamento do modelo substitutivo de importações e no Chile e Uruguai aconteceu um retrocesso neste sentido, voltando-se a ênfase no modelo exportador de produtos primários. Para todos estes países e outros da América Latina, houve também uma bem maior penetração – em relação ao momento anterior aos golpes militares – dos capitais imperialistas especulativos e voláteis.

Hirschman chama a atenção para o fato – o que vem de encontro ao nosso argumento supracitado – de que os formuladores das políticas econômicas desses regimes autoritários latino-americanos eram defensores das influências “*antiplanejamento, anti-ISI e anti-ECLA*” (9); eram defensores de preceitos como os da Escola de Chicago – os quais exerceram um monopólio, por exemplo, no regime dirigido por Pinochet – , preceitos, portanto, lesseféricos.

No caso específico do Brasil, o início do regime ditatorial, ao contrário de investir

no aprofundamento da ISI, fê-lo em uma política deflacionaria que visava estabilizar a economia baseada em cortes de créditos estatais ao setor privado, contenção do déficit público e principalmente, arrocho salarial. Era a estabilização econômica a expensas da população mais pobre, com o escopo de aplainar o terreno para uma maior acumulação por parte dos grandes capitais nacionais e multinacionais. Fishlow nos dá conta dos resultados dessa ortodoxia econômica, diga-se de passagem, ditada pelo imperialismo estadunidense.

*“Por volta de 1966, o déficit da União com respeito ao produto interno bruto foi reduzido a quase ¼ de sua percentagem em 1963. O suprimento monetário nesse mesmo ano aumentou apenas 15% em termos nominais, e o crédito bancário ao setor privado foi também reduzido, embora menos dramaticamente. O salário mínimo depois de 1964 subiu a uma taxa bastante inferior a dos preços, especialmente quando medido pelo aumento do custo de vida. Os resultados dessa política parecem ainda mais impressionantes. Em 1966, a inflação tinha sido reduzida a menos da metade da taxa de 1963, e o crescimento do produto real tinha triplicado”.* (10)

Em seguida, viria o “*milagre econômico*”, também, corroborando Hirschman, “anti-ISI” e “anti-ECLA”. Na verdade, o “milagre” representou um falso desenvolvimento econômico de fachada, que continuou a não investir no aprofundamento do modelo substitutivo de importações e conseguiu lograr a classe média – que em grande parte apoiara o golpe – por efêmero período, ao aumentar a sua capacidade de adquirir bens de consumo duráveis. Celso Furtado chama a atenção para o fato de que no “*decênio compreendido entre 1964 e 1973, não obstante um considerável aumento do produto interno, não se assinala na economia brasileira nenhum ganho de autonomia na capacidade de autotransformação, nem tampouco qualquer reforço da aptidão da sociedade para autofinanciar o desenvolvimento*”. (11)

De maneira que, a visão a ser defendida aqui – voltando a nos referir diretamente à tese de O’Donnell – é que, a despeito de as condições infraestruturais serem da maior importância, elas não levam necessariamente a história a encontros marcados. Casos infraestruturais semelhantes podem chegar a resultantes diferentes, não somente com respeito à forma e ao conteúdo, quanto também com relação ao seu tempo de maturação.

Isso porque é necessário levar-se em conta, além da condicionante infraestrutural, condicionantes políticas e ideológicas-culturais; sobretudo as políticas, porque nelas estão embutidos elementos de violência, de uso da força militar, os quais têm grande poder decisório.

O desenvolvimento de cada um dos países latino-americanos que optou pelo modelo substitutivo de importações se deu em tempos diferentes e sob relações sócio-políticas diferentes, ainda que no aspecto estritamente econômico houvesse lugares comuns. Isso foi relativamente bem demonstrado por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto em seu clássico livro, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*.

Em alguns países, como Argentina e Chile, a classe operária já era forte e organizada antes da implantação da ISI. Houve casos em que o Estado teve um peso mais forte em bancar o desenvolvimento, como no México e no Brasil, no primeiro mais que no segundo. Já na Argentina, a iniciativa privada nacional foi mais forte do que nos demais países. Ou seja, o que se pretende ressaltar, sem a pretensão de uma maior elaboração, é que cada país teve – como não poderia ser diferente – as suas particularidades a condicionarem seus regimes econômicos e políticos. (12)

Fernando Henrique Cardoso aceita o conceito de BA formulado por O'Donnell, contudo faz uma ressalva: considera-o válido tão-somente para as “*situações nas quais a intervenção militar ocorresse em reação contra movimentos esquerdistas e nas quais as políticas que servissem para reorganizar o estado e a economia para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista fossem implementadas por regimes militares, como na Argentina e no Brasil*”. (13)

Contudo, ao contrário de Linz e semelhantemente a O'Donnell, ele enfatiza, a questão infraestrutural como elemento central para o surgimento do BA: “para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista”.

Para FHC, o Executivo centraliza – nesse modelo de BA – o poder, contando com o apoio, sobretudo na área econômica, de tecnocratas civis, e o que prevalece é a “vontade política das forças armadas como instituição”. De modo que o Executivo “depende da burocracia tecnocrática e do único partido real, as forças armadas”. (8)

Isso é uma visão fenomenológica da lógica do poder – visão também presente em Linz, O’Donnell, entre outros –, contudo o cerne da questão é saber em nome de que “*a vontade política das forças armadas coma Instituição*” – na verdade é mais adequado falar em vontade política da parte hegemônica da cúpula das forças armadas, ou seja, uma área bem restrita e bem no topo da pirâmide militar – governa. Em nome dela própria não deve ser, pois se trata de um reduzidíssimo número de homens que não tem uma inserção na vida política (profissional), tampouco na vida econômica, já que nunca foram patrões ou empregados. Grupo que nem ao menos é uma classe social. Esse reduzidíssimo número de homens continua sendo militar, não se transformaram em políticos stricto sensu (aquele que segundo Weber vive da política), muito menos se transformaram em empresários.

Quando Fernando Henrique Cardoso afirma que o BA expressa “*a vontade política das forças armadas como instituição*” está verificando apenas o fenômeno, no que sua observação não deixa de estar correta. No entanto, uma visão ontológica do problema busca saber o que realmente dirige esta vontade (da parte hegemônica da cúpula das forças armadas), o que é – observando o ser social como um todo – em última instância, que move, que dirige, esta vontade política de um grupo, enfatizando mais uma vez, que é estranho (é de fora) às disputas legislativas, sindicais, econômicas, etc., que movem qualquer sociedade capitalista. Um grupo que ascendeu ao poder única e exclusivamente pelo fato de ser superior a todos os outros grupos e classes em um fator decisivo: o poder bélico, a força das armas, da violência. Caso a cúpula militar vitoriosa – isso é válido em geral para todos os casos de golpes militares na América Latina – não possuísse intrinsecamente tal fator decisivo, não teria como ascender ao poder, já que este foi tomado pela força, pela violência, e logicamente, não teria como ser um grupo importante politicamente. No entanto, tomar o poder porque se é mais forte, porque se tem o monopólio do uso (i)legal da violência, não implica impor ao regime “*a vontade política das forças armadas como instituição*”. Se formos tomar essa expressão ao pé da letra, abstraindo o contexto em que FHC a coloca, podemos considerar, pelo menos em tese, que tal vontade política é defender a Constituição. Ao praticarem o golpe os militares foram contra tal vontade juramentada institucionalmente. Renegaram o juramento de defender

uma ordem de base democrática e instalaram um regime autoritário. Ou seja, violentaram a Constituição que juraram defender.

Aprofundando o âmago da questão: o que esta por detrás desta vontade política? O que a dirige, mais ideológica que coercitivamente?

Na verdade essa cúpula militar se impunha muito mais pelo seu poder militar (o qual lhe assegurou um poder político monopolista) do que pela sua vontade política (baseada na formação que tivera em sua instituição superior de guerra, de marcada influência estadunidense, na qual a doutrina de segurança nacional é um instrumento muito mais reservado a uso contra os inimigos internos – quaisquer perturbadores da ordem capitalista – do que contra possíveis inimigos externos). Ter vontade política não implica exercê-la, impô-la. Maquiavel já chamava a atenção para isso. Para tanto foi necessário existir um poder militar acima dos demais competidores pela luta pelo poder. Foi o que aconteceu com a cúpula militar no Brasil, devido ao fato de monopolizar o poder bélico, o poder militar. Entretanto, cabe ressaltarmos, ela teve facilidade para impor-se como grupo dirigente, para golpear a democracia burguesa – e isso é válido para todos os golpes militares na América Latina – porque contou com a aquiescência e o apoio do imperialismo estadunidense.

Marx, em um estudo de caso do golpe de Estado na França, verificou que o grupo “palaciano” que desfechou o golpe o fez precisamente porque contou com o fator decisivo que acabamos de verificar: a força das armas. Somente depois que colocou sob seu controle – que antes estavam sob o controle do Parlamento – as forças militares é que Bonaparte pôde tomar o poder de assalto. Entretanto, ele, após o golpe, não governou simplesmente para si e seu grupo golpista, como antigamente faziam os tiranos. Havia algo por detrás de sua “vontade política”, embora fosse esta que aparecesse majoritária a nível de fenômenos. Marx percebeu que embora Luís Bonaparte passasse a deter o poder político após o golpe, o poder econômico continuou com a burguesia e até foi reforçado em mãos da burguesia industrial, a maior beneficiária do golpe. (15)

Neste sentido, a situação da ditadura militar brasileira – e outras na América Latina – assemelhava-se ao Estado bonapartista verificado por Marx no aludido estudo de caso.

Um Estado bonapartista que se aprofundava enquanto Estado burguês – como no exemplo francês – e mais do que isso, enquanto satélite do imperialismo estadunidense.

É de bom alvitre sublinhar que a cúpula militar não equivaleu jamais a uma classe dominante e sim a uma classe dirigente, a um grupo dirigente, melhor dizendo. Gramsci acentua com bastante propriedade essa diferença entre classe/grupo dominante e classe/grupo dirigente, pela qual nem sempre o dominante e o dirigente se confundem.

De modo que no capitalismo o que vale mais não é a vontade política, mas algo que está por detrás dela, que a instrumentaliza, que é a vontade econômica (poder econômico) da burguesia.

No caso dos golpes militares latino-americanos em geral, no período posterior ao nacional-desenvolvimentismo, é certo que o poder (muito mais que vontade) político da cúpula militar exercia, digamos, um papel de xerife, de mantenedor da ordem, da ordem capitalista imperialista. Foi para salvá-la que a cúpula militar interveio à força nas contradições entre capital e trabalho, as quais chegaram a um tal nível de exacerbação que não mais podiam ser resolvidas pelas “leis” do mercado.

Então, foi a vontade econômica (poder econômico) que alicerçou os golpes latino-americanos e que esteve governando a vontade política dos militares. Mas que vontade econômica era essa? Não era mais a do setor exportador, pois a mesma fora derrotada pela vontade econômica hegemônica pela burguesia industrial, através da aliança de classes (burguesia industrial, classe média, proletariado e burguesia exportadora) e Estado, a qual cimentou o nacional-desenvolvimentismo. A vontade econômica que dirigiu a vontade política da parte vitoriosa da cúpula militar foi a expressa pela aliança do grande capital estrangeiro (capital imperialista no sentido leninista) com o grande capital nacional (a “burguesia nacional” estava internacionalizando-se, embora subordinadamente). A cúpula militar e o governo dos Estados Unidos entraram em ação para golpear, pela violência das armas, os opositores ao domínio dessa aliança e para sustentar governos autoritários que maximizassem ganhos econômicos para a mesma. Esta foi a regra geral dos golpes militares e dos governos militares na América Latina no período nacional-desenvolvimentista. O golpe militar no Peru, que levou à consecução do governo Velasco

Alvarado, por exemplo, é uma exceção a essa regra, já que o seu tom foi nacionalista.

E tudo estava dentro das diretrizes da Escola Superior de Guerra. Ou seja, quando afirmamos que o alto comando das Forças Armadas passou a construir um regime à sua imagem e semelhança, implica dizer que passou a aplicar a doutrina de segurança nacional, colocando a vontade econômica da burguesia e do imperialismo acima da própria vontade política da “casta” militar.

## Notas

1. Maria D’Alva Kinzo. *Oposição e autoritarismo*, São Paulo, Vértice, 1988.
2. Ibidem, p. 24.
3. Florestan Fernandes. “A manipulação dos partidos”, In: *A ditadura em questão*, São Paulo, TAO, 1982, p. 59.
4. Apud Maria D’Alva Kinzo, op.cit., p. 16.
5. Maria Helena Moreira Alves. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, Petrópolis, Vozes, 1984, p. 71.
6. Alfred Stepan. *Os militares na política*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975, p. 135.
7. Florestan Fernandes. “Revolução ou contra-revolução?”, Contexto, nº 5, março de 1978, São Paulo, HUCITEC, pp. 21-22.
8. David Collier. “Resumo do modelo autoritário-burocrático”, In: David Collier (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 16.
9. Albert Hirschman. “A mudança para o autoritarismo na América Latina e a busca de suas determinantes econômicas”, In: David Collier (Org.), op.cit., p. 80.
10. Albert Fishlow. “Algumas reflexões sobre a política econômica brasileira após 1964”, *Estudos CEBRAP* nº 7.
11. Celso Furtado. *O Brasil pós-milagre*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 43.
12. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*.

13. Fernando Henrique Cardoso. “Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina”, In: David Collier (Org.), op. cit., p. 45.
14. Ibidem, p. 48.
15. Karl Marx. *O dezoito brumário de Luis Bonaparte*.

#### IV - AS DIÁSPORAS TÁTICO-ESTRATÉGICAS

##### O IMPACTO DO GOLPE DE 64 NO PCB

O golpe colocava por terra a tese defendida por Prestes – que permeara as mentes pecebistas –, segundo a qual em caso de confronto entre as forças esquerdistas e direitistas, estas sairiam flagorosamente derrotadas.

Baseando-se em fontes que não cita, Marco Aurélio Garcia afirma que a surpresa do golpe fora tamanha para o PCB que o seu secretário-geral teve que usar um automóvel à guisa de aparelho.

*“Vem de mais de uma fonte, inclusive de membros do Comitê Central daquela época a informação de que Luis Carlos Prestes passou a primeira noite de clandestinidade após o golpe no interior de um Volkswagen, na falta de um aparelho mais adequado à sua segurança.”(1)*

A repressão atingiu os locais onde funcionavam entidades de esquerda. O PCB foi atingido em cheio. As sedes de suas organizações foram invadidas, seus documentos recolhidos para posterior incriminação de dirigentes e militantes. O Partido teve esfacelada a sua estrutura orgânica. Havia uma dificuldade imensa de se promover reuniões. Ao invés de quaisquer esboços de reação, houve uma debandada geral, cada qual buscando um aparelho onde esconder-se, até que a situação pudesse ser contornada por vias clandestinas. A perseguição aos pecebistas foi facilitada pelo fato de os órgãos de segurança já terem a vida partidária mapeada ao longo de toda a República de 46. Nesses órgãos havia milhares de documentos que traziam informes sobre o Partido e muitos de seus membros e simpatizantes. A repressão sabia, em grande parte, em que sindicatos, setores do serviço público civil, unidades das Forças Armadas, entidades da sociedade civil e organizações estudantis atuavam tais e quais membros do PCB e de outras agremiações de esquerda. Roberto Percinoto, que, nesse momento imediato ao golpe, militava no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, do qual seria diretor, como membro do PCB, de 1966 a 1969, e presidente de 1982 a 1985, afirma que houve uma repressão generalizada sobre os

pecebistas na área sindical. Muitos foram presos, cassados, demitidos... (2) Vale registrar, a bem da justiça, que a essa época ainda não estava institucionalizada a tortura, o que viria a acontecer no imediato pós-AI-5, embora a violência física fosse utilizada com fartura por parte da repressão.

A intenção precípua, nesse primeiro momento do golpe, era tirar de circulação, basicamente pela via do exílio compulsório e da cassação dos direitos políticos (por dez anos), aqueles tidos como mais perniciosos ao regime, como Jango, Brizola, Julião, Prestes, Arraes, Darcy Ribeiro, almirante Aragão, além dos partidos, organizações e sindicalistas comunistas (ou entendidos como tal). Executado esse expurgo, era útil ao regime que houvesse oposições (consentidas) em todos os setores da sociedade civil; no Estado, não. Daí que, apesar de cassadas a UNE e as UEEs, o governo fez vista grossa ao recrudescimento do movimento estudantil, sempre mapeado pelos órgãos de repressão, conforme pudemos constatar em centenas de documentos. Do mesmo modo foi “benevolente” com a reestruturação das agitações (reuniões, eleições, atos contra a ditadura...) nos sindicatos, também fartamente mapeadas pelas polícias políticas. Nos diversos acervos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, encontramos centenas de relatórios policiais indicando reuniões em sindicatos e associações estudantis, trazendo informes sobre o que foi tratado, quem falou o que, quais os líderes, quais as posições político-ideológicas, etc. Com esses relatórios, de agentes infiltrados, foram formados – o que pudemos também constatar – dossiês de extrema utilidade para os órgãos de segurança conhecerem as suas futuras vítimas no período do terror propriamente dito, isto é, o pós-AI-5. Líderes estudantis, como Vladimir Palmeira, Luis Travassos, José Serra, José Dirceu, Jean Marc, Vinícius Brandt e Daniel Aarão Reis eram contumazes nesses relatórios. Também muitos artistas e intelectuais passaram a ocupar os escritos da repressão entre o governo Castelo Branco e o AI-5: Dias Gomes, Mário Lago, Nelson Werneck Sodré, Paulo Autran, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Norma Benguel, Glauber Rocha, Ferreira Gullar, Chico Buarque de Hollanda, Carlos Vergara, Betty Faria, Odete Lara, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Fernando Peixoto, Flávio Rangel, Yan Michalski, José Wilker e Hugo Carvana, entre outros. (3)

Para o regime, que buscava legitimação através da ideologia oficial de que o golpe fora em legítima defesa, isto é, um contragolpe ao iminente “golpe comunista”, que dizia ter agido e estar agindo no sentido de preservar a democracia, não era utilitarista do ponto de vista político aplicar um novo choque repressivo sobre a oposição que se estava fomentando nos sindicatos, nos meios estudantis, artísticos e intelectuais. De certa forma, essa agitação oposicionista era-lhe favorável, pois dava-lhe um simulacro de tolerância democrática. Nesse período, era permitido a existência de jornais de oposição ostensiva ao governo, como o Correio da Manhã e o “nanico” Folha da Semana, no qual o PCB tinha relativa influência, através de articulistas que eram seus membros ou simpatizantes, como Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Sérgio Cabral e Alex Vianny. Este jornal fazia ingentes denúncias contra o governo e contra o imperialismo, hostilizava o presidente Castelo Branco e outros próceres da “revolução”, propagandeava obras de artistas, e intelectuais marxistas, como Lukacks, Brecht e Gorki.

Os oposicionistas não consentidos eram os inimigos objetivos do regime, todos enquadrados no rótulo genérico de comunistas, restando-lhes somente a liberdade da clandestinidade ou do exílio. Na primeira condição se encontravam os dirigentes do PCB e grande número de quadros pecebistas, embora vários outros continuassem – e continuariam até depois do AI-5 – a militar ostensivamente – sob a contumaz vigilância dos órgãos de repressão –, como iremos mostrar mais adiante. Na verdade, o Partido não contava com a concretização de um golpe de direita. Seus documentos anteriores ao fatídico 31 de março de 1964, referiam-se apenas a tentativas golpistas e como abortá-las.

O grande drama da direção pecebista, nos primeiros dias que sucederam ao golpe, era como posicionar-se perante o público interno para explicar o fato consumado. De que forma proceder ao exame crítico e autocrítico que lhe cabia como vanguarda de um partido que se autodenominava leninista. A maior dificuldade para os dirigentes consistia em decidir como se posicionar diante da nova conjuntura: alterar ou não a linha tático-estratégia do V Congresso? Outra dificuldade residia em convocar uma reunião do Comitê Central ou mesmo da Comissão Executiva. Os dirigentes e os membros do PCB em geral buscavam fugir à rede repressiva, a qual já tinha mais ou menos mapeados os locais de

residência, trabalho e reuniões de seus inimigos. Tropas policiais e das Forças Armadas faziam batidas nesses lugares, além de vigiar as ruas, estações rodoviárias, aeroportos, rodovias, etc. O objetivo maior de cada inimigo do regime, ou tido como tal, era encontrar um aparelho para si e seus familiares.

A descrença quanto à possibilidade de um golpe fora tanta que *“muitos dirigentes do Comitê Central não tinham onde esconder-se. Apenas Prestes, não teve problemas. Ele havia solicitado anteriormente ao Partido uma casa onde pudesse refugiar-se numa emergência. Ninguém conhecia o local; talvez só o Giocondo”*.(4)

Retido em seu aparelho, Prestes não se arriscou a ir à sua residência, em São Paulo, na rua Nicolau de Souza Queiroz – 135, imaginando que ela devesse estar sob campana policial, o que de fato aconteceu. Uma equipe policial estava mantendo a casa de Prestes sob vigilância diurna e noturna, buscando capturá-lo. Após alguns dias, sem que ninguém aparecesse na casa, que fora abandonada, a polícia decidiu invadi-la, a 9 de abril de 1964, encontrando farta papelada que serviria para incriminar dirigentes e quadros intermediários do PCB. Entre essa papelada, encontravam-se 20 cadernetas com anotações manuscritas por Prestes, contendo resumos de pronunciamentos de membros do Partido em reuniões diversas. Uma das cadernetas foi extraviada pela polícia. Como consequência da apreensão, dezenas de pecebistas seriam condenados, à revelia, a penas variadas de prisão. Prestes foi condenado há 14 anos.

Em seu relatório sobre o caso das cadernetas, o delegado Aldário Tinoco, do DOPS paulista, explicava como se efetuara a apreensão das cadernetas: *“Iniciada a revolução em 31 de março, nossa ação logo se fez sentir. De pronto, colocamos sob rigorosa vigilância a residência do líder do PCB, Luiz Carlos Prestes, na rua Nicolau de Souza Queiroz – 153, observação essa que se prolongou por vários dias, até que, em 9 de abril de 1964, decidimos realizar a diligência.”* A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo instaurou um inquérito com 2099 folhas, o qual duraria de 7 de abril de 1964 de 1964 a 30 de setembro do mesmo ano.(5)

Para constatar que eram de autoria de Prestes os manuscritos contidos nas 19 cadernetas, a Justiça baseou-se em 4 indícios: *“1º) 90% do que está escrito nas cadernetas*

*foi escrito por uma pessoa; 2º) a letra usada como padrão – sem dúvida a de Luiz Carlos Prestes – é a letra das cadernetas segundo a perícia; 3º) vários co-réus afirmam que Luiz Carlos Prestes anotava tudo o que se passava nas reuniões em cadernetas; 4º) as cadernetas foram apreendidas na residência de Luiz Carlos Prestes.”(6)*

Este incidente traria insatisfações de vários setores do PCB para com Prestes, principalmente pelo fato de diversos dirigentes e quadros terem sido condenados por incúria do seu secretário-geral. Os “esquerdistas” teriam essa falha como mais uma munição para combater a direção prestista.

Em maio de 1964, alguns poucos membros, da Comissão Executiva conseguiram reunir-se, a despeito da rigorosa clandestinidade, e lançar o primeiro documento de dirigentes, sob o título *Manifesto aos Trabalhadores e à Nação Brasileira*, exortando uma unidade de luta de massas contra a ditadura. O documento de autoria de Giocondo Dias, Geraldo Rodrigues dos Santos, Dinarco Reis, Orlando Bonfim Júnior e Jaime Miranda, dava continuidade à linha tático-estratégica do V Congresso, a despeito de não ter surgido de um consenso do coletivo de dirigentes.(7)

Após definir o golpe como “*parafascista*” e afirmar que o governo Goulart tinha um caráter conciliador e Brizola tinha ido longe em sua agitação esquerdista, o documento trazia duas intenções principais: passar a imagem de que a ditadura já estava em declínio e que era necessário reconstruir a frente única do pré-64. Pela primeira intenção era dito que “*o regime ditatorial instaurado pelo golpe não tem condições de duração, já começa mesmo a vacilar. Não é por acaso que os jornais porta-bandeira do gorilismo como o Estado de São Paulo e a Tribuna da Imprensa começam já a gritar*”. Para defender a tese da frente única, o documento buscava passar a imagem idealizada – o que estava na tradição pecebista – segundo a qual cada classe aliada tinha seus motivos específicos para se opor à ditadura: “*A classe operária repudiou o golpe (...) O campesinato (...) vê agora a volta do poder absoluto do latifundiário ao campo (...) A burguesia industrial já se inquieta e se opõe à política econômica e financeira esboçada pelo governo (...) A pequena burguesa vê frustradas suas esperanças de ‘paz social’, de ‘segurança’ e já começou a perceber o logro em que caiu, inclusive a pequena burguesia militar, sem dúvida (...) O*

*fundamental é refazer a frente única, com a volta da pequena burguesia e da burguesia nacional às suas fileiras.”(8)*

A rigor, como mostramos ao tratar do campo do poder esquerdista, nunca houve concretamente a frente única que tanto pregavam os documentos pecebistas. O que houve foi uma acirrada disputa pela conquista da hegemonia, a qual acabou acontecendo pela força, em favor da direita. As esquerdas não tiveram capacidade sequer para promover uma unidade entre elas, muito menos para formar uma frente única tão heterogênea quanto a proposta pelo PCB. A direita, por sua vez, foi favorecida pelo fato de ter-se constituída enquanto bloco histórico desde o conservantismo hegemônico do período imperial.

O próximo documento da direção também seria fruto de poucos dirigentes e teria um viés diverso do primeiro. Este fora basicamente um panfleto, enquanto que o segundo já era um ensaio de crítica e autocrítica, visando a uma resposta tático-estratégica frente à nova conjuntura. Esse segundo documento surgiu de uma reunião da Comissão Executiva, à qual puderam comparecer alguns de seus membros.

Segundo Gorender, que, como membro do CC, foi um participante ativo da luta interna que decorreu entre 1964 e 1967, num primeiro momento a Comissão Executiva tomou uma orientação esquerdista em relação ao golpe, traduzida por um documento seu (dela) sob o título *Esquema para Discussão*. Dizia esse documento, em determinado trecho:

*“Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação. Embora nos documentos do P. se afirmasse que um dos caminhos possíveis para a conquista de um governo nacionalista e democrático era a ação armada do povo e de parte das Forças Armadas, em resposta a uma tentativa golpista, estávamos inteiramente despreparados para isto no terreno político, ideológico e prático (apesar das sucessivas crises e ameaças de golpe, não havíamos discutido a situação militar, não tínhamos meios para assegurar o funcionamento do P. em quaisquer condições, etc.).*

*É necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada. Essa autocrítica deve ser feita com equilíbrio. Não devemos ocultar os erros cometidos, nem cair no negativismo.*

*Neste esquema, cujo objetivo é orientar o P. para a ação prática imediata, damos apenas o primeiro passo no sentido de examinarmos as causas dessa derrota. Com a contribuição do P. será possível aprofundar a análise e avançar no caminho da compreensão e superação de nossos erros”!*(9)

O próprio Gorender revela que o tom esquerdista deveu-se a uma questão meramente circunstancial: *“Ilhados no Rio, só Marighella, Mário Alves, Jover Telles, Giocondo Dias e Orlando Bonfim Jr. compareciam às primeiras reuniões da Executiva. Prestes não tinha segurança para locomoção e os demais membros do organismo dirigente estavam fora do Rio”*. A prevalência da maioria “esquerdista” na Comissão Executiva naquele momento, representada por Mariguella, Mário Alves e Jover Telles, foi que ensejou a que o *Esquema* tivesse um viés crítico ao “direitismo” assumido pelo Partido. *“Com o retorno de Prestes e demais membros às reuniões restabeleceu-se a maioria oportunista. Acentuada após as prisões de Marighella, em maio, e de Mário Alves, em junho”*.(10) A partir dessa normalização na correlação de forças da cúpula pecebista, a linha “reformista” refaria o “equivocado” proporcionado pelo *Esquema*.

É mister informar que a Comissão Executiva desse momento, aquela eleita no V Congresso, era formada por Prestes, Giocondo, Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), Mário Alves, Marighella, Jover Telles, Dinarco Reis, Orlando Bonfim Júnior e Jaime Miranda. O número ímpar de membros era uma regulamentação do centralismo-demorático leniniano, de modo a permitir o desenlace sempre em favor da maioria. Suas decisões eram válidas até serem corroboradas ou não pela próxima reunião do Comitê Central. Ou seja, a Comissão Executiva, por maioria, podia falar e agir em nome do Partido, mas isto poderia ou não ser validado por maioria do Comitê Central.

Em outubro de 1964, praticamente todos os membros da Comissão Executiva puderam reunir-se para produzir o primeiro documento que refletisse o pensamento desse pequeno coletivo dirigente, instância máxima do Partido. Os “esquerdistas” do documento anterior tiveram que render-se à maioria “reformista”, liderada por Prestes e Giocondo Dias, e o que saiu foi uma Nota de caráter panfletário, que repetia aquele primeiro documento elaborado por alguns dirigentes. Segundo a Nota, a ditadura estava “realizando

*uma política contrária aos interesses da classe operária, da massa camponesa, das camadas médias, da intelectualidade e da burguesia nacional*”, e por isso, era um “*governo sem futuro, cuja base social cada dia mais se estreita*”. Não por acaso, o documento repetia a mesma frente ampla de antes do golpe, inclusive a “burguesia nacional” que já estava em relação estreita com o imperialismo e com o governo pró-imperialista.

Continuando, o documento, de nove páginas datilografadas em papel ofício, afirmava que “*aprofundou-se no país o antagonismo entre nacionalistas e entreguistas*” e que “*agora, mais do que nunca, é necessário travar uma luta conseqüente pela conquista de um governo nacionalista e democrático, único capaz de iniciar a realização das reformas estruturais reclamadas pela Nação*”. A tática deveria ser a formação da “*mais ampla frente única, a união de todas as forças capazes de opor-se à ditadura*”, com o intuito de “*impedir o avanço da ditadura e derrotá-la*”. Nesse sentido, a atuação principal dos pecebistas deveria ser orientar e insuflar as ações econômicas reivindicatórias das massas contra o regime recém-instalado.(11)

O documento mostrava que os “reformistas” continuavam apegados à linha tático-estratégica anterior: a conquista de um governo nacionalista-democrático por meio de uma ampla frente única, que resultasse na concretização das Reformas de Base. Tal posição chocava-se frontalmente com a da oposição “esquerdista”, o que levaria a uma inexorável luta interna fratricida, como veremos mais adiante.

A grande questão imposta ao PCB pelo golpe de 64 era saber se haveria ou não a continuidade da linha tático-estratégica da Declaração de Março – V Congresso, porquanto as bases desta, que eram as lutas populares sob um ambiente de democracia burguesa – embota tendo a ameaça golpista como uma espada de Dâmocles sobre si – já não mais existiam. O golpe, mais do que ter desmobilizado o PCB e colocado-o em rígida clandestinidade – assim como o fez a toda oposição não consentida –, atingiu este partido em seu ponto nodal enquanto uma pretensa organização leninista: a sua linha tático-estratégica, que é a guia-mestre do pensar e agir de um partido leninista. A evidência do golpe por si só deveria obrigar o PCB, sua direção, a uma correção de rumo com o fito de adequar-se à nova conjuntura. Se os tempos são de guerra, é incoerente utilizar-se uma

linha tático-estratégica de paz, e vice-versa. Encurralada pela realidade adversa à sua diretriz anterior, a cúpula pecebista, contra os fatos objetivos, resolveu tergiversar: manteve a linha tático-estratégica do momento pretérito em relação ao golpe, sob o pretexto de que a ditadura era passageira, que se estava aprofundando o antagonismo entre “nacionalistas” e “entreguistas” – o que era um argumento equivocado, pois os primeiros já haviam sido jugulados – e que a ocasião era propícia a se reconquistar a democracia anterior e conquistar, enfim, as reformas estruturais. Tratava-se de uma posição permeada de idealismo, a qual de modo algum mitigou as divergências com os “esquerdistas” internos; pelo contrário, fê-la acirrar-se. Somente a 5 de maio de 1965, portanto, mais de um ano após o golpe, foi que se deu a primeira reunião plenária do Comitê Central. A essa altura, a crise interna já se alastrava por todo o Partido, possibilitando a que os grupos “esquerdistas” tivessem sedimentado suas posições. De modo que, era uma reunião tardia do ponto de vista de se tentar costurar uma unidade interna, de se buscar um denominador comum, principalmente a nível de direção, ainda mais se considerarmos que as divergências de fundo já vinham de antes do golpe, quando Mário Alves, Gorender, Marighella, entre outros, já se mostraram reticentes em relação à linha tático-estratégica “reformista”.

A propósito, estes líderes se destacaram no V Congresso como os mais ferrenhos defensores da linha “reformista” da Declaração de Março e combateram, em diversos artigos publicados na Tribuna de Debate, os artigos dos “esquerdistas” que viriam a formar o PC do B: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Calil Chade, entre outros.

Geraldão e Armando Sampaio confirmam que a luta interna na direção já vinha desde antes do golpe de 64. Apesar de terem combatido com veemência os “esquerdistas” no V Congresso, Mário Alves, Marighella e Gorender passariam, com o ascenso do movimento de massas, a defender que a revolução deveria ser de caráter socialista e que a “burguesia nacional” não deveria mais ser vista como aliada – “*dado o seu caráter entreguista*” – o que “*levava a alijar o Jango na frente única*”. Além disso, eles defendiam que a luta contra o sistema capitalista tinha que ser pela via armada.(12)

Não obstante as dificuldades em se amainar a correlação de forças vigente, a reunião de 5 de maio de 1965, enfim, foi realizada, na cidade de São Paulo, para onde se havia mudado a maior parte da cúpula pecebista após o golpe. Como fruto das discussões, foi tirada uma Resolução que definia a posição oficial do CC em relação às situações nacional e internacional e, principalmente, em relação à política do PCB.

O documento condenava a agressão imperialista estadunidense contra o Vietnã e a República Dominicana, tendo, nesta, o apoio de tropas de países membros da OEA, inclusive o Brasil. Enaltecia a revolução cubana e condenava a política estudinense na América Latina através da *“Aliança para o Progresso”*, *“que visa em parte a realização de reformas limitadas em benefício das burguesias locais”*. Condenava os golpes militares acontecidos em países latino-americanos com o apoio e a orientação dos Estados Unidos, entre os anos de 1962 e 1965. Definia o governo brasileiro como *“uma ditadura militar, reacionária e entreguista, sendo o governo de fato exercido por um grupo de generais a serviço da embaixada dos Estados Unidos”*. Pregava a participação do PCB nas eleições como *“um meio para aglutinar forças contra a ditadura, desmascará-la diante das massas, conquistar postos que sirvam para combatê-la e, ao final, derrotá-la”*. Alertava a necessidade de se *“dar à campanha eleitoral um caráter de massas, de luta firme pelas liberdades democráticas, de maneira a não permitir à ditadura utilizar-se das eleições para legalizar o poder usurpado”*. O documento pregava até a possibilidade do PCB preparar as massas para a luta armada contra a ditadura, caso esta hipótese fosse inevitável: *“As massas devem ser estimuladas a não aceitar restrições da ditadura aos seus direitos de reunião, de manifestação pública, de propaganda, etc. O ascenso das lutas poderá levar a choques violentos com a reação, inclusive a choques armados. É dever do partido preparar-se e preparar as massas para tais eventualidades”*. Como forma de levantar as massas contra a ditadura, o documento propunha que as mesmas fossem organizadas através de lutas comuns a toda sociedade brasileira: revogação do Ato Institucional nº 1; libertação de presos políticos, anistia geral; liberdade e autonomia para os sindicatos de trabalhadores, entidades estudantis e demais organizações populares; contra a política econômico-financeira; contra a exploração do latifúndio e pela reforma agrária; pelas

reivindicações das mulheres; pela luta do funcionalismo público e autárquico; em defesa da soberania nacional e contra a submissão do governo brasileiro ao governo norte-americano; contra o envio de tropas brasileiras a outros países; pela paz, autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos vítimas de agressões imperialistas; solidariedade a Cuba e reatamento de relações do governo brasileiro com o governo cubano. Quanto à responsabilidade do Partido diante do golpe militar, o documento *“coloca em primeiro lugar a necessidade de levar adiante e aprofundar o processo auto-crítico em que nos encontramos e que deve ser coroado com a realização do VI Congresso”*. Como parte desse processo auto-crítico, já se adiantava alguns aspectos: *“Revelou-se falsa a confiança depositada no ‘dispositivo militar’ de Goulart. Também falsa era a perspectiva, que então apresentávamos ao partido e às massas, de uma vitória fácil e imediata. Nossas ilusões de classe, nosso reboquismo em relação ao setor da burguesia nacional que estava no Poder, tornaram-se evidentes. Cabe-nos analisar o processo que nos levou à semelhante situação.”*(13)

Esse documento oficial do CC fora resultado da obediência ao centralismo-democrático, pelo qual a minoria tem que submeter-se aos desígnios da maioria. Ele não refletia o que fora a luta nos bastidores dessa reunião de maio de 1965, envolvendo a minoria de dirigentes “esquerdistas” e a grande maioria de “reformistas”. Nessa ocasião, Marighella elaborou um documento no qual renegava a linha tático-estratégica do V Congresso e pregava a luta armada como tática fundamental para derrubar a ditadura. Esse documento foi *“apoiado por Jover Telles, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves, que estava na prisão. Foi, contudo, derrotado pela maioria do Comitê Central. Dias, que fora voto vencido na reunião anterior da Comissão Executiva e havia lançado o Manifesto, viu suas idéias saírem vitoriosas, apoiadas por Luiz Carlos Prestes”*.(14)

Na verdade, a maioria vencedora na reunião de maio de 1965, até tentou uma conciliação, ao incluir no documento a eventualidade de o Partido preparar as massas para a luta armada. Porém, isto não satisfazia aos “esquerdistas”, que argumentavam em favor da luta armada como tática principal e defendiam que a estratégia etapista (nacional-

democrática) fosse substituída pela estratégia socialista. Além disto, a “burguesia nacional” deveria ser vista como inimiga, tanto quanto o imperialismo ao qual ela estava englobada.

Além de vencidos no campo das idéias, os desviantes foram castigados da maneira que era habitual proceder com membros da direção: tirá-los do estado onde atuavam e enviá-los a outro estado. Isto tornava o castigado visível para todos os membros do Partido como um desprestigiado, alguém que perdera o poder, uma espécie de herege. A sua derrota saía dos tacanhos limites do CC para a amplitude de todo o Partido. Lembra um pouco os relatos de Foucault (15) sobre condenados que o rei expunha em praça pública para que todos os súditos os vissem e soubessem que o seu exemplo não deveria ser seguido. De maneira que se tratava de um ritual prenhe de valor simbólico. Era uma indicação aos chefiados para que não dessem ao chefe desprestigiado a importância que ele tinha antes. Era uma maneira, também simbólica, de mostrar a todos os membros que a sua direção era justa e democrática, pois poderia ter expulsado os rebeldes e não o fez. Ou seja, a direção ganhava em capital simbólico (Bourdier) e os desviantes perdiam. Esse método fora aplicado várias vezes no PCB; José Maria Crispim, Agildo Barata e os dirigentes que foram formar o PC do B (Amazonas, Pomar, Grabois, Chade, Arroio, Danielli, etc.) são alguns exemplos mais notórios. O deslocamento de um estado a outro, de uma cidade a outra, de uma função a outra, não raramente, era o primeiro passo para uma posterior expulsão, como acontecera com os dirigentes que acabamos de citar.

Na reunião de maio de 1965, a maioria do CC impôs à minoria dissidente o castigo do afastamento: Marighella foi para São Paulo, Gorender para o Rio Grande do Sul, Apolônio de Carvalho para o estado do Rio de Janeiro, Mario Alves para Minas Gerais e Jover Telles para a Guanabara. Outra providência foi o ressurgimento da *Voz Operária* como porta-voz do Comitê Central, em lugar de *Novos Rumos*, que deixara de circular em virtude do golpe de 64. A V.O. passava a ser um jornal mensal e tinha como seus responsáveis Orlando Bonfim Júnior, que anteriormente fora redator-chefe de *Novos Rumos* e era membro da Comissão Executiva do CC, Hiram de Lima Pereira, suplente do Comitê Central, e Fragmon Carlos Borges, um quadro em ascensão desde o período pré-64.(16)

Segundo Gorender, nessa reunião, ele, Mário Alves e Apolônio de Carvalho foram “*individualizados*”, pela maioria “*reformista*”, como “*bodes expiatórios*” pela não produtiva aplicação da linha política do V Congresso, em virtude de serem dirigentes da Comissão de Educação do PCB. Outro “*bode expiatório*” foi Jover Telles, pelo seu papel de influente membro da direção sindical.(17)

O grupo prestista, que tinha o controle sobre a *Voz Operária*, utilizava esse periódico para pregar a tese da frente ampla antiditatorial. Combatendo o AI-2, o editorial da V. O. de novembro de 1965 mostrava a ditadura em decadência, perdedora, “*nas relações sindicais, no movimento estudantil e agora, de maneira contundente, nas eleições de 3 de outubro*”. Era o argumento básico para reiterar o apelo à tese da frente ampla antiditatorial.

“*Os comunistas, que desde abril de 1964 caracterizaram com justeza o governo então instaurado como uma ditadura militar reacionária a serviço do imperialismo e de seus agentes, conclamam neste momento todos os democratas e patriotas à luta contra o 2º Ato Institucional, contra a ditadura, por um governo das forças antiditatoriais que restabeleça e garanta as liberdades públicas, que assegure a independência nacional, que abra novamente caminho ao progresso*”.

No mês seguinte, era a vez da Comissão Executiva ocupar as páginas da V. O. para reforçar, em uma análise mais abalizada, o que já fora consignado pelo editorial que vimos de ver.

Começava a Nota da Comissão Executiva, afirmando que o governo, através do AI-2, arrancava “*a máscara com que durante algum tempo tentou ludibriar a Nação*”. Insistia em passar a imagem de que a ditadura encontrava-se em uma crise degenerativa, principalmente por causa do insucesso nas eleições de 1965 e de seu “*isolamento e instabilidade política*”. Após pintar a ditadura neste tom decadente, vinha a tese da frente ampla como a solução para o caos.(18)

Já os grupos “*esquerdistas*”, atuavam preferencialmente junto às suas bases, com mais dificuldades de convencimento, devido à dificuldade de locomoção, dada a rigidez da clandestinidade, por que a concitação para lutar é mais inviável de acontecer do que a para

não lutar e também por que não tinham o predomínio sobre um veículo de propaganda que pudesse concorrer com a Voz Operária.

O mais interessante é que, deliberadamente, a V. O. não refletia a renhida luta que se desenvolvia nos interstícios do Partido. Um leitor incauto que a tomasse às mãos naquele momento, ou pesquisadores neófitos que a lessem a posteriori, teria uma impressão de que o PCB vivia uma sólida unidade em torno da estratégia “reformista” e que tinha um relativo poder sobre os grupos político-sociais que deveriam constituir a tão pregada frente ampla. Nem uma coisa nem outra condizia com a verdade dos fatos, malgrado a direção prestista pretender forjar a ambas. Esta seria a tônica durante todo o desenrolar das décadas de 60 e 70: a V. O. passaria a versão oficial do CC, segundo a qual havia uma unidade em torno da estratégia “reformista”, como teremos a oportunidade de mostrar mais pormenorizadamente no decorrer deste trabalho.

Mas, voltando à luta entre “esquerdistas” e “reformistas”, um fator exógeno veio radicalizar ainda mais a correlação de forças no interior do PCB. Havíamos mostrado que Lacerda, um dos expoentes golpistas, rompera relações com o governo Castelo Branco e, por extensão, com a cúpula militar golpista. Ato contínuo, passou a articular uma frente oposicionista a qual recebeu a designação de *Frente Ampla*. Tão ampla que nela cabiam desde JK e Jango até Brizola e o PCB. Kubitschek, que apoiara a ditadura desde o seu início – e depois fora cassado por ela –, inclusive cabalando votos para “eleger” Castelo Branco à presidência da República, disse sim à Frente Ampla. Em 21 de novembro de 1966, ele se reuniu, em Lisboa, com o mesmo Carlos Lacerda que fora um dos elementos-chave do golpe de 64. Brizola negou-se veementemente a reunir-se com seu arquiinimigo e o PCB foi consultado pela Frente através do ex-deputado federal Renato Archer. Por parte de Prestes e seus liderados, a Frente Ampla – embora tivesse em Lacerda um de seus cabeças – vinha de encontro às suas pretensões de isolar e derrotar a ditadura através de uma frente ampla de oposições. O grupo antiprestista, naturalmente, posicionou-se contra qualquer tipo de aliança com a oposição burguesa, servindo esse episódio, como dissemos, para agravar a crise pecebista. A Frente não chegaria a concretizar-se pois seria extinta por Costa e Silva, que assumiria a presidência da República em 15 de março de 1967, tendo seu

nome sido imposto pela linha dura na cúpula militar e sua candidatura homologada pelo Congresso Nacional, em 3 de outubro de 1966, obtendo a unanimidade dos votos da ARENA e uma abstenção, também unânime, do MDB. Para a ditadura, a única oposição consentida e, portanto, legitimadora de sua pretensa fachada democrática, somente podia ser o MDB.

A V. O., que continuava a omitir quaisquer contradições a nível interno do PCB, não perdia a oportunidade de continuar colocando uma lente de aumento sobre o que considerava ser contradições desestabilizadoras na chefia da ditadura.

Em seu editorial de fevereiro de 1966, os descontentamentos de Ademar de Barros, Carvalho Pinto, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda com os AI-2 e AI-3, acrescidos das insatisfações populares contra a carestia e a falta de liberdade, eram colocados como um fator de risco para a continuidade do regime instaurado a partir de 1964.(19)

Meses depois o editorial da V.O. chamaria a atenção para contradições no seio da cúpula militar, devido à “*escolha do marechal Costa e Silva para substituto do atual ditador*”. Segundo o editorial, essas contradições, advindas das “*demissões de dois ministros*” e das “*críticas feitas à política do governo pelo antigo comandante do II Exército, general Justino Alves bastos*”, além da cassação dos direitos políticos de Ademar de Barros, colocavam a ditadura na berlinda e, por isso, fazia-se mais premente a necessidade da união das oposições para a conquista do restabelecimento da normalidade democrática. As próximas eleições parlamentares (novembro de 1966) eram vistas como momento oportuno para a unidade oposicionista inflingir uma derrota às forças ditatoriais, que “*a debilitem, apressando assim sua derrocada*”.(20)

A rigor, não havia inverdades nessas instantes matérias da V. O., o que havia era um exagero nas inferências de que as contradições no seio da ditadura estavam levando-a ao seu esgotamento. A verdade é que a ditadura, até então, tinha uma grande autonomia de auto-renovação e isso estava sendo comprovado com o seu arsenal de medidas autoritárias casuísticas, como os Atos Institucionais números 1, 2, e 3. O AI-5 viria a ser uma demonstração ainda maior desse poder de a cúpula militar corrigir o seu próprio rumo e consolidar-se ainda mais no poder.

## RECRUDESCE A CRISE ORGÂNICA

O castigo imposto aos dirigentes divergentes, transferindo-os para outros estados, não surtiu o efeito de desprestigiá-los perante as bases e enfraquecer sua liderança. Pelo contrário, foi a partir dessas transferências que eles iriam desenvolver com mais intensidade as suas ações “fracionistas”, “divisionistas”. Eles tinham a seu favor o fato de que o Partido como um todo, em todo o território nacional, estava cindido entre os que eram favoráveis ao CC e os que lhe eram contra. Cisões explodiram em vários comitês estaduais sem que os dirigentes tivessem um controle. O CC continuava a utilizar a Voz Operária para forjar a imagem de que o Partido estava unido em torno da linha política do V Congresso, eximindo-se de mostrar o que de fato ocorria. Essas cisões se davam mais ou menos em concomitância, no período entre 1965 e 1968, sem que houvesse uma articulação maior entre os divergentes, que possibilitasse trazê-las para uma só oposição. Apesar das formações de diversas frações, a vontade geral de seus constituintes era continuar no Partido e utilizar o VI Congresso como fórum legal para fazer valer suas posições perante o coletivo partidário. Os prestistas também esperavam o VI Congresso para trazer o Partido de volta à linha política por eles defendida, isto é, a do V Congresso. Havia até os que repudiavam a realização do VI Congresso e defendiam a ida direta para a luta armada.

Sem poderem utilizar a Voz Operária – a qual estava sob o rígido controle dos prestistas – para manifestar suas insatisfações, as cisões passaram a elaborar documentos e distribuí-los clandestinamente às bases do Partido, buscando ganhar adesões. Um desses documentos conseguiu aglutinar assinaturas de várias das facções, que se constituíram nesse período do qual estamos tratando. Eram seus signatários os seguintes organismos: *“Comitê Estadual do PCB do Estado do Rio de Janeiro, Comissão Estadual da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara, Comitê Metropolitano do PCB de Brasília, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB de Pernambuco, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB de Minas Gerais, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB em Alagoas, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB no Espírito Santo, Comissão*

*Estadual de Reconstrução do PCB na Paraíba, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB de Sergipe, Comissão Estadual de Reconstrução do PCB no Rio Grande do Sul e Comitê Municipal de Belo Horizonte*". O documento intitulava-se "*Proclamação aos Comunistas Brasileiros*" e objetivava repudiar o CC, ao qual acusava de ser "*denominado por uma maioria profundamente oportunista, há muito divorciada do marxismo-leninismo e serviçal do mais abjeto reformismo burguês, que se manifesta tão claramente na sua adesão à Frente Ampla liderada pelo agente imperialista Carlos Lacerda, furtou-se aquele órgão, após a derrota de abril de 1964, a toda verdadeira auto-crítica revolucionária e se esforçou por levar ao Partido a sua posição ideologicamente revisionista e politicamente reboquista à burguesia*". Esses organismos se recusavam a participar do VI Congresso por considerá-lo uma "*farsa em que a opinião da grande maioria dos militantes será abafada*". Daí eles não reconhecerem a validade da realização do VI Congresso, "*manipulado por oportunistas e concitam todo o partido a repudiá-lo*". Ao invés do VI Congresso, o documento exortava a militância a dar "*sua colaboração à tarefa de reconstruir o partido como organização marxista-leninista; liberando-o de uma direção ilegal, liquidacionista e serviçal da burguesia*". Essa mesma militância era conclamada a dedicar-se "*à atividade política revolucionária junto às massas trabalhadoras e populares da cidade e do campo*".(21)

Vários outros documentos como este foram veiculados com o intuito de combater o CC. Vamos citar trechos de alguns deles para melhor dimensionarmos o que foi a crise orgânica àquela época.

O jornal Avante, do Comitê Estadual do estado do Rio de Janeiro, dizia que "*o golpe de 64 foi a constatação clara da falência da linha política defendida no V Congresso, marcada pelas ilusões de classe e pelo reboquismo em relação à burguesia, pela subestimação da aliança operário-camponesa e pela utopia de uma via pacífica para o processo revolucionário brasileiro*".(22)

O Comitê Estadual de São Paulo, liderado por Marighella, afirmava que o CC estava "*corroído pela influência da ideologia burguesa reformista*".(23) A "*Maioria*

*Revolucionária do PCB da Guanabara*” tinha a mesma opinião, considerando que o “*grupo divisionista chefiado por Prestes enrolou a bandeira vermelha da revolução*”.(24)

Até o PC do B voltaria a fustigar a direção pecebista, afirmando que “*o partido de Prestes, vai-se reduzindo cada vez mais a uma cúpula de oportunistas, carreiristas e aproveitadores*”.(25)

O próprio CC não respondia a essas investidas, continuando a utilizar a V. O. para pregar uma unidade em torno da linha política do V Congresso. No entanto, alguns setores situacionistas respondiam duramente aos insurgentes, caso do Comitê Estadual da Guanabara, que, em uma de suas manifestações, defendia “*o combate ao fanatismo pequeno-burguês de alguns camaradas, que a pretexto de crítica e auto-crítica, procura conduzir a luta de opiniões no Partido pelo caminho da intolerância, pela guerra entre camaradas, transformando-a em ‘luta de classes’ da indisciplina das medidas administrativas, do fracionismo e do grupismo, chegando-se a formular a plataforma da constituição de um novo Partido ‘revolucionário’*”.(26)

Era esse o clima do PCB no imediato pós-64. O ambiente de clandestinidade agia como um lenitivo a impedir que a luta interna se transformasse em um mal maior. Sem poder promover um encontro ostensivo, aberto a todos os seus membros, o Partido tornava-se salvo de uma luta interna mais renhida e de conseqüências mais funestas para a sua unidade. A direção também era favorecida pela clandestinidade, que a protegia de ataques frente a frente, os quais provavelmente seriam inevitáveis em um encontro franqueado a todo o Partido.

No meio de tantas contradições, três grupos foram estruturando-se enquanto dissidências mais conseqüentes. O primeiro era liderado por Marighella e acabaria tornando-se a ALN. O segundo, sob a liderança de Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Jover Telles e Jarbas Amorim, redundaria no PCBR. O último foi basicamente uma tendência estudantil, que tinha Vladimir Palmeira, Daniel Aarão Reis Filho e Carlos Minc entre seus líderes.

ALN

Logo que foi transferido para o Comitê Estadual de São Paulo, Marighella passou a articular em favor de suas propostas. Entretanto, antes de ser ganho pela corrente de Marighella, este Comitê estava sob a hegemonia de um grupo que se fez oposicionista ao Comitê Central após o golpe de 64. Esse grupo girava em torno de Moisés Vinhas, Moacir Longo, Odon Pereira, Carlos Nibel e Luiz Rodrigues Corvo, entre outros, e assumiu a direção do Partido em São Paulo, em oposição ao CC e, principalmente, a Prestes. Marco Antônio Coelho, que acabaria apoiando esse grupo, denominado os renovadores, conta que a sua (do grupo) estratégia consistia em *“uma longa acumulação de forças, através principalmente do fortalecimento dos movimentos sociais e da conquista de posições nos órgãos locais do poder político. Simbolizava essa estratégia a luta pelo ‘poder local’, como acabou sendo estigmatizada pelos que o combatiam”*. Esses oposicionistas chegaram a convocar uma Conferência Extraordinária para eleger um novo secretariado e discutir *o que fazer* do Partido naquele momento pós-golpe. Uma revista foi criada nessa ocasião e serviu de espaço para a tribuna de debate que se abriu. *“Prestes escreveu um artigo para esse debate, publicado nessa mesma revista, sob o pseudônimo de Antônio Almeida, condenando de forma radical a proposta do então grupo majoritário no Comitê Estadual”*. Não obstante a posição contrária de Prestes, os renovadores foram vitoriosos na Conferência e elegeram Moacir Longo como secretário-geral do Comitê Estadual de São Paulo.(27)

De modo que, quando Marighella chegou a São Paulo já encontrou um ambiente contrário ao Comitê Central. O espírito oposicionista era-lhe tão propício que, em junho/julho de 1966, na Conferência do PCB no estado de São Paulo, ele foi eleito o novo secretário-geral daquele comitê estadual.

A contenda de Marighella com o CC vinha desde o pré-64. Em agosto de 1961, por exemplo, durante a crise provocada pela renúncia de Jânio, ele posicionou-se favorável a que o Partido aproveitasse o ensejo auspicioso para preparar as massas para uma insurreição. Em abril de 1964, alguns dias após o golpe, conforme depoimento de Givaldo Siqueira a Ivan Alves Filho (28), ele defendeu a tese de que o Partido investisse na

sublevação de unidades do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, como forma de iniciar a luta armada contra a ditadura. Outra rebeldia sua que merece destaque, aconteceu também nos momentos iniciais ao golpe, através de seu livro (*Por que resisti à prisão*), publicado à revelia do Comitê Central, no qual ele, além de narrar a sua prisão, em 1964, em um cinema do Rio de Janeiro, aproveitava para fazer proselitismo em favor de suas idéias contra o CC.

Em 1966, ele escreveu uma série de artigos dando continuidade à defesa de suas propostas. Em um desses artigos, ele criticava o Partido por ter-se colocado a reboque da burguesia no pré-64, a qual mantinha “*ligações muito estreitas com o latifúndio e ligações com o imperialismo*”. Em vista disto, ele propugnava que o proletariado “*não tem outro recurso serão adotar uma estratégia revolucionária, que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da insurreição armada popular. Trata-se da via não-pacífica, violenta – até mesmo da guerra civil*”. A sua frente única deveria ser formada pelo “*proletariado, as massas rurais, os intelectuais e os estudantes*”. No entanto, ele não descartava uma aliança com a burguesia: “*O trabalho com a burguesia na nossa estratégia não pode ser o trabalho fundamental, ainda que não se trate absolutamente de abandoná-la*”. Como primeira tarefa tática, ele propunha uma aliança com a esquerda católica e com os “*nacionalistas revolucionários, os partidários de Brizola, Arraes, Julião e outros, bem assim como as demais correntes esquerdistas contrárias à ditadura*”.(29)

Enquanto o PCB caminhava para o seu VI Congresso, já marcado para dezembro de 1967, aguçava-se a luta interna em seu interior. A reunião do CC, em janeiro de 1966, para a aprovação das teses para o VI Congresso, foi mais um motivo para acirrar-se as contradições entre os “reformistas” e os “esquerdistas”. Em 10 de dezembro do mesmo ano, contrário ao que considerava como “*concepção antimarxista e antidialética do núcleo dirigente monolítico superposto ao coletivo*”, Marighella entregou o seu cargo de membro da Comissão Executiva, dizendo-se disposto a “*lutar revolucionariamente, junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança*”, a qual acusava de estar presa a “*concepções imbuídas do fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira*”.(30)

Não obstante ter abdicado da condição de membro da Comissão Executiva, ele continuou como secretário-geral do Partido em São Paulo. A sua renúncia significava na prática o seu rompimento formal com a direção partidária e aprofundava ainda mais a crise orgânica. Em vários diretórios regionais houve manifestações de apoio à sua posição. Em abril de 1967, quando da Conferência Estadual dos Comunistas de São Paulo, realizada em Campinas, Marighella foi reeleito secretário-geral, contabilizando 33 votos dos 37 delegados.

Na pauta dessa Conferência estava também a discussão das teses do Comitê Central para o VI Congresso, lançadas para todo o Partido em julho de 1966. Marighella abriu os debates sobre as teses, em nome do PCB de São Paulo, defendendo a *“luta de massas na área urbana e, principalmente, na área rural”* e *“a substituição da atual ditadura por um governo que assegure a real independência do país do jugo norte-americano”*. Finalizando o seu discurso, ele afirmava que a posição de seu grupo era contra o fracionismo e à formação de um novo partido, *“o centralismo-democrático prossegue sendo para nós o princípio diretor do Partido”*. Ele também leu o documento do CE-SP a respeito das teses do CC, considerando que estas tinham *“as ilusões da burguesia”* como *“fio condutor”*, que *“o MDB acumpliciou-se com a ditadura de Castelo Branco e agora volta-se para Costa e Silva”*, que *“insinuam o caminho eleitoral como saída (...) e raciona-se como se estivéssemos sob o governo Goulart”*. Após defender que o aliado principal do proletariado deveria ser o campesinato e não a burguesia, o documento finalizava afirmando que a *“Conferência do Estado de São Paulo, por sua maioria, resolve rejeitar as Teses do Comitê Central”*.(31)

Em agosto de 1967, Marighella atingiu o cume de sua insubordinação. À revelia do Partido, aceitou o convite do governo de Cuba para participar da 1ª Conferência da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade, que aconteceu entre 31 de julho e 10 de agosto. Por essa época, o governo cubano, com o seu regime socialista já solidificado, adotava a política de ajudar grupos guerrilheiros de outros países da América Latina a buscarem a revolução socialista através da luta armada. A OLAS fora criada com este objetivo. Cuba era a Meca dos guerrilheiros latino-americanos. Guevara, após a sua

importante participação na Revolução Cubana, encontrava-se na Bolívia onde desenvolvia uma operação guerrilheira que tinha por escopo levar a revolução socialista a vários países latino-americanos. Logo que soube da presença de Marighella em Cuba, o PCB, que era infenso à política revolucionária da OLAS, emitiu um telegrama à Havana proibindo a sua participação na Conferência. Marighella, além de desobedecer à determinação do Partido, ainda reforçou as suas críticas à direção pecebista diante dos cubanos e delegados de vários países latino-americanos. Prestes, que no Brasil ouvira as críticas do líder rebelde através da Rádio Havana, determinou ao Secretariado que conduzisse a sua expulsão. Antes, já havia sido expulso Jover Telles. A seguir, o processo de expulsão atingiu a Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, acusados de estarem formando um novo partido. As expulsões dos dissidentes não passaram em brancas nuvens. Houve, mais uma vez, reação vinda das bases do Partido contra a direção prestista.

Marighella fez os seus dias serem bastante profícuos em sua efêmera passagem por Cuba. No dia 5 de agosto, ele concedeu uma entrevista ao jornalista Pedro Lobaino, no jornal cubano Juventud Rebelde, afirmando que *“a direção do PCB não quer saber de revolução pois se estivesse interessada em realizá-la teria mandado seus delegados à Conferência da OLAS, para participar dos debates e dar sua opinião”*. Entretanto, negava que estivesse criando um grupo no PCB e que tivesse sido expulso: *“Não teria sentido fazer tal campanha divisionista, isto seria perder tempo (...) também não estou expulso do Partido”*.(32)

No dia 8, ele foi entrevistado pela revista Pensamiento Crítico, que havia publicado a sua carta de demissão à Comissão Executiva. Nessa entrevista, ele afirmava que havia *“condições para a luta armada”* no Brasil e que, *“para a Comissão Executiva, a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira”*. Ele explicava que na Conferência Nacional do PCB, em 1962, já havia rompido ideologicamente com seus pares, *“quando critiquei a direção individual e os falsos métodos da direção que comprometem o marxismo-leninismo”*.(33) Segundo Marco Aurélio Garcia, na crise de agosto de 1961, Marighella já se opunha à Comissão Executiva do CC em sua ênfase de uma aliança com a burguesia e defendia que a aliança principal devia ser entre o proletariado e o campesinato.(34)

O CC enviou um telegrama ao CC do PC de Cuba no qual dizia que Marighella não era representante do PCB na OLAS. Marighella enviou uma carta ao CC em resposta a esse telegrama, asseverando que *“quem domina o CC é um grupo de direita que se ramifica pelo país, como acontece com a Guanabara, onde defende a tese da derrota pacífica da ditadura e se mantém nos cargos a poder de cambalachos, ainda que combatidos por dentro e por fora por companheiros e companheiras de honestidade revolucionária”*.(35)

Ao encerramento da Conferência da OLAS, Marighella escreveu uma carta a Fidel dizendo que a direção do PCB deixava-se *“dominar por ilusões de classe, deposita confiança nos generais e no dispositivo militar da burguesia, e não se prepara, nem prepara o Partido ou o povo para desencadear a luta armada”*.(36)

Ainda de Havana, ele escreveria uma carta ao almirante Aragão, datada de 28 de setembro, na qual dizia: *“O que nós brasileiros precisamos fazer é unir nossas forças, partindo da luta de guerrilhas e da criação de um núcleo armado com base na aliança operária-camponesa, à qual devem se juntar o combativo movimento estudantil, a intelectualidade, a juventude, a mulher brasileira, os funcionários públicos e os militares revolucionários de dentro e de fora das forças armadas”*.(37)

Ao regressar de Cuba, Marighella deu constituição ao Agrupamento Comunista de São Paulo, liderado por ele, Joaquim Câmara Ferreira, Rolando Fratti, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto e Osvaldo Lourenço, entre outros.(38) Nesse ínterim, o Comitê Central tomava medidas radicais contra Marighella e outros rebeldes.

Um documento sigiloso com o qual Prestes interveio no Pleno do Comitê Central, em agosto de 1967, publicado na Voz Operária de outubro do mesmo ano, num dos raros momentos em que aquele periódico abriu espaço para a luta interna, embora de forma enviesada (mostrando somente a versão situacionista), reflete bem a acerbação do grupo prestista em relação à atitude insubordinada das bases e, especialmente, de Marighella. Esse documento de Prestes, que o assinava com o seu codinome de Antônio Almeida e intitulava-se *Defender a unidade do Partido contra o fracionismo e o liquidacionismo*, com data de 15 de agosto de 1967, começava assinalando que o motivo dessa reunião do CC devia-se a que nos *“meses de junho e julho, acentuaram-se fenômenos que ameaçavam a*

*unidade do Partido e não podíamos deixar de enfrentá-los*". A seguir, ele identificava esses fenômenos como sendo "*manifestações de rebeldia, de violação dos princípios e normas da estrutura da vida interna do Partido*", advindas de "*alguns Comitês Estaduais*", e até "*sob a influência de membros do próprio Comitê Central*", que imprimiam "*à atividade partidária em suas respectivas circunscrições, uma orientação divergente da aprovada pelo Comitê Central*".

Mas era contra Marighella, sob o codinome de Menezes, que se dirigia a maior indignação de Prestes: "*Menezes abandonou seu posto, viajou para Cuba sem informar sequer à direção do Partido e lá, através de declarações à imprensa e pela Rádio de Havana, passou a atacar a orientação de nosso Partido e sua direção*". Ao final do texto, "*em defesa da unidade do Partido*", Prestes sugeria a expulsão dos rebeldes: "*Os atos de indisciplina deverão ser punidos, mas o grupo fracionista já configurado, com plataforma própria e disciplina própria, que, segundo indica tem plenitude nacional, coloca-se fora do Partido. Seus membros não poderão deixar de ser expulsos do Partido*".(39)

Pecebistas de vários estados brasileiros, organizados em dissidências, redigiram críticas contra a posição "direitista e oportunista" ditada pelo Comitê Central. Em São Paulo, por exemplo, a maioria do Comitê Estadual estava com Marighella e contra a direção nacional do PCB. Em um documento em desagravo à expulsão de Marighella do PCB, ocorrida em setembro, a defecção paulista consignava que o Comitê Central "*foi corrompido pela influência da ideologia reformista burguesa e colocou-se a serviço do desenvolvimento capitalista*". Ademais, co-reponsabilizava a direção do Partido pelo golpe de 64, devido ao seu "*oportunismo direitista, da submissão à burguesia, do reboquismo*".(40)

Nessa época, os comitês regionais dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, em deliberações tomadas por maioria de seus respectivos coletivos, decidiram atuar à revelia da direção nacional. Em represália, a Comissão Executiva do Comitê Central, em outubro de 1967, emitiu dois comunicados – um referente à rebeldia de São Paulo e outro à do Rio de Janeiro –, destituindo ambos os Comitês, nomeando-lhes "interventores" e suspendendo "Toledo", "Rodrigo" e "Lima" – codinomes,

respectivamente, de Joaquim Câmara Ferreira, indecifrável e Apolônio de Carvalho – de seus cargos de membros do Comitê Central, até a próxima reunião deste órgão.(41)

Como desdobramento da crise, dissidências dos estados de São Paulo, Guanabara, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Ceará, Brasília e Rio Grande do Sul tiraram um documento conjunto, em uma conferência nacional, para traçar a sua linha de ação revolucionária, segundo elas, fiel aos princípios do marxismo-leninismo e independente da política “reboquista” assumida pela direção nacional. O documento pregava a formação de uma vanguarda revolucionária capaz de levantar as massas trabalhadoras para “*uma revolução popular antiimperialista e antilatifundiária, abrindo caminho para o socialismo*”.(42)

## PCBR

Os afastamentos de Mário Alves para Minas Gerais e de Apolônio de Carvalho para o estado do Rio de Janeiro propiciaram a que estes líderes opositores, juntamente com Jacob Gorender, Miguel Batista, Jover Telles, Jarbas Amorim, entre outros, construíssem uma tendência no Partido, a qual defendia a luta armada e foi ganhando uma considerável adesão de militantes em várias partes do Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, havia duas direções estaduais, uma das quais estava sob a liderança de Mário Alves. Com o tempo, essa tendência passou a intitular-se Corrente Revolucionária ou simplesmente Corrente. Em outubro de 1967, a Corrente preparou uma reunião em Niterói com vistas à conferência de criação de um novo partido. A essa reunião, compareceram algumas lideranças, como Apolônio de Carvalho, Mário Alves, Gorender, Miguel Batista dos Santos, Jover Telles e Joaquim Câmara Ferreira, este último representando o Agrupamento Comunista de São Paulo. Logo em seguida, foi formada uma comissão com o intuito de elaborar as bases da conferência. Dessa comissão, fizeram parte Apolônio de Carvalho (“Lima”, “Alves”, “Neves”), Manoel Jover Telles (“T. J. Paulo”, “Rui”), Armando Teixeira Frutuoso (“Juca”)

e Jarbas Amorim. A comissão ainda tentou cooptar Marighella para integrá-la, o que acabou não acontecendo.

A expulsão dos líderes da Corrente, confirmada pelo VI Congresso, em dezembro de 1967, fez com que neste mesmo mês, fosse agendado um encontro nacional desse grupo com o intuito de se debater as teses contidas no documento *Sobre programa e tática*, que serviriam de fundamento para a criação do novo partido.(43)

Nos dias 11 e 12 de abril de 1968 se deu a conferência de criação do novo partido, que passou a se chamar PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, cujos estatutos eram “*uma cópia dos estatutos do PCB, com algumas modificações*”. A luta armada se daria com a participação da classe operária, através de dois estágios paralelos: “*primeiro, conscientização ideológica; segundo, preparação militarista, com vista a uma revolução armada*”. O foquismo era descartado enquanto tática revolucionária, o que era uma forma de se opor ao guevarismo-debrayismo.(44) É interessante salientar que as organizações revolucionárias, cujos líderes eram ex-dirigentes do PCB, como a ALN, o PCBR e o PC do B, não aderiram ao foquismo, embora a primeira delas tivesse forte ligação com Cuba.

O documento do CC do PCBR nessa conferência, *O processo da guerra revolucionária*, indicava a guerrilha como forma preferencial de luta armada: “*O caminho da revolução brasileira é a luta armada. As condições concretas de nosso país indicam que o meio mais adequado para iniciá-la e desenvolvê-la, e para criar o núcleo inicial do Exército Popular Revolucionário, é a guerra de guerrilha. Daí a tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário: organizar a luta armada, a partir da guerra de guerrilha*”.(45)

De acordo com um documento *Sobre a política de organização*, o militante que aderisse ao PCBR tinha que comprometer-se em ser um guerrilheiro, isto é, um participante ativo da luta armada.

“*O militante do PCBR deve distinguir do militante dos partidos pseudo-comunistas e social-democratas pelo fato de que sua adesão aos princípios revolucionários não é verbal apenas, mas se concretiza na prática. Enquanto que no PCB e no PC do B, por*

*exemplo, há numerosos elementos inativos, limitando-se por vezes a contribuir financeiramente, o PCBR só pode admitir em seus quadros homens e mulheres integrados na prática revolucionária, em suas diversas formas”.*(46)

Em junho de 1968, o CC do PC do B lançava um documento no qual louvava a atitude dos membros do PCBR por que *“corajosamente, se afastaram das hostes do PC Brasileiro, por terem compreendido a hipocrisia da ‘camarilha de Prestes’, desmascarada na farsa do VI Congresso”*. Entretanto, o próprio PCBR era também criticado por exprimir *“as vacilações e a inconseqüência da pequena burguesia”* e representar *“os pontos de vista de alguns intelectuais temerosos de tomar posição aberta ante o aguçamento da luta de classes”*. O PCBR era visto pelo CC do PC do B como uma terceira via entre o marxismo-leninismo e o revisionismo, cuja linha política estava dentro do *“sectarismo mais grosseiro”*, no qual se misturavam *“idéias marxistas-leninistas com teses aparentemente radicais de fundo trotsquista”*. Outro “erro” denunciado referia-se ao fato de o PCBR ter silenciado sobre o “revisionismo” do PCUS.(47)

Este documento é uma amostra do quão era difícil – senão impossível – os grupos comunistas – e mesmos esquerdistas em geral – promoverem uma aliança. Havia uma forte rivalidade entre eles, que fazia com que se dividissem e se subdividissem, o que foi a tônica durante o período da ditadura, até praticamente todos serem postos fora de combate, sendo o PCB e o PC do B duas raras exceções. Entretanto, ao final da ditadura o primeiro partido não seria nem uma pálida sombra do que fora no pré-64, enquanto o segundo jamais fora nem seria algo além de uma pequena organização, a qual, justiça seja feita, lutou com bravura na guerrilha do Araguaia.

## **MR-8**

O MR-8 seria outro segmento a opor-se à linha “revisionista” do CC. Entretanto, ao contrário dos outros dois grupos que mostramos, houve de sua parte um esforço maior em encetar alianças com correntes de dentro e de fora do PCB. O fato de ser um grupo composto basicamente de estudantes e de estar, naquele momento, entranhando no

efervescente movimento estudantil do imediato pós-64, dava-lhe uma maior possibilidade de fazer alianças, tarefa que já realizava para compor as chapas de suas entidades universitárias e secundaristas. Outra razão para a sua abertura maior a alianças, foi, provavelmente, a pouca idade e, por conseguinte, pouca experiência de seus líderes, quase todos estudantes, que não tinham uma tradição de rivalidades dentro do movimento esquerdista.

Nas eleições de 1966, agudizou-se a relação entre grande parte das organizações de base estudantis do PCB e o CC. Enquanto este pregava o voto ao MDB, os estudantes pecebistas, em aliança com a AP (que hegemonizava o movimento estudantil) e o POLOP, preconizava o voto nulo. Diante dessa desobediência, o CC acenou com medidas punitivas, o que fez com que os estudantes da Guanabara, em fevereiro de 1967, fundassem a Dissidência Universitária da Guanabara ou Dissidência Comunista da Guanabara, liderada por Vladimir Palmeira, Carlos Minc e Daniel Aarão Reis Filho. A sua pretensão não era ganhar a máquina pecebista, como pretendiam os partidários da Corrente, mas integrar-se a esta defecção, o que acabaria não acontecendo. A Dissidência obteve relativo êxito no movimento estudantil, vencendo as eleições para o DCE-Livre da UFRJ e conseguindo maioria na UEE carioca, através de uma chapa liderada por Daniel Aarão Reis Filho. Houve também conquista de DCEs da PUC-RJ e da UERJ. No 29º Congresso da UNE, a Dissidência fez uma aliança com estudantes dissidentes do PCB de outros estados, e também com o POLOP, para opor-se a AP. Após essas participações legais no movimento estudantil e enfrentar tropas da repressão em diversas agitações de rua, a Dissidência partiu para a clandestinidade e para a luta armada. Em setembro de 1969, por ocasião do seqüestro do embaixador estadunidense, o qual planejou e executou, em parceria com a ALN, a Dissidência Comunista da Guanabara assumiu a denominação MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), em homenagem a Che Guevara.(48)

## O CC VENCE MAIS UMA BATALHA

Foi uma luta pelo poder na qual mais uma vez venceu o mais forte. Ou seja, a grande maioria do CC se manteve unida em torno da linha política do V Congresso, que já estava sendo corroborada pelas teses (do CC) ao VI Congresso. A verdade é que não havia condições subjetivas de se encetar uma luta armada das massas contra a ditadura. O campesinato de que falavam os escritos de Marighella estavam recolhidos ao seu tradicional isolamento pacífico e pró-sistema, após a experiência das Ligas Camponesas. A classe operária nunca teve propensão à luta armada, suas reivindicações sempre foram mais “economicistas” – como diria Lênin –, no sentido de obter ganhos utilitaristas dentro do próprio regime capitalista. As Forças Armadas estavam depuradas dos elementos revolucionários. Os maiores líderes pelas reformas estruturais (Brizola, Julião e Arraes) estavam fora de ação. Restava segmentos voluntaristas da classe média urbana; seriam pouquíssimos elementos deste setor que atenderiam ao chamado da luta armada, exortada pelas diversas organizações “esquerdistas” do pós-64.

Segundo Geraldão, O PCB foi *“a força de esquerda que teve mais clareza quando do golpe: não precipitar os acontecimentos, organizar as massas; somente uma força muito ampla poderia reverter o processo e colocar o Brasil na senda da democracia. Surgiu o termo partidão, que dava idéia de partido velho, que se arrastava, partido do Prestes. Os ‘esquerdistas’ que colocaram essa denominação”*.(49)

O problema é que havia uma grande distância entre o que pregava o Partido e o que ele de fato executava ou poderia executar. Organizar as massas, por exemplo, foi uma tarefa tática que o PCB jamais conseguiu realizar a contento, nem antes e, muito menos, depois de 1964. E era uma tarefa fundamental, pressuposto para o cumprimento de qualquer estratégia, fosse etapista ou socialista propriamente dita. A derrota de 1935, sem reação, a cassação do Partido, sem reação, a não adesão dos trabalhadores ao Manifesto de Agosto e a abrilada, também sem reação, são evidências de que o PCB não tinha organizado as massas no sentido de tê-las sob o seu comando, como reza o leninismo, pelo qual os pecebistas se guiavam. Aliás, nenhum segmento das esquerdas tinha organizado as massas de maneira conseqüente: as Ligas Camponesas, os Grupos dos 11, as greves políticas, tudo se desfez com o golpe de 64. havia mais agitação e propaganda do que

organização leninista, malgrado o PCB ter, no imediato pré-64, uma forte inserção no movimento de massas, qualitativamente maior do que a de 1945-1947 ou de qualquer outro período de sua história. Geraldão está prenhe de razão quando afirma que “*nós tínhamos o maior número de sindicatos e os sindicalistas de maior expressão, como Roberto Morena, Hércules Corrêa, Osvaldo Pacheco, Luis Tenório de Lima e Lindolfo Silva*”.(50)

Entretanto, tudo isto não foi suficiente sequer para se esboçar uma reação pacífica ao golpe, como uma greve geral, por exemplo. Daí que o Partido sempre deixou a desejar em sua tarefa tática fundamental, que era a organização das massas. As alianças se davam preferencialmente e subordinadamente com a burguesia (JK, Jango, Frente Ampla, MDB...), em detrimento de um fortalecimento da aliança proletariado-campesinato. O Partido apostava demasiadamente em uma acumulação de forças, por tempo indeterminado, para conquistar não o socialismo, mas um pretense regime nacional, democrático, antifeudal e antiimperialista, no qual dificilmente ele teria hegemonia. Geraldão argumenta que o “esquerdismo” foi o principal responsável pela não conquista dessa estratégia etapista: “*O esquerdismo atrasou o processo revolucionário do País. E isto não começou após a deflagração do golpe: começou antes, com Brizola, Julião, greves políticas sem necessidade... Isto foi facilitando, acumulando, a possibilidade das forças retrógradas se unirem e, com o apoio dos Estados Unidos, dar o golpe. O esquerdismo colocava palavras de ordem que o movimento não tinha condições de carregar. Se os esquerdistas do pós-64 tivessem unidade com o CC, o processo de derrubada da ditadura poderia ter sido mais rápido*”.(51)

Se a luta interna era, deliberadamente, omitida pelo periódico oficial do CC, a Voz Operária, o mesmo não sucedia por parte da imprensa burguesa, que abria espaços para noticiá-la.

O conservador *O Estado de São Paulo*, a exemplo de alguns outros periódicos da imprensa burguesa, publicava informações “secretas” sobre a luta interna pecebista. Baseado em um artigo que fora veiculado no *L’Humanité*, órgão oficial do PC francês, o diário brasileiro, afirmava que o PCB fora contrário à guerrilha de Caparaó – cujo mentoreamento, até hoje, é atribuído a Brizola –, à Conferência da OLAS e que, segundo o

aludido jornal francês, o Partido estava ameaçado por “*tendências esquerdistas*”. Também era dito que Marighella e Jover Telles foram “*recentemente excluídos do Partido*”, devido às suas “*atividades fracionistas de esquerda*”.(52)

Em outra edição, o mesmo jornal brasileiro fazia uma análise, com acurado conhecimento de causa, a respeito dos episódios envolvendo o conflito entre o comitê estadual paulista e a direção nacional. A nota tratava especificamente das discordâncias tático-estratégicas entre as duas instâncias, assinalando que a dissidência paulista aderira às “*teses da OLAS*” e acusara os dirigentes nacionais de “*há muito – desde 1946 – deixaram de estar fiéis aos princípios marxistas-leninistas para submeter-se à ideologia burguesa*”. Finalizando, era dito que os prestistas estavam fazendo “*sondagens em São Paulo*”, com o intuito de “*consolidar as posições ideológicas que defendem, para assim chegarem fortalecidos ao VI Congresso do PCB, onde se tentará a expulsão dos elementos que divergem da direção central*”.(53)

De maneira que, a um militante comum era mais fácil – salvando os devidos descontos – manter-se informado a respeito do PCB através da imprensa burguesa do que pela V. O.

A direção pecebista era tão ferrenhamente infensa à luta armada, que, quando do assassinato de Guevara, a V. O. apenas publicou uma pequeníssima nota burocrática, obituária – enquanto a imprensa de todo o mundo alardeava o acontecimento por várias semanas –, afirmando que a “*humanidade progressista e revolucionária*” lamentava a sua perda, que ele tombara “*lutando com bravura*”, fora “*friamente assassinado*” e que – finalizando – a luta contra o imperialismo estadunidense deveria atender “*às particularidades de cada país e às tradições de cada povo*”(54), o que era uma maneira indireta de combater a característica mais marcante do “Che” revolucionário: o internacionalismo proletário concreto, isto é, o “*proletários de todos os países, uni-vos*”, o que constitui o pressuposto da teoria revolucionária marxiana.

A rigor, não era Guevara que o PCB combatia, mas a sua tática foquista, expressa pela criação de um, dois três, mil... vietnans na América Latina. Isto se chocava com a tática de frente única e de luta de massas defendida pelo Partido. Também contrariava os

cânonos tático-estratégicos do marxismo-leninismo, para o qual a revolução deve ser uma ação das massas sob a vanguarda do “partido guia do proletariado”. A intenção de Guevara era justamente criar a ação revolucionária das massas através dos focos guerrilheiros, que, sob uma direção unificada, assumiriam o papel do “partido guia do proletariado”. A revolução cubana fora um exemplo exitoso dessa tática, da qual o PC de lá fora descartado, até por que era-lhe contra. Entretanto, entre o Brasil e Cuba havia uma grande assimetria, em termos de desenvolvimento econômico, extensão territorial, poder da repressão estatal e, sobretudo, condições subjetivas revolucionárias.

No ano seguinte, em entrevista ao jornalista Paulo Patarra, Prestes respondia a uma pergunta sobre a ação de Guevara na Bolívia.

*“Como conquistar o poder, derrotar o governo e suas tropas com duas dúzias de homens, sem dúvida corajosos, mas que sequer conheciam o terreno onde operavam? Guerrilha só é possível quando se conta com o apoio da população onde se luta, quando se conhece o terreno e quando se tem efetivos suficientes”.* Era uma maneira dele refutar a tese foquista de Guevara e Debray. Referindo-se diretamente ao Brasil, Prestes asseverava, em nome do PCB, não considerar *“que, hoje, possa ter êxito ou possa contribuir para o avanço no processo revolucionário a criação dos chamados ‘focos guerrilheiros’.* Isso só serviria como pretexto para novas medidas de repressão”.(55)

## Notas

1. Marco Aurélio Garcia. “O PC não contava com o golpe de 64”, *Em Tempo*, 6 a 12/09/79, p. 12.
2. Roberto Percinoto, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 14/01/02.
3. Acervos das polícias políticas do APERJ-Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.
4. João Falcão. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Agir, 1993, p. 240.

5. Delegado Aldário Tinoco. *Relatório de inquérito instaurado contra Luiz Carlos Prestes e outros por ocasião da revolução de março de 1964*. Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, DOPS, 30/09/64.
6. José Tinoco Barreto (Juiz-auditor). *Sentença prolatada no processo das cadernetas de Luiz Carlos Prestes*.
7. João Falcão, op. cit., pp. 242-243.
8. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 60.
9. Jacob Gorender. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, São Paulo, ática, 1987, p. 87.
10. Ibidem.
11. Nota Política da Comissão Executiva do PCB, outubro de 1964, CEDEM-UNESP, ASMOB 03. 78,7.
12. Geraldão e Armando Sampaio, entrevistados pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.
13. Resolução Política do Comitê Central do PCB, *Voz Operária*, maio de 1965.
14. João Falcão, op. cit., p. 244.
15. Michel Foucault. *Vigiar e punir*.
16. João Falcão, op. cit., p. 246.
17. Jacob Gorender, op. cit., pp. 88-89.
18. Nota da Comissão Executiva do PCB. “Ato Institucional nº 2: ditadura arranca a máscara”, *Voz Operária*, dezembro de 1965, pp. 1-2.
19. Editorial: “O dever dos comunistas”, *Voz Operária*, fevereiro de 1966, p. 1.
20. Editorial: “A situação atual e as eleições”, *Voz Operária*, julho de 1966, p.1.
21. “Proclamação aos comunistas brasileiros”, s/d. APERJ. Polícias Políticas. Boletim Reservado nº 9, 23/01/68 (BR de janeiro/abril de 1968).
22. *Avante*, jornal do Comitê Estadual do PCB do estado do Rio de Janeiro, nº 1, setembro de 1967.

23. Resolução do Comitê Estadual do PCB de São Paulo, In: Resolução do CC do PC do B, novembro de 1967. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê 13, Documento 03.
24. Resolução da Maioria Revolucionária do PCB da Guanabara, setembro de 1967, In: Resolução do CC do PC do B, op. cit.
25. Resolução do CC do PC do B, op. cit.
26. Informe do Comitê Estadual da Guanabara à IV Conferência do PCB, s/d. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 70.
27. Marco Antonio Tavares Coelho. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 316-318.
28. Ivan Alves Filho. *Giocondo Dias, um herói da liberdade*, p. 47. AMORJ/UFRJ, Pasta Giocondo Dias.
29. Carlos Marighella. “A crise brasileira”, *Debate*, nº 3, novembro de 1970 e APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê 27, Documento 11.
30. Carlos Marighella. “Carta-renúncia”, *Debate*, nº 20, novembro de 1975.
31. Documento da Conferência Estadual do PCB de São Paulo, *Debate*, nº 8, dezembro de 1971 e APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê 35.
32. Entrevista de Marighella ao jornalista cubano Pedro Lobaino no jornal cubano *Juventud Rebelde* de 05/08/67.
33. Marco Aurélio Garcia. *Em Tempo* nº 89, 08 a 14/11/79.
34. Marco Aurélio Garcia. “A ALN – a ação faz a vanguarda”, *Em Tempo* nº 91, 22 a 28/11/79.
35. Carta de Marighella ao CC do PCB. *Debate* nº 8, dezembro de 1971 e APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê 35.
36. Relatório do DOPS paulista de 13/06/69, p. 13. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 141.
37. Relatório do DOPS paulista, op. cit., p. 14.
38. João Falcão, op. cit., p. 266.

39. Antônio Almeida (Luiz Carlos Prestes). “Defender a unidade do Partido contra o fracionismo e o liquidacionismo”, *Voz Operária*, outubro de 1967, pp. 1-2. Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunhort/UNICAMP.
40. Apud Ronald Chilcote. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*, Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 148.
41. CEDEM-UNESP, Grupo E.F. PCB, Subgrupo Política e Organização, Série PCB, Atuação Partidária, Organização Interna.
42. Apud Ronald Chilcote, op. cit., p. 149.
43. Relatório do Ministério da Justiça sobre PCBR, s/d. AN DSI/MJ. Caixa 3585/00055. 069/1970.
44. Ministério do Exército. I Exército. DOI-CODI, Interrogatório nº 79/74, 08/05/74. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 128. Por motivos éticos nos eximimos de declinar o nome do interrogado, cujo depoimento foi obtido sob coação, provavelmente sob tortura.
45. Relatório do Ministério da Justiça sobre PCBR, op. cit.
46. Ibidem.
47. APERJ. Polícias Políticas, Boletim Reservado nº 86, 11/10/68.
48. Andréas Maia. “MR-8: uma história de zigue-zagues”, *Em Tempo* nº 97, 17 a 23/01/80. “Balanço crítico”, documento do MR-8, sem assinatura e sem data. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossiê 28, Documento 16.
49. Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.
50. Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), entrevistado pelo autor (2ª entrevista), no Rio de Janeiro, em 23/01/02.
51. Ibidem.
52. “PCB é contra guerrilhas”. *O Estado de São Paulo*, 31/10/67.
53. “Comunistas repudiam liderança de Prestes”, *O Estado de São Paulo*, 11/11/67.
54. “Guevara: exemplo de lealdade e abnegação à causa de libertação dos povos”, *Voz Operária*, novembro de 1967.

55. Paulo Patarra, “Este é o camarada Prestes”, *Realidade*, dezembro de 1968, p.50.

## V - O VI CONGRESSO

A realização do VI Congresso era de vital importância tanto para opositoristas quanto para situacionistas. O Congresso, como já dissemos, era o fórum supremo do Partido. Uma vitória em suas instâncias significava ter o controle partidário até o próximo Congresso e, por conseguinte, ter o poder para eliminar o bloco vencido, pois a unidade em torno do CC era um pressuposto inquestionável, daí a impossibilidade de “fracionismos” ou “divisionismos”. Isto era uma norma “dogmática”, “sagrada”, de um partido leninista. Fazia-se mister, portanto aguçá-lo a luta pelo poder. As armas principais eram a retórica e o controle da máquina partidária. Pela retórica, havia um certo equilíbrio entre “reformistas” e “esquerdistas”, estes acusando aqueles de serem os maiores responsáveis pela não evitação ao golpe, devido à política de conciliação com a “burguesia nacional” e à acomodação à via pacífica. Por sua vez, os “reformistas” acusavam o “esquerdismo”, principalmente de fora do Partido (Brizola, Julião, almirante Aragão...), de ter sido o principal responsável pela vitória da direita e considerava a defesa da luta armada como um mal ainda maior. A rigor, ambos os lados tinham razão, o que poderia sugerir um empate no campo retórico. Entretanto, no controle da máquina partidária, os “esquerdistas” se viram, desde o começo, isolados no CC, o que foi a sua grande desvantagem, embora tivessem ganho alguns comitês estaduais e formado defecções significativas por todo o Brasil.

Em um partido fortemente oligarquizado como o PCB, a vitória no CC era fundamental para se obter a vitória em todo o conjunto partidário. De forma que, o CC era como se fosse uma espécie de Estado na definição weberiana: o detentor do monopólio legal do uso do poder. A tradição pecebista indicava que todos os líderes que foram derrotados no CC, não importando o seu grau de prestígio ou de “acerto” no marxismo-leninismo, tiveram como corolário a derrota no conjunto partidário. Podemos citar alguns exemplos a título de ilustração: Astrojildo Pereira, José Maria Crispim, Fernando de Lacerda, Agildo Barata, os que formaram o PC do B e os que defenderam a luta armada no pós-64. O próprio Prestes, cujo prestígio sempre fora maior do que o do

Partido, não conseguiria ganhar as bases – embora a elas evocasse em sua *Carta aos Comunistas* – após sua futura derrota no CC. De modo que, ganhar a luta retórica era vantajoso, mas o mais importante era obter o controle partidário, e isto passava, quase que inexoravelmente, por conseguir uma maioria confortável no CC.

Minoria no CC, os oposicionistas não tinham espaço no principal órgão de comunicação (de propaganda e persuasão) do Partido, o porta-voz oficial dos dirigentes, isto é, a Voz Operária. Não tinham a prerrogativa de punir, pois não controlavam a “justiça” partidária. Pelo contrário, ficavam à mercê de serem punidos, pela alegação inapelável de que pensar diferente era pensar contra. Ser oposição no PCB implicava, em geral, enveredar pelo caminho da derrota. E os “esquerdistas” trilharam essa senda ao se opor à linha política do V Congresso. A sua eliminação das hostes pecebistas duraria o tempo necessário de o seu “esquerdismo” ir sendo enquadrado nas qualificações normativas expressas por “fracionismo”, “divisionismo” e “ideologia estranha ao proletariado”. O PCB, como organização leninista, não podia abrir mão de sua unidade, por mais que a crise orgânica ameaçasse a integridade partidária.

A convocação do VI Congresso já estava prevista para acontecer em 1963. Reunido em 26 de janeiro daquele ano, o CC resolvera “*convocar o VI Congresso do Partido para o mês de novembro de 63*” e designar como membros da comissão redatora das teses do referido encontro: Prestes, Mário Alves, Marighella, Osvaldo Pacheco, Elson Costa, Orestes Timbaúba, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Francisco Gomes. (1)

Podemos observar que quatro membros da comissão (Mário Alves, Marighella, Gorender e Câmara) representavam o “esquerdismo”, ainda não exacerbado, o que viria acontecer no pós-64. Havia, portanto, uma representatividade equilibrada, ainda mais se considerarmos que Prestes era uma espécie de elemento acima dos demais, devido a seu cargo de secretário-geral.

As primeiras teses (do CC) do VI Congresso foram lançadas para todo o Partido em 27 de março de 1964, através do jornal *Novos Rumos*. Naquela ocasião, este porta-voz oficial do CC afirmava que dentro de 30 dias seria aberta a Tribuna de Debate, a

qual teria a duração de 105 dias e que os membros do Partido poderiam enviar artigos “sobre quaisquer questões da política e da atividade prática dos comunistas, estejam ou não essas questões contempladas nas Teses”. (2) Coincidentemente, o lançamento das teses aconteceu justamente na semana do golpe de 64, o que fez com que o VI Congresso fosse postergado *sine die*.

A crise orgânica advinda com o golpe fez o VI Congresso ressurgir como um dos principais – senão o principal – pontos da agenda pecebista àquele momento. Seria ele o aferidor maior das forças situacionistas e oposicionistas: o grupo que vencesse deteria o poder unitário, tendo a legitimidade da fala e do agir em nome do Partido. Os situacionistas pelas razões que antes consignamos, venceriam. O controle da máquina por eles fez com que os “esquerdistas” fossem alijados da comissão de redação das novas teses (do CC) e da comissão de redação da Resolução Política (também do CC) do VI Congresso. Não poder influir na elaboração destes documentos norteadores do Congresso implicava que a orientação dos mesmos poderia – como foi – ser enviesada em favor do situacionismo, sem margem à conciliação. Significava, concomitantemente, que os oposicionistas perdiam a condição privilegiada de esgrimir dentro do CC, restando-lhes a possibilidade de fazê-lo fora, o que dificultava sobremaneira a sua performance. Era como tentar ganhar a soberania na “sociedade civil” (bases do Partido) sem tê-la ganho a priori no “Estado” (Comitê Central), o que vimos que estava fora da tradição pecebista.

A nova comissão de redação era toda situacionista: Prestes, Armênio Guedes, Marco Antônio Tavares Coelho, Renato Guimarães e João Luis Araújo. (3) Apesar dessa homogeneidade, a elaboração dos documentos do Comitê Central para o VI Congresso foi permeada por contradições quase que insanáveis. Segundo Marco Antônio Coelho, esses documentos tinham que dar conta de proceder a uma autocritica por parte do Partido que, em última instância, era por parte de sua direção. Outra tarefa consistia em diagnosticar o golpe e suas implicações para o país e, a partir disto, traçar a linha tático-estratégica a guiar o Partido. Ainda segundo Marco Antônio, as discussões no âmbito da comissão, após várias reuniões clandestinas, na cidade do Rio de Janeiro,

chegaram a uma espécie de aporia, face a duas posições que se apresentavam como irreduzíveis. Armênio Guedes advogava a tese de que o golpe de 64 havia imposto uma mudança qualitativa no regime político brasileiro e isto exigia uma nova postura por parte do partido. Ou seja, surgira um segmento novo, que não era classe burguesa, à frente do poder: o generalato golpista. Prestes não reconhecia essa novidade e se mostrava reticente em fazer autocrítica do *“erros cometidos nos últimos anos, pelos quais tinha enorme responsabilidade. Além disso, tentava fazer concessões inadmissíveis às teses esquerdistas”*. Os membros da comissão, exceto Prestes, fecharam com Armênio. Entretanto, *“sem a participação de Prestes era impossível elaborar um texto que fosse aprovado pelo Comitê Central”*. Daí que houve uma barganha para se elaborar uma Resolução Política que chegasse *“a um meio-termo aceitável e coerente”*. (4)

Antônio Carlos Peixoto, um dos redatores da Voz Operária no exílio, na década de 1970, corrobora Marco Antônio e traz mais detalhes à questão supracitada. Ele afirma que Armênio Guedes foi posição-chave em defender que havia uma novidade macropolítica no Brasil, introduzida pelo golpe militar. Ou seja, a *“ditadura representava uma ruptura com o que havia anteriormente”*. Já Prestes tinha outro diagnóstico: *“o que se instaurou em 64 foi uma continuidade da ditadura de classe, sem mudança de qualidade, mas apenas formal”*. Continuando, Peixoto assinala que Marco Antônio representou o *“fiel da balança”* na comissão, expressando o ponto de vista que se coadunava com o de Giocondo Dias e do grosso do CC. Esse ponto de vista foi justamente a saída conciliatória pela qual se aceitava a tese de Armênio conjuminada com a argumentação de Prestes de que a *“burguesia nacional”* deveria ter menor peso na frente ampla, em relação ao que tivera na Resolução Política do V Congresso. (5)

Anos mais tarde, o próprio Prestes confirmaria essa saída conciliatória, do que trataremos mais pormenorizadamente no último capítulo.

As novas teses para o VI Congresso foram publicadas na Voz Operária de julho de 1966, acompanhadas da Resolução Política do Comitê Central, que as endossava. A rigor, não havia diferenças substantivas entre esses novos documentos e as teses

lançadas em 27 de março de 1964; apenas pequenas correções advindas da nova conjuntura introduzida com o golpe. No essencial, os três documentos se confundiam. Vejamos, a seguir, como se apresentaram as novas teses em seus aspectos tático-estratégicos.

A tese 30 reiterava – em relação à Declaração de Março e ao V Congresso – que havia duas contradições fundamentais na sociedade brasileira que exigiam solução radical e premente: *“a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, e a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, expressando esta última, essencialmente, como contradição entre as massas camponesas e os latifundiários”*. Disso decorria a linha estratégica da *“atual etapa da revolução brasileira”*, a qual permanecia sendo *“antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”*. Tal constatação não obliterava o reconhecimento de que *“a contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia nacional também é uma contradição fundamental na sociedade brasileira e se aprofunda com o desenvolvimento do capitalismo”*. Entretanto, a sua *“solução definitiva cabe à etapa socialista da revolução”*. (tese 31)

Se a linha estratégica permanecia irretocada em relação à Declaração de Março e ao V Congresso, era de se esperar que o mesmo ocorresse em relação à linha tática. De fato, foi o que sucedeu. Continuava a defesa de uma frente única e ampla que abarcava *“desde os operários e os camponeses, os intelectuais, os estudantes, os funcionários e demais setores da pequena burguesia até a burguesia nacional e outros setores das classes dominantes cujos interesses sejam afetados pela política da ditadura”*. (tese 43)

Em termos de ações táticas, pregava-se a luta pelas liberdades democráticas como o *“elo central das ações de massas”*. (tese 44), enfatizava-se um trabalho no sentido de mobilizar-se operários, camponeses, jovens e mulheres (teses 45 a 49). A classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana eram vistos como *“as forças fundamentais da frente antiditatorial”* (tese 50). O documento encontrava uma certa dificuldade em justificar a inclusão da *“burguesia nacional”* na frente:

*“A burguesia nacional, embora concorde com a ação do governo no que se*

*refere à compressão dos salários e à repressão ao movimento operário, sofre as conseqüências do programa econômico-financeiro, que acelera o processo de concentração do capital e de submissão da economia nacional aos monopólios estrangeiros. Acentua-se com isso o processo de diferenciação da burguesia nacional, agravando a situação das pequenas e médias empresas. Há setores da burguesia nacional que não só apoiaram o golpe de abril como continuam a sustentar o governo Castelo Branco e pretendem convertê-lo em instrumento a serviço do seus interesses. Outros setores, porém, diretamente prejudicados pela política econômico-financeira, opõem-se a ditadura. Sua oposição à ditadura, apesar de vacilante e tendente ao compromisso, é de importante significação para o fortalecimento da frente democrática". (tese 51)*

Os “esquerdistas” eram acoimados de estarem eivados por uma “*falsa concepção da revolução brasileira, de fundo pequeno-burguês e golpista*”, que os fazia descrentes na revolução como “*fenômeno de massas*”. (tese 64)

A Resolução Política corroboraria a linha tático-estratégica das teses e não se isentava de colocar os “esquerdistas” sob a mesma classificação de aventureiros guiados por uma falsa concepção revolucionária, de cunho pequeno-burguês. A despeito de não terem participado da elaboração dos documentos do VI Congresso, os “esquerdistas” tiveram uma ampla participação na Tribuna de Debate, enviando diversos artigos defendendo a luta armada e acusando a direção de reformista e revisionista. A bem da verdade, essa Tribuna de Debate foi tão democrática, tão franqueada a todos os membros partidários, quanto a do V Congresso, em que pese uma ter acontecido em uma conjuntura de democracia liberal e a outra sob ditadura.

Se participaram amplamente da tribuna de Debate, os “esquerdistas” não tiveram a mesma sorte em relação às reuniões propriamente ditas do VI Congresso, aquelas às quais somente puderam comparecer os delegados representantes das várias instâncias partidárias de todo o Brasil. Houve “*a decisão de proibir a participação dos delegados e suplentes da oposição: Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles,*

*Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos*". (7)

As discussões reuniram cerca de 80 delegados, incluindo os membros do Comitê Central, dirigentes estaduais, além de participantes indicados por organizações de base. Durante cerca de 15 dias, eles discutiram se aprovavam ou não, com ou sem emendas, os termos das teses e da Resolução Política. Outra tarefa desses delegados foi a escolha dos novos Comitê Central, Comissão Executiva e Secretariado. Tudo isto se deu em dezembro de 1967, sob rigorosa clandestinidade, em um terreno afastado da área urbana da cidade de São Paulo. Prestes conta em que condições foi realizado o VI Congresso.

*“A reunião deu-se em circunstâncias muito perigosas. Terminava o governo Costa e Silva, estava para iniciar-se o período Médici. Muita gente não sabe, mas fomos obrigados a comprar um terreno todo arborizado, um bosque, para que não tivéssemos vizinhos. No meio, abrimos uma clareira, construímos barracões, instalamos água, esgoto”*. (8)

Se por um lado, o VI Congresso significou a vitória dos “reformista”; por outro, significou, para o Partido, o esvaziamento de suas fileiras de inúmeros de seus melhores quadros, a começar por Mário Alves Marighella, Apolônio de Carvalho, Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Jover Telles e Miguel Batista, que tiveram suas expulsões ratificadas naquele encontro. Perda também significativa seria o êxodo de grande número de “esquerdistas” de organizações de base, principalmente estudantes, ávidos por combaterem a ditadura pela via guerrilheira.

De certa forma foi uma vitória de Pirro, se tivermos em conta que os cismas que envolveram o Partido aprofundaram o ocaso desse PCB surgido da Conferência da Mantiqueira. O longo período ditatorial, que implicaria um longo período de clandestinidade para o Partido, agravaria ainda mais esse aprofundamento, embora o próximo editorial da Voz Operária, após o VI Congresso, se jactasse em afirmar que o PCB *“soube, no processo de realização do Congresso, rearticular nacionalmente suas forças, recompor suas direções, reativar órgãos dirigentes e organizações partidárias,*

*ao mesmo tempo em que se voltava para a atividade entre as massas e estabelecia contatos com outras correntes políticas”.* (9)

Prestes seria outro a entrar em declínio, tendo diluído, ao longo da ditadura, grande parte do poder quase absoluto que outrora detivera sob o manto do culto à personalidade. Seu prestígio enfraquecido tornar-se-ia maior do que o seu poder de mando. Já na redação dos documentos do VI Congresso, como vimos, ele teve que ceder em sua posição mais à esquerda; isto seria a tônica daí por diante, como teremos o ensejo de demonstrar no último capítulo.

## NOTAS

1. APERJ. Polícias Políticas, Comunismo 60.
2. Novos Rumos, 27/03 a 02/04/64.
3. João Falcão. *Giocondo Dias. A vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Agir, 1993, p. 268. Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho. As memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 322.
4. Marco Antônio Tavares Coelho, op. cit., pp. 323-323.
5. Antônio Carlos Peixoto, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 25 de junho de 2001.
6. Teses do Comitê Central para o VI Congresso do PCB, *Voz Operária*, julho de 1966.
7. João Falcão, op. cit., p. 268.
8. Luiz Carlos Prestes, entrevistado por José Louzeiro. *Perfil do pensamento brasileiro*, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro/Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988, p. 135.
9. “Realizado o VI Congresso do partido Comunista Brasileiro”, *Voz Operária*, janeiro de 1968, p. 1.

## VI - O PCB DURANTE A DITADURA

Vimos que o golpe de 64 inflingiu ao PCB uma grande baixa, traduzida em perdas significativas em pontos estratégicos nos sindicatos de trabalhadores, no serviço público civil, nas Forças Armadas, no governo (Goulart) e no movimento estudantil. Neste último as perdas foram agravadas pelo êxodo de um sem número de militantes e simpatizantes das fileiras do Partido. Também as defecções que optaram pela luta armada foi outro fator a enfraquecer o PCB. O afastamento de líderes sindicais do porte de Osvaldo Pacheco, Roberto Morena, Hércules Corrêa, Lindolfo Silva e Luis Tenório de Lima, debilitou sobremaneira a influência pecebista sobre o sindicalismo a nível nacional. A clandestinidade imposta aos comunistas e a seus aliados afastava-os da vida política legal e dificultava suas ações na ilegalidade. Prestes, Brizola, Arraes e Julião não podiam mais aglutinar milhares de pessoas em torno de si, em comícios e reuniões diversas, em prol das reformas de base. Em suma, a oposição mais conseqüente fora eliminada. Somente poderia existir aquela consentida, o que era uma forma de o regime legitimar-se interna e, principalmente, externamente.

Não obstante todo esse caldo cultural adverso, o PCB, como em outras épocas, começaria, pouco a pouco, a mover-se nas areias movediças da clandestinidade. Os órgãos de repressão, a exemplo do que faziam com qualquer movimento oposicionista não-consentido, acompanhavam, na medida do possível, as atividades dos pecebistas em sindicatos, no MDB, na imprensa, nos movimentos legais contra a ditadura... Documentos e periódicos, ilegais ou não, abundavam os acervos desses órgãos, que, assim, mantinham-se mais ou menos informados sobre as atividades dos inimigos do regime. Os agentes da repressão eram leitores assíduos da Voz Operária, por exemplo, sobre a qual produziram diversas análises. Sabiam qual a linha tático-estratégica do Partido, que tais e quais artistas, intelectuais, sindicalistas, parlamentares do MDB, eram membros do PCB. Sabiam que o Partido promovia sucessivas campanhas de finanças, nas quais solicitava ajuda financeira de seus membros e simpatizantes para mitigar as dificuldades econômicas por que passava. (1) Documentos do DOPS, do CIEx, do

CENIMAR e do CISA acompanharam durante quase toda a ditadura os passos de alguns jornalistas da imprensa brasileira, qualificados como membros do PCB. Esse caso ganhou a denominação de “infiltração comunista na imprensa” e os informes sobre ele eram difundidos em todos órgãos de repressão. Um documento do I Exército, entre vários outros a que tivemos acesso, dizia que *“a infiltração comunista na imprensa vem crescendo dia a dia, chegando ao ponto em que o 2º escalão dos principais jornais do Rio se encontram em mãos de comunistas, onde formam seguramente uma OB do PCB”*. Exagero ou não, era dito que os chefes imediatos nas redações eram comunistas e que só entravam jornalistas nesses órgãos da imprensa *“com atestado ideológico de esquerda”*. O “poder” dos jornalistas pecebistas era visto como o *“AI-5 vermelho nas redações”*. A seguir, o documento declinava nomes de jornalistas do PCB infiltrados em diversos órgãos de imprensa do eixo Rio-São Paulo. Os nomes eram os mesmos que apareciam em vários outros documentos da repressão: Alberto Dines, Fausto Cupertino, Ancelmo Góes, Maurício Azedo, Miltom Temer, Orlando Miranda, Carlos Alberto de Oliveira, Jalusa Barcelos...(2) Outro documento, de outro órgão de repressão, informava que *“dos 36 membros efetivos e 9 suplentes, que nas eleições de 1974, passaram a compor o Conselho Administrativo da ABI, 21 registram antecedentes comprometedores, em maior ou menor grau, com o Partido Comunista Brasileiro”*. O Cineclube Macunaíma, localizado na ABI, era tido como órgão de subversão por *“veicular filmes de conteúdo político-social, como os filmes do Cinema Novo”*. (3)

Até junto à igreja os pecebistas eram acusados de estar infiltrados. Um documento do I Exército dava conta de que *“com o clero o PCB vem realizando um trabalho convergente, particularmente na área do campo (...) onde dezenas de sindicatos já estão infiltrados por militantes e quadros do P., muitos com curso de capacitação política na Rússia”*. (4)

O PCB esteve ativo durante todo o período ditatorial. O regime conseguiu tirá-lo da vida política legal, mas não teve o mesmo sucesso quanto à vida política ilegal. Geraldão, que comandou o PCB no Rio de Janeiro, após o exílio da grande maioria dos seus colegas do Comitê Central, afirma que *“no início da ditadura houve um recuo do*

*Partido*”, mas que depois ele passou a ter “*grande força no MDB, no movimento operário, onde nós estávamos em processo de reerguimento*”. Segundo sua avaliação o “*Partido teve uma participação fundamental na derrota da ditadura*”. (5)

Armando Sampaio e Roberto Percinoto endossam-no, considerando que em diversas entidades dos movimentos sociais estavam inseridos membros do PCB, e citam como exemplo o MDB, o movimento anti-arrocho, o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, no qual estava à frente Robespierre, quadro do PCB, Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, associações de moradores, Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e CONCLAT. A penúltima entidade seria presidida consecutivamente por dois pecebistas: Ivan Pinheiro e, depois, Percinoto; o primeiro de 1978 a 1981, e o segundo de 1982 a 1985. Percinoto afirma que as “*organizações de base tinham liberdade para atuar, não tinham que prestar contas ao CC. As OBs eram autônomas umas às outras e à direção; OBs não se conheciam. OBs tinham até periódicos próprios: jornais, boletins... Membros de uma OB geralmente não conheciam membros de outras, isto era uma regra de segurança*”. Segundo Armando Sampaio, “*se a direção tivesse chegado unida ao exílio, o PCB teria uma grande força no movimento de massas*”. Percinoto defende o mesmo ponto de vista e ainda considera que a vinda dos dirigentes do exílio trouxe um retrocesso ao trabalho que as Obs vinham desenvolvendo: “*o PCB da clandestinidade tinha muita autonomia nos movimentos sociais, com a vinda do CC houve um retrocesso. Além de virem desatualizados com o que estava acontecendo, os dirigentes trouxeram um elemento novo, que era a luta interna. A luta interna foi um desastre para o Partido nos movimentos sociais*”. Percinoto conta que o CC veio com uma preocupação exagerada de evitar fatos que pudessem “*desequilibrar o processo de democratização*” e, com isto, começou “*com as proibições*”, isto é, começou a frear a participação do PCB nos movimentos sociais. Ele cita a proibição do Partido participar do processo de criação da CUT, quando vários pecebistas estavam envolvidos nesse movimento, inclusive tendo Ivan Pinheiro de secretário-geral do pró-CUT, como sendo um dos fatores de retrocesso. (6)

Ivan Pinheiro assinala que após “*a abertura sindical, em 1978, levantando as*

*intervenções, o PCB passou a estar presente em vários sindicatos no Brasil*”. Para reforçar o seu argumento, ele dá o exemplo de que no “*I Intersindical do Rio de Janeiro dos 11 membros, 9 eram do PCB*”. (7)

De modo que, o PCB teve uma participação ativa durante a ditadura, no sentido de cumprir as táticas do VI Congresso, que consistiam em atuar nos movimentos de massa e influenciá-los para uma convergência de ações não-armadas para a derrota do regime instaurado em 1964. No entanto, é aonde nós queríamos chegar, faz-se mister colocar essa atuação em suas devidas proporções. Na verdade não era o PCB como um todo que atuava, mesmo porque a situação era de ilegalidade para si e a quase totalidade de sua direção fora para o exílio, no primeiro lustro da década de 1970. O Partido era basicamente as suas organizações de base, que atuavam isoladamente umas em relação às outras, mais na micropolítica do que na macro.

Na macropolítica, o PCB tinha um poder bastante limitado, ainda mais se compararmos com o que deteve no período do governo Jango. Em alguns setores estratégicos da vida nacional, como as Forças Armadas e o governo, a sua influência tornou-se inócua, por razões óbvias. No sindicalismo, não obstante a micropolítica levada a efeito pelas OBs, segundo os depoimentos que citamos, o PCB sofreu uma queda abismal; a prova é que grande parte de seu espaço de outrora viria a ser ocupado pelo peleguismo (tendo Joaquinão como maior expoente, depois apareceriam os Luis Medeiros – quadro do PCB que se tornaria pelego –, Magri, etc.) e pelo “novo sindicalismo”, que seria uma das bases do PT. Também a Igreja, principalmente através da Pastoral do Trabalho, e o próprio PT (que hegemonizaria a CUT), normalmente em aliança, deteria uma porção significativa do movimento sindical. Os líderes sindicais pecebistas, que citamos atrás, não mais conseguiriam alocar-se no sindicalismo ao voltarem do exílio, em 1979. O tempo deles passara, tanto quanto o de seu Partido. No MDB, o *locus* oposicionista mais forte durante a ditadura, os pecebistas eram periféricos; atuavam na micropolítica. Veremos mais adiante que próceres emebedistas chegariam a vilipendiar um manifesto de Prestes, no qual este apoiava o MDB nas eleições de 1978. Para esses próceres um apoio do PCB ao seu partido era entendido

como nefasto dos pontos de vista do voto e do desenvolvimento do movimento oposicionista e da abertura política.

O Partido fora eminentemente prejudicado com a cassação de líderes e entidades de peso nas massas, com os quais estabelecia alianças que reforçavam a sua inserção na macropolítica. Líderes e entidades como Brizola, Arraes, Julião, Darcy Ribeiro, almirante Aragão, general Osvino, Ligas Camponesas, Frente Parlamentar Nacionalista, CGT... Todo esse oposicionismo formava um caldo cultural a apoiar a linha tático-estratégica do V Congresso, chegando, não raras vezes, a arrostar a direita e até o aliado Jango. O caldo cultural do movimento oposicionista durante a ditadura, especialmente após as eleições de 1974, não favoreceu ao PCB em termos macropolíticos. Isto predominantemente por que as lideranças oposicionistas do pós-64 eram hostis a alianças com o PCB, contrariamente ao que sucedera no pré-64, malgrado as rivalidades que havia no campo das esquerdas.

De maneira que, o PCB entrara em ocaso enquanto organização macropolítica e macroideológica. Prestes já não detinha a mesma liderança de antes; além do que estava em idade provecta: em 3 de janeiro de 1978, completara 80 anos. A luta no CC, que se ramificou por toda a estrutura orgânica acabou por ser um golpe letal contra o soerguimento do PCB. Provavelmente não houvesse ela e os freios que o CC colocou à expansão das OBs nos movimentos sociais, o Partido pudesse renascer das cinzas mais uma vez. Mas não o fez; transformar-se-ia em PPS – a exemplo do PCI –, um partido bem aquém da Declaração de Março, V e VI Congressos.

Com o golpe de 64, o Partido deixou de ter uma linha estratégica sustentável. Passou a ficar refém do taticismo, o qual não se explica – em termos leninistas – por si próprio, é apenas uma decorrência da linha estratégica e está muito mais preso à conjuntura do que à estrutura sócio-econômica. Por outro lado, o que era bem mais grave, a sua linha estratégica estava simplesmente fora da conjuntura. Para usarmos uma expressão que marcou um famoso debate a respeito da introdução do liberalismo no Brasil, diríamos que se tratava de uma idéia fora de lugar, fora da realidade. Há quem possa refutar esta nossa posição, baseando-se em uma proposição segundo a qual a

ditadura não alterara a infra-estrutura brasileira do momento que antecederia ao golpe, quando vigia a linha política do V Congresso, e, por isso, não havia porque o PCB alterar a sua linha estratégica. Pensamos ser uma proposição injustificável, pois antes mesmo do golpe o Brasil já era um país preso à cadeia imperialista de que fala Lênin em seu célebre livro sobre o imperialismo. (8) A sua “burguesia nacional” já era mais internacional do que nacional, subsidiária do capitalismo monopolista. Havia muito que o capitalismo era uma totalidade a nível mundial, como vaticinaram Marx e Engels em *A ideologia alemã*. Mas, voltando à questão específica do PCB, a sua estratégia fora conferida para adequar-se a uma conjuntura democrático-burguesa, na qual houvesse um potencial movimento de massas, e, entretanto, estava vigindo – somente em tese – em uma conjuntura totalmente oposta: uma ferrenha ditadura que tinha certos laivos de fascismo, advindos da doutrina de segurança nacional expressa pela Escola Superior de Guerra. Para justificar, perante o público interno, que a sua estratégia era a mais adequada aos novos tempos, a direção pecebista, como já o dissemos, insistia sistematicamente que a ditadura era um acidente de percurso e que já estava por esgotar-se antes mesmo de sua possível maturação. Aliás, essa direção, até o AI-5, não fazia uma leitura da realidade segundo a qual houvesse a alternativa, a possibilidade, de a ditadura ter vindo para impor-se durante um longo período. Uma leitura desse tipo simplesmente invalidaria a sua estratégia. Daí a insistência em ver a ditadura como algo passageiro, sem estabilidade. Era como se o novo regime, que se vinha articulando desde o início da República de 46 para impor-se pela violência e, assim, poder servir aos interesses dos grandes capitais nacionais e imperialistas, fosse constituído por um bando de aventureiros amadores, quando não o era. Pela leitura enviesada, forjada, da Voz Operária, entre o golpe de 64 e o AI-5, a ditadura era vista como cercada de contradições que tendiam a desestabilizá-la, ameaçavam a sua governabilidade, tanto as que vinham de fora de si, do movimento de massas e da oposição consentida, quanto as que existiam em seu interior, marcadamente as motivadas por insatisfações de políticos civis que se haviam destacado no apoio ao golpe, como Lacerda, Magalhães Pinto e Ademar de Barros. Por outro lado, a direção pecebista, deliberadamente, omitia

quaisquer contradições a nível interno do PCB. Elas não existiam para o informativo oficial do CC e, conseqüentemente, do Partido: a Voz Operária. Pela versão deste jornal, os pecebistas estavam envolvidos por uma sólida unidade, baseada em sua linha tático-estratégica. Essa maneira de se forjar a unidade interna foi a mesma que a cúpula pecebista utilizara no passado: afirmar repetidamente que o inimigo estava decadente, a caminho da derrota, e que o PCB fazia o percurso inverso, acompanhando o socialismo a nível mundial. Parecia até prática religiosa, na qual se busca convencer o crente que a derrota de hoje é a vitória de amanhã, mesmo que esse amanhã seja em outro mundo. Aliado a isso, iam sendo procrastinadas *sine die* quaisquer discussões internas que pudessem mobilizar o conjunto do Partido. Discussões, contradições, somente a nível ultrasigiloso dos limites do CC, não podendo aparecer para o Partido, ao qual deveria ser apresentada uma versão final totalmente harmônica, unitária. Paradoxalmente, a ditadura era uma grande aliada da cúpula pecebista na manutenção de sua unidade forjada, pois o fato de existir uma rígida clandestinidade aos opositores não consentidos impossibilitava o conjunto do Partido de reunir-se para checar se o taticismo, tão veiculado pela Voz Operária, vinha mesmo tendo resultados práticos para justificar a continuidade da linha estratégica. Na verdade, esse taticismo, estava, como a linha estratégica, muito aquém da realidade. Era mais força de retórica a contribuir no forjar a unidade partidária em torno da estratégia. O certo é que o PCB não tinha a influência, sistematicamente veiculada na V.O., nos movimentos de massas surgidos entre 1966 e o AI-5. Eram movimentos, em sua grande maioria, espontaneistas, “economistas” (semelhantes aos que Lênin descrevia na Rússia pré-revolucionária), surgidos de reivindicações específicas de categorias operárias e estudantis. Evidentemente, com cunho oposicionista à ditadura. Não obstante, a V.O. continuava impenitente em suas instantes afirmações segundo as quais o PCB estava influenciando esses movimentos, em alguns casos, até gerindo-os, trazendo-os à sua (PCB) linha tático-estratégica.

A tática de se investir fundamentalmente nos movimentos de massas, sobretudo naqueles que supostamente tinham a prevalência da classe operária, era algo teoricamente correto. Já Lênin tinha isso como primazia. Entretanto, os bolcheviques

conseguiram unir a teoria à prática, inserindo-se no movimento de massas, no “economismo” da classe operária, chegando ao ponto, já à altura do lançamento das *Teses de Abril*, de exercer uma predominância em pontos-chaves da efervescência popular, transformando-a em uma autêntica luta de classes, em uma revolução contra a autocracia e contra a pretensa burguesia nacional. No caso brasileiro, o PCB não conseguia aplicar a sua tática de dirigir o movimento de massas, isso porque não tinha direção e quadros efetivamente leninistas e também devido a que o inimigo era proporcionalmente bem mais forte do que o enfrentado pelos bolcheviques. Os tempos eram definitivamente outros. O Estado burguês tornara-se cada vez mais fortalecido, como Engels já chamava a atenção, ao fim do século XIX, através de seu célebre prefácio para *A Luta de Classes em França*. O PCB dependia fundamentalmente que surgisse um forte e conseqüente movimento de massas, equivalente a uma frente ampla antiditatorial, para que ele tentasse ganhar uma hegemonia tática consentida (Gramsci) sobre o mesmo. Dependia, por outro lado, que a classe operária estivesse à testa desse movimento frentista – algo bastante difícil de concretizar-se na conjuntura que estamos analisando – e que a ditadura estivesse isolada e passível de ser derrotada. Ou seja, para aplicar a sua tática básica, estava refém de uma série de variáveis que deveriam conjugar-se, as quais não eram diretamente resultantes de uma luta de classes, mas de uma conciliação de classes – que ia do proletariado à “burguesia nacional”, visando ao isolamento e à derrota da ditadura. Nesse contexto, o PCB era mais um espectador do que um ator em relação aos acontecimentos. E isso já vinha de longe. A tese da “via pacífica” ao socialismo, baseada na crença de que sob o governo Jango estava consolidando-se a primeira etapa da revolução brasileira (democrático-nacional) e de que o socialismo estava vencendo o capitalismo a nível mundial, colocava, oficialmente, o PCB nessa condição de espectador da chegada inexorável do socialismo. O V e VI Congressos – este último tendo uma ditadura como conjuntura – deram prosseguimento à relativa passividade do Partido, cuja preocupação principal era insistir na formação da frente única e ampla, que, a rigor, nunca se concretizou, como se seus pretensos membros fizessem ouvidos de mercador ao planejamento traçado no interior da cúpula

pecebista.

“Marcelo Viana”, codinome de um quadro pecebista, em artigo interessante, de divulgação restrita aos limites ultrasigilosos do CC, sob título *Anatomia das “Notas”*, afirma que um ponto comum entre a Declaração de Março e os V e VI Congressos é que os dirigentes “*fixaram a concepção de que a revolução é mais um fenômeno de massas que de luta de classes*”. E ele próprio coloca como os fatores deveriam dar-se à luz do marxismo-leninismo: “*A revolução resulta da luta de classes e somente por isso deve ser, obrigatoriamente, um fenômeno de massas*”. (9) Isso está de acordo com o que vínhamos de dizer, está de acordo com o marxismo clássico.

A direção pecebista não analisava realisticamente a intenção e a capacidade de a ditadura aprofundar a sua continuidade; renovar-se diante das vicissitudes de seu percurso. As eleições de 1966 foram um grande motivo para que ela as visse como uma grande oportunidade de o PCB “*unir as correntes que se opõem à ditadura, desmascarar sua política diante das massas e inflingir-lhe derrotas que a debilitem, apressando assim sua derrocada*”. (10)

Entretanto, a essa altura, a ditadura já estava sedimentada: um governo forte, um partido forte e um forte apoio do imperialismo, sobretudo o estadunidense. Como era esperado, o governo obteve uma vitória esmagadora nas eleições de novembro de 1966. Porém, em alguns estados, como em São Paulo e Rio de Janeiro, os candidatos governistas ao Senado perderiam se fossem somados os votos do MDB aos votos brancos e nulos. No estado do Rio de Janeiro, o candidato da ARENA ao Senado obteve 399.685 votos, enquanto que o do MDB obteve 349.193 votos, restando 281.559 votos nulos e brancos. Em São Paulo, o candidato governista ao Senado alcançou 1.947.889 votos, o MDB somou 1.105.174 votos, restando 1.026.738 brancos e nulos.

Após garantir a institucionalização da ditadura, tendo assim cumprido a sua missão como presidente-tampão, Castelo Branco estava pronto a passar a faixa presidencial ao seu sucessor, que daria continuidade aos “ideais revolucionários”. A verdade é que o então presidente viu-se atropelado pela candidatura de seu Ministro de Guerra, Costa e Silva, apoiada e imposta pela “linha dura” da cúpula militar. Esta

candidatura logo ganhou a preponderância nas Forças Armadas, que os “sobornistas” foram obrigados, a contragosto, a apoiá-la. Para contrapor-se à situação, o MDB lançou a candidatura do marechal Cordeiro de Farias - figura emblemática no meio militar desde a sua participação marcante na Coluna Prestes até tornar-se um dos líderes da Cruzada Militar direitista nos anos 50 -, que acabaria por desistir da mesma, após ser pressionado por seus pares.

No dia 15 de março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência da República prometendo uma abertura gradual, mas na prática o que viria seria um endurecimento ainda maior da ditadura. Durante o seu plantão de ditador, tornaram-se comuns os conflitos de estudantes e trabalhadores contra as forças repressivas do Exército e das políticas estaduais. Era o ascenso do movimento de massas, visto de maneira tão auspiciosa pela Voz Operária. O governo chegou ao ponto de proibir as manifestações populares. Proibição esta costumeiramente desafiada. Iniciou-se o processo de intensificação repressiva por parte da ditadura. Nesse ínterim, a esquerda continuava a dividir-se em vários pequenos partidos, ditos de vanguarda, a maioria oriunda do PCB. Foi o momento em que o livro de Régis Debray, *Revolução na revolução*, causou grande impacto em parte da esquerda que defendia a luta armada como medida exclusivamente eficaz contra a ditadura. Baseados no “foquismo” guevarista-debrayista, sistematicamente defendido nesse livro, vários grupos guerrilheiros já começavam a pôr em ação as suas “vanguardas revolucionárias”.

#### **1968: ASCENSÃO E QUEDA DA LUTA CONTRA A DITADURA**

O ano de 1968 tornou-se um símbolo da luta contra a repressão em todo o mundo, quando principalmente os jovens estudantes saíam às ruas em passeatas a desafiar o poder do Estado burguês. No Brasil, especificamente, a luta estudantil se dava contra a ditadura, que restringia cada vez mais as liberdades da sociedade civil.

Os conflitos entre a repressão policial e os estudantes deixavam, via de regra, um saldo negativo para os últimos. Durante esse ano, em confrontos com as forças

repressivas, era comum um alto número de estudantes feridos e presos. No dia 28 de março, numa dessas escaramuças, a polícia matou a tiro o estudante Edson Luís de Lima Souto, na cidade do Rio de Janeiro. O assassinato foi uma demonstração convincente de que a ditadura não estava disposta a ceder em suas conquistas.

Meses depois, em 26 de junho, foi realizada, também no Rio de Janeiro, a “Passeata dos 100 mil”, composta de estudantes, pais de estudantes, intelectuais, artistas, professores e populares. A passeata tornou-se um protesto nacional contra o endurecimento do regime e, principalmente, contra as atitudes antidemocráticas do governo no campo da educação.

1968 foi também o ano de protestos operários, principalmente contra o arrocho salarial que se acentuara após o golpe de 1964. Em diversos pontos do país, eclodiram greves que prontamente eram reprimidas pelo Estado policial. As mais famosas seriam as de Contagem e de Osasco.

A comemoração do 1º de maio em São Paulo, na Praça da Sé, com a presença de cerca de 20.000 trabalhadores, terminou em manifestação hostil às autoridades presentes, principalmente o governador Abreu Sodré. Ao iniciar o seu discurso, o governador foi interrompido por agressões vindas da turba, que passou a atirar contra o palanque pedras, pedaços de pau, etc. As autoridades abandonaram o local protegidas pelo esquema policial. O governador foi ferido na testa por uma pedrada. Com o abandono das autoridades, a massa enfurecida invadiu o palanque, destruindo-o e queimando-o.

O PCB se regozijava com esse primeiro grande ascenso do movimento de massas no período ditatorial, vendo-o como vindo de encontro ao “*caminho apontado pela Resolução Política do VI Congresso*” e que o Partido deveria ligar-se “*cada vez mais estreitamente às massas, principalmente as massas trabalhadoras*”. Entretanto, a bem da verdade, tratava-se de um movimento no qual os pecebistas não tinham influência significativa. Era ele decorrente principalmente da insatisfação popular com os três primeiros anos da “redentora”, que, em sua política econômica de arrumar a casa para os investimentos dos grandes capitais nacionais e imperialistas, arrochava ainda

mais os salários em relação ao período Goulart, provocando descontentamentos até em grande parte da pequena burguesia que apoiara o golpe. O próprio editorial pecebista, justiça se faça, reconhecia essa evidência: *“O avanço do movimento de massas tem ocorrido a partir do levantamento das reivindicações específicas das massas, da luta pela solução daqueles problemas que mais as afligem”*. (11)

Em setembro desse profícuo ano de 1968, o CC se reunia para avaliar essa conjuntura que vimos descrevendo. Da reunião, surgiu um documento, de 18 folhas de papel ofício, assaz alvissareiro em relação ao avanço das forças antiditatoriais, o qual vinha historiado desde o ano de 1965 até o momento atual. A intenção velada e precípua do documento era mostrar que na realidade estava desenvolvendo-se a frente única e ampla pregada pela Resolução Política e pelas teses do VI Congresso. Neste sentido, além do avanço das lutas dos *“operários, camponeses, estudantes, intelectuais e outros setores das camadas médias urbanas”*, era também mostrado que continuava *“a crescer a oposição burguesa à ditadura”*, que *“deputados e senadores do MDB, e mesmo da ARENA, combatem iniciativas reacionárias do poder executivo”* e que, *“nos últimos anos, as correntes e instituições religiosas”* vinham também engrossando a *“ação comum das forças antiditatoriais”*. Estava, assim, formada, no papel, a frente única e ampla defendida pelos vitoriosos no VI Congresso.

No campo ditatorial, a situação era periclitante: aprofundava-se o *“choque entre duas tendências principais”*, as do que defendiam *“indispensável o emprego de maior violência contra o povo”*, como único meio *“viável para consolidar o regime”*, e a dos que defendiam a necessidade de se *“fazer concessões”*, objetivando *“salvar o regime e a atual Constituição”*; crescia a *“instabilidade do governo”*, havendo *“indícios de que se inicia uma crise institucional”*.

A seguir, o documento falava da aceleração do processo inflacionário, dos processos de desnacionalização da economia e da concentração do capital, o que era algo verdadeiro e louvável de se denunciar, e voltava a condenar os *“ultra-esquerdistas e aventureiros”*.

Todo o longo inróito que acabamos de sintetizar, tinha o objetivo de demonstrar

que, na realidade estava comprovando-se *“dois elementos de nossa tática: o desenvolvimento da luta de massas com base em suas reivindicações específicas e o caráter prioritário da defesa das liberdades democráticas, sua ligação à luta das massas, em todos os seus níveis”*. De modo que, *“o desenvolvimento da situação do país mostra a justeza da tática traçada pela Resolução do VI Congresso”*. Urgia, portanto, alcançar-se um novo salto de qualidade no momento oposicionista vigente. E isso, por suposto, deveria estar a cargo da orientação e da direção do PCB: *“Na situação atual, nossa principal tarefa consiste em mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial e a conquista das liberdades democráticas”*. (12)

Ou seja, a questão estava encaminhando-se para o que a cúpula pecebista previra desde o início do golpe: a ditadura era passageira, seria derrotada pela frente ampla antiditatorial, as liberdades democráticas seriam restabelecidas e o PCB daria continuidade à sua linha estratégica tirada a partir da Declaração de Março.

Entretanto, indiferente à previsão pecebista, a ditadura seguia consolidando-se. No governo Costa e Silva, acentuou-se o fortalecimento do “poder militar”: as polícias militares estaduais passaram a subordinar-se ao Exército, tendo em seus comandos oficiais desta Força Armada. Também nas secretarias de segurança pública dos estados, o titular passou a ser um oficial superior do Exército, de coronel a general. A ditadura, guiada pela doutrina de segurança nacional, ia ampliando o seu controle sobre o Estado, apesar de o documento do Comitê Central do PCB considerar que havia *“indícios de que se inicia uma crise institucional”*.

Um discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, do MDB, viria a servir de pretexto para o endurecimento ainda maior do regime. Neste discurso, o deputado pelo estado da Guanabara, fez uma severa crítica à ditadura e propôs que o povo não prestigiasse o desfile militar por ocasião do Dia da Independência, 7 de setembro. Em 12 de dezembro, o plenário do Congresso Nacional recusou o pedido do Executivo para processar o deputado Moreira Alves. Um dia depois, o governo baixou o Ato Institucional nº 5 e determinou o recesso do Congresso através do Ato Complementar nº

**AI-5: A DITADURA SE OXIGENA E SE ISOLA**

O novo Ato Institucional representava uma reedição do golpe de 64. Através deste instrumento de força, o Executivo, na pessoa do presidente da República, passava a ter um poder quase que ilimitado, marginalizando ainda mais os poderes Legislativo e Judiciário. Pelo AI-5 o presidente poderia, entre outras medidas, decretar intervenção em estados e municípios; cassar mandatos eletivos; suspender direitos políticos de qualquer cidadão brasileiro pelo prazo de dez anos; decretar estado de sítio sem a autorização do Congresso; demitir, aposentar e confiscar bens de funcionários públicos civis e militares. O AI-5 tinha ainda o poder de suspender “habeas-corpus” do cidadão por ele atingido e suas decisões estavam isentas do arbítrio dos poderes Legislativo e Judiciário.

Como consequência do AI-5, verificou-se em todo o país um novo rol de cassações a políticos e funcionários públicos. Várias casas legislativas foram fechadas e houve um recolhimento das manifestações populares (principalmente estudantis e operárias) contra o regime, devido à forte repressão advinda com o AI-5. O país entrava em regime de ordem unida. O AI-5 marcou também o início do terror propriamente dito, produzido pelo Estado. Marcou também o aprofundamento da reação dos grupos de esquerda contra o regime, através da via armada, única forma que eles entendiam como capaz de derrubar a ditadura.

O governo Costa e Silva conseguiu, através da força, solidificar uma ditadura que estava sendo fortemente questionada pela reação da sociedade civil, a qual atingiu o seu apogeu no ano de 1968, justamente o ano de sua sufocação. Além dos prejuízos causados às liberdades do povo, em manifestar-se contra o arrocho salarial e o arrocho repressivo; o AI-5 atingiu em cheio o melhor da cultura brasileira que vinha desenvolvendo-se nos anos 60, como o Cinema Novo, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, a Música Popular Brasileira, etc. Grandes artistas, como Glauber Rocha, Chico

Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram obrigados a deixar o país. Voltava-se a uma era de trevas maior do que a vivida por ocasião da implantação do Estado Novo.

Se antes do AI-5 a influência macropolítica do PCB junto a uma suposta frente antiditatorial era diminuta; depois deste instrumento discricionário tal influência cessou por completo, pois cessara justamente o movimento de massas que vinha ascendendo, o que inviabilizava, momentaneamente, o principal elemento de ação tática do Partido.

A direção pecebista reconhecia a gravidade da situação, vendo-a como uma resultante da luta no interior da cúpula militar entre os “moderados” e a “linha dura”, lembrando que isso fora previsto no documento do CC em setembro de 1968. Portanto, o AI-5 não era visto como uma consequência direta do discurso de Moreira Alves, mas da *“incapacidade da ditadura de manter-se e prolongar-se nos quadros do regime constitucional que ela própria impusera ao país em 1967”*. A Resolução do Comitê Central aproveitava o ensejo para dar uma nova denominação ao regime ditatorial, que passava a ser uma *“ditadura policial-militar fascistizante”*. Embora reconhecesse com preocupação o recrudescimento da ditadura, a cúpula pecebista não sugeria qualquer alteração, sequer tática, em sua linha política vigente. Pelo contrário, o AI-5 era visto como um fator que ajudava ainda mais a linha tático-estratégica do PCB, a qual vinha prevalecendo desde a Declaração de Março, na medida em que o aprofundamento do autoritarismo isolava ainda mais a ditadura e, conseqüentemente, ampliava *“a base social e política da frente antiditatorial”*. O que era um raciocínio coerente, ao qual o tempo, de certa forma, daria razão, como viria a ser demonstrado com bastante ênfase já nas eleições de 1974. Mais uma vez, a cúpula pecebista aproveitava a oportunidade para reforçar a unidade em torno de sua linha política, ao afirmar que *“os últimos acontecimentos confirmam a justeza das resoluções tomadas pelo VI Congresso e comprovam o acerto da tática que vem sendo seguida pelo Partido”*. (13)

Enquanto combatia a ditadura no Brasil, o PCB continuava a apoiar a ditadura, essencialmente anti-marxiana e anti-leniana, na União Soviética e no Leste Europeu, principalmente por sua adesão praticamente incondicional ao PCUS. A invasão da Tchecoslováquia e a solução autoritária, antipovo, que foi dada à “Primavera de Praga”

foram um móvel a levar a cúpula pecebista a prestar mais uma solidariedade automática ao PCUS, livre de uma avaliação autenticamente marxiana-leniana dos fatos.

Nessa ocasião, o CC baixou uma Resolução acusando o processo autocrítico levado a cabo pela direção do PC da Tchecoslováquia – o qual seria o pivô da “Primavera de Praga” – de ter desaguado em uma ameaça contra-revolucionária, sendo, portanto, necessária à presença das forças do Pacto de Varsóvia para impedir a sua consecução. Ainda, o CC pecebista prestava apoio incondicional ao PCUS e aos PCs da RDA, da Bulgária, da Hungria e da Polônia, considerando que eles *“colocaram-se na posição de firme vigilância contra todas as tentativas do imperialismo de cravar uma cunha entre os estados socialistas e de abalar os fundamentos do regime socialista”*.  
(14)

Em verdade, tratava-se de um eufemismo para justificar o jugulamento da emergência do sentimento de liberdade do povo tcheco, que vinha, como os demais povos da Europa Oriental, sendo sufocado por uma ditadura de caráter stalinista.

Durante o mês de agosto de 1969, o presidente da República sofreu uma trombose cerebral que o impediu de continuar no exercício de sua função. Devido ao fato de ter sido contra o AI-5 e não ser militar, e muito menos da confiança da cúpula militar, o vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de substituir Costa e Silva, como rezava a Constituição. Mais uma vez, rasgando a Carta Magna, a ditadura formou uma Junta Militar, composta dos ministros militares – general Augusto de Lira Tavares, brigadeiro Márcio de Souza e Melo e almirante Augusto Rademaker – que assumiu o poder.

A doença de Costa e Silva, que foi toda envolta por mistérios e boatos a ponto de a opinião pública chegar a duvidar de que ele ainda estivesse vivo, chegou a um quadro irreversível que fez com que a Junta Militar declarasse vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República e anunciasse o processo de eleição de um novo presidente (militar, é claro) indicado por oficiais generais das três Forças Armadas. Após o processo de escolha foi eleito, em nome do “Poder Militar”, o então comandante da III Região Militar e ex-chefe do SNI do governo Castelo Branco, general Emílio

Garrastazú Médici. Para vice-presidente, foi escolhido o almirante Augusto Rademaker.

Em seu curto período como governantes da Nação, os ministros militares marcaram presença com a outorga de uma nova Constituição, melhor adequada às diretrizes do AI-5; negociaram o seqüestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, quando foram libertados quinze presos políticos; decretaram a pena de morte e prisão perpétua para os réus de “guerra revolucionária e subversiva”; e assinaram uma nova Lei de Segurança Nacional que, como a nova Constituição, visava reforçar ainda mais a ditadura.

No dia 22 de outubro de 1969, o Congresso Nacional foi reaberto após ter sido fechado por dez meses. Durante esse recesso forçado pela ditadura, 93 de seus membros tiveram cassados seus mandatos eletivos. Três dias depois de reaberto, o Congresso formalizou por 239 votos da Arena contra 76 abstenções do MDB, a eleição do general Emílio Garrastazú Médici para presidente da República e do almirante Augusto Rademaker para vice-presidente, depois dos dois terem sido eleitos pela cúpula das três Forças Armadas.

### **O PERÍODO MÉDICI: GUERRILHA, TORTURA E “MILAGRE”.**

Com a posse de Médici, a 30 de outubro de 1969, estava dada a partida para o período mais repressivo da história republicana brasileira. O seu governo seria marcado pelo binômio tortura e “milagre econômico”. O primeiro dos termos se revelaria prenhe de sucesso; o segundo, uma farsa.

Para pôr em prática a sua determinação em eliminar fisicamente os inimigos do regime, diversas medidas foram tomadas pelo governo no sentido de enfraquecer ainda mais a sociedade civil. O estabelecimento da censura prévia a livros e periódicos (os censores chegaram ao ponto de se instalar nas redações dos órgãos de imprensa); o estabelecimento do voto de liderança no Legislativo, obrigando toda a bancada a votar de acordo com o líder do partido; o uso freqüente do decreto-lei, marginalizando ainda mais o já marginalizado Congresso Nacional; a revogação da emenda constitucional que

estabelecia a realização de eleições diretas para os governos dos estados em outubro de 1974 e a ameaça constante do AI-5 estavam entre as medidas principais.

Ao mesmo tempo em que promoveu o terror e amordaçou a sociedade civil, o governo desenvolveu uma ampla campanha publicitária através de sua Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, procurando passar para a opinião pública a imagem de um Brasil-paráiso. De um país privilegiado em relação a outros países do mundo. O país da paz e do desenvolvimento. O país do “milagre econômico”. O país que havia chegado ao futuro. A vitória do Brasil na Copa Mundial de Futebol foi um prato cheio para ajudar a difundir essa imagem veiculada pelo governo. Com Médici, o país entrou na era do ufanismo. A propaganda oficial promoveu uma derrama de jargões em todo o Brasil, que demonstravam a armadilha ideológica que o governo queria impor ao povo: “Ninguém Segura este País”; “Pra Frente Brasil”; “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”...

Porém, nos bastidores a história era diferente. O regime se aparelhou o máximo que pôde para extinguir a crescente onda guerrilheira que lutava para derrubar a ditadura. Por extensão, esse aparelhamento estatal serviu para extinguir qualquer manifestação oposicionista considerada indesejável. Assim foram vítimas de prisões, torturas, mortes e “desaparecimentos”, tanto os guerrilheiros como cidadãos comuns. Para a ditadura todas essas vítimas eram comunistas, traidores da pátria, subversivos, terroristas, etc.

Se por um lado o período Médici marcou o auge da repressão, marcou também o auge das atividades guerrilheiras. Para sobreviver e manter em atividade as suas diversas organizações, os guerrilheiros passaram a assaltar – ou a expropriar, conforme eles consideravam – bancos. O confronto mais intenso entre a ditadura e os guerrilheiros durou cerca de 2 anos, de 1969 a 1971. Já no fim deste último ano, mormente após a morte de Lamarca, a guerrilha urbana estava praticamente erradicada do Brasil. Restaria mais acentuadamente o foco guerrilheiro rural do Araguaia, composto por militantes do PC do B, localizado nas divisas dos Estados do Pará, Maranhão e Goiás.

Outra tática dos guerrilheiros urbanos no combate à ditadura, além dos assaltos,

“expropriações”, a bancos, foram os seqüestros de diplomatas estrangeiros. Dessa maneira foram seqüestrados os embaixadores dos Estados Unidos, Charles Elbrick, em 4/9/69; da Alemanha Ocidental, Enrentred von Holleben, em 11/6/70; da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, em 7/12/70 e o cônsul do Japão, Nobuo Okochi, em 11/3/70. Em todos esses seqüestros, os guerrilheiros se utilizaram do mesmo método de exigir do governo a libertação de presos políticos em troca da libertação dos diplomatas. Os guerrilheiros aproveitavam também para exigir do governo que fossem divulgados documentos seus em que eram expostos motivos e objetivos da sua luta, seguidos de denúncias à ditadura.

No seqüestro do embaixador estadunidense, quando o governo estava nas mãos da Junta Militar, os guerrilheiros da ANL e MR-8, exigiram a libertação de 15 presos políticos, os quais foram trocados pelo embaixador. No do embaixador alemão, realizado pela VPR e ANL, foram libertados 40 presos políticos. Em troca do embaixador suíço, seqüestrado pela VPR, foram libertados 70 presos políticos. Pela libertação do cônsul japonês, seqüestro realizado pela VPR, foram libertados 11 presos políticos.

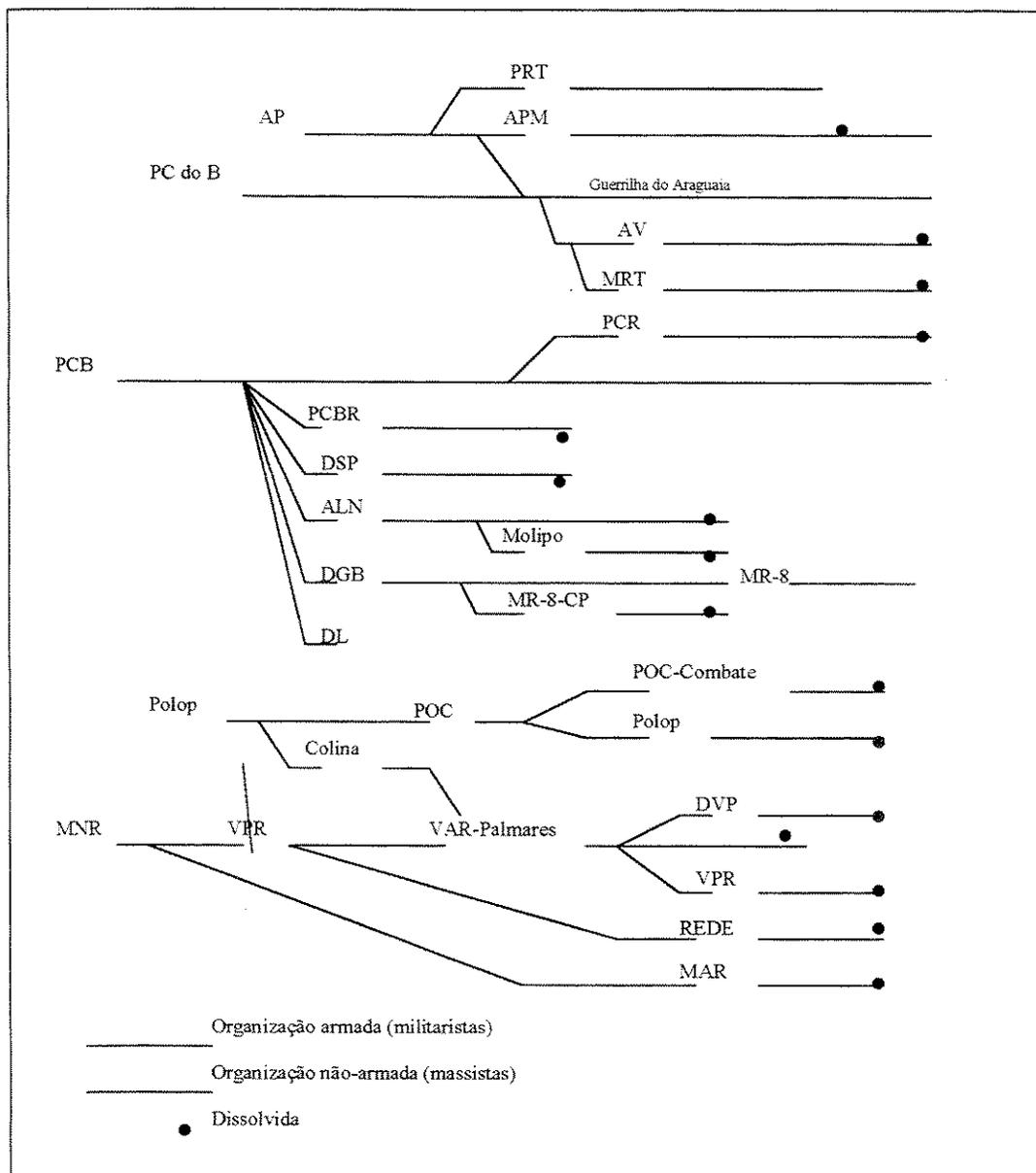
Houve também, por parte dos militantes da esquerda armada, vários atentados à bomba contra quartéis das Forças Armadas e também atentados a alvos civis. O objetivo desses atentados era o de chamar a atenção da opinião pública para o terror promovido pelo Estado.

Também grupos armados da extrema direita, alguns pára-militares, acobertados pelo regime, provocaram atentados diversos. Muitos dos quais eram atribuídos aos militantes de esquerda.

Os guerrilheiros estavam organizados em diversos grupos independentes, a grande maioria atuando na guerrilha urbana. Esses grupos se dividiam e se subdividiam à medida em que se aprofundavam as divergências dentro dos mesmos, tendo a quase totalidade saída de um tronco comum: o PCB. O grosso dos cerca de mil militantes que efetivavam a soma de todos esses grupos era composto de jovens universitários oriundos da pequena burguesia que, embora se auto-considerassem como vanguardas,

estavam completamente divorciados das massas.

O gráfico a seguir explicita uma compreensão a respeito da formação desses grupos:



(AP - Ação Popular, PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores, APML - Ação Popular Marxista-Leninista, PC do B - Partido Comunista do Brasil, AV - Ala Vermelha, MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes, PCB - Partido Comunista Brasileiro, PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, DSP - Dissidência São Paulo, ALN - Ação Libertadora Nacional, MOLIPO - Movimento de Libertação Popular, DGB - Dissidência Guanabara, MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro, DL - Dissidência Leninista, POLOP - Política Operária, COLINA - Comando de Libertação Nacional, POC - Partido Operário Comunista, POC-Combate - Partido Operário Comunista-Combate, MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário, VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, DVP - Dissidência VAR-Palmares, REDE Resistência Democrática, MAR - Movimento Armado Revolucionário, MR-8 CP - Movimento Revolucionário 8 de outubro - Construção Partidária). (15)

No dia 4 de novembro de 1969, o governo obteve a sua primeira grande vitória sobre os militantes da luta armada. Nesse dia, segundo fontes oficiais, foi morto, numa emboscada, o líder guerrilheiro Carlos Marighella, por policiais paulistas sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Marighella, por seu poder de liderança e experiência adquirida desde os tempos negros do Estado Novo – quando teve sua primeira entrada na prisão e enfrentou pela primeira vez o terror de uma ditadura, sendo barbaramente torturado por meses seguidos -, gozava de respeito e da admiração de todos aqueles que optaram pela luta armada. Sua morte representou uma grande perda para os militantes dos diversos grupos guerrilheiros. O próprio Prestes, que discordou radicalmente da opção de Marighella pela luta armada, viria a homenageá-lo quando do traslado de seus restos mortais para a sua terra natal, Salvador (BA), em 1980. Nessa ocasião, Prestes, em um discurso, afirmava que “*as vicissitudes ou a dialética de vida*” haviam colocado ele e Marighella em campos diferentes, mas fazia questão de enaltecer no líder guerrilheiro a “*sua valentia e combatividade*”, além de proclamar que o seu

nome e a sua memória “*não serão jamais apagados da história do nosso povo*” e serviriam para educar “*as novas gerações da classe operária e as de todos os trabalhadores brasileiros*”. (16)

A seguir à morte de Marighella, outros líderes guerrilheiros viriam a ser assassinados pela repressão: Joaquim Câmara Ferreira, morto na tortura pelo grupo do delegado Fleury; Mário Alves, morto na tortura no quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, onde funcionava um CODI; Stuart Angel, morto na tortura (foi arrastado por um jipe da Aeronáutica pela pista de asfalto e depois obrigado a ingerir gases do cano de descarga do jipe) na Base Aérea do Galeão, onde funcionava um CISA; Eduardo Leite, o Bacuri, morto na tortura (um dos presos políticos mais torturados, teve o seu corpo escalpelado, os olhos vazados e hematomas generalizados por todo o corpo) pelo grupo do delegado Fleury; Maurício Grabois, “desaparecido” na guerrilha do Araguaia; e Carlos Lamarca.

Certamente o guerrilheiro que mais se destacou, por comandar as ações mais arrojadas durante o período da luta armada e por seu alto nível de liderança, foi o ex-capitão Carlos Lamarca. De infância pobre, filho de pai sapateiro e mãe doméstica, nascido no bairro proletário do Estácio, Rio de Janeiro, Lamarca se considerava “*uno de los pocos oficiales brasileños de origen obrero*” (17), reconhecendo que isso influenciara a sua opção pelo comunismo, pela luta em favor do proletariado. Quando de sua morte, o Exército divulgou um documento à imprensa passando para a opinião pública a falsa imagem de que ele sofria de distúrbios mentais e tinha a traição como norma de conduta: “*O ex-terrorista Lamarca era um homem frustrado e visivelmente recalçado, megalomaniaco por temperamento, prevalecendo seu traço predominante de depressão acentuada e profunda introspecção. Obstinado, fanático, reacionário e agressivo, incapaz de dialogar ou aceitar sugestões de mudanças no que planejava, mesmo reconhecendo a possibilidade do desastre decorrente. Anseio constante de auto-afirmação, de ser comentado, elogiado e reconhecido como personalidade importante, condições que buscava a qualquer custo mesmo a troco de insucessos de seus principais amigos.*”

*Esses traços de sua personalidade foram marcantes, para caracterizar o traidor nato, sempre burlando e trapaceando seus mais íntimos amigos, quando percebia o momento exato de mudar radicalmente, a despeito dos males decorrentes da sua atitude”. (18 )*

O governo proibiu, como de praxe, a veiculação de qualquer nota pela imprensa que questionasse a versão oficial a respeito de Lamarca e sua morte.

A luta fratricida que tomou conta do PCB no momento imediato ao golpe de 64 e atingiu o seu cume com a expulsão e o êxodo dos esquerdistas, não se esgotou com a vitória dos reformistas no VI Congresso. Ela teve uma sobrevida através da batalha retórica entre o PCB e os grupos guerrilheiros, um e outros buscando justificar a correção marxista-leninista de sua opção, o que era uma forma de reforçar as suas respectivas unidades internas. O palco dessa batalha retórica eram os documentos pecebistas e os documentos dos grupos guerrilheiros, sendo que a intensidade e constância dos ataques vinham muito mais destes últimos, pois o PCB se esforçava para sufocar suas contradições internas – daí a evitação de abrir uma nova polêmica com os esquerdistas – e reforçar a unidade em torno da linha tático-estratégica vigente. A tática da direção pecebista era insistir que os esquerdistas estavam influenciados pela ideologia pequeno-burguesa e tinham uma práxis “aventureirista”, evitando responder às sistemáticas acusações de que ela era reformista e “traidora” do marxismo-leninismo. A Voz Operária simplesmente omitia a luta dos guerrilheiros. Não noticiou os assassinatos de Marighella, Mário Alves, Joaquim Câmara Ferreira, e nenhum dos outros. Entretanto, ao assassinato de Lamarca ela abriu um pequeno espaço, através de um artigo de “Simão Bonjardim”, codinome de um quadro pecebista. O artigo começava denunciando o terrorismo da ditadura e terminava considerando Lamarca – como os demais guerrilheiros – um auxiliar involuntário da ditadura, *“do qual ela se utilizava para chantagear a opinião pública e justificar medidas de ‘guerra revolucionária’, que na verdade se destinam, não a combater supostos ‘guerrilheiros’, mas a reprimir a manifestação da vontade e das aspirações das grandes massas descontentes da população”*. Em seguida, era dito que Lamarca *“se prestava ao papel*

*de foco de atração para concepções aventureiras e desastrosas, na luta pela revolução” e que “a luta revolucionária precisa sim de heróis, mas não de falsos heróis arrogantes, que pretendem substituir a luta das massas ‘inermes’, e sim, e em grande número, de heróis verdadeiros, que saibam lutar junto com as massas e saibam lutar a luta das massas”.*(19) Era mais uma oportunidade de se reforçar a unidade em torno do VI Congresso, a expensas de denegrir a memória de alguém que dera a sua vida no combate à ditadura.

No período Médici, o terrorismo promovido pelo Estado chegou ao seu ponto máximo. Foi durante essa etapa ditatorial que o “Poder Militar” passou a comandar diretamente o combate aos considerados como inimigos do regime. O alvo era a guerrilha urbana, mas por extensão qualquer cidadão estava passível de vir a ser vítima dessa repressão generalizada. Em julho de 1969, ainda sob o governo Costa e Silva, foi criada a OBAN-Organização Bandeirantes, com finalidade de centralizar o comando de todos os órgãos envolvidos em ações contra a guerrilha urbana. A OBAN localizava-se em São Paulo, sediada no II Exército, e era financiada por empresas brasileiras e multinacionais. Foi ela o balão de ensaio que deu aos militares o *know-how* necessário para criarem o CODI – Comando de Operações de Defesa Interna, já no governo Médici. Este organismo, a exemplo da OBAN, tinha o objetivo de centralizar o comando de tudo o que se referisse à luta contra a subversão. (20)

Cada um dos quatro exércitos tinha o seu CODI, que por sua vez tinha um ou mais órgãos executivos, o DOI – Departamento de Operações e Informações. Além disso, cada uma das três Forças Armadas tinha o seu centro de informação e de repressão: Ciex-Centro de Informações do Exército, CISA-Centro de Informações da Aeronáutica e CENIMAR-Centro de Informações da Marinha. Fora das Forças Armadas, continuavam os órgãos repressivos de cada Estado: DOPS, Polícia Civil e Polícia Militar.

Todos esses grupos – que por vezes atuavam em conjunto e por vezes separados – tinham carta-branca para agir a seu bel-prazer, sem a preocupação de vir a responder por “excessos” em seus métodos de trabalho. Os agentes desses grupos militares,

compostos desde praças até oficiais gerais, gozavam de privilégios especiais, por estarem prestando “relevantes” serviços à pátria.

Outros órgãos de repressão acobertados pela ditadura eram os esquadrões da morte, grupos de extermínios formados por policiais civis e militares e até não policiais, os chamados “X-9”. A versão passada para a opinião pública era de que os EMs atuavam contra os criminosos comuns, mas na verdade a sua área de atuação era muito vasta. Os EMs eram verdadeiras quadrilhas de maus policiais, que tinham uma convivência muito íntima com os criminosos e, tal como estes, atuavam em vários tipos de criminalidade: assassinios por encomenda, extorsões, tráfico de drogas, etc. A diferença fundamental entre esses maus policiais e os criminosos era que os primeiros tinham carteira de policial e os segundos não. Os assassinios praticados pelos EMs, aconteciam com requintes de crueldade. Muitas de suas vítimas não tinham sequer antecedentes criminais.

Não raro, policiais que participavam desses esquadrões participavam também das organizações repressivas aos subversivos, isto lhes dava uma auréola de heróis nacionais e de intocáveis. Era o caso do delegado Fleury, que se destacou tanto no extermínio dos considerados criminosos comuns como no extermínio dos considerados como inimigos da pátria.

O poder de ação dos EMs era tanto que o então Procurador de Justiça, Hélio Bicudo, foi exonerado de seu cargo por haver denunciado, baseado em provas concretas, as atividades de alguns de seus componentes em tráficos de drogas, assassinios por encomendas, etc.

Duas coisas todos esses grupos tinham em comum para acabar com os considerados como inimigos do regime: a tortura e o assassinio indiscriminados. Apesar de o próprio governo, em maio de 1970, através de uma nota oficial, declarar que não havia torturas nem presos políticos no Brasil, mas sim *“terroristas que respondem a processo regular pelos crimes que praticaram, matando pessoas indefesas, assaltando bancos e particulares e seqüestrando diplomatas”*. Até o ex-ditador Ernesto Geisel, perguntado a respeito, viria, na década de 90, confirmar que a tortura era um

instrumento usado contra os prisioneiros do Estado. Fazendo uma analogia entre a tortura praticada pelo serviço secreto inglês e a praticada pela repressão brasileira de então, Geisel afirmaria que os britânicos faziam o seu uso “*com discrição*” e “*o nosso pessoal, inexperiente, e extrovertido, faz abertamente*”. Ele próprio mesmo admitindo que “*não justifica a tortura*”, reconhece “*que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior*”. (21)

Entretanto, a bem da verdade, é mister salientar que a responsabilidade fundamental do uso da tortura estava em mãos da cúpula militar e dos órgãos repressivos, o grosso dos militares passava ao largo desse crime hediondo. Gregório Bezerra, que foi barbaramente torturado, tanto quando do jugulamento do movimento insurrecional de 1935 e no pós-64, tendo ainda um irmão assassinado na tortura, durante o Estado Novo, tem a preocupação incontinente de separar o joio do trigo.

*“Sei que muitos oficiais se recusaram a participar dessa monstruosidade que é a tortura; sei que muitos comandantes de unidades resistiram a pressões no sentido de permitirem que seus quartéis fossem utilizados para práticas infames e violências contra prisioneiros. Os torturadores são uma minoria: mas causaram enorme dano à reputação das Forças Armadas. E essa é mais uma razão para que seus nomes não sejam esquecidos”*. (22)

As torturas aos presos políticos variavam conforme o *know-how* e a vontade dos torturadores. Para esses fins eram empregados desde métodos tradicionais usados pelos povos da antigüidade e da Idade Média até métodos científicos mais recentes. Para o aperfeiçoamento dos agentes tupiniquins, os Estados Unidos enviaram experts nos métodos mais avançados de tortura, os quais geralmente eram agentes da CIA. Um desses instrutores foi capturado pelos tupamaros uruguaiois, quando prestava seus serviços de professor de torturas à repressão uruguaia, após ter feito o mesmo à repressão brasileira. O professor de tortura acabou sendo morto pelos tupamaros, de acordo com a condenação que lhe foi imposta pelo tribunal interno do grupo guerrilheiro. O seqüestro e morte do agente da CIA, conhecido como Dan Mitrione, deu

motivo a um filme de Costa Gravas: Estado de Sítio.

Segundo depoimentos de presos políticos brasileiros, posteriormente comprovados em juízo, os métodos mais comuns de torturas eram: choques elétricos; afogamento; espancamento; “corredor polonês” (fazer o preso passar entre duas alas composta de torturadores, debaixo de espancamentos); “telefone” (dar dois tapões ao mesmo tempo nos ouvidos de presos, geralmente de surpresa); “hidráulica” (introdução de água pela garganta do preso através de uma mangueira ou pano); esfolamento; tortura sexual; imobilização (fazer o preso ficar parado por determinado período de tempo numa determinada posição, geralmente segurando pesos, como lista telefônica e máquina de escrever); “pau-de-arara” (amarrava-se os pés e os punhos do preso depois passava-se uma barra de ferro entre os punhos amarrados e as dobras do joelho, a seguir a barra era colocada entre duas mesas deixando o preso pendurado por horas e horas. Geralmente combinava-se o “pau-de-arara” com outras formas de tortura: afogamento, choque elétricos, espancamentos, etc.); soro da verdade ou pentotal (droga que causava depressão e era usada para obter confissões); “cadeira do dragão” (semelhante a uma cadeira elétrica. Era utilizada normalmente para dar choques); tortura química (injeções de produtos químicos nocivos à saúde humana, lançamento de ácido na pele dos presos, etc.); “geladeira” (colocava-se o torturado num ambiente em que a temperatura variava de excessivamente baixa a excessivamente alta, como complemento eram utilizados sons os mais altos possíveis a ponto de enlouquecer o torturado); colocação de insetos e animais ferozes nas celas dos presos (baratas, escorpiões, cobras, jacarés, cães, etc.); jejum (deixar o preso dias e dias sem comer); tortura emocional (torturar, ameaçar de morte e estuprar membros da família do torturado: esposa, filhos, mãe, pai, etc.); simulação de fuzilamento do torturado ou parente seu; tortura médica; “cama cirúrgica” (onde se davam esticamentos de corpos até rompimentos de tendões e músculos e deslocamentos de bacia e órgãos internos. Essas “camas” eram também usadas para “operações” sem anestesia, como extração de unhas e pêlos, raspagem de ossos, etc.; e “capacete” ou “coroa de Cristo” (consistia em colocar uma fita de aço na cabeça do preso e apertá-la até os olhos saltarem para fora das órbitas). (23)

Se a tortura era o instrumento mais adequado para se obter a “prova” dos delitos e a localização de “aparelhos” e guerrilheiros ou supostos guerrilheiros, através da confissão forçada, a Justiça Militar era a instância que detinha o monopólio de imputar a culpa, com base na “prova” obtida, e assim, aplicar a sentença, legitimando todo o processo jurídico contra os réus sob a sua guarda.

*“A tortura é, portanto um dos métodos essenciais para a sobrevivência do regime, assim como a Justiça Militar que a acoberta. Se a primeira é o ponto de partida dos procedimentos repressivos do regime, a segunda é o seu desdobramento lógico, e ambos correspondem aos interesses da dominação dos grupos que sustentam o regime militar. Sendo a tortura e a Justiça Militar as duas faces de uma mesma moeda é, porém, a esta última que cabe – através de suas leis de exceção, normas de processo e tribunais – dar a fachada de legitimidade necessária ao estado autoritário. Também a ela cabe infringir seus próprios preceitos legais quando os interesses políticos do sistema assim o exigem”.* (24)

Assim, o processo repressivo como um todo funcionava semelhantemente àquele descrito por Foucault (25) em relação à época do absolutismo, quando a “prova” do delito também era forjada sob tortura e o julgamento se dava através de um tribunal de exceção. A diferença fundamental é que naquela época, o réu era – como meio de reforçar o poder do soberano – justicado em praça pública, aos olhos da multidão (obrigada a comparecer ao ato), em um nímio ritual de suplício, e no caso brasileiro tudo se passava nos subterrâneos da liberdade.

As prisões dos considerados como inimigos do Estado eram feitas sem qualquer formalidade judicial. Eram verdadeiros seqüestros promovidos pelo Estado terrorista. De um modo geral nem os próprios presos nem seus parentes e amigos sabiam para onde seriam levados. Muitos eram conduzidos para as inúmeras “casas de tortura” clandestinas espalhadas em vários pontos do país. Outros para dependências militares ou policiais, principalmente onde funcionavam os DOI-CODIs da ditadura. O comum nos dois casos era que as autoridades competentes não costumavam prestar informações sobre o paradeiro dos presos, muito pelo contrário, alegavam desconhecer mesmo a

existência dos mesmos. Era a época dos “desaparecidos”. Alguns apareciam mortos, vítimas de “atropelamento”, “suicídio”, “tiroteio” e acidentes diversos.

É importante dizer que, desde o início da ditadura, a direção do PCB já vinha alertando, principalmente através da Voz Operária, os militantes para os perigos que corriam e como deveriam portar-se para evitar serem presos e, caso isso ocorresse, como deveriam portar-se diante de torturas e interrogatórios. Com o advento do AI-5, a direção passou a pregar com mais instância que os militantes redobrassem os seus cuidados, queimando *“todos os papéis não necessários”*, acabando com o *“hábito nocivo de guardar relações de nomes e endereços”*, evitando *“abusar dos encontros de rua e das idas às casas de camaradas e pessoas amigas”*. (26)

O movimento guerrilheiro, apesar do alto grau de abnegação, patriotismo e aventureirismo de seus membros, não proporcionou, como eles desejavam, o levantar das massas contra a ditadura. Muito pelo contrário, as massas, influenciadas pela propaganda derramada pelo governo, taxando os guerrilheiros de perigosos terroristas, traidores da pátria e assassinos cruéis, acabaram voltando-se contra aqueles que as queriam libertar da opressão. O governo usava a tática de espalhar, em lugares de grande concentração popular, cartazes com fotografias dos guerrilheiros com as inscrições “terroristas procurados”. Abaixo das fotografias vinham os nomes dos guerrilheiros e seus codinomes conhecidos pelos órgãos de repressão.

Se a luta armada serviu para aumentar a repressão contra toda a nação, serviu também para denunciar, além das fronteiras brasileiras, o caráter terrorista da ditadura brasileira. Dentro e fora do país se formariam comitês e organizações diversas que denunciavam mundo afora os subterrâneos repressivos da ditadura.

Dentro do país a parte progressista da Igreja Católica, aliada a diversas entidades civis, como a OAB e a ABI, era voz a furar o cerco da censura e a denunciar a ação terrorista do Estado, não só contra os presos políticos, mas também contra o cidadão comum. Dentro da Igreja podemos destacar D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns como vanguardistas na luta pelo respeito aos direitos humanos. Vários foram os membros da Igreja a serem atingidos pela rede repressiva. Alguns dos quais foram

presos e torturados, como frei Beto e frei Tito de Alencar Lima. Este último viria a suicidar-se em Paris, vítima de distúrbios mentais decorrentes das torturas a ele impingidas.

Em 1972, em pleno auge da ditadura, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil emitiu um documento condenando explicitamente o terrorismo do Estado considerando que não era lícito a prática de prisões “*sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam*”, nem era lícito “*utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas, com o fim de obter confissões, revelações ou delações de outros, métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levadas até à mutilação, à quebra da saúde e até a morte, como tem acontecido*”. (27)

É oportuno salientar que esse progressismo da Igreja era uma espécie de *mea culpa* por ter apoiado o golpe de 64 e o início do regime ditatorial. Em 1964, a mesma CNBB emitira uma nota congratulando-se com o “*movimento vitorioso da Revolução*”, que “*nos livrou do perigo comunista*”. Contudo, já naquela época, era feita uma ressalva: “*Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força, como tal, mas, de outros valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania.. Que acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou vindita*”. (28)

Em entrevista à revista chilena *Hoy*, de janeiro/fevereiro de 1973, Prestes tecia considerações apologéticas à guinada progressista da Igreja: “*A Igreja Católica, que havia oferecido seu apoio ao golpe de Estado de 1964, está mudando de atitude. Isso se explica, de outra maneira, pelas decisões do Concílio Vaticano II, mas também pelo desejo de não se afastar das massas, descontentes com a ditadura. No início de 1971, os setores progressistas da Igreja obtiveram maioria nas eleições da CNBB, os quais indicaram, como presidente, um bispo que anteriormente havia sido preso pela ditadura. Como acentuou o Comitê Central do nosso partido, em sua resolução de*

novembro de 1971: *'amplia-se, no interior da Igreja, a corrente que adota uma atitude claramente progressista e, inclusive, anticapitalista, que protesta contra as injustiças sociais e a exploração do Brasil pelo imperialismo'* ". (29)

A outra marca do período Médici foi o “milagre econômico”, que se deu entre 1968 e 1973 e consistiu em um crescimento vertiginoso do Produto Interno Bruto e em um controle da inflação na faixa de 20 a 25% ao ano.

Vários fatores foram responsáveis por esse crescimento acelerado da economia brasileira, entre os quais podemos citar: expansão do mercado interno, modernização do sistema de crédito, um grande derramamento de capital estrangeiro, um grande aumento de exportações, revigoração das grandes empresas estatais, concentração de recursos na indústria nacional, contenção da inflação e incentivos fiscais à iniciativa privada (principalmente à multinacional).

Era a época dos grandes recordes nas bolsas de valores, nas exportações, nos superávits, nas reservas cambiais, etc. Era a época das obras faraônicas, como a Transamazônica (que acabaria não promovendo a integração prometida e tendo grande parte de sua extensão relegada ao abandono); usinas hidrelétricas; ponte Rio-Niterói, etc.

Em um documento enviado do exílio, Prestes reconhecia o crescimento por que passava o país e o condicionava a fatores que favoreciam ao empobrecimento da maioria da população: *“Depois de um longo período de estagnação da economia brasileira, teve início um considerável crescimento da produção industrial, cujo valor aumentou, em comparação com o ano anterior, 13% em 1968, 9% em 1969, e 11% em 1970. Este aumento foi conseguido mediante uma brutal exploração dos trabalhadores, a elevação dos impostos e da criação de uma série de fundos através dos quais o estado se apropria de uma parte considerável dos recursos da população. Além dos grandes empréstimos concedidos à ditadura pelos chamados bancos ‘internacionais’, submetidos de fato ao controle do capital monopolista norte-americano, aumentam as inversões imperialistas na economia brasileira, sobretudo pela reinversão de uma grande parte dos enormes lucros obtidos no país pelos monopólios dos EUA, Alemanha*

*Ocidental e Japão*". (30)

Todo esse "milagre" viria a desembocar num endividamento externo e interno cada vez maior. O Brasil chegaria ao ponto de tomar dinheiro emprestado do exterior não mais para aplicá-lo em investimentos sociais, mas para pagar os serviços de uma dívida externa que se multiplicava constantemente. Outra consequência do "milagre" e da ditadura como um todo seria o aprofundamento da pobreza, ao mesmo tempo que proporcionaria lucros excepcionais à grande burguesia nacional e internacional. O "milagre" foi também fator importante para uma maior desnacionalização da economia. O governo explorou o quanto pôde o "boom" econômico. O Brasil vivia uma euforia desenvolvimentista semelhante à do período JK. Porém é evidente que o crescimento do "bolo" não representou um aumento de salário real do trabalhador, muito pelo contrário. O próprio presidente Médici iria reconhecer esse fato ao dizer que "a economia vai bem, mas o povo vai mal".

#### **A ABERTURA: REDEMOCRATIZAÇÃO PELO ALTO SOB PRESSÕES DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL.**

Em junho de 1973, o general Médici lançou oficialmente o nome do general Geisel para sucedê-lo na presidência da República. Para vice-presidente, foi indicado o general Adalberto Pereira dos Santos.

A Comissão Executiva do PCB denunciava a criação do Colégio Eleitoral como uma farsa e afirmava que "*a ditadura tem medo das massas populares*", pois não se atrevia a "*convocar eleições diretas*", considerando que "*a simples substituição de um general por outro não trará nenhuma alteração no regime*". Mais uma vez, o documento enfatizava a tática do VI Congresso: "*o fim do regime opressor só virá pelo desenvolvimento de poderosas ações de massa, principalmente da classe operária, e da luta unitária das correntes, democráticas e progressistas*". (31) Ou seja, era uma aposta no futuro.

Quatro meses depois, o Comitê Central lançaria mais uma Nota Política, na qual

buscava, fundamentalmente, cumprir a sua principal função desenvolvida durante o período ditatorial: justificar o acerto da linha política que o PCB assumira entre a Declaração de Março e o VI Congresso.

O documento começava recordando o acerto do Comitê Central em ter considerado que *“le régime brésilien a évolvé d’une dictature militaire réactionnaire vers une dictature militaire que l’on peut caractériser comme fascite”*. A seguir, vinha uma definição desse fascismo à brasileira. *“Sans posséder certaines caractéristiques des fascismes italien et allemand, le régime brésilien est défini par les traits suivants: certains semblants de démocratie représentative, dont le remplacement périodique d’un dictateur par un autre – un effort systématique dans le but d’écarter le peuple et surtout la classe ouvrière de la vie politique – utilisation des forces armées comme instrument politique-répressif, et comme support direct du régime – importance croissante des ‘Services de sécurité’ qui tendent à dominer l’appareil d’Etat et la vie du pays – application de la terreur comme principale méthode de gouvernement – controle accru des structures syndicale déjà d’inspiration corporativistes, et liées à l’Etat, parallèlement à une répression accentuée à l’égard des syndicats ouvriers, dans le but de restreindre leur rôle à celui d’organismes d’assistance sociale et de loisirs – propagande officielle très intense et orientée dans le sens de mystifier les masses populaire sur ce qui se passe à l’intérieur du pays – une politique économique basée sur le renforcement de l’exploitation de la classe ouvrière et d’autres couches de la population, politique qui favorise essentiellement les monopoles, surtout étrangers, et le ‘latifundio’ – une politique étrangère aux visées expansionistes, en liaison direct avec les intérêts de l’imperialisme américain, et qu’accompagne une violente et intensive campagne chauvine”*.

Nem este reconhecimento de que a ditadura houvera procedido a um substancioso salto de qualidade, fazia o CC alterar a tática vigente. Pelo contrário, era lançada a confiança de que a troca do governo e as próximas eleições parlamentares representavam motivos alvissareiros em direção a essa tática.

*“(…) Le mouvement politique crée autour de remplacement de président de la*

*Republique, permet un élargissement du débat politique et touche des secteurs de la population jusqu'ici tenus à l'écart de la vie politique. En même temps, s'ouvre pour les forces démocratiques, la possibilité d'intensifier la lutte en vue de la défense des libertés démocratiques, en utilisant l'occasion même de la désignation du nouveau dictateur. Cette activité peut contribuer à ce que les élections parlementaires de 74, se déroulent dans de meilleures conditions. Il incombe aux militants communistes, de profiter au maximum de réveil des forces populaires, en particulier de la classe ouvrière". (32)*

Como protesto ao método indireto de eleição presidencial, o MDB lançou uma chapa composta do deputado Ulisses Guimarães, candidato a presidente da República, e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, candidato a vice-presidente.

No dia 15 de janeiro de 1974, o Colégio Eleitoral sufragou a chapa governista por 400 votos contra 76 e mais 21 abstenções.

No dia 15 de março de 1974, o general Geisel assumiu a presidência da República com a missão de promover uma abertura “lenta, gradual e segura”.

A eleição de Geisel representava a volta dos “castelistas” ao governo. Alguns ministros seus haviam participado do governo Castelo Branco, como o general Golberdo Couto e Silva (chefe do Gabinete Civil), Mário Henrique Simonsen (Ministro da Fazenda) e o general João Baptista Figueiredo (Chefe do SNI). O próprio Geisel havia sido Chefe do Gabinete Militar do governo Castelo Branco. Sem dúvida alguma a volta dos castelistas representava uma derrota para a “linha dura”, que era contra um amolecimento da ditadura.

O projeto de abertura consistia em uma mudança de qualidade no rumo da ditadura, para que o grupo que promovera o golpe de 64 pudesse continuar sua hegemonia na política brasileira. Era a política de ceder os anéis para não perder os dedos. A abertura visava ampliar ainda mais essa hegemonia, na medida em que ela buscava uma aliança com setores moderados da sociedade. Ela era o resultado direto de pressões internacionais vindas de diversos países do mundo, como os Estados Unidos, cujo presidente Carter viria a criticar a política dos direitos humanos no Brasil; e

pressões de entidades brasileiras, como a Igreja Católica, a OAB e a ABI, além dos diversos comitês de solidariedade aos presos políticos brasileiros instalados no exterior. Os países do 1º Mundo temiam que o Brasil viesse a tornar-se um país inviável para os seus negócios, com a continuação da ditadura no grau em que ela atingiu durante o governo Médici.

No exterior, a ditadura brasileira era sistematicamente denunciada por entidades internacionais de direitos humanos, como o Tribunal Russell, a Anistia Internacional e por periódicos e personalidades de grande prestígio. No dia 9 de abril de 1974, por exemplo, o senador Edward Kennedy, então virtual candidato à presidência dos Estados Unidos, ocupou a Tribuna do Senado para protestar contra a ameaça de a ditadura cassar o deputado Francisco Pinto, por ele ter feito um discurso condenando o regime Pinochet e contra o desrespeito dos direitos civis no Brasil. O senador estadunidense afirmava que a persistência das “*violações de direitos humanos*” no Brasil manchava “*as realizações econômicas daquele regime*” e que “*seria trágico se a nova administração continuasse a política de negação das liberdades civis de seus cidadãos*”. Ao seu discurso, ele acrescentava, para fins de registro nos anais do Senado, um artigo publicado no New York Times, em 5 e 7 de abril de 1974, sob o título *No Brasil, nem tudo é como parece*, que continha veementes críticas à ditadura. (33)

A verdade é que a ditadura havia chegado ao seu ponto de saturação, causando o desencanto até naqueles setores que apoiaram o golpe de 64, como a classe média e o clero. O terror estatal, promovido principalmente pelo governo Médici, e a farsa do “milagre econômico” foram fatores preponderantes que causaram a descrença geral da nação no regime vigente.

Em dez anos de ditadura os problemas do povo se agravaram. A pequena burguesia e a classe proletária se empobreciam, ao passo que a burguesia, principalmente a multinacional, tirava um proveito, como nunca até então, desse processo de acumulação e concentração. As favelas, os mocambos e as palafitas proliferavam nas grandes cidades. O custo de vida chegava a níveis insuportáveis, enquanto a inflação galopava para atingir em futuro próximo a marca de três dígitos

anuais. A corrupção, que os golpistas prometeram varrer do mapa, havia institucionalizado-se de vez na política brasileira. O próprio presidente Geisel haveria de punir alguns casos gritantes de corrupção com o AI-5. O “milagre econômico” já havia revelado a sua face farsante, deixando para a posteridade graves prejuízos, dos quais o endividamento externo era o principal. Afora os prejuízos econômicos a ditadura produziu prejuízos incalculáveis à cultura do país, sufocando toda uma geração de artistas e intelectuais. No campo da educação o mal não foi menor, tornando-se o Brasil um dos países com o ensino escolar de nível mais baixo do mundo. Enfim, o período ditatorial de 64 a 74 havia comprovado na prática a sua incapacidade de promover o bem coletivo.

As eleições parlamentares de 1974 comprovariam a insatisfação de grande contingente populacional para com a ditadura. Elas representavam a grande oportunidade para o PCB reforçar a defesa de seu taticismo. Já em abril de 1974, portanto sete meses antes do pleito, o CC divulgava um documento concitando “*o povo e as forças antifascistas*” - expressão que passava a ser usada em lugar de forças antiditatoriais - a participar ativamente das eleições. A nota explicava porque era importante essa participação ampla nas eleições vindouras.

*“(...) Porque elas representam uma das poucas possibilidades legais de ação de massas contra o regime fascista, porque nelas milhões de brasileiros terão de votar e poderão manifestar seu protesto. Na campanha eleitoral as forças antifascistas poderão promover debates com o povo, nos locais de trabalho e moradia, denunciando o regime fascista, do governo Geisel e seus agentes. O processo eleitoral será uma oportunidade para a classe operária e o povo ampliarem a luta pela elevação de salários, pela reforma agrária radical, pela defesa dos interesses nacionais e o restabelecimento dos direitos democráticos. Participando das eleições, as forças antifascistas poderão eleger senadores e deputados comprometidos com a causa democrática e derrotar os candidatos mais reacionários. Atuando no pleito as forças antifascistas poderão impedir que a ditadura consiga obter, pela repressão e a demagogia, uma esmagadora vitória nas urnas e proclamar que a maioria dos brasileiros está de acordo com ela.*

*Participando das eleições, os democratas contribuirão para que se acelere o processo de aglutinação da frente patriótica antifascista, capaz de derrotar o regime de traição nacional que oprime os brasileiros”. (34)*

A abertura das urnas revelou um avanço espetacular da oposição, que venceu o pleito nos grandes centros urbanos, como os estados de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Na Câmara do Deputados, o MDB aumentou a sua bancada de 87 para 165 representantes, enquanto a ARENA diminuiu a sua de 223 para 199. No Senado, o partido oposicionista cresceu de 7 para 20 senadores, ao tempo em que o situacionista decrescia de 59 para 46.

Para barrar o evidente crescimento da oposição, o regime utilizou-se de mais um casuísmo: criou uma lei que restringia o acesso dos candidatos aos meios de comunicação. Por essa lei, designada de Lei Falcão, em homenagem ao ministro da Justiça Armando Falcão, os candidatos do MDB e da ARENA só poderiam ter como divulgação de suas campanhas, através do rádio e da televisão, a leitura breve de seus currículos por um locutor “neutro”, o que praticamente inviabilizava o debate político. De modo que, os candidatos oposicionistas somente poderiam valer-se de seus próprios esforços para irem pessoalmente ao encontro de seus leitores, através de discursos e prospectos, e denunciar a ditadura.

Contudo, tal mecanismo discricionário não impediu a continuidade do crescimento do MDB, que era um reflexo do crescimento da insatisfação popular com a ditadura e a crise econômica pós-“milagre”. O povo passou a comparecer em maior número às urnas, como observa Eli Diniz.

*“Finalmente, a partir de 1974, observou-se o aumento da participação eleitoral, declinando paralelamente os índices de abstenção e de votos em branco e nulos. Desta forma o alheamento inicial foi substituído pelo maior interesse em participar, na medida em que o voto passou a ser valorizado como forma de expressar uma avaliação do regime e os partidos existentes passaram a ser percebidos como instrumentos aptos a manter ou alterar a ordem política em vigor, como ressalta Lima Júnior, em ‘Electoral participation in Brazil (1945-1978): The Legislation, The Party Systems and*

*Electoral Turnouts' (Luso Brazilian Review, vol.20, n° 1 summer 1983), se existe satisfação com o regime e as eleições são percebidas como forma de alterar a situação as taxas de abstenção bem como os percentuais de votos em branco e nulos, tendem a descrever, sobretudo se os eleitores atribuem eficácia ao sistema partidário. O desencadeamento do processo de liberação, a partir de 1974, levou à revalorização das eleições e mecanismos representativos, o que se traduziu nos mais altos índices de participação verificados nas eleições de 1974 e 1978". (35)*

Ou seja, a mentira acabou transformando-se em verdade. O regime criou um sistema partidário de mentira – para ganhar as eleições e, assim, legitimar-se perante a opinião pública nacional e, sobretudo, internacional, e que acabou transformando-se em verdade, passando a ser um instrumento aferidor das vontades populares mais conscientizadas, apesar de toda a propaganda ilusória do governo e da mídia e dos vários instrumentos repressivos em vigor (AI-5, censura à imprensa, proibição de greves, protestos públicos, etc.). Ainda há que se levar em conta que os opositores mais combativos, com maior poder de liderança popular, estavam no exílio. Era o caso de Brizola, Prestes, Arraes, Julião, Roberto Morena, Osvaldo Pacheco, entre outros. O regime estava perdendo terreno para a oposição consentida, isto é, para o time reserva da oposição.

A despeito da Lei Falcão, as eleições municipais de 1976 viriam a reeditar o sucesso opositor das eleições de 1974. O MDB voltou a manter a sua predominância nos grandes centros urbanos, embora continuasse a perder nas cidades mais atrasadas em nível econômico e de informação, redutos da ARENA.

#### **A REPRESSÃO SE VOLTA CONTRA O PCB**

Os órgãos de segurança tinham informações substanciais sobre praticamente todas as organizações ilegais. Tinham conhecimento sobre as que optaram pela luta armada e aquelas, como o PCB, que pretendiam derrotar (ao invés de derrubar) a ditadura através de manifestações pacíficas, principalmente as eleições para os

Parlamentos estaduais e federal. Essas informações eram obtidas em periódicos e documentos que as polícias políticas e os centros de inteligência das Forças Armadas adquiriam ao prender subversivos, apreender panfletos, interceptar correspondências e, algo que se institucionalizou, torturar presos políticos. Portanto, a repressão passou a conhecer as nuances tático-estratégicas de cada organização e a aferir o grau de periculosidade delas. A princípio, a concentração de sua ação se deu sobre os defensores da luta armada como tática para a derrubada da ditadura, os cognominados pelo regime de terroristas ou subversivos. O primeiro termo era mais utilizado especificamente para os militantes da luta armada, enquanto que o segundo servia para estes e para quaisquer pessoas tidas pelo regime como suas inimigas. A partir do governo Costa e Silva e, mais intensamente, sob o governo Médici, o Estado aparelhou-se o máximo que pôde para eliminar fisicamente os “terroristas”. Passada essa fase, a repressão se voltaria contra o PCB.

Há controvérsias sobre o porquê de a repressão ter decidido concentrar suas ações sobre o PCB. João Falcão argumenta que isto se deu devido à “*audácia e desenvoltura*” (36) com que os membros deste partido atuaram na campanha eleitoral de 1974, a qual marcaria a primeira grande vitória (relativa) do MDB nas urnas, a 15 de novembro daquele ano. Reiterando esse ponto, é preciso relativizar a importância do PCB na ascensão do MDB. Os pecebistas estavam neste partido-frente, tinham alguns poucos candidatos – pouquíssimos se comparados com o conjunto dos candidatos emedebistas – que foram eleitos com o seu apoio – e o apoio também de segmentos não comunistas –, mas, aqui é que se coloca a questão fundamental, nas vitórias da oposição o PCB sempre teve uma influência diminuta. O MDB cresceria no mesmo diapasão mesmo que não tivesse o apoio do PCB. A votação das massas nesta frente oposicionista passava por um cunho eminentemente plebiscitário: dizer um não à ditadura. Além disso, o MDB já estava, sobretudo a partir das eleições de 1974, sedimentando uma representatividade junto ao eleitorado, mormente aquele dos grandes centros urbanos. Então, não concordamos que a “audácia e desenvoltura” dos pecebistas nas eleições de 1974 motivou a repressão a liquidá-los fisicamente. Foi um dos

ingredientes, mas não o único.

Marco Antônio Coelho defende outra tese, segundo a qual a repressão direcionou o seu sentido contra o PCB em virtude deste partido ter publicado na Voz Operária o editorial intitulado *Apertar o cerco*, que teve como “*uma das conseqüências imediatas tornar o PCB a ‘bola da vez’, como se diz no jogo de sinuca*”. Segundo ele, esse editorial equivaleu a “*criticar onça com vara curta*”. (37)

O editorial dizia que a vitória do MDB nas eleições de 15 de novembro de 1974 tinha impingido “*uma mudança na qualidade no quadro político brasileiro*” e que, portanto, “*a luta contra o fascismo entra em nova fase – uma fase de ascensão*”. O editorial via aquela vitória como um passo significativo para a derrota da ditadura através das urnas, sendo uma demonstração da “*importância da unidade de ação de todas as forças anti-fascistas. Unidade esta que deveria ser intensificada mas sem desconsiderar que os ‘instrumentos do poder ditatorial e sua máquina repressiva estão intactos, assim como nada se altera em sua intenção de utilizar esses meios para continuar oprimindo o povo*”. (38)

Também não parece plausível que este editorial tenha sido o motivo determinante de a repressão ter decidido apertar o cerco sobre o PCB. Editoriais e documentos desse quilate o Partido vinha divulgando desde o começo da ditadura, inclusive vários deles em tons mais ríspidos. Os órgãos de segurança não eram meramente órgãos de repressão, como costumam ser vistos por algumas considerações de senso comum esquerdista. O fato de a ditadura ter investido sobremaneira na tortura e na truculência em geral para combater seus inimigos, não nos pode levar à inferência de que os órgãos de segurança eram tão-somente o *locus* de agentes brutais e ignorantes (com baixo nível de escolaridade e de conhecimento ideológico). Evidentemente havia esse tipo de agentes, talvez até majoritariamente; no entanto, houve muita inteligência, serviço de inteligência a nível dos mais eficazes entre os órgãos de segurança do mundo. Foram muito mais os serviços de inteligência, sobretudo os das Forças Armadas (CIEx, CENIMAR, CISA, DOI-CODI...), além do SNI e DOPS, do que os métodos brutais, os responsáveis principais pela vitória relativamente fácil da ditadura sobre os

diversos grupos guerrilheiros. Esses serviços de inteligência atuavam em rede e estavam subordinados à presidência da República, através do SNI.

Marco Antônio Coelho defende outra tese, mais sustentável, diga-se de passagem, segundo a qual a decisão de se eleger o PCB como alvo da repressão coube à “linha dura”, visando, assim, minar o projeto de abertura. (39) Em parte ele tem razão; mas nós entendemos que não foi somente a “linha dura”, e sim o regime como um todo, inclusive sob a responsabilidade direta da presidência da República, o que, mais adiante, teremos a oportunidade de conferir através de um depoimento do general Geisel.

Isto posto, defendemos a hipótese de que o regime se voltou contra o PCB no momento em que, racionalmente, julgou mais adequado fazê-lo. Como dissemos, a sua intenção primeira foi erradicar os guerrilheiros, no que obteve grande sucesso. A ditadura, cujos mentores também não eram meros repressores; reconheciam, principalmente após a vitória sobre a oposição não-consentida (especialmente os guerrilheiros) e o fortalecimento da oposição consentida, que o momento, do ponto de vista racional, era de se promover uma abertura que amparasse a governabilidade (sob ameaça) do regime imposto em 1964. Nessa abertura não deveria caber opositoristas que representassem perigo a essa governabilidade, entre os quais os líderes do pré-64 (Brizola, Prestes, Arraes, Julião...) e o PCB. O regime sabia que este partido era peremptoriamente contra a luta armada, mas o que mais pesava contra ele era o seu passado, a sua vocação de fênix, isto é, de ressurgir das cinzas, como após 1935 e após 1948, daí a necessidade de torná-lo acéfalo, de colocá-lo em um grau de impotência equiparável ao daquele que fora imposto aos guerrilheiros. A repressão foi-se voltando racional e paulatinamente contra o PCB, justificando a necessidade de fazê-lo em virtude desse partido apresentar um perigo mais latente do que iminente, dado o seu passado e a sua consubstanciação ideológica.

Apesar de não pretenderem derrubar (mas derrotar, pacificamente) o regime, os pecebistas não estavam passíveis de não serem presos. Logo nos primeiros meses da ditadura, milhares deles foram presos, processados, etc Mas assassiná-los, dedicar-lhes o tratamento dado aos guerrilheiros, não era o escopo da ditadura até a eliminação dos

que optaram pela luta armada. Caso fosse não seria tarefa difícil de executar, pois diversos documentos dos órgãos de segurança indicavam onde atuavam grande número de pecebistas, inclusive quadros importantes, como os de organizações de base de imprensa. Os órgãos de segurança sabiam, por exemplo, que o PCB era infenso a contatos com guerrilheiros.

Um documento do CIEEx do I Exército, datado de 23 de novembro de 1970, informava que o Comitê Central do PCB dirigira uma mensagem ao Comitê Estadual de São Paulo a respeito de *“alguns elementos que estavam em Cuba e na Argentina”* e retornaram ao Brasil *“com ordens para buscar entendimentos com a alta direção do PCB”*. Ainda segundo o documento, a mensagem do CC recomendava à direção do PCB em São Paulo que *“sejam evitados quaisquer tipos de contatos com os banidos, pois não pretendem fazer tal acordo, a não ser que se enquadrem na linha política adotada pelo PCB. Os banidos teriam vindo com a incumbência de reestruturar o terror no Brasil, programando, para muito breve, uma grande ofensiva”*. (40)

De modo que não havia razão concreta de se reprimir o PCB, salvo o fato iniludível dele ser um inimigo ideológico do regime. E foi justamente isto que levou à primeira grande ação da repressão contra o Partido, surgida em consequência de uma traição. Na edição de 3 de dezembro de 1972, o Jornal do Brasil publicava, com grande destaque, denúncias de um certo “agente Carlos” contra o PCB e o movimento comunista internacional. Este agente era apresentado como *“um homem de inteira confiança de Prestes”*, que dizia ter tomado a decisão de denunciar por que *“causou-me enorme impacto a invasão da Tcheco-Eslovaquia em 1968”*. Segundo ele, os dirigentes que se posicionaram contra a invasão daquele país pelo Pacto de Varsóvia, como Armênio Guedes, Roberto Morena e Moisés Vinhas, ficaram marcados. A seguir, ele dava informações sobre dirigentes do PCB: Prestes se transferira para Moscou e Giocondo Dias era o secretário-geral no Brasil, Armênio Guedes e sua mulher (Zuleica Alembert) estavam no Chile, Orlando Bonfim Júnior chefiava o Setor de Agitação e Propaganda, David Capistrano estava em Praga, Agliberto de Azevedo em Paris, Armando Ziller em Buenos Aires... A rigor, na reportagem havia mais sensacionalismo

do que denúncias precisas, a começar pelo título: “*Agente do PCB denuncia a subversão no Brasil*”. (41) Entretanto, logo após essa matéria vários pecebistas foram presos, aparelhos do Partido estourados e diversos outros tiveram que ser desmobilizados a toque de caixa. Alguns jornais afirmavam que as investidas da repressão contra o PCB eram motivadas pelas denúncias do “agente Carlos”. (42)

Na verdade, o “agente Carlos” era o codinome com que se apresentava Aداuto Oliveira, segundo livro de João Falcão, op. cit., ou Aداuto Alves dos Santos, segundo matéria do Jornal do Brasil, de 7 de dezembro de 1972. Nesta matéria, o JB dizia que somente nesse dia revelava a identidade do “agente Carlos”, por este ter pedido, em troca da entrevista do dia 3, que o seu nome fosse mantido em sigilo por 4 dias. A matéria trazia a carta que o “agente Carlos” escrevera ao JB se oferecendo para fazer as denúncias que citamos há pouco: “(...) *Senhor Diretor, afianço-lhe que estou em condições de denunciar com nomes, fatos e locais, toda trama comunista em relação ao Brasil, bem como todas as maquinações do Movimento Comunista Internacional (...)* Para esse contato usarei o seguinte código: *me identificarei como Carlos, e o Sr. ao atender o telefone dirá apenas: ‘sou amigo da verdade’*”. (43)

Aداuto era membro da Comissão de Relações Exteriores do PCB, chefiada diretamente por Prestes, funcionário da OEA (Organização dos Estados Americanos) e ex-membro do Comitê Estadual do PCB de Minas Gerais. (44)

Essa primeira grande mobilização da repressão contra o PCB não representava ainda o momento em ela elegera este partido como o seu alvo privilegiado. Fora as prisões e os aparelhos estourados pelas denúncias do traidor Aداuto, outra perda grave para o PCB fora o assassinato de Célio Guedes (irmão de Armênio Guedes) no CENIMAR do Rio de Janeiro, consequência de sua prisão, juntamente com a do médico Fued Saad (famoso por ter participado da retirada de Prestes para Moscou, através da fronteira com a Argentina), em agosto de 1972. (45)

O assassinato de Célio Guedes e as várias prisões de pecebistas não indicavam ainda que a repressão tivesse o PCB sob sua alça de mira, mas sob sua vigilância. Um documento do CIEx, de novembro de 1973, sugere que possamos estar raciocinando

coerentemente. Nele era dito que “*Luiz Ignácio maranhão Filho, membro do Comitê Central do PCB, deixou a cidade do Rio de Janeiro/GB, integrando-se num novo esquema do PCB, em São Paulo*” e que Osvaldo Pacheco preparou e dirigiu a “*operação tartaruga recentemente ocorrida em diversos portos nacionais, surpreendendo as autoridades*”. O documento também informava que “*no momento está o Partido planejando uma campanha reivindicatória para ser desenvolvida entre os metalúrgicos de São Paulo*”. (46)

Meses depois, durante o governo Geisel, Maranhão e Pacheco seriam presos, barbaramente torturados; o primeiro assassinado e dado como desaparecido, enquanto o segundo, sobreviveria. Mas foi ainda durante o governo Médici, e não somente no governo Geisel, como geralmente se supõe, que a repressão foi-se voltando contra o PCB. Em dezembro de 1973, o SNI reconhecia que o PCB era a única organização comunista a propugnar a via pacífica e que seus militantes vinham desfrutando “*relativa liberdade de ação*”. Considerando que os pecebistas eram os que revelavam “*maior convicção ideológica, como resultante da intensa e bem conduzida doutrinação de caráter marxista-leninista que lhes é proporcionada*”, o documento recomendava que o PCB deveria ser reprimido tanto quanto os partidos que optaram pela luta armada. (47) Não era uma análise de um setor menor de repressão, mas de um escalão superior, ligado diretamente à presidência da República.

As organizações guerrilheiras ocupavam uma presença predominante nos documentos dos órgãos de segurança até fim de 1973 e começo de 1974. a partir de então, o PCB passou a ser o centro das atenções. Os documentos traziam uma retórica sofisticada, até certo ponto, segundo a qual o PCB era ontologicamente perigoso para o regime. Com isto foi tecida toda uma argumentação para justificar um ataque avassalador contra o Partido.

Um relatório do I Exército informava que o PCB “*vem realizando um intenso trabalho de recrutamento no meio de intelectuais e nos meios universitários com resultados muito bons. Utiliza uma técnica muito eficiente e bem acobertada, tendo como palavra de ordem a de evitar ataques ao Governo. Sua intenção é minar a infra-*

*estrutura moral, através de um trabalho de ação indireta. Trata-se de difundir, sobretudo nos meios universitários, temas que não sejam de ataque direto ao Governo do Presidente Geisel e sim contra as lideranças militares que devem ser acusadas de terem sido superadas pelas crises cíclicas internacionais e não terem visão sociológica para a compreensão dos acontecimentos. Dessa maneira, essas lideranças são responsáveis por impedir que o Presidente Geisel possa dar solução aos problemas econômico-financeiros sociais que existem". O PCB era acusado até de estar "utilizando amplamente os tóxicos nos meios universitários como um meio essencial para alienar todo o processo de conscientização cultural, moral e político da juventude". A "periculosidade" do Partido era tamanha que ele vinha "explorando os problemas decorrentes da elevação do custo de vida e do desemprego e procurando caracterizar um desentendimento entre o atual Governo e o do ex-Presidente Médici". Era superlativizar demais a capacidade conspiratória de um partido clandestino, acéfalo e desestruturado organicamente. Por trás disto, havia a intenção velada de se encetar uma campanha de repressão ao PCB, o que o próprio documento sugeria quando solicitava que todas as "AIs" (esta sigla devia indicar Agências de Informações) estivessem alertas sobre "as atividades do PC citadas acima". (48)*

Nessa época, um tema voltou a ocupar as páginas de diversos relatórios da repressão: a *"infiltração comunista na imprensa"*. Novamente era superdimensionada a infiltração do PCB em jornais como O Globo, A Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil.

Os órgãos de repressão sempre acompanharam, na medida do possível, os passos do PCB. As sucessivas campanhas de finanças deste partido, cujas diretrizes eram veiculadas na *Voz Operária*, costumavam constar nos relatórios desses órgãos, normalmente à guisa de informação burocrática. No entanto, em setembro de 1974, a repressão buscou aproveitar o VII Mês Nacional de Finanças (VII MNF) para golpear o Partido. Isto estava explícito em um pedido de busca do I Exército, que avisava aos órgãos de segurança das Forças Armadas e das polícias políticas que o *"PCB desencadeará, no próximo mês de outubro, sua campanha intitulada VII Mês Nacional*

de Finanças”. O documento solicitava: “Intensificar a vigilância sobre todos os militantes e simpatizantes do PCB, para: a) Identificar os integrantes de OB, CM, CE e CC, atuando na área; b) Identificar, em particular, os responsáveis pelas Seções de Finanças, em todos os níveis; c) Prender os elementos identificados e coletar provas para submetê-los a processo; d) Procurar evitar o sucesso do VII MNF”. (49)

O chefe da SOB (Seção de Buscas Ostensivas) do DPOS/GB responderia à solicitação, afirmando que “apesar dos esforços dispendidos pelos funcionários desta Seção e das buscas de informações junto a informantes, não foi possível identificar qualquer dos militantes do partido que estavam fazendo o mês das finanças do Partido Comunista Brasileiro, pois os mesmos sempre usaram de artifícios que dificultaram a ação dos funcionários empenhados na apuração”. (50)

Por este informe, subtende-se que a repressão tinha um mapeamento de membros do PCB – o que confirmamos em vários documentos – e nessa campanha de finanças se buscou prendê-los em flagrante delito, isto é, por militar em organização política ilegal.

O certo é que progressivamente a rede repressiva ia estreitando seus laços em torno do PCB. Em abril de 1974, o DOPS/GB considerava que o CC do PCB “busca no momento a maior conscientização ideológica de seus militantes com vistas a melhor suportarem o estado de repressão pelas autoridades”. Diante disto, era sugerido que a comunidade de segurança e de informações buscasse estar alerta a fim de um “melhor preparo dos agentes e sua capacitação político-ideológica, tendo em razão o duro combate que terão de suportar das lides comunistas”. (51)

Os jornais pecebistas sempre fizeram parte dos acervos das polícias políticas, como tivemos a oportunidade de detectar neste trabalho. Através deles era possível ter-se informações gerais das condutas teórica e prática do Partido. No pós-64, os agentes de segurança eram leitores assíduos da Voz Operária, que lhes proporcionava inúmeros relatórios. A partir de 1974, entretanto, já não bastavam mais esses relatórios, tornou-se imperioso descobrir as oficinas clandestinas da V.O. e colocá-la fora de circulação. A Voz Operária seria o primeiro grande peixe a cair nessa rede repressiva que se estreitava

contra o PCB. Ela era vista como fomentadora de *“inconformismo político-social, nos campos político, econômico e psicossocial, com a finalidade de influenciar, provocar opiniões, emoções e atitudes entre os integrantes desses setores, contra a execução dos objetivos nacionais, inspirado em uma ideologia incompatível com a Constituição”*. (52)

Um Pedido de Busca do CIEEx, de fevereiro de 1974, difundido para a comunidade de informações, tecia considerações sobre a impressão da V.O., com o fito de subsidiar investigações que levassem às suas oficinas, e pedia determinadas providências. O periódico do PCB era apresentado como de boa impressão e o *“pessoal empregado na confecção do jornal possui conhecimentos técnico-profissionais, intelectuais, larga experiência e estão atualizados com as modificações na ortografia oficial”*. Havia a constatação de que a composição da V.O. era feita por linotipo em corpo 8, com máquinas de alto custo. Diante destes dados, o documento solicitava que fossem localizadas *“oficinas gráficas que possuem linotipo ou impressoras dos tipos citados no item e”*; *“novas instalações de força em locais inusitados e suspeitos”*; *“atividades das oficinas ou casas especializadas na confecção de clichês”*; *“despacho ou recebimento de volumes (pequenos, grande peso) por via rodoviária (ônibus ou caminhões) ou ferroviária, firmas comerciais atuantes no ramo de tintas de impressão e papel, com vistas a possíveis fornecimentos clandestinos”*. (53) Toda essa empreitada, de vetusta envergadura, já indicava que o PCB estava na alça de mira da repressão.

Alguns meses depois uma gráfica da V.O. caía. A revista interna (confidencial) do DOPS paulista relatava que *“após quase um ano de intensas investigações o DOI/CODI/II Exército logrou desbaratar o veículo de propaganda oficial da Seção de Agitação de Propaganda (SAP) do PCB, traduzido na sua forma mais concreta no jornal Voz Operária”*. O documento dizia que a gráfica fora descoberta em Campo Grande, subúrbio do Rio de Janeiro, *“onde eram impressos para todo o Brasil, cerca de 6.000 exemplares”* da V.O. A localização da gráfica era atribuída a informações obtidas pelo DOI-CODI do II Exército ao prender um membro do PCB, o qual também confessara o endereço da gráfica da V.O. em São Paulo. (54)

Além do desbaratamento das duas gráficas, fazendo com que a V.O. deixasse de circular por vários meses, a repressão envidou esforços para promover uma razia contra os pecebistas como houvera procedido em relação aos guerrilheiros. Foi assim que, em curto período de tempo, “desapareceram” dez membros do Comitê Central: David Capistrano da Costa, Jaime Miranda Amorim, Orlando Bonfim Júnior, Nestor Veras, Hiran Lima Pereira, Luis Ignácio Maranhão Filho, João Massena Filho, Walter Ribeiro, Élson Costa e Itair Veloso. E ainda José Montenegro de Lima, coordenador da Juventude Comunista, e Ronam, motorista de David Capistrano. Os corpos desses comunistas jamais seriam encontrados, embora fossem cobrados judicialmente por seus familiares.

Outros integrantes do CC seriam presos e barbaramente torturados, entre os quais: o ex-deputado federal Marco Antônio Tavares Coelho; o líder sindical e ex-deputado federal constituinte (1946), Osvaldo Pacheco; Francisco Gomes; também ex-deputado federal constituinte (1946); Renato Guimarães; Aristeu Nogueira e Fernando Pereira Cristino. Dezenas de outros membros do PCB teriam a mesma sorte de serem presos, torturados “desaparecidos” e assassinados.

É importante destacar que enquanto foram assassinados, presos, torturados e “desaparecidos” centenas de guerrilheiros e cidadãos comuns, o PCB não os nomeava na Voz Operária e em seus documentos, tampouco promovia uma campanha em favor dessas vítimas, embora lhes prestasse uma solidariedade indireta, denunciando, de forma genérica, que havia presos políticos e tortura no país. O único a merecer uma pequena nota foi Lamarca, da forma desrespeitosa que vimos. Entretanto, quando a repressão atingiu diretamente os membros do PCB – especialmente os seus dirigentes – a direção pecebista passou a mover uma campanha sistemática para denunciar esse terrorismo específico do Estado.

Em julho de 1975, Prestes em Paris, divulgava um documento apelando que a sociedade internacional exigisse que o governo Geisel respondesse pela vida dos membros do Comitê Central que estavam “desaparecidos” – os quais tinham seus nomes declinados – e também pela vida de *“uma centena de membros do nosso partido, além*

*de numerosos patriotas encarcerados*". (55)

Em novembro do mesmo ano, o Comitê Central emitia um documento endereçado diretamente à solidariedade internacional, apelando que esta pressionasse o governo Geisel pela apuração do *"desaparecimento de dirigentes e membros do PCB"*, vários dos quais nominalmente citados. (56)

Posteriormente, o ex-presidente Geisel explicaria por que o seu governo resolvera centralizar uma repressão ao PCB.

*"Sempre se procurou acompanhar e conhecer o que o partido fazia, qual era a sua ação, como ele se conduzia, o que estava produzindo, qual era o seu grau de periculosidade. Isso aconteceu durante todo o período revolucionário. Mas não havia grande coisa, porque o partido estava muito enfraquecido. Ainda assim, continuava em atividade. Estavam sempre conspirando. No fim do governo, o Dilermando, já no comando do II Exército, atuou em São Paulo sobre uma grande reunião dos chefes comunistas. A questão não era mais a força que eles tinham, mas não podíamos deixar o comunismo recrudescer. Fizemos tudo para evitar um recrudescimento das ações comunistas. Porque houve época em que eles matavam, roubavam, faziam o diabo".*  
(57)

Isto vem de encontro ao que vimos defendendo: houve deliberação do regime – incluindo "linha dura" e promotores da abertura – em erradicar o PCB, o máximo possível, como parte do processo de redemocratização pelo alto, ou redemocratização conservadora. Eles sabiam que o PCB era o pássaro fênix, o que se pode depreender nas entrelinhas do depoimento do general Geisel.

Esse clima de terror, que era a continuação do governo anterior, acontecia nos bastidores e não vazava para a opinião pública. Mas, em outubro de 1975, a morte de um preso político iria causar grande repercussão em todo o país. Vladimir Herzog, diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo e editor da Revista Visão, fora preso e levado ao CODI do II Exército sob a alegação de ser membro do PCB. Dias depois, o II Exército anunciaria a sua morte por "suicídio". Segundo a versão oficial, ele havia enforcado-se em sua cela. Essa versão foi contestada por sua família,

que viria a processar a União. A Justiça, já no governo seguinte, daria ganho de causa à família de Herzog, responsabilizando a União pelo crime.

A morte de Herzog denunciou à opinião pública a praxe da tortura nos bastidores da ditadura. Isso veio a comprometer a distensão promovida pelo governo Geisel, que prontamente nomeou uma comissão para apurar as responsabilidades, a qual não conseguiu alterar a versão já oficializada. É bom que se diga que essa comissão era presidida e composta por elementos do próprio governo, o que a colocava sob suspeita.

A missa de sétimo dia em intenção de Herzog levou milhares de pessoas à catedral da Sé, em São Paulo, que protestaram contra a sua morte e clamaram pelo fim da ditadura. O povo começava a demonstrar publicamente a sua insatisfação com o regime. O cardeal D. Paulo Evaristo Arns, ao rezar a missa de sétimo dia, fez um duro sermão dizendo que *“Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão”*; numa clara alusão ao assassinio de Herzog na tortura.

No dia 19 de janeiro de 1976, no mesmo CODI do II Exército, foi encontrado, também morto por “suicídio”, o operário Manoel Fiel Filho, que para lá fora conduzido sob a mesma acusação de ser membro do PCB. As circunstâncias da morte de Fiel foram idênticas às da morte de Herzog, inclusive o laudo dando a “causa – mortis” como “suicídio” fora assinado pelo mesmo médico para os dois “suicidados”: o doutor Harry Shibata, diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, o mais prestigiado dos atestadores oficiais das vítimas da repressão.

## **O MOVIMENTO OPOSICIONISTA TOMA A ABERTURA COMO BANDEIRA**

Para salvaguardar a adequação do regime aos novos tempos, Geisel resolveu exonerar do comando do II Exército o general Ednardo D’Avila, adepto da “linha dura” e ligado ao general Silvio Frota. A partir daí a briga se daria entre Geisel e o seu ministro do Exército que, inclusive, já estava articulando, à revelia do presidente, a sua candidatura à próxima sucessão presidencial. O lance final dessa briga se daria com a

exoneração de Silvío Frota por Geisel, tendo o ministro exonerado ainda tentado concitar alguns de seus pares para uma reação, o que acabou não surtindo efeito.

A exoneração do general Silvío Frota aparentemente neutralizava a influência da “linha dura” sobre o projeto de abertura. O regime estava sob forte pressão da opinião pública nacional e internacional; além disso, o saldo da ditadura até então, sobretudo em termos de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, depunha contra a sua continuidade. A sua saída mais viável era o processo de abertura política, de forma lenta e gradual, buscando manter a predominância do conservantismo. Era justamente a proposta do governo Geisel.

A direção pecebista estava correta em avaliar que a ditadura vinha isolando-se, sendo diminuída a sua base social, aumentando as contradições em seu interior e aumentando a base social contra si. De modo que, a abertura não era uma dádiva da cúpula ditatorial, mas uma demonstração de seu esgotamento, a exemplo do que acontecera ao fim do Estado Novo. A ditadura estava sendo derrotada pela via pacífica, pela insatisfação das massas (principalmente demonstrada nas eleições recentes de 1974 e 1976), pelo seu fracasso econômico, pela opinião pública nacional e internacional.

As eleições municipais de 1976 vieram a confirmar o avanço oposicionista, tanto através do MDB quanto através do aumento da participação popular no pleito. O MDB voltou a ganhar em grandes centros urbanos. Vale registrar que a essa época ainda não havia eleições diretas para capitais e áreas consideradas como sendo estratégicas, como sendo de segurança nacional, a exemplo de cidades onde estavam instaladas refinarias de petróleo, o que era mais um casuísmo a favor do regime, o qual somente viria a ser derrubado pela Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985.

Estava certa também a avaliação mais atualizada da direção pecebista: *“L’institutionnalisation du fascisme n’a pas été possible, elle s’est heurtée avec les temps et de façon inconciliable, à la résistance qui s’est organisée au sein de la société”*. (58) Entretanto, reiterando, a luta dos guerrilheiros foi importante para desvelar ao mundo a face terrorista da ditadura e o PCB não teve influência considerável no novo ascenso do movimento de massas.

Segundo Florestan Fernandes, a contra-revolução surgida com o golpe de 64 – o que já abordamos mais atrás – foi interrompida pela “*crise da ditadura*”, isto é, a incapacidade do autoritarismo em resolver os “*mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social*” no período de democracia burguesa. Isso forçou a que a ditadura entrasse em uma fase de recuo, para a qual foram fundamentais “*as pressões das massas e das classes trabalhadoras*”. (59) Outro fator adicional e básico ao fracasso da ditadura e, de modo geral, ao insucesso da revolução burguesa no Brasil, estava no fato de sermos um capitalismo dependente. No momento em que havia uma forte reação a essa dependência (período pré-64), surgiu a ditadura como “*um meio de impedir que a revolução nacional e democrática interferisse ‘negativamente’ (de uma perspectiva burguesa, ou seja, univocamente nacional e imperialista) na eclosão do capitalismo monopolista*”. (60) Alcançado esse primeiro sucesso, a implantação da contra revolução a revolução nacional e democrática, a ditadura manteve-se enquanto tal o máximo possível e com poder de conduzir a transição em favor das classes conservadoras, “*impedindo um deslocamento de poder, com uma acumulação de forças políticas acelerada das classes subalternas*”. (61)

No plano econômico, a ditadura também vinha dando mostras de esgotamento. Um dos motivos principais do golpe de 64, além do *de salvar a democracia das garras do comunismo*, era conduzir o Brasil a um patamar de desenvolvimento autosustentado, através de um novo modelo substitutivo de importações. Entretanto, somente no governo Geisel houve um nímio esforço por parte do Estado em alcançar esse objetivo, sobretudo mediante a expansão e aprofundamento do setor de bens de capital.

Logo em seu início, o governo Geisel traçou o II PND, que trazia em si dois objetivos estratégicos básicos: “*a) ampliar a base do sistema industrial e b) aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho*”. (62) Para ambos os objetivos, o desenvolvimento das indústrias de base era um pressuposto.

O II PND foi implementado em um momento em que o Estado brasileiro já estava sobrecarregado por uma imensa dívida externa, resultante do período ditatorial até então, e por uma imensa dívida interna. A implementação do II PND implicava mais

endividamento externo do Estado brasileiro, pois cabia-lhe o gerenciamento e grande parte do financiamento do ambicioso projeto de aprofundar o desenvolvimento. Para agravar ainda mais esse quadro, aconteceu a crise internacional do petróleo, que aumentaria em muito o ônus da retomada do desenvolvimento brasileiro, pelo fato de o Brasil ter, àquela época, uma grande dependência em importação de combustível. A crise internacional do petróleo colocava o governo Geisel diante de um dilema: promover um reajuste na economia para enfrentar a crise ou tentar aprofundar o desenvolvimento. A opção foi pela segunda alternativa: *“não deter, mas sim redirecionar a expansão em curso na economia”*. (63)

Esse plano desenvolvimentista de vetusta envergadura, acabaria por levar o Estado brasileiro a um estágio de prostração, vergado pelos endividamentos externo e interno, para o que os novos empréstimos, basicamente tomados no mercado de câmbio flutuante do eurodólar, e a crise internacional do petróleo contribuiriam com grande peso.

A verdade é que a situação econômica do país piorou ainda mais durante o governo Geisel. A inflação, o desemprego e a dívida externa aumentaram consideravelmente, enquanto que diminuiu o poder aquisitivo dos trabalhadores. Já em 1978, a inflação atingia a 40% ao ano e a dívida externa somava 43 bilhões de dólares, contra, respectivamente, 18% e 12,5 bilhões de dólares em 1974. O governo culpava a crise econômica internacional, principalmente no campo petrolífero, por seus insucessos...

A oposição tirava proveito do fracasso geral apresentado pela ditadura desde o golpe de abril de 1964 e esperava a chegada das eleições parlamentares de 1978 para alcançar sucesso semelhante aos dos pleitos de 1974 e 1976. Para frustrar esse avanço, o governo fechou o Congresso por 14 dias e decretou o “pacote de abril” que, entre outras medidas, criou o “senador biônico” (1/3 do Senado seria escolhido pelo governo sem o voto popular) e aumentou a bancada parlamentar dos estados menos desenvolvidos, onde normalmente a ARENA saía vitoriosa. O “pacote de abril” tinha como objetivo garantir ao regime a maioria no Congresso Nacional, o que lhe dava a certeza de vencer

a próxima eleição presidencial a ser travada mais uma vez no Colégio Eleitoral.

A cúpula pecebista também via nas eleições de 1978 o grande momento de se cumprir a sua tática principal – na qual o PCB não tinha influência considerável –, isto é, o crescimento do movimento de massas e da frente antiditatorial, o que representaria um fator decisivo para o declínio da ditadura em direção à redemocratização. Além disso, ela via essas eleições como um meio de se *“transformar na expressão do repúdio nacional contra as manobras pseudo-reformistas da ditadura, devem se converter numa manifestação categórica em favor da completa democratização da vida nacional e contra a perpetuação do fascismo sob novas vestes”*. Para a direção do PCB, a ditadura ainda dispunha de *“uma força real que não pode ser subestimada”*, a qual estava promovendo ao regime uma *“auto-reforma”*, com o objetivo principal de *“retomar a iniciativa do processo político e conduzi-lo no sentido de dar uma nova feição juridico-institucional ao arbitrio, mantendo seus traços fascistas essenciais”*. Daí a necessidade de que o movimento de massas incrementasse a sua pressão sobre o regime e que a oposição se mantivesse unida em torno do MDB, buscando uma vitória eleitoral contra a ditadura que tirasse desta a capacidade de auto-renovar-se, de dirigir o processo de abertura. Para a direção pecebista, o momento era de se encurralar a ditadura através do fortalecimento da frente antiditatorial. Por isso, já quando o governo aventava em acabar com o bipartidarismo, o CC detectou essa intenção como uma medida casuística visando a dividir e, por conseguinte, enfraquecer o bloco oposicionista, que tinha o MDB como seu maior esteio. Mesmo reconhecendo que este partido frentista apresentava *“muitas tendências que se expressam em seu seio, algumas conciliadoras, outras até mesmo adesistas”*, a cúpula pecebista defendia que nele deveria ser preservada a união de todas as correntes oposicionistas *“até que fossem conquistadas todas as liberdades democráticas contidas no programa atual do MDB”*. Assim, os dirigentes do PCB, em unanimidade, eram contrários à proposta do governo em substituir, naquela conjuntura de isolamento da ditadura, o bipartidarismo pelo pluripartidarismo, mesmo considerando este último sistema partidário *“como condição necessária para a existência de uma democracia efetiva no Brasil”* e como *“um*

*caminho privilegiado de acesso e de construção do socialismo em países nos quais, como o nosso, existem forças de diferente inspiração ideológica – desde o cristianismo até o marxismo – empenhadas em aprofundar a democracia no sentido de uma sociedade socialista”.* (64)

Entretanto, o regime ainda mantinha força suficiente para conduzir a transição à redemocratização, como reconhecia a direção pecebista e como reconheceria, por exemplo, Florestan Fernandes em seus estudos sobre o tema. Tratava-se, portanto, de uma transição conservadora, a exemplo daquela conduzida pelo governo Vargas nos estertores do Estado Novo. A volta do pluripartidarismo era um elemento fundamental tanto para enfraquecer a frente oposicionista como para deixar praticamente intacto o potencial usurpado pelo conservantismo, pela aliança entre os grandes capitais nacionais e os imperialistas e pela cúpula militar direitista.

Em 13 de outubro de 1978, através da Emenda Constitucional nº 11, que entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1979, ficavam estabelecidos procedimentos para a formação de novos partidos. Essa Emenda mantinha a fidelidade partidária e exigia, em relação à representação política, que o partido tivesse um mínimo de 5% dos votos na última eleição para a Câmara em pelo menos 9 estados e um mínimo de 3% dos votos em cada um desses estados. Olavo Brasil ressalta que tal exigência deixaria considerável percentual da população sem ter representação na Câmara Federal. (65)

Mais do que antes, o PCB apostava todas as suas fichas em uma vitória emedebista nas próximas eleições. Do exílio, Prestes enviou um documento, sob o título *Apelo ao povo brasileiro*, dirigindo-se a todos “os democratas e patriotas”, concitando-os a “*sufragar em massa os nomes dos candidatos do MDB à Câmara, ao Senado e às Assembleias Estaduais*”. O documento, publicado no Jornal do Brasil de 4 de novembro de 1978, sofreu certa rejeição entre próceres políticos, inclusive emedebistas, como podemos depreender nos seguintes comentários ao mesmo.

*“O manifesto pode agradar a alguns oposicionistas, mas deixa constrangida a grande maioria do MDB. Mais do que, devem falar a respeito os eminentes líderes da oposição. A nação brasileira repudia o comunismo e repele a união de declarados*

*líderes comunistas com os democratas. Prestes falseia nos conceitos e nos fatos: Governo e Arena nos pleitos passados têm sido vitoriosos, ao contrário do que proclama o manifesto". (Senador Petrônio Portela, presidente do Senado)*

*"A vitória do MDB independe do apoio do Sr. Luiz Carlos Prestes. Ela Já está absolutamente consolidada há muito tempo. O MDB e o PCB não têm nada em comum. Esta vitória é do povo. Prestes não pode, do exterior, fazer figura com chapéu alheio". (Deputado Thales Ramalho, secretário-geral do MDB).*

*"A Arena vai derrotar a coligação do MDB com o Partido Comunista. A recomendação de Prestes mostra que o lado melhor ainda é o da Arena, pois o que é bom para Prestes é péssimo para o Brasil". (Senador Eurico Resende, líder do Governo)*

*"Isso é oportunismo do Sr. Luiz Carlos Prestes que perdeu uma ótima oportunidade de ficar quieto. Ele tenta com isso tirar proveito do resultado da eleição para quando voltar ao Brasil dizer que ajudou o MDB a vencer. Não vejo como ele possa ajudar o Partido da Oposição fazendo uma declaração desse tipo. Ao contrário, só atrapalha". (Senador Orestes Quercia). (66)*

Prestes e o PCB como um todo eram contumazes em superdimensionar uma influência do Partido no avanço embedista e oposicionista em geral. Isto contrariava a realidade, como já tivemos a oportunidade de discernir. Com relação à vitória (relativa) do MDB nas eleições de 1974, Prestes declarava ao Jornal do Brasil que o PCB *"havia influido decisivamente no Programa de reivindicações populares levantadas pelo MDB e que foi a grande razão de sua vitória"*. (67) Evidentemente, havia nesta assertiva o cunho ideológico de se passar a imagem de que o PCB, a despeito da clandestinidade; estava tendo um peso substantivo no desabrochar do movimento oposicionista.

Não era somente a parte majoritária do MDB a repudiar essas declarações de Prestes; também os "esquerdistas" o faziam, como o Jornal Unidade Proletária: *"Os Partidos e Organizações Políticas que são obrigados a agir na clandestinidade têm todo o direito de procurarem influir no MDB, bem como a necessidade de agirem em várias outras esferas de atividade legal. Mas só um irresponsável fica falando*

*abertamente onde e como se está influenciando, porque isso é dar armas para que a ditadura organize seus atos de provocação. Mas Prestes não erra só nesse aspecto. Mente de maneira infantil e oportunista ao querer cercar o seu partido com os louros de vitórias alheias, alegando para isso uma 'influência decisiva' do PCB no 'programa de reivindicações populares levantado pelo MDB nas eleições de 74'. Se ele fosse mais honesto teria que dizer que o Programa levantado pela maioria moderada do MDB satisfaz ao PCB não porque este tenha influenciado na sua elaboração, mas simplesmente porque o PCB se contenta com um programa que se basta em defender as reivindicações democráticas toleráveis pelos setores descontentes da burguesia, deixando de fora boa parte das reivindicações democráticas que mais interessam à classe operária". (68)*

Apesar da “Lei Falcão”, o MDB obteve mais uma vitória relativa. Embora a Arena tenha eleito 15 senadores e 228 deputados federais contra 8 senadores e 196 deputados federais do MDB, nas principais unidades da Federação a vitória voltou a ser oposicionista. Provavelmente não fosse a “Lei Falcão”, a indicação de 1/3 do Senado pelo Governo e o aumento das bancadas de deputados federais dos estados menos desenvolvidos, a oposição teria alcançado a maioria na Câmara dos Deputados. Em algumas assembleias, como nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, o MDB conseguiu eleger uma bancada majoritária.

A missa de sétimo dia em intenção de Vladimir Herzog foi a primeira grande manifestação popular de protesto contra a ditadura desde o estabelecimento do AI-5. A partir daí, surgiram muitas outras manifestações que levariam milhares de pessoas às ruas das grandes cidades, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Os estudantes saíam em passeatas a entoar o refrão: “Vai acabar, vai acabar, a ditadura militar...”. Os trabalhadores voltaram a se organizar nos sindicatos e a promover greves por melhores salários. Entre essas greves a principal seria a do ABC paulista, da qual emergiria a liderança carismática de Luís Inácio da Silva, o Lula, e outros líderes operários que iriam fundar o Partido dos Trabalhadores, como Jacó Bittar e Jair Meneguelli. A ditadura, como de praxe, utilizou-se de tropas da Polícia Militar e do Exército para

reprimir esses movimentos de protesto. Mas a essa altura um confronto mais duro do regime com a sociedade civil poderia comprometer a abertura, e o governo optou por prosseguir em seu “gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático”.

Um dos últimos atos do governo Geisel nesse sentido foi a revogação do AI-5, a 1º de janeiro de 1979. Antes de revogar esse instrumento de exceção, Geisel utilizou-se do mesmo por diversas vezes. Na maioria dos casos, o AI-5 foi usado para cassar mandatos eletivos e direitos políticos de parlamentares do MDB, como os deputados Lisâneas Maciel, Alencar Furtado, Marcos Tito, Nadir Rosseti, Amauri Muller, Marcelo Gato e Nelson Fabiano Sobrinho; os dois últimos foram acusados de pertencer ao PCB. Mas o ato também foi usado para cassar políticos da Arena, como o senador Wilson Campos e o deputado Leonel Júlio, ambos envolvidos em corrupção. Ainda foi usado fora da área política, como para confiscar os bens do industrial J. J. Abdala, também envolvido em corrupção.

A extinção do AI-5 não significava a restrição da plena liberdade aos cidadãos, pois em seu lugar ficaram as salvaguardas constitucionais, que continuavam a dar ao Executivo poderes de exceção. Isso também fazia parte da política de adequação da ditadura à nova conjuntura.

O general Geisel e seu grupo vieram com a missão de promover a abertura e conduzir o país à redemocratização burguesa. Para alcançar esse objetivo era necessário que o governo vencesse a batalha que se travava em seu interior contra o grupo da “linha dura” e que o próximo presidente da República estivesse engajado nos ideais de dar continuidade à política de abertura.

Com a candidatura posta do general Silvío Frota, Geisel se apressou em lançar oficiosamente o candidato do governo à próxima eleição presidencial, temendo perder o controle sucessório como acontecera com Castelo Branco. Já em meados de 1977, o nome do chefe do SNL, general João Baptista Figueiredo, aparecia como provável candidato oficial à presidência da República, embora fontes do Palácio do Planalto negassem qualquer veracidade relativa ao assunto.

Depois de exonerar Silvío Frota, em 12 de outubro de 1977, Geisel praticamente

impôs a candidatura de Figueiredo à cúpula das Forças Armadas, embora o chefe do SNI fosse o oitavo de uma lista de presidenciáveis preferidos pelos oficiais generais. Além disso, Figueiredo tinha contra si o fato de ser o quinto nome da lista de promoções a general-de-Exército, de acordo com o Almanaque do Exército.

A despeito de tudo isso, em 5 de janeiro de 1978, Geisel oficializou o nome de Figueiredo como candidato governista à presidência da República. No dia 31 de março do mesmo ano, ele foi promovido a general-de-Exército sob a influência direta do presidente da República, passando à frente dos quatro generais que o antecederiam. A rigor, Figueiredo era o preferido do Palácio do Planalto desde o início do governo Geisel. Em virtude da irreversibilidade da candidatura oficial, o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar e um dos principais opositoristas a essa candidatura dentro do governo, renunciou ao seu cargo.

O general Figueiredo ainda teria que vencer um obstáculo dentro do governo que era a candidatura do senador Magalhães Pinto, que reivindicava o direito de disputar a sucessão de Geisel na Convenção da Arena. Magalhães Pinto acabaria saindo da disputa e, no dia 8 de abril de 1978, a Convenção da Arena homologaria a candidatura de Figueiredo à presidência da República e do Governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves, à vice-presidência.

Para opor-se à chapa da situação no Colégio Eleitoral, o MDB formou a chapa composta pelo general Euler Bentes Monteiro e o senador Paulo Brossard, o primeiro candidato à presidência da República e o segundo candidato à vice-presidência.

No dia 15 de outubro de 1978, o Colégio Eleitoral elegeu por via indireta a chapa da situação por 355 votos contra 226 obtidos pela oposição.

No dia 15 de março de 1979, Figueiredo assumiu a presidência da República dizendo em seu discurso de posse: “Hei de fazer deste país uma democracia”, como se esta não já viesse sendo uma conquista popular, ao invés de uma dádiva do regime, conforme se jactava em propagandear o governo, auxiliado neste sentido por parte da grande imprensa.

Durante os 6 anos de governo Figueiredo o Brasil iria viver a pior crise

econômica de sua história até então, era a herança maldita que o quinto general-presidente (do ciclo ditatorial iniciado em abril de 1964) herdava do movimento do qual ele fora um dos fundadores.

O FMI voltaria a agir como auditor na economia brasileira, obrigando o governo a ajustá-la às suas diretrizes. Ao fim do governo Figueiredo a inflação chegaria a 220% e a dívida externa a 105.125 bilhões de dólares norte-americanos. Números alarmantes, ainda mais se levarmos em conta que à época do golpe militar esses números eram respectivamente de cerca de 90% e 3,5 bilhões de dólares norte-americanos.

Como soe acontecer no ocaso das ditaduras, uma das primeiras reivindicações da sociedade era a promoção da anistia aos condenados políticos. Assim foi em 1945, no fim da ditadura do Estado Novo, e voltava a ser em 1979. O movimento pela anistia ampla, geral e irrestrita tomou conta de todo o país. A concessão da anistia por parte do governo já estava no programa da abertura, porém seria uma anistia restrita, que excluiria os militantes da esquerda armada que derramaram sangue, além dos políticos Luiz Carlos Prestes, Leonel Brizola e Miguel Arraes. A pressão da sociedade civil, organizada em suas entidades, foi tão grande que o governo acabaria concedendo uma anistia ampla, geral e irrestrita, a 28 de agosto de 1979. Assim, ficavam anistiados tanto os torturados quanto os torturadores.

Com a promulgação da anistia iniciou-se a volta de centenas de exilados espalhados em diversos países do mundo. Os mais ilustres eram recebidos por grande número de amigos, correligionários, admiradores e curiosos. No dia 6 de setembro, chegava Leonel Brizola. Nove dias depois era a vez de Miguel Arraes. Prestes chegaria a 20 de outubro de 1979.

## Notas

1. Ver, por exemplo, APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 101 e 136.
2. Ministério do Exército, I Exército, Informação nº 3523/75-E, Rio, RJ,

- 25/11/75. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 146.
3. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 146.
  4. Ministério do Exército, I Exército, CIE, Pedido de Busca 319/74-E, Rio, GB, 19/06/74. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 132.
  5. Geraldão, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 23/01/02.
  6. Entrevistados pelo autor, no Rio de Janeiro: Armando Sampaio, em 15/02/99, e Roberto Percinoto, em 14/01/02.
  7. Ivan Pinheiro, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 01/02/99.
  8. Lênin. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.
  9. Fundo Luiz Carlos Prestes. Armário 3 A-2. Arquivo Edgard Leunroth.
  10. Editorial: “A situação atual e as eleições”. *Voz Operária*, junho de 1966, p.1.
  11. Editorial: “Caminho para derrotar a ditadura”. *Voz Operária*, agosto de 1968, p.1.
  12. Comitê Central do PCB. “Avançar na luta contra a ditadura”, setembro de 1968, CEDEM – UNESP, ASMOB, 03-79,1.
  13. Resolução do Comitê Central. “Todos unidos contra o AI-5 pela derrota da ditadura”, fevereiro de 1969, pp.5-11. CEDEM – UNESP, PCB Coleção Exílio.
  14. Comitê Central do PCB. “Resolução sobre o problema tchecoslovaco”, setembro de 1968, p.3. Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgard Leunroth.
  15. Vanguarda Popular Revolucionária e Ala Vermelha. “Um balanço ideológico da revolução brasileira”. CEDEM-UNESP, sem classificação. Vanguarda Popular Revolucionária. “Brasil documents sur le developement et la situation actuelle de la lutte armee”, pp.17-18. CEDEM - UNESP, ASMOB 03.68,8. Coleção Nosso Século. 1960-1980. São Paulo, Editora Abril.
  16. Dênis Moraes e Francisco Viana. *Prestes: Lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982, pp. 185-187.
  17. Entrevista de Lamarca ao jornal *Punto Final*, periódico oficial do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionária) Chileno, s/d. CEDEM - UNESP, ASMOB 03.195, 1.4.
  18. Jornal do Brasil, 21/09/1971.

19. Simão Bonjardim. “O assassinato de Lamarca”. *Voz Operária*, outubro de 1971, p.7.
20. Maria Helena Moreira Alves. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p.71.
21. Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (Org.). *Ernesto Geisel*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.225.
22. Gregório Bezerra. *Memórias*. 2ª parte.
23. Luzimar Nogueira Dias (Org.). *Esquerda armada. Testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira (RJ)*, Vitória, Edições do Leitor, 1979.
24. *Ibidem*, p. 109.
25. Michel Foucault, *Vigiar e Punir*.
26. Comitê Central do PCB. “Elementos para a formulação das normas de conduta e segurança”. CEDEM - UNESP, Grupo E.F. PCB no Exílio, Subgrupo Política e Organização, Série Reflexão e Elaboração de Subsídios à Linha Política, outubro de 1973. Sobre o mesmo tema, ver, por exemplo, *Voz Operária*, junho de 1966; *Voz Operária*, julho de 1966.
27. “Bispos denunciam prisões que desrespeitam as leis”. *Jornal do Brasil*, 10/06/72.
28. “Bispos: Forças Armadas livraram o país do comunismo”. *O Estado de São Paulo*, 03/06/64.
29. Entrevista de Prestes à revista chilena Hoy, de janeiro-fevereiro de 1973. Apud *Comunismo Internacional*, sumário informativo, nº 5, SNI, maio de 1973, p.2-4.
30. Luiz Carlos Prestes. “A luta revolucionária dos comunistas brasileiros”; In: Edgard Carone (Org.). *O PCB (1964 a 1982)*. São Paulo, DIFEL.
31. Comissão Executiva do PCB. “Os comunistas e a substituição de Médici por Geisel”, CEDEM - UNESP, ASMOB, 03, 121, 3.
32. Resolution du Comitê Central du Parti Communiste Brésilien. “Pour un front patriotique contre le fascisme”, novembro de 1973, CEDEM - UNESP, ASMOB 03.63, 5, pp.1-4.
33. “Kennedy e o Brasil”. *Atualidades* nº 2, 10/05/74, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Publicidade.

34. Comitê Central do PCB. “O PCB e as eleições de novembro”. *Voz Operária*, maio de 1974. O mesmo documento está em CEDEM - UNESP, ASMOB 03.78, 11.
35. Eli Diniz. “O ciclo autoritário: a lógica partidária-eleitoral e a erosão do regime”, In: Olavo Brasil Lima Júnior (Org.). *O balanço do poder, formas de dominação e representação*, Rio de Janeiro, IUPERJ e Rio Fundo Editora, 1990, p.81.
36. João Falcão. *Giocondo Dias. A vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Agir, 1993, p. 306.
37. Marco Antônio Tavares Coelho. *As memórias de um comunista*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 360.
38. João Falcão, op. cit., pp. 305-306.
39. Marco Antônio Tavares Coelho, op. cit., p. 361.
40. Ministério do Exército, I Exército, 2ª seção, CIE, Informe nº 680/70, 13/11/70. APERJ. Polícias Políticas. Terrorismo 7, fl. 157.
41. “Agente do PCB denuncia subversão no Brasil”, *Jornal do Brasil*, 03/12/72.
42. *Correio da Manhã*, 06/12/72.
43. “‘Carlos’ ou ‘Alcindo’ do PCB é Adauto Alves dos Santos”, *Jornal do Brasil*, 07/12/72.
44. João Falcão, op. cit., p. 291.
45. *Ibidem*, pp. 290-295.
46. Ministério do Exército, I Exército, CIE, Informação nº 2814/73-SC, Rio, GB, 01/11/73. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 122.
47. SNI. Documento de Informação nº 123/40/ÁCIDO/73, 21/12/73. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 126.
48. Ministério do Exército, I Exército, Pedido de Busca 465/74-E, Rio, GB, 19/08/74. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 134.
49. Ministério do Exército, I Exército, Pedido de Busca 500/74-E, Rio, GB, 17/09/74. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 136, fl. 200.
50. Despacho do Chefe de Seção de Buscas Ostensivas do DOPS/GB, 05/12/74. APERJ. Polícias Políticas. Comunismo 136, fl. 200 verso.

51. APERJ. Policias Políticas. Boletim Reservado nº 17, 05/04/74.
52. APERJ. Policias Políticas. Boletim Reservado nº 42, 17/07/74.
53. Ministério do Exército, I Exército, CIEx, Pedido de Busca nº 68/74-SHC, Rio, GB, 12/02/74. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 137.
54. Carta Mensal nº 7, janeiro de 1975, revista (interna, confidencial) do DOPS de São Paulo. APERJ. Policias Políticas. Comunismo 138, fl. 277.
55. Luiz Carlos Prestes. “Declaração do Partido Comunista Brasileiro”, julho de 1975. CEDEM - UNESP, ASMOB 03.9, 8, p.4.
56. CEDEM – UNESP. ARCH, A1, 1 (3) 6.
57. Maria Celina D’Araújo e Celso Castro (Org.), op. cit., p.366.
58. C. C. du Parti Communiste Bresilien, “Manifeste a la Nation”, avril 1977. CEDEM - UNESP, Coleção PCB no Exílio.
59. Florestan Fernandes. *Nova República?*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986, p.9.
60. Ibidem, p.10.
61. Ibidem, p.27.
62. Celso Furtado. *O Brasil pós-milagre*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.186.
63. Antônio Barros de Castro. “Ajustamento X transformação, a economia brasileira de 1974 a 1984”, In: Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza. *A economia brasileira em marcha forçada*.
64. “Nota da Comissão Executiva do PCB a propósito da campanha eleitoral”. *Voz Operária*, maio de 1978, pp.4-5.
65. Olavo Brasil Lima Júnior. *A reforma das instituições políticas: a experiência brasileira e o aperfeiçoamento democrático*, p.90.
66. Jornal do Brasil, 04/11/78.
67. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossier 39. Documento 06.
68. Jornal Unidade Proletária. Nº 6. APERJ. Coleções Particulares. Fundo Daniel Aarão Reis Filho, Dossier 29. Documento 06.

## VII - O CONFRONTO DECISIVO ENTRE PRESTES E A GRANDE MAIORIA DO CC

No capítulo anterior registramos a posição oficial do PCB, aquela veiculada pela Voz Operária, que insistia em forjar uma unidade em torno da linha tático-estratégica da Declaração de Março e do V e VI Congressos, a despeito do contexto ditatorial e da consolidação da passagem da “burguesia nacional” para o campo do imperialismo.

Havíamos chamado a atenção para o fato de que a linha tático-estratégica, perante o marxismo-leninismo, tem que surgir da realidade concreta. Com a tática isso se deu, mas não com a estratégia. E esta é à base daquela, não o contrário. Então, como colocamos no capítulo anterior, o PCB tinha a sua estratégia fora da realidade, ideal, em suspenso – esperando que voltasse a democracia burguesa –, e passou a guiar-se pelas suas táticas: era a imposição do taticismo. Acontece que a sua tática geral era algo irreal, pois, por ela, o Partido deveria ter forte penetração no movimento de massas, de modo a influenciá-lo na luta contra a ditadura, e na pretensa frente ampla antiditatorial. Nada disso foi concretizado em termos de macropolítica. De modo que, o PCB e, mais ainda, sua direção se postavam como espectadores dos acontecimentos. Essa passividade aumentou ainda mais quando grande parte do CC, inclusive o secretário-geral, mudou-se para o exterior. A rigor, o que havia era somente uma retórica tático-estratégica de parte da direção partidária, o que era uma forma de reforçar a linha política que vinha prevalecendo desde a Declaração de Março. No Brasil, parte considerável dos militantes de base e quadros intermediários se infiltravam no MDB, mas sem conseguir influir nas diretrizes dessa frente oposicionista consentida. No exterior a impotência era ainda mais acentuada: dirigentes, quadros intermediários e militantes de base se encontravam dispersos em vários países da Europa.

Nos documentos oficiais do Partido, aqueles veiculados pela Voz Operária e por periódicos europeus, a direção fazia questão de passar a imagem de sólida unidade em

seu interior. Entretanto, como mostraremos neste capítulo, havia entre os dirigentes contradições de fundo, ou seja, que envolviam a linha estratégica do Partido. Os dirigentes fizeram um grande esforço, ao longo do período ditatorial, no sentido de impedir que as suas divergências transmigrassem para o corpo do Partido. As bases somente iriam saber que existia uma grave crise a nível de direção quando da volta desta ao Brasil. Tanto Prestes como seus opositores evitaram eclodir o confronto entre eles no exílio e quando o Partido encontrava-se em rígida clandestinidade, imposta pela ditadura. Evidentemente, um cisma cupulista nesse momento em que o PCB estava sem condições de reunir-se, de promover uma discussão interna, seria um agravante a mais à sorte do já combalido partido. Por outro lado, o adiar do desenlace da crise era salutar à direção como um todo, pois a fazia prolongar-se no poder. Assim, houve a união do útil ao agradável. A propósito, essa direção, advinda da Conferência da Mantiqueira, tinha a tradição de trazer as contradições partidárias sob rédeas, o exemplo mais marcante foi à preterição da convocação de um debate amplo a respeito do relatório secreto de Khrustchov. Tinha a tradição de tomar decisões à revelia das bases para depois impô-las a estas – como o caso do Manifesto de Agosto – e de evitar um processo crítico-autocrítico autenticamente leniano. Foi uma direção que se forjou com base no dogmatismo e no culto à personalidade, ambos fortemente marcados pela influência stalinista. Uma direção que cometia seus erros isoladamente, mas que nos momentos de “autocrítica” contabilizava-os para todo o Partido, ao invés de apenas para si, que era quem tinha realmente o poder decisório.

Neste capítulo, vamos mostrar um outro PCB. Se no capítulo anterior foi focalizado um Partido unido sob a linha política do VI Congresso, sem contradições antagônicas. Agora, vamos ver o contrário: uma direção tomada por um antagonismo que envolvia a sua linha estratégica. Para darmos conta dessa luta estritamente cupulista, não vamos basearmo-nos mais na Voz Operária – que refletia tão somente a unidade forjada em torno do VI Congresso –, mas em documentos dos bastidores do Comitê Central, os quais não desciam ao tronco do Partido. Outra fonte básica nossa são depoimentos de dirigentes pecebistas que participaram da luta interna que iremos tratar.

Foi, portanto, uma luta, uma crise, “secreta”. Deliberadamente, o Partido não deveria saber que a sua direção estava em crise, que se digladiava por uma questão crucial para os destinos de uma organização comunista em geral e em particular para os destinos pecebistas: que estratégia guiaria o PCB após o término da ditadura?

**PRESTES ROMPE COM A ESTRATÉGIA “REFORMISTA”, MAS CONTINUA A DEFENDÊ-LA EM NOME DO CENTRALISMO-DEMOCRÁTICO.**

Essa refrega teve um caráter tão sigiloso que encontramos dificuldades até para localizar documentalmente o seu ponto de partida. Segundo Prestes, ela teve início no VI Congresso.

Vimos que o período imediato ao golpe de 64 levou o PCB à maior crise de sua história, a qual atingiu em cheio a sua direção. Houve, no bojo dessa crise, um processo extrusivo que banuiu o “esquerdismo”, o sectarismo, a via armada, do Partido. Com isso, parecia que a linha “reformista”, advinda da Declaração de Março e do V Congresso, confirmada no VI Congresso, era unânime a nível de direção. Entretanto, anos depois, na década de 80, Prestes concederia vários depoimentos a refutar essa aparência. Segundo esses depoimentos, ele já no VI Congresso se opusera à linha estratégica que saíra vitoriosa nesse encontro. Em um exercício de subjetivismo, ele afirma que até 1945 aceitava convincentemente a tese do Komintern de que o Brasil era um *“país colonial que necessitava de uma revolução nacional – libertadora”*. Contudo, *“saíndo da prisão é que eu pude estudar a realidade brasileira e desde 1945 até 1967 eu me aprofundei nesta realidade”*. Ou seja, Prestes está dando conta de que estava passando por um processo diacrônico de questionamento da realidade estrutural brasileira. Acontece que essa sua introspecção, esse seu estudo, não o obsteu de ter, pelo menos aparentemente, liderado a defesa da estratégia nacional-libertadora, a qual firmara-se de forma consistente com a Declaração de Março. Prestes, durante esse seu longo período de estudo da realidade brasileira, não levou ao conjunto do Partido que estava

questionando a tese da estratégia nacional – libertadora, isto é, a tese da estratégia etapista ao socialismo, a qual fora à praxe imposta pelo Komintern por vários anos. Segundo sua versão, a posteriori, somente no VI Congresso foi que ele levou a sua convicção – resultante de seus estudos – ao Partido, ou melhor, exclusivamente ao CC.

*“(…) Foi convocado o 6º Congresso do nosso partido e eu declarei ao Comitê Centra: ‘Companheiros, o Brasil é um país capitalista!’ Que o Brasil era um país predominantemente capitalista desde o fim do século passado. O Brasil conquistou a sua independência política desde o início do século passado. Depois houve a penetração imperialista, com a Grã – Bretanha empregando aqui grandes recursos financeiros para a construção de estradas de ferro que permitissem a exportação do café, e construção do Porto de Santos. Depois, aqui no Rio, tivemos a Light como outro fator imperialista que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Dependente do Imperialismo, a forma de se desenvolver o capitalismo no Brasil foi muito diferente da europeia. E nós tentávamos copiar o modelo europeu. A América Latina em geral também o tentava. Tentávamos inclusive copiar o modelo da Rússia. Ora, na Rússia o capitalismo se desenvolveu a partir do feudalismo. Daí formou-se a burguesia e surgiu então o capitalismo. Aqui no Brasil, o capitalismo surgiu com a base do próprio Imperialismo. É um capitalismo dependente e associado. E nós criamos até uma burguesia nacional e o golpe de 64 nos mostrou que não havia nenhuma burguesia nacional, já que isso que chamávamos de ‘burguesia nacional’ estava totalmente do lado do Imperialismo. Como uma boa parte da chamada pequena burguesia... Eu em 67 propus então essa tese: que o Brasil é um país capitalista, predominantemente capitalista, e a sua formação econômica – social predominante é capitalista. Eu como revolucionário dentro dessa sociedade tenho que lutar é pelo socialismo. Quer dizer, o caráter da revolução não deve ser nacional – libertador, já que o Brasil não tem mais nada de colonial”.* (2)

*Há controvérsias sobre essa defesa estratégia de Prestes. Geraldão, por exemplo, que participou ativamente dos bastidores do VI Congresso, como membro da Comissão*

*Executiva e do Comitê Central, afirma que não se lembra de Prestes ter defendido a estratégia socialista no VI Congresso (3).*

*Já Hércules Corrêa, assevera que o VI Congresso era basicamente para discutir a questão tática, isto é, como se posicionar diante do regime militar. Então, Prestes quis fazer desse encontro um documento enfatizando a questão estratégica, “o que não tinha nada a ver com a realidade, por isso foi derrotado”. De modo que, Prestes defendeu a “estratégia socialista e foi derrotado. Ele queria que o documento do VI Congresso girasse em torno disso”. Segundo Hércules, antes de 1962 quem desprezou a aliança com a burguesia nacional foi o PC do B e “o Prestes repete as posições do PC do B no VI Congresso (...). A partir daí, o Prestes radicalizou a posição dele de que o PCB não podia e não devia procurar - isso no discurso, porque na realidade ele procurava - ninguém ligado, nenhuma força burguesa, para lutar contra o regime militar.”(4)*

*Corrêa vai mais longe ainda e afirma que desde o V Congresso que Prestes já estava inclinando-se pela estratégia socialista e somente não acompanhou, naquela ocasião, Amazonas, Grabois e Pomar porque ficando no PCB - ele tinha mais condições “de continuar secretário-geral”. (5)*

A bem da verdade, essa tese de que o Brasil já atingira um nível capitalista maduro já vinha sendo defendida, por exemplo, por Caio Prado Júnior desde a época da Conferência da Mantiqueira, para a qual ele não fora convidado, justamente por colocar-se contrário à união nacional com Vargas, defendendo uma união nacional popular que avançasse para o socialismo. No V Congresso, ele voltaria a defendê-la com mais profundidade e, em 1966, lançaria o seu célebre livro - *A Revolução Brasileira* -, no qual essa tese seria o cerne de sua exposição. Florestan Fernandes (*A Revolução Burguesa no Brasil*), de forma mais sistematizada e mergulhando mais na pesquisa histórica, aprofundaria o argumento de que o Brasil passara a ser capitalista por submissão ao imperialismo, ao invés de fazê-lo por um salto de qualidade em relação ao feudalismo, o qual, os dois autores supracitados demonstram não ter existido no Brasil, o que é uma constatação incorreta, que derruba tese no sentido oposto, defendida, entre

outros, por Oliveira Vianna (*Instituições Políticas Brasileiras*) e Nestor Duarte (*A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*).

Voltando a Prestes, apesar de afirmar que defendera a via direta ao socialismo, perante o Comitê Central, ele não o fez perante o conjunto do Partido. Pelo contrário, oficialmente, endossou as teses e a Resolução do VI Congresso, as quais reforçaria em vários documentos seus veiculados na Voz Operária. Provavelmente, assim procedeu por encontrar-se isolado na cúpula pecebista, justamente pela defesa da tese de que a revolução brasileira tinha que já ser socialista.

*“(...) Quem mandava no partido era o Giocondo Dias. Eu voltei a ficar isolado”. (6)*

*“(...) Mas como secretário-geral, fiquei isolado do Comitê Central. E eu não podia dizer nada porque era submisso ao Comitê Central. Isso durou doze anos, até maio de 79”. (7)*

*“(...) Durante dez anos, desde dezembro de 1967, nossas discordâncias estavam evidenciadas. A crise em nosso partido teve uma dimensão inédita em todo o movimento comunista internacional. O secretário-geral, que deveria falar em nome do Comitê Central, ficou isolado, enquanto o Comitê Central, por sua vez, se negou a reconhecer seus erros”. (8)*

*“( ... ) De modo que eu fiquei isolado . Como Secretário-Geral fiquei sozinho no Comitê Central em 67”. (9)*

Assim, ele estava refém de uma correlação de forças que lhe era extremamente desfavorável. Em lugar de insurgir-se contra a orientação da grande maioria de seus companheiros de direção, optou por submeter-se a ela, preso à formalidade de um viciado centralismo-democrático, o qual estava restrito à esfera do Comitê Central, ao invés de a esfera do Partido como um todo, como reza a teoria leniana. Prestes tinha sido voto vencido. A conjuntura ditatorial, que arrastara o Partido a uma nova época de rígida clandestinidade era um fator a mais a recomendar prudência de sua parte, a recomendar a postergação do que viria a ser a sua “Carta aos Comunistas”. Outro fator importante, sobre o qual podemos tecer conjecturas , era a evidência de que um

enfrentamento com a grande maioria do CC provavelmente o levaria a uma flagorosa derrota, como acabaria acontecendo quando ele resolveu partir para o confronto.

Entretanto, segundo o próprio Prestes, o motivo fundamental de sua não insurgência foi à obediência ao que antes denominamos viciado centralismo-democrático do PCB. Ou seja, mesmo detectando o “erro” estratégico ao qual a direção estava levando o Partido, ele reconhecia que tinha que acatar a decisão da maioria do CC, e o fez de maneira ortodoxa.

*“(…) Como Secretário-Geral do Partido eu não podia expor a minha opinião em discordância com o Comitê Central. Eu tinha que transmitir a opinião do Comitê Central. De 67 a 79, eles não dispõem de um elemento sequer para me atacar por indisciplina, de que tenha passado a minha opinião por cima do Comitê Central”.*(10)

De modo que, para todos os efeitos, para o conjunto do Partido, Prestes estava afinadíssimo com o resto do Comitê Central, e seus documentos ao longo do período ditatorial davam conta disso, quando ele, não raro, endossava a linha estratégica do VI Congresso. Mas, a despeito de seu isolamento no CC, ele conta que tentou, no limite de suas possibilidades, influir na Redação da Resolução Política do VI Congresso no sentido de amainar a linha “reformista”. A única coisa que ele afirma ter conseguido introduzir nesse documento foi que a estratégia do PCB deveria levá-lo à “conquista de um governo revolucionário”. Mas, segundo ele, essa sua proposta foi logo descaracterizada pelo CC, que, logo em seguida, definiu esse governo revolucionário como sendo nacionalista e democrático. Portanto continuava a perdurar a estratégia etapista nacional-libertadora. (11)

Não obstante, vez ou outra, mesmo nas entrelinhas, Prestes buscava, em seus documentos de secretário-geral – ainda que sem deixar de confirmar a Resolução Política do VI Congresso -, abrir uma brecha para combater o “reformismo” e exaltar o socialismo e o comunismo. Ou seja, em vários documentos assinados exclusivamente por ele, havia tanto a omissão de se afirmar que o objetivo dos pecebistas – em sua estratégia de primeira etapa – era a conquista de um governo de frente ampla, de

democracia burguesa , como era de consenso no grosso do CC , quanto à intenção de ressaltar a estratégia última do PCB: o socialismo e , posteriormente , o comunismo .

Em um documento em que usava o seu codinome de Antônio Almeida , que tinha o fito de comemorar o 47º aniversário do PCB , Prestes falava do acerto da *“tática traçada pelo VI Congresso”* a qual consistia , basicamente , na ligação do Partido com as massas e na construção da frente antiditatorial , mas se eximia de tecer considerações sobre a estratégia vigente: o alcance de um governo das forças antiditatoriais . Preferia falar da necessidade de se chegar à estratégia por ele defendida : *“Para a frente , pois , por um Brasil livre e democrático , que avance no caminho do socialismo e da construção do comunismo”*. (12)

Em outro documento seu, também assinado por Antônio Almeida , ele voltava a elogiar a tática do VI Congresso e a omitir a sua estratégia . Condenava o *“aventureirismo”* dos *“grupos ultra-esquerdistas”* que haviam saído do Partido para a luta armada e, aproveitando o ensejo , utilizava cerca de dois terços do documento para denunciar – de maneira genérica , sem citar nomes nem setores do PCB – o oportunismo da direita que havia nas hostes pecebistas , fazendo com que os tomados por ele *“descrêem da classe operária e do papel dirigente de nosso Partido , cruzam os braços, caem no ceticismo ou voltam suas esperanças para as conspirações de grupos burgueses ou pequeno-burgueses”*. (13)

Posteriormente , utilizando seu próprio nome , ele tornava a reforçar a tática do VI Congresso , a combater o *“aventureirismo”* dos grupos guerrilheiros , lamentando seu massacre pela ditadura , e terminava alertando para a necessidade de se preparar o PCB e as massas para uma eventual opção da conquista do poder pela via armada , a qual não era a opção preferencial da grande maioria do CC .

*“A ditadura , como diz a resolução Política do VI Congresso de nosso Partido, poderá impor ao povo o caminho da insurreição armada ou da guerra civil . Por isso devemos preparar o Partido e as massas para todas as formas de luta”*. (14)

De maneira que, Prestes ia destilando, na medida do possível e de forma velada, as suas convicções , sem entrar em choque com o centralismo-democrático que vigia no

CC, porquanto o que ele afirmava não estava , a rigor , fora dos limites da Resolução Política do VI Congresso. Ele simplesmente buscava elidir o lado “reformista” desta – o qual era predominante – e ressaltava-lhe uma interpretação mais à esquerda, centrando suas considerações na luta de massas e na estratégia última do PCB, aquela que levava ao socialismo.

Em 1969, no entanto, Prestes, por conta de dois artigos seus, veiculados no ano anterior, viu-se obrigado pelo Comitê Central a fazer uma autocrítica restrita apenas aos limites deste núcleo dirigente.

No primeiro artigo, intitulado *A linha política e tática dos comunistas brasileiros nas novas condições*, publicado na Revista Internacional nº 6, de junho de 1968, e em Mundo em Revista, também de junho do mesmo ano, ele afirmava em determinado trecho: *“O Partido Comunista luta, na etapa atual, pela conquista de um governo revolucionário, democrático e antiimperialista, capaz de abrir ao proletariado o caminho para o socialismo. A luta contra a ditadura pode resultar não somente na liquidação do regime político semifascista atual, mas ir adiante e resultar na liquidação do próprio regime de capitalistas e latifundiários ligados ao imperialismo”*.(15)

Anos depois, ele afirmaria que, após o VI Congresso, fora enviado à Europa com o fito de explicar a dirigentes comunistas internacionais as conclusões a que chegara o VI Congresso, ocasião em que lhe fora solicitado um artigo a respeito deste tema, para ser publicado na Revista Internacional. Ele conta que ficou *“reduzido a táticas, mas não poderia escrever um artigo teórico sem entrar no caráter da revolução, a meta dos comunistas”*. Foi quando teve a astúcia de citar apenas à parte que lhe interessava da estratégia expressa pela Resolução Política do VI Congresso. Ou seja, após tratar das questões táticas, definiu a estratégia do PCB como sendo a conquista de um governo revolucionário, eximindo-se de qualificá-lo em seu caráter etapista de revolução democrático-nacionalista. Ao voltar ao Brasil, *“o artigo foi considerado esquerdista, sectário e golpista, apenas por empregar a expressão governo revolucionário”*, o que contrariava frontalmente a posição do grosso do CC. (16)

No outro artigo, sob o título *Carlos Marx e o marxismo*, publicado na Voz Operária de junho de 1968, o trecho contestado pelo Comitê Central dizia o seguinte: “(...) *Agora, lutamos contra a ditadura militar reacionária e entreguista, pelo seu isolamento e derrota, pela sua substituição por um governo revolucionário, ou, pelo menos efetivamente democrático, por um outro regime político*”. (17)

Em sua autocritica forçada, Prestes dizia que não via “*nenhuma contradição entre o que escrevo nos meus referidos artigos e a Resolução Política do VI Congresso*”. A seguir, ele procurava demonstrar que não estava defendendo uma “*hipótese abstrata*”, pois havia “*premissas objetivas que tal processo possa ocorrer*”, ou seja, a via insurrecional, a via revolucionária. E explicava por que: “*A crise em que o Brasil se debate não pode ser resolvida sem a realização de reformas profundas em sua estrutura, isto é, não pode ser resolvida a não ser pela revolução. A luta contra a ditadura pode adquirir um rumo tal que a derrocada desta leve consigo o próprio regime social existente. Para que tal hipótese possa acontecer, entretanto, é necessário que as forças que estão interessadas numa resolução revolucionária – a classe operária, a pequena burguesia urbana e os camponeses – [Note-se que ele não incluiu a “burguesia nacional”] representem tal força dentro da força antiditatorial e desempenhem tal papel na luta contra a ditadura que, ao derrubarem esta, estejam em condições de fazer prosseguir o processo e aprofundá-lo até que ele adquira um caráter revolucionário*”. (18)

Segundo ele, a partir desse episódio as suas relações com a grande maioria do CC se congelaram em uma falta de debate acerca da estratégia pecebista, já que ele próprio não abria mão de sua defesa da revolução socialista, ao passo que seus pares continuavam aferrados à Resolução Política do VI Congresso.(19). Era, portanto, uma direção tomada por uma insanável divergência a respeito do ponto nodal de uma organização comunista: a sua estratégia.

Nos limites do centralismo-democrático cupulista, Prestes estava aproveitando a dubiedade estratégica contida na Resolução do VI Congresso, a qual, para “*conciliar as tendências dentro do partido*”, apresentava duas leituras: “*uma revolucionária e*

*outra oportunista”* sendo que esta última *“acabou ganhando a maioria da Comissão Executiva e a maioria do Comitê Central”*. (20) Ele considera que a conciliação com os setores “direitistas” foi uma imposição conjuntural , porque *“o perigo maior vinha do ultra-esquerdismo , com Marighella à cabeça”*. (21)

No entanto , a alternativa revolucionária proposta por Prestes estava longe de ser substanciada por condições objetivas na realidade brasileira , malgrado as massas já estivessem indo às ruas pressionar a ditadura . O regime tinha o poder de auto-renovar-se, o PCB e as outras esquerdas não-consentidas não tinham qualquer influência significativa no movimento de massas e tampouco este era conseqüente a ponto de fazer gorar o projeto anti-povo e anti-nação implementado com o golpe de 64 .

É de bom alvitre ressaltar que a Voz Operária , órgão oficial do PCB , tinha uma abrangência bastante limitada , no seio dos trabalhadores , o que praticamente inviabilizava uma divulgação considerável dos documentos emanados da cúpula pecebista . Além disso, o Partido estava disperso , com seus membros sem capacidade de responder às ações táticas propostas pela direção e constantemente propagandeadas pela Voz Operária .

A decretação do AI-5 recrudescceu em Prestes a convicção de que a estratégia “reformista” estava anacrônica e que era premente trocá-la pela estratégia “revolucionária” (22)

Em 1968 , antes do AI-5 , o Comitê Central reuniu-se para uma avaliação da conjuntura brasileira – então aparentemente auspiciosa ao movimento de massas – e para uma discussão sobre a validade da estratégia pecebista . Segundo Moisés Vinhas, Giocondo Dias , Francisco Gomes e Ivã Ribeiro apresentaram um projeto político insistindo na *“alternativa democrática”* , ao qual se opôs *“o secretário-geral Luís Carlos Prestes (e outros membros do coletivo)”*, que *“apresentou um longo informe no qual defendeu uma estratégia de conquista imediata do socialismo”*. Mais uma vez, Prestes foi voto vencido. (23)

No ano seguinte, realizou-se a Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários , na qual foi tirado um documento em que se reconhecia que à

maioria dos países da América Latina – entre eles o Brasil – já não cabia o rótulo de países coloniais ou semicoloniais , devido a terem alcançado um “*relativo desenvolvimento capitalista*” com “*numeroso proletariado, tanto na cidade como no campo*”. Nem a constatação dessa reunião , da qual o PCB participou e de cujo aludido documento foi signatário, não foi capaz de provocar qualquer alteração na estratégia vigente. (24)

Em março de 1971 , foi decidido , pela maioria do CC , que Prestes deveria deixar o Brasil e ir para Moscou . Sobre essa decisão há controvérsias. Segundo Prestes, foi uma manobra de seus companheiros para afastá-lo ainda mais dos poderes decisórios do Partido.

*“Muita gente pensa que sai logo depois do golpe . Nada disso . Fiquei 7 anos oculto no Brasil e , em 1971 , fugi para Moscou porque o Comitê Central do partido achou que era preciso preservar algumas lideranças da repressão cada vez mais violenta . Por trás dessa manobra , no entanto , o que eles queriam eram me afastar do Partido , porque eu já estava incomodando demais”.* (25)

*“( ... ) Em 68 , já havia sérias divergências dentro do partido . Essas discussões foram se arrastando até março de 1971 , quando o CC se reuniu para discutir questões de segurança . Foi aceita a proposta de Marco Antônio, Guedes , Givaldo e outros : mandar um terço do CC para o exterior . Eu logo percebi que não se tratava de segurança coisa nenhuma , mas de um golpe ( ... ) Percebi a manobra , mas resolvi acatar a decisão do CC. Sempre fui disciplinado . Giocondo Dias ficou aqui dirigindo o partido e eu fui para Moscou”.* (26)

*“( ... ) De maneira que já em 1971 , um projeto apresentado por Giocondo, Givaldo e outros , em nome da ‘segurança’ , propunha que a terça parte do Comitê Central fosse para o exterior : ora , a terça parte de 31 é 10, mas só saíram dois : eu e o Agliberto ... Eu fui para a União Soviética e o camarada Agliberto para Paris”.* (27)

No entender de outros membros do Comitê Central à época , o envio de Prestes ao exílio não tinha o intuito de diminuir o seu poder , mas de protegê-lo da ação crescente da repressão .

*“No final de 1969 , perante informações de que havia ordens do governo federal para assassinar Prestes , Marighella e Lamarca , o CC acentuou a discussão e tomada de medidas sobre problemas de segurança . Isso levou , em 1971 , à decisão de retirar o camarada Prestes para o exterior durante um ano – prazo que estendeu devido ao agravamento da situação . Nessa época decidiu-se colocar um terço do CC no exterior com a finalidade de se reorganizar o trabalho de direção caso os outros membros da direção viessem a ser presos” . (28)*

*“Sentindo a gravidade da situação , o Comitê Central decidiu tomar medidas de precaução contra possíveis desastres ( como quedas de militantes e de organizações do Partido ) . dentre as medidas tomadas pelo Comitê Central foi decidido que alguns de seus membros deviam viajar para o exterior , a começar por Prestes – isto com o objetivo de preservar , pelo menos parte da direção central do Partido . Em 1971 , esta decisão passou a ser executada , tendo Prestes se exilado nessa época” . (29)*

Ainda em março de 1971 , o Comitê Central promoveu uma reunião crítico-autocrítica do trabalho de direção do PCB desde o golpe de 64 , da qual saiu um documento que não chegaria ao conjunto do Partido . Se a face oficial dos pecebistas , veiculada principalmente pela Voz Operária , mostrava uma unidade cupulista e uma ausência de autocrítica que denotasse a incapacidade do PCB diante do avanço da ditadura , nos bastidores do CC havia espaço para uma percepção realista da realidade . De modo que , o mesmo CC tinha duas versões sobre a mesma conjuntura ( ditadura ) uma idealizada , que era endereçada ao conjunto do Partido e à opinião pública em geral, e outra realista , restrita ao círculo fechado dos dirigentes . Talvez fosse um meio de evitar um esfacelamento , uma dispersão , ainda maior do Partido , talvez fosse o simples prosseguindo da tradição cupulista de não abrir certas evidências para discussões com as bases , talvez fossem ambos os fatores conjugados . O certo é que o documento resultante dessa reunião causaria espécie aos militantes pecebistas caso dele tivessem conhecimento naquela época . Ao invés do contumaz regozijo pelo acerto da aplicação da linha tático-estratégica vigente, como era sistematicamente veiculado pela Voz Operária, o documento, em suas três folhas de papel ofício, mergulhava em uma

autocrítica lamuriosa que expressava um fracasso da direção para colocar em prática a Resolução Política do VI Congresso . Comparando esse documento com aqueles que mostravam a face oficial do Partido , podemos inferir que os segundos correspondiam a um jogo de retórica , enquanto o primeiro retratava a realidade pecebista , mais ainda , a realidade de sua direção . Nesse documento , era reconhecido o isolamento da direção em relação ao Partido e o isolamento deste em relação à classe operária . Os dirigentes afirmavam peremptoriamente que haviam falhado na aproximação do PCB com a classe operária e na construção do Partido nas grandes empresas , enfim , no cumprimento da tática principal tirada no VI Congresso . Também eram elencadas vários outros pontos falhos nas atividades da direção , entre os quais : *“a falsa concepção de que se pode organizar e dirigir a atividade política e de massas do Partido apenas por resoluções e diretivas gerais”*; *“a falta de um exame continuado da situação política , econômica e social do país , e em consequência , a falta de previsão dos acontecimentos”*; *“o burocratismo do trabalho de direção , voltada mais para os problemas administrativos do que para a realização de nossas tarefas políticas fundamentais”*; *“a pouca atenção dedicada às opiniões e críticas construtivas das direções inferiores e dos quadros e militantes do Partido”*; *“a precária assistência da direção central aos Comitês Estaduais e Comitês de Empresa a ela ligados , reduzida muitas vezes a simples contatos com os Secretariados locais”*. (30)

O CC escreveria vários outros documentos críticos e, sobretudo, autocríticos, restritos à sua órbita, nos quais voltavam a ser ressaltados pontos falhos atribuídos à direção pecebista, que se traduziam, principalmente, pelo “liberalismo” ( frouxidão do centralismo leniano ), pela contaminação da concepção pequeno-burguesa no seio do Partido e da direção, pela deficiência do CC em diagnosticar determinadas conjunturas e em ter influência junto às massas trabalhadoras, especialmente a classe operária.

A seguir, destacamos alguns trechos de documentos internos do CC que ilustram o que acabamos de expender.

Na *Resolução do CC de novembro de 1973*, eram computadas as seguintes deficiências: *“ a subestimação do partido e do trabalho com a classe operária; nossa*

*ainda pequena ligação com as massas, sem um trabalho político permanente; o pouco empenho no cumprimento de nossas resoluções; o liberalismo quanto à segurança do partido e a organização de seus segredos; a pouca atenção dada ao acompanhamento da vida dos quadros e, conseqüentemente, um critério não suficientemente rigoroso de sua promoção; a luta ideológica mal encaminhada, que nos leva muitas vezes à falta de unidade de pensamento e ação, a partir da direção central, nos diferentes aspectos da vida partidária". (31)*

Do *Informe de Organização*, documento do CC de dezembro de 1975, há autocriticas, entre outras, referentes à fraqueza de alianças com a classe operária e à fraqueza do estudo do marxismo.

“Tínhamos sempre o maior interesse em conseguir ligações com políticos – MDB, Igreja – e personalidades de destaque na vida nacional; mantínhamos ligações com a intelectualidade progressista – ligações estas indispensáveis a um partido político – mas quase nunca nos propusemos organizar reuniões e contatos com líderes sindicais e dirigentes de massa, operários(...) Uma de nossas mais sérias debilidades é a pouca atenção dada ao estudo da teoria e à formação de um núcleo ideologicamente coeso de intelectuais marxistas.”(32)

No *Balanço do Trabalho de Direção do CC do PCB do período de 1973-1979*, novamente são sublinhadas deficiências em diagnosticar conjunturas, influenciar as massas e formar quadros marxistas-leninistas.

“O partido obteve vitórias como as lutas contra o esquerdismo e o divisionismo, mas definiu tardiamente o regime como fascista, não avançou na especificação de sua orientação para o movimento operário e sindical e para o movimento camponês; não conseguiu implantar um trabalho de educação massificada e fortemente fundado no ensino da teoria do marxismo-leninismo e não formulou uma política de quadros; avançou precariamente em sua implantação nas grandes empresas; e sofre o rude golpe de 1975, apesar de evitá-lo.”(33)

Autocriticas como estas – mesmo que reservadas aos limites cupulistas – eram praticamente impossível de serem levadas a efeito nos tempos do culto à personalidade

de Stalin e Prestes, quando os dirigentes – sobretudo Prestes – estavam imunes a críticas e autocríticas, sendo ambas substituídas por apologias endeusadoras.

Uma grave deficiência que o Comitê Central, nesse processo crítico-autocrítico reservado, relacionava como tendo acometido a si e ao conjunto do Partido era a concepção pequeno-burguesa de mundo. Aliás, esta era uma velha inimiga do movimento comunista internacional. Lenin, por exemplo, sempre teve uma preocupação precípua em que os membros do POSDR fossem revolucionários profissionais da causa proletária – destituídos de quaisquer laivos pequeno-burgueses -, como ficou evidente em sua célebre intransigência no II Congresso deste partido. Stalin deturpou a justa preocupação leniana e assim (deturpada) a utilizou contra aqueles que quis afastar de seu caminho. Ser acusado de estar sob influência de concepções pequeno-burguesas passou a ser uma espécie de sentença de morte e desonra. Muitos inimigos do stalinismo, sendo Trotsky o mais famoso, foram caluniados com essa “grave” condenação, o que equivalia a alta traição aos ideais revolucionários. No PCB dos tempos do culto à personalidade, os que se colocavam contra as orientações (imposições) cupulistas eram rotulados, entre outras acusações de estarem eivados pela ideologia pequeno-burguesa, cognominada como uma *“ideologia estranha ao proletariado.”* Após o golpe de 64, o CC passou a admitir que ele próprio, além do Partido como um todo, estava também padecendo desta “moléstia”. As concepções pequeno-burguesas passaram a ser vistas pelo CC como o mal maior a tomar conta do PCB e a ocasionar os males, as deficiências, que mostramos há pouco (34). Inicialmente, os acusados de estarem sob a influência de tais concepções foram basicamente os “esquerdistas”, isto é, aqueles que acabariam por optar pela luta armada. Depois, já a partir do VI Congresso, foi que as acusações, principalmente oriundas do CC, passaram a atingir o Partido como um todo, inclusive sua direção. Entretanto, ao contrário das denúncias dos tempos do culto, não eram endereçadas a esse ou àquele quadro dirigente ou intermediário. Tomavam um caráter quase que abstrato, pois não identificavam quem estava contaminado pela *“ideologia estranha ao proletariado.”* Era essa mais uma maneira de os dirigentes evitarem um confronto entre si, pois, a rigor,

todos eles estavam, em maior ou menor grau, sob a influência dessa ideologia, à qual eles próprios atribuíam as seguintes características: menosprezo do marxismo-leninismo, incentivo ao “liberalismo”, substituição da classe operária, tendência à conciliação na luta interna, entre outras. (35).

Tardiamente o CC, em um de seus balanços restritos ao público dirigente, reconhecia, prenhe de acerto, que o mais grave da ideologia pequeno-burguesa não é o fato de que *“ela não admite a revolução como um fenômeno de massas”*, mas *“o problema está em que ela não admite a revolução como um fenômeno de luta de classes.”* (36).

Não obstante esta cartase cupulista , as falhas levantadas continuariam como tal e até se acentuariam , devido a uma maior dispersão que viria a sofrer o PCB . Com o aprofundar-se da repressão surgida na esteira do AI-5 , mais dirigentes foram obrigados a deixar o país , o mesmo sucedendo a dezenas de militantes . Se o Partido inexistia organizado no “interior”, isto é , no Brasil , da mesma forma acontecia no exterior. Dirigentes e militantes se encontravam espalhados por vários países , promovendo encontros apenas esporádicos entre si , sem jamais ter havido uma reunião do conjunto do Partido exilado . Eram mais comuns os encontros , as discussões , nos interiores das várias organizações de bases formadas em vários países da Europa . Entretanto , encontros de bases eram raros . Também não eram comuns reuniões entre os membros do CC . Toda essa dispersão era mais um motivo para a postergação do desenlace do contencioso entre Prestes e o resto do CC : quanto menos reuniões , menos discussões, menos se agravariam as divergências inconciliáveis que tinham como fundo a estratégia partidária .

Em 1972, o Comitê Central aprovou a convocação do VII congresso do PCB, elegendo uma comissão de teses para esse mister. Essa comissão chegou a produzir algumas monografias sobre a conjuntura nacional, as quais foram submetidas à apreciação dos membros do CC, inclusive Prestes, que a essa altura encontrava-se no exterior. Entretanto, o processo de repressão contra o PCB, a partir de 1974, fez com que fossem abortadas as discussões em torno do VII Congresso, postergando-o sine die.

Em janeiro de 1976, na primeira reunião do Comitê Central no exterior, foi novamente colocada a proposta de se elaborar documentos para a convocação do VII Congresso. “O CC não aprovou, então, esta proposta e para sua rejeição teve grande influência a posição do companheiro Prestes, que se colocou contra a preparação do Congresso”. Ainda segundo Hércules Corrêa, daí para frente Prestes sempre se opunha à convocação do VII Congresso, somente a aceitando em abril 1979, mas defendendo que dele participassem não somente os pecebistas, mas também “democratas e patriotas”, ao que se posicionou contra o grupo majoritário no CC. (37).

No final de 1975 a maioria dos dirigentes pecebistas já se encontrava exilada, atendendo a uma decisão do Comitê Central neste sentido. Segundo Geraldão, ele, Amaro Valentim e Antônio Ribeiro Granja foram os únicos membros do Comitê Central que não saíram do Brasil, por se recusarem a fazê-lo. (38) Somente a partir de então foi possível restabelecer as reuniões regulares desse núcleo dirigente, *“tendo a primeira reunião se realizado no início de 1976 e prosseguindo com uma ou duas por ano até 1979”*. (39) Um número insignificante de reuniões, de debates, para um Partido e, principalmente, uma direção que estavam assaltados por uma grave crise orgânica. Parece estar evidente que o que se buscava era uma evitação de se aguçar as contradições de princípios que permeavam o núcleo dirigente.

Justamente no interregno entre a decisão do Comitê Central em auto-exilar-se e a saída de seus membros do Brasil foi que a repressão decidiu promover uma “razzia” contra o PCB. A ditadura estava sob o governo Geisel e dezenas de pecebistas, inclusive dez membros do Comitê Central, foram encarcerados, torturados, assassinados e / ou “desaparecidos”, o que já comentamos no capítulo anterior.

Em Moscou, onde se encontrava geograficamente a salvo de seus opositores no CC, Prestes afirma que teve mais condições de aprofundar a sua convicção de que a estratégia pecebista tinha que passar da linha “reformista” para a linha revolucionária. Ele conta que submeteu seu próprio passado e o passado dos dirigentes pecebistas a um exame autocrítico, baseado na releitura de documentos partidários e de documentos do Komintern relativos aos “países coloniais e semicoloniais”. Nesses estudos, ele pôde

convencer-se ainda mais de que o principal “erro” da trajetória do PCB formado a partir da Conferência da Mantiqueira decorria do não-reconhecimento de que o Brasil já era um país autenticamente capitalista na década de 40: “*nos documentos de 1945 , assinados por mim e os camaradas do Comitê Central , dizíamos claramente que enquanto não acabar a dominação imperialista e o latifúndio , o capitalismo não se desenvolve no Brasil*”. Ele identifica esse “erro” de raiz como decorrente das resoluções impostas pelo Komintern, especialmente *as Teses para a Luta Revolucionária dos Povos dos Países Coloniais e Semicoloniais* , oriundas do 6º Congresso dessa organização internacional dos partidos comunistas . Esse “erro” de percepção da realidade trouxe , como consequência , o “erro” da estratégia etapista “reformista” . (40)

Segundo Prestes , o seu isolamento em Moscou diminuiu ainda mais a sua influência sobre o Partido . (41) No entanto , Malina considera que no exterior ele ficou mais fortalecido porque passou a centralizar as relações internacionais: “*A força que Prestes tinha aí era muito grande*” , criando-se “*uma certa corte em torno de Prestes*”, que “ *pessoalmente era um homem modesto*”. Hércules Corrêa endossa a posição de Malina, considerando que no exterior “*a pessoa de contato era ele (referência a Prestes), não éramos nós.*” (43)

De fato, no exterior Prestes tinha mais prestígio perante os demais partidos comunistas, principalmente o PCUS , e perante a opinião pública internacional do que o resto do CC . Era um reconhecimento pelo seu passado. Era ele o principal porta-voz do PCB , seu principal representante nas diversas reuniões internacionais e em entrevistas a periódicos de várias partes do mundo . Também , na qualidade de secretário-geral , ele podia escrever documentos exclusivamente seus para o Partido , embora continuando a sufocar a sua posição em relação à estratégia pecebista . Ou seja , era mais um poder aparente do que de fato .

Em 1975 , em Havana , foi realizada a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e do Caribe . A Resolução desse encontro era categórica em afirmar que a revolução socialista devia ser o caminho estratégico comum para os países latino-

americanos , ao invés do reformismo trilhado pela grande maioria , quiçá a totalidade , dos partidos comunistas dessa área geográfica . (44)

O Comitê Central postou-se indiferente a essa decisão tomada em um fórum do qual o PCB era parte constituída . Ia evidenciando-se cada vez mais que seus membros, à exceção de Prestes e alguns poucos partidários seus , como Agliberto , tinham o “reformismo” como uma meta irremovível . De nada adiantaria um futuro debate com o conjunto do Partido , expresso pelo VII Congresso , para convencê-los de que não existia a “burguesia nacional” e que o capitalismo brasileiro já alcançara um grau suficientemente avançado de maturidade . Estes aspectos já eram ponto pacífico para todos os membros do Comitê Central , estavam consagrados nos últimos documentos da direção pecebista no período pós-64 . Havia o reconhecimento de que o Brasil já atingira o nível de capitalismo monopolista, o qual era definido como capitalismo monopolista de estado, devido ao predominante peso estatal no esforço de integração (submissão) econômica ao imperialismo – como teorizara Lênin (45) –, tarefa levada a efeito pelos governos ditatoriais.

De modo que não se tratava mais, consoante o que ocorria no período anterior à Declaração de Março, de a direção pecebista não reconhecer a realidade brasileira de forma concreta e seguir guiando-se por fórmulas idealistas advindas de um marxismo vulgar , como no tempo em que as resoluções do Komintern para os “países coloniais e semicoloniais” eram adotadas na qualidade de dogmas . Levando-se em conta que a direção pecebista estava acertando no estudo infraestrutural da realidade brasileira , o seu “erro” estratégico , isto é , a sua insistência com o “reformismo” a reboque da “burguesia nacional”, significava, em essência, um abandono – embora não confessado – do marxismo-leninismo, o que se tornaria patente no decorrer da luta interna que tomava conta do CC. A grande maioria do CC era o que Lênin chamava de “revolucionários de palavra”.

A essa época, o PCB no Brasil estava praticamente acéfalo, devido ao exílio da maioria dos membros do CC e ao assassinio de outros dez por parte da ditadura. De modo que, a exemplo do que ocorrera no primeiro lustro da década de 40, os quadros

intermediários e as bases se esforçaram, mergulhados em uma imensa dispersão orgânica e uma não menor clandestinidade imposta pela ditadura – que àquela altura se voltara ferozmente contra o Partido -, para reestruturar o pouco que restara do PCB do momento imediato que antecederia ao golpe de 64. Foi um trabalho de Sisifo e basicamente sem contar com o apoio dos membros do CC, pelas razões que expusemos há pouco. A rigor, havia dois PCBs, o que ficara no Brasil e o que estava no exterior, restrito ao Comitê Central e a algumas dezenas de quadros intermediários e membros de bases. Algo em comum entre ambos era uma grande dispersão, a qual provocava subdivisões de mais PCBs: os regionais, os subregionais, as bases “x”, “y”, “z”, etc. Entre o Comitê Central e o PCB que ficara no Brasil, ou melhor, entre os vários PCBs que ficaram no Brasil, estava inviabilizada – por força da conjuntura – uma relação hierárquica. Malina ilustra bem esse momento ao considerar que havia “*o Atlântico entre a direção e o partido.*” Por “partido” ele está referindo-se ao PCB que ficara no Brasil, o qual “*passada a pior fase da repressão, aí por volta de 1976/1977, começou a se reestruturar sem a presença física da direção.*”(46)

Em dezembro de 1975, a *Comissão de Redação do Projeto de Programa do PCB*, apresentava ao Comitê Central os *Elementos da Declaração Programática do PCB*, que serviram como ponto de partida para o estudo e a discussão dos “*problemas relacionados com a elaboração do Programa do nosso Partido*”.

O documento era uma confirmação do que vimos há pouco de dizer : a Comissão de Redação , em nome do CC , reconhecia que o capitalismo brasileiro atingira o estágio monopolista e , não obstante tal constatação , mantinha a estratégia “reformista” .

Ele já partia de bases falsas , segundo as quais o Partido “*dirigiu e encabeçou a luta das massas populares contra a ameaça fascista em 1935*” (bravata que fazia parte da história oficial do Partido ) e que , naquele momento de meados da década de 70 , “*o PCB se estrutura fundamentalmente nas grandes empresas industriais*”. Tampouco estava “*à frente das lutas pelas reivindicações mais sensíveis da classe operária e dos trabalhadores, encabeçando a luta pela democracia e contra o fascismo*”. Ou seja , o

projeto de programa . que viria , quando transformado em programa , ser divulgado à militância , estava afirmando uma tática que concretamente , o Partido não estava desenvolvendo . Era , portanto , algo que se realizava somente a nível ideal . Se a tática defendida e afirmada não estava funcionando , ficava difícil tornar efetiva a estratégia *“de caráter democrático , antiimperialista e antimonopolista , cujo cumprimento constituirá a etapa primeira e necessária da revolução socialista no Brasil”* , a qual , como vimos mostrando , representava o pensamento da grande maioria do CC. O Partido continuava patinando em uma contradição que predominou em toda a sua trajetória : chegar à estratégia baseando-se em que os elementos táticos lhe davam sustentação . Resultava inviável atingir o fim sem passar pelo meio.

Outra questão contraditória , refere-se ao fato de que era acrescentado um elemento estrutural que não havia quando foi traçada a estratégia *“reformista”* que vinha predominando desde a Declaração de Março. Estamos referindo-nos ao elemento antimonopolista , que surgiu pelo reconhecimento tardio , diga-se de passagem , de que *“nos últimos 20 anos”* ( portanto a partir de 1965 ) o Brasil atingira o estágio de capitalismo monopolista de Estado , que tinha como particularidade *“o domínio dos monopólios estrangeiros”*, aos quais *“está subordinado o estado brasileiro”* e que *“o regime fascizante de 1964 abriu caminho para a implantação do CME no Brasil como sistema de dominação dos monopólios , que abrange a economia , assim como a vida social , política e ideológica da nação”*. Se atingiu esse estágio, então, como dissemos antes, não tinha mais porque incluir a *“burguesia nacional”* como aliada na frente antiditatorial.

O documento reafirmava que a ditadura passara de uma fase da repressão generalizada para o fascismo , quando o Estado se aparelhara na forma de um *“sistema policial-militar que procura controlar a vida da nação”*. De modo que , *“derrotar a ditadura fascista é o primeiro passo rumo à liquidação do domínio exercido pelo imperialismo e seus aliados internos”*, o que era mais uma forma de justificar a necessidade de o caráter estratégico ser democrático burguês . O CC , através de sua comissão de redação do projeto de programa , acreditava que derrotando o regime

fascista estaria dando o primeiro passo na liquidação do imperialismo e seus aliados internos . Tratava-se de uma visão errônea , pois não era o “regime fascista” o mantenedor do imperialismo , mas a própria condição objetiva de o capitalismo mundial e o capitalismo brasileiro estarem em um estágio monopolista . A ditadura constituía uma espécie de guarda pretoriana que reforçava a aliança desses dois capitalismos , que representava , em essência , a aliança da burguesia imperialista com a “burguesia nacional”. Mas não implicava que a sua queda enfraqueceria a ação do imperialismo sobre nós. Tanto é que o findar da ditadura não traria o findar da dominação imperialista no Brasil, esta até se aprofundaria. (47)

## V.O. VERSUS CC

Vimos que a Voz Operaria substituiu o jornal Novos Rumos como porta-voz oficial do Comitê Central, através da decisão tomada por este organismo em sua reunião de maio de 1965. Era a retomada do velho título da década de 1950, quando a Voz Operária se tornara famosa por ter aberto, à revelia do CC, os debates em torno do relatório “secreto” de Khrustchov. A nova versão da V.O. ficava, a partir de maio de 1965, sob a responsabilidade de Orlando Bonfim Júnior. Pouco depois, Marco Antônio Coelho assumiu a missão de dirigi-la. Com o fechamento de suas oficinas pela repressão e, mais ainda, com a prisão de Marco Antônio, a V.O. deixou de funcionar. O Comitê Central ficava sem o seu porta-voz para comunicar-se com o Partido, o que deixava este ainda mais desestruturado. A Voz Operária voltaria a circular do exílio, sob a direção de Armênio Guedes, quando expressaria as suas divergências com o CC.

Armênio Guedes foi um dos principais responsáveis por colocar o PCB na linha da Declaração de Março, documento que o teve como um de seus formuladores. Também foi pioneiro em defender uma autonomia do Partido em relação ao PCUS e a democracia como um valor em si mesma: ao invés de democracia de classe, ele propugnava democracia para todas as classes, o que contrariava o “socialismo real” e, mais ainda, o marxismo-leninismo.

Após o golpe de 64, ele teve peso significativo na redação dos documentos do VI Congresso, no sentido de dar continuidade às diretrizes da Declaração de março. Em março de 1970, ele redigiu um importante documento, em nome do CE da Guanabara, no qual era analisada a conjuntura do pós-AI-5 e proposto *o que fazer* por parte do partido. O documento tinha como objetivo precípua fortalecer na consciência dos militantes a imperiosidade de não se desviarem da linha política do VI Congresso. Vale dizer que o AI-5 provocou um relativo esmaecimento dessa linha e um recrudescimento do “esquerdismo”. Para muitos, esse instrumento discricionário representava a consolidação praticamente irreversível do regime e a inexequibilidade da linha política do VI Congresso, pois não havia mais como atuar no movimento de massas, o qual fora colocado na ilegalidade. O documento de Armênio Guedes pregava a promoção de ações localizadas como forma de fazer ressurgir o movimento de massas do pré-AI-5 e, assim, dar validade ao complexo tático do VI Congresso. De forma que, ele propunha que os pecebistas incentivassem em suas Obs protestos contra o arrocho salarial, a intervenção nos sindicatos, a desnacionalização da economia, a censura, a tortura, etc. Além disso, aproveitassem as eleições parlamentares para transformá-las em um protesto maior contra a ditadura e em um reaglutinador das massas. A sua proposta, se fizermos uma analogia com o “foquismo” de Guevara e debray, era criar um, dois, três, mil... *“focos políticos de resistência, a fim de romper com a passividade das massas e passar da defensiva à ofensiva, até atingir o ponto em que se coloque na ordem do dia o ataque geral contra a ditadura”*, o que acabaria acontecendo. Esse “foquismo” também visava *“quebrar a passividade e a apatia que se apoderam de vários setores do Partido, despertando-os para organizar a resistência do povo ao avanço do processo de fascistização do país”*. Outro ponto a destacar no documento é que ele reconhecia o AI-5 como uma prova de fortalecimento do regime, mas também de seu isolamento e de seu posterior enfraquecimento, o qual deveria ficar evidente a médio prazo; daí a necessidade de cutucá-lo através dessa tática de pequenas ações localizadas de insatisfação com a ditadura. (48) Posteriormente, em 1973, a direção nacional utilizaria grande parte desse documento para orientar as suas resoluções dali por diante.

O primeiro exílio de Armênio Guedes foi o Chile de Allende, onde chegou em 1972. Com o golpe de Pinochet, em setembro de 1973, centenas de esquerdistas tiveram que deixar aquele país a toque de caixa. Armênio e sua esposa, Zuleika Alembert, seguiram para Paris, onde se radicaram. Na capital francesa, ele teve a incumbência de fazer ressurgir a V.O. e dirigi-la na qualidade de responsável pela Secretaria de Agitação e Propaganda.

À frente do porta-voz do CC, ele formou um grupo que tinha um perfil diferente dos outros que dirigiram os vários periódicos da imprensa pecebista, pela característica de ter um cunho mais intelectual do que propagandista, doutrinário. Era como se ele estivesse revivendo a sua direção da revista Estudos Sociais, durante a década de 1960, quando, juntamente com Astrojildo Pereira, buscou levar aquele periódico para além do doutrinário fechado do PCB e fazê-lo dialogar com correntes marxistas e não marxistas. Em pouco tempo, ele e seu grupo sofisticaram a V.O., o que a tornava de difícil compreensão para as bases, principalmente as que estavam no Brasil. A V.O. transformar-se-ia em uma espécie de “aparelho ideológico” (Althusser) para esse, veladamente, destilar críticas ao “socialismo real” e introduzir propostas gramscianas e do eurocomunismo.

Antônio Carlos Peixoto, um dos primeiros intelectuais a ser convidado por Armênio Guedes para compor a equipe de redação da V.O., conta como foi formado esse grupo. Segundo ele, em meados de 1975, em Paris, Armênio Guedes o convidou para fazer parte de um pequeno comitê de redação da Voz Operária, visando reeditá-la a partir da França. O comitê foi formado por ele, Mauro Mallin e Milton Temer; este como redator-chefe. Pouco depois, Aloísio Nunes Ferreira se integraria a esse grupo. A redação foi improvisada na sala de um escritório de um arquiteto ligado ao Partido Comunista Francês. Além de montar o grupo redator da V.O., Armênio criou uma assessoria para o Comitê Central, para a qual convidou Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Sérgio Moraes e Ivan Ribeiro (filho de Ivan Ramos Ribeiro, dirigente que havia morrido de infarto em uma reunião do CC). O objetivo principal da assessoria era subsidiar teoricamente as decisões do CC. Em pouco tempo, os membros da V.O. e da

assessoria passaram a formar um só grupo, o grupo do Armênio. Assim, a Voz Operária funcionava “*de modo relativamente independente, com influência dessa assessoria e do Armênio, não passando pelo aval do CC*”. A V.O. e a assessoria tomaram a iniciativa de discutir questões teóricas do marxismo, baseando-se em novidades que surgiam nos PCs da Itália, França e Espanha. Essas discussões eram incentivadas por Armênio Guedes: “*Armênio jogava sementes em nossa cabeça e deixava que as plantas crescessem*”. O CC que continuava apegado à ortodoxia do “socialismo real”, passou a reclamar da assessoria e da V.O., acusando-as de estarem se afastando do marxismo-leninismo e promovendo uma linha independente, simpática ao eurocomunismo. (49)

Leandro Konder corrobora a versão de Peixoto, acrescentando que o grupo era realmente influenciado pelo eurocomunismo e que “*nós evitávamos fazer propaganda do socialismo real*”. Segundo ele, foi Armênio Guedes que “*começou a colocar na V.O. a linha do chamado eurocomunismo*”, sobretudo a oriunda do PCI. Konder conta que ele, Carlos Nelson Coutinho e Milton Temer não afinavam com o eurocomunismo, e sim com Gramsci. Ele e Coutinho já estudavam o pensador italiano desde antes de 1964, quando eram espécie de intelectuais orgânicos da esquerda, proferindo palestras, escrevendo artigos em jornais e revistas, defendendo, enfim, a conquista da hegemonia consentida. Outro grupo gramsciano existente no PCB, durante a década de 1970, era o liderado por Luis Werneck Vianna, que ficara no Brasil. Uma outra divergência do CC em relação à V.O. era que o coletivo dirigente queria “*um jornal de agitação das bases, enquanto que o grupo defendia que a V.O. fosse mais teórica do que de agitação*”. (50)

Para Hercules Corrêa, o grupo da V.O. tomava “*como padrão não a realidade brasileira, mas a realidade da sociedade italiana; não tinha nada a ver uma coisa com a outra*”. (51)

No Brasil, havia quem pensasse como Corrêa. De acordo com Percinoto, o grupo dirigido por Geraldão, no Rio de Janeiro, recebia a Voz Operária e, com base nela, confeccionava um boletim mais adequado a uma compreensão por parte das bases: o DCB-Documento dos Comunistas Brasileiros, rodado em mimeógrafo sob a responsabilidade de Val de Carvalho. Ao contrário da V.O. o DCB tinha uma linguagem

mais pé no chão e visava aplicar a linha do VI Congresso às situações específicas que aconteciam no Brasil, especialmente no estado do Rio de Janeiro. (52)

A Voz Operária era enviada para o Brasil através dos Correios para pessoas e entidades que os redatores queriam atingir e também para quem tivesse esquema de distribuição. (53) Dissemos que os órgãos de segurança tinham o costume de apreender periódicos de organizações oposicionistas para melhor conhecê-las. Os Correios também passaram a cumprir esta tarefa, na qualidade de força auxiliar dos órgãos de segurança. A Empresa de Correios e Telégrafos, através da Informação nº 065/77/AS/R/R10/ Confidencial, s/d, que tinha como objeto a apreensão de vários exemplares da V.O. de fevereiro de 1977, dizia que *“tais publicações procediam da França e eram destinadas às pessoas e entidades relacionadas ao anexo B”*. Neste anexo, vinha uma relação de nomes de personalidades da sociedade civil, chefes de redação de vários jornais do país, líderes sindicais, OAB, ABI, CNBB, deputados, senadores e até ministros e comandantes das Forças Armadas. (54)

No IV Pleno do Comitê Central no exterior, em outubro de 1978, em Sofia, foi aberto um ponto na pauta para uma longa discussão acerca da Voz Operária, a qual foi secretariada em manuscrito e com os dirigentes aparecendo com seus respectivos codinomes. Houve uma quase unanimidade no reconhecimento de que a Voz Operária estava utilizando uma redação e um enfoque que destoavam da orientação do CC e do que deveria ser um jornal dirigido à classe operária. A causa disso estava no “liberalismo” (frouxidão no centralismo da direção) que grassara no Partido e no caráter pequeno-burguês dos redatores da V.O. Outra questão importante levantada por alguns membros do CC e que foi um dos cernes da discussão era se esse periódico poderia abrir debates para o conjunto do Partido. A opinião geral foi que não deveria fazê-lo, que a abertura de quaisquer debates internos era uma prerrogativa exclusiva do Comitê Central. A título de ilustração, vejamos um pouco das posições que marcaram essa discussão, com supressões nossas.

*“Dante”*

*(Dinarco Reis) - “O reflexo das contradições do CC e da Cex (...) O reflexo*

*era q muito militante não lia ou não entendia a VO (...). Não atua como fator de org. do partido (...)*”.

“Silva”

(Lindolfo Silva) - *“A VO se arvora o direito de se antecipar à direção do P. Onde nós estamos? Não tem esse direito? (...). O CC deve tomar providências para assegurar a orientação da VO (...)*”.

“Macedo”

(Hércules Corrêa) - *“Que sob pretexto algum haja debate sobre divergências na VO (...) Devemos botar um Conselho de Redação (...)*”

“Renê”

(Régis Fratti) - *“Artigo sobre PCF, sobre socialismo democrático não correto na VO (...) Deve haver controle rígido do CC (...) Debate dentro de alguns limites (...). Toda atenção é pouca, porque o Partido no BR vê sua atuação pela VO (...)*”.

“Márcia”

(Zuleica Alambert) - *“Não serve literalista, imoral, golpista, tendências fascistas (...). Onde estava a direção que há 2 anos não viu esta desagregação? (...)*”.

“Caio”

(Orestes Timbauba) - *“Temos contradições políticas e ideol. no CC. Tem que se refletir em tudo. Na VO aparece + porque fica escrito (...)*”.

“Pacato”- *“A VO não pode ser veiculo de debates (...)*”.

“Mário”- *“Melhorou a apresentação, a maneira de escrever. Já houve linguagem mais empolada (...). Não acho que deva haver debate na VO (...)*”.

“Grega”- *“Serei sempre contra que a VO seja de debate (...)*”.

“Soares”- *“Debates contra. Não tem autoridade de especulação”*

“Tânia”- *“( ... ) Me causou espécie o artigo sobre a vitória de 45 sem destacar o papel da URSS – desrespeito à URSS (...)*”.

- “Velho”- *“Se sente o mais responsável por ter permitido que na VO as coisas chegassem onde chegaram . Não foi suficientemente vigilante ( ... ). Chegaram a posições internacionais de neg do papel hist. Da URSS (...) A VO deve ser órgão que transmite a orientação do Partido e não pode admitir ataques (...)”.*
- “Joca”- *“A responsabilidade maior é da Cex. (...) Velho é liberal na condução da Cex. Também ã ajuda (...) . Questões a serem discutidas ficam como pessoais . Isto constrange”.*
- “Marcelo”- *“A VO caga pros artigos do interior . Vieram poucos e com autorização de mexer ( ... ) Não há unidade nas diversas matérias no mesmo número ( ... )”.*
- “Neves”- *“Jornal desafina com CC não é a 1ª vez nem incomum. Sempre (...)”.*
- “Macedo”- *“A questão não é do S. É da Cex ( ... ) . A crise ideológica na Cex, é mais feia do que pensava . Isso vai para desgringolada ( ... ) A Cex tava de acordo com a VO . Não foi falta de vigilância. O Velho estava de acordo c/ a VO ( ... ) . O que há aqui são elementos acentuados da crise ideológica da Cex.”*  
(55)

É perceptível que havia uma crise no Comitê Central, o esforço deste em manter suas divergências sob um caráter altamente sigiloso e sua restrição a que a Voz Operária pudesse abrir debates à revelia da cúpula, a exemplo do que ocorrera em 1956, quando ela e a Imprensa Popular fizeram eclodir, sem solicitar anuência à direção, as discussões sobre o relatório secreto de Khrustchov. É também interessante reparar os ataques ao “Velho” (Prestes), mormente advindos de “Macedo” (Hércules Corrêa).

No mês seguinte, em um documento intitulado *Resolução sobre a Voz Operária*, o CC interveio neste periódico .

*“( ... ) Em várias matérias de orientação política , de responsabilidade da redação da VO , indicações nelas contidas não correspondiam , em medidas variáveis ,*

*às decisões da direção central do Partido , expressas em seus documentos oficiais . O CC considera que a publicação pela VO de matérias que entrem em conflito com as resoluções e indicações políticas dele emanadas contraria uma questão de princípio – a do centro único do Partido – e leva a confusão às fileiras partidárias”.* Diante disso , o CC decidiu promover uma intervenção na VO , designando para tanto uma comissão que passaria a ter *“como finalidade controlar o planejamento , a edição e a distribuição da VO”.* (56)

Leandro Konder afiança que a intervenção não chegou a acontecer, pó que o grupo de redatores ameaçou deixar o Partido e também devido à iminência da anistia, que possibilitaria a volta das exilados ao Brasil. Em 1979, surgiu a idéia de se fazer um jornal legal; a Voz da Unidade, que contaria com o apoio de Oscar Niemeyer. O jornal acabaria saindo, mas com outro grupo redator. Niemeyer desistiria de prestar apoio, atendendo a um pedido de Prestes neste sentido. (57)

#### **AGUDIZA-SE A LUTA INTERNA: PRESTES SE ISOLA E É ISOLADO PELO CC**

Outro ponto (4º ponto) que merece destaque na reunião do Comitê Central em Sofia, em outubro de 1978, dizia respeito à questão de organização do PCB. Dois temas consensuais nessa discussão foram à luta pela legalidade do Partido, tão logo fosse decretada a anistia, e a extinção do Secretariado . Cabe ressaltar, chamando o foco para a luta interna no CC , que Hércules Corrêa já propunha sem meias palavras, diante do corpo de dirigentes , tirar Prestes do cargo de secretário-geral e dar-lhe um cargo honorífero , o que o “Velho” refutou . Vejamos apenas um pouco dessa longa discussão, dando destaque para o que supracitamos .

*“Márcia”- “Temos q marchar para reeleger uma direção – conferência – e renovar . Pensar numa direção coletiva – formá-la . O dia que Prestes morrer! ? Temos que formar uma direção com prestígio . Marchar para uma conf. O CC tá muito ruim”.*

“Macedo”- *“Secretário-Geral não é como disse Velho na Isto É . Temos que pensar em encaminhar isso , com ajuda do Velho . Não é fácil . Em 71 resistiu como um leão . Velho pode e deve ajudar: penso no Velho ser Presidente e botar um SG de transição . Porque se o Velho morre amanhã essa direção se explode em mil pedaços . O Partido é prestista . A unidade deve ser em torno do CC (... ) Quantos candidatos a SG existem ? Queria saber . Eu não sou . Eu acho que o velho é muito forte. E está se arrebitando. tenho pena! Usado pra falar até com Lisaneas! (referência é a Lisâneas Maciel) Pedir dinheiro... Nunca vi usar assim uma pessoa! Temos que preservar esta figura!*

*Depois de alguns falarem, chegou a vez de Prestes .*

“Velho” *“Acabar com o Secretariado . O coordenador da Cex. Marcelo me ajudará ( ... ) – Ele estava referindo-se a José Salles – Mesmo antes do balanço , tomar medidas mais concretas contra o liberalismo (...) Ao contrário do que Macedo supõe , no Partido ã há ninguém insubstituível, muito menos eu. Jamais lutei por postos. É subjetivo dizer que resisti a sair do Brasil em 71 . O erro foi se propor à retirada de todo o CC . Apesar do peso dos anos, entendo meu papel e estou pronto para continuar como Secretário-Geral”. (58)*

Vale relembrar que todas essas questões que vimos, envolvendo o Comitê Central, jamais chegaram ao conjunto do Partido, passavam-lhe desapercibidas, eram-lhe proibitivas.

A proposta de Hércules Corrêa seria insólita nos anos 40 e 50 quando Prestes era objeto de uma nímia veneração não somente por parte das bases partidárias , mas também por parte da alta direção . Se nos reportarmos à Voz Operária , à Imprensa

Popular e à revista Problemas, periódicos dessa época, veremos dirigentes da expressão de um Grabois , Barata , Marighella , Mário Alves, Gorender , entre outros , praticarem um culto explícito ao seu secretário-geral , o que não deixava de ser algo deplorável para um partido que se afirmava marxista-leninista . A tranqüilidade com que Corrêa , perante os demais dirigentes , propôs a destituição de Prestes do cargo de secretário-geral e a passividade com que este esperou chegar a sua vez de falar e pronunciar-se pacificamente à atitude insidiosa de seu subordinado já era um forte indício de que o prestismo, que por décadas fora mais forte que o próprio PCB , encontrava-se em seu crepúsculo, sobretudo a nível de direção pecebista . Nos tempos áureos do culto à personalidade, quando Prestes “indicava” a linha tático-estratégica a ser seguida, “indicava” o caminho da revolução brasileira, fazia “previsões” que a direção dava um jeito de serem confirmadas, seria impensável as colocações de “Márcia” e “Macedo”.

Na verdade, as propostas de “Márcia” e “Macedo” não eram fortuitas. Faziam parte do plano golpista do grupo majoritário no CC, sob a liderança de Giocondo Dias, que visava afastar Prestes do comando partidário, fazendo com que um colegiado de dirigentes substituísse a figura histórica do secretário-geral, alegando para tanto uma maior democratização interna. As relativas vitórias oposicionistas nas eleições de 1974, 1976 e 1978, marcando a volta do movimento de massas, fez ver ao Comitê Central, como à oposição em geral, que a ditadura estava entrando em um processo irreversível de esgotamento. A essa altura, a proposta de anistia geral já tomava conta da pauta da macropolítica no Brasil. No CC, era o momento do aguçar da medição de forças, fazendo com que cada uma das alas contendoras buscasse ganhar a supremacia, visando a chegar no Brasil com maior capacidade de ganhar a influência no destino do Partido. Por isso, o grupo majoritário buscava diluir em um colegiado as prerrogativas que o cargo de secretário-geral conferia a Prestes. Este, por sua vez, lutava para manter-se na aparente posição de comandante do PCB. Segundo Dinarco Reis , Prestes justamente com sua filha Anita, Marli Vianna, José Salles e Régis Fratti, todos membros do Comitê Central , havia decidido enviar os dois últimos para entrar em contato com militantes pecebistas no Brasil , objetivando um amplo aliciamento à sua posição . Reis afirma que

a “*decisão desse grupo evidenciava a tentativa de formação, à revelia do Comitê Central, de uma direção paralela ao mesmo*”. Ele ainda conta que essa questão foi discutida na reunião do Comitê Central , em maio de 1979 , tendo a maioria dos dirigentes ali reunida discordado “*da posição assumida pelo grupo , caracterizada como flagrante violação dos Estatutos e dos princípios que regem o Partido*”. Prestes, Anita e Marli refutaram a imputação de que estavam formando uma fração a nível de cúpula . Em represália , as duas “*pediram demissão imediata e irrevogável do Comitê Central , o que foi aceito pela maioria dos presentes , com exceção de Prestes, Agliberto V. Azevedo e Gregório Bezerra*” . Sales e Fratti acabariam por colocar-se ao lado dos opositoristas a Prestes . (59)

Segundo Prestes , José Sales fora enviado ao Brasil para uma missão de avaliar a situação política brasileira e trazer subsídios para o CC como um todo . Ele exime-se de considerar a fração a que se refere Dinarco Reis e afirma que houve reclamações de membros dos comitês estaduais do PCB do Rio de Janeiro e de São Paulo contra a atuação do emissário cupulista no Brasil. Acusaram-no de leviano, de tomar iniciativas pessoais, enfim, de não ter cumprido a sua missão. Prestes ainda alude a um “*incidente muito desagradável , muito prejudicial à revolução*”, envolvendo Sales no Brasil, mas que preferia guardar segredo do mesmo. (60)

Hércules Corrêa endossa a versão de Dinarco Reis, segundo a qual os dois dirigentes vieram imbuídos de fomentar adesões a Prestes. (61)

O fato é que , em janeiro de 1979 , os membros do Comitê Central , reunidos em plenária extraordinária , destituíram Sales do cargo de coordenador da Comissão Executiva e designaram uma comissão para apurar denúncias contra ele . A comissão era “*formada pelos camaradas Mário , Vinicius e Neves*” – codinomes de membros do CC – e devia “*apurar no prazo de seis meses , prorrogáveis a critério da direção , os fatos relacionados com as atividades do camarada no desempenho de suas funções e de maneira a que o Comitê Central possa chegar a uma resolução definitiva*”. (62)

Prestes foi mais radical e pediu a expulsão de Sales do Partido , no que não foi atendido pela grande maioria do CC . Pela expulsão só votaram com ele , sua filha Anita

e seu companheiro de insurreição de 1935 , o ex-capitão da Aeronáutica , Agliberto Vieira de Azevedo . A comissão investigatória acabaria por eximir Sales de qualquer culpabilidade mais grave e ele continuou como integrante do Comitê Central.

Sales com menos de 40 anos de idade nessa época , era o mais jovem membro do Comitê Central . No ano anterior , no IV Pleno do CC no exterior , do qual tratamos, os dirigentes pecebistas criaram , *“por unanimidade”*, o cargo , *“não previsto nos Estatutos do VI Congresso”*, de Coordenador da Comissão Executiva , para o qual , também *“por unanimidade e sem abstenções”*, foi eleito *“o camarada Marcelo Santos”* , isto é , José de Albuquerque Sales , que estaria em *“ligação e subordinado ao Secretário-Geral , camarada Prestes”* e teria as seguintes atribuições:

- “1) coordenar os trabalhos da C.Ex.*
- 2) Coordenar os trabalhos dos membros da C.Ex.*
- 3) coordenar os trabalhos das seções do CC*
- 4) coordenar os trabalhos dos membros do CC.” (63)*

Sales estava cotado para ser o novo secretário-geral por indicação de Prestes e do PCUS. Antonio Carlos Peixoto coloca que *“Prestes viu no José Sales alguém para quem ele podia passar o bastão”*. (64) Para Armênio Guedes, Salles *“estava com a mosca azul de ser o secretário-geral, pois tinha o apoio do PCUS. Os soviéticos desejavam Sales como secretário-geral e Prestes como presidente de honra”*. (65)

A reunião a que Dinarco Reis se refere, foi realizada em Paris, quando já estava praticamente consolidado o processo de anistia aos opositores do regime de 1964 e os dirigentes pecebistas exilados – assim como todos os exilados políticos brasileiros – ensaiavam a volta, quando, enfim, haveria o desfecho da longa luta cupulista. Entretanto, Prestes preferiu antecipá-lo nessa aludida reunião. Segundo ele, houve mais uma veemente insistência sua sobre a necessidade de que fosse alterada a estratégia pecebista para o caminho direto à revolução socialista. A grande maioria do CC continuava intransigente quanto à linha estratégica do VI Congresso , o que ocasionou um rompimento unilateral por parte de Prestes : *“Quando eu vi que o Comitê Central não estava disposto a fazer autocrítica, eu disse numa reunião em maio de 79:*

*companheiros , a linha do partido estava errada e eu já coloquei a minha autocrítica, onde estavam as origens do meu erro e me separei do partido desde esse momento”.*

(66) A partir daí, ele deixou de comparecer às reuniões do Comitê Central e da Comissão Executiva . Seu lugar neste último órgão foi ocupado por Hércules Corrêa , justamente seu maior desafeto .

Dinarco Reis confirma esta versão de Prestes, consignando que este, nessa reunião, *“havia decidido romper com a linha política estabelecida pelo VI Congresso”.* Pois ela *“estava totalmente equivocada desde 1947”*, que *“considerava a atual direção do Partido como incapaz de dirigir o movimento revolucionário no Brasil, por ser composta em sua maioria por ‘oportunistas’ e ‘reformistas’, em particular o Comitê Central”.* Diante disso , ele *“decidira empenhar-se em organizar um outro partido do proletariado , efetivamente revolucionário”* , mas acabou concordando *“que essas questões fossem definitivamente resolvidas no Brasil após o regresso dos exilados , com a realização do congresso partidário”.* (67)

Malina ainda coloca mais um ingrediente nessas divergências que mostramos. Segundo ele , Prestes defendeu a posição de que o PCB não deveria aceitar a anistia, pois ela era para o *“Partido botar a cabeça de fora para eles cortarem a cabeça”* e que *“uma parte da direção deveria ficar clandestina”.* Continuando , Malina afirma que o CC divergiu dessa proposta, considerando que se deveria lutar para ampliar a anistia.(68)

Em outro depoimento, Malina repetiria a mesma versão, acrescentando que a missão dessa direção clandestina seria organizar a revolução socialista no Brasil, proposta que foi recusada pelo grosso do CC, sendo isso um motivo forte a levar Prestes a romper em definitivo com seus pares. (69)

Severino Teodoro de Melo, outro membro do Comitê Central que se encontrava exilado a essa época, relata que *“quando cheguei na Europa, encontrei Prestes defendendo a opinião de que, no Brasil e América Latina em geral, seria inevitável a dominação fascista, não havendo mais saída de democracia burguesa. Para ele, o Partido deveria se preparar para a luta em direção ao socialismo. Para isso*

*precisaríamos trabalhar pelo menos 10 anos(...). Para Prestes, deveríamos criar um novo partido 'realmente revolucionário', novo, desconhecido da polícia, estruturado nas fábricas. Em sua opinião, isso deveria ser feito com a direção no exterior.”(70)*

Segundo Hércules Corrêa, Prestes “*não acreditava na anistia*” e nem “*queria uma Constituinte*”, enquanto as forças oposicionistas “*aqui no Brasil foram se engajando nessas posições*”. De modo que, “*ele foi sendo derrotado aqui, nas posições políticas aqui no Brasil. Não foi lá fora, nas reuniões do Comitê Central. Foi derrotado aqui na vida real.*”(71)

Ou seja, no entender de Corrêa, Prestes estava defendendo uma posição que ia contra a realidade dos fatos. Prestes queria “*atrolhar a luta concreta contra o regime à questão do socialismo (...)* Isso era um perturbador para fazer alianças. Como é que você vai fazer alianças com os outros com essa história? Então, ele não tinha nenhuma diferença com os grupos de esquerda da luta armada, que toda passeatazinha que tinha, depois que eles foram derrotados na luta armada, queriam botar a palavra de ordem de socialismo.” (72)

Entretanto, como veremos mais adiante nos depoimentos de Prestes e de sua filha, eles defendiam que se devia aproveitar a anistia e o movimento de massas para se alargar em muito a abertura política oficial e levá-la a uma “*democracia de massas*”, utilizando isso como a via para a implantação da futura revolução socialista. Ou seja, a posição de Prestes era fazer do PCB um partido mais ativo e “*oportunista*”, no sentido de aproveitar o momento político no qual a ditadura entrava em declínio e o movimento de massas estava em ascenso. Enquanto que a posição do grupo majoritário do CC era mais passiva. Era de espectadores, de aceitar a redemocratização que o regime estava propondo, a qual encontrava grande consenso na sociedade. Primeiro eles queriam a consolidação da democracia burguesa, depois pensariam em como construir o socialismo. Prestes queria aproveitar o momento para lutar pela “*democracia de massas*”, já visando ao socialismo.

Corrêa ainda acusa Prestes de ter proposto a dissolução do PCB que estava no Brasil: “*Ele queria convocar uma Conferência no exterior e formar um outro partido,*

*excluindo, anulando, o que estava aqui.”* Ele afirma que o grupo majoritário do CC se colocou contra essa proposta de Prestes, defendendo que *“o partido que existia realmente era o que estava aqui dentro. Perseguido, desorganizado, mas era o que estava aqui dentro. Que nossa política tinha que estar voltada para voltar ao país.”* (73)

No entanto, nos depoimentos e documentos de autoria de Prestes – vários dos quais citados neste trabalho – , ele sempre colocava a necessidade de o PCB – e ele se referia a esse partido como um todo: o que estava no Brasil e o que estava no exterior – aproveitar a tímida abertura política para vanguardear o movimento de massas que estava ressurgindo.

Há, por exemplo, um documento de Prestes ao Comitê Central, às vésperas da reunião de maio de 1979, o qual era um prenúncio de seu rompimento unilateral com seus pares, onde ele sublinhava que a nova conjuntura brasileira – abertura política, greves de 1978 – tornava *“indispensável uma discussão aprofundada, com a contribuição de todo o Partido, da orientação política geral, da tática e estratégia e das tarefas do Partido em todos os terrenos – ideológico, político e orgânico.”* Nesse mesmo documento, ele revelava que existia *“generalizadamente no Partido um grande anseio pela realização de um Congresso”*, por isso propunha *“ao CC a abertura imediata de um amplo debate nas fileiras partidárias – extensivo a todos os patriotas e democratas que dele queiram participar – como primeiro passo para a realização do VII Congresso do nosso Partido.”* Ele ainda propunha que se abrisse uma Tribuna de Debates na Voz Operária, que levasse *“principalmente em conta as contribuições vindas do Brasil, onde está a maioria dos membros do Partido e de suas organizações.”* (74)

Parece claro que, ao contrário de pregar a dissolução do Partido no Brasil, Prestes objetivava prestigiá-lo, fazendo-o mais forte através da convocação imediata das discussões em torno do VII Congresso, do qual participassem também elementos não-pecebistas. Hércules Corrêa considera que nesta proposta de Prestes estava embutida a

intenção de “fazer maioria no Comitê Central”, pois ele “já sabia que não ia ser reeleito secretário-geral mais.” (75)

Givaldo Siqueira faz uma análise mais abrangente, para além dos estreitos limites do Comitê Central daquela época, e considera que tanto o grosso do CC quanto o diminuto grupo prestista não acompanhavam a pauta de discussões e reivindicações que ocorriam no mundo em transformação das décadas de 1960 e 1970, sendo isso o fator fundamental que prejudicaria as alianças do PCB no Brasil, quando da decretação da anistia, e não meramente a posição radical de Prestes, como colocou Hercules Corrêa anteriormente.

Segundo Siqueira, “*não era do Prestes que estava atrapalhando as alianças, mas, principalmente, a vinculação do PCB com a URSS e o socialismo real*”. Prosseguindo em seu raciocínio, ele afirma que “*as questões discutidas no CC estavam defasadas em relação ao que acontecia nas realidades mundial e brasileira. Não havia nenhuma palavra sobre o rock-on-roll, movimento feminista, movimento negro, movimento jovem, movimento homossexual, etc. Nós continuávamos vivendo prisioneiros do mercado, do Estado e dos velhos sujeitos políticos: partido comunista, classe operária, burguesia, etc. mas esse sistema entrou em crise. Classe operária é uma abstração. Na política você opera com trabalhadores, partidos políticos, etc. Houve duas forças que perceberam as novidades do mundo de então: os movimentos novos que citei e o neoliberalismo. O neoliberalismo colocou em discussão o Estado, colocando que o estado não podia mais continuar como antes. Os movimentos novos colocaram em cheque o estado e o mercado. Os comunistas deram a mesma resposta de antes: conservar o Estado forte, o Estado do proletariado. Estávamos fazendo uma discussão dentro do sistema teórico da III Internacional: frente única ou frente de esquerdas? Isto era defasado para o mundo de então*”. (76)

Mesmo inconciliáveis, os grupos contendores se esforçavam para manter uma aparência de unidade a nível do CC , continuando a manter sigilosas suas graves divergências . Continuava a imperar entre eles a “lei do silêncio”, fazendo com que o restante do Partido permanecesse completamente alheio ao que se passava com a sua

direção . Subterfugar suas rusgas do resto do Partido não era um mister tão difícil ao CC, pois isso fazia parte de sua tradição e também o afastamento físico entre militantes e dirigentes, agravado pela clandestinidade imposta pela ditadura, facilitava essa prática.

Da reunião conturbada de maio de 1979 , o Partido – como de hábito – somente viria a conhecer a sua versão oficial , sob a forma da *Resolução Política do Comitê Central*, veiculada na íntegra na Voz Operária do mês seguinte . Nesse documento não havia lugar para as contradições cupulistas . Mais uma vez , era enfatizado o acerto da Resolução Política do VI Congresso, destacando-se a sua linha tática e omitindo-se os questionamentos havidos em relação à sua linha estratégica , pivô da crise cupulista . Era defendido que o avanço das forças oposicionistas deveria ser aproveitado para “fazer avançar agora nossa tarefa tática principal , defendida pelo VI Congresso , que consiste em mobilizar , unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra o regime ditatorial , pela sua derrota e a conquista das liberdades democráticas ‘ . Esta continua a ser a nossa tarefa prioritária , capaz de unir atualmente as forças que desejam o fim do regime , independentemente de seus interesses e de suas concepções políticas e dos diversos pontos de vista que existem sobre a democracia entre as forças oposicionistas” . Era reafirmado que o proletariado deveria conquistar a hegemonia nessa frente antiditatorial , buscando conduzi-la à linha estratégica do VI Congresso : “a conquista no Brasil de uma democracia política , econômica e social, porque ‘intimamente ligada aos objetivos revolucionários em sua etapa atual e ao desenvolvimento da luta da classe operária pelo socialismo’ , ainda conforme a Resolução Política do VI Congresso” . A unidade das forças de oposição era vista como um “requisito essencial” e a sua base era “a unidade da classe operária em aliança com os camponeses e as camadas médias urbanas” . Novamente , era reivindicada a posição de que o pluripartidarismo não deveria ser introduzido naquele momento e que o MDB deveria continuar sendo o partido oficial de todas as correntes oposicionistas , como forma de melhor instrumentalizar a “a conquista de efetiva liberdade de organização partidária” . Também era reafirmado que “a luta pela

*democracia está intimamente ligada à intensificação da luta pela legalidade do PCB”.*

(77)

Segundo Hércules Corrêa, “o CC, em sua reunião de maio de 1979, aprovou a convocação do VII Congresso, segundo nossas normas e princípios, por unanimidade, e elegeu a Comissão de Documentos do Congresso, incluindo nela o companheiro Prestes.” Este foi eleito presidente da comissão, à qual, poucos meses depois, renunciaria, afirmando que “só daria motivos de sua renúncia ao CC”, o que acabou não acontecendo porque ele “não mais se reuniu com o CC”, por isso “não podemos esclarecer as razões de sua renúncia”, a qual “tumultuou e, juntamente com a volta dos dirigentes ao país, retardou o trabalho da Comissão. Mas, também por nossas próprias deficiências nos atrasamos no cumprimento dessa tarefa.” (78)

Durante os anos de 1978 e 1979, Pedro del Pichia fez longas entrevistas com Armênio Guedes, Hércules Corrêa, Lindolfo Silva, Luiz Tenório de Lima, Salomão Malina e Zuleika Alembert, mais tarde transformadas em livro (79), e, em nenhum momento, estes membros do Comitê Central deixaram transparecer que o núcleo dirigente pecebista estivesse tomado por um conflito. Como mostramos no capítulo anterior, havia um esforço em se forjar uma unidade em torno da Resolução Política do VI Congresso, buscando-se salvaguardar – a despeito de os tempos serem de guerra – a tese da “via pacífica” ao socialismo introduzida na Declaração de Março. Na verdade, o que restava do PCB era apenas uma unidade aparente. No Brasil, o Partido encontrava-se disperso sob as asas dos vários MDBs regionais, muito mais ligados à frente oposicionista (MDB) em cada estado do que ao Comitê Central. Este também encontrava-se disperso, com seus membros em vários países da Europa e na URSS, reunindo-se apenas ocasionalmente. Por sua vez, as bases pecebistas no exterior também encontravam-se dispersas umas das outras e mais ainda em relação ao Comitê Central. Essas bases, conforme pudemos constatar em vários documentos seus encontrados no CEDEM-UNESP, organizavam, por conta própria grupos de estudos (sobre marxismo, Brasil, política internacional, etc.), tinham boletins próprios, divulgavam e debatiam documentos oriundos do Comitê Central. Entretanto, não

encontramos , em seu interior , nenhuma discussão que sugerisse uma alteração à linha estratégica que vigia no Partido . Contudo , localizamos reclamações quanto à falta de apoio por parte dos dirigentes . Em Relação a isso , selecionamos dois exemplos contundentes , um referente à OB Célio Guedes , radicada em Lund ( Suécia ) , e o outro referente à OB João Massena , em Paris .

Um dos documentos internos da OB Célio Guedes , endereçado ao Comitê Central, era finalizado nos seguintes termos: *“a base de Lund lamenta o total abandono em que se encontra , em relação à direção . Tal situação é de se lamentar, pois prejudica o nosso trabalho . Como exemplo podemos citar o pedido de livros de História do PCB , de quotas de Estudos Brasileiros e outros mais , sem que obtivéssemos qualquer resposta (...) Esperamos que para o futuro nosso trabalho seja mais apoiado pela direção para que assim possamos realizar uma real denúncia da ditadura fascista brasileira”*. (80)

De parte da OB João Massena , selecionamos um documento seu que fala da ida de Prestes a Paris por ocasião do 57º aniversário de fundação do PCB . Era salientado que *“vários militantes pela primeira vez se encontravam com o secretário-geral”* e que *“a oportunidade de colocar uma série de questões que interessam a todos nós , comunistas , diretamente ao secretário-geral não é freqüente nas condições em que presentemente atuamos”*. Entretanto a expectativa foi frustrante : *“No entanto , essa oportunidade não foi aproveitada como deveria sê-lo . Isso porque houve falhas na preparação desse encontro , o que não permitiu uma discussão livre e informal , como deveria ser , entre nós e o camarada Prestes . Ao contrário , a reunião se caracterizou pelo formalismo . Muitas das afirmações e teses desenvolvidas por Prestes , principalmente aquelas referentes à democracia contrariam o entendimento que a maioria da OB tem desse assunto”*. Aqui aparece um indicio de que as divergências do CC não tinham um caráter tão “secreto” como vimos defendendo e que acabaram por chegar às bases , pelo menos à OB João Massena. Continuando: *“Em lugar dos militantes da OB manifestarem suas dúvidas e contrastes , houve apenas perguntas e respostas que em nada ajudaram a esclarecer as questões ligadas à ação política do*

*Partido na luta pela derrubada da ditadura e pela conquista de liberdades democráticas. Não se aproveitou, realmente, para se debater as idéias sobre a democracia, a análise do movimento comunista internacional e a situação nacional”.*

(81)

Ficava exposto claramente , neste depoimento que acabamos de ver , é também no anterior ( OB Célio Guedes ) , a enorme distância entre o secretário-geral do PCB – e, por extensão , todo o Comitê Central – e as bases pecebistas . A rigor , o que vimos ressaltando, a unidade pecebista existia somente nos documentos de sua cúpula . Melhor dizendo: nos documentos cupulistas veiculados na Voz Operária , porque nos documentos de bastidores, o que havia era um grave antagonismo .

#### **A QUESTÃO DA DEMOCRACIA NA LUTA CUPULISTA**

A anistia fez emergir ao debate interno no CC um elemento que esteve latente durante todo o período ditatorial: a questão da democracia a ser defendida pelo PCB na volta de seus dirigentes ao Brasil. Um ponto fundamental pelo qual se alicerçaram a Declaração de Março e o V Congresso foi a democracia burguesa. Ou seja , a “via pacífica” ao socialismo surgiu da compreensão de que o Brasil atingira a sua revolução burguesa e vivia uma estabilidade de democracia burguesa . A revolução burguesa deveria avançar para o nível de revolução burguesa nacional e a democracia de então deveria avançar para o nível de democracia popular . As *Reformas de Base* eram vistas como importante alavanca na consecução de ambos os objetivos , daí a enorme importância que o PCB lhes deu como elemento tático fundamental à época . Concretizadas as *Reformas* , o Brasil estaria , na visão pecebista , na antesala do socialismo , estaria atingida a primeira etapa da estratégia pecebista no bojo da revolução socialista pela “via pacífica”: a democracia popular sob a revolução burguesa nacionalista . Com o golpe de 64 , a ditadura foi vista como um acidente nesse percurso, tanto é que o VI Congresso não alterou a estratégia que vinha da Declaração de Março. Com o aproximar-se do fim do período autoritário , passava a ser destaque na cúpula

pecebista a discussão sobre que tipo de democracia deveria alicerçar a estratégia pecebista . Como tática, haveria a defesa de uma simples democracia formal, isto é, uma democracia burguesa , ou uma democracia mais avançada , na qual as massas tivessem uma efetiva participação nos processos decisórios , através de suas organizações profissionais , associações de moradores , etc.? Como estratégia última ao socialismo, continuaria a defesa de uma democracia tipo “ditadura do proletariado” ou um “pluralismo democrático”, “democracia como valor universal”, “socialismo democrático”? ( Vale dizer que todos estes três últimos tipos de democracia estão sob o mesmo equivalente semântico). Essa questão da democracia a ser defendida estava diretamente ligada à discussão que colocara o CC em um contencioso envolvendo Prestes , Anita e Agliberto , basicamente estes três , contra o resto dos dirigentes . O grupo prestista continuava fiel aos princípios marxistas-leninistas : defendia que a anistia era a oportunidade de se lutar pela conquista de uma democracia sob a pressão das massas populares , baseada na aliança entre a classe operária , o campesinato e a parte progressista da pequena burguesia. Isso era visto como o passo transitório , tático , da construção da democracia estrategicamente socialista , isto é , a “ditadura do proletariado”. Num primeiro momento , os documentos do CC , nesse período crepuscular da ditadura , defendiam posição equivalente a prestista , quanto à tática e à estratégia final ao socialismo , embora mantivessem a tese da estratégia “reformista” . Vimos isso quando citamos trechos da Resolução Política do CC, de junho de 1979, e o mesmo estava estabelecido em outra Resolução do CC que também era dirigida a orientar o PCB nessa conjuntura de anistia e isolamento da ditadura: *“A construção do Partido é inseparável da visão que temos desse processo de derrota do fascismo no Brasil , de conquista das liberdades democráticas , de consolidação da democracia e da luta pela sua ampliação e aprofundamento até chegar ao nosso objetivo estratégico final: o Socialismo”*. Na retórica , o CC como um todo afirmava que *“o Partido se orienta pelo marxismo-leninismo”* e era o *“partido político de uma classe: o proletariado”* (82) Entretanto , em pouco tempo , iria vicejar entre os opositores de Prestes a tese da “democracia como valor universal”, do “socialismo democrático”, do

“pluralismo democrático”, não apenas como tática nem apenas como estratégia intermediária, mas também como estratégia final ao socialismo.

Prestes considerava que a tática pecebista a ser desenvolvida nesse momento de ascenso do movimento de massas, especialmente o oriundo da classe operária, era um fator decisivo para impulsionar a política brasileira a um patamar democrático que pudesse alicerçar a estratégia por ele defendida desde o VI Congresso. Já em 1974, ele considerava que a queda da ditadura deveria trazer um tipo de democracia mais avançado do que aquele que havia no pré-64: *“La conquista di un regime democrático non dovrà significare, però, um semplice ritorno al passato. La fragile e vulnerabile democrazia del 1964 non corrisponde più agli interessi del popolo. La lotta di tutti i patrioti e democratici solamente può avere per fine la disfatta definitiva del fascismo e l’instaurazione di una nuova democrazia, che assicuri ampie libertà per il popolo, una democrazia economica, politica e sociale, che renda possibile la soluzione dei problemi più gravi ed immediati. Si tratta di conquistare una democrazia che sia stabile, che impedisca il ritorno del fascismo. Per questo, la nuova democrazia dovrà prendere misure che limitino il potere economico dei monopoli e dei latifondisti, e che si orientino nel senso di una loro completa liquidazione”*. (83)

Em suas várias entrevistas, Prestes enfatizava sua atenção no movimento de massas – ao invés de na frente ampla antiditatorial, como era comum ocorrer por parte dos documentos do CC -, considerando que o seu ascenso fora *“fruto de um longo e árduo processo de acumulação de forças”*, não uma benesse da abertura política patrocinada pelo regime, e defendia uma *“frente nacional de redemocratização”* com a *“participação da classe operária, dos camponeses e demais camadas progressistas da população”*. (84) Ele evitava fazer referência à “burguesia nacional” como componente dessa frente. Em sua opinião, era *“imprescindível à mobilização das massas populares e do movimento de Oposição”* no sentido de pressionar pela conquista dos avanços democráticos, a fim de se atingir o primeiro estágio da democracia por ele defendida: *“A classe operária, aos trabalhadores e seus aliados, quer dizer, à grande maioria da população, interessa construir no Brasil uma democracia que permita o avanço em*

*direção a profundas transformações econômicas , sociais e políticas de caráter antimonopolista , o que , por sua vez , abrirá caminho para que essa democracia possa se desenvolver até a democracia socialista”. (85) Ele estava sempre enfatizando que a meta do PCB era o socialismo: “Lutamos pelo socialismo real ( ... ) Estamos lutando pelo socialismo” (86)*

Em outro de seus vários depoimentos no exílio, ele esclarecia como entendia a conquista do socialismo no Brasil.

*“Na minha opinião, hoje, a derrota do fascismo tem de trazer, sem dúvida alguma, um avanço no sentido do socialismo. Nenhum movimento capitalista pode resolver os graves problemas do nosso povo. Na reunião de Havana, em junho do ano passado, os 24 partidos Comunistas marxistas-leninistas da América Latina afirmaram que só o socialismo pode dar solução aos problemas latino-americanos. Isso não significa que, com a derrota do fascismo, se alcance imediatamente o socialismo, mas se tem de alcançar um novo regime que, asseguradas às liberdades democráticas, abrirá caminho para a vitória da revolução nacional e democrática, capaz de golpear os monopólios imperialistas e de realizar a reforma agrária radical, e portanto de abrir caminho, também para uma sociedade socialista.”(87)*

Prestes deixava patente que *“as liberdades democráticas não se conquistam de joelhos, mas lutando e aproveitando a luta para elevar o nível de organização e de unidade da classe operária e demais forças antifascistas ou oposicionistas.” (88)*

Sua filha Anita, anos depois, corroboraria a posição estratégica prestista, definindo-a como *“essencialmente antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiária, com vistas ao socialismo”*. Segundo ela, o primeiro passo fundamental desta estratégia seria a derrocada do Capitalismo Monopolista de Estado ( CME ) no Brasil, o que implicaria *“a conquista de um poder antimonopolista, antiimperialista, antilatifundiário e, em conseqüência, democrático-radical”*, o qual representa *“a antesala do socialismo”*. Com relação à parte tática a dar sustentação a esta estratégia da revolução brasileira, ela assim a colocava: *“A formação do bloco antimonopolista se dará desde hoje nas lutas econômicas, sociais e políticas, incluindo aí a luta*

*democrática e pela derrota da ditadura, que deve ser derrotada não para desenvolver o capitalismo, mas para abrir caminho para o socialismo, através da liquidação do poder dos monopólios. E, na minha opinião, ao agir assim, os comunistas têm o dever de dizer claramente para a classe operária que a solução radical de seus problemas só se dará nos quadros do socialismo.” (89)*

Já nos documentos do CC , havia uma ênfase à Resolução Política do VI Congresso. Tanto nesses documentos quanto nas entrevistas dos dirigentes que se opunham a Prestes não havia um esforço em afirmar que o PCB deveria induzir , ajudar, comandar , as massas a conquistar uma democracia popular e, depois , a democracia socialista . Essa timidez em relação à democracia socialista aumentou quando da volta do Comitê Central ao Brasil . Esses dirigentes passaram a aceitar a democracia burguesa, a democracia formal , como algo satisfatório , o que implicaria um gradual abandono da luta de classes e da ditadura do proletariado , enfim , do socialismo, embora este aparecesse de vez em quando, discretamente , como recurso retórico. Lênin, recriminando Bernstein, Kautsky e revisionistas russos , já afirmava que ser marxista não era somente defender a luta de classes , mas também defender a ditadura do proletariado . (90) O CC, com seu defensivo, com seu defensivo revolucionário, como diria Lenin, ia renegando a ambos os pressupostos do marxismo-leninismo . Nisso consistia a sua diferença básica com Prestes.

Alguns intelectuais “marxistas” se sobressaíram nessa época em defesa do “socialismo democrático”, da “democracia como valor universal”, conceitos que equivaliam, como já dissemos, a um tipo de democracia socialista que renegava as categorias de luta de classes e ditadura do proletariado, enfatizando as liberdades individuais. No PCB, os casos mais notórios foram os de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Armênio Guedes, que apareciam como os “intelectuais orgânicos” contra o socialismo real, professado por praticamente todo o CC, o que era um ponto comum fundamental a envolver Prestes e seus opositores. O curioso é que Coutinho e Konder se apoiavam em Gramsci para fazer uma revisão do marxismo-leninismo, quando na verdade o autor dos *Cadernos do Cárcere* é, em essência, um defensor

intransigente da luta de classes e da ditadura do proletariado; é um marxista-leninista convicto. Sua heterodoxia se dá do ponto de vista tático na condução da estratégia etapista, isto é, em relação à formação do “bloco histórico”, sobre o qual os comunistas devem conquistar uma “hegemonia consentida” perante seus aliados na “sociedade civil”. Essa flexibilidade tática tem por objetivo fundamental tornar-se um meio mais viável de se atingir a estratégia socialista, sobre a qual deve ser imposta, com base na luta de classes, a hegemonia (consentida e pela força) do proletariado, que equivale à ditadura do proletariado.

Não é objetivo deste trabalho reproduzir a totalidade desse debate informal a que nos referimos anteriormente. Por isso, apenas indicaremos as suas linhas básicas através de alguns textos que selecionamos, para, assim, justificarmos a nossa posição segundo a qual a questão da democracia foi fundamental para balizar as linhas tático-estratégicas dos prestistas e dos antiprestistas.

Em documento datado de abril de 1979, Anita Prestes , criticando editoriais de jornais da grande imprensa brasileira , em especial o do Jornal do Brasil de 23 de março de 1979, que viam o movimento grevista do ABC paulista como uma ameaça ao ressurgimento da democracia no país , enfatizava que o PCB defendia não a democracia burguesa , reclamada por esses editoriais , mas a democracia socialista .

Para reforçar a sua assertiva , ela citava trechos da então última Resolução Política do Comitê Central , de novembro de 1978 , entre os quais um que consignava que *“para os comunistas , a luta pela democracia , pela manutenção , ampliação e aprofundamento das conquistas alcançadas, é parte integrante da luta pelo socialismo”*. Ela deixava claro , em contraposição à democracia burguesa defendida pelos editoriais , que o PCB tinha seu *“objetivo final como sendo o socialismo , ou , em outras palavras , a democracia socialista”*. É importante lembrar que , nesse momento , como mostramos anteriormente, ainda não havia nenhuma divergência a nível de cúpula de que a estratégia final da resolução brasileira era a democracia socialista . As divergências , em termos estratégicos, resumiam-se basicamente a que etapa deveria corresponder à estratégia socialista propriamente dita.

Continuando , Anita corroborava a posição que Prestes já vinha defendendo desde o VI Congresso , isto é , a necessidade de se ultrapassar a etapa da democracia burguesa e avançar direto para a democracia socialista: *“É possível que com o fim da ditadura – devido à debilidade e desorganização ainda presentes no movimento oposicionista - , surja no Brasil um tipo de democracia bastante limitado e elitista . Entretanto , não nos conformaremos com tal situação e , apoiados no trabalho das organizações de massa – combatendo todo tipo de aventura , mas também de passividade e expectativa - , trataremos de impulsionar as lutas dos trabalhadores , contribuindo para que se avance para formas cada vez mais desenvolvidas de democracia , em que as massas de nosso povo possam decidir de fato os destinos do país . este o caminho que preparará as condições para a vitória de nossos ideais socialistas”*. (93)

Em outro depoimento, já após Prestes ter lançado a sua “Carta aos Comunistas”, Anita, fazendo-se porta-voz de seu pai, elucidava com mais clareza a relação simbiótica entre luta pela democracia e luta pelo socialismo, enfatizando que a democracia socialista é a antítese da democracia burguesa.

*“(...) Entendo que é na luta pela democracia que se prepara à classe operária para o socialismo e isso já dizia o próprio Lênin. E o caráter da democracia a ser conquistada vai depender do grau de organização e consciência das massas populares, da unidade da esquerda, da existência de um programa que faça a articulação correta entre a luta democrática e a estratégia revolucionária. O nosso objetivo é conseguir a democracia mais avançada do mundo: o socialismo, mas para isto, tem de se passar por um caminho, por conquistas democráticas, e particularmente por um caminho revolucionário que compreenda a necessidade da ruptura com a democracia burguesa e com o seu poder. A democracia socialista não surgirá da democracia burguesa. É necessário o corte, a ruptura, o salto revolucionário”*. (94)

Givaldo Siqueira destaca a forte ascendência que Anita exercia sobre o pai, considerando que ela se tornou adepta da tese do Capitalismo Monopolista de Estado (CME), ao estudar economia em Moscou, e a transmitiu para Prestes. Segundo essa

tese, o Brasil, por já estar em um estágio de capitalismo monopolistas, tendia ao fascismo ou ao socialismo. *“Prestes mergulhou nisto e passou a sustentar que a queda da ditadura só poderia dar-se com a revolução socialista, porque acreditava que enquanto existisse monopólio existiria ditadura”*. Ele também avalia que Anita teve influência no rompimento de Prestes com os dirigentes, ao deixar de ir as reuniões, após maio de 1979, o que veremos mais à frente: *“Se o Prestes tivesse ido às reuniões, ele teria ficado no Partido, porque ele era de diálogo, de conciliação ideológica. Mas a Anita teve um peso fundamental no rompimento dele”*. (95)

Foi justamente no momento de redemocratização no Brasil e de decisão a nível interno do PCB que Armênio Guedes, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, entre outros, estavam defendendo a tese da “democracia como valor universal”, do “socialismo democrático”, como uma negação à tese da “democracia socialista”, “ditadura do proletariado”. É necessário afirmar que essa discussão estava impregnada pelo que se passara e passava no contexto do comunismo internacional. Havia por parte dos defensores do “socialismo democrático” uma preocupação em o PCB romper com o modelo soviético, que se mostrara autoritário e deturpador do marxismo. Nisso eles tinham razão, ao passo em que os prestistas insistiam no modelo soviético. Entretanto, os defensores do “socialismo democrático” aproveitaram o ensejo de refutar o soviétismo para refutar também o leninismo, o que implicava, em essência, uma negação a Marx e a Engels.

Armênio Guedes era, na cúpula pecebista, um defensor explícito do eurocomunismo, o que implicava uma renúncia à luta de classes e à ditadura do proletariado. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, ainda no exílio – ele fora o último dos membros do CC a voltar para o Brasil –, Guedes demonstrava a preocupação que o PCB deveria ter em *“evitar tensões que levem à ruptura desfavorável do movimento operário e das forças democráticas em geral, como ocorreu em março de 1964”*.

Quanto à linha política a ser seguida pelo Partido no processo de redemocratização, ele a definia como a *“continuação da linha geral elaborada no VI Congresso do PCB”* e que o PCB deveria transformar-se, nessa nova fase, em um

partido “*democrático popular*” , (96) omitindo o caráter de classe que deve ter um partido leninista . O mesmo Guedes , praticamente um mês depois, defendia ser “*o socialismo democrático que devemos pretender*”. (97)

Neste mesmo depoimento, em Paris, próximo de voltar ao Brasil, ele enfatizava muito mais a democracia do ponto de vista tático do que estratégico, considerando que “*a questão atual não é a da passagem ao socialismo. É à base de democratização do país que está em causa*”. Em sua análise sobre esta questão da conquista da democracia, ele se norteava na leitura gramsciana que vigia no eurocomunismo da época: “*É preferível apoiar-se sobre um consenso obtido na confrontação democrática, entre as idéias da classe operária e nas forças de vanguarda, com o Partido Comunista ocupando evidentemente lugar importante nesta luta. Idéias que acabarão por conquistar a maioria da população. É o que denominamos de conquista de hegemonia pela classe operária*”. Inclusive, ele citava os PCs da Itália, França, Portugal e Espanha como exemplos de partidos comunistas que estavam desenvolvendo uma linha tático-estratégica que ele defendia para o PCB de então por diante. (98)

Alguns meses atrás, o próprio Guedes dava ao tema democracia um tratamento mais esquerdista, digamos assim.

“*Para os comunistas, a luta pela democracia política, por sua conservação e aprofundamento, é parte integrante da luta pelo socialismo, pela democracia socialista. Assim, nossa concepção supera, na medida em que conserva e supera a nível superior, os institutos formais da democracia liberal. Estamos convencidos da necessidade de elaborar e aplicar, vencida a ditadura, um programa de desenvolvimento democrático da economia, que elimine progressivamente o poder dos monopólios, do imperialismo e do latifúndio, colocando desse modo o desenvolvimento a serviço das massas trabalhadoras, das camadas médias assalariadas, dos camponeses, dos pequenos e médios empresários nacionais. Mas tais medidas só poderão se concretizar se forem, obviamente, sustentadas pela dinamização e mobilização permanente de todas as forças organizadas do povo; só com tal mobilização, capaz de assegurar um consenso majoritário na luta contra a reação será possível derrotar os monopólios e, ao mesmo*

*tempo, evitar os perigos de uma contra-ofensiva capaz de levar à desestabilização do país e ao conseqüente retorno a novos regimes autoritários”.* (99)

Esta sua posição estava próxima da do minoritário grupo prestista, conforme vimos nos trechos que citamos de Prestes e Anita. Meses antes, em março de 1978, Armênio Guedes, em depoimento a Pedro del Piccha, também defendia *“uma democracia que seja capaz de incorporar as grandes massas à vida política do Brasil (...) Uma democracia que impeça as multinacionais de se apossarem cada vez mais das riquezas do país e deformarem nossa economia. Enfim, uma democracia que seja nacional e popular.”* (100)

Nessa mesma época, também em depoimento a Pedro del Picchia Salomão Malina e Hércules Corrêa *“defendiam uma democracia de massas, para além da democracia liberal-burguesa, tendo a classe operária um papel de vanguarda nessa luta pela conquista democrática no Brasil.”* (101)

Anos depois, Armênio Guedes afirmaria que *“Prestes, muitas vezes, não valorizava a democracia em si mesma, como democracia universal.”*, defendendo *“um socialismo autoritário”*. Quanto à estratégia da revolução brasileira, *“Prestes tinha a concepção de que a ruptura tinha que ser definitiva e no momento exato”*, não valorizando as conquistas de momento a momento, passo a passo. *“Prestes, mais ou menos continuou a ver o Brasil como um país semi-colonial, até o fim da vida.”* Armênio acrescenta que Prestes, na década de 70, defendia que o Brasil estava passando por um *“atraso progressivo.”* (102)

Carlos Nelson Coutinho, também com base em uma leitura etapista de Gramsci, defendia a tese da conquista da *“hegemonia dos trabalhadores”* (em lugar da hegemonia do proletariado), a qual deveria dar-se basicamente através da via eleitoral burguesa, ao invés de através da luta de classes. (103) De modo que, o proletariado cederia a sua missão revolucionária que Marx já apontava desde os seus primeiros textos sob forte influência hegeliana, como *A questão judaica*, para a passagem do *“reformismo”* sob a *“hegemonia dos trabalhadores”*.

Para esses três autores que vimos citando , assim como para a grande maioria do CC e grande parte do Partido , prevalecia a tese do “socialismo democrático” , o qual deveria ser alcançado sobretudo pela via eleitoral , o que era um *revival* do revisionismo de Bernstein , que acabaria levando o SPD para o keynesianismo , isto é , para a negação total do marxismo .

Anita Prestes escreveria um artigo para afirmar que o coletivo dirigente pecebista estava abandonando o socialismo e para contrapor-se àqueles que defendiam a necessidade de o PCB resgatar a herança da Declaração de Março. Ela propunha justamente o contrário: que o PCB renunciasse à estratégia desse documento , pois nele estava o “erro” da raiz da história recente do PCB . Ela fazia um resumo histórico do PCB – sob o ponto de vista estratégico – visando mostrar que esta organização sempre esteve sob a influência de uma “estratégia direitista”, “reformista”. Ao princípio, imposta pelo Komintern ; depois , pela própria direção pecebista , caso da Declaração de Março . Disso decorria a necessidade de se corrigir esse “erro” histórico , que afastara o PCB das massas , e , por conseguinte , do caminho do socialismo . Nesse texto, ela citava nominalmente David Capistrano Filho (104), Leandro Konder (105), Carlos Nelson Coutinho (106) e Armênio Guedes (107) entre os defensores da continuidade dessa “estratégia direitista” – que teve na Declaração de Março o seu modelo melhor acabado – e da “democracia como valor universal” , do “socialismo democrático” , que , com isso , estavam defendendo a penetração da democracia burguesa na democracia socialista . Finalizando , considerava ser *“necessário formular uma nova estratégia , que seja decorrência das reais contradições do capitalismo monopolista dependente que hoje se desenvolve no Brasil e que tenha condições de mobilizar a classe operária e as grandes massas trabalhadoras para a luta pelo socialismo”*. Ela via na *Carta aos Comunistas*, de seu pai, *“uma contribuição importante para a elaboração da estratégia dos comunistas no Brasil de hoje”*. (108)

Leandro Konder ressalta que nunca defendeu uma volta à Declaração de Março, mas um *“socialismo com liberdade, um socialismo democrático, contrário ao modelo do socialismo real”*. Ele nega para si a pecha de reformista e continua afirmando-se

socialista. A proposta de seu grupo, basicamente, ele, Carlos Nelson Coutinho e Milton Temer era *“lutar pelo socialismo através do multiculturalismo, sem abrir mão do compromisso com os direitos e garantias individuais. Esse multiculturalismo consistia em que “todas as culturas produzissem os seus próprios valores num processo de sua área de comunicação. No plano social, criação de canais que permitissem a expressão prática de culturas dos ‘de baixo’, dos ‘simples’. Essa proposta não era renegada pelo CC, mas também não tinha influência”*. Ou seja, o grupo tinha por base Gramsci: conseguir alcançar hegemonia consentida na “sociedade civil”, enfatizando a via superestrutural.

Val de Carvalho, sob o codinome Octávio Rodrigues, escreveu um opúsculo especificamente para combater a tese do “socialismo democrático”, da “democracia como valor universal”. Suas críticas estavam centradas sobre Carlos Nelson Coutinho e Armênio Guedes, aos quais refutava com base no marxismo clássico e em Gramsci. Combatendo a tese da “hegemonia dos trabalhadores”, defendida por Santiago Carrillo e Carlos Nelson Coutinho, entre outros, ele afirmava que *“para o marxismo-leninismo a classe operária é a única classe capaz de exercer a hegemonia revolucionária na luta pelo socialismo”*. Segundo ele, *“a hegemonia do proletariado não depende de eleições: ela não é obtida nem ‘legitimada’ (como afirma CNC) através de eleições. A hegemonia do proletariado, conforme já o dissemos e tornamos a repetir, é conquistada na luta de classes contra a burguesia. O proletariado revolucionário ao participar das eleições burguesas o faz no sentido de subordiná-la à sua luta de classe contra a burguesia”*.  
(109)

## O DESFECHO DA LUTA CUPULISTA

Em dezembro de 1979, praticamente todos os membros do Comitê Central, assim como a grande maioria dos exilados, já se encontravam em solo brasileiro. Prestes chegara no dia 20 de outubro, recepcionado por cerca de dez mil pessoas no Aeroporto Internacional do Galeão (Rio de Janeiro). Em seu discurso ao público

presente e nas seguidas entrevistas à imprensa burguesa , nos primeiros dias de sua volta, não havia ainda um pronunciamento explícito sobre a luta interna que se travava no Comitê Central. A julgar pela calorosa recepção que partidários da esquerda , muitos dos quais do próprio PCB , concederam-lhe , entoando unisonicamente o refrão que se tornara célebre em todo o país a partir da década de 40 – “De norte a sul , de leste a oeste , o povo todo grita , Luiz Carlos Prestes” – podia parecer que ele era o favorito no confronto cupulista que se aproximava de um desfecho. Em seu discurso, ao desembarcar do avião, ele voltava a enfatizar a luta pelo aprofundamento da democracia como a medida tática fundamental naquele momento: *“Intensificar a luta pela democracia, uma democracia que avance, se aprofunde e abra caminho para transformações sociais mais profundas”*. (110)

Entretanto, a correlação de forças já estava selada no interior do Comitê Central: Prestes, não obstante sua posição mais coerente frente ao marxismo-leninismo, estava irremediavelmente derrotado pelos “reformistas”. No resto do Partido, a sua posição também se mostraria minoritária . Uma razão para isso era o fato de que grande parte dos quadros intermediários do PCB estava em uma ligação promiscua com o MDB , tendo uma *“praxis”* mais identificada com esta frente do que com os princípios do marxismo-leninismo . As direções da maioria dos comitês pecebistas estaduais endossavam a posição do CC , embora ainda não abrissem baterias contra Prestes. A luta continuava sendo de bastidores e o fórum para a sua discussão continuava a ser o VII Congresso, no qual fatalmente Prestes seria vencido pelo voto, sem que seus opositores – em maioria – viessem a sofrer um desgaste maior por impor a derrota à sua figura histórica e emblemática, cujo prestígio continuava a ser maior do que o do PCB e continuava a ir além das fronteiras partidárias .

A “lei do silêncio” continuava vigorando nessa luta cupulista. Mesmo assim foi impossível, em solo brasileiro, manter o “segredo” por mais tempo. A imprensa burguesa já tinha conhecimento de que a direção pecebista estava tomada por um conflito e assediava os dirigentes visando dar um furo de reportagem. Como sempre, Prestes era o mais procurado. Já nos primeiros dias de sua volta, ele negou que o Comitê

Central estivesse revoltado contra si, mas admitiu a existência de divergências entre ele e os demais dirigentes. (111)

Essas divergências já eram matéria de especulações por parte da imprensa brasileira, embora esta não soubesse que Prestes estava praticamente rompido com seus pares de direção. Tampouco sabia que este rompimento se dera basicamente por questões estratégicas. A imprensa brasileira, quando especulava a respeito da luta cupulista, sempre se atinha a questões táticas, ressaltando que Prestes se opunha às convocações do VII Congresso e de uma Constituinte sem que houvesse uma normalidade democrática e que ele defendia que a legalidade do Partido deveria ser conquistada através de um movimento de massas, liderado pelo próprio PCB. Enquanto seus opositores, ainda segundo a imprensa, defendiam posições contrárias. (112)

No entanto, a divergência de fundo, isto é, a questão estratégica do PCB que era o cerne da luta cupulista, não era explorada pela imprensa. Os próprios quadros intermediários e as bases do PCB, tanto os que haviam ficado no Brasil quanto os que estavam no exílio, não tinham conhecimento dessa divergência de fundo, muito menos sabiam que Prestes e a grande maioria do Comitê Central estavam em um processo de irreversível cisão. Hércules Corrêa afirma que os detalhes da luta cupulista *“o Partido foi tomando conhecimento depois que nós (Comitê Central) voltamos e aos poucos. Enquanto a gente estava lá fora, tinha um zum-zum-zum, boatos, não sei o que...”* (113)

Afonsinho e Ivan Pinheiro – ambos quadros intermediários do PCB a essa época, o segundo era Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro – são unânimes em afirmar que os pecebistas no Brasil somente passaram a saber que a sua direção estava cindida quando da volta desta do exílio.

Afonsinho fez parte da comissão do PCB que recebeu Prestes no Aeroporto do Galeão, no dia em que este voltou ao Brasil. Nesse dia, segundo Afonsinho, Prestes exigiu que os *“indesejáveis”*, isto é, alguns de seus opositores ali presentes, fossem afastados do palanque. Somente depois disso realizado é que o homenageado fez o seu discurso para cerca de dez mil pessoas. Logo mais, já na casa de Oscar Niemeyer, Prestes revelou, a cerca de vinte convidados a gravidade da crise cupulista. Afonsinho,

que também participou da reunião, afirma que foi nesse momento que ele e os pecebistas no Brasil passaram a conhecer a realidade das divergências no CC. (114)

Ivan Pinheiro, em depoimento separado do de Afonsinho, confirma a versão deste: *“Vim tomar desconfiança da luta interna no dia em que Prestes chegou no Aeroporto do Galeão e todos nós estávamos ansiosos em receber o Prestes”*. (115)

Armando Sampaio declara que todo o Partido estava *“com entusiasmo com a volta dos dirigentes. Crentes de que iríamos para frente, pregamos cartazes do Prestes pela cidade do Rio de Janeiro. Somente no dia da volta do Prestes, ficamos sabendo da luta interna”*. (116)

Geraldão também afirma que *“as bases não tinham idéia da luta interna”*. (117)

Em solo brasileiro, Prestes e seus desafetos passaram a articular para , nos bastidores visando, ganhar as bases e quadros intermediários do Partido para as suas posições. Para este fim, também era utilizada a imprensa burguesa, embora houvesse uma diplomacia entre ambos os grupos contendores em evitar ataques mais frontais e em tornar públicos detalhes da luta cupulista. Os espaços ocupados por Prestes e seus opositores na imprensa funcionavam como espécie de propaganda eleitoral para o VII Congresso.

Prestes, devido a todo o seu passado emblemático, era o mais procurado para dar entrevistas. Do outro lado, José Sales, Salomão Malina e Hércules Corrêa eram os que mais apareciam na mídia. Este último continuava a ser o único a fustigar Prestes de uma maneira mais ostensiva. Já nos primeiros dias em que os dirigentes pecebistas chegaram ao Brasil, Corrêa voltava a pregar a substituição do cargo de secretário-geral por um colegiado, justificando que *“o posto de secretário-geral ganhou uma dimensão tal que, por vezes, se sobrepõe ao colegiado que já existe; deveríamos extinguir o cargo e criar um mecanismo que reforce o colegiado, permitindo a disseminação de lideranças por todo o país”*, acrescentando que *“muitas vezes se acostumam a pensar organização como sendo o Prestes, quando na verdade, ele é parte dela.”* (118)

Nessa mesma ocasião, Corrêa defendeu que a cúpula pecebista se reunisse publicamente para discutir a conjuntura política e preparar a realização do VII

congresso. Prestes reagiu com indignação: *“Isso é um equívoco e não só um equívoco, é um tanto perigoso. A Lei de Segurança Nacional proíbe qualquer reunião de partido colocado fora da lei, como é o nosso caso.”* Quanto à proposta de substituir o cargo de secretário-geral por um colegiado, ele afirmava que *“por enquanto, nada se faz e os comunistas estão falando individualisticamente, como cidadãos. Esperamos a legalidade para iniciar os trabalhos do VII Congresso.”*(119)

Dias depois, o jornal ( “alternativo”, “nanico” ) Em Tempo convidou José Salles para uma entrevista a Marco Aurélio Garcia , partidário da corrente antiprestista . O entrevistador , deliberadamente , dirigiu suas perguntas a pontos-chave das divergências cupulistas como : a democracia defendida pelo PCB , convocação da Constituinte , legalização do PCB e questões tático-estratégicas . Já na introdução à entrevista era dito que a direção estava envolvida em divergências e , a um leitor mais inteirado dos fatos , era perceptível que a matéria como um todo tinha o velado objetivo de favorecer a corrente política do entrevistado . Isso já começava sugerido no título : *Um novo Partidão ?* As colocações de Salles refletiam o tom conciliador que marcava a posição da grande maioria do CC . Ele começava deixando claro que *“no fundamental , nossa posição é a do VI Congresso”*. Defendia que *“o fundamental é conseguir uma democracia estável e fortalecer o conjunto da sociedade civil”* . Quanto à Constituinte , *“nós não colocamos como pré-requisito à derrubada deste ou daquele governo , mas a existência de um clima democrático”*. Mas afirmava que o apoio pecebista à convocação da Constituinte tinha como pré-requisito à legalização do PCB. Finalizando, sem entrar em detalhes , respondendo a mais uma pergunta de Garcia , asseverou que havia contradições de ordem tático-estratégica na cúpula pecebista , mas que *“nos 12 anos em que me encontro no CC nunca vi maior unidade”*. (120)

Com relação à convocação da Constituinte, a posição de Prestes também era mais radical, enfática, do que a do CC – expressa pela colocação de Salles, a qual vimos de expor –, apesar de ser ponto pacífico entre ambas que ela fosse precedida de um clima democrático e da legalidade do PCB.

*“Para que possa ser eleita uma Assembléia Constituinte efetivamente soberana e representativa da vontade do povo brasileiro, de sua maioria ao menos, é indispensável à prévia conquista das liberdades democráticas fundamentais, que o povo brasileiro conquiste as condições para a livre discussão de todos os problemas da nação é indispensável a livre organização em partidos políticos de todas as correntes de opinião, inclusive, portanto, que se acabe com a discriminação odiosa contra os comunistas. A Assembléia Constituinte poderá consagrar o regime democrático livremente escolhido pela maioria da nação, mas para que isto se torne possível é necessária à prévia derrota do atual regime e a conquista das liberdades democráticas.” (121)*

*“Alcançada a legalidade de nosso Partido, continuaremos lutando pela ampliação e aprofundamento da democracia, intensificaremos nossos reforços pela unidade e continuaremos clamando pela convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita e soberana, em que o povo brasileiro decida livremente os destinos da Nação(...) A convocação da Constituinte deve ser precedida de uma anistia ampla e irrestrita, do fim de todos os atos de exceção, do restabelecimento do ‘habeas corpus’ em sua plenitude, da completa liberdade sindical e do respeito à livre organização partidária (sem discriminação de qualquer espécie)”. (122)*

Enquanto Prestes sempre enfatizava – seguindo o modelo leninista – o papel do partido como vanguarda revolucionária, o grupo majoritário do CC em geral enfatizava que a vanguarda deveria ser o movimento de massas. Em uma entrevista em Paris, às vésperas de voltar para o Brasil – ele que foi o primeiro do CC a fazê-lo, em 21/9/79 –, Salles deixava claro que não era o PCB que devia construir a revolução, mas a ação conjunta dos trabalhadores e das forças democráticas. (123)

A verdade é que com a volta dos dirigentes ao Brasil, as questões táticas imediatas passaram a sobressair-se na pauta do PCB em relação à questão estratégica, a qual fora o *leit motiv* da luta interna. Isso viria a ser um ponto favorável aos antiprestistas, pois as posições táticas defendidas por Prestes implicavam um esforço muito maior por parte do PCB do que a passividade reclamada pela grande maioria do

CC . Para um partido que tinha uma tradição de acomodação , uma tradição de perseguir uma “estratégia direitista” – como afirma Anita Prestes – era muito mais cômodo continuar em sua inércia do que desprender-se para assumir o papel marxista-leninista apregoado por Prestes . O breve futuro de então mostraria que o reformismo pecebista – que sairia vencedor da pugna – o levaria à direita de partidos assumidamente do sistema burguês , como o PT e o PDT . O PCB iria mais longe ainda , transformando-se em definitivo na antítese de um partido marxista , ao mudar de nome e sigla : Partido Popular Socialista – PPS .

Essas questões táticas imediatas eram basicamente as que vimos há pouco reivindicadas por Salles, que traduziam o pensamento da grande maioria do CC.

Prestes, por, sua vez , continuava defendendo a concretização de uma frente de esquerdas que , pressionada pelas massas , avançasse além da democracia burguesa , rumo ao socialismo . Ele era de opinião que *“uma ditadura reacionária não se transforma espontaneamente , em democracia”*; e era contrário a que o PCB se acomodasse à redemocratização advinda da abertura , pois isso seria legitimar a adequação da ditadura aos novos rumos , seria aceitar o status-quo ditado pelos monopólios , seria colocar o Partido *“como mero instrumento da ditadura militar”*. (124) . Com relação à Constituinte , ele era contra a sua convocação durante o governo Figueiredo , pois tal Constituinte seria , a seu ver , tão conservadora quanto o Parlamento vigente. Era também contrário à convocação do VII Congresso do PCB antes de o Partido conseguir a legalidade , queria , assim , evitar pretextos para que o governo utilizasse seus instrumentos de exceção contra o Partido . Considerava que um Congresso realizado clandestinamente só beneficiaria a seus opositores no CC , pois impediria uma manifestação democrática de todo o Partido . Considerava que tal Congresso seria um golpe contra ele , seria uma farsa . Pregava uma campanha a nível nacional , tal como ocorrera em 1945 , na qual o Partido unido às massas exigisse a legalização do PCB , ao invés de esperar um beneplácito do governo em troca de concessões . Também pregava que à frente de esquerdas por ele proposta exigisse do governo a revogação de todos os instrumentos de exceção , como a Lei de Segurança

Nacional ; e a extinção de todos os órgãos repressivos , como os DOI-CODIs e seus congêneres ; e considerava que “*as massas populares não estão sabendo aproveitar a abertura política , uma vez que deveriam ter incrementado a luta pela revogação das leis de exceção ainda existentes*” ; lembrando que a extinção do AI-5 não foi “*uma dádiva do general Ernesto Geisel ao povo brasileiro , mas sim uma conquista das massas que , na época , se conscientizaram que a democracia não se consegue de joelhos , mas com muita luta*”. Enfim deixava bem claro a sua intenção ao retornar do exílio: “*Estou de volta ao país para lutar contra a ditadura e o retorno ao estágio fascista , que foi a tônica enquanto durou o AI-5 . Temos que quebrar a ditadura e construir uma democracia para o povo e não para a elite*”. (125)

O radicalismo de Prestes destoava da moderação de seus opositores . O grosso do CC pregava uma política cautelosa frente à ditadura que se modificava , apoiando a redemocratização soprada pelos ventos da abertura , a convocação imediata de uma Assembléia Constituinte e a também imediata convocação do VII Congresso do PCB .

Hércules Corrêa Assinala que o CC entendia que “*o mais importante naquele momento era garantir e reforçar a democracia burguesa, para depois se pensar no socialismo*”. (126)

A briga entre Prestes e o CC prosseguia e a imprensa burguesa continuava a servir de palco para a mesma . Ora Prestes , ora seus opositores utilizavam-se de tal instrumento para fortalecer suas posições . Prestes voltava a ser constantemente solicitado para dar palestras e participar de debates em vários lugares do país . Nessas ocasiões , ele pôde externar opiniões eminentemente suas , que viriam a demonstrar a impossibilidade de uma conciliação entre as duas tendências em choque .

José Salles daria uma entrevista à imprensa condenando recentes declarações de Prestes , nas quais o secretário-geral considerava a Igreja Católica a melhor aliada do PCB , o então Alto-Comando das Forças Armadas o mais reacionário dos últimos 15 anos e a possibilidade de o socialismo no Brasil vir a ser alcançado através da luta armada (127). Salles disse que tais declarações eram inoportunas , não representavam o pensamento dos comunistas e só se prestavam para o “*isolamento das forças*

*democráticas e para prejudicar a classe operária , no momento em que a realidade nos oferece grandes esperanças na década de 80". E ainda disse com relação a Prestes : "A política que ele expressa não é a política dos comunistas e do PCB . É importante que a sociedade saiba porque ele sabe" (128)*

Em 3 de fevereiro de 1980 , o Jornal do Brasil reuniu para uma entrevista Giocondo Dias , Salomão Malina e Hércules Corrêa , a qual marcou o rompimento definitivo de Prestes com seus companheiros . Eis alguns trechos da mesma :

*"Algumas afirmações que têm sido publicadas na imprensa como sendo de autoria do companheiro Prestes não correspondem à nossa posição política" (Hércules Corrêa).*

*"Consideramos grave erro político , que resultará em inevitável atraso, na luta pela democracia em que a classe operária e o nosso povo estão empenhados , a proposta de uma frente de esquerda no lugar de uma frente ampla de forças antiditatoriais". (Hércules Corrêa)*

*"A tarefa de levar a derrota à ditadura e de substituí-la por um regime democrático agora já se coloca como uma questão prática a ser resolvida em prazo relativamente curto. E este é o significado da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita, que praticamente todas as forças oposicionistas apresentam como necessidade imediata". ( Giocondo Dias ) .*

*"Admitimos a possibilidade, porque acreditamos no avanço do processo democrático brasileiro". (Salomão Malina, respondendo sobre a hipótese de o VII Congresso vir a ser realizado em local público mesmo com o Partido na ilegalidade ) .*

*"Se o PCB for legalizado ele cumprirá as exigências da Lei". ( Salomão Malina) . (129)*

Diante do fato consumado , Prestes partiu para o confronto decisivo , o que se deu através de sua "Carta aos Comunistas" , lançada em março de 1980. Por esse documento, composto de 19 laudas, ele afirmava " *que a orientação política do PCB está superada e não corresponde à realidade do movimento operário e popular do momento que hoje atravessamos*" ; que a direção do Partido estava falida , " *não foi*

*capaz de preparar os comunistas para enfrentar os anos negros do fascismo”*, e a responsabilizava pela perda dos *“inúmeros companheiros”* nos anos de 1974 e 1975 ; dizia que *“graves acontecimentos tiveram lugar na direção do PCB”*, mas se isentava de revelá-los *“devido à situação de clandestinidade em que nos encontramos”*; dizia sentir-se *“no dever de alertar os comunistas”* que a direção do PCB *“não funciona como tal e não é capaz de exercer o papel para o qual foi eleita”*, que o Comitê Central não exercia o princípio da direção coletiva , reinando no mesmo *“a indisciplina e a confusão, em que cada dirigente se julga no direito de fazer o que entende”*, exemplificando, ele citava o fato de a imprensa burguesa veicular *“assuntos reservados, que eram de conhecimento exclusivo dos membros do CC”*; acusava a direção do PCB de negar-se *“a uma série e profunda autocrítica”*, não ter princípios , ser apegada aos cargos e postos e ser oportunista ; dizia não poder admitir que seu nome *“continue a ser usado para dar cobertura a uma falsa unidade , há muito inexistente”* ; reconhecia ser *“o principal responsável pela atual situação a que chegaram o PCB e sua direção”*, assumia *“a responsabilidade de denunciá-la a todos os companheiros , apelando para que tomem os destinos do movimento comunista em suas mãos”*; conclamava os comunistas a lutarem *“por um outro tipo de direção , inteiramente diferente da atual , com gente nova , com comunistas que efetivamente possuam as qualidades morais indispensáveis aos dirigentes de um partido revolucionário”*; mais uma vez reiterava que a legalidade do PCB tinha que ser conquistada através de uma campanha de massas e não mediante um acordo *“que significaria um compromisso com a ditadura , incompatível com o caráter revolucionário e internacionalista do PCB”* e *“que colocaria o Partido a reboque da burguesia”*; criticava os que se contentavam com a democracia burguesa ao dizer que *“um partido comunista não pode , em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos populares , de fiador de um pacto com a burguesia , em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores”* ; assegurava que *“os grandes problemas que afetam a vida de nosso povo só poderão ser solucionados com a liquidação do poder dos monopólios nacionais e estrangeiros e*

*do latifúndio , e que isto só será conseguido com a formação de um bloco de forças antimonopolistas , antiimperialistas e antilatifundiárias , capazes de assumir o poder e dar início a essas transformações” , sendo dever dos comunistas lutar para “que a classe operária – a única conseqüentemente revolucionária – seja capaz de exercer o papel dirigente do referido bloco de forças”;* finalizando , ele conclamava os comunistas para que rompessem *“com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos , rebelando-se contra as arbitrariedades e os métodos mandonistas de direção , e tratando de eleger , em todos os níveis partidários , direções que realmente sejam a expressão democrática da maioria dos comunistas”*. (130)

A carta teve uma grande repercussão , sendo reproduzida no todo ou em parte nos diversos periódicos do país e até em alguns do exterior . A posição de Prestes pegou seus opositores de surpresa e os fez redigir um documento em réplica ao do secretário-geral . O documento vinha subscrito por Giocondo Dias , Salomão Malina , Teodoro Mello , Hércules Corrêa e Armênio Guedes , ou seja a Comissão Executiva . Nele , os opositores de Prestes afirmavam que a “Carta aos Comunistas” era *“um documento dirigido a uma nebulosa frente de forças de ‘esquerda’ , em cujo interior o PCB aparece dissolvido”* , que a direção atual foi eleita no VI Congresso e sua dissolução , pregada por Prestes , representava *“um golpe contra o próprio PCB”*. Novamente era reiterada uma fidelidade à linha política do VI Congresso , considerada *“ativa , viva , enérgica”* . O documento , ao contrário da “Carta aos Comunistas” , evitava ataques a Prestes e dizia respeitar as posições de seu secretário-geral , mas enfatizando que o VII Congresso era a *“única instância capaz de ter a palavra final em matéria de política e organização do Partido”*. (131)

Como a briga entre as duas facções se mantinha fora de qualquer acordo, a Comissão Executiva resolveu reunir-se nos dias 17 e 18 de maio para deliberar a destituição de Prestes do cargo de secretário-geral . Como justificativa da destituição , foram alegadas as razões de Prestes estar contrário ao pensamento da maioria do Comitê Central e à Resolução do VI Congresso do Partido , e também por negar-se sistematicamente a atender às convocações do CC para reunir-se com o mesmo . (132)

Vinte membros do CC votaram pela destituição de Prestes; Gregório Bezerra foi o único a não fazê-lo: votou em branco. (133)

Prestes perdia o cargo de secretário-geral após exercê-lo por 37 anos , tendo sido sempre reeleito para o mesmo , sendo a última vez em janeiro de 1979 . Apesar disso , ele continuava como membro do CC .

Armênio Guedes, sofisticadamente, declarou que Prestes não fora destituído, o seu cargo é que ficara vago.

*“Ele não foi destituído. O que acontece é que não atendeu a várias convocações para se reunir com o Comitê Central para discussões. A executiva considerou, então, que o cargo estava vago e elegeu outro secretário-geral.”* (134)

Gregório Bezerra ainda tentou uma solução para evitar o conflito, ao propor a substituição do atual Comitê Central por uma direção provisória, que seria mantida até a realização do VII Congresso . Sua proposta foi rejeitada pelos “reformistas”. Dias depois , Gregório se demitiria do CC em solidariedade a Prestes . (135)

Nessa mesma reunião que decidiu pelo afastamento de Prestes do cargo de secretário-geral , foi decidida também a substituição de Hércules Corrêa e Armênio Guedes por Givaldo Siqueira e Luiz Tenório de Lima na Comissão Executiva , que ficou assim constituída : Giocondo Dias , Salomão Malina , Teodoro Mello , Givaldo Siqueira e Luiz Tenório de Lima .Os dirigentes justificaram o afastamento de Hércules Corrêa e Armênio Guedes por terem sido eles os maiores oponentes de Prestes , durante toda a crise . Na verdade , a punição dos dois membros da Comissão Executiva era uma medida política que procurava passar para as bases a imagem de que a cúpula pecebista agira com justiça e determinação na briga que se desenvolvia no CC . Corrêa e Guedes serviram de bodes expiatórios , já que eles faziam e continuaram a fazer parte do grupo majoritário do CC em oposição a Prestes . A coisa foi arranjada para evitar uma reação das bases caso Prestes fosse o único punido . (136)

Ao saber de sua punição , Prestes informou que continuava comunista e membro do PCB e que não tencionava liderar uma dissidência dentro do Partido , e que reiterava as críticas feitas aos dirigentes através de sua Carta aos Comunistas . Salientou

que era sua intenção prosseguir com *“as discussões de suas idéias dentro do Partido , pois trata-se de um problema interno que deve ser debatido no seu interior , não através da imprensa burguesa”* , e que a sua punição marcava a diferença entre a sua posição e a posição *“oportunista e antioperária”* do CC , devendo o VII Congresso decidir qual das duas seria melhor para o Partido . Para demonstrar o apoio que vinha recebendo das bases do Partido, ele referiu-se à sua última viagem pelo Nordeste: *“onde participei de um comício com 20 mil pessoas em Fortaleza e de um outro , na presença de 10 mil , em João Pessoa”*. (137)

Com a destituição de Prestes , Giocondo Dias foi eleito para o seu lugar, obtendo 37 votos dos 47 membros do Comitê Central presentes, entre efetivos e suplentes o que correspondia à cerca de 80% do colégio eleitoral. (138) Instado pela imprensa, Giocondo daria uma declaração a respeito de Prestes: *“É inegável que existem divergências entre nós. Só não compreendo que haja tanta estranheza quando vocês falaram dessas divergências. Isso é um fato natural, decorrente da própria luta de classes. Mas nós queremos Prestes em nosso Partido e achamos que ele tem uma contribuição muito importante a nos dar”*. (139)

Em maio de 1980, o jornal Voz da Unidade, periódico do grupo que se opunha a Prestes, trazia um longo documento do Comitê Central, no qual era sistematizada uma crítica a *Carta aos Comunistas* e oficializado o rompimento com Prestes. Por esse documento era reiterado que Prestes estava desrespeitando a instância máxima do Partido – o VI Congresso, – violando a disciplina partidária e o princípio da direção coletiva, pregando o liquidacionismo, estimulando a cisão do Partido e agindo de forma personalística (arvorando-se em ser mais do que o Partido). (140)

Imediatamente, Prestes escreveu uma nota, que, a exemplo do documento do Comitê Central, ganhou grande repercussão na grande imprensa. Ele voltava a enfatizar o que já tinha dito na *Carta aos Comunistas*: os dirigentes eram traidores do proletariado, anti-soviéticos, e era necessário fazer do PCB um partido revolucionário de tipo marxista-leninista, para tanto ele voltava a concitar os *“comunistas para que rompam com a passividade e tomem os destinos do PCB em suas mãos.”* (141)

A essa altura, o PCB já estava sob o controle majoritário do grupo dirigente opositor a Prestes. As bases pecebistas, de modo geral, não atenderam ao apelo de Prestes em romper com a direção e tomar o Partido em suas mãos. Preferiram continuar no PCB sob a liderança dos “reformistas”. Para tanto, contribuíram vários fatores: os membros do Comitê Central já haviam ganho a máquina pecebista, criaram um periódico semanal – Voz da Unidade –, legal (vendido até em bancas de jornal) e de abrangência nacional; propiciaram um certo “liberalismo” (afrouxamento do centralismo-democrático leniano) interno, que tornava o PCB atraente para os militantes mais descompromissados com a causa do socialismo.

Se Prestes defendia um PCB mais disciplinado e hierarquizado, segundo o modelo leniano, os membros do CC eram pela “refundação” de um partido mais “light”, o que vinha de encontro ao desejo dos quadros intermediários, das bases e dos simpatizantes.

Há que se ressaltar também que a defesa de Prestes ficava apenas a nível da retórica. Ele não era – e nunca fora – um organizador, um líder de ir às bases e com estas discutir maneiras viáveis de criar o partido que ele idealizava. Ele continuava com a postura de dirigente infenso a discutir com as bases. Continuava com o hábito de traçar normas de cima para baixo. Entretanto, as normas por ele propugnadas, as quais estavam elencadas em sua *Carta aos Comunistas*, dependiam de quadros capacitados para operacionalizá-las. Prestes não tinha esses quadros, como afirma Geraldão: “*Nós ficamos com lideranças que o Prestes não ficou: todos os parlamentares, a grande maioria dos membros do CC, com exceção de Agliberto Vieira de Azevedo e Gregório Bezerra.*”<sup>(142)</sup> Além disso, ele não era de incentivar a formação de novos quadros, não era de trabalhar em forma de colegiado, dividindo o poder com aqueles que viessem abraçar suas idéias. Ele continuava com o vezo stalinista de elaborar sozinho as suas propostas e baixá-las, como decretos-lei, a seus seguidores.

Segundo Armando Sampaio, “*se o Prestes fosse mais organizado seria difícil vencê-lo, porque ele ainda era fortemente cultuado pelas bases*”, mas “*Prestes e os que*

*o cercavam não tiveram capacidade de canalizar o seu prestígio para a formação de uma organização.” (143)*

Na verdade, Prestes se recusava a formar uma nova organização partidária. Em várias oportunidades, através de declarações à imprensa, ele reiterou que não havia condições de se formar um novo partido comunista, nos moldes leninista que ele defendia, alegando que não havia quadros marxistas para esse mister.

Bolívar Meireles, que foi membro do grupo do Prestes, no Rio de Janeiro, e acabaria sendo indicado por Prestes candidato a deputado federal constituinte em 1986, afirma que *“Prestes colocava sempre que não havia uma classe operária conscientizada nem quadros marxistas-leninistas para se formar esse partido.” (144)*

Val de Carvalho – que no momento imediato da volta dos dirigentes pecebistas ao Brasil estava organizado com os prestistas, embora faça questão de aclarar que não era um prestista, mas um marxista-leninista e opositor ferrenho do *“grupo eurocomunista”* – vai mais longe e declara que *“Prestes não tinha resposta sobre o que fazer daquele momento de volta do exílio; não apontava um caminho sobre como reconstruir o PCB para fazê-lo um partido marxista-leninista.”* Inclusive, ele afirma que para lançar a *Carta aos Comunistas* *“Prestes não consultou ninguém”* e que a *“Carta não tem conclusão, não aponta um caminho.” (145)*

Por outro lado, os antiprestistas, embora ainda tivessem a retórica socialista, já não tinham mais a veia revolucionária. Eram, como Lênin afirmaria em relação aos reformistas de sua época: *“revolucionários de palavra”*.

No mesmo mês de maio de 1980 em que oficializava o rompimento com Prestes, o Comitê Central enviou uma carta-circular aos partidos comunistas do mundo dando conta da substituição do secretário-geral. Nessa carta era dito que *“o companheiro Prestes chegou ao ponto de contestar publicamente a política aprovada em nosso último congresso e mesmo a negar a qualidade de organização revolucionária ao PCB. Por decisão quase unânime do Comitê Central, que julgou como fracionista e liquidacionista a recente atividade do Companheiro Prestes, esse Companheiro,*

*embora contasse mais de trinta anos de participação à frente do Comitê Central, não foi reconduzido à Secretaria Geral do nosso Partido”. (146)*

No bojo dessa luta cupulista, surgiram vários pequenos grupos prestistas, em todo o Brasil, porém nenhum deles constituía uma organização reconhecida por Prestes como uma alternativa ao PCB, como um embrião de um novo partido marxista-leninista. Eram grupos basistas que se formavam espontaneamente, tendo por norte, como declara Bolívar Meirelles, a “*figura messiânica de Prestes*” (147), mas que não tinham nenhum potencial de virem a ser um partido marxista-leninista. Desses grupos, o que tinha o maior reconhecimento por parte de Prestes era o liderado por seu secretário particular, Acácio Caldeira, no Rio de Janeiro.

Longe de qualquer conciliação, a briga entre Prestes e o Comitê Central se intensificava. Nesse sentido, tanto o ex-secretário-geral quanto os dirigentes do PCB viajaram por várias cidades brasileiras a fim de manter um contato mais estreito com as bases, objetivando vencer a disputa que se daria no VII Congresso.

As duas facções contendoras foram até além das fronteiras brasileiras em busca de apoio. Prestes viajou para a União Soviética – para onde também foram membros do Comitê Central – e os dirigentes do PCUS deixaram claro que não iriam intervir na luta interna do PCB. A posição do PCUS foi a de passar por cima da disputa partidária e reconhecer o Partido como um todo. Como diria Prestes, anos mais tarde: “*Agora, reconhecem a organização; e a organização é o Comitê Central. Eu sou um indivíduo, sozinho, não há nenhuma organização atrás de mim, nem pretendo por enquanto organizar nada.*” (148)

Os dirigentes pecebistas acusaram Prestes de ter visitado partidos comunistas de vários países da Europa, buscando apoio para formar um novo partido. Prestes refutou a acusação e continuou sua peregrinação. Em setembro de 1980, ele esteve em Cuba, a convite de Fidel Castro, e em seguida foi convidado a comparecer à reunião do Parlamento Mundial dos Povos pela Paz, na Bulgária.

No mesmo mês de setembro, ele reativou a circulação da *Voz Operária*, utilizando este periódico, que estava inativo há mais de um ano, para difundir as suas

posições. A nova Voz Operária foi autodenominada órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Na verdade, tratava-se de um boletim impresso em mimeógrafo e circulava de mãos em mãos, com uma pequeníssima tiragem. Enquanto isso, a Voz da Unidade, órgão oficial, de fato, do PCB, lançado em março de 1980, era um jornal de certo porte, que circulava legalmente, sendo distribuído nas bancas de jornais de várias cidades.

A *Voz Operária* trazia uma entrevista com Prestes, na qual o ex-secretário-geral do PCB voltava a acusar o Comitê Central de direitista e oportunista, chamava o presidente Figueiredo de ditador e tornava a criticar aqueles que reivindicavam a convocação imediata de uma Constituinte: *“Levantar agora, como reivindicação imediata, a convocação de uma Constituinte é colocar o carro diante dos bois, é, na verdade, aceitar o regime ditatorial”*.

O editorial do jornal fazia um apelo – *“tanto para os que romperam organicamente com o atual Comitê Central, como para os que, sem ter rompido, não aceitam as imposições desta desmoralizada direção”* – evidenciando que *“o importante é o esforço para manter os comunistas organizados em torno das posições revolucionárias do seu secretário-geral, o camarada Prestes”*. (149)

Como represália à reedição da *Voz Operária* e aos ataques ao CC nela veiculados, a Comissão Executiva do PCB lançou uma nota que também ganhou amplo espaço na imprensa burguesa: *“Dirigimo-nos aos comunistas para informar que oportunamente serão respondidas as novas agressões à nossa direção, aos princípios leninistas de organização e à nossa linha política, levadas a efeito pelo companheiro Luiz Carlos Prestes. Desde já entretanto deixamos claro a todo o povo, aos nossos amigos, simpatizantes e aliados que não é de responsabilidade dos comunistas e de sua direção a orientação de organizações paralelas e de um suposto órgão central do PCB, que se apresenta usurpando o nome de nossa gloriosa VOZ OPERÁRIA*. (150)

Em 1981 aconteceu o VII Congresso, no qual, como era esperado, saiu vitoriosa a posição moderada defendida pelos antiprestistas. Prestes sequer compareceu ao Congresso para debater suas propostas, as quais não encontravam guarida no grosso do Partido. Não obstante, sua derrota política no partido que ele comandara por 37 anos,

ele continuava a ser uma personalidade emblemática a ter um peso – bem menor do que no período anterior a 1964 – que rivalizava com o do PCB.

Desde quando circularam rumores a respeito da extinção do bipartidarismo pelo governo, Prestes posicionou-se contra e considerou tal fato *“uma manobra para evitar que nas próximas eleições, a exemplo das anteriores, o governo viesse a ser novamente derrotado, pois o voto popular significa uma repulsa a tudo que a ditadura vem fazendo nos últimos 16 anos. Seria um plebiscito que os generais não gostariam de ver acontecer”*. (151)

Tornando-se a extinção do bipartidarismo um fato consumado e não podendo sair candidato a um cargo eletivo pelo PCB, devido à ilegalidade do Partido, Prestes, que já havia afastado-se de segmentos ditos marxistas-leninistas, como o MR-8 – que a essa altura (1981) já era uma sigla de aluguel a serviço do PMDB –, procurou lançar-se candidato por um dos três partidos oposicionistas ao governo federal: o PMDB, o PT e o PDT.

Prestes queria que um desses partidos lhe concedesse legenda para ele sair candidato a deputado federal ou a senador pelo estado do Rio de Janeiro.

O primeiro partido com o qual ele iniciou entendimentos foi o PT, então presidido por Luís Inácio da Silva, o Lula. Os entendimentos foram tumultuados, tendo a mídia alimentado uma polêmica entre Prestes e dirigentes do PT, o que obrigou o ex-secretário-geral do PCB a redigir uma nota na qual ele dizia que *“diante dos insistentes convites formulados, em diversas oportunidades, por representantes do Partido dos Trabalhadores, para que eu ingressasse nesta agremiação para concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições marcadas para novembro de 82, sempre deixei claro que jamais assumiria nenhuma posição, nem faria qualquer declaração que implicasse no abandono de minhas convicções de revolucionário, às quais sempre me mantive fiel no decorrer de minha já longa vida política”*. (152)

De pronto, o PT também fez veicular na grande imprensa uma nota em resposta à de Prestes, na qual era dito que *“não é fato que tenhamos procurado o companheiro Prestes para discutir o seu ingresso no PT. Tampouco é verdade que tenhamos*

*oferecido a ele qualquer tipo de legenda para as eleições de 1982. E é ainda menos verdade que tal coisa tenha ocorrido 'reiteradas vezes', como diz o companheiro em sua nota à imprensa." Mais adiante, a nota dizia que "nosso organismo de direção não negocia legendas: são as convenções, de forma democrática, quem decidirão quais vão ser os nossos candidatos." (153)*

Os ânimos entre as duas partes se acirraram a ponto de Lula declarar: *"Prestes é o Jânio da esquerda"*. Ao que Prestes responderia melancolicamente: *"Lula é um político muito imaturo."* Lula justificaria, posteriormente, sua infeliz declaração, dizendo ter comparado a tentativa de Prestes entrar no PT com a de Jânio entrar no PMDB, apenas considerando *"a publicidade que a imprensa deu a ambos os casos. Não quis dizer que Prestes e Jânio estão no mesmo patamar"*. (154)

Prestes também tentou e não conseguiu legenda nos outros dois partidos oposicionistas, o que o levaria a ironizar em relação ao PT, PDT e PMDB: *"São todos os seus presidentes muito democráticos por que todos exigiram que eu submetesse a minha candidatura às respectivas convenções partidárias. Eu não sou ingênuo. Percebo muito bem o acerbado anticomunismo que prevalece dentro dos partidos e que inviabilizaram a escolha do meu nome, nas convenções, para disputar qualquer cargo em 82. Eu preferi não criar esse constrangimento, que poderia ser evitado se me tivesse sido oferecida uma legenda, através de um ato político, que atenderia a um militante cujo partido está injustamente proscrito."* (155)

Na verdade, Prestes era um concorrente muito grande e poderia vir a dividir qualquer um desses partidos. Era um peso que os respectivos barcos do PT, PDT e PMDB não estavam preparados para suportar.

Durante a campanha eleitoral de 1982, ele acabou apoiando a candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro, a qual saiu vitoriosa da disputa.

Nos últimos anos de sua vida, ele se dedicou a participar de atos públicos (comícios, passeatas, etc.), fazer palestras para trabalhadores e estudantes e a apoiar candidatos progressistas do PDT e do PT a cargos eletivos. A sua ligação maior foi com

o primeiro partido, que acabaria por designá-lo seu presidente de honra, por indicação direta de Leonel Brizola.

Prestes foi até o fim de sua vida recusando-se a organizar um novo partido, considerando que “o nível de organização da classe operária brasileira é ainda muito baixo”, além da ausência de quadros marxistas-leninistas. (156)

## Notas

1. Mário Chimanovitch (entrevistador). “O cavaleiro da desesperança”, *Correio Braziliense*, 30/10/88, Aparte (caderno), p.6.
2. Ibidem.
3. Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/01/02.
4. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
5. Ibidem.
6. Denis Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, Petrópolis, Vozes, 1982, p.191.
7. Luis Francisco Carvalho Filho e Artur Ribeiro Neto (entrevistadores). “Prestes diz que glanost deveria ter começado em 70”, *Folha de São Paulo*, 19/08/87, Política, p.A-6.
8. João Batista Natali (entrevistador). “Aos 88, Prestes mantém idolatria pela União Soviética”, *Folha de São Paulo*, 04/05/86.
9. *Correio Braziliense*, op.cit., p.7.
10. Ibidem.
11. Ibidem.
12. Antônio Almeida (Prestes). “No 47º aniversário do Partido, reforçar suas fileiras com os melhores lutadores pela liberdade e os interesses dos trabalhadores”, *Voz Operária*, março de 1969, p.3.

13. Antônio Almeida . “A luta contra o imperialismo é indispensável é inseparável da luta contra o oportunismo”, *Voz Operária*, setembro de 1970.
14. Luiz Carlos Prestes. “A luta revolucionária dos comunistas brasileiros”, *Voz Operária*, maio de 1972, p.3
15. Antônio Almeida (Prestes), “A luta revolucionária dos comunistas brasileiros nas novas condições”, *Revista Internacional*, nº 6, junho de 1968. Fundo Luiz Carlos Prestes, Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP.
16. Depoimento de Luiz Carlos Prestes, entrevistado por José Louzeiro, *Perfil do pensamento brasileiro*, Rio de Janeiro, Sindicato de Escritores do Rio de Janeiro/Bolsa de valores do Rio de Janeiro, 1988, p. 135.
17. Antônio Almeida (Prestes). “Carlos Marx e o marxismo”, *Voz Operária*, junho de 1968.
18. Fundo Luiz Carlos Prestes, Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP.
19. Depoimento de Luiz Carlos Prestes, entrevistado por José Louzeiro, *op.cit.*, p. 136.
20. Denis Moraes e Francisco Viana , *op . cit .* , p. 192.
21. “Palestras com Prestes em Moscou”, 22/06/80. CEDEM/UNESP; Grupo: E.F. PCB no exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série: Palestras.
22. Denis Moraes e Francisco Viana, *op. Cit.* , p.193.
23. Moisés Vinhas. *O partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)*, São Paulo, HUCITEC, 1982, p. 246.
24. Luiz Carlos Prestes. “As vitórias, erros e perspectivas do PCB”, *Movimento* 30/3 a 05/04/81, p.9.
25. Ricardo Contijo (entrevistador). “As confissões de um guerreiro”, *Playboy*, Abril Editora, janeiro de 1985, p.145.
26. Denis Moraes e Francisco Viana, *op. cit.*, pp. 202-203.
27. *Correio Braziliense*, *op. cit.*, p.7.
28. “Balanço do trabalho de direção do CC do PCB no período de 1973-1979”, Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP.

29. Dinarco Reis. *A luta de classes no Brasil e o PCB*, volume 2, São Paulo, Novos Rumos, 1987, p.118.
30. Comitê Central. “Resolução sobre o trabalho de direção do Comitê Central”, março de 1971, CEDEM-UNESP; Grupo: E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série: Organização Partidária no Exterior.
31. “Resolução do Comitê Central”, novembro de 1973. Cf Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, Informe de Organização, dezembro 1975. CEDEM-UNESP; Grupo: E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série 5, janeiro de 1976.
32. Comitê Central do PCB. “Informe de Organização”, pp. 9-12, dezembro 1975. CEDEM-UNESP; Grupo: E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série 5, janeiro de 1976.
33. “Balanço do trabalho de direção do CC do PCB do período 1973-1979. CEDEM-UNESP; Grupo: E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série 5, p. 8.
34. Ibidem.
35. Ibidem.
36. Ibidem.
37. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
38. Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/01/02.
39. Dinarco Reis, op. cit., p.119.
40. Correio Braziliense, op. cit.
41. Denis Moraes e Francisco Viana, op. cit., p.203.
42. Depoimento – palestra de Salomão Malina (parte 2). Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP, Vídeo 33, Tombo 05.
43. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
44. Luiz Carlos Prestes. “As vitórias, erros e perspectivas do PCB”, op. cit., p.9.
45. Lênin. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*.

46. Entrevista de Salomão Malina a Carlos Eduardo Machado, Fátima Murad e Luiz Arturo Obojes, São Paulo, *Temas*, nº 10, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 62.
47. Comissão de Redação do Projeto de Programa do PCB. “Elementos da declaração programática do PCB”, dezembro 1975. Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP, Armário 3A-3.
48. Resolução Política do Comitê Estadual da Guanabara (redigida por Armênio Guedes), março de 1970, *Temas*, nº 10, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, pp. 71-91.
49. Antônio Carlos Peixoto, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 25/06/01.
50. Leandro Konder, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 01/06/01.
51. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
52. Roberto Percinoto, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 14/01/02.
53. Leandro Konder, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 01/06/01.
54. Empresa de Correios e Telégrafos, Informação nº 065/77/AS/R/R10/Confidencial, s/d. APERJ. Polícias Políticas, Comunismo 148.
55. “Atas da reunião do Pleno do Comitê Central”. IV Pleno no exterior, Sofia (Bulgária), outubro de 1978, Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP, Armário 3A-2.
56. Comitê Central do PCB. “Resolução sobre a Voz Operária”, novembro 1978, Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP, Armário 3A-1, pp.2-4.
57. Leandro Konder, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 01/06/01.
58. “Atas da reunião do Pleno do Comitê Central”, IV Pleno no Exterior, op. cit.
59. Dinarco Reis . op.cit., pp. 120-121.
60. Denis Moraes e Francisco Viana, op. cit.
61. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
62. Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leunroth/UNICAMP.
63. “Atas das reuniões do IV Pleno do CC no exterior”, op.cit.

64. Antônio Carlos Peixoto, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 25/06/01.
65. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
66. Luis Francisco de Carvalho Filho e Artur Ribeiro Neto (entrevistadores), op.cit., p.A-6.
67. Dinarco Reis, op. cit., pp.121-122.
68. Arquivo Edgar Leunroth, vídeo 33, op. cit.
69. Palestra de Salomão Malina no seminário intitulado *Centenário de Luiz Carlos Prestes*, realizado no CEDEM-UNESP, em 07/05/98.
70. Depoimento de Severino Teodoro de Melo, AMORJ-IFCS-UFRJ, Coleção Moisés Vinhas, p.4.
71. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
72. Ibidem.
73. Ibidem.
74. Luiz Carlos Prestes. “Carta aos membros do Comitê Central”, 25/04/79, pp. 1-2. CEDEM-UNESP; Grupo: E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Política e Organização; Série Correspondência.
75. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
76. Givaldo Siqueira, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 20/05/99.
77. “Resolução Política do Comitê Central”, *Voz Operária*, junho de 1979, pp. 3-6.
78. Hércules Corrêa, “Sobre a Carta aos Comunistas do companheiro Luiz Carlos Prestes”. AMORJ-IFCS-UFRJ, CHC, Esc. Art. 1 (x1, p.11).
79. Pedro del Pichia. Entrevistas de Armênio Guedes , Hércules Corrêa , Lindolfo Silva , Salomão Malina e Zuleica Alembert, Rio de Janeiro , Civilização Brasileira , 1980.
80. Relatório da OB Célio Guedes ao Comitê Central”, s/d, pp. 4-5. CEDEM-UNESP; Grupo E.F.PCB no Exílio; Subgrupo: Organizações de Base; Série OB Célio Guedes (Lund, Suécia).

81. Secretariado da OB João Massena. “Balanço das atividades do aniversário do Partido”, março de 1979. CEDEM-UNESP; Grupo E.F. PCB no Exílio; Subgrupo: Organizações de Base; Série: OB João Massena .
82. Comitê Central. “Resolução de Organização”, novembro 1978. Fundo Luiz Carlos Prestes. Arquivo Edgar Leuronth/UNICAMP, Armário 3 A-2, Pacote 2.
83. Manifesto di Prestes, 29/10/74. CEDEM-UNESP, ASMOB 03. 9,9, p.5. Ver também: Voz Operária, dezembro de 1974.
84. CEDEM-UNESP. ASMOB 03.136,7.
85. Entrevista de Prestes a Getúlio Bittencourt; In: Getúlio Bittencourt. *A quinta estrela. Como se tenta fazer um presidente no Brasil*, São Paulo, Ciências Humanas Ltda, 1978, pp. 38-40.
86. Rosa Freire D’Aguiar (entrevistadora), “Prestes hoje”, *Isto É*, 06/09/78, p. 38.
87. Entrevista de Prestes a *O Diário*, periódico português. (não foi possível saber data nem outras referências). CEDEM-UNESP. ASMOB 03.36,5, pp. 1-2.
88. “Prestes: o regime mantém a essência fascista”, *Movimento*, 16 a 22/06/79, p. 9.
89. Entrevista de Anita Leocádia Prestes a Tibério Canuto. *Movimento* 09 a 15/02/81, p. 6.
90. Lênin. *O Estado e a Revolução*.
91. Armênio Guedes, entrevistado pelo autor, em São Paulo, em 30/10/01.
92. Cf. “Relatório mensal de Informações”, nº 04/78/CISA, p. 21. NA. DSI/MJ, Caixa 3410/07951. GAB 100 425.
93. Anita Leocádia Prestes. “A democracia por que lutamos. A propósito de comentários do Jornal do Brasil sobre as greves dos metalúrgicos”, abril de 1979. Fundo Luiz Carlos Prestes, Arquivo Edgar Leunroth, Pasta PCB militantes, pp. 2-4.
94. Entrevista de Anita Leocádia Prestes a Tibério Canuto. *Movimento* 09 a 15/02/81, p. 7.
95. Givaldo Siqueira, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 20/05/99.
96. Entrevista com Armênio Guedes. *Jornal do Brasil*, 02/07/79.

97. Entrevista com Armênio Guedes. *Jornal do Brasil*, 28/10/79.
98. *Ibidem*.
99. Entrevista com Armênio Guedes. *Jornal do Brasil*, 29/07/79.
100. Pedro Del Pichia, *op.cit.*, p.28.
101. *Ibidem*, pp. 35-36-47-48.
102. Palestra de Armênio Guedes no seminário intitulado Centenário de Luiz Carlos Prestes, realizado no CEDEN-UNESP, em 07/05/98.
103. Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como Valor Universal”, *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1979. Carlos Nelson Coutinho. “Democracia de Massas”, *Jornal da República*, 24/09/79.
104. David Capistrano Filho. “Vinte anos de PCB”, *Voz da Unidade*, nº 3, 17 a 23/04/80.
105. Leandro Konder. *A democracia e os comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1980. Leandro Konder. “PCB, democracia e eurocomunismo”, *Oitenta*, nº 2, L e PM Editores, Porto Alegre, janeiro, 1980.
106. Carlos Nelson Coutinho. “A democracia como valor universal”, *op. cit.*
107. Entrevista com Armênio Guedes. *Jornal do Brasil*, 28/10/79.
108. Anita Leocádia Prestes. “A que herança os comunistas devem renunciar?”. CEDEM-UNESP, Coleção Catullo Branco.
109. Val de Carvalho. (“Octávio Rodrigues”). *Contra o revisionismo*, 1979, pp. 9-12.
110. Entrevista com Prestes. *Jornal do Brasil*, 21/10/79.
111. Entrevista com Prestes. *Folha de São Paulo*, 25/10/79.
112. Ver, entre outros: *Jornal do Brasil*, 24/10/79; *República Política*, 24/10/79.
113. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
114. Afonso Celso (Afonzinho), entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 20/09/98.
115. Ivan Pinheiro, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 01/02/99.
116. Armando Sampaio, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.
117. Geraldão, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.

118. Entrevista com Hércules Corrêa. *República Política*, 24/10/79, p.6.
119. Ibidem.
120. Entrevista de José Sales a Marco Aurélio Garcia. *Em Tempo*, 15 a 21/11/79.
121. “Prestes: o regime mantém a essência fascista”. *Movimento*, 16 a 22/06/79, p.10.
122. CEDEM-UNESP. ASMOB 03.119,3.
123. Entrevista com José Sales. *Jornal do Brasil*, 21/09/79.
124. Entrevista com Prestes. *Jornal do Brasil*, 30/4/80.
125. Entrevista com Prestes. *Jornal do Brasil*, 07/4/80
126. Hércules Corrêa, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 26/03/99.
127. Entrevista com Prestes. *Jornal da Tarde*, 10/12/79; *Jornal da República*, 12/12/79.
128. *Jornal do Brasil*, 15/12/79.
129. Entrevista com Giocondo Dias, Salomão Malina e Hércules Corrêa. *Jornal do Brasil*, 03/02/80.
130. Luiz Carlos Prestes. *Carta aos Comunistas*, São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
131. *Voz da Unidade*, 10 a 16/04/80.
132. *Jornal do Brasil*, 20/05/80.
133. *O Globo*, 21/05/80.
134. *Jornal do Brasil*, 20/05/80.
135. *Jornal do Brasil*, 22/05/80.
136. *O Globo*, 21/05/80.
137. *Jornal do Brasil*, 21/05/80.
138. Ibidem.
139. Ibidem.
140. “Resposta coletiva é dura e rigorosa”, *Voz da Unidade*, 22 a 28/05/80.
141. *O Estado de São Paulo*, 22/05/80. Ver também: *Jornal do Brasil* e *O Globo*, ambos da mesma data.
142. Geraldo Rodrigues dos Santos (Geraldão), entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.
143. Armando Sampaio, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 15/02/99.

144. Bolívar Meirelles, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 09/04/99.
145. Val de Carvalho, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 17/05/99.
146. CEDEM-UNESP; Coleção Exílio Grupo E.F. PCB no exílio; Subgrupo Política e Organização; Série 5 (Correspondência).
147. Bolívar Meirelles, entrevistado pelo autor, no Rio de Janeiro, em 09/04/99.
148. Depoimento de Luiz Carlos Prestes, entrevistado por José Louzeiro, op.cit.
149. *Jornal do Brasil*, 02/10/80.
150. *Jornal do Brasil*, 03/10/80.
151. *Jornal do Brasil*, 30/04/80.
152. *Folha de São Paulo*, 03/11/80.
153. *Jornal do Brasil*, 03/11/80.
154. *Folha de São Paulo*, 03/11/80.
155. *Folha de São Paulo*, 12/11/80.
156. *Cadernos do terceiro Mundo*, nº 129, Rio de Janeiro, março de 1990, p. 50.

## CONCLUSÃO

A grande questão que marcou a trajetória do PCB traduzia-se em como cumprir o seu destino de partido leninista. A razão ontológica de um partido de cunho leninista é a crença de que ele é o “guia do proletariado”. A vitória da Revolução Russa fortaleceu essa crença e deu à futura União Soviética e seu líder, Lênin, o status de paradigma do movimento comunista internacional, fazendo com que os demais partidos comunistas tivessem que repetir a façanha dos bolcheviques. O fato de autoproclamar-se leninista, avocar a missão de “partido guia do proletariado”, fazia o PCB ter um norte, facilitava a sua definição enquanto organização político-ideológica, mas, por outro lado, trazia-lhe um enorme peso. Guiar-se pelos rígidos parâmetros do leninismo, implicava obrigar-se a manter uma unidade a todo custo, tendo por base o centralismo-democrático. Trata-se de uma equação muito difícil de ser resolvida por qualquer organização, qualquer grupo, ainda mais se levarmos em conta que a unidade deveria atravessar toda a trajetória partidária; tinha que ser-lhe imanente. Dáí que o PCB, como outros PCs do mundo, viu-se freqüentemente enredado em “fracionismos”. A sua unidade não foi tão ameaçada por que os dirigentes utilizaram o centralismo-democrático stalinista, ao invés do leniano. Por este, a maioria de todo o partido impunha as suas decisões à minoria. Stálin, na prática, trouxe o centralismo-democrático para as rédeas do Comitê Central, isto é, restringiu-o à órbita do pequeno círculo de dirigentes, colocando-o a salvo das pressões das bases. Estas tinham simplesmente que seguir o que fosse deliberado pela maioria vitoriosa no CC. Esse centralismo-democrático autoritário – por excluir as bases do partido dos poderes decisórios – foi o elemento facilitador da ascensão de Stálin e da condenação de seus opositores. Por esse centralismo-democrático, ao invés de discussões de concepções, o que mais valia era ter o controle da máquina partidária para, assim, ter capacidade de destruir política e ideologicamente os opositores perante todo o partido. O grupo que perdesse a maioria no Comitê Central estaria irremediavelmente derrotado no conjunto do partido; as suas verdades se transformavam

em mentiras e ele passava a ser fracionista, inimigo do partido, do proletariado e do povo, professor de ideologias estranhas ao proletariado.

Outro ingrediente introduzido por Stálin como meio de reforçar a si foi o culto à personalidade. Isto trouxe para o partido comunista uma religiosidade, uma sacralização, que tornava o seu chefe uma espécie de deus a ser idolatrado, a ser seguido cegamente. Se o centralismo-democrático restrito ao Comitê Central afastava as bases dos poderes decisórios, o culto à personalidade reforçava isto e provocava nelas uma alienação que enfraquecia sobremaneira a sua capacidade crítica-autocrítica, a qual foi outro pressuposto leniano usurpado por Stálin.

O PCB de que tratamos, adotou o paradigma stalinista em detrimento do leniano. Era, portanto, um partido autoritário, no qual as minorias, “certas” ou “erradas”, deveriam ser expurgadas – menos mal, por que na URSS elas eram torturadas, “desaparecidas”, assassinadas... – e as bases ser executoras de tarefas determinadas pelo restrito núcleo dirigente. Tratava-se de um partido de massas com essência de partido de quadros. Com o agravante de ser um partido de quadros não-liberal, mas de pensamento unidimensional.

Outro mal stalinista incorporado pelo PCB foi a tibieza das discussões teóricas, as quais estavam engessadas pelo dogmatismo do culto à personalidade. Se Lênin, Rosa, Trotsky, Bukharin, Plekhanov, Kaustky e até mesmo Bernstein, entre outros, escreveram um sem número de textos, às vezes digladiando entre si, discutindo acerca desse ou daquele fato conjuntural ou estrutural, propondo essa ou aquela leitura do marxismo, essa ou aquela linha tático-estratégia, tudo isto acabou com o stalinismo. O que passava a importar era seguir dogmaticamente as diretrizes impostas pelo “guia genial dos povos”, o qual tinha como característica marcante a pobreza teórica e a avidez pelo poder.

Esse seguidismo também imperou no PCB. Era um seguidismo estranho à realidade brasileira, o qual colocava o Brasil no compartimento dos países “semi-feudais” e “semi-coloniais”, que, por isto, tinham que ter em comum a estratégia etapista traduzida pela construção da revolução nacional, democrática, anti-feudal, anti-

imperialista. Nem a partir da Declaração de Março tal estratégia foi alterada. Ela vigorou em tempos de democracia burguesa (República de 46) e durante a ditadura do pós-64. Nem o radicalismo do Manifesto de Agosto conseguiu traçar outra estratégia, embora tenha mudado a linha tática, que, de união nacional, passou a ser guiada pela via insurrecional, a ser provocada pela Frente Democrática de Libertação Nacional.

Um partido que requeria uma unidade tão indivisível, estava fadado mais cedo ou mais tarde, a ter sobressaltos fracionistas. A exigência de um pensamento unidimensional, de uma unidade “totalitária”, com base em um centralismo-democrático sob o controle do Comitê Central, resultava inelutável um equacionamento de posições discordantes quanto à linha tático-estratégica, sobretudo em se tratando especificamente de estratégia. Daí que questões envolvendo tática e/ou estratégia, a nível do Comitê Central, somente poderiam chegar a um denominador comum pela via do conflito, quando os “fracionistas”, os professores de “ideologias estranhas ao proletariado”, fossem expurgados.

Procuramos, ao longo do texto, demonstrar a nossa hipótese: a questão estratégica foi o *leit-motiv* da contenda entre Prestes e o Comitê Central, assim como o fora nos conflitos entre o CC e o grupo que formaria o PC do B e os grupos que partiriam para a luta armada no pós-64.